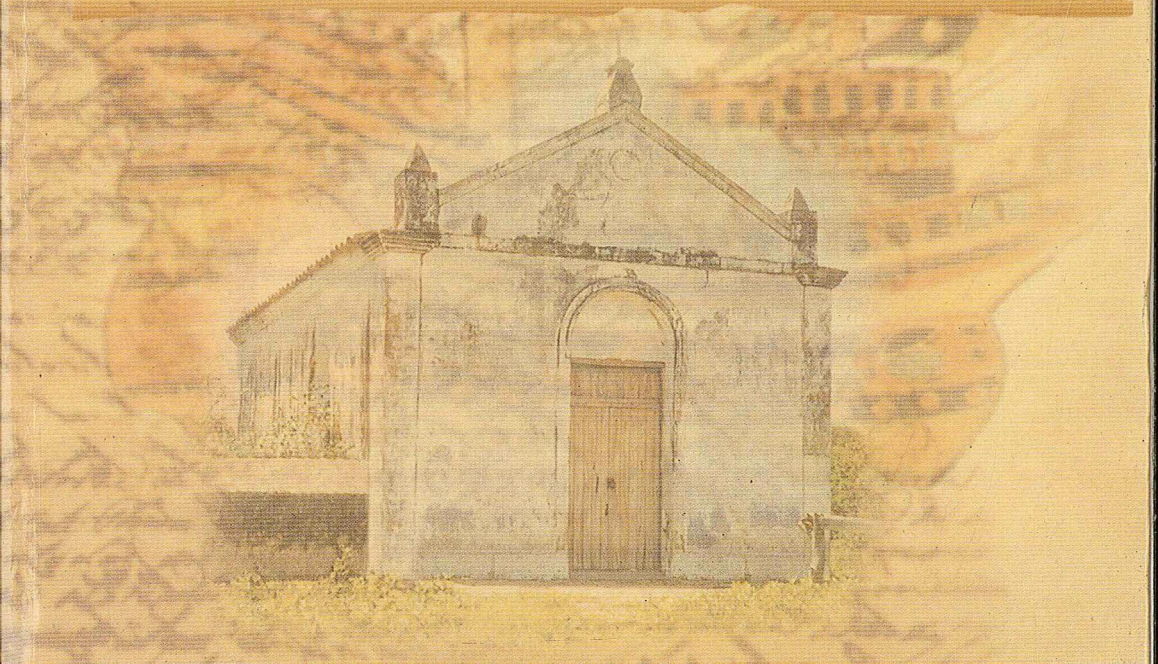
Vicente Miranda

Três Séculos de Caminhada



Três Séculos de Caminhada

Vicente Miranda

Teresina

– 2001 –

Copyrigth © 2001 Vicente Miranda

Rua Santa Luzia, 2480/s – Piçarra
64.000-800 – Teresina – Piauí
vmiranda@secrel.com.br

Fundação Biblioteca Nacional
Escritório de Direitos Autorais – Certificado de Registro nº 217.201 –
Livro 379 – folha 361

Revisão histórica e evolução genealógica de
famílias que participaram da colonização e ocupação
do norte do Piauí e Ceará.

Miranda, Vicente.

Três Séculos de Caminhada. Teresina: 2001
524 p.

1. Genealogia - Piauí 2. Genealogia - Ceará.
I Título.

CDU 929.2 (812.1 + 813.1)

**Todos os direitos reservados, inclusive o de reprodução
total ou parcial, sob qualquer forma.**

Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica & Arte-finalização
Magnólia Belarmino de Sousa Barbosa
(Email – soumabel@hotmail.com/Fone: 986-8812)

Revisão
J. Simplício de Miranda
Magnolia Belarmino

Arte/Capa e Digitalização de Imagens
Sérgio Farias

Fotolito e Impressão
HALLEY S.A. Gráfica e Editora

À memória de meu pai,
Pedro Mapurunga de Miranda

Para minha mãe,
Leonor Vieira de Miranda

Aos meus tios,
Alfredo e ***Teresinha***
Vicente e ***Julita***
Maria Nébia

PREFÁCIO

Agrada-me prefaciar este trabalho, em que o amor à história nos lega alegrias e passagens de várias famílias, numa reconstrução de cadeias hereditárias, fatos históricos e episódios vividos.

O trabalho reproduz situações passadas em diversas épocas, com imagens pintadas e grafadas de forma simples e correta, traduzindo o espírito, o comportamento, o modo de pensar e agir de inúmeras gerações.

Tudo aqui expresso tem a sua valia e, certamente, foi investigado na fonte, depois aprofundado no recolhimento de dados para comprovar autoria, localizar e retratar a realidade.

Soube reconstruir, em síntese, o mosaico desfeito do passado para trazê-lo em livro, com rasgos pessoais de sentimentalidade e, também, de inegável utilidade para quem deseja conhecer um pouco da história de famílias que marcaram um pedaço do Piauí, com exemplos e realizações.

O autor busca, na memória, imagens incontáveis e palavras ouvidas de seu pai, para presentear o leitor com o melhor que existe sobre o assunto.

Agora é aguardar o sucesso, pois bem o merece!

Firmino da Silveira Soares Filho

Prefeito de Teresina

Duas Palavras

O meu primeiro contato com Vicente Miranda foi através de carta; ele desejava receber informações ou provas documentais sobre a divergência entre a família Dias da Silva e membros da família Miranda, conforme lera no livro "José Francisco de Miranda Osório e Seus Descendentes", de autoria da acadêmica Maria Luiza Motta de Meneses.

Posteriormente nos encontramos em Parnaíba, conversamos bastante e começou a surgir nossa amizade.

Fiquei admirando sua inteligência e seu amor ao estudo da genealogia.

Assumira consigo mesmo o compromisso de resgatar antigos papéis e dados familiares que seu pai, Pedro Miranda, na infância e adolescência dos filhos, lhes transmitiu em Viçosa, na serra da Ibiapaba.

Outros entendimentos e conversas se sucederam e ele falou-me do livro em elaboração.

Palavra fácil, vibrante, apaixonado por suas pesquisas, ele me relatou a origem da família dos Miranda descendentes de Dom Martinho Afonso Pires da Charneca, arcebispo de Lisboa, o qual, nomeado embaixador de Portugal na França, enamorou-se de Dona Mécia Gonçalves e os filhos receberam o sobrenome Miranda, terra natal de sua genitora.

Mais de uma vez o ouvi realçar que seu estudo genealógico tinha um cunho sociológico muito acentuado e buscava ser realista, apontando as virtudes sem esconder os pecados de seus ascendentes.

Surpresa foi tomar conhecimento do volumoso livro de 524 páginas já pronto para impressão, pois reconheci que Vicente Miranda havia elaborado, em 18 anos, um trabalho valioso para todos nós, piauienses e cearenses, que habitamos a região norte desses dois Estados.

O livro é um tratado que envolve dados sobre várias famílias do Ceará e Piauí e o seu autor se credencia a ser admirado como um genealogista de elevado mérito.

O empresário de informática distribuiu o seu tempo entre o trabalho empresarial e o trabalho pela genealogia, durante quase duas décadas.

Experimento, pois, grande alegria ao dedicar essas singelas duas palavras ao escritor e ao livro.

Concluindo, como membro da irmandade dos genealogistas, declaro que doravante Vicente Miranda será tido como meu irmão viçosense, como o Assis Arruda é meu irmão sobralense.

Parabéns, Vicente, você é um herói e seu pai, Pedro, está feliz com o filho que possui.

Parnaíba, novembro de 2000

Lauro A. Correia

Presidente da Academia Parnaibana de Letras

APRESENTAÇÃO

Nas noites de frio, Pedro Miranda reunia os filhos em volta do fogão a lenha da Buíra e lhes contava a história de sua família, que vinha sendo repassada, de boca em boca, há muito tempo. Mais aborrecido do que o assunto para as crianças, no entanto, só mesmo o terço que seria rezado e cantado no "quarto dos santos", depois da sessão de história. Mas não havia como fugir. A platéia disciplinada, mesmo desinteressada, escutava, resignada, fazendo de conta que ruminaria depois o interminável rosário de nomes e datas que desfilavam de forma eloqüente e respeitosa pela boca do narrador.

Considerava ele ser uma obrigação permitir aos mais jovens conhecer suas origens. Tanto que, apesar das dificuldades, visto ser homem de pouca escola, conseguira reunir significativo acervo de dados e informações que tentava repassar a quem se dispusesse levá-las adiante. Tentativa inútil porque ninguém se interessou em assumir tal incumbência. Eu próprio, confesso, não tendo a sensibilidade suficiente para compreender a grandeza de seu gesto, não dediquei, adequadamente, tempo para auxiliá-lo na compilação dos dados e fatos que guardava na memória com tanto cuidado

E foi assim que acabou. Todo o acervo de informações de que dispunha – acumulado pacientemente durante toda a vida e que procurara humildemente repassar - estava, com sua morte, irremediavelmente perdido. Ficou, apenas, uma gravação de poucos minutos em fita cassete, esparsas informações em velhas cadernetas e um bauzinho preto de madeira com documentos amarelecidos e carcomidos pela ação do tempo. Tudo mais havia partido com ele.

A intenção inicial deste trabalho era, simplesmente, resgatar, de modo sistematizado e comprovado, o acervo de informações que meu pai acumulara sobre a família, ao longo de sua vida, para torná-las disponíveis no futuro. Atendia, tão somente, à necessidade de resgatar os dados perdidos com sua morte para ser justo com sua memória e para cumprir a obrigação de que se considerava responsável.

Cheguei a imaginar que se tratasse de coisa fácil.

Na prática, foi tudo muito diferente. É um trabalho penoso, uma busca difícil que me levou, em determinados momentos, a pensar em desistir. Felizmente, o gosto pela tarefa foi, aos poucos, me dando forças para continuar. A curiosidade se somou à obrigação. O que era compromisso moral virou paixão. O que era dever virou amor e esse, como se sabe, é paciente.

Parti, praticamente, do nada. As informações iniciais que colhi nas cadernetas que meu pai deixara eram poucas e bastante confusas. Os velhos e preciosos documentos que guardava no bauzinho, porém, junto com os 30 minutos de conversa gravados em fita, permitiram definir o rumo inicial para a pesquisa. Não era muita coisa mas serviram para sinalizar o roteiro dos primeiros passos.

Enfrentei os problemas típicos desse gênero de investigação. Caminhos incertos, dúvidas profundas. Nomes nos papéis diferentes daqueles que ouvia nas narrações. Seria a mesma pessoa? E os lugares onde moraram, como eram? Como estão hoje? Como foram construídas as casas? O que faziam? De que viviam? Quem deixaram por aqui?

Perguntas que para a maioria das pessoas não fazem diferença alguma, passaram a ter grande importância. Era preciso viajar, ir a cada lugar. Ver as moradas que ainda existiam e das que não existiam localizar as taperas. Se nem estas, embaixo do chão, um alicerce.

Decepção, em alguns momentos.

Não eram sobrados nem mansões as residências onde boa parte dos velhos colonos habitava. Eram humildes casas de taipa, cobertas

de palhas, mobiliadas com rústicos bancos de madeira, vaidosamente identificadas nos inventários pela quantidade de portas e janelas que um dia tiveram. No Campo do Meio, uma forquilha de cumeeira, fincada no meio de um milharal, é tudo que restou de uma grande fazenda. Na tapera do Esbarrado, restos dos alicerces largos de pedra, resistindo às enxurradas e negando-se ao soterramento, exibem, como um grito de alerta, um centenário esteio de aroeira.

Grande dificuldade tive para chegar à Corredeira, palmilhando íngreme subida por sinuosa e estreita trilha até ao topo da montanha, numa altitude de 730 metros. O caminho, uma antiga vereda que serpenteia pelas abas da serra, dando voltas em torno dos precipícios, continua sendo o mesmo, exatamente igual, desde 1791. Para vencê-lo, muito fôlego e obstinação. Lá em cima, a surpresa: morava gente! Francisca e os filhos, também surpresos ao saber a razão da inesperada visita.

Procurei as velhas árvores porque de algumas sabia da existência. Muitas, como os antigos moradores, também passaram. A centenária figueira, que encontrara no Jacaraí de Baixo, na primeira viagem, frondosa, marcando o lugar da antiga fazenda Lagoa do Mato, fui reencontrá-la, quatros anos mais tarde, morta, com as raízes ao vento. Não resistira a um vendaval. Encontrei ainda alguns tamarindeiros, antigos baluartes da resistência, que desde a fazenda São José da Mutuca até o Jacaraí de Baixo e o Mucambo estão lá, sempre verdes e acolhedores, marcando o lugar onde viveram aqueles a quem procurava no meio da incerteza.

Com a ajuda de pessoas amigas, tive acesso a uma documentação escassa e preciosa composta, em sua quase totalidade, de manuscritos empoeirados mantidos em lugares quentes e abafados que, felizmente, forneceram as bases irrefutáveis da verdade buscada. Boa parte dessa documentação, para ser interpretada, exigiu paciência, lupa e reflexão. Quando localizei os primeiros dados sobre Félix Ferreira Cavalcante, em um processo que lhe moviam por danos materiais, em 1840, fiquei surpreso ao constatar que os bodes que devia indenizar

haviam sido mortos por uns "cains" de sua propriedade. Por que os "cains" queriam matar os ditos bodes? Seriam eles, acaso, chamados "abéis"?

O tempo minguado, rateado entre a sobrevivência, a família e a pesquisa fez desta, por fim, também, o lazer.

Pude, então, compreender a afirmação de padre Sadoc: "É *como pescar*", pois só com muita paciência e persistência é possível avançar com firmeza neste tipo de trabalho porque a pesquisa, sem rumo certo, permitindo a comprovação de informações verbais e a busca de dados que se não sabia o que eram, nem onde estariam, é navegação de pouco leme. Para os recursos e a experiência disponíveis, dado seu universo e extensão, uma tarefa descomunal.

Não fosse pela satisfação da busca em si mesma, seria insuportável catar registros dispersos em velhos documentos empoeirados, viajar por tantos lugares distantes e inóspitos nos sertões, em busca de igrejinhas e cemitérios perdidos. Felizmente, consegui localizá-los e pude decifrar dados e datas importantes em cruzes e lápides de velhas sepulturas. Aos poucos, fui compreendendo o "fio da meada" e remontando, ora para a frente, ora para trás, o quebra-cabeça camuflado sob a poeira do tempo acumulada ao longo de trezentos anos.

A imaginação, por vezes, tenta insinuar uma imagem, um vulto e, até mesmo, diálogos acontecidos nos alpendres de antigas fazendas, em noites de lua cheia. Aqui só vai, no entanto, o dado bruto, sem lapidação, do modo como foi descoberto ou vivenciado. Nem sempre esclarecido em toda a sua extensão.

As fontes de dados escolhidas foram os inventários, os livros com registros de batismos, casamentos, óbitos e justificações de diversas freguesias, escrituras de terras, registros de hipotecas, livros de atas, registros de estrangeiros, passaportes, procurações e habilitações de casamento. Para complementar informações, foram pesquisadas

documentações de causas cíveis, requerimentos solicitando concessão de registro eleitoral, livros e cadernos com registros de procurações, livros com registro de cartas de alforria de escravos, livros e cadernos com registros de presos em cadeias e vasta correspondência. A compreensão das posses originais das terras devolutas foi buscada em concessão de sesmarias. Alguns dados encontram fundamentação em fontes bibliográficas relacionadas ao final.

O elevado número de transcrições de registros e documentos, ao longo do trabalho, objetiva elucidar, de vez, informações controvertidas da crença popular ou veiculadas em publicações de forma errônea. Preferi transferir a certeza de que os dados têm fundamentação comprovada, podendo ser utilizados com segurança. Receberei com satisfação, no entanto, qualquer informação que permita corrigir e/ou aperfeiçoar, no futuro, o que aqui é apresentado.

Procuro destrinçar o emaranhado das relações de parentesco de famílias que participaram da colonização do norte do Ceará e Piauí, tomando por base um jovem casal – Maria Joaquina e José da Cunha – cujas vidas sintetizam uma parcela da dura realidade que era sobreviver no sertão antigamente.

Sem preocupação com vaidades e orgulhos familiares, desnudo a realidade de suas vidas simples, seus problemas, seus triunfos e suas dores. Ao contrário de muitos trabalhos no gênero, o que poderá gerar decepção, não consegui comprovação de nenhum parentesco com reis, princesas ou pontífices. Se tais laços existiram em suas ascendências, estão escondidos em passado extremamente remoto. Os que aqui vieram, quase todos de Portugal, foi por uma razão bastante simples de entender - luta pela sobrevivência.

Nem sempre foram exemplos intocáveis de virtudes. Membros da família, como falíveis seres humanos que eram, cometeram erros e praticaram atos que aqui se revelam sem escárnio ou pilhéria, objetivando, apenas, o resgate puro e simples da informação pelo seu valor histórico.

Não é uma família só.

Maria Joaquina e José são representantes das várias famílias que, ao longo do tempo, fundiram-se numa simbiose evolutiva contribuindo de modo significativo para o povoamento do norte do Ceará e Piauí. Trago de cada uma, apenas, o suficiente para demonstrar o encadeamento e a lógica do inter-relacionamento familiar que explica suas existências.

Ao fim desses dezoito anos de busca, tentando cumprir tarefa tão árdua, mesmo não a concluindo com o merecimento que poderia ter, faço dela uma homenagem a meu pai, por tudo que ele foi para a família e porque, tenho certeza, se tivesse as condições, era este o trabalho que gostaria de ter feito. Queira, assim, o leitor, me ler como se a ele lesse; ou melhor, como se o ouvisse, deitado em seu "tucum" no alpendre da Buíra.

O Autor

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, desejo externar meu profundo sentimento de gratidão a todos que ajudaram na concretização desta tarefa. Pessoas maravilhosas, despretensiosas e abnegadas sem a colaboração das quais este trabalho estaria seriamente prejudicado e, dentre elas, não poderia deixar de citar:

• O tio Alfredo Miranda e o primo Alfredo Leocádio, que animaram, forneceram pistas, sugeriram atalhos, abriram os baús com velhos documentos e tiveram para com o autor a paciência dos sábios e a didática dos grandes mestres.

• A jornalista Maria Aldaci de Lima Miranda, pelo incansável trabalho de investigação pelos cartórios, bibliotecas, arquivos e museus.

• Os funcionários da Biblioteca da Universidade do Vale do Acaraú - UVA e do Museu de Sobral, nas pessoas de dona Giovana e de dona Gorete.

• Padre Francisco Sadoc de Araújo, o incansável pesquisador de nossa história, pelo incentivo e fornecimento de farto material de pesquisa.

• Zuleika Viana, guardiã do acervo eclesiástico da Diocese de Sobral, amiga e incentivadora.

• Os funcionários da Cúria Arquidiocesana de Fortaleza, na pessoa de Antônio Ximenes Aragão, zeloso colaborador daquela casa.

• Don Javier, bispo de Tianguá, e corpo de funcionários daquela diocese, representado nas pessoas de dona Santa e dona Jarina.

• Os funcionários do Arquivo Público do Ceará – APC, abnegados defensores do patrimônio cultural do povo cearense.

• Os funcionários do Arquivo Público do Piauí, na pessoa de Iolete Benvindo da Rocha.

• Na paróquia de Piracuruca, o padre José da Silva Ribeiro e seus auxiliares: Joaquim José de Oliveira, Luiza Maria da Silva e Eliane Sales Tavares.

• Cartórios de Piracuruca, especialmente o Cartório Carvalho do 1° Ofício, na pessoa de Ivanira Meneses de Carvalho Fortes - Tabeliã - e dos funcionários: Ricardo Luiz Meneses de Carvalho, João Maria Ribeiro Magalhães, Antônia Maria de Sampaio dos Santos e Jorge Vilarinho de Sousa.

• Na Diocese de Limoeiro do Norte, dona Laudecir Gomes Bessa, secretária do Bispado.

• No Cartório Almendra, em Parnaíba, o Dr. Osvaldo Almendra e os funcionários Elisane Cynthia Bezerra Silva, Antônio Rodrigues Silva e Maria das Graças Carvalho Veras. Na Diocese da mesma cidade, o padre Antônio de Pádua Cavalcante.

• Monsenhor Francisco das Chagas Martins, vigário de Viçosa do Ceará, e Livramento Dias, no Cartório da mesma cidade.

• Na paróquia de Barras, o padre Océlio e no cartório, dona Rita de Cássia Lages Veras, Luís Cândido Brito Nogueira e Edson de Deus Carvalho.

• Na cidade de Batalha, na paróquia, o padre Wolfgang Hermann e dona Maria Antônia. No cartório, Humberto Lopes Tabatinga e Raimundo Nonato do Nascimento.

• Na cidade de Areias, Paraíba, o senhor José Henrique e o historiador Francisco Tancredo Torres.

• Francisco das Chagas Escórcio, Óton Alves da Rocha e Marcos Fontenele, que me conduziram pelo sertão e pelas serras, localizando taperas e cemitérios perdidos, de carro, a cavalo e em longas marchas a pé.

• Professor Vinht-Un Rosado - em Mossoró - Rio Grande do Norte.

• O pesquisador e escritor André Frota de Oliveira, pelas orientações e fornecimento de material de pesquisa.

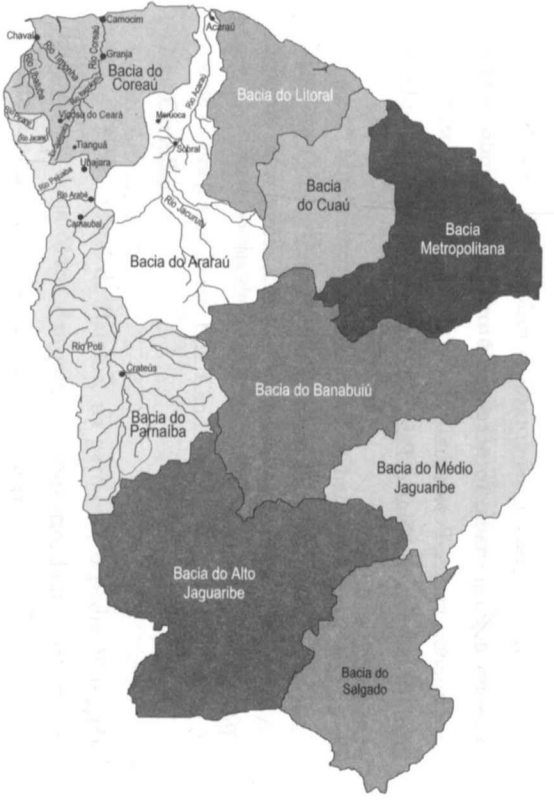
• O Dr. Lauro Correia, presidente da Academia Parnaibana de Letras, D. Maria do Carmo, Iran Machado e Aneliza Brito, pela acolhida, apoio e incentivo.

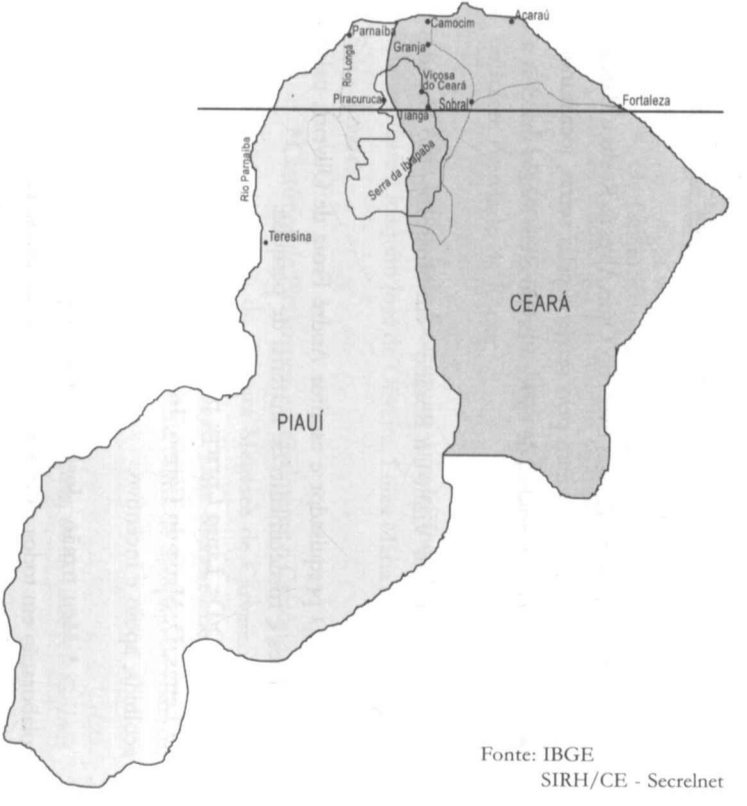
• Meu irmão José Simplício de Miranda pela paciente colaboração em todos os momentos e pela criteriosa revisão.

Enfim, agradeço de coração a todos aqueles que ajudaram ao longo desta jornada, fornecendo informações, abrindo portas, respondendo cartas. Foram muitos, espalhados pela Paraíba, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Pará, São Paulo e Amazonas. Que Deus recompense a todos.

Obs. A sigla APC, utilizada ao longo do trabalho, refere-se ao Arquivo Público do Ceará.

Caminhos das águas





Fonte: IBGE
SIRH/CE - Secrelnet

Sumário

Capítulo I
Caminhos das Águas 21
Capítulo II
Vale do São Gonçalo 27
Capítulo III
A difícil conquista 31
Capítulo IV
A terra do Mel Redondo 35
Capítulo V
A serra reclama seu mártir 39
Capítulo VI
Aldeia, Vila e Cidade 45
Capítulo VII
O patrimônio da santa 51
Capítulo VIII
Importância estratégica da missão 65
Capítulo IX
Ocupação das Ribeiras 67
Capítulo X
Herança cultural básica 77
Capítulo XI
A marca forte da batina 85
Capítulo XII
Terra – Fixação e Fuga 95
Capítulo XIII
Valores na luta pela vida 103
Capítulo XIV
Fábrica dos mortos 109
Capítulo XV
As fazendas 119
Capítulo XVI
Origens de José da Cunha 131

CAPÍTULO XVII
Maria Joaquina *175*
CAPÍTULO XVIII
Costa Peixoto *349*
CAPÍTULO XIX
Magalhães *357*
CAPÍTULO XX
Lopes Freire *361*
CAPÍTULO XXI
Oliveira Barcelos *369*
CAPÍTULO XXII
A Maldição *385*
CAPÍTULO XXIII
Ferreira Magalhães *397*
CAPÍTULO XXIV
Miranda *403*
CAPÍTULO XXV
Miranda Henriques *415*
CAPÍTULO XXVI
O Porta-Bandeira *425*
CAPÍTULO XXVII
A família de Antonio José de Miranda *437*
CAPÍTULO XXVIII
A família de João José de Miranda *443*
CAPÍTULO XXIX
Buíra *459*
CAPÍTULO XXX
Os Quinze *467*
CAPÍTULO XXXI
Júlia conta histórias *495*

ANEXO I

EVOLUÇÃO DA MOEDA BRASILEIRA DESDE 1500 ..... **507**

BIBLIOGRAFIA **521**

CAPÍTULO I

Caminhos das Águas

A colonização das terras do norte do Piauí e Ceará, como em outras regiões do Brasil, foi iniciada pela ocupação dos vales úmidos dos rios; boa parte deles, neste caso, nascidos no conjunto de serras que compõem o maciço da Ibiapaba, principal divisor de águas entre os dois Estados. Foi seguindo suas margens que aventureiros e colonos, partindo do litoral, puderam alcançar os recantos mais escondidos dos sertões.

Percorrendo milenares trilhas indígenas que, prudentemente, avizinhavam-se das margens desses rios, ou das margens de alguns de seus tributários, puderam os primeiros colonizadores alcançar a grande serra, isolada que estava a muitas léguas do mar. Foi ali, na Ibiapaba, que existiu o mais antigo foco de ocupação sistematizado da região norte do Ceará.

A partir da foz do Coreaú, que nasce nos pés daquela serrania e avança pelo sertão em direção a Granja e Camocim, até o Pirangi, que viaja em sentido oposto até o Parnaíba, não há um único curso d'água de maior porte caindo no mar que não tenha se formado por águas nascidas na Ibiapaba. O próprio Acaraú, que deságua tão longe, também nela nasceu.

Não são grandes rios - a maioria fica com o leito ressequido nas estiagens mais prolongadas - mas tiveram importância decisiva na fixação dos primeiros colonos. O

Timonha, formado pelas águas que descem de várias encostas da Ibiapaba, canalizadas através do Sobradinho, Riacho Grande e Riacho do Brejo, chega a Chaval marcando o território abrangido pelas terras do português Pedro da Rocha Franco, ali radicado a partir de 1714 sob a proteção do padre Assenço Gago.

O rio Ubatuba, igualmente importante na fixação dos Castro, Veras e Fontenele na região, servindo como marco divisor entre os territórios do Ceará e Piauí, recolhe as águas da serra de Santa Rita, Santo Hilário, Serra do Arco e Ubatuba, todas pertencentes ao maciço da Ibiapaba. Da serra de São Domingos e serra da Lagoa descem as águas que vão formar o Camurupim.

Na serra do Juá, contraforte oeste da Ibiapaba, nasce o Pirangi, que viaja pelo Assimim, Padre Vieira e Pirapora no Ceará, antiga sesmaria do padre Bonifácio Manoel Antônio Lelou. Chegando ao Piauí, atravessa o boqueirão dos Algodões em direção a Cocal e Buriti dos Lopes, atravessando as antigas concessões do capitão-mor Diogo Alvares Ferreira - patriarca da família Veras e morador na Frecheira - indo desaguar no Parnaíba, na passagem chamada Jandira.

A redução das cotas altimétricas nas serras da Pindoba, Nazaré, Taquari, Mumbabo e serra do Judeu, pertencentes ao maciço da Ibiapaba, para o lado oeste e sul, é que fazem se formar e convergir os cursos d'água que desembocam nos rios Piracuruca e, através do Longá, ao Parnaíba. Não fora isso, desceriam essas águas para o São Gonçalo e, através dele, ao Coreaú.

O morro da Extrema, na serra do Mumbabo, faz se bifurcarem as águas que sobram da Vambira, formando, pela direita, o rio Gameleira, e pela esquerda, o Jacareí - ou Jacaraí, como é mais conhecido.

Iniciando seu curso numa altitude aproximada de 651 metros, no lugar Mofumbo, desce o Gameleira para o oeste,

tendo seu volume d'água engrossado pela vazante das lagoas do Cadoz e do Carnaubal, indo juntar-se ao Jacaraí na altura do lugar "Tapuio Seco", já em terras piauienses.

Recebe ainda o Jacaraí os riachos do Belém e o Caiçara, duas léguas abaixo dos pés de serra. Dali, até desembocar no Piracuruca, terá percorrido uma viagem estimada em 15 léguas em território abrangido pelos limites das sesmarias outrora pertencentes ao capitão Gonçalo Machado de Cerqueira, conforme se verá depois. No Piracuruca se acaba, deixando que este lhe conduza as águas, por mais 12 quilômetros, até o Longá.

Descendo espremido entre o serrote do Angical e a Serra dos Borges, ao norte, serra da Tábua e Jurucufu, ao sul, elevações com mais de 700 metros de altitude, pertencentes ao maciço da Ibiapaba, no território do Ceará, corre o rio Arabé, formado pelos riachos São Benedito e da Pimenteira, em busca do Piauí. Da cota altimétrica 648, na povoação de Imburana, desce para 191, na altura do sítio Batalha, já atravessada a linha divisória entre o Ceará e o Piauí. Dali para a frente, seguirá seu curso com o nome de Piracuruca.

Tal como o Pirangi e o Jacaraí, que ofereceram a trilha natural desde o Parnaíba e Longá rumo à ponta norte da grande serra, foram igualmente importantes o Piracuruca e o Arabé, em passado bastante remoto, como trilha para o deslocamento de colonos em direção à ponta sul da Ibiapaba.

Mesmo nas épocas de estiagem prolongada, cortado, mantém o Piracuruca, por longos períodos, poços que abastecem a vida na chapada. Nas épocas invernosas, tem suas águas aumentadas, antes mesmo de atravessar a BR 343, pelo riacho do Pinga, que vem da Serra Altã, riacho da Volta, que vem da Serra das Furnas, riacho Curuminguara, que vem da Serra do Quinto, riacho da Ipueira, que vem da Serra dos Matões

e mais uma série de outros riachos menores que nascem nas encostas da Serra do Gado Velhaco, Serra do Cafundó e Serra da Frecheira. Ficará volumoso, ao longo de sua corrida, pela incorporação das águas de outros rios de maior volume, dentre eles o próprio Jacaraí e o Jenipapo, este formado pelas águas do Jaburu e Pejuaba, todos nascidos na Ibiapaba.

Percorre o Piracuruca mais de 12 léguas, desde que incorporou o Arabé, até alcançar a cidade que leva seu nome. Depois de circundá-la, percorrerá mais outras oito antes de se jogar no Longá. É através deste que chega ao Parnaíba, completando um roteiro, em sentido inverso, capaz de orientar, pelo sertão adentro, qualquer aventureiro que se dispusesse a sair do litoral em busca da Ibiapaba.

Dentre os mais antigos proprietários de terras abrangidas pelos limites da antiga Freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Vila de São João da Parnaíba, destacam-se João Gomes do Rego Barros, Manoel Carvalho de Aguiar, João Cavalcante de Albuquerque, João da Cunha Carvalho, Miguel Carvalho, José Vieira de Matos, João Rabelo Bandeira, Florêncio de Castelo Branco, Lourenço de Nazareth, Antônio Carvalho de Almeida, Lourenço Muniz Simões, Paulo Vaz Freire, Gabriel Soares da Mota, Manoel Pereira da Silva, Pedro Marinho de Sá; todos grandes latifundiários nas margens do Parnaíba e Longá, desde as primeiras décadas do século XVIII.

Ocupadas as margens dos rios de maior porte foi a vez do Piracuruca, destacando-se como pioneiros na ocupação de suas margens os Irmãos Dantas, Antônio Gomes Madeira, Bento Correia da Costa, João Cavalcante de Albuquerque e Miguel Rodrigues da Silva

Os Irmãos Dantas (José e Manoel) foram os construtores da igreja Matriz e do imenso patrimônio deixado em testamento para Nossa Senhora do Monte do Carmo, padroeira de Piracuruca, que será analisado em outro trabalho.

Antônio Gomes Madeira era proprietário da fazenda Buriti Rasteiro, com três léguas de comprimento por uma de largura, confirmada por Carta de Data e Sesmaria, em 29 de maio de 1742.

Bento Correia da Costa fundou a fazenda Tinguis, data de terras com três léguas de comprimento por uma de largura, fazendo extrema na parte do nascente com a fazenda Jacaraí de Cima, concedida em 12 de agosto de 1743.

João Cavalcante de Albuquerque era dono de sesmaria na margem do rio Piracuruca principiando o comprimento na embocadura do Riacho de Santa Catarina "*onde faz extrema com a fazenda de Francisco da Rocha Pita...correndo para o nascente onde fica a Serra da Ibiapaba*", concedida em 17 de julho de 1738.

Miguel Rodrigues da Silva era dono da data Sitio Novo, nas extremas da fazenda São João, confirmada em 20 de julho de 1739.

O mais antigo proprietário nas margens do rio Jacaraí foi Theodósio dos Remédios Antoninho, proprietário da fazenda Jacarahy, com três léguas por uma, "*principiando do Sítio Jacarahy de Baixo até as terras já concedidas a outro e caso que antes de inteiradas encontrassem algum provido possam sair por qualquer dos corregos que no dito rio Jacarahy fazem barra, a saber pelo corrego Buritizal que fica na estrada da Matriz e faz barra abaixo do curral dos Tinguis*". A posse definitiva dessa terra, onde já estava assentado há bastante tempo, foi-lhe concedida em 13 de setembro de 1743.

A existência de grandes áreas de terras devolutas e abundância de água fez aumentar a migração de famílias do sertão do Coreaú e Viçosa para o território abrangido pela freguesia de Nossa Senhora do Carmo, priorizando as regiões banhadas pelo Jacaraí. Por razões de proximidade, verificou-se

um acentuado fluxo migratório para a antiga região da Curuminguara e Matões de colonos oriundos de São Pedro da Ibiapina e Serra dos Cocos.

Boa parte desses colonos se mantinha unida por estreitos laços de parentesco aos habitantes da Serra (da Ibiapaba) e do vale do rio São Gonçalo.

CAPÍTULO II

Vale do São Gonçalo

O rio São Gonçalo é formado pelas águas do riacho Tianguá, que nasce nas terras do sítio Lages, e pelas do riacho Frecheiras, vazadouro dos baixios dos sítios Itaguaruna e Pitanguinha, município de Tianguá - Ceará. Percorre mansamente uma distância de pouco mais de 12 quilômetros, em terreno de declive suave, pelo alto da Ibiapaba, até se jogar, serra abaixo, em cachoeiras que abreviam a altitude em mais de 300 metros. A montanha se abre em duas pernas e pelo meio delas passa o rio, escavando, dia-a-dia, os abismos e recortando os talhados. Sobre a perna da esquerda se assenta Viçosa. Sobre a da direita enfileiram-se a Corredeira, Cabeça da Negra, Chuvisco e São José.

Recebe as águas do rio Quatiguaba, na altura do povoado Covão, já no município de Viçosa, percorrendo pouco mais de sete quilômetros pelo boqueirão que tem o mesmo nome indígena, distância em que o desnível se reduz em mais 400 metros, chegando apressado ao outro boqueirão chamado de São Gonçalo.

Até ali recebeu água de fontes, riachos e olhos d'água de um lado e de outro da Serra. Das encostas do lado leste, recebeu as águas dos sítios Limão, Buriti, Brejo e das terras da Corredeira, conduzidas pelo riacho Valente. Do lado do poente, recebeu o riacho Boqueirão, que veio drenando as águas da Delgada, Tranqueira, Rebentão, Macagetuba, Brejo Grande, Tanque, Capibaribe, Cacimbinha e Queimadas.

Esse riacho Boqueirão, correndo no sentido norte-sul, delimitou o alcance máximo da bacia do Parnaíba, levando para o Coreaú águas que, por pouco, não foram para o "velho monge", através do Pirangi, do Jaburu, do Catarina, do Gameleira e do Jacaraí.

Conduzidos em seus cursos pelos desvãos naturais da serrania, tem o São Gonçalo descendo para ele uma grande quantidade de riachos menores que, principalmente no inverno, tornam significativamente aumentadas suas águas. Dentre esses, pelo nascente, o Curtume, que vem das terras outrora pertencentes à Corredeira, e o Tapado, que desce das terras do sítio São José. Poucos metros antes da Oiticica, desemboca pela sua margem esquerda o riacho da Raposa. Dali, acalmado pela planície, banha e fertiliza com o húmus que trouxe das terras altas todo o vale do Lambedouro e prossegue recebendo outros riachos e fontes que descem da Serra de São Joaquim, pela margem esquerda, e da Serra de Dom Simão, pela direita.

Abaixo do povoado Pau Ferro, passa a ser chamado Itacolomi e com esta denominação segue tranqüilo em busca do Coreaú, onde deságua numa curva próxima ao povoado Canto das Pedras.

Passa o rio, cresce o vale do Lambedouro, sempre cercado por um cordão verde azulado de bela serrania. Por ali chegaram Pero Lopes e, quatro anos depois, os jesuítas, em busca da primeira aldeia indígena. Na parte mais larga, entre a Serra de São Joaquim e a Serra do Gado Bravo, o vale atinge uma largura aproximada de 12 quilômetros, terras que foram dadas em sesmaria ao padre Francisco Lira, sucessor de Assenço Gago na Missão da Ibiapaba. Vai estreitando-se rumo ao sul, num percurso de dez quilômetros, onde já chega com a largura de quatro, diminuído pelos contornos do Itarumã, que sobrepõe sua massa sobre a planície. A base arqueada da montanha esconde, à esquerda, a Oiticica e, pela direita, plantada aos pés da serra, a Pitinga.

Avança o vale mais cinco quilômetros e torna-se espremido no lugar conhecido pelo nome de Boqueirão de São Gonçalo, onde se acaba a terra plana e se levantam os talhados, quase verticalmente.

Atualmente, Boqueirão do São Gonçalo é entendido como sendo as terras que se situam no início do vale do Lambedouro, limitando-se, ao nascente, com o travessão judicial da Corredeira, ao poente com os talhados da serra, ao norte com a data João Ferreira e ao sul com o sítio São Gonçalo.

Por onde passa o rio lhe mudam o nome: Tianguá, Frecheiras, Caruá, São Gonçalo, Quatiguaba. Outros o chamam de rio da Oiticica, ou Lambedouro, e se acaba como Itacolomi. Boa parte dos moradores do vale a ele se refere simplesmente como "o rio". Em muitos documentos de terra é rebaixado a riacho.

O povoamento da região intensificou-se nos últimos tempos. A vila de Oiticicas cresceu e está chegando perto do Boqueirão. O calçamento já alcançou o cruzamento da "Rua da Paciência" com "Rua da Fé", a meio quilômetro do riacho da Raposa.

Mesmo com a diminuída compensação da atividade agrícola, que obriga o povo a deslocar-se para os centros urbanos, o verde mostra a pujança dos canaviais, resistindo bravamente como fonte de sobrevivência de grande parte da população que ali reside. Pelos caminhos de terra ainda trafegam comboios de burros, carregados de cana, rumo aos engenhos, onde, faz gosto se ver, movimentam-se moendas numa atividade febril e obstinada.

Não fosse pelos engenhos de ferro, movidos por motores elétricos, as fábricas de aguardente e rapadura existentes no vale do Lambedouro pouco diferem das fábricas do passado. As fornalhas, os alambiques e os tachos de cobre, as cubas e os tonéis de madeira, as cangalhas e os cambitos feitos de ganchos

de pau, os arreios de sola dos animais são, basicamente, os mesmos tipos de utensílios de antigamente.

O tempo não mudou muito os rígidos costumes e métodos de trabalho. Do nascer ao pôr-do-sol, homens e animais estão envolvidos na atividade que se adequa à estação do ano. Se é inverno, plantam. Se é verão, moem. Em qualquer uma, criam.

O vale do Lambedouro, em Viçosa, e o do rio Jacaraí, em Piracuruca, foram pontos de convergência, há mais de 200 anos, do entrelaçamento familiar que adiante se tratará. O Jacaraí - de cujas margens não há um único palmo de terra, depois que ele desce a Serra, que não tenha pertencido ao capitão Gonçalo Machado de Cerqueira, bisavô de Maria Joaquina - banha chapadões próprios para o pastoreio extensivo de rebanhos. O Lambedouro, celeiro pródigo em cereais e incomparável na cultura da cana, concentra grande capacidade produtiva agropastoril.

Esses vales foram habitados por representantes de antigas famílias de colonos que neles se instalaram, cresceram e viveram, de um modo ou de outro, em função dos citados rios e de seus afluentes, criando rebanhos ou plantando cereais e cana nos baixios ao longo de suas margens.

Pelo enunciado dos sobrenomes dos habitantes dessas regiões pode-se cogitar nada terem de parentesco entre si, dada a variedade que apresentam: Ferreira, Bitônio, Ribeiro, Rodrigues, Nogueira, Magalhães, Carvalho, Fontenele, Carneiro, Cunha, Araújo, Pinho, Lopes Freire, Monte e Silva, Costa Peixoto, Miranda, Barcelos, dos Santos, Linhares, Frota, Siqueira, Cerqueira, Machado, Brito, Passos, Aragão, Aguiar e tantos outros. Por trás dessa miscelânea esconde-se, e perde-se no tempo, um amálgama genealógico que os irmana e os identifica. Nenhum remanescente dessas famílias permanece puro nas suas origens, mas miscigenados e, geneticamente, de tal forma misturados que é impossível distinguir a um sem se referir a todos.

Capítulo III

A difícil conquista do Norte

José da Cunha e Maria Joaquina são exemplos típicos da confluência desse rol extenso de famílias que habita as regiões norte do Piauí e Ceará, irmanadas ao longo do processo de colonização. Suas origens se fixam nas pegadas dos mais antigos colonos que ali começaram a chegar, desde os fins do século XVII, em busca de melhores condições de vida. Com exceção dos Gonçalves Rodrigues e dos Fontenele, cujos iniciadores dedicavam-se à mineração, os demais chegaram às ribeiras do Coreaú e Acaraú em busca de terras para plantar e criar.

Vindos principalmente de Pernambuco e Rio Grande do Norte para o Siará Grande, chegaram ao antigo Siupé, Caiçara e Coreaú, atraídos pelo exemplo empreendedor dos jesuítas da Missão da Ibiapaba, ocupando as terras com fazendas de gado e lavouras. Depois que os Jesuítas e os índios foram desalojados das terras férteis da Missão, lá se instalaram, atraídos pelo clima frio propício ao cultivo de café, fumo, cana e pimenta.

Multiplicaram seus descendentes através de casamentos com antigos colonos do norte do Piauí, quase todos parentes entre si, estabelecendo o complexo emaranhado de relações de parentesco que une essas famílias.

Tangidos por secas ou longas estiagens, foram em busca de sobrevivência no Maranhão, embrenharam-se nas matas do

Pará e Amazonas, atrás da seringa, sendo tratados pelos parentes, muitas vezes, como "ausentes em lugar incerto e não sabido". Mais recentemente encontraram o caminho do sul do País.

Os primeiros representantes dessas famílias chegaram à região norte no tempo em que as capitanias eram compostas de terras devolutas e o Governo de Portugal, "*em benefício da povoação e da lavoura das terras do Brasil*", através do Alvará de 8 de dezembro de 1650, se propunha distribuí-las, por meio das "Carta de Data e Sesmaria", a pessoas que, "*com mulher e filhos*", viessem para ocupá-las.

O tamanho básico de uma sesmaria correspondia a um território medindo três léguas de comprimento por uma de largura ou, mais precisamente, 19.800m x 6.600m, equivalente a uma área aproximada de 13.068 hectares.

Esses territórios popularizaram-se com denominações precedidas da palavra "data", ainda hoje muito conhecidas no sertão. São historicamente famosas no município de Piracuruca as datas Macambira, Curral dos Cavalos, Veados, Batalha, Boqueirão, Pitombeira, Peru e Monte, deixadas em testamento pelos irmãos Dantas para o patrimônio de Nossa Senhora do Monte do Carmo, padroeira daquela cidade. Invadidas por todos os lados, teve a Igreja grandes dificuldades para manter tal patrimônio e muita discussão se abateu sobre o seu domínio, gerando alongados processos judiciais. O principal embate jurídico em torno desse patrimônio ficou conhecido, naquela cidade, como a "questão da Santa".

No processo de ocupação das terras, quem chegava primeiro ocupava os vales úmidos dos rios e riachos, levando vantagem na instalação das fazendas e currais pela oferta da água.

Como não poderia deixar de ser, pesava na concessão de sesmarias a pessoa do requerente. Os poderosos,

justificando que poderiam tornar as terras povoadas e produtivas em benefício da real fazenda, recebiam sempre mais de uma data, dando início à formação dos grandes latifúndios - causa primeira da injusta questão agrária nacional.

No norte do Ceará, como locais de fixação, foram priorizadas a Ribeira do Acaraú, a Ribeira do Coreaú e a Serra da Ibiapaba, regiões incluídas na capitania do "Siará Grande", anteriormente pertencente ao quinhão de 40 léguas que o provedor-mor da Fazenda de Portugal, Antônio Cardoso de Barros, recebera em 20 de novembro de 1535 com foral passado em 26 de janeiro de 1536.

A posse de Antônio Cardoso, que se estendia da foz do rio Parnaíba até a ponta do Mucuripe, limitava-se ao norte com a primeira capitania do Maranhão, pertencente a seu chefe, Fernão Álvares, e ao sul com a capitania do Rio Grande, pertencente a João de Barros e Aires da Cunha.

Não existe comprovação de que o donatário do Ceará tenha empreendido esforço para colonizar seu território, mas o historiador Francisco de Varnhagen supôs que as ruínas de pedra e cal, localizadas nas praias de Camocim, em 1614, poderiam ser indícios nesse sentido.

Por precaução, certamente, não quis Antônio Cardoso se aventurar no arrojado projeto que seus vizinhos João de Barros, Fernão Álvares e Aires da Cunha empreenderam, em 1536, para colonização de seus lotes, embora ficasse com suas terras rigorosamente no meio daquelas que os outros pretendiam colonizar.

Foi decisão acertada porque a fantástica expedição armada pelos três sócios - composta de 10 navios, 1.500 homens e 113 cavalos - triunfalmente aportada em Olinda, em 6 de janeiro de 1536, foi destruída meses mais tarde nas costas do Maranhão, vencida pelas traiçoeiras formações de corais do parcel de Manoel Luís. O próprio comandante da

expedição, Aires da Cunha, sumiu afogado com sua nau capitânia e os sobreviventes que foram poupados pelos índios trataram de voltar para casa em estado precário. Em agosto de 1538, alguns deles chegaram ao Caribe "mui perdidos e necessitados".

Os filhos de João de Barros, Jerônimo e João, membros da expedição, tiveram sorte em voltar para casa vivos, depois de uma jornada de prisioneiros dos castelhanos do Caribe, porque o pai se dispôs a gastar "*muita palavra e muito ouro*" para resgatá-los.

O obstinado João de Barros ainda tentou duas vezes tomar conta de suas terras na América, mas um igual número de vezes foi vencido. Em 1539, enviou uma expedição comandada por Luís de Melo, que teve sina semelhante à de Aires da Cunha – morreu afogado nas costas do Maranhão. Em 1556, mandou novamente os filhos com idêntico objetivo e foram eles, mais uma vez, derrotados pelos indígenas, aumentando o seu tormento. Empobrecido e amargurado, morreu em 1570, não sem antes desistir definitivamente de suas terras no Brasil.

Foi igualmente trágico o destino do fidalgo Antônio Cardoso de Barros. Regressando ele a Portugal, "*por motivo de lucta travada com Duarte da Costa, sucsessor de Thomé de Sousa*", em 16 de junho de 1556, foi trucidado e comido pelos índios caetés, juntamente com o bispo Pero Fernandes Sardinha, quando o navio em que viajavam naufragou nos baixios chamados Dom Rodrigo. Afirma o Barão de Stúdart que Antônio Cardoso era filho de João de Barros e casado com Francisca de Aguiar, filha de Afonso de Aguiar (Geographia do Ceará – página 77).

CAPÍTULO IV

A terra de Mel Redondo

Abandonadas pelos portugueses ficaram as regiões norte do Piauí e Ceará, sujeitas à cobiça dos traficantes franceses aquartelados em São Luís do Maranhão. Por volta do ano de 1590, um grupo deles, chefiados por Adolpho de Montbille (Flávio Guerra, História Colonial do Nordeste - pág. 33) chegou à Serra fazendo amizade com os índios e estabelecendo uma base de operações. Por trás de gestos amistosos, escondiam interesses rapineiros despertados pelos próprios índios, que lhes informaram da existência nos contrafortes daquela serrania de uma grande mina de prata.

Essas enganosas informações despertariam também a cobiça dos holandeses quando, em 1649, ocuparam o Ceará pela segunda vez. No dia 14 de março daquele ano, o comandante da expedição, Mathias Beck, deixou registrado em seu "*Diário de minha viagem ao Siará*" que os tapuias haviam entregue ao comissário Von Ham amostras do "*metal com que presenteou ao finado Sr. Codde, e que presumia ser prata; como segundo todas informações que até o presente tenho podido obter e verificar, o monte Ipuapaba, onde João de Albuquerque declarou haver uma mina de prata, está situada a 20 léguas de Camaragibe...*". (Três documentos do Ceará Colonial – 246).

Somente em 1743 os portugueses se dispuseram a explorar a falada e inexistente mina de prata, projeto que

levou à ruína Antônio Gonçalves de Araújo, como será demonstrado adiante.

Viajar por terra em busca da inexistente mina de prata de que falavam os índios foi o melhor modo que os franceses encontraram para ir do Maranhão ao Ceará, uma vez que a navegação costeira naquele sentido, em navios a vela, é praticamente impossível. Não sem razão, estabeleceram-se junto à aldeia mais populosa, onde reinava Mel Redondo (Irapuã) sobre um grande contingente populacional indígena. Nos socavões escarpados do lado norte da Serra encontraram a primeira amostra do que poderia ser, de fato, um fabuloso projeto de riqueza – a mina de cobre da "pedra verde".

Alarmado com as notícias que chegavam das brenhas, dando conta da evolução da coluna francesa, finalmente o Governador Geral do Brasil, Diogo Botelho, decidiu adotar medidas efetivas de posse e colonização daquele território, expulsando definitivamente os intrusos. Em reunião realizada no dia 21 de janeiro de 1603, em sua própria residência, em Pernambuco - com a presença de Manoel Mascarenhas Homem, Feliciano Coelho de Carvalho, desembargador Gaspar de Figueredo, Diogo de Campos Moreno e do capitão João Barbosa - foi aceita a proposta do Governador de enviar uma expedição por terra com o objetivo de descobrir o porto do rio Jaguaribe, inibir o comércio dos estrangeiros, descobrir minas e estabelecer a paz com os índios.

Para cumprir essa missão o Governador tinha escolhido Pero Coelho de Sousa, morador na Paraíba – "*açoriano, homem nobre, cunhado de Fructuoso Barbosa*" – homem traquejado na arte da guerra e interessado nas riquezas da região, inclusive a mina de prata de que davam notícia os índios. Ele – como tantos outros que existiam naqueles tempos, chefes de exércitos particulares capazes de ocupar terras, enfrentar corsários e dizimar índios – revelou-se um mercenário. Além dos recursos

humanos e materiais necessários para a empreitada, Diogo Botelho concedeu-lhe a patente de capitão-mor, que lhe dava o domínio de todas as terras que conquistasse.

Partiu Pero Coelho da Paraíba, em 21 de janeiro de 1603, comandando uma tropa fortemente armada e municiada, composta de 65 soldados brancos e 200 índios frecheiros. Entre os brancos, seguiam dois jovens: Martins Soares Moreno - na época com 17 anos de idade - e o intérprete Manoel de Miranda. No dia 18 de janeiro de 1604, chegou a expedição à foz do rio Camocim, de onde seguiu para a Ibiapaba.

A união dos guerreiros de Mel Redondo com os comandados por seu vizinho, Diabo Grande, não foi suficiente para a defesa do território. Ao contrário da abordagem cativante dos franceses, a quem chamavam "maires" (transformadores), experimentaram os truculentos métodos de guerra que caracterizavam o colonizador português e, com especialidade, o estilo guerreiro de Pero Coelho, comparados em ferocidade aos "perós" (tubarões). Houve mortes, foram presos alguns franceses e ficou destruída a aldeia.

Mel Redondo e Diabo Grande, aprisionados e humilhados, viram muitos dos seus guerreiros seguirem manietados como escravos para serem entregues a senhores de engenho na Paraíba. A violência praticada pelos expedicionários contra eles, sobretudo o apresamento de guerreiros para escravidão, foi responsável pelo profundo ódio que cultivaram pelos portugueses durante longo tempo.

Cumprida aquela fase da jornada, seguiu Pero Coelho rumo ao Maranhão, mas só chegou até ao rio Parnaíba, de onde regressou a expedição sob forte desagregação e sintomas de rebeldia. Mirrados pela fome, castigados pela seca que assolava o sertão no ano de 1605 e submetidos aos sofrimentos ocasionados pelas precárias condições de vestimenta e saúde, Mel Redondo viu, por fim, os combatentes saírem de seus

domínios tomando o rumo de casa por caminhos diversos. Deixando atrás de si um profundo rastro de ódio plantado no coração dos gentios, partiam amargando o fracasso da primeira tentativa de ocupação da Ibiapaba.

Enquanto o velho mercenário padecia miséria em Lisboa tentando receber a paga dos serviços que prestara, sem nunca o conseguir, desgraçado pelo insucesso da jornada em que sacrificara a família e perdera um filho e vários membros da expedição, mortos de fome e sede, ficavam os franceses em São Luís até o ano de 1615, quando foram vencidos pelas tropas de Jerônimo de Albuquerque comandadas por Alexandre de Moura. Somente em janeiro de 1616, Daniel de La Touche – Senhor de La Ravardière – entregou-se aos portugueses e foi levado como prisioneiro para Pernambuco, de onde seguiu para a Torre de Belém, em Lisboa.

CAPÍTULO V

A serra reclama seu mártir

Fracassada a tentativa de Pero Coelho, continuou o norte do Ceará e Piauí abandonado pelos portugueses e os índios já haviam dado mostras de que podiam se aliar a quem, com fala mansa, lhes trouxesse presentes, justificando pôr em prática uma estratégia eficaz de ocupação.

Diogo Botelho conseguiu que Fernão Cardim, provincial dos Jesuítas da Bahia, enviasse os padres da Companhia de Jesus para tentar conseguir pelo verbo aquilo que Pero Coelho não conseguira pela espada – retirar dos invasores o apoio indígena. Para não levantar suspeita, a nova expedição (Missão do Maranhão), além dos padres e de 60 índios, propositadamente não levava nenhum branco.

Para executar a grandiosa tarefa, foram escolhidos os padres Francisco Pinto (nascido na Ilha Terceira em 1552 e jesuíta desde 1568) e Luiz Figueira (nascido em Campo de Ourique, Arcebispado de Évora, Portugal e jesuíta desde 1592). Sem dúvida, para serem colocados em tão arriscada empreitada, homens de extraordinária capacidade.

Partindo de Pernambuco, no dia 20 de janeiro de 1607, levando de volta na condição de libertos os índios que haviam sido escravizados por Pero Coelho, em sinal de paz, a "Missão do Maranhão" tinha como objetivo evangelizar os "desamparados gentios", fazendo com que abandonassem os corsários franceses e se unissem aos portugueses, conforme

escreveu Luiz Figueira na "Relação do Maranhão", enviada ao padre Cláudio Aquaviva no ano de 1608:

> "Pax Cristi. No mês de Janr°. de 607 p. ordem de fernão Cardim pr.ª l nos partimos para a missão do Maranhão o pe. fr.co Pinto e eu cõ obra de sessenta Indios, cõ intenção de pregar o evangelho aaquella desemperada gentilidade, e fazermos cõ q' se lançassem da parte dos portugueses, deitando de si os frãnceses corsairos q' lá residem pera q' indo os portugueses como determinão os não avexassem nem captivassem, e pera q' esta nossa ida fosse sem sospeita de engano pareceo bem ao pe. pr.al q' não levassemos cõnosco portugueses e assi nos partimos sós com aquelles sessenta Indios." (Luiz Figueira - Relação do Maranhão – Três Documentos do Ceará Colonial – Instituto do Ceará – página 76).

Suplícios tremendos sofreram os padres e os tais 60 índios membros da comitiva, na longa marcha rumo à Ibiapaba naquele inverno pesado, vencendo ladeiras, atoleiros, fome, mosquitos, cobras e caranguejeiras "peçonhentíssimas". Com inigualável coragem, suportaram cada um desses tormentos "*p.r serviço daquelle S'or q' lhe o autor de todo elle*".

Pela época da Semana Santa, chegaram à aldeia de Mel Redondo, mais tarde conhecida como **Aldeia da Ibiapaba**, agora reduzida a um mísero agrupamento de 20 choupanas onde foram recebidos sem entusiasmo pelos naturais. O grosso da tribo havia fugido para o Maranhão, após o ataque de Pero Coelho.

As mensagens de paz, o propósito de lhes ensinar a "vida boa" e, nem mesmo, a presença dos índios libertos foi suficiente para tranqüilizar todas as aldeias ainda traumatizadas pela ação violenta e pelo apresamento dos guerreiros. Alguns chefes índios, principalmente tribos tapuias, enxergavam na atividade dos padres uma estratégia para levá-los à escravidão; culminando por levar os Cararijus (ou Tocarijus, segundo Vieira)

a emboscar e matar, na manhã de 11 de janeiro de 1608, a golpes de pau de jucá, Francisco Pinto e alguns de seus companheiros. Luiz Figueira relata a tragédia:

> "...Saia pela porta o yndio despedindosse p.ª cõ mão arm.ª começão as frechadas de hua e outra parte cõ grãde grita e em breve morreo hu tapuya e outro segundo dizem foi cõ as tripas fora enchendo o caminho de sangue e provavelmente logo morreria, ep. q' os selvagens sahirão a nossa porta que estava no couce da aldeia a borda do mato, e o pe. estava dentro da casa rezando as horas menores, sahio cõ trabalho, tendo os nossos o impeto dos tapuyas q' o não matassem logo, o forão amparando até entrarem no mato, os tapuyas carregarão ali seguindoos e como o mato ali era estreito logo sairão as roças limpas bradavão os nossos aos tapuyas q' estivessem quedos q' aquelles era o pe. abaré q' os queria apaziguar e ensinar a boa vida e responderão elles que não tinhão de ver cõ isso, q' o haviam de matar, finalmente se espalharão dous ou tres nossos q' ali hião, ficãdo so junto do padre o esforçado yndio e benfeitor dos padres chamado Antonio carajbpocu, o qual o defendeo em quãto pôde ate morrer por elle e com elle, ainda ficou cõ vida mas sem sentido nem fala, e durou poucas horas, chegarão então ao pe. e tendolhe hus mãos nos braços estirandolhes p.ª ambas as partes ficando elles em figura de cruz, outros lhe derão tantas pancadas cõ hu pao na cabessa q' lha fizerão pedaços, quebrandolhe os queixos e amassãdolhe as cachages e olhos o qual pao cheio de sangue trouxe como reliquia, despirãolhe a roupêta somente e o cobrirão cõ terra e o pao em cima, e p. q' sempre os roins e menos nec.os no mundo escapão, acertey eu no tempo em q' se comessou a briga de estar na casa dos moços fora do meo costume naquelles tempos, e posto q' era defronte delles, cõ tudo era um pouco desviado, e dali sai logo para outra parte, sahio comigo hu nosso moçozinho q'me foy a salvação o qual me tomou a diant.a correndo e bradãdome, apressate, pay seguiao eu não m.to apressado, vendo elle q' não corria eu tãto como elle queria meteosse logo em hu matosinho bem estreito mas fechado pello q' eu não pude dar por elle muitos passos, e assi nos ficamos

> logo á borda do mato ouvindo gritos junto de nos por todas as partes e esperando q' logo chegassem, mas o que mais pena me dava era ouvir hu cão q'andava latindo no mesmo mato persuadindome ser dos tapuyas q'cõ elles queriam descobrir os escondidos, o qual passou por diante de nos, mas sem dar mostras de nos sentir;...". (op. cit. pg. 100).

Morto Francisco Pinto, aos 56 anos de idade e 39 de companhia, ficou Luiz Figueira "*só e sem lingua, porque ainda a não tinha estudado*", como esclarece o padre Antônio Vieira. Nessa situação, viu-se forçado a fugir com o restante da comitiva, deixando o mártir sepultado "*ao pé daquella serra da ybyapaba em hu lugar q' particularmente se chama Abayára*".

Não era próprio da Companhia esmorecer frente à adversidade. Mesmo sem franceses para escorraçar, persiste o objetivo de instalar as bases da catequese na Serra. O próprio Luís Figueira, tempos depois, tenta regressar à Missão mas o barco em que viajava naufragou, em 1º de julho de 1643, na altura da ilha de Marajó. O sacerdote e seus companheiros foram mortos e devorados pelos antropófagos Arauãs.

Exatos 13 anos depois, em 4 de julho de 1656, depois de 35 dias de marcha, chegam à Serra os padres Antônio Ribeiro (nascido em São Paulo e jesuíta desde 1637), profundo conhecedor da língua indígena, e Pedro Pedrosa, que fixam as primeiras bases da **Missão da Ibiapaba**, no lugar onde é hoje a cidade de Viçosa, conforme se afere pela descrição que dele nos dá Vieira:

> "os dias no povoado da serra são breves, porque as primeiras horas do sol cobrem-se com as névoas que são espessas e muito contínuas; as últimas escondem-se antecipadamente nas sombras da serra que para as partes do ocaso são mais regulares e levantadas" (Transcrito por Luís Barros em " História de Viçosa do Ceará", pág. 18)

Ao padre Pedro Barbosa de Pedrosa - filho de Pedro Alvares de Pedrosa e natural de Coimbrão, Termo de Leiria - o Barão de Studart atribui a "*prioridade na navegação em canôa da costa do Maranhão ao Ceará*". Além disso, foi "*o primeiro Português que penetrou o sertão dos índios Tacanhapes navegando o Rio dos Juruinas na Capitania do Pará e quem abriu por terra caminho para comunicação do Estado do Maranhão com o Ceará, no que foi imitado por André Vidal de Negreiros*" (Geographia do Ceará - pág.112).

Instalados de modo precário em rústicas cabanas de palha, iniciam os padres imediatamente o trabalho de catequese e evangelização, sempre molestados pelos índios desconfiados de que tais atividades faziam parte de estratégia para escravizá-los. Depois de dois anos de trabalho sofrido, ensinando as crianças a ler, escrever e contar, em permanente ameaça, isolados e desprotegidos, tentam abandonar a Missão.

A essa idéia opõe-se veementemente Antônio Vieira, superior da Companhia de Jesus em São Luís, que abraçara com ardor a causa indígena. Em carta de 10 de junho de 1658, endereçada ao Provincial da Companhia, justifica a permanência da Missão na Serra e conclui dizendo: "*Se há tantos que vão de Roma ao Japam por hua Alma, não averá quem vá do Maranhão ao Camuci por tantas...*".

Como resultado da ação de Vieira, foi construído o forte de Camocim, com o objetivo de colocar ordem nos índios e prestar apoio aos padres da companhia. Ele próprio visita a aldeia, onde chega, a pé, em 24 de março de 1660, depois de 21 dias de jornada, permanecendo ali até o mês de maio. Nessa viagem, cujo trajeto acompanhou em parte o curso do rio Pirangi, descansou no lugar denominado hoje de Padre Vieira, onde celebrou missa embaixo de um juazeiro.

Tanto sacrifício tornou-se vão frente à imprudência de Rui Vaz de Siqueira, governador do Maranhão, na época. A pretexto de dar segurança aos padres, mandou para a Serra uma força policial que mais não fez do que aumentar a revolta dos índios pela maneira depravada com que se comportava a soldadesca. Derrotados na luta armada que provocaram, fugiram os militares de Siqueira, em fins de agosto de 1662, criando uma condição insustentável para os padres. Fugiram, também eles, acompanhando a tropa.

Assim ficou a aldeia até 1673 quando passou por lá, em rápida viagem de catequese, frei Francisco Sá.

CAPÍTULO VI

Aldeia, Vila e Cidade

Em 1693, vindos a pé de Pernambuco, chegam à Serra os padres Assenço Gago (paulista nascido em 1665 e jesuíta desde 1680) e Manoel Pedroso Júnior (nascido em S. Paulo em 1661 e jesuíta desde 1679), trazendo aos caciques mensagens de paz e promessas mandadas pelo Rei. Deram início imediato a um eficaz esforço de edificação da aldeia, designando locais para instalação de suas choças e roças e construindo uma "*igreja pequena e de pouca dura*" enquanto conseguiam recursos para construir a "*igreja grande*". Conquistada a confiança dos índios, deram prosseguimento ao processo de torná-los cristãos aliados, aplicando a fórmula tradicional que se baseava na conversão dos caciques, catequese dos jovens e erradicação dos pajés.

Convertida em local de pouso estratégico, ao longo do caminho entre São Luís e Camocim, a aldeia carecia de uma hospedaria onde tanto se alojassem com conforto os padres da Missão como dessem abrigo aos viajantes que por lá passavam. Atendendo pleito do padre Assenço Gago neste sentido, El Rei D. Pedro II, em 8 de janeiro de 1697, determinou ao Governador de Pernambuco, Caetano de Melo de Castro, "*que se faça hum hospicio ou caza de rezidencia pª assistirem os Padres da companhia...*". O Governador, por sua vez, nunca cumpriu a régia ordem, fato que levou o padre João Guedes, após a morte de Assenço Gago, a retomar o pedido.

Em 17 de março de 1721, D. João V, reconhecendo que as ordens de seu antecessor não haviam sido cumpridas, determinou que o pedido de padre João Guedes fosse atendido, mandando liberar a quantia de 6:000 cruzados no período de três anos, à razão de 2:000 cruzados por ano. Na mesma ordem, estipulou o valor de 40 mil réis de côngrua para cada missionário, que na época eram dez, inclusive alguns alemães, a serem pagos com verba que já existia enquanto "*creava um novo imposto de uma cabeça de gado sobre cem 2 por 500, visto se achar a capitania cheia de curraes...*". Garantiu mais que tudo que fosse necessário para o hospício seria mandado no "Barco das Mudas", que todo ano viajava para o Ceará.

Desde sua chegada à Serra, Padre Assenço demonstrou a predisposição de construir ali as bases para uma povoação organizada socialmente, corrigindo o costume de vida errante praticada pelos indígenas. Além de dar forma às edificações da aldeia, tomando por centro a igreja, dividiu "*os índios todos em companhias, nomeando-lhes por capitães e cabos*". Com habilidade política, manteve a autoridade dos três caciques, conforme os hábitos e costumes que lhes eram próprios e sem subordinação de uns aos outros, fazendo com que acomodassem suas moradias da seguinte forma:

> "... O Principal D. Jacobo de Sousa para a parte do nascente, com todos os seus vassalos; o principal Salvador Saraiva, com os seus para a parte do poente; e para a parte do sul, fechando a quadra da Aldeia, o Principal D.. Simão Taminhaba, com seus vassalos". (Padre Serafim Leite, História da Companhia de Jesus no Brasil, 1943, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, tomo III, Norte I).

Chegavam, portanto, os índios da Ibiapaba ao limiar do século XVIII com seus costumes bastante modificados. Os

principais tinham título de "dom", os guerreiros estavam convertidos em "vassalos" e as moradias compulsoriamente fechavam a "quadra" da aldeia.

Desse esforço e organização social promovidos pelos jesuítas, tendo à frente o padre Assenço Gago, resultou a criação oficial, em 15 de agosto de 1700, da Aldeia de Nossa Senhora da Assunção da Ibiapaba, data em que foi inaugurada oficialmente a igreja, tendo as festas comemorativas prolongado-se por três dias.

Ficou nessa condição de aldeia até 7 de julho de 1759, quando foi elevada à condição de Vigararia Amovível e transformada em vila, com o nome de Vila Viçosa Real, por ordem de El Rei Dom José I, cumprida por Bernardo da Gama Casco conforme consta no seguinte termo:

> "Termo porque se erigio e criou esta Aldea em villa com o titulo de Villa Viçosa Real. Aos sete dias do mez de julho, de mil setecentos e cincoenta e nove annos, em esta Aldea da Ibiapaba, no lugar da Matriz de Nossa Senhora da Assumpção defronte das cazas que interinamente ham de servir de Paços do conselho desta nova villa, de que fica sendo orago a mesma Snr.ª, adonde foi vindo o D.°r Desembargador Ouvidor geral da Comarca de Pernambuco, Juiz executor desta deligencia, e sendo ahy commigo Escrivão de seu cargo e o Meirinho Manoel Per.ª Lobo, estando junto e convocado a toque de sino todo este Povo, logo o dito D.°r Dezor e Ouvidor Geral, em virtude das ordens regias que já forão publicadas pelas quaes manda S. Mag. Fidelissima reduzir a liberdade de suas pessoas, bens e comercio a todos os Indios que assistiram neste continente do Brazil para se regerem e governarem per sy, sogeitos só a jurisdição Real como faraneos della, mandando crear em Villas e lugares as Aldeas em que os sobreditos assistem, e em virtude das ditas Ordens Regias mandou elle dito D.°r Dezor Ouvidor geral na presença de todo este Povo levantar um pelourinho alto de madeira com seos braços por não haver pedra com

suficiencia, o que se practicou no referido lugar da Praça desta nova Vila, que denominou com todo o seo termo, destricto, e mais logradouros de que está de posse com o titolo de **villa Viçosa real** (grifo nosso) para daquy em diante se fazerem junto ao dito Pelourinho todas as arremataçoens e mais actos Judiciaes que pertencerem tanto a justiça co a Real fazenda e tudo o mais que for em beneficio commum deste Povo na forma que se pratica nas mais cidades e villas destes Reynos a quem o dito Senhor concedeo a mesma graça e previlegio de que todos ficarao bem entendidos e scientes dizendo em altas vozes viva o Snr. Rey D. José de Portugal Nosso Snr. Que a mandou criar e para que a todo tempo conste do referido mandou fazer este termo que comigo Escrivão e Meirinho assignou ordenandose registrasse com as ditas ordens regias no Livro do registro da Camera desta Vª. Eu Luiz Freire de Mendonça Escrivão desta deligencia o escrevy e assigney. Bernardo Coelho da Gama Casco. Luiz Freire de Mendonça. Manoel Pereira Lobo". (in, Dr. Guilherme Studart, Notas Para a História do Ceará – Segunda Metade do Século XVIII – Lisboa – Typografia do Recreio, 1892).

Naquela manhã de 7 de julho de 1759, enquanto cumpria o ritual de criação da vila, Bernardo Coelho da Gama Casco punha em prática a punição engendrada nas profundezas da mente doentia de Sebastião José de Mendonça Carvalho, autodenominado Marquês de Pombal. Para punir os jesuítas, confiscava-lhes todos os bens, privava-os da liberdade e os desterrava para Portugal, onde padeceriam, nas masmorras da fortaleza de São Julião, do incomensurável ódio que lhes nutria. Cientes da ordem do iracundo marquês, humildemente "*fizeram entrega de tudo ao Revdº Vigario seu substituto, e puseram-se à disposição do Desembargador. Nenhuma queixa, nenhuma opposição*", conforme narra o Dr. Guilherme Studart.

No mesmo dia 7 de julho de 1759, tomaram posse dos destinos da vila as seguintes pessoas:

• Vigário: Padre Luiz do Rego Barros.

• Coadjutores: Padres José Machado Freire e Francisco Ferreira da Silva.

• Diretor dos índios: Diogo Rodrigues Correa.

• Mestre: Albano de Freitas.

• Juízes Ordinários: O mestre de campo D. Felipe de Sousa Castro e o sargento-mor Antônio da Rocha Franco.

• Vereadores: Agostinho de Britto Passos, sargento-mor João de Vasconcellos e o capitão Manoel de Sousa.

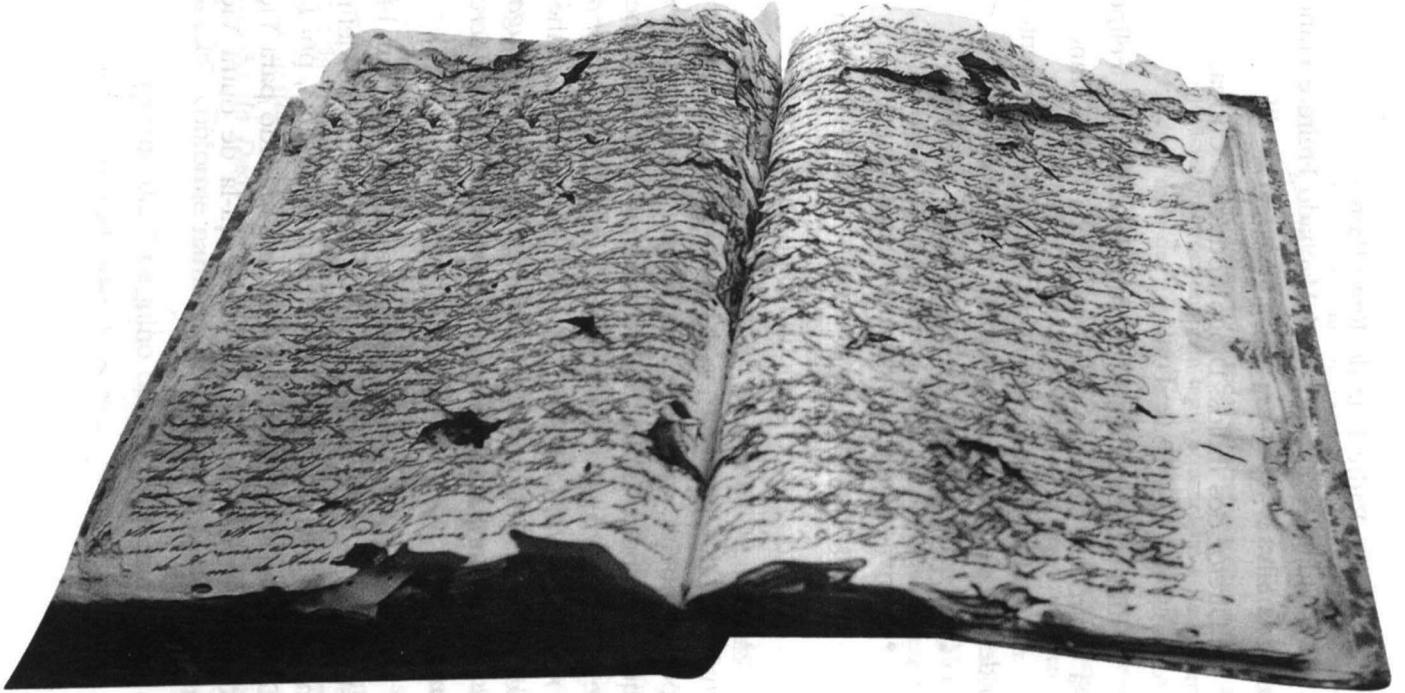
• Procurador: José de Sousa Castro.

• Escrivão: Pedro Machado de Sousa.

• Juiz de Órfãos: Balthazar de Amorim da Câmara.

De acordo com o que publicou o Diário Pedro Segundo nº 1.764, de 7 de janeiro de 1858, na época da criação a vila era habitada por portugueses e índios de língua travada das nações camucim, anacés e arariús, os quais haviam sido conquistados pelos índios da língua geral. Segundo a mesma fonte, o nome Iviapaba, "*vulgarmente Ibiapaba que quer dizer que nesse lugar finda a Serra Grande*", era também conhecida como Tavainha, vulgarmente Tabainha, que significa "*lugar de altos e baixos porque a Villa está em huma planisse (sic) cercada de montes*".

Viçosa foi elevada à categoria de cidade, em 14 de agosto de 1882, através da Lei 1.994, com o nome definido apenas como Viçosa. Em 30 de dezembro de 1943, por força do Decreto-Lei nº 1.144, teve seu nome mudado para Viçosa do Ceará, por necessidade de diferençá-la de outra Viçosa existente em Minas Gerais.



CAPÍTULO VII

O Patrimônio da Santa

Vendo a realidade da ocupação oficial das terras pelo sistema de sesmarias, pesando na concessão a influência e o posto do requerente, e baseado na autorização régia de 8 de janeiro de 1697 que mandava ao Governador Caetano de Mello de Castro lhe "*concedesse terra bastante para nella se plantarem dous curraes de gado com cujo rendimento se possam sustentar os padres*", tratou Assenço Gago de requisitar posses que lhe permitissem fortalecer aquele centro de catequese e educação. Em 3 de setembro de 1706, conseguiu o primeiro registro das terras devolutas que ocupava desde 1695, nas margens do rio Camucim, no lugar chamado Quyraquatiara. Naquela sesmaria, que se estendia por duas léguas ao longo do rio com meia légua para cada lado de suas margens, mantinha os primeiros gados que chegaram à região, num raio de 50 léguas, atitude que serviu de exemplo para outros criadores no povoamento daquele sertão (Nº 147 – Liv. 3 – fl. 36 v a 38).

Mas era pouca terra para comportar todo o projeto do padre. Em 9 de dezembro do mesmo ano de 1706, requisitou e recebeu mais uma sesmaria com igual tamanho de duas léguas quadradas de terras, circunvizinhas às anteriores, nas margens dos riachos Tyboybucú e Itacolomi, conhecidas depois como Tiaia de Cima. Justificava as posses como necessárias para

garantir a ornamentação da igreja, de seu sustento e de seus companheiros missionários, tanto atuais como sucessores. Não pedia, portanto, para si mas para a ordem.

Essa posse de quatro léguas, conhecida como fazenda Tiaia (ou Tiaia de Baixo e Tiaia de Cima), foi ampliada em 1728 com mais quatro léguas doadas ao patrimônio de Nossa Senhora da Assunção, padroeira da aldeia, pelo fazendeiro Pedro Alves Carneiro, "*homem branco, natural de Portugal*". Posteriormente, com rendimentos da própria fazenda, o padre Francisco Lira, sucessor de Assenço Gago, comprou duas léguas contíguas, no lugar chamado Penacuhy, pertencentes a José Bandeira de Melo, natural de Pernambuco. Através de leilão, em hasta pública, o mesmo padre arrematou mais "*três léguas também mistas a dita fazenda, ainda que infructiferas por secas, e veio ficar a dita fazenda da Tiaia com as sobreditas compras, com doze legoas de terras, instituidas patrimônio da dita Igreja...*", conforme consta no depoimento que prestou Gabriel Machado de Silqueira, vaqueiro da mesma fazenda por 12 anos, ao Visitador Geral da Capitania do Ceará Grande, no dia 24 de maio de 1760.

Tanto Gabriel Machado de Silqueira como os demais depoentes no mesmo processo - instalado pelo Visitador Geral da Capitania do Ceará Grande, Veríssimo Rodrigues Rangel, e pelo padre José Afonso Barroso na função de secretário - afirmam que os padres Francisco Lira e Manoel Baptista, também com rendimentos da mesma Tiaia, compraram "*as fazendas da Imbueira ao Padre Manoel Pedrozo, e o Ibuaçú a Dom José da Nação India, por quinze bestas, e a da Pitinga comprada tão bem pelo dito Padre Lira, com os lucros do collegio do Recife, por este a possuir...*".

A fazenda chamada Missão foi incorporada ao patrimônio da Santa por doação dos "*defuntos Machados*" - os irmãos

Miguel e Domingos Machado Freire, para o desencargo de suas almas.

No ano de 1710, padre Assenço Gago recebeu do fazendeiro Francisco da Cunha, "*homem branco natural de Portugal, morador neste tempo no Pacuty, Comarca do Piauhy, Bispado do Maranhão*", 450 cabeças de gado vacum, 27 cavalares, "*um negro d'Angola xamado Jozé, assistente na Fazenda da Missão, e huma cadela rajada de matar onças...*". José, a cadela e o rebanho foram levados do Piauí para a Tiaia pelo vaqueiro Pedro Alves Carneiro, que também doou para o patrimônio da Santa, por esmola, a parte de terra chamada Unna.

Dos rendimentos da doação de Francisco da Cunha, conforme determinado em seu testamento, deveriam os padres manter a igreja de Nossa Senhora da Assunção de tudo quanto lhe fosse necessário, esmola pela qual solicitava lhe dissessem anualmente três missas, nos dias de festividades de seus santos protetores: uma no dia da própria Senhora da Assunção padroeira, outra no dia de Santo Antônio e a terceira no dia de São José, todos santos por quem mantinha grande veneração e cujas imagens mandara fazer e colocar na igreja por sua própria conta.

Como bons administradores que eram, os jesuítas fizeram crescer o rebanho de gado vacum e cavalar, chegando a ter sob suas posses, espalhadas nas diversas fazendas, mais de quatro mil cabeças. De dezembro a junho de cada ano, mandavam dois ou três índios para cada fazenda, a fim de ajudar os vaqueiros e criadores na marcação dos bezerros com a marca de ferro da Santa - que tinha a forma de uma meia lua. Esses índios eram pagos com tecidos para suas vestimentas e os vaqueiros recebiam bezerros machos como remuneração de seus serviços, à razão de um para cada quatro nascidos.

Como ação de caridade, os padres forneciam carne seca para alimentação dos doentes da Aldeia.

Morreu Francisco da Cunha, no dia 30 de abril de 1710, com a consciência aplacada pela esmola oferecida e seguro de que seus santos de devoção não iriam padecer necessidades para se manter em seus altares. Mas estava equivocado.

No ano de 1759, seus amigos jesuítas foram expulsos da Missão e todos os bens de que dispunham, incluindo as fazendas de gado, foram confiscados para a Real Fazenda, por Bernardo Coelho da Gama Casco, emissário do diabólico Marquês de Pombal. Iniciava-se, a partir dali, o malfadado sistema de gestão dos bens do patrimônio que, por incompetência, má fé e cobiça, foi desbaratado e do qual nada mais resta.

No dia 30 de maio de 1760, um ano após o confisco, na última visita que empreendia às freguesias do norte, naquele ano, estando na povoação da Caiçara o Visitador Geral da Capitania do Ceará Grande, reverendo Veríssimo Rodrigues Rangel e seu secretário, o padre José Afonso Barroso, fizeram a autuação de uma petição do padre Luís do Rego Barros e de seus coadjutores, José Machado Freire e Francisco Ferreira da Silva. Nesse documento - intitulado "*Autos da Justificação do Bens Patrimoniais da Igreja Matriz de Nossa Senhora d'Assunpção de Villa Viçosa Rial da Ibiapaba ao favor do Reverendo Vigário Luis do Rego Barros*", atualmente arquivado no APC na Caixa de Documentos da Assembléia Provincial - consideravam aqueles padres que os bens pertencentes ao patrimônio, agora confiscados pela Real Fazenda, deveriam ser administrados por eles que haviam sido nomeados para cuidar do culto religioso da freguesia, em substituição aos padres jesuítas. Fizeram, para tanto, minucioso relato de como fora adquirido e formado tal patrimônio, sem esquecer de

frisar que eram eles os responsáveis pelo cumprimento das exigências do finado Francisco da Cunha, tanto no tocante a manter a igreja ornada do que necessitasse, como, também, da reza das três missas nos dias dos santos de sua devoção. Trouxeram para ratificar suas afirmações, como testemunhas juradas nos santos evangelhos, os cidadãos:

• Gabriel Machado de Silqueira, "*homem casado, morador na sua fazenda das Juremas, que vive de criar seus gados*", da idade de 63 anos. Disse em seu testemunho que tinha sido vaqueiro da própria fazenda Tiaia, ao longo de 12 anos, e conhecia o dito escravo José que, naquela data, garantia ainda estar vivo.

• Matias da Silva de Carvalho, casado, morador na sua fazenda Frecheiras, com 64 anos de idade, já trabalhando naquela freguesia há 43 anos.

• João de Abreu Valadares, "*homem casado morador no lago que vive de sua agencia*", com idade aproximada de 40 anos. Chegara ao Coreaú no ano de 1738, com 18 anos de idade, e já há quatro anos e meio era vaqueiro na fazenda da Tiaia de Cima.

• O Comissário Geral Domingos Alves Ribeiro, casado, morador na sua fazenda do Olho d'Água, na Ribeira do Coreaú, com 60 anos de idade e residente desde 1710 "*neste certão do Acaracú*". Era português natural de Bastos, Arcebispado de Braga, onde nasceu no ano de 1700. Faleceu em sua casa no Olho d'Água de Santo Antônio, no dia 9 de janeiro de 1771.

• José de Abreu Valadares, com 40 anos de idade, chegara à Ribeira do Acaraú em 1729, com a idade de 10 anos, residindo na fazenda da Missão. Era, na época da Justificação, "*homem solteiro morador na Missão, que vive de sua ocupação de vaqueiro da dita fazenda*", função que exercia há mais de oito anos.

• João Rodrigues Magalhães, "*homem branco cazado morador na Povoação da Igreja Matriz Macaboqueira, que vive de sua fazenda de gado*", com idade de 50 anos e há 36 radicado no Acaraú. Afirmou, em seu depoimento, que vira o missionário, padre José da Rocha, fazer o pagamento ao procurador de Anacleto Garcia e dona Florência, moradores na Bahia, dos animais que o mesmo Francisco da Cunha lhes doara em testamento por serem seus afilhados. Esse legado era composto de "*seiscentas e tantas cabeças de gado*" que foram incorporadas ao patrimônio de Nossa Senhora da Assunção da Ibiapaba pelos jesuítas. O pagamento foi feito com resultados da própria fazenda Tiaia.

• O alferes Alexandre Pereira de Sousa, com 55 anos de idade, morador, desde o ano de 1715, na povoação da igreja Matriz de São José da Macaboqueira, atual cidade de Granja, e vaqueiro criador das ditas fazendas por espaço de seis anos. Casou-se com a índia Antônia Ribeiro com quem teve 12 filhos, inclusive Felipa Pereira, casada com o português Joaquim José Borges de Pinho que será visto depois.

• Manoel da Cunha Freire, casado, fazendeiro morador na Tucunduba, com a idade de 50 anos, pouco mais ou menos. Segundo essa testemunha, Pedro Alves Carneiro foi o primeiro vaqueiro criador da Tiaia, povoada de gados em 1711.

Além das terras, no início do ano de 1760, o patrimônio de Nossa Senhora da Assunção de Villa Viçosa Real era composto de 4.709 cabeças de gado vacum, 475 cavalares e 200 caprinos; razão do interesse maior dos reverendos vigários e coadjutores da vila em botar-lhes a mão, através do processo de "Justificação". Desse total, 1.010 cabeças de gado vacum e 262 cavalares estavam situados na fazenda Tiaia. Os demais estavam nas fazendas Imbueira (1.561 vacum, 31 cavalares e 113

caprinos), Missão (1.900 vacum, 177 cavalares e 130 caprinos) e Pitinga com 288 cabeças de gado vacum.

O bispo de Olinda, no entanto, não caiu no conto do vigário e de seus coadjutores. Em sentença de 30 de março de 1761, constante no livro de registros de Viçosa que estava em poder do padre Bevilaqua até 1844 (à folha 71 v), decretou que somente a fazenda Tiaia pertencia ao patrimônio da Santa e lhes seria entregue. Por precaução, certamente, teve o cuidado de adverti-los de que sendo propriedade da Igreja não significava que lhes pertencesse. A fazenda era de Nossa Senhora e ao vigário e coadjutores cabia a tarefa de administrá-la com zelo. Do resultado que desse, um terço seria rateado entre eles para seu sustento, da seguinte forma: duas partes para o vigário e uma para o coadjutor conforme consta no documento que se transcreve fielmente:

> "Saiba Vossa Mercê que segundo os titulos dessas fazendas, que houve o Desembargador bem examinadas, se concluio que só a fazenda da Tiaia é propria da Igreja, e por isso se lhe manda entregar com as cabeças de gado que consta do Mappa. Saiba mais que o ser a fazenda da Igreja não é dizer que é do Vigario e Coadjutores: **a fazenda é de Nossa Senhora, a administração é do Vigario e coadjutores que a devem zellar, e tractar como cousa propria e os fructos que render devididos entres partes, duas para a Fabrica da Senhora e huma terceira parte fica para os administradores, livre para sua sustentação, fazendo-se a partilha de quatro, verbi gratia duas para o Vigario e huma para o coadjutor,** (grifo nosso) para o que compre logo hum livro para nelle fazer o inventa, digo, fazer o inventario do gado que lhe intregão, e carregar fielmente sua receita e despesa, para tomar conta o Vizitador quando for vizitar...". (Arquivo Público do Ceará – Caixa de documentos da Assembléia Provincial).

Com relação aos gados das demais fazendas e dinheiro que tivessem rendido, prometeu na sentença o bispo que

"*mandaremos* ***fazer um hospital nessa Villa Viçosa*** (grifo nosso) *e se conservarão esses gados para do seu rendimento se sustentar o hospital em beneficio commum de todos, para se curarem os Parochos, Administradores, Directores, e todos os mais pobres que o caricerem...*". Embora considerando que o hospital seria a melhor coisa que se poderia fazer naquela vila, nada ficou que possa ser aceito como garantia de que a promessa de sua reverendíssima tenha sido cumprida. Aliás, acrescentou na sentença com um certo desdém que "*toda a doença desses pobres é a fome, e se curava dando-lhes de comer*", avaliação que já poderia ser aceita como indício de pouco caso no cumprimento do prometido.

Sucederam-se os vigários e os desmandos, num processo contínuo de desgaste do patrimônio, até que o padre Francisco Mariz perdeu a credibilidade como administrador, sendo uma sua amásia, de fato, quem exercia o domínio sobre ele. Tanto desmoralizado esteve esse vigário que um dia, no ano de 1822, foi "*posto para fora da paróquia e esbofeteado pela índia Dionísia, mulher de Custódio Pinto...*", conforme escreve Luiz Barros (in, História de Viçosa do Ceará, pág. 127). Pesa na sua biografia, segundo o mesmo autor, que foi sua amásia quem coordenou a emboscada de que foi vítima o padre Maximiano José Valcácer, seu substituto, morto a tiros em Viçosa, no dia 10 de dezembro de 1842.

Ouviu-se durante muito tempo que a causa desse homicídio estava relacionada com o domínio e a administração do patrimônio de Nossa Senhora da Assunção, sabidamente nas mãos da amásia do padre Mariz. A revolta maior teria sido a ousadia do padre Maximiano em mandar buscar na casa da dita amásia a custódia da igreja que estava em poder dela.

A Lei Provincial nº 33, de 27 de agosto de 1836, retirou do domínio dos vigários a administração do patrimônio,

transferindo-o para a responsabilidade de uma certa Irmandade de Nossa Senhora d'Assunção, criada em 11 de janeiro de 1836, certamente por causa dos desmandos que vinham sendo cometidos.

Em 10 de dezembro de 1842, através da Lei Provincial nº 271, foi o patrimônio novamente restituído ao comando do vigário, mas a referida irmandade não estava morta e tentou recuperar o domínio, conseguindo-o através da Resolução nº 1.174, de 29 de agosto de 1843.

Foi o padre José Bevilaqua, através de longo processo judicial, quem conseguiu, no ano de 1848, retornar a administração dos bens da Santa - que estava sob o poder de Alexandre da Costa Sampaio - para o vigário da freguesia. Recebeu somente 527 cabeças de gado vacum e 36 cavalar. Da cadela rajada pegadora de onça, doada por Francisco da Cunha, não se sabe que fim levou, não sendo de duvidar que tenha sido devorada por uma daquelas a quem perseguia pois infestavam os pés de serra em busca do mesmo gado que defendia.

Não foi possível, igualmente, levantar nenhuma notícia do "*negro d'Angola xamado José*", que Francisco da Cunha doara para Nossa Senhora. No entanto, de dois outros desafortunados escravos que o padre José Bevilaqua mantinha nessa miserável condição, no ano de 1861, o Juiz de Direito Antônio Pinto da Silva Valle, analisando o estado em que viviam - "*que por seu miserval estado valetudinario, para nada prestão*" - recomendou que lhes fosse dada a carta de liberdade. Estranhava e condenava a atitude do vigário que ainda não tivera a grandeza de entender que "*sendo esta Capela instituída principalmente para alívio da pobreza, comessa ella por estes desgraçados, que jungidos a terrivel condição de captivos, hoje não podem procurar meios de vida por si sós*". De fato, naquela

decisão, reconhecia o Juiz a monstruosidade que fora praticada contra aqueles pobres homens, explorados durante toda a vida como bens do patrimônio. Somente naquele momento, velhos e alquebrados, quando já não podiam ganhar com trabalho o próprio sustento, eram tornados "livres". É por demais incompreensível que tamanha desumanidade, muito bem documentada e comprovada na Caixa de Documentos da Assembléia Provincial, arquivada no APC, tenha sido feita sob a invocação de Nossa Senhora da Assunção, por um homem que ocupava a função de vigário. Dir-se-á, certamente, em seu favor, que eram aquelas as regras da época.

Nas prestações de contas que analisou do patrimônio, sob administração do padre José Bevilaqua, o mesmo Juiz de Direito Antônio Pinto da Silva Valle não deixou de lhe recomendar providências para fazer melhorar o desempenho da fazenda Tiaia, demonstrando-lhe que, reunindo as condições de extensão, fertilidade e abundância de água, tinha condições de se tornar uma fazenda modelo. Quando o vigário tentou justificar nos relatórios os maus resultados da fazenda, como decorrentes de uma "morrinha" que estava dando no rebanho, sugeriu medidas e propôs que contratasse duas pessoas para ajudar o vaqueiro e advertia-lhe que no futuro tomaria mais "estreitas contas".

Em 12 de agosto de 1858, em outra análise de contas do mesmo administrador, irritou-se por ver que, apesar do patrimônio de que dispunha sob seu domínio e da função testamentária a que se destinava, a igreja "*infilizmente jaz em perpertuo abandono,* ***coberta de palha*** (grifo nosso)*, quando pelo seu rico patrimonio, e bem estar do respectivo administrador... deveria trazer esta sua esposa coberta de galas, animando e entretendo assim, o fogo ardente, nos corações dos fieis christãos...*". Estava já o Juiz entendendo que a situação de "amancebado" do vigário, que desde o ano anterior vivia

"de portas a dentro" com Martiniana Maria de Jesus, fazia com que se descuidasse da igreja que, sugestivamente, chamava de "sua esposa".

Em 1863, recomenda ao mesmo padre Bevilaqua, como administrador nato do patrimônio, que procure um "*milhor aproveitamento das terras, tanto a de cultura, como as de criar devidindo-as em prazo, ou lotes, bem como na extração de sera de carnaúba*". Sobre a cera de carnaúba advertia que poderia ser um grande negócio.

De nada adiantaram as advertências e sugestões do Juiz. Aumentaram as dificuldades e decresceu o valor do patrimônio sendo, por fim, vendido no ano de 1926, por cem contos de réis, na administração de monsenhor Carneiro. Resta saber sobre as três missas que deveriam ser ditas anualmente pela alma do finado Francisco da Cunha nos dias 19 de março, 13 de junho e 15 de agosto - obrigação assumida pela Igreja quando recebeu seus bens em doação.

Padre José Bevilaqua, filho do italiano Ângelo Bevilaqua e de dona Luiza Gaspar de Oliveira, nascido em Fortaleza a 5 de setembro de 1818, faleceu no dia 25 de agosto de 1905, em Viçosa do Ceará, onde foi sepultado na igreja matriz, aos pés do altar de São Miguel (hoje de N. S. das Graças), em cova de 14 palmos de profundidade como ele mesmo pedira em seu testamento. De seu relacionamento amoroso com a piauiense Martiniana Maria de Jesus, falecida em 27 de julho de 1879, nasceram seis filhos:

1) sem nome no testamento – faleceu poucos dias após o nascimento.

2) Edeltrudes Bevilaqua – nasceu a 8 de março de 1857.

3) Clóvis Bevilaqua – nasceu a 4 de outubro de 1859.

4) Clotildes Bevilaqua – nasceu a12 de janeiro de 1866.

5) Euclides Bevilaqua – nasceu a 15 de outubro de 1867.

6) Angelino Bevilaqua – nasceu a 31 de janeiro de 1871.

No meio dos bens confiscados aos jesuítas, encontravam-se as terras da **Buíra**, conseguidas pelo padre Assenço Gago, por Carta de Data e Sesmaria expedida em 11 de dezembro de 1708. Afirmava no requerimento que havia *"em sima da mesma serra aLem da terra Lavradia q Se medio para os indios Se aCham humus taboLeiros depastos agrestes deVoLuto e desaproveitados ..."*.

Justificava a posse daquelas terras como indispensáveis ao sustento de seus companheiros de trabalho, fato que levou o cessionário a ceder-lhe *"nos ditos taboLeiros Legoa emeja de terra em quadra comesando no principio de hum muritizaL fronteiro da Ybyira adonde ja o Suplicante tem Cural de gado"*. Nove quilômetros em quadro das terras da "Ybyira" se somavam, portanto, aos currais onde já mantinha seus rebanhos; esclarecendo, com humildade, ser necessário para os missionários poderem ter *"Carne fresqua e Leite"*. Coincidência ou não, ali vizinho estavam as "pedras verdes" cobrindo praticamente todo o flanco da montanha – era a mina de cobre.

Boa parte daquelas terras pertenciam a descendentes do português Pedro Alves Carneiro, que fora o primeiro vaqueiro do padre Assenço Gago, sendo que a área onde realmente se localizava a maior concentração de jazidas passou a pertencer a Antônio Rodrigues Carneiro. No entanto, pelo decreto nº 10.000, de 8 de agosto de 1888, a Princesa Isabel concedeu ao Barão da Ibiapaba (Joaquim da Cunha Freire, nascido a 18 de outubro de 1827, filho de Felisberto Correia da Cunha e D. Custódia Ribeiro da Cunha), já possuidor de 141.750 braças quadradas de terra, que comprara de Joaquim

Alves Malheiros e sua mulher, Maria da Conceição de Jesus, "*permissão para lavrar cobre no município de Viçosa Província do Ceará*".

Rolou questão pesada entre o Barão e Antônio Rodrigues Carneiro, que se unira comercialmente a Boris Freser. Em 23 de novembro de 1888, o advogado Quariguazil Jefferson Barreto, procurador do Barão, conseguiu embargar a remessa de minérios extraídos da mina e já depositados em Camocim para viajar para a Europa (cf. Ações Cíveis - Camocim - Pacote 4 - Ano 1888 - APC).

Para o Barão, que se documentava com exemplar do Diário Oficial do Império contendo o decreto de concessão de lavra, além do pomposo título de *Comendador da Imperial Ordem da Rosa e Coronel da Guarda Nacional*, não foi difícil ganhar a questão.

No vai-e-vem da posse das terras, o padre Antônio Carneiro da Cunha Araújo conseguiu adquirir vasta área nas terras da Buíra, onde instalou parte da família por razões que adiante serão demonstradas e, também, em função da qualidade da terra e do clima da Serra que permitia um maior rendimento das culturas da cana, café, fumo, frutas, pimenta e verduras.

Em conclusão, pode-se dizer, por tudo que fez pela Aldeia da Ibiapaba, que o padre Assenço Gago pode ser considerado o fundador de Viçosa, fato até agora pouco destacado. Ao que consta, três séculos depois, não houve gesto de reconhecimento histórico, nem que fosse por lembrar-lhe a existência colocando seu nome em um logradouro público. Nem dele nem de nenhum dos abnegados sacerdotes que tudo fizeram pela aldeia que hoje se orgulha de ser uma das mais antigas cidades do Ceará e da qual saíram aprisionados, "*sem uma queixa, nem uma oposição*", em 1759, sob o jugo de

Bernardo da Gama Casco, cumpridor das ordens insanas do Marquês de Pombal. Nessa época, o chefe da Missão era o alemão Rogério Canísio, nascido em Köln (Colônia), em 1711, e jesuíta desde 1731. Faleceu padre Rogério na prisão do forte de São Julião, em Lisboa, Portugal.

Padre Assenço morreu em 19 de maio de 1717, quando ia para a Bahia, e foi substituído na Missão pelo padre Francisco Lira, nascido na Ilha da Madeira em 1676 e jesuíta desde 1694. Este faleceu em alto mar, em 16 de junho de 1760, na viagem de volta em decorrência da expulsão do Brasil.

CAPÍTULO VIII

Importância estratégica da missão

A aldeia da Ibiapaba tornou-se importante para os portugueses por ser um ponto estratégico no meio do caminho por terra entre São Luiz e Camocim, única alternativa na época para contornar as dificuldades de navegação pela costa naquele sentido. Capistrano de Abreu explica com clareza a razão desse caminho alternativo ao mar, quando cita o padre Antônio Vieira:

> "Uma das mais dificultosas e trabalhosas navegações de todo o mar Oceano, é a que se faz do Maranhão até o Ceará por costa, não só pelos muitos e cegos baixios, de que toda está cortada, mas muito mais pela pertinácia dos ventos e perpétua correnteza das águas. Vem esta correnteza feita desde o cabo da Boa Esperança com todo o peso das aguas do Oceano na travessa, onde elle é mais largo, que é entre as duas costas da Africa e America, e começando a descabeçar desde o cabo de Santo Agostinho até o cabo do Norte, é notavel a força que em todo aquelle cotovello de costa faz o impeto da corrente, levando após si não só tanta parte da mesma terra que tem comido, mas ainda os próprios céos e os ventos que em companhia das águas e como arrebatados dellas, correm perpetuamente de Leste a Oeste.
>
> Com esta contrariedade continua das águas e dos ventos, que ordinariamente são brisas desfeitas, fica toda a costa deste Estado quasi innavegavel para barlavento, de sorte que do Pará para Maranhão de nem um modo se póde navegar por fóra e do Maranhão para o Ceará com grandissima difficuldade, e só em certos meses do anno que são os de maior inverno...". (Transcrito em "Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil", página 118).

A travessia empreendida pelo padre Tomé Ribeiro e o irmão Sebastião Teixeira, iniciada em fevereiro de 1656, com destino ao porto de Camocim, depois de 50 dias no mar, sem conseguir avançar além do rio das Preguiças, é forçada a dar meia volta e, em menos de 12 horas, está no lugar da partida.

O próprio Vieira, no mesmo mês, desejando ir de São Luís para a Bahia, depois de 53 dias de esforços no mar sua embarcação é forçada a regressar e em poucas horas está de volta ao porto. Vencido em tal experiência, sentenciou ser essa travessia "*um trabalho e enfadamento maior do que toda a paciencia dos homens*".

Assim, o caminho por terra entre São Luís e Camocim, como única alternativa para contornar a dificuldade de navegação pela costa, tornou conhecidas, além da aldeia da Ibiapaba, a região do Maranhão, em torno de Brejo de Anapurus, as Vilas de São João da Parnaíba e Piracuruca, esta com extensão territorial estendida até o sopé da Ibiapaba.

A presença operosa dos jesuítas ao longo desse trajeto e a produtividade de suas fazendas, contribuiu para divulgar esses recantos nos centros mais desenvolvidos, atraindo a atenção de colonos e aventureiros e gerando a importância estratégica que a região exerceu desde o período colonial até meados deste século.

Com a abertura de estradas de rodagem ligando o Ceará ao norte do país, subindo a Serra por Tianguá e cortando o Piauí em sentido oblíquo, Viçosa, Piracuruca e Brejo perderam a condição de ponto estratégico e, conseqüentemente, a importância de centro de expansão e desenvolvimento. Parnaíba salvou-se por ter sido porto exportador de produtos primários, charque principalmente, e pelo arrojo empresarial de seus moradores, dentre eles Domingos Dias da Silva e seu filho Simplício Dias da Silva.

CAPÍTULO IX

Ocupação das Ribeiras

Vendo rarear terra livre nos centros mais desenvolvidos, um crescente número de colonos se deslocou para o "Siará Grande", no final do século XVII, em busca de áreas devolutas onde pudessem derrubar as matas para instalar currais e plantar lavouras. Primeiro ocupavam a terra para depois regularizar sua posse requerendo a Carta de Data e Sesmaria. Aos poucos, homens arrojados se instalaram com suas famílias nas margens dos rios, ocupando com animais e vaqueiros as terras "infestadas" de índios.

Os primeiros proprietários nos sertões do Coreaú e Acaraú vieram dos centros mais avançados de Pernambuco e Rio Grande do Norte, em busca de terras para criar gados em regime extensivo.

Uma sesmaria foi concedida pelo capitão-mor Bento de Macedo Faria, em 23 de setembro de 1683, a Manoel de Goes e seus companheiros "*o Lesenciado fernando de Goez Francisco Pereira Lima Manoel De Almeida da Ruda o Lesensiado Amaro fernandez de Abreu Estevão de figueredo Simão de Goez de VasConcellos, moradores na Capitania de Pernambuco*". Na petição, alegavam não possuir terras suficientes para suas criações de gado vacum e cavalar e que vieram comboiando seus rebanhos por mais de 200 léguas de matos fechados em terras de "tapuios bárbaros" até toparem

com um rio "*por nome Caraqii*" - denominação antiga para o atual Acaraú. Receberam cada um três léguas de comprido por duas de largura, nas margens do rio, formando uma posse de 36 léguas quadradas de terra. Parte delas, não sendo ocupadas, foram, posteriormente, redistribuídas por outras doações.

Alguns militares da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, hoje Fortaleza, em incursões de reconhecimento e posse, identificaram rios, riachos e campos de pastagens despovoados e próprios para a criação extensiva de gado, tendo, eles próprios, conseguido terras para instalar fazendas. De defensores da costa passaram a latifundiários no sertão. Nessa condição se destacam Antônio da Costa Peixoto e Leonardo de Sá que, isoladamente ou em parceria, receberam grandes áreas de terras no norte do Ceará.

Antônio da Costa Peixoto que chegara de Portugal ainda jovem, para servir no Forte, fixou-se no vale do rio Siupé com sua família, por volta do ano de 1676, optando pela criação de gado em terra dos naturais.

Das sesmarias naquela região destaca-se, pelo valor histórico, uma, cedida em 14 de outubro de 1702, pelo capitão-mor Francisco Gil Ribeiro a Leonardo de Sá e Antônio da Costa Peixoto. Cada um recebeu três léguas de terra de cada lado do rio Acaraú, onde hoje é Sobral, aumentando, consideravelmente, o tamanho de seus latifúndios.

Exemplo pioneiro de conquista do sertão do Coreaú foi dado por Rodrigo da Costa Araújo, filho do português Domingos da Costa Araújo. Saiu ele de Recife, no ano de 1695, em busca das terras próximas à Ibiapaba e que margeavam aquele rio. Sua comitiva de homens e animais levou meses para alcançar e se instalar definitivamente na terra que chamou de "Várzea Grande" - hoje Coreaú – onde recebeu sesmaria em 7 de janeiro de 1702. No caminho,

encontrou "arrancho" na isolada fazenda São José da Mutuca, onde morava, desde 1690, Félix da Cunha Linhares, genro de Leonardo de Sá. Foi Rodrigo quem acolheu no Coreaú a seu parente Custódio da Costa Araújo, português natural de São João D'El Rey, pai de outro Custódio da Costa Araújo, que casou em 1766 com Cosma Damiana do Espírito Santo, filha do capitão Manoel Carneiro Rios.

No Parazinho se instalaram os irmàos Machado Freire - Domingos e Miguel -, homens de profunda fé cristã e verdadeiros patriarcas do Coreaú. O terceiro irmão, José Machado Freire, se instalou em Groaíras. José Inácio Gomes Parentes se instalou nas Jaibaras. Manoel Moreira Simões, originário de Ilha Terceira, habitou as Pedrinhas. Um filho deste, de igual nome, posteriormente, casou-se com Agapita Fontenele, filha do francês Jean Fontenele e Umbelina Maria de Jesus.

Procedentes da Bahia, chegaram João Vieira Passos e Agostinho de Britto Passos, ambos naturais de Santa Eulália dos Passos, Portugal. Tempos depois, seus descendentes estão unidos por laços de casamento aos de Antônio Machado de Cerqueira, nos sertões de Piracuruca.

O comissário geral Domingos Álvares Ribeiro, natural da freguesia de São Clemente de Bastos, Arcebispado de Braga, filho de Domingos Alvares e Margarida Gonçalves, executante da devassa nas minas de prata de Antônio Gonçalves de Araújo, no ano de 1743, instalou-se no Santo Antônio do Olho d'Água, atual Santana do Acaraú, onde deixou grande descendência. O registro de seu casamento tem o seguinte teor:

> "Em o mês de junho de mil setecentos e trinta e cinco annos nesta matriz de Fortaleza do Seara de licença do Reverendo Vigario Antonio Pereyra, em presença do Reverendo Padre Antonio de Olanda Cavalcante e das testemunhas adiante

nomeadas a saber Joam Pinto de Mesquita e o Sargento Mayor Ignacio Sousa ... pessoas que moram nesta Freguesia conhecidas na forma do Sagrado Concilio Tridentino se casaram por palavras de presente Domingos Alvares Ribeiro morador presente no Acaracu e Dona Anna de Sá Cavalcante, **já defuncta** (grifo nosso) o que tudo consta de sentença de justificação feita neste juizo da Vigararia Geral desta camera do Seara presente o Reverendo Doctor Vigario Geral Geroncio Jose Pereyra em virtude daquelle e do despacho que tive para lançar este assento neste livro que de presente corre e lancey na forma da mesma sentença e de que tudo fica em meu poder e para clareza de tudo que e minha letra e signal. Em 16 digo dezesseis de dezembro de mil setecentos e setenta e coatro do qual assignei.

Jose Pereira Lobato

Cura e Vigario Geral desta Camera". (Casamentos - São José – Fortaleza – liv. 2 – fl. 9 v)".

A "já defuncta" noiva, dona Anna de Sá Cavalcante, natural de Pernambuco, era filha de Fernão Carvalho de Sá e Albuquerque e dona Bernarda de Sá Cavalcante de Albuquerque, filha de Cristóvão de Hollanda Cavalcante, oriundos da nobreza pernambucana.

O português Pedro da Rocha Franco, natural do Concelho do Rio de Matinhos, filho de Manoel de Maria e Maria Rodrigues, chegou à Aldeia da Ibiapaba por volta do ano de 1714, sob a proteção do padre Assenço Gago. Casou-se e teve 11 filhos com Victória Rodrigues da Câmara, sobrinha do padre, segundo alguns, e filha, segundo outros. Tornou-se proprietário das terras próximas ao rio Timonha, pegando o Ibuaçu, o Riacho de Dentro e a Timbaúba. Era tão abastado de bens ao ponto de confessar, dentre outras coisas, no testamento que fez, no dia 25 de julho de 1754, véspera de sua morte, *"Em nome da Santíssima Trindade Pai filho e Espírito Santo três pessoas distintas e um só Deus verdadeiro...que na verdade nem sei o que possuo...".*

Muitos outros, a partir de 1695, fincaram raízes nos sertões do Coreaú e Acaraú. Uns ricos e outros pobres. Poucos grandes proprietários e muitos agregados - vaqueiros, principalmente.

Depois que os jesuítas foram expulsos e seus bens confiscados, a parte do vale do Lambedouro que pertencera à Missão, compondo as fazendas da Pitinga e Imbueira, passou para novos donos. Entre eles estava Mateus José de Sousa, também oriundo de Ilha Terceira, filho de Antônio Francisco de Sousa e Maria Tomásia. Suas terras incluíam a fazenda Jenipapo e o lugar conhecido como Outeiro, atualmente Oiticica. Solteirão empedernido, manteve-se Mateus no celibato até conhecer Florência Gonçalves Rodrigues, tornando-se concunhado de Jean Fontenele. Desorganizado financeiramente, vendeu boa parte de suas terras, dentre elas a sede da fazenda Jenipapo, onde residia, e acabou seus dias em má situação financeira.

A fazenda Jenipapo foi adquirida pelo "Velho Comandante" e hoje pertence ao historiador Alfredo Leocádio.

Eram muito grandes as dificuldades encontradas pelos primeiros colonos. O próprio tamanho das propriedades distanciava as fazendas, formando grandes vazios entre elas, requerendo almas para povoá-las e braços para explorá-las. A presença do elemento indígena era motivo de grande intranqüilidade.

No encalço dos primeiros colonizadores, iniciou-se a chegada de imigrantes portugueses, a começar pelos seus próprios parentes, animados com a perspectiva de enriquecimento rápido no eldorado já tão propalado na Europa. Por razões diversas, deixavam sua terra em viagem de mil percalços, em frágeis embarcações, enfrentando o desconhecido e as tormentas do "grande mar oceano".

Excetuando-se aqueles que vieram para ocupar cargos de importância da administração da colônia e os embarcados à força (degredados), muitos motivos são levantados para justificar tão temerária decisão, sobressaindo o arrojo juvenil pelo desejo de aventuras, puro e simples, e a ânsia de riqueza. Mas havia também aqueles que do outro lado do mundo se livravam para sempre de credores obstinados e de dívidas impagáveis. A luta pela sobrevivência foi, certamente, o motivo mais forte a provocar a emigração, sendo que um número elevado desses migrantes eram órfãos e a estrutura familiar pouco lhes prendia. Os religiosos vinham para "levar a fé aos infiéis", como nos ensinava frei Silvério, OFM, nos tempos de seminário.

Mesmo descendentes de famílias abastadas encontraram nas rotas do novo mundo a alternativa à tradição do morgadio, instituído em Portugal desde o século XIV. Nos morgados, somente os filhos mais velhos das famílias tradicionais tinham direito à herança e usufruto dos bens do genitor, fazendo com que os demais filhos tivessem que ir à luta para sobreviver.

Bem instalado um era certo que a ele se acostassem parentes menos afortunados ou jovens em início de vida. Foi assim com Antônio Rodrigues Magalhães, nascido em 5 de junho de 1702, em Natal, Rio Grande do Norte, filho do português Luiz de Oliveira Magalhães, natural de Sergipe D'El Rei e Isabel Gonçalves. Veio ele ainda moço para a "Ribeira do Acaraú" residir com seu cunhado, sargento-mor João Pinto de Mesquita e sua irmã, Teresa de Oliveira, moradores nas margens do rio Jacurutu.

Do mesmo modo veio Francisco da Cunha Araújo, em 1705, com apenas 16 anos de idade, residir com seu irmão, Félix da Cunha Linhares, na fazenda São José da Mutuca.

Estranhamente, quase não se consegue ver retorno dos que vinham, até mesmo dos que ficavam bem de vida. A

distância, as condições e os riscos da viagem transformavam a partida numa ruptura definitiva com o local de origem. Emigrar significava, na maioria dos casos, nunca mais rever a terra natal e os remanescentes familiares; razão porque se encontra com freqüência, em determinados locais, significativo contingente de membros da mesma família.

Do porto de Vila do Conde, importante ancoradouro marítimo das embarcações que viajavam para o Brasil, partiu Vicente Lopes Freire - órfão pobre, originário de uma família de homens do mar - e nunca mais regressou à sua terra. Seguindo os passos de parentes que lhe precederam na viagem, chegou um dia à Ribeira do Acaraú em busca de condições para melhorar de vida. Sua família passou a ser a de seu sogro, Antônio Rodrigues Magalhães, dono da fazenda Caiçara - hoje Sobral.

A ocupação das terras ao norte do Ceará e Piauí, como em todo o Brasil, envolveu, além do colono, ávido por resultados pecuniários, o padre e, pagando a maior cota de sacrifícios, o escravo e o índio. Além de perder a terra, o índio, através da catequese e da mudança cultural, ficava obrigado "*à obediência e vassalagem de sua Majestade sem armas nem despesas*", conforme escrevia com muita clareza o padre Antônio Vieira, enfatizando que deveriam ser "*inimigos jurados dos holandeses*".

Tangidos de um lugar para outro sob o fogo dos bacamartes, não restava alternativa aos índios que não fosse o aldeamento, onde eram "*iniciados nos mistérios de nossa Santa Fé Catholica*", ou a liberdade, sempre mais difícil, internando-se nas brenhas rumo ao norte. A fuga rumo ao norte foi, aos poucos, sendo barrada pelas levas de curraleiros e sitiantes que desciam da Bahia em busca do litoral do Piauí. Tentaram lutar contra o invasor, destruindo currais e

alimentando-se dos seus bois, mas, por isto, pagaram um preço muito alto. Formaram-se os exércitos de matadores sobressaindo dentre eles, no Piauí, o do coronel João do Rego Castelo Branco, conhecido apropriadamente como **El Matador**, pela "*crueldade com que tratava os silvícolas, aprisionando-os, matando-os, ferrando-os a fogo...*".

Pedro Taques de Almeida Paes Lemos (in, Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica, Tomo II, página 57) faz referências à expedição organizada por Matias Cardoso de Almeida, em São Paulo, no ano de 1689, para fazer "*guerra contra os bárbaros gentios do Rio Grande e Ceará*". Era capitão-mor dessa tropa o paulista João Amaro Maciel Parente e, "*entre os Capitães foi João Pires de Brito, natural e nobre cidadão de São Paulo, que à sua custa formou a companhia, da qual lhe passou patente de Capitão de Infantaria, que depois a confirmou o Exmo. Arcebispo como governador geral do estado...*".

A expedição passou pelo Ceará ajudando o sargento-mor dessa capitania, João Ferreira Chaves, "*que estava morador no anno de 1701 na Villa de São José de Ribamar, capitania do Ceará Grande*", a botar ordem nos índios Tapuias e Anacás. Estivera antes no Rio Grande do Norte, "*onde se matou e destruiu a maior parte do inimigo por espaço de sete anos*".

Acabada a guerra no Rio Grande e Ceará, João Pires de Brito "*passou para a do Piagui... quando recebeu a patente de Sargento-mór conferida por D. João de Lancastro ... pelos seus grandes merecimentos e serviços assim na guerra do Rio Grande e Ceará, como na guerra contra o gentio Quiriri das ribeiras de Itabim e Piracuruca na capitania do Piagui. Todo o referido consta das certidões e fés de offício do Capitão João Pires de Brito que se acham lançadas na nota do Tabellião da Villa de Taubaté, e das quaes tivemos em nosso poder uma cópia authentica*".

Odilon Nunes narra a expedição do citado capitão-mor, Vital Maciel Parente, composta de 140 soldados e 470 índios domesticados:

> "Como se vê, era uma força poderosa e tinha propósitos punitivos, sob a alegação de que os Tremembés cometiam atos de pilhagem e homicídio. Seus objetivos são alcançados. Surpreenderam uma aldeia destes índios em número de mais de 300, dos quais só escaparam 37, tamanho era o furor dos atacantes...". (Pesquisas Para a História do Piauí, pág. 44).

Frei Moisés Siqueira notou que mesmo de proteção divina estiveram os índios carentes pois, "*no Piauí houve nossa Senhora da Vitória e do Carmo para amparar os brancos colonizadores e S. Benedito para amparar os negros escravos; mas, para amparar índios, não houve nenhum Santo*" (in, Província São Francisco das Chagas dos Capuchinhos do Ceará e Piauí – pág. 12). De atos de extermínio de populações indígenas, nossa história está cheia. Se na Ibiapaba sobreviveram foi graças ao trabalho dos jesuítas.

BIBLIOTECA NACIONAL LISBOA

Com [illegible] Religiosos Missionarios do Ceará
[illegible] Ordem Regia de 12 de Março de 1721

Senhor ao Procurador geral incluindo os
Roes Quedes da Comp.ª de Jesus Missionarios do
Ceará Grande em V. Mag.de o bem espiritual que
pode resultar a Ordem de Nossa do Rosario
em se fundar naquella Aldeia Indi Tropicia a
Religiosos da mesma Comp.ª para dali sahirem em
Missões aos Capuchinhos do Ceará e Piauhy e
pelos Ministros da Serra tem a mais culto dos
seus parentes p.ª Ed.ºs annos estão escondidos
nas Ilhadas Serras de Africa e se presumem
são quatro a cinco Mil almas p.ª cuja
recorria a Real grande piedade de V. Mag.de
mandar dar alguã congrua moderada p.ª os
Ministros descendencias que se fizerem na Ouvidoria
de Pernambuco e Pernaiba p.ª o sustento dos
Religiosos que são necessarios p.ª este fim ordenando
p.ª estes terem livre passagem livre no barco chamado
da Ponta p.ª todos os annos vaiz ao Ceará
não sendo p.ª as suas pessoas, mas p.ª as suas provisões
p.ª todos os annos Rei Ex.mo Deus Ge.ª, pedindo
tão bem a V. Mag.de Licença p.ª mandarem vir alguns
Religiosos do Imperio para serem occupados nas
ditas Missões.

E sendo V. o papel lesgrido.

Parece ao Cons.º que V. Mag.de não só está obrigado
a concorrer com todos os meios p.ª o bem
re da Religião Catholica e o culto do seu Santo
dominio, mas o promover todos os dos com
ducentes p.ª a esta Seccatenda e sem nos
de duas todos agentes com Ministros Religiosos

Capítulo X

Herança cultural básica

Os fazendeiros foram a origem principal das famílias e da organização social que resultou nas povoações, vilas e, depois, cidades. Boa parte destas, aliás, originadas em torno de capelas construídas dentro das sedes de antigas fazendas de gado, objetivando permitir que os moradores se desobrigassem de seus deveres religiosos sem se deslocar por grandes distâncias. Ao construir uma capela, em honra ao santo de sua devoção, era norma que o fazendeiro doasse terras e gado para formação do patrimônio que manteria o culto, gerando os núcleos em torno dos quais seria privilégio manter hospedagem para as épocas de festejos.

Além dos fazendeiros, o estudo das famílias aqui tratadas encontrou resquícios genealógicos de outros segmentos de pioneiros, destacando-se os professores, escrivães, mineradores e, também, padres.

Dois escrivães se distinguem por serem razão de encadeamento genealógico importante: Antônio José Correa de Sá, escrivão da Câmara de Viçosa em 1777, e Antônio do Espírito Santo de Oliveira Barcelos, casado com Inácia, filha do capitão Antônio Rodrigues Magalhães, da Caiçara. Vamos encontrar seus descendentes, posteriormente, instalados no vale do Lambedouro.

Os mineradores que vieram para o norte do Ceará, em busca de riquezas naturais, tiveram pouco ou nenhum êxito. Não por falta de iniciativa mas, basicamente, pela escassez de minerais preciosos naquela região. Veremos adiante o fracasso de Antônio Gonçalves de Araújo e sua "comissão de estrangeiros" na tentativa de extrair prata na gruta de Ubajara, no ano de 1743. Dessa empreitada, no entanto, ficaram na região Jean Fontenele e Manoel Gonçalves Rodrigues, bateadores que se notabilizaram pelo significativo contingente populacional que deixaram.

A atividade escolar organizada na região da Serra foi pioneira no Ceará porque existiu desde que ali chegaram os jesuítas e deixou bons resultados. Inicialmente voltada exclusivamente para os selvagens, já conseguira, por volta de 1655, uma mudança radical em seus costumes, permitindo a Vieira afirmar que "*nos vicios da fereza e desumanidade estão tambem muito domados; já não matam, já não comem carne humana, já não fazem cativeiro injusto, já guardam paz e fidelidade às nações vizinhas, tudo por benefício da assistência dos padres*". A pedagogia dos jesuítas na Missão cuidava do ensino religioso, artesanal, doméstico e das primeiras letras – o *Ratio Studiorum* ajustado à realidade da selva.

Com a expulsão dos padres da Companhia, em 1759, apesar da preocupação do Governo da colônia em manter os "mestres de ler, escrever e contar", que tentariam levar adiante o projeto jesuíta, revestiu-se essa alternativa em reconhecido fracasso pedagógico uma vez que decaiu a qualidade do ensino pela falta de recursos adequados. Muitos professores eram soldados velhos, imprestáveis para o serviço militar, que, na maioria das vezes, mesclavam sua didática com as ferramentas da antiga profissão. Na escassez de bons mestres, eram os sacerdotes os mais indicados para tocar um projeto educacional.

Em 1772, com a criação do "subsídio literário" - imposto cobrado sobre vinagre, aguardentes e bebidas "espirituosas" - tentava o Governo melhorar a situação, muito embora considerasse a educação uma responsabilidade inerente à família que deveria custeá-la.

Com todas as dificuldades, Viçosa ainda se notabilizou na região, durante muito tempo, como pólo de educação importante, atraindo pessoas de outras cidades que para ali se deslocaram em busca de estudo. O nível dessa atividade educacional, embora rudimentar, gerou resultados surpreendentes. Os filhos e netos de Jean Fontenele, por exemplo, puderam exercer importantes funções administrativas graças ao elevado (para a época) nível de preparação escolar que possuíam. De um modo geral, os documentos produzidos e assinados por eles, e por outros da mesma época, demonstram que eram possuidores de bela caligrafia e estilo de redação; o que atesta, sem dúvida, um resultado positivo do processo ensino-aprendizagem a que foram submetidos.

O problema não era, evidentemente, de qualidade, vista a conjuntura em que viviam na época mas, sim, de quantidade. Segundo Sousa Pinto, de 1759 a 1822, só foram criadas no Ceará 27 escolas, para atender uma população estimada em 200.000 habitantes (cf. Plácido Aderaldo Castelo, História do Ensino no Ceará, pág. 41). Assim, os que tinham acesso à educação formal eram poucos, geralmente pessoas que moravam nas sedes das próprias vilas.

Na condição de professor público, chegou a Viçosa, procedente de Sobral, Francisco Ferreira de Sousa, citado aqui não como exceção mas com o intuito de fundamentar evolução a ser descrita posteriormente. Era filho de Francisco Ferreira de Sousa e Rosa Maria do Carmo. Casara-se na fazenda Salgado, em 23 de novembro de 1833, com Margarida Ferreira do

Nascimento, filha do fazendeiro Manuel José do Nascimento e Cosma Maria do Livramento, naquela época, viúva de Alexandre José da Silveira. Desse matrimônio, nasceu em Viçosa, em 11 de agosto de 1837, Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa – o general Tibúrcio.

Foi igualmente na condição de professor de primeiras letras que chegou a Viçosa o cidadão José Freire de Bezerril, filho de Veríssimo Freire de Revoredo.

Os moradores das fazendas, a esmagadora maioria, não tendo acesso ao serviço educacional público e não sendo a educação considerada uma prioridade pelos fazendeiros - eles próprios, na maioria das vezes, completamente analfabetos - permaneceram longo tempo sob elevados indicadores de analfabetismo, principalmente nas pessoas do sexo feminino. As crianças filhas de escravos e vaqueiros não tinham acesso ao estudo. Os escravos, aliás, tratados muitas vezes como semoventes, não tinham direito a nada. Por incrível que pareça, no entanto, foi um homem negro – Manoel Gomes Correia do Carmo – quem primeiro idealizou uma escola em Sobral, em 1761, da qual tirava seu sustento.

Pais e tutores, obrigados trienalmente a prestar contas da evolução material dos bens dos órfãos tutelados e se "*sabiam ler, escrever, a doutrina cristã e em que ofício se aplicava*", para desincumbir-se dessa obrigação, recorriam aos serviços dos "mestres"; honroso nome pouco adequado aos professores ambulantes que se instalavam nas fazendas para ensinar os filhos dos mais abastados e, muito mais tarde, oficialmente denominados de "professores leigos".

Sem critérios específicos de remuneração pecuniária, tendo como contrapartida do serviço prestado, na maioria dos casos, o fornecimento de gêneros alimentícios – à razão de "*um alqueire de farinha anualmente para cada moça ou rapaz*

que frequentasse a escola" - essa atividade não despertava maiores interesses. No sertão, na época colonial, era exercida por homens pouco letrados que não tinham habilidade para cuidar de gado nem lavouras e, certamente por isto, cumpriam a tarefa com muito azedume. Eram, em geral, pessoas rudes em seus métodos e sua pedagogia limitava-se a ensinar a escrever, contar e ler em manuscritos que carregavam em baús de madeira.

Os "mestres" montavam suas escolas geralmente no alpendre da casa onde residiam, grosseiramente mobiliadas com uma mesa e toscos bancos de madeira. Nas estatísticas oficiais, seriam essas escolas, posteriormente, cadastradas como de "uma sala de aula". Embora deficientes, foi essa estrutura escolar rural quem manteve um mínimo de esforço educacional no sertão, até a década de 60 (1960). A partir dali, houve um esforço do Governo em qualificar os "professores leigos" com "titulação a nível primário".

Os métodos pedagógicos aplicados pelos "mestres" eram de natureza bárbara e os castigos físicos contavam com amparo legal e dos próprios pais de família, no que pode hoje causar estranheza. Refletia essa prática, no entanto, uma demonstração do carrancismo que norteava o direcionamento da própria vida familiar e do qual, muitas vezes, não escapavam nem as próprias esposas. No interior das casas de fazenda, por qualquer nadinha, crianças, jovens e até barbadões crescidos eram chicoteados impiedosamente, geralmente aos gritos de "não muqueje".

Embora o chicote tenha sido largamente utilizado ao longo da história, foi a palmatória o instrumento de suplício que ganhou notoriedade e, até bem pouco tempo, ficava na sala de aula pendurada em algum lugar visível próximo ao professor. O Art. 2º da Lei nº 560, de 27 de novembro de 1851, era por demais claro: "*Os castigos físicos permitidos pelo artigo*

anterior não poderão exceder de seis palmatoadas em cada dia". Tal quantitativo foi ampliado pela Lei 1.381 permitindo que "*o castigo de bolos até doze, e o dobro nas reincidências, dados com força proporcional à idade do menino!*".

Tais barbaridades criavam um estado de grande pavor nas crianças em relação aos "mestres" fazendo com que muitas, somente forçadas, freqüentassem a escola. João Brígido dos Santos, importante professor, advogado e líder político no Ceará, narrando sua própria experiência, afirmava que "*só entrei nas primeiras letras forçado duma grande surra. Tinha horror aos carrascos que faziam de mestres naquele tempo...*".

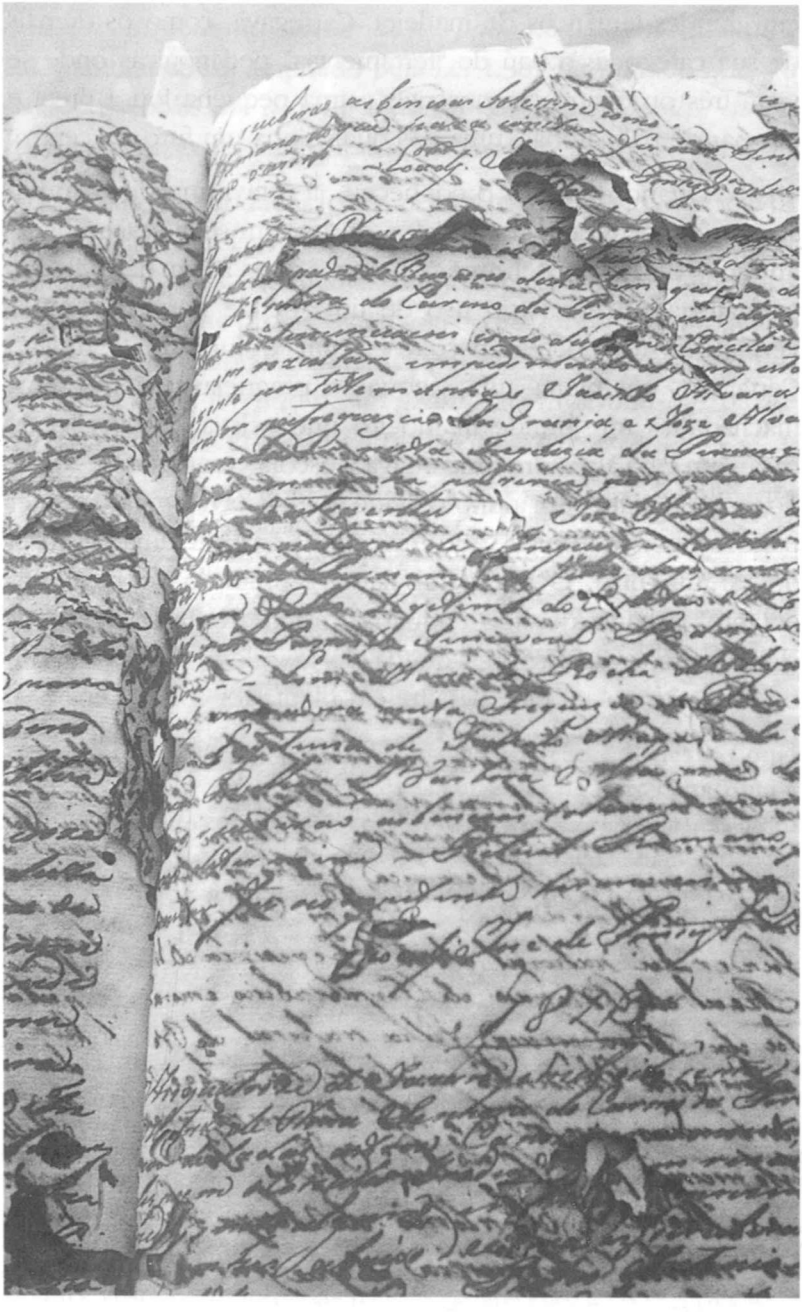
A instrução militar seguida nos quartéis, igualmente muito dura, valia para intimidar os recalcitrantes na obediência paterna com o alerta "*se você não se endireitar vou lhe botar na marinha*". Bom exemplo de como eram tratados os recrutas encontra-se no recibo assinado por Agostinho da Silva Braga e mantido no Arquivo Público do Piauí:

> "Recebi do Senr. Pedro da Costa Rebelo, Alferes do Corpo de Policia do Piauhy **duas correntes de ferro com trinta e oito colares para condução de trinta e seis recrutas** (grifo nosso) que da cidade D'Oeiras vierão para serem remetidos ao Exmo Presidente desta Provincia: O que para constar passo o presente:
>
> Cidade de Caxias 2 de novembro de 1836
>
> Agostinho da Silva Braga – Juiz de Paz do 2° Districto"

Um último remanescente dessa antiga categoria de educadores na região de Viçosa, "mestre" Tomaz Vila Nova (filho de João Severino de Brito e Umbelina Maria da Conceição, neto de Severino Pereira de Brito e Quitéria Maria de Jesus), existiu até meados da década de 60 (1960). Infelizmente, não restou nenhuma foto que pudesse mostrar seu tipo físico, de olhar severo, vestido em folgadas roupas de algodão e os pés calçados

em grandes tamancos de madeira. Carregava, como os demais de sua categoria, o baú de "ferramentas" pedagógicas onde se viam três ou quatro "manuscritas", uma pequena lousa preta e um par de palmatórias, uma das quais tinha um furo no centro.

Quando o autor o conheceu, já estava mais manso em seus métodos de ensinar. Porém, afirmavam seus ex-alunos, já antigos, tinha sido "homem brabo" que, além das citadas palmatórias, fizera largo uso de um "pé de peru" e, muitas vezes, saíra aos tabefes e pescoções com os alunos mais "rudes". Certa vez, em plena aula, enquanto praguejava, derrubou a machadadas um grande mamoeiro que existia no terreiro da casa - em cujo alpendre funcionava a escola - tentando desalojar do topo da planta um aluno rebelde que teimava em não descer para receber os "bolos" que merecera por errar uma resposta do "argumento". O aluno rebelado, Raimundo Pacheco, no entanto, já havia descido enquanto mestre Tomaz fora buscar o machado, evitando uma queda de grande altura. Enfezado, o velho não notara esse detalhe e a planta foi cortada em vão.



CAPÍTULO XI

A marca forte da batina

A Igreja contribuiu de modo decisivo para a ocupação dos sertões. Os sacerdotes, animando e avivando a fé dos colonos, salpicaram igrejas e capelas nas distantes paragens, em torno das quais brotaram sementes de vilas e cidades. Cumprindo as determinações do Sagrado Concílio Tridentino – convocado pelo papa Paulo III, no ano de 1545, na cidade italiana de Trento - deixaram os assentos de batizados, casamentos e sepultamentos que são hoje, na maioria dos casos, as únicas fontes autênticas de pesquisa histórica da região. Executaram, de forma brilhante, um trabalho organizado, lógico e consistente documentado em velhos livros que, infelizmente, em muitos casos, correm o risco da destruição pelo pouco cuidado que se dá à guarda deles.

Através da fé, mantinham os religiosos uma razão superior para a vida, manifestada através dos ritos e celebrações de missas, novenas, bênçãos e festas de padroeiras, gerando uma cultura religiosa tão arraigada e rica em crenças, costumes, valores, símbolos e sanções que até hoje se mantêm.

Deslocavam-se em desobrigas pelas fazendas, batizando, casando e confortando os doentes, em viagens a cavalo que duravam dias.

Apesar do rigor com que tratavam os negócios da Igreja e do arraigado sentimento religioso que caracterizava o povo

antigo, não ficavam imunes à ação dos "espertos" que sempre existem em qualquer situação:

> "Aos dezassete dias do mes de junho de mil setecentos e sessenta e oito na Roça do Beiru desta Freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Villa de São João da Paranahiba batizei a Antonio filho natural de Bernardo Cardoso Pinto, e de Eugenia da Costa de Oliveira, casada com Manoel Ferreira Ferramenta, **depois desta pejada da dita criança, que pario depois de viver em companhia de seu marido**. Lhe pus os santos oleos, **forão padrinhos o sobredito seu pai Bernardo Cardoso Pinto**, por seu procurador Antonio Gomes, solteiro **e ao fazer este assento he que me foi declarado o pai da criança ser o mesmo padrinho**, (os grifos são nosso) e madrinha Vitoria Maria, solteira moradores na dita Roça do Beiru de que para constar fiz este assento que assignei.
>
> O Vigario Joaquim Ignacio de Bittencourt". (livro 1 – fl. 119 v).

Alguns missionários deixaram na alma do povo admiração sacrossanta, destacando-se, dentre outros, o capuchinho frei Vidal da Penha (Vidal de Frascarolo – 1781/1820) pregador das Santas Missões em que promovia a devoção ao S. Coração de Jesus. Muito antes dele, ação missionária parecida tinha sido cumprida por frei Cristóvão de Lisboa, que viajou do Maranhão para o Ceará em 1626.

Um dos documentos mais antigos sobre a região do Acaraú é um manuscrito atribuído a frei Cristóvão, datado de 16 de junho de 1626, em que narra trechos da penosa viagem a pé que empreendia. No dia anterior, naquele longínquo mês de junho de 1626, cansado mas agradecido, rezou missa no pé de um serrote, ao lado de um olho d'água e, frente à imagem da santa que transportava na comitiva, promete-lhe erigir uma capela:

> "... Oramos ... E naquella hora em que o coração compenetrando-se dos mais puros sentimentos de religiosidade, faria voar os pensamentos aos artigos da celestial mansão, prometi àquella Santa, em troca de seus favores, erigir-lhe uma Capella naquella solidão, onde mais tarde, os fiéis fizessem o seu culto e adoração, sob a denominação de Nossa Senhora Sant'Anna do Ôlho d'água!... Eis, senhores, o voto que hontem fiz, chegando aqui, depois de trinta dias de perigosa viagem!...". (Transcrito em "Os Fonteles das Águas Livres", pág. 9).

Sabedores da irreversibilidade do processo de ocupação e colonização, ele e tantos outros anônimos sacerdotes dispuseram-se a colaborar, pelo lado da fé, assumindo a predisposição e o compromisso firme de erigir lugares para a prática dos cultos em torno dos quais, na maioria dos casos, brotaram vilas e cidades.

As terras onde se situava o tal olho d'água foram dadas em sesmaria ao controvertido coronel Sebastião de Sá, natural da Vila de Olinda, capitão-mor do Ceará por duas vezes, e seu irmão Antônio de Sá Barroso, filhos de Manoel Ribeiro de Azevedo e Madalena de Sá. Parte dessas terras foram compradas, em 1733, pelo padre Antônio dos Santos Silveira - légua e meia - com o intuito de cumprir a promessa de frei Cristóvão. Trabalhando em conjunto com o padre Dionísio da Cunha Araújo, conseguiram benzer o templo, já pronto, em 19 de agosto de 1739.

O trabalho do padre Silveira não pôde prosseguir em Santana por causa da implicância de Antônio Gonçalves de Araújo e sua arrogante atividade de descobridor de minas de prata, como se verá.

Da família Cunha Araújo, vários sacerdotes se destacaram nos trabalhos religiosos na antiga Ribeira do

Acaraú. Esse padre Dionísio da Cunha Araújo, filho de Agostinho da Cunha e Ana de Araújo, era irmão de Francisco da Cunha Araújo, da fazenda Pedra Branca e de Félix da Cunha Linhares, da fazenda São José da Mutuca. Nasceu em Portugal a 13 de outubro de 1683 e exerceu a tarefa de cura da Missão do Guaijuru, no Rio Grande do Norte. Foi um dos primeiros padres da família Cunha Araújo a deixar exemplo de serviço religioso na região.

Fora da Ribeira do Acaraú, relevantes serviços foram deixados pelo padre Antônio Carneiro da Cunha Araújo, fundador de Chaval (irmão de José, marido de Maria Joaquina) e seu sobrinho e afilhado, padre José Carneiro da Cunha, vigário de Viçosa, parentes distantes do padre Dionísio, como será visto adiante. Esses dois sacerdotes marcaram de modo especial a vida dos Cunha Araújo na região e inspiraram muitos pais a desejar carreira semelhante para os filhos.

Distinguindo-se pela instrução erudita que possuíam, recheada de Filosofia, Grego e Latim, ter um sacerdote na família honrava e enobrecia. Pode-se dizer que, enquanto os recursos da medicina não questionaram a fatalidade do destino, até mesmo na doença era o sacerdote a pessoa mais respeitada porque cuidava da salvação da alma, desde o batismo ao sepultamento, tornando possível um sentimento de aproximação maior com a divindade. Naqueles tempos de medicina escassa no sertão, era a fé religiosa o única lenitivo e o sacerdote o meio pelo qual o enfermo e a família recebiam o conforto espiritual nas horas mais difíceis; muitas vezes, sob dificuldades tremendas:

> "Aos sete dias do mês de março de mil setecentos e corenta e três annos faleceu da vida presente Manoel de Oliveira da idade de corenta annos, pouco mais ou menos, sem sacramentos por morrer apressadamente de hua grande golfa

de sangue que lançou pela boca que logo ficou privado da fala e dos sentidos...

O Vigario Ant° de Aguiar Pereira" (Óbitos - São José – Livro 1 – fl. 15 v)

O mesmo vigário Antônio de Aguiar Pereira, dois anos depois que assinou o registro acima, documentou as dificuldades que encontrava nesses momentos, no assento do óbito de Ignacio, "*casado com hua india forra chamada Natalia*", escravo do reverendo licenciado Antônio de Olanda Cavalcante e doente de um estupor - condição em que o paciente, "*por não poder falar e travar os dentes*", não reage nem a perguntas nem a estímulos internos – que "*só lhe aplicou a estrema unção por não poder receber os mais*".

Mesmo depois que a presença médica passou a existir de modo acessível ao povo em geral, não largou esse a sua crença e sua reza. Enquanto segue o tratamento médico, mais se apega aos santos em geral e, em particular, àqueles de devoção com os quais faz promessas e votos que serão "pagos" em caso de ficar bom. A maioria dessas promessas se resume a levar um "milagre" representando cabeça, braço ou perna do doente para ser colocado, junto com alguns trocados, aos pés do altar do santo.

Por razões diversas, esteve a violência presente em todos os momentos da evolução de nosso povo, não poupando nem os próprios padres. São inúmeros os exemplos de sacerdotes que tombaram no exercício do dever, a começar pelo primeiro daqueles que pisaram o chão da Ibiapaba – Francisco Pinto – conforme já narrado.

Padre José Monteiro de Sá Palácio, operoso vigário da Vila de Piracuruca por muitos anos, ele próprio vítima da bestialidade humana, quando perdeu a mãe assassinada com 35 facadas, deixou escrito:

> "Aos doze dias do mes de agosto de mil oitocentos e trinta e dois na Capella Mor de São Gonçalo da Batalha foi sepultado Frei Antonio do Coração de Jesus Maria Farias, da Ordem de São Francisco, morador na Povoação da Batalha = Freguesia de Nossa Senhora do Carmo da Villa de Piracuruca = **faleceu de facadas, sem sacramentos por ser a morte apressada**, (grifo nosso) com trinta e oito anos de idade pouco mais ou menos; não fez testamento e foi envolto no seu habito e encomendado pelo Reverendo Parocho Interino Domingos de Freitas Silva: de que para constar fiz este accento que assigno José Monteiro de Sá Palácio = vigário". (Piracuruca - livro 3 – folhas 22 e 23 v).

Destino semelhante sofrera o reverendo Francisco Antônio Pereira, de 53 anos de idade, "*morto a espingarda e a borduadas*", em 9 de março de 1753, no Aquiraz, quando se deslocava para atender uma confissão. Deu a entender que já esperava esse tipo de violência pois deixou um testamento a ser cumprido pelo padre Antônio de Aguiar Pereira e pelo capitão Domingos Francisco Braga, almoxarife do Governo da Capitania do Ceará.

A contribuição familiar que alguns representantes do clero deixaram mesclada na comunidade em que se inseriam não deve ser desprezada num estudo genealógico mais aprofundado. Ainda hoje se discute com muita ênfase se Victoria Rodrigues da Câmara, casada com Pedro da Rocha Franco, era filha ou sobrinha do padre Assenço Gago, como se esta questão fosse motivo de vergonha para a família. Explicar o que fazia a "sobrinha" enfurnada numa aldeia indígena, naquela aba de serra, a vários milhares de quilômetros de casa, é questão que, enquanto não comprovada, só faz sentido por querer retirar do padre sua condição de ser humano. Como em tantos outros casos comprovados, nem essa nossa avó nem o missionário

deixaram de ser mais ou menos honrados por sua relação de parentesco. São raros os registros eclesiásticos em que se encontra o reconhecimento dos chamados "filhos da sacristia", como o que adiante se transcreve:

> "Aos vinte e sete dias do mês de maio de mil setecentos e noventa e oito, pelas cinco horas da manhã, se receberão por palavras de presente, em minha presença como abaixo assinado, o Capitão Mor José Antônio Sousa Galvão **filho legitimo do Reverendo Padre Lay Soares de Sousa e D. Anna Tavares de Mendonça**, (grifo nosso) já falecidos e Dona Rosa Maria de Jesus, filha legítima do Alferes Damaso Soares de Sousa, já falecido e Dona Anna Joaquina do Carmo, todos naturais desta Freguesia de São Pedro..." (Russas – Casamentos - Livro 6 fl. 170).

O padre Domingos de Freitas Silva, vigário de Piracuruca por muito tempo e fundador da cidade de Piripiri, deixou em seu testamento, assinado a 5 de novembro de 1862, o reconhecimento da paternidade de 12 filhos havidos do relacionamento amoroso com Lucinda Rosa de Sousa e Jesuína Francisca da Silva:

> "...nomeio e constituo por meus legítimos e universais herdeiros de todos os meus bens, depois de tirada a Terça aos meus filhos que por tais reconheço, sendo Raimundo de Freitas Silva, casado com a senhora Arcângela de Sousa da Anunciação; Domingos de Freitas Silva, solteiro; Porfírio de Freitas Silva casado com a senhora Francisca Eufrásia, sendo estes meus testamenteiros; Antônio Francisco de Freitas e Silva, solteiro; Amélia Clemência da Silva, casada com Antônio Francisco de Sales, sendo estes cinco herdeiros contemplados, filhos de Lucinda Rosa de Sousa, já falecida; Henrique José de Freitas e Silva, solteiro, de menor idade, Antônio de Freitas e Silva Sampaio, também de menoridade; Raimunda Francisca da Silva, casada com Manoel Tomaz Ferreira; Rita Maria de Almeida e Silva, solteira; Maria Justiniana da Silva, de

> menoridade; Umbelina Inácia da Silva, também de menoridade e Aurélio de Freitas e Silva; estes sete herdeiros indicados, filhos da herdeira da Terça dos meus bens, a senhora Jesuína Francisca da Silva, que com os cinco mencionados filhos da finada, Lucinda Rosa de Sousa, preenche o número de doze herdeiros legítimos e universais de todos os meus bens, por isso os reconheço todos os doze de nomes especificados neste meu Testamento, por meus filhos (grifo nosso), por tais habilitados, sem precisar de qualquer documento, por serem mui conhecidos, como de meus Testamenteiros e seus irmãos..." (cf. Clea Rezende Neves de Mello in Memória de Piripiri, pág. 34).

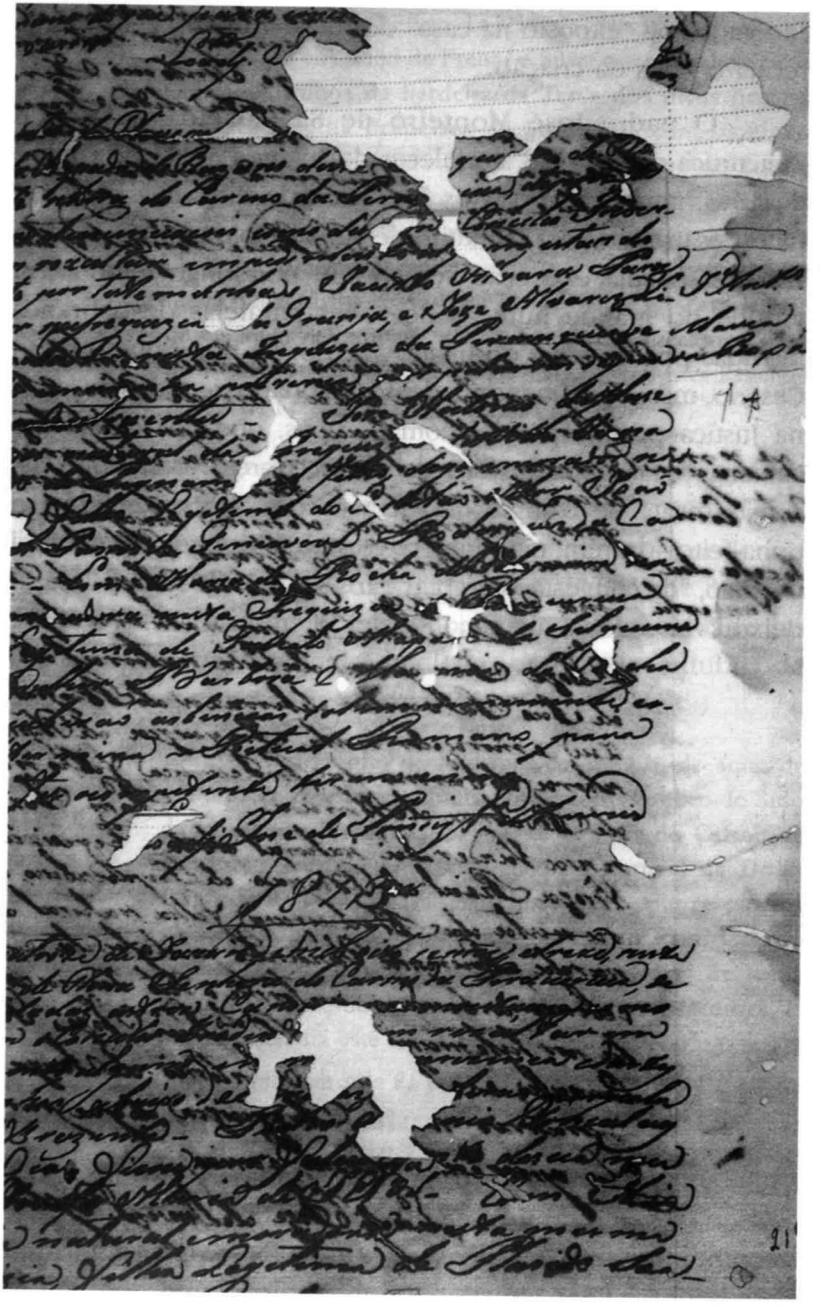
O nobre gesto do padre, todavia, em se tratando de assento eclesiástico, não podia seguir o mesmo zelo com a verdade, sob pena de explodir em escândalo, obrigando-o a aceitar a condição de "filho natural". No registro de batismo de seu filho Domingos, ocorrido com toda solenidade no Oratório de sua fazenda Gameleira, em 28 de outubro de 1831, fica estampada essa condição:

> "Aos vinte e oito dias do mês de outubro do anno de mil oitocentos e trinta e hum, no Oratório Publico do Sitio da Gameleira, Freguesia de Nossa Senhora do Carmo de Piracurca, baptizei a Domingos **filho natural de Dona Lucinda Rosa de Sousa** (grifo nosso) e lhe pus os sanctos oleos: Forão padrinhos Francisco José do Rego Castelo Branco e sua mulher Theresa Eugenia Maria de Jesus moradores no Sitio do Baixão na mesma de Piracuruca. E para constar fiz este assento em que me assigno
>
> José Monteiro de Sá Palácio = Vigário " (Livro 5 - de 1830 a 1837 – fl. 2 v).

Em muitos casos, os registros de batismo de filhos havidos do relacionamento amoroso de membros do clero com filhas de pessoas importantes da sociedade omitiam o nome dos pais, colocando o batizando na condição de

"adotado" ou "exposto na casa" dos avós a quem, geralmente, recaía o ônus da criação.

O padre José Monteiro de Sá Palácio, vigário de Piracuruca desde 1828, ao falecer de "pleuris", a 11 de janeiro de 1843, também deixou os bens de que dispunha para seu filho Cesário Joaquim Monteiro de Sá Palácio, nascido em 1835 - processo cuja execução se arrastou por longo tempo, em virtude do grande número de ações paralelas de cobrança movidas por credores do finado vigário. De sorte que o órfão Cesário, mesmo de menoridade, foi acionado de todos os lados na Justiça para responder com os bens, que por direito lhe cabiam, para saldar dívidas de fornecedores, prestadores de serviço e até de compra de escravos que seu reverendo pai tinha feito – porém, não tinha pago. Ao falecer, em 19 de abril de 1876, "de congestão cerebral", aos 41 anos de idade, Cesário deixou viúva dona Filomena Pereira Bitencourt (liv. 4. fl. 130).



CAPÍTULO XII

Terra – Fixação e Fuga

Sobreviver no sertão é exercício de criatividade onde não podem faltar, como ingredientes básicos, a terra e a água. Para os antigos colonos, essa realidade atrelada à certeza do "crescei e multiplicai-vos", enquanto a superfície do globo permanecia inalterada, estimulava o desejo de grandes posses onde pudessem garantir o futuro dos herdeiros e, até mesmo, atender aos caprichos da vaidade. A criação de gado em modo extensivo, sem o plantio e renovação de pastagens, a não ser pelo ciclo repetido das chuvas, requeria muita terra e ter muita terra significava riqueza e poder.

A política de distribuição de áreas devolutas por meio de sesmarias, enquanto medida que delimitava tamanhos de lotes com área média em torno de 13.000 hectares, tornou-se tremendamente injusta no momento em que permitiu que um único proprietário recebesse várias datas, colocadas em seu próprio nome ou de familiares próximos. Além disso, comprovou-se, não havia tanto rigor no estabelecimento dos limites e confrontações, fazendo com que um sesmeiro conseguisse retirar de uma única data de terra, com o tamanho de três léguas por uma, até mais três datas de igual tamanho.

Mesmo após o declínio do chamado "ciclo do gado", não diminuiu a busca pela terra, deixando essa, em muitos

casos, de ser um fator de produção para se converter em reserva de valor.

Num primeiro momento foram ocupadas as margens dos rios perenes e caudalosos. Mas, na medida em que essas terras se tornaram escassas, avançaram sobre rios e riachos de pequeno porte muitos deles reduzidos a meros caminhos de areia e pedra ressequidos nos tempos de estiagem. Nesses casos, procuravam instalar a sede das fazendas junto a olhos d'água.

O avanço sobre as terras consideradas devolutas na região norte do Ceará já vinha em prática acelerada há bastante tempo. Em 5 de maio de 1694, Antônio da Costa Peixoto conseguiu no atacado, para si e seus herdeiros, *"...todas as sobras que Ouver entre a data que tem por heransa os herdeiros do Capitã Philipe Coelho de Morais no Rio Siupê e da data que tem o Alferez Jorge Pereira e Juseph Tavares..."*. Eram mais terras que Antônio anexava ao seu latifúndio.

Em 13 de novembro de 1706, o escrivão Crispim de Sousa Crespo registrou no livro 3 das sesmarias, às folhas 68 e 69, a concessão de terras ao coronel Leonardo de Sá e seus companheiros *"FeLis da Cunha Linhares o ajudante Bento Coelho e Antonio Marques Leitam"*. Terras que os suplicantes alegavam ter descoberto com o risco de suas próprias vidas nas margens dos riachos que denominaram "*arariaSul*" e outro por nome "*paCuya*".

Antônio Marques Leitão vinha a ser genro de Antônio da Costa Peixoto porque casara com sua filha Apolônia, e Félix da Cunha Linhares, casado com Maria de Sá, era genro de Leonardo de Sá.

Na mesma data, é concedida sesmaria ao capitão Rodrigo da Costa Araújo e seus companheiros - D. Catarina do Lago, Francisco Alberto, coronel João de Barros Braga e João de

Almeida - das terras *"comesando no Salgado do aCaraCu na parage chamada apecuy correndo a Costa pera aparte da parnahiba, eno ribeiro chamado pirangi que he vertentes da mesma parnahiba pella largura do Comprimento E pegara da pancada domar meia legoa pera dentro e adonde aCabar dita meia Legoa pegar em outras duas Legoas pera oSertam duas Legoas se entende da Largura e comprimento três Legoas cada hereo correndo pera aparte que dis aSima da parnahiba..."*

O sargento-mor Manoel Dias de Carvalho e Francisco Carneiro conseguiram, em 30 de maio de 1716, a posse das terras *"sobre a Serra da Tabahinha chamado pella lingua geral Pindaré"*. Tal concessão se baseou na alegação dos requerentes de que *"he necessario avizinhar a hũa das aldeyas, pera que com mais brevidade possa Socorrer algũa apreção aos moradores destas Ribeiras vizinhas..."*.

Esse Manoel Dias de Carvalho, nascido em Portugal em 1673, vai aparecer, 70 anos depois, como testemunha na devassa procedida a pedido de Antônio Gonçalves de Araújo, superintendente das minas de prata do Araticum.

Depois dos jesuítas, outros padres manifestaram interesse pela posse das terras. Alguns compravam, como é o caso de Antônio Gonçalves, filho de Domingos da Cunha Linhares, que veio a ser grande proprietário na região do Coreaú. Curiosamente, no entanto, ainda em primeiro de outubro de 1796, foi concedida sesmaria ao padre Bonifácio Manoel Antônio Lelou de *"huas terras no sítio Asimin na Serra Grande"*, território confessadamente pertencente a índios, conforme consta no requerimento:

> "Ilustríssimo Senhor Governador Diz o Padre Bonifácio Manoel Antônio Lelau Vigario atual da Freguezia de Nossa Senhora da Assumpção de Villaviçoza Real desta Capitania, que elle se acha situado ha doze annos pouco mais, ou menos de mansa

epacifica posse no Sitio chamado Asimim o qual he nos confins da Serra Grande para digo, grande, buscando para aparte do Piauhy, **e que fora descuberto já há muitos annos pelo Indio Mestre de Campo Dom Felipe de Souza e Castro, que durante sua Vida como descobridor, o possuhio sempre como terras devolutas, e fora da Data geral por Sua Magestade da Serra Grande aos Indios seus habitantes; e por morte do dito Mestre de Campo, ficando o mesmo Sitio devoluto, e a revelia Se Sitoou nelle outro Indio o Capitão Mor Manoel de Souza, e auzentandose este para a capitania do Piauhy aonde falleceo** (grifo nosso). O Reverendo Supplicante sabendo e informado da capacidade do dito Sitio para criar gados Vacuns e da sua devolução, se Situou com seus gados; e porque intenta o Suplicante continuar a situação, que tanto redunda em augmento dos Reaes Dizimos, e não ha prejuizo de terceiro, recorre o Suplicante a Vossa Senhoria, para que Se digne conceder lhe no dito Sitio posse judicial de três legoas de comprimento, principiando do riacho chamado Mata fria te as extremas da Fazenda Carnahubal com hua legoa de Largo para aparte do Sul, estremando na boca da picada chamada Jabuti, e outra legoa para aparte do Norte, estremando com a fazenda Juritianha, para ele suplicante e seus herdeiros...".

Morto o índio velho que em vida não lhe opôs resistência, o padre Bonifácio instalou naquelas seis léguas quadradas de terra os seus gados, pensando no futuro dos seus herdeiros e justificando não haver prejuízo para terceiros. Doze anos depois de nelas estar instalado, considerava torná-las produtivas e, portanto, capazes de aumentar os dízimos das reais fazendas de sua majestade. Confrontavam-se as terras daquela sesmaria com as do capitão-mor Diogo Alvares Ferreira, abastado fazendeiro do norte do Piauí, patriarca da família Veras na região norte deste Estado, morador na Frecheira, que recebera vastas posses de terras, em 6 de setembro de 1763, concedidas por João Pereira Caldas, Governador do Piauí.

Como herdeira conhecida, deixou padre Bonifácio uma filha, chamada Inocência Francisca Xavier, que veio a ser a segunda esposa do "Velho Comandante", depois que esse ficou viúvo da índia Feliciana Reis da Conceição.

O principal fator de fixação do homem à terra se relacionava com a existência da água porque a seca, conhecida no sertão desde que Pero Coelho plantara lá os pés em 1603, é uma constante na vida do nordestino. Como na Serra são escassos os cursos d'água, predominou na instalação de sítios a proximidade de baixios ou existência de fontes naturais (olhos d'água).

Uma dessas fontes, chamada "Cujá", localizada originalmente nas terras dos jesuítas e, posteriormente, transferidas a Joaquim Alves Malheiros e sua mulher, Maria da Conceição de Jesus, garantiu a fixação dos Miranda na Buíra.

Muitos fazendeiros considerados ricos antigamente no norte do Ceará se viram, de uma hora para outra, à beira da miséria sitiados pela terra calcinada por anos seguidos de estiagem, resultando em perda de rebanhos e êxodo da mão-de-obra. A grande seca de 1877, responsável pela morte de uma grande quantidade de cearenses, inaugurou o costume do Governo de reduzir as conseqüências do flagelo criando obras emergenciais. Muitos projetos foram realizados naquele período, destacando-se, pela importância, a estrada de ferro Sobral-Camocim. As secas de 1915, 1919 e 1958 tangeram para fora do Estado muitos membros das famílias aqui tratadas.

Em época de estiagem, a sobrevivência em algumas regiões da Serra é menos dolorosa que no sertão, em virtude do clima frio e da existência em abundância da palmeira de cujo babaçu se extrai o óleo para a cozinha, o leite para o pirão, a polpa para o bolo e, sacrifício derradeiro, o palmito para aplacar a fome. De tantas lembranças amargas, restou, até hoje, a crença de que cortar palmito atrai seca. Os habitantes

da Buíra aprenderam esta lição, de modo duro, no ano de 1919.

Por via das dúvidas, para quem podia, era prudente ter sítios na Serra e fazendas de gado no sertão. Embora os Cunha Araújo fossem de origem mais ligada ao gado e os Miranda mais voltados para a produção de derivados de cana (Antônio José de Miranda foi o primeiro produtor de rapadura e açúcar do sertão do Lambedouro), o entrelaçamento dessas famílias terminou por uni-los todos na Serra.

Levantada uma ponta do véu do esquecimento que encobre a história da colonização do norte do Ceará e Piauí, verifica-se que uma estranha mudança aconteceu no interior. Nas terras conseguidas em sesmaria, homens empreendedores e ousados, mesmo sem dispor dos recursos modernos de comunicação e transporte, foram capazes de construir grandes fortunas em negócios de gado e em lavouras de algodão, cana e carnaúba. No entanto, pouco ou quase nada resta dessas fortunas. De alguns nem se ouve falar.

De tudo que os Jesuítas da Missão da Ibiapaba construíram para o patrimônio de Nossa Senhora da Assunção só resta a igreja. Do imenso patrimônio deixado pelos Irmãos Dantas para o patrimônio de Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca também só restam a igreja e algumas partes de terras. Nestes casos, sabe-se que houve a intenção de liquidá-los.

A Caiçara, do capitão Antônio Rodrigues Magalhães, é uma feliz exceção entre as antigas sedes das grandes fazendas de gado, pois ali foi construída a florescente cidade de Sobral. Outros não tiveram a mesma sorte.

No lugar da casa da fazenda **Chapada do Rosário**, do poderoso capitão Gonçalo Machado de Cerqueira, não resta nem uma forquilha. Da imponente **Chafariz** de seu genro, Pedro de Britto Passos, possuidor de uma fortuna estimada em

quatro milhões de dólares, não resta mais nada. Uma acanhada casa de taipas em ruínas, desajeitadamente voltada para os "sete bodes", encobre os alicerces da antiga morada. Da fazenda **Lagoa do Mato**, de José Antônio Damasceno, também genro de Gonçalo, nada mais restou. Até a figueira que marcava o lugar não resistiu a um vendaval e morreu.

Do mesmo modo, sumiram as imponentes sedes das fazendas **Corredeira**, de José da Cunha Araújo; do **Esbarrado,** de José Carneiro da Cunha Mapurunga; do **Cujá,** de João Álvares Passos; da **Pedra Branca,** de Francisco da Cunha Araújo e, mais recentemente, da **Timbaúba**, de Justino Plácido de Brito. Quem passa pela BR 343 em direção a Buriti dos Lopes, 18 quilômetros após a cidade de Piracuruca, ainda pode ver os últimos resquícios da fazenda velha da Chapada, ou fazenda do Bidoca, como também é conhecida, caindo os últimos pedaços. O cemitério foi cercado e pintado mas a igrejinha, abandonada, perdeu as portas e serve de abrigo para as cabras pernoitarem. Destino semelhante segue a Buíra, ao completar o primeiro centenário em que ali chegou Vicente Ferreira de Miranda.

Como praga comum, o abandono tomou conta dos locais onde floresceram a maioria das grandes fazendas e sítios que deram origem à evolução das famílias que se demonstrará. Sendo elas compostas, na maioria das vezes, por um grande número de herdeiros, esses latifúndios, pela morte de seus proprietários, foram sucessivamente divididos em menores porções, nem sempre de modo pacífico, culminando num excessivo número de lotes de irrisório tamanho. A maioria sem oferecer a mínima condição de sobrevivência para o proprietário, implicando em venda e êxodo.

Assim, o povo - que até meados do século XX vivia nas fazendas só se deslocando para as vilas e cidades aos domingos e dias de festa para cumprir os rituais religiosos - deslocou-se para as cidades, atraído pelos investimentos sociais que

privilegiaram as concentrações urbanas em detrimento do campo. Educação, saúde, emprego e moradia transformaram a cidade num atrativo melhor e preferível ao labor árduo e ininterrupto da roça, provocando uma grande transformação.

Sem dispor de condições de sobrevivência em seus locais de origem e fustigados, de vez em quando, pelo rigor das inclementes secas, muitos descendentes dos antigos proprietários tendem a largar os pequenos lotes que vieram sendo retalhados sucessivamente em cada inventário e vão morar na periferia das cidades. Vendem, por pouco ou quase nada, o pequeno pedaço de chão que receberam por herança, deixando para trás uma cultura de roça para ingressar na tumultuada vida das periferias urbanas.

Em muitos casos é a procura pelo estudo que faz com que os jovens do interior tentem de tudo para driblar a vocação roceira; muitas vezes, procurando ingressar nos seminários ou nos quartéis, lugares onde é mais fácil conseguir pousada e alimentação na cidade.

Analisada a evolução das famílias aqui tratadas constata-se a mesma realidade triste e cruel. Os que migram para as cidades enfrentam a dificuldade de colocação, por não disporem de qualificação para um mercado de trabalho cada dia mais exigente. Os que permaneceram nos locais de origem continuam sem estradas, sem assistência médica, sem escola eficiente e dependentes da agricultura sazonal de subsistência sujeita à seca, embora exista água.

É possível afirmar, sem exagero, que a principal fonte de sustento no sertão e em boa parte das cidades do interior, nos dias de hoje, é o FUNRURAL – benefício previdenciário concedido aos mais velhos que os próprios chamam de "aposento".

CAPÍTULO XIII

Valores na luta pela vida

Com exceção da Ibiapaba, onde o elemento indígena motivou o esforço colonizador, as demais ribeiras tiveram seu desbravamento seguindo o rastro do boi. Mesmo na Missão da Ibiapaba, não se limitaram os padres à catequese dos naturais. Instalaram as fazendas nos pés de serra onde criavam milhares de cabeças de gado e ocupavam razoável contingente de pessoas. Essa atividade, prioritária originalmente, moldou os hábitos do povo, influenciando na habitação, na alimentação, no vestuário e até no vocabulário.

O aumento da população e o rateio das terras das antigas Datas e Sesmarias, pelos inventários, ampliou o número de famílias dedicadas ao plantio de roças para produção de cereais (milho, arroz e feijão, basicamente) e mandioca. Essa atividade, no entanto, pela precariedade do ferramental de que dispunham os agricultores e pela pouca noção de preservação ecológica, como fonte de renda nunca enriqueceu ninguém na região norte do Ceará, mas contribuiu decisivamente para os desmatamentos. Fazer roça deixou de ser um tipo de atividade rentável para se converter no mísero viver do dia-a-dia, altamente trabalhoso. Sendo o gado, por ter vindo primeiro, senhor do campo, as roças deveriam ser cercadas. Sem o recurso do arame, as cercas – construídas de

"madeira branca" trançada - eram de pouca duração; circunstância que obrigava aos desmatamentos, tornando a mata de hoje na capoeira de amanhã. Botando a cada ano uma roça nova em lugar diferente, o crescimento da vegetação não acompanhava o ritmo das derrubadas.

O algodão, o fumo, a carnaúba e a pimenta, durante algum tempo, despertaram maior interesse que o plantio de lavouras, feito praticamente para garantir o sustento da casa.

Somente a cana, em determinadas regiões, foi capaz de se impor sozinha como alternativa real de investimento, frente à criação do boi, gerando maior absorção de mão-de-obra e permitindo, por isto mesmo, mudanças culturais mais significativas que o algodão, o fumo e o plantio de cereais.

Houve um momento em que a cera de carnaúba se constituiu em grande fonte de renda, firmando-se como alternativa ao boi e à cana, tornando os terrenos de carnaubais extremamente valiosos. Mesmo assim, não minorou o suplício de quem tira do chão o sustento para a vida e a realidade pouco mudou. Se hoje é duro viver na roça, antigamente era pior. Se os antigos não pensaram assim foi porque lhes faltava o paradigma. Uma pessoa trabalhava até morrer ou ficar inválida. Não havia aposentadoria, o tal FUNRURAL.

Os inventários antigos comprovam hierarquia de valores bastante divergente das condições atuais. A qualidade da habitação e instrução escolar, por exemplo, ficavam em plano inferior aos metais nobres - ouro e prata principalmente – e à titularidade. A maioria dos defuntos que haviam atendido pelas patentes compradas de "coronel" e "capitão", cujos arrolamentos de bens para partilha se distinguia por extenso desfilar de jóias, animais, escravos e bens de raiz, tinham morado em casas de taipa cobertas de palha e mobiliadas com grotescos

bancos e tamboretes de madeira ou sola, crua ou curtida. Grande parte deles analfabetos e, ao mesmo tempo, fervorosos crentes nos "*desígnios da divina providência*" e no poder de intimidação de um bacamarte.

Dedicavam a maior parte do tempo a produzir e guardar alimentos. Os sinais de suas riquezas incluíam grandes caixões de cedro para armazenar arroz em casca e farinha de mandioca, paióis para guardar milho, enormes alguedás de barro para acondicionar carne de porco temperada, varais de cordas protegidos para pendurar os traçalhos de carne seca, barricas de madeira repletas de sal e surrões de palha de carnaúba abarrotados de rapaduras embaladas em folhas secas de bananeira.

Grosso modo, para aqueles coronéis do sertão, um cavalo encilhado com selim inglês e adornado com bridas e estribos de prata era mais importante do que saber ler. A exceção, que sempre se contrapõe à regra, ficava por conta do ensino religioso para os filhos do sexo masculino, nem sempre por vocação mas pela distinção e nobreza que um filho padre trazia para a sua família. Para as moças não havia a mesma boa vontade.

Para extrair da terra o sustento, mais importante que o diploma eram os utensílios domésticos e as ferramentas de trabalho escassas e, por isto mesmo, caras e disputadíssimas. Enxadas, cavadores, machados, alavancas e serras aparecem em muitos inventários como bens de elevado valor. Maria Joaquina não sabia ler nem escrever, mas recebeu, como herança do pai, dentre outros bens, um "*machado velho pelo valor do inventário da quantia de seiscentos e quarenta reis...*". Quando nada, para uma jovem do sertão, cortar lenha para o fogo era tarefa mais certa que ler um livro e, no caso dela, a instrução que recebera visava apenas ensiná-la a "*cozer, fazer*

rendas, fiar e a Doutrina Christã", conforme se vê na prestação de contas apresentada por seu avô, em 22 de agosto de 1856.

Eram igualmente analfabetas sua avó, Maria Machado de Cerqueira, e a irmã desta, Ana Maria de Cerqueira, esposa do riquíssimo coronel Pedro de Britto Passos. Ambas, filhas do abastado fazendeiro capitão Gonçalo Machado de Cerqueira, morador na fazenda da Chapada do Rosário, como inventariantes dos falecidos maridos, confessaram que não sabiam ler nem escrever e por isto nomearam procuradores.

Os hábitos rudes, adquiridos no trato da terra, não permitiam supor que mudanças tecnológicas distanciariam, tão rapidamente, o homem das atividades do campo. A ferramenta de trabalho mais sofisticada que existia, até meados do século XIX, era o carro de boi. Rodas de serrar mandioca, bolandeiras e engenhos de moer cana eram feitos de madeira e movidos por tração animal ou de escravos que, na maioria dos casos, não eram tratados diferentemente daqueles. Para o final do século XIX, começam a aparecer nos inventários raras máquinas de descaroçar algodão.

A terra, enquanto mata, de pouco valia. Fosse para o plantio de cereais ou para pasto de animais, os inventários provam que maior valor existia no ferramental e no braço escravo, utilizado para a broca e a queima, que no tamanho da área física devoluta.

A falta de conhecimento sobre o manejo correto do campo e a pouca consciência de preservação ecológica contribuíram, de forma decisiva, para extinguir a grande população de animais silvestres que, transformados em caça, foi dizimada por necessidade, por ignorância e por esporte. Na Buíra, até bem pouco tempo atrás, os homens caçavam pacas, tatus, veados e outros animais para serem servidos nas

refeições. A carne era utilizada como alimento e, com naturalidade, das peles fabricavam utensílios domésticos e de montaria. Os caibros e ripas da casa grande da **Corredeira** eram todos amarrados com couro de veado catingueiro curtido.

Em Piracuruca, durante algum tempo, as onças tiveram no poder público municipal um ferrenho inimigo. No dia 30 de janeiro de 1962, foi aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pelo prefeito, Raimundo da Silva Ribeiro (Doca Ribeiro), a Lei nº 391 que estabelecia em seu artigo primeiro: "*Aos matadores de onça deste município fica assegurado o prêmio de Cr$ 1.000 (hum mil cruzeiros) correspondente a cada onça abatida*".

Na frente da casa da Buíra, na "mata dos Daniel", toda tarde, um bando de urus cantava ao pôr-do-sol. Essas pequenas aves, como também os jacus, nambus, sericoras, ferreiros e avoantes foram dizimadas e é raro, nos dias de hoje, ser encontrado, naquela região, um único exemplar destes espécimes, mesmo pelos mais experientes caçadores.

R

Senhor

Senhor

Bem sey q. aos Ignorantes, que
me acusarão de tenaz, e apermeyra vontade, q. tive a dar a mão
a quem Governa. Mas tambem Reconheço q. tudo q. he arrisca
dos, faz difficil boleu contrario, assim aprudencia q. a
que tem sido vencida com mais, está ja por atalhar, lega
rando em mim. Ele Testimunha, Senhor, que desejo
vencido, e feliz. Segunda vez pois, permitido ao Cam
pos defendeyo, Mandando Sodados Portuguezes, para este
mês Mayo, despacho que para conseguir, dessa Real pre
tenção, q. se empenhou, alma, com, tanto serviço, Al Rey, no
Senhor, em Portugal, Nos Militares. Em as Campanhas, de Ma
zagam, conquistando, ainda, atalhos, perigos, quando, fiz, retira
da, obra, vinha, que, Lacrimavamos, despedidos, Nos Mar, Ma
tura, Nossa, Real, Serviço. Confiadas, Em as, mesma, com
que, fiavamos, dos, Amigos, alegrando, Nos, grande, como
se, fosse, precisa, Al Rey, por, mayor, bem, Evidencia. Cor
dialmente, recusar, pois, Ja, ordenado, p. mim, Lia, voltarmos, ao
grandeza, de Al Rey, para, Não, Ele, divertir, a, Soberania
do Monarcha, antes, Sentimos, o, Miserabilis, em, as, Sua
Bracos, Deus, p. Al Rey, N. S. não, Mais, Excellencia
Q. 1757

Dom. Ca. da Almeida

Governador de Pernambuco Mazagam, Mandando
Al Rey, sobre os Prestos, Real, desta, Capitania, p.
Melhores, Partidas, Dita, compartancia, q. sem, trovamos, pe
de aprovadas, que, o, General, q. foi, Legado, Dos, Real
Luiz Jozé, com, a, Sua, Motivo, Mandado, dar, com, o
cacias, que, pouco, dizy, atalhy, Dando, Mandado, pessoas
Sem, mais, Ley, agora, a, Sua, Excelencia, Tomandey, com
seu, Nome, sem, cuidado, o, p. Mayor, alimentos, pa
que, Sempre, Dito, Excelencia, Senhy, mais, Ley, que
p. Al Rey, Mamando, Lar, Mais, Supriam, os, gastos
q. fazem, juntey, com, os, q. foi, Cabedal, quando, vem
p. esta, Capitania, como, Sou, Decanadas, partes
com, os, Soldados, com, tudo, Nas, Finas, com, M.
ey, aldey, o, Sargento, Mor, Francisco, Sa, q.
que, me, Companhia, durando, Mais, Ley, q. de, Sa
tudo, Decido, Sa, Sentido, o, Sa, Ey, entregey
a, Alma, com, o, Sa, Deus, Sa, Sempre
E, Sempre, Delegado, Recommendo, p. Mandado, p.
Al Rey, Sem, mais, Ley, de, aprovadas, os, Sa
dos, desta, Capitania, Sa, com, o, Sa, Sa, Sa

CAPÍTULO XIV

Fábrica dos mortos

Durante o processo de ocupação e colonização das regiões norte do Ceará e Piauí, o povo atravessou períodos de grandes dificuldades, tanto pelos freqüentes períodos de seca como pela escassez absoluta de recursos na doença. O prolongado período de seca que assolou o Nordeste no período de 1790 a 1792 praticamente dizimou os rebanhos de gado e impossibilitou a produção de lavouras, provocando uma grande mortandade de pessoas por absoluta falta de alimentos. As levas de famintos que vagueavam pelos campos, no vale- tudo da sobrevivência geraram tão grande número de roubos e crimes que o governador do Ceará, Luiz da Motta Féo e Torres, em correspondência ao general de Pernambuco, afirmou que "*não há cadeas seguras para tantos ladroens e malfeitores e nem se poderião, ainda que as houvesse, conservar com vida tantos individuos em prizão sem terem sustentos*". Sintomaticamente, neste mesmo período se registra uma forte migração de famílias da Ribeira do Coreaú para a freguesia de Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca.

Como sempre acontecia nos períodos de grandes secas, a população daquelas ribeiras foi acometida por uma pavorosa epidemia de febres que provocaram, de janeiro a novembro de 1791, somente em Sobral, 473 óbitos. Dr. Guilherme Studart

(In, Notas Para a História do Ceará – Segunda Metade do Século XVIII, Lisboa, 1892) transcreve documentos da época descrevendo a atuação da comissão médica que o Governo de Pernambuco, a pedido de Féo e Torres, mandou para o Acaraú.

A comissão era chefiada pelo bacharel em Medicina João Lopes Cardoso Machado - autor de minucioso relatório sobre as atividades - os licenciados Theotônio Ferreira dos Reis e Joaquim José Henriques, o boticário João Pio Caetano de Carvalho e dois "sangradores".

Posicionando-se sobre a origem da epidemia, Dr. João Lopes não vacilou em considerar que a causa "*foi um vento vindo do Piauhy, nunca ahy observado*" onde, segundo ele, todos os anos havia enfermidades epidêmicas mortais. Afirmou mais que esse vento satânico, na medida que deixava livre o Piauí da moléstia, tinha o inconveniente de transferi-la para o Acaraú, que "*ficou por mais de quatro anos um paiz doentio*".

Não menos extravagante que a causa era o método de cura por ele engendrado:

> "O methodo de cura, se não mudar o caracter essencial da Epidemia, he limpar as primeira vias com dous vomitorios, algum purgante de Maná, ruibarbo, polpa de tamarindos, e sal carthartico, e depois passar aos febrifugos correspondentes ao temperamento do sugeito, algûas vezes convém sangrar nas pessoas plethoricas, e sanguineas, e aparecendo madornas e delirios usar das sarjas nos desta qualidade, e nos outros, causticos e epispasticos. Se contudo não aproveita este methodo, porque mude o caracter da Epidemia, então se devem aplicar os deluintes, as sangrias, e consultar a Pernambuco com a maior brevidade por proprio" (op. cit. pág. 436).

O método se consubstanciava em dois princípios: através dos vomitórios e purgantes procurava "*corrigir a acrimonia*

da bilis e evacuar a sordicie" e, com as sangrias, "*corrigir a corrupção da massa do sangue*". Como orientação para os "sangradores", era recomendado que "*um enfermo bem constituido, com a lingua natural, com alguns sinais de plethorico, deve ser sangrado logo no pé a proporsão das suas forsas, não lhe debilitando a natureza*". Se aparecesse delírio e o paciente fosse "*pessoa de temperamento sanguineo*" deveriam ser sarjados na nuca e "*espáduas altas e baixas*" para desviar do cérebro "*os impulsos da natureza e impreções de materia morbifica a essa extranha*". Consultar a Pernambuco era providência que dificilmente seria feita com a brevidade recomendada pois, indo por terra do Acaraú, era viagem para meses.

Não era de estranhar que a maioria dos pacientes (os impacientes ?) se recusasse a submeter-se ao método de cura procurando, por conta própria, amparo nas meizinhas e rezas familiares, levando Dr. Machado a raciocinar que só agiam assim por ser "*insensível à sua própria desgraça*". Ele, no entanto, enquanto requeria das autoridades força policial para obrigá-los ao tratamento - pois considerava um ato de piedade que não poderia deixar de ser praticada "*sem uma especie de violencia*" - demonstrou que nele próprio o método podia ser suavizado. Na manhã do dia 15 de novembro daquele ano de 1792, enquanto assistia a uma missa na Matriz de Sobral, foi acometido de "*hum esfriamento pelas extremidades, anciedade e vontade de vomitar*" ficando, em seguida, "*com a lingua esbranquiçada, o corpo languido, a urina amiudada e quente*", levando-o a compreender que estava "*atacado de hua Quotidiana*". Para o seu caso, o método estipulava imediata aplicação dos vomitórios, purgantes, evacuantes e sangrias mas ele, justificando que os "efeitos" lhe embaraçariam as atividades a que fora mandado de tão longe, limitou-se a mascar o ruibarbo.

Padeceu ainda esse dedicado médico lusitano de "*hûa fluxão e decubito no queixo superior da parte de sima*" doença

que não se enquadrava no método de cura e que adquirira, segundo ele mesmo, pelo calor do sol, por dormir no campo, beber águas péssimas e comer a "salgada comida de carne do Seará". Dessa nova enfermidade só foi ficar aliviado quando "*rebentou o tumor pela parte interna*".

Mesmo enfermidades de gravidade simples e desdenhadas pela moderna medicina nos dias de hoje causavam grande sofrimento e muitos óbitos. Sem os modernos recursos de anestesia hoje existentes, muitos tratamentos eram dolorosíssimos; podendo-se afirmar que, em muitos casos, era menos doloroso morrer da doença que do tratamento. A primeira experiência de anestesia geral no Ceará só foi feita em 1847. Naquele ano, no Aracati, o Dr. Liberato de Castro Carreira utilizou o éter sulfúrico ao amputar a perna de um seu paciente.

A tuberculose, chamada popularmente de "pleuris", causava tanto assombro naqueles tempos como o câncer e a AIDS causam atualmente.

No ano de 1792, somente no Aracati, a varíola matou aproximadamente 600 pessoas. Nos anos de 1818 e 1819, essa mesma doença, antigamente chamada "bexiga" pela erupção papular que "evolui para transformação em pústulas", se abateu impiedosamente sobre diversas comunidades interioranas, causando desgraça e sofrimento. Naquele período, somente no Batalhão de Tropa de Linha, estacionado em Caucaia, no Ceará, conforme documentado no livro nº 1 de óbitos daquela freguesia, morriam desta moléstia, em média, dois soldados por dia. Amedrontados com a possibilidade de contaminação, não permitiram os padres que os cadáveres fossem sepultados na igreja, como era costume, sendo os mesmos inumados em Jacarecanga. Dr. Pedro Sampaio afirma que em dois meses do ano de 18--, em Fortaleza, morreram

27.378 pessoas acometidas de varíola. Das 57.780 mortes ocorridas em Fortaleza, no ano de 1878, 43,25% foram causadas pela varíola. Segundo o Barão de Studart, somente no dia 8 de dezembro de 1878 "*chegaram ao cemitério da Lagoa Funda 1008 cadáveres, alguns ficando por enterrar por cansaço dos coveiros*".

Em 1851, chegou ao Ceará a febre amarela, epidemia que chegou a matar 50 por cento dos doentes por ela acometidos.

No ano de 1862 a cólera (cólera-morbo) espalhou-se em caráter epidêmico por toda a província, gerando pavor até agosto de 1863, quando foi extinta, obrigando o povo a improvisar tratamentos à base de suco de limão, infusões de pimenta malagueta, enxofre em pó nas meias e até moedas de cobre de dez réis penduradas ao pescoço ou às coxas.

Mesmo a beribéri – patologia decorrente da deficiência de vitamina B1 no organismo – quatro séculos após os antigos navegadores terem padecido do escorbuto, ou mal-de-luanda, continuava matando no sertão até mesmo pessoas de elevada fortuna e grande projeção social.

> "Aos vinte e seis de janeiro de mil oitocentos e setenta e oito faleceu da vida presente de **Beribere** (grifo nosso) o Capitão João de Britto Passos, branco filho legítimo do Coronel Pedro de Britto Passos e de Dona Anna Maria de Cerqueira casado com Dona Cândida, ignorase sua idade. Seo corpo foi amortalhado de branco, digo de preto e sepultado no cemiterio da Confraria de Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca e para constar mandei fazer este assento que assigno
>
> o Vigario Maximo Martins Ferreira (Piracuruca – óbitos – liv. 4 fl. 140).

O capitão João de Britto Passos, quando faleceu, estava com 48 anos de idade.

Não havendo patologistas, a maioria dos óbitos ficava sem identificação precisa das causas, recebendo um atestado de que o defunto falecera "de febres", "enfermidade interior", "doença crônica e incógnita". Alguns registros se referem a patologias com denominações estranhas como "apensado", "obstruto" e uma tal de "ventrusidade" (provavelmente, o famoso "nó na tripa"). As doenças conhecidas e que permitiam óbitos mais precisos eram gripe (chamada de catarrão), sarampo, erisipela, tumores (ou postemas), hidropisia (acumulação anormal de líquido seroso no organismo), estupor, febre de sesões, gota (inflamação das articulações provocada por ácido úrico), pleuris (tuberculose), maligna, câimbra de sangue, malária (também conhecida como "carneirada") e verminose. Os ataques cardíacos, ainda não conhecidos, levavam a pessoa a "morrer de repente". O pobre Antônio Conrado dos Santos, de 39 anos de idade, faleceu em Piracuruca, em 10 de março de 1868, "*de uma dor de cabeça*".

Era nessa dura realidade que José Carneiro da Cunha exercia sua arte de curar, enfrentando as patologias com meizinhas feitas à base de cascas, folhas e raízes de plantas medicinais, razão porque ficou conhecido como médico ou cirurgião.

A gravidez para as mulheres podia ser vista, em muitos casos, como uma sentença de morte. Os óbitos em decorrência de partos alcançaram estatísticas assustadoras, gerando uma legião de órfãos. As moças, submetidas ao casamento com pouca idade, geralmente aos 22 anos estavam com a casa cheias de filhos ou já tinham morrido, deixando-os na orfandade, nas mãos de madrastas estigmatizadas nas "histórias da carochinha" pelo pavor que incutiam nas crianças. Das três filhas do coronel Pedro de Britto Passos, somente dona Maria do Carmo pôde conhecer os netos. Zeferina e Clementina morreram de parto, muito jovens. Os inventários comprovam que os homens casavam,

em média, duas vezes. Coronel Zé Bitônio casou cinco vezes e morreu viúvo.

Com tantas dificuldades de sobrevivência, é espantoso encontrar pessoas com registros de óbito na casa dos 80, 90 e, até, 100 anos de idade. Ou, simplesmente, "morrer de velho", como atesta o padre Máximo Martins Ferreira em diversos registros semelhantes ao que se transcreve:

> "Aos catorze dias do mes de maio de mil oitocentos e setenta e cinco faleceu da vida presente Justino Borges de Carvalho **de velhice** (grifo nosso), foi vestido de preto e sepultado no cemiterio da Cruz das Almas, distante desta Villa meia legua; foi encomendado por mim e para constar fiz este assento que assigno.
>
> O Vig. Maximo Martins Ferreira (Piracuruca – Óbitos – livro 4 – fl. 118 v).

Justino faleceu na fazenda Araçazeiro deixando os filhos José Antônio de Carvalho, Domingos Ramos de Carvalho e Antônio Borges de Carvalho, este falecido "*da molestia da gota*", com 26 anos de idade, em 25 de setembro de 1876. Foi casado com Delmira dos Santos Monção e, antes dela, com dona Íria Mariano do Patrocínio, que foi dada como morta por afogamento no rio Piracuruca, no lugar "Passageiro", no dia 17 de abril de 1854.

Até meados do século XIX, os cemitérios praticamente não existiam e os sepultamentos eram feitos nas igrejas, como "*resultantes do sínodo diocesano de 1707 e publicado em Coimbra em 1720*", conforme se acha no Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil e explicado pelo professor André Frota de Oliveira. (in, Quadros da História de Granja, pág. 127). Por essas fontes, sabe-se que "*o cristão tinha o direito de eleger a sua sepultura e mandar enterrar o seu corpo na igreja ou adro de acordo com sua devoção*". Em Piracuruca, o primeiro

registro de sepultamento no Cemitério da Confraria de Nossa Senhora do Carmo - tomando-se por base o que consta no Livro de Óbitos nº 3, folha 134, que cobre as ocorrências no período - só ocorreu a 3 de maio de 1858. Foi o de Eufrásia, filha de Laurentino de Sousa Leão que faleceu de febres nessa data. O último registro de inumação na Matriz foi de Victória, filha de Seledônio Machado de Cerqueira e de *D. Mariana de Tal* (sic), que faleceu de "estupor" em 2 de abril de 1858 – foi sepultada "das grades acima".

Enquanto essa prática para as famílias era uma forma mais garantida de chegar ao céu, para a Igreja era um razoável negócio titulado de "fábrica dos mortos".

A palavra fábrica, nesse sentido, significava negócio mercantil ou administração das rendas da atividade que era inerente à Igreja, como se pode atestar por farta documentação existente. Iniciado com o "toque de finados", envolvia a comercialização do chão da igreja, onde era feita a cova, aluguel de caixão, traslados, rituais e celebrações.

O custo do sepultamento de dona Maria Marcella de Jesus, viúva de João Álvares Passos – o "João Ruim" – falecida em Piracuruca em 1º de fevereiro de 1852, descreve bem os itens de receita envolvidos na atividade, conforme consta em um demonstrativo assinado pelo vigário Joaquim Benvenuto Magalhães, em 28 de junho de 1853, cuja importância estava sendo cobrada aos herdeiros da finada:

Sepultura	8$000
Aluguer de Caixão	2$000
Cruz da Fabrica	$320
Vigrº Encomendação	2$000
Acompanhamtº	2$500

Estações 2 a 2	4$000
Missa de Corpo Presente	1$000
A Frei Luis de estações e acompanhamtº	2$640
Sachristão – Sinais dobrados 4 a 640	2$560
Altar em casa	2$000
Acompanhar com Turibulo	1$000
Risco da Sepultura	$200
Soma	28$280
O Vig. B Magalhãens	
Gastouce de cera branca	6$720
Soma	35$000

O funeral de dona Ignês Maria de Jesus, viúva de Manoel Rodrigues de Carvalho, falecida em Piracuruca quatro anos mais tarde, em 26 de fevereiro de 1857, custou mais caro - 54$960 réis - porque os preços já haviam subido, em média, neste período, 25 por cento. Além disso, a família pagou doze mil e oitocentos réis para sepultá-la na capela-mor e cinco mil e quatrocentos e quarenta réis pelos serviços de "*hum cantor ajudante*".

Uma visita de cova não saía por menos de oito mil réis, equivalentes, em 1857, a um boi ou 180 metros de chita ou algodàozinho.

Não menos oneroso era um caixão de defunto de boa qualidade, para adulto, na mesma época. As tábuas custavam quatro mil réis e três varas de pano preto "sarjão", para cobertura, custavam três mil réis. O forro, feito com duas varas de manapulão, custava 720 réis. O acabamento incluía 250 pregos dourados, a 320 réis o cento, 200 tachas de ferro, a 160 réis o cento, oito varas e meia de galão dourado para guarnição, ao preço de 640 réis a vara e um metro e meio de

fita prateada para cobrir as alças de corda, importando em 960 réis. O serviço do carpinteiro chegava aos quatro mil réis (Ver tabela de moedas no Anexo I). Tudo pronto, ficava o caixão com um preço aproximado de dezenove mil réis, equivalente a 250 rapaduras, 24 quartas de farinha, 10 quartas de arroz ou 19 cabeças de ovelhas de toda sorte.

Foi certamente para economizar essa quantia, aliás já muito comprometida com credores de seu ex-marido - o endividado e já finado João Álvares Passos (bisavô de Maria Joaquina) - que os familiares de dona Maria Marcella de Jesus preferiram alugar o caixão do padre Joaquim Benvenuto Magalhães, em vez de fabricar um só para ela. Para o vigário, dois mil réis de aluguel para cada sepultamento era um excelente retorno de investimento; algo como dez e meio por cento.

Com o crescimento da população e, evidentemente, o dos óbitos, esse negócio tornou-se perigoso para a Igreja porque as novas sepulturas quase sempre escancaravam outras, tornando irrespirável o ar no interior dos templos. Por excesso de sepultamentos, até que se dissipasse o mau cheiro, ficavam muitas igrejas fechadas por dias seguidos, impossibilitando a execução dos ritos e cerimônias religiosas.

A ocorrência de grandes epidemias, febre amarela e cólera principalmente, apressou o fim dessa prática, justificando a construção de cemitérios públicos.

O ritual dos sepultamentos nas igrejas, até certo ponto macabro, devido à necessidade de repor a terra retirada da cova a pancadas de malho, causava sofrimento aos parentes que assistiam. Tudo isso e as distâncias a percorrer das fazendas até a Matriz, com defuntos aboletados em lerdos carros de bois, foram justificando a construção de cemitérios particulares, muitos deles hoje localizados junto às taperas das velhas fazendas.

CAPÍTULO XV

As fazendas

Na outrora denominada "Ribeira do Acaraú" podem ser localizadas as raízes de algumas das famílias aqui tratadas, fincadas especificamente no chão das antigas fazendas Caiçara, Corgo da Onça e Pedra Branca, onde hoje é Sobral.

Conforme já demonstrado, em 1702 Antônio da Costa Peixoto e Leonardo de Sá, por Carta de Data e Sesmaria, receberam terras dos dois lados do rio Acaraú.

Fazenda Caiçara foi o nome dado, posteriormente, à parte dessa sesmaria que coube a Antônio da Costa Peixoto. As terras de Leonardo de Sá ficaram para seu genro, Félix da Cunha Linhares, que ali instalou a fazenda São José da Mutuca mais tarde administrada por seu sobrinho, Domingos da Cunha Linhares.

Padre Sadoc provou que a Caiçara, enquanto fazenda, pertenceu, em primeiro lugar, ao português Antônio da Costa Peixoto. Como era um grande proprietário, essa terra não chegou a ter tanta importância para ele, que continuou habitando em sua fazenda no Siupé, onde hoje é São Gonçalo do Amarante.

Com a morte de Antônio da Costa Peixoto, a parte de terra que lhe coube da antiga sesmaria ficou, como herança, para sua filha Apolônia da Costa, casada com o sargento-mor

Antônio Marques Leitão, natural de Sobral da Lagoa, Portugal. Esse casal também morava no Siupé e nunca habitou a Caiçara.

Por morte de Apolônia, a mesma propriedade passou, como herança, para sua filha Quitéria Marques de Jesus, casada com o capitão Antônio Rodrigues Magalhães e, também, residentes no Siupé.

Antônio Rodrigues Magalhães foi um grande proprietário naqueles sertões, sendo razoável afirmar que suas terras somavam mais de oito léguas em quadro. As terras de sua esposa, Quitéria, mais umas quatro, perfazendo, assim, um latifúndio aproximado de 12 léguas.

Por morte sua, da fazenda Pindá, na "Ribeira do Canindé", ficou uma légua para seu genro João Gonçalves Ferreira, casado com sua filha Francisca Xavier. Nessa fazenda, conhecida como Estreito de Baixo, nasceu Antônio José de Miranda, neto de João Gonçalves e Francisca Xavier. Da herança de seus avós, o mesmo Antônio José, tempos depois, receberia de seus pais uma parte de terra na Meruoca, conhecida como Capim Frio, onde nasceu João José de Miranda. Para a filha Inácia tocou a fazenda Canindé, que também tinha uma légua. Vicente Lopes Freire ficou com o Corgo da Onça, posteriormente denominado Tubiba.

Somente em 1750, Antônio Rodrigues Magalhães e Quitéria Marques de Jesus fixaram residência definitiva na Caiçara e passaram a ser vizinhos de Francisco da Cunha Araújo, proprietário da fazenda Pedra Branca.

As fazendas Pedra Branca e Corgo da Onça são citadas no testamento de José Mendes Machado, feito na Caiçara em 1º de dezembro de 1772, onde se lê:

> "Possuia um sorte de terra de criar gados neste proprio lugar chamado Caiçara, com uma legoa de comprido pelo Rio

> Acaraú e meia legoa de largo para fora dele, tudo somente para a parte do poente, pegando no comprimento das testadas da Fazenda Pedra Branca do Capitão Francisco Cunha de Araújo até contestar com terras da Fazenda Corgo da Onça do Capitão Vicente Lopes Freire; e na largura pegando da beira do mesmo Rio Acaraú, buscando a serra chamada Beruoca, até contestar com terras do Capitão Antonio Miguel Pinheiro, excetuando-se cem braças de terras que dentro da referida povoação pertencem a N. Sra. da Conceição, a qual légua de terra houve por título de compra que dela fez ao Alferes Antonio Jose Marinho e sua mulher Bárbara Maria de Jesus". (Transcrito em "História da Cultura Sobralense", pág. 26).

Além dos limites e confrontações das citadas fazendas, verifica-se, por esse documento, que a Caiçara, já em 1772, crescia de importância e se impunha como denominação da região. Além disso, confirmava que havia pertencido a Antônio José Marinho e sua esposa, Bárbara Maria de Jesus, filha do capitão Antônio Rodrigues Magalhães e Quitéria Marques de Jesus.

Antônio José Marinho faleceu muito moço, com 38 anos de idade, em 11 de março de 1780, deixando 5 filhos, sendo que Rita, a mais velha, só contava 8 anos de idade, conforme se verá em mais detalhes à frente com dados de seu inventário. Pelo enunciado do inventário de José Mendes Machado observa-se que, antes de morrer, Antônio José Marinho já tinha vendido a propriedade que a esposa havia recebido por herança de sua mãe, em 1759.

Francisco da Cunha Araújo, proprietário da fazenda Pedra Branca, adquiriu outras propriedades por cartas de sesmaria. Registro de concessão, com data de 03 de junho de 1735, outorga-lhe posse de três léguas de terra por uma, atendendo seu requerimento que dizia ter "*descoberto uns olhos*

d'água ao pé da Serra da Meruoca, na Ribeira do Acaracú... começando o comprimento do olho d'água do Rabelo ou das testadas da viúva Francisca Miz, buscando o Campo Grande ... as quais terras fazem testadas pelo nascente com o sítio das Pedras Brancas e pela parte do poente com a Serra da Meruoca".

Do mesmo modo, consta ter recebido terras na Serra da Ibiapaba (cf. Sesmarias, Vol. 11, número 105, com data de 08 de janeiro de 1724), medindo, pelo poente, três léguas na "*Serra da Ibiapaba e do nascente com as extremas do Pacujá...*" alegando que "*...nas fraldas da Serra da Ibiapaba se acham vagas umas terras que principiam na lagoa do Perititule, e seu riacho, cortando rumo direito até o Riacho Itapeca, correndo no mesmo rumo até a extrema de Domingos Ferreira Chaves...*". Tempos mais tarde, essa propriedade ficaria conhecida pelo nome de "**Corredeira**".

Vicente Lopes Freire, citado no testamento de José Mendes Machado como proprietário da fazenda Corgo da Onça, era casado com Anna Maria da Conceição, filha legítima de Quitéria Marques de Jesus e do capitão Antônio Rodrigues Magalhães. Essa fazenda Corgo da Onça, na verdade, já era uma subdivisão da original Caiçara e passou a lhe pertencer em razão de uma troca que o mesmo fizera com sua sogra por outra propriedade que ele possuía próximo à fazenda Pedra Branca, chamada de Jaibaras de Baixo. A razão principal da troca foi o fato de haver pouca água nas terras de Vicente, em contraponto com as terras da Caiçara situadas à margem do rio Acaraú.

É certo que as terras da fazenda Corgo da Onça se localizavam onde hoje é Sobral porque delas foram doadas "*trinta braças de terra em quadro...à Virgem Purissima Nossa Senhora do Ruzario...*" por Vicente Lopes Freire e sua mulher, Anna Maria da Conceição, para o patrimônio daquela santa,

onde hoje existe a igreja do Rosário. A escritura de doação foi passada no dia 17 de fevereiro de 1759 pelo tabelião da Caiçara, Antônio Carlos da Cunha, assinada por Vicente Lopes Freire e, como registrou o dito escrivão, *"pella obtorgante doadora ser mulher e não saber ler e nem escrever, assignou a seu rogo Francisco das Neves Magalhães."* (História de Sobral, páginas 219 a 221).

Vicente Lopes Freire e Anna Maria da Conceição eram tios de Antônio José de Miranda e avós de sua esposa, também chamada Anna Maria da Conceição.

Em 1872, o Corgo da Onça, posteriormente denominado Tubiba, já era subúrbio da cidade, conforme se vê no inventário de Ana Lopes de Miranda, esposa de outro Antônio José de Miranda, realizado em Sobral em 29 de outubro de 1872, onde consta "*...Terra da Tubiba subúrbios desta cidade que a inventariante houve por legítima de seus avós João Lopes Freire e Quitéria Marques...*".

Das fazendas e sítios mais diretamente relacionados com as famílias aqui tratadas, destacam-se ainda a Corredeira, o Esbarrado e a Buíra.

Gaspar da Cunha Araújo, filho de Francisco da Cunha Araújo, da fazenda Pedra Branca, recebeu como herança pela morte de seu pai a propriedade que o mesmo adquirira por sesmaria na Ibiapaba, pegando as encostas da serra até os sertões do Lambedouro. Abrangia o Tapado, a Lagoa Seca, o João Ferreira e o Curtume, atravessando até o rio São Gonçalo. Tal propriedade ficou conhecida pelo nome de Corredeira e era um grande sítio de cana e café. Passou, posteriormente, para José da Cunha Araújo, filho de Gaspar, que lá construiu a casa de morada que tinha os caibros e ripas amarrados com couro de veado catingueiro curtido.

O nome Corredeira dá a idéia de rio encachoeirado o que, em absoluto, não existe naquela aba de serra. Neste caso, o nome provém de um fato curioso que, infelizmente, não há como provar a não ser com o testemunho de quantos conheceram e conhecem a região. Antônio do Espírito Santo Magalhães - filho de Antônio do Espírito Santo de Oliveira Barcelos e Inácia Maria do Nascimento, neto do capitão Antônio Rodrigues Magalhães, conhecido mais tarde como "Velho Comandante" - em viagem de exploração de terras, aproximando-se do São Gonçalo, percebeu pelo barulho da água que havia alguém tomando banho. Desceu do cavalo e "tomando chegada" descobriu, por entre os arbustos, que uma jovem e bela índia banhava-se nas águas cristalinas do rio.

Arisca, ao se descobrir observada e "*temendo pelas intenções do branco*", tratou ela de fugir em disparada, mata a dentro. Segue-lhe Antônio no encalço, naturalmente, sem perceber no terreno a existência de milenares troncos de árvores fossilizados porque essas coisas dificilmente perceberia enquanto a índia pelada ia correndo na frente.

Tenta a pobre Feliciana - nome pelo qual foi batizada no dia dos Santos Reis - escapar do perseguidor, contornando o morro do Caburé, mas se vê perdendo terreno. Resolve escalar a montanha pela subida íngreme no flanco esquerdo, margeando o riacho Valente, cuidando despistá-lo em terreno difícil e por ele desconhecido.

O jovem Antônio, no entanto, tinha um fôlego de gato. Galgaram os 730 metros da montanha até ao platô onde o riacho se espraia, chegando ali Feliciana exausta e ele resfolegante porém inteiro. Excitado pelo desafio vencido, segura-a pelo braço e lhe berra na face o grito do vencedor: "***Conheceu, índia corredeira***".

Dali para a frente, sempre que se referiam ao lugar, diziam que era onde Antônio pegara a índia corredeira. Por fim, apenas **Corredeira**.

Antônio do Espírito Santo Magalhães levou consigo a índia que ficaria conhecida pelo nome de Feliciana Reis da Conceição, com quem viveu amancebado vários anos e, por fim, viria a casar-se, conforme demonstraremos adiante.

Por morte de José da Cunha Araújo, houve a divisão das terras da Corredeira sendo que o núcleo principal ficou para Joaquim Carneiro, seu filho, morador no Tapado.

Quando Joaquim Carneiro se transferiu com a família para o Ibuaçu deixou o filho José Carneiro da Cunha Araújo, mais tarde denominado Mapurunga, como dono da velha propriedade. Este, tempos depois, fixou residência no sítio Esbarrado e a Corredeira ficou para seu genro, José Florêncio de Miranda.

Com as divisões que sofreu, passou a Corredeira a ter o atual tamanho de meia légua quadrada. Atualmente é habitada por Francisca Miranda, filha de Joaquim Miranda e neta de José Florêncio de Miranda. O acesso ao local da velha fazenda é feito pela mesma trilha íngreme percorrida, duzentos e tantos anos atrás, por Feliciana e Antônio do Espírito Santo Magalhães. A casa que hoje existe foi construída poucos metros abaixo da antiga morada de José da Cunha Araújo, da qual ainda existem os alicerces de pedra.

De lá de cima, na cota altimétrica de 731 metros do nível do mar, descortina-se uma vista maravilhosa de todo o vale do rio São Gonçalo e Lambedouro. Oportunidade rara para o pesquisador, deitado na rede de corda do alpendre da casa de Francisca (enquanto descansa os pés doloridos e come

umas bananas), vingar-se do morro do Caburé que, visto da base, é arrogante e desafiador. Agora, humilhado, fica lá em baixo com o cocuruto cinzento e arrepiado.

As terras onde foi instalado o sítio **Esbarrado** estavam na posse que o padre Assenço Gago conseguiu por sesmaria, em 11 de dezembro de 1708, dentro do território denominado **Ybyira**. Expropriadas, foram aquelas terras redistribuídas e o padre Antônio Carneiro da Cunha Araújo adquiriu parte delas.

Entre os bens imóveis constantes do inventário do tenente coronel José Carneiro da Cunha Mapurunga e sua esposa Maria Joaquina do Rosário, ali denominada de **Maria Fontenele Mapurunga,** realizado em Viçosa, em 27 de julho de 1921, consta a descrição seguinte:

> "Sítio denominado 'Esbarrado' no lugar Buhyra com 443 braças de frente com o fundo que tiver, havida ao casal a título de compra ao Padre Antônio Carneiro da Cunha e outros. Ao nascente no lado esquerdo da estrada que segue desta cidade para a Buhyra Grande ao norte com um sítio de Joaquim Carneiro Passos ao leste com o Sítio denominado Pará pertencente a Vicente Ferreira de Miranda e ao sul com o Sítio Cujá pertencente a Dona Raymunda Maria de Jesus...valor 3.610$500....".

Integrava-se a esse imóvel a parte do lado direito da estrada indo até à quebrada da serra, identificada como "*terreno para plantio de cana*".

A parte central da propriedade, onde se erguia a casa, a igreja e o cemitério, foi doada pelo casal para a formação do patrimônio de Nossa Senhora da Conceição, santa de devoção dos Cunha Araújo e padroeira do Esbarrado. Além dessa terra, fez o casal doação ao patrimônio da mesma santa de uma parte no sítio denominado "Tranqueiras".

No Esbarrado, atualmente conhecido como Buirinha, nasceu Júlia, que se casou com Vicente Ferreira de Miranda e

foram os fundadores do sítio Pará, citado acima e hoje conhecido como **Buíra** - pequena propriedade de 51 braças de terra que adquiriram por compra a José Evaristo Mapurunga, irmão de Júlia, no ano de 1901.

José Evaristo, por sua vez, adquirira a dita propriedade, por 300 mil réis, em 2 de outubro de 1896, por compra a José Rodrigues da Silva e sua mulher, Damiana Maria da Conceição. Damiana já a recebera como herança *do "fallecido Antonio Fernandes Jorge, marido que foi da vendedora com quem casou-se em primeira nupcias"*.

A escritura dessa última transação, ainda em bom estado, graças aos cuidados que Pedro Miranda dedicava ao seu acervo de velhos documentos guardados em um bauzinho preto, permite entender o precário sistema de limites e confrontações que existia: *"Para o Nascente no caminho que vem para o Pará; para o Poente com Terras de Sebastião de Sousa Machado em um pau d'arco grande que já foi derribado existindo somente o toco, dahi em rumo direito a uma berindibeira grande que serve de extrema para os mesmo confinantes; para o Sul com terras de Plácido Fontenelle em uma palmeira grande que tem na beira do caminho e para o Norte com o Sitio do Tenente José Carneiro da Cunha Mapurunga em um pé de Tamboril que tem numa baixa do caminho que vai do Olho d'agua Cujá para o Escondido; cujas cincoenta e uma braças de terras acima referidas devem ser tiradas a principiar de uma palmeira grande que tem na beira do caminho que serve de extrema..."*

Vicente e Júlia compraram, também de José Mapurunga, posteriormente, as terras limítrofes do sítio Pará que pertenceram a Plácido Fontenele e que, por sua vez, tinham sido adquiridas por esse a João Coelho da Silva e sua mulher "Manuela de Tal".

Em 12 de outubro de 1908, Vicente Miranda e Júlia incorporaram ao seu patrimônio uma posse de terras adquirida

a Francelina Felizarda Siqueira e seu esposo, Francisco Teixeira Sampaio. Mais 102 braças pertencentes a José Evaristo Mapurunga, que o mesmo havia adquirido, em 3 de fevereiro de 1900, a Antônio Jorge de Sousa, foram incorporadas mais tarde à mesma propriedade. Diversas outras pequenas partes foram, por fim, adquiridas, inclusive uma pertencente a Clarinda Casciana de Siqueira, em 4 de novembro de 1912, dando a dimensão final do sítio que se prestaria ao assentamento da família e que ficaria conhecido pelo nome de **Buíra**.

O nome **Buíra** provém da palavra tupi **Ybyira**, que significa terra ou pedra verde, em consonância com a existência abundante do minério de cobre nas encostas do lado norte da Ibiapaba e que se enquadram no território de exploração da jazida da "mina da pedra verde", como é atualmente denominada.

O primeiro registro legal daquelas terras, conforme já demonstrado, encontra-se na carta de sesmaria, concedida ao padre Assenço Gago, em 11 de dezembro de 1708, onde indicava a existência de uns tabuleiros localizados *"em sima da mesma serra aLem da terra Lavardia q Se medio para os indios..."*. Aqueles "*taboLeiros depastos agrestes deVoLuto e desaproveitados*" situavam-se, não exatamente em cima da serra, mas no meio da encosta, numa faixa de terra semiplana, conhecida popularmente como "cinta da serra".

A região povoada mais próxima da mina é conhecida como Buíra Grande. O Esbarrado popularizou-se como Buirinha e a propriedade de Vicente e Júlia, extremando com o Esbarrado, denominada inicialmente Pará, exatamente onde começa a descida da serra, terminou por fazer jus à descrição do padre - chamou-se **Buíra**.

Não era muita terra. Apenas o suficiente para, se bem trabalhada e não faltando inverno, manter com dignidade a

família. Todo o patrimônio de Vicente, aliás, conforme se vê em seu inventário, realizado em Viçosa em 16 de março de 1942, era composto de uma fábrica de aguardente e rapaduras - registrada no Instituto do Açúcar e do Álcool sob o nº 3465/40 - e 274 braças de terra de frente por 200 de fundo. Aproximadamente, 54 hectares de terra.

A Buíra, pelo mesmo inventário, foi dividida em pequenos lotes que começavam na estrada e iam até o "Escondido". Verifica-se, ali, que ficou a parte central da propriedade, junto com a fábrica de aguardente e rapadura, para Júlia, que era meeira. Cada filho recebeu uma pequena porção de terras ainda hoje mantidas pelos herdeiros. O lugar da casa de morada, que ficara para Júlia, foi por ela vendido, posteriormente, para seu filho Pedro. Esse, por sua vez, adquiriu em 1947 a "mata dos Daniel", terras fronteiriças e antigo sonho de posse da família.

Por morte de Pedro, suas terras foram divididas e o local original da Buíra, aquelas "cincoenta e uma braças" pertencem a Leonor, sua esposa, e a seu filho José Simplício, que é o mais velho dos filhos do casal.

É dali, da velha casa da Buíra, que se voltará ao passado, identificando a origem de José da Cunha e Maria Joaquina.

Balthasar de Sousa Botelho de Vasconcellos, Fidalgo Cavalleiro da
Casa da Ordem de Christo, Coronel Governador da Capitania de S.ta Joze do Piauhy, Nomeado para a do Espi-
rito Santo, que Deos Guarde &c. Faço saber aos que esta Carta de Data, e Sesmaria virem: Que requerendo
a morador no Termo da Villa da Parnahiba desta Capitania, que elle he possuidor de huma Fazenda no
Termo da dita Villa, ha mais de cincoenta annos, por si, e seus antepassados por tempo, que della fez
de largo, principiando do marco do Jacarahy de cima no lugar chamado Corea de pedra, correndo pe-
lo rumo direito ate a Fazenda da Gameleira, e que como precisa de hum justo titulo para poder de-
fender suas Ordes, me pedia por Data, e Sesmaria o Terreno assignalado com todas as suas Matta
s, Varas, e cobertas, e descobertas, que ali se acharem, podendo fazer nisso, onde mais lhe convier no tempo
para de esta requerido: attendendo eu ao Requerimento do Supplicante, e ao que sobre elle informou
o Procurador da Real Coroa, e Fazenda depois de ouvir o Procurador da mesma, e mandar proceder a
vista, e medida a Camara do competente Districto sem haver opposição alguma, assim como por ser uteis
das terras: por todos estes respeitos: Hey por bem conceder em Nome de Sua Magestade ao Supplic
huma de largo no lugar, que pede, e na forma requerida, sem prejuizo de terceiro com as condições da
Lei mais, de que o Dizimo a Deos Nosso Senhor dos fructos, que nellas tiver, ou lavrar, ficando com a

CAPÍTULO XVI

Origens de José da Cunha

José Carneiro da Cunha Araújo era descendente de algumas das antigas famílias que foram pioneiras na conquista e povoamento do norte do Ceará e Piauí. O inter-relacionamento que existiu entre essas famílias, ao longo da colonização dessas regiões, gerou um intrincado encadeamento genealógico com razoável nível de complexidade. A multiplicidade de sobrenomes torna despercebidas muitas relações de parentesco que, daqui para a frente e na medida do possível, serão esclarecidas e aprofundadas.

1 - Cunha Araújo

O primeiro **CUNHA ARAÚJO** a se instalar na "Ribeira do Acaraú" foi **Félix da Cunha Araújo**, mais conhecido como Félix da Cunha Linhares porque *"trocou o Araújo por Linhares em homenagem à sua terra"*, conforme lembrava Pedro Miranda, sempre que contava a história. A adoção de topônimos das naturalidades pelos imigrantes portugueses, como sobrenomes, foi muito freqüente durante o período colonial. Além dos Linhares, várias outras famílias têm seu nome originado desta forma, podendo-se citar, dentre outras, Guimarães, Barcelos, Ferreira, Braga, Passos e, em muitos casos, Miranda.

Félix da Cunha Linhares, nascido na freguesia de Santa Marinha de Linhares, em Portugal, no ano de 1672, chegou ao Ceará para servir na guarnição do Forte de Nossa Senhora da Assunção. Casou-se com Maria de Sá, filha de seu comandante coronel Leonardo de Sá. Por volta do ano de 1690, mudou-se para a Ribeira do Acaraú para ocupar as terras cuja posse definitiva o sogro receberia, por Carta de Data e Sesmaria, em 1702.

Em 1707, conseguiu sua própria sesmaria, ampliando o latifúndio onde fundou a fazenda São José da Mutuca, hoje conhecida como Patriarca, no município de Sobral.

Não tendo filhos, adotou, em 1722, uma menina que foi batizada com o nome de Albina.

Como a maioria dos pioneiros, trouxe para perto de si muitos parentes que viviam em Portugal e, dentre esses, dois têm relevante destaque nas comprovações que se pretende ao longo deste trabalho:

FRANCISCO DA CUNHA ARAÚJO, seu irmão mais novo, que veio para o Brasil ainda adolescente, como será visto a seguir, e

DOMINGOS DA CUNHA LINHARES, seu sobrinho, filho de sua irmã Suzana da Cunha Araújo e Jacinto Gonçalves, a quem entregou a administração das fazendas e, também, a responsabilidade pela conclusão da capela de Nossa Senhora da Conceição, cujas paredes se encontravam pela metade quando morreu. Duas vezes arruinou-se a capela e outras tantas Domingos a levantou, deixando-a na forma que ainda hoje está. Casou-se na capela do Senhor Santo Antônio do Potengi (atual São Gonçalo), Rio Grande do Norte, em 9 de janeiro de 1736, com Dionísia Alves Linhares, filha do sargento-mor Dionísio Alves Linhares e Rufina Gomes de Sá. Assistiram à cerimônia, como testemunhas, seus tios Francisco da Cunha Araújo e sua mulher Francisca de Andrade.

Félix da Cunha Linhares faleceu em junho de 1723.

Domingos da Cunha Linhares foi pessoa influente na Ribeira do Acaraú, tendo sido nomeado capitão-mor, em 7 de janeiro de 1756, através de Carta Patente do seguinte teor:

> "Francisco Xavier de Miranda Henriques Cavalheiro profeço da Ordem de Xp° Moço Fidalgo e da Casa de S Mag^de^ Capp^am^ Mor e Governador da Capitania do Ceará Grande pelo dito Senhor & Faço saber aos que esta minha Carta Pate virem que tendo consideração a Dom^us^ da Cunha Linhares havido a S. Majestade nas Ordenanças ocupando vários postos com boa satisfação, e na fé publica em todos os cargos que pella Camera foi havido com toda a capacidade e desenteresse havendo em todas as ocupações, em que foi encarregado, com mesma honra, e vallor e por se achar vago o Posto de Cappam mor da Freg^a^ da Ribbr^a^ do Acaracú, e ser necessario proverse conforme a ordem de S Majestade em pessoa de reconhecida nobreza, e pela mesma estimação que faço delle, e esperar daqui em diante se haverá com toda a satisfação conforme q me he do conhecimento q tenho de sua pessoa e capacidade. Hey por bem de o nomear neste posto de Cappt^am^ mor da sobredita Freg^a^ da Rib^ra^ do Acaracú em q foi proposto pela Camera em conformidade de Ordem de S Majestade....ilegível....com o qual não vencerá soldo algum mas gozará de todas as honras, graças, privilegios, liberdades, ezençõens q em razão delle lhe pertencerem.... Seus subordinados lhe obedeção, e executem suas ordens, tanto de palavras como por escrito pelo que devem e são obrigados e se lhe dara posse na mesma ... ilegível... Para firmeza desta lhe mandei passar a presente por mim assinada e selada com o sinete de minhas armas que se cumprirá e guardará a qual se registrará nos livros desta Secretaria e nos da Camera. Dada e passada nesta V^a^ da Fortaleza aos sete dias do mes de janeiro de mil e setecentos e cincoenta e seis e eu Caetano Jose Correa Secretario do Governo desta Capitania o escrevi // Francisco Xavier de Miranda Henriques..." (APC - Livro de Registros de Patentes n° 10 - anos de 1754 a 1823 – fl. 16 - Cx. 18).

Os dez filhos de Domingos da Cunha Linhares e de sua esposa e prima, Dionísia Álvares Linhares, nasceram na fazenda São José da Mutuca. Três deles foram sacerdotes: Manoel, Domingos e Antônio Gonçalves.

Houve um segundo Manoel, aliás, Manoel Francisco de Miranda Henriques, cujo "Miranda Henriques" foi uma maneira do pai externar agradecimento ao Governador pela honraria do cargo de capitão-mor acima referido.

O padre Domingos não chegou a celebrar a primeira missa pois foi morto por uma cobra cascavel, no dia 7 de agosto de 1763, véspera do evento.

O padre Antônio Gonçalves nasceu em 1744, foi grande proprietário de terras no sertão de Coreaú e chegou a ser vigário de Piracuruca. Residiu em Viçosa, onde também tinha propriedades.

FRANCISCO DA CUNHA ARAÚJO nasceu em Portugal, Conselho de Paredes de Coura, freguesia de Santa Marinha de Linhares, no ano de 1689. Veio para o Brasil em 1705, com 16 anos de idade, trazido por seu irmão padre Dionísio da Cunha Araújo. Seus pais se chamavam Agostinho da Cunha e Ana de Araújo, casados, em 29 de setembro de 1660, pelo abade Amaro Barbosa, da freguesia de Santa Marinha de Linhares. Era neto paterno de Pedro Mendes e Maria Vaz, moradores na freguesia de Ferreira, e materno de Domingos de Araújo, da mesma freguesia de Ferreira, e de Maria Gonçalves, oriunda de Santa Marinha de Linhares.

A família, até onde se sabe, era composta de sete irmãos:

1 - **Félix da Cunha Linhares** – proprietário da fazenda São José da Mutuca, hoje Patriarca, perto de Sobral - já demonstrado.

2 - **Suzana da Cunha Araújo**, nascida em 1º de maio de 1675, casou-se com Jacinto Gonçalves. Foram os pais do capitão

– mor Domingos da Cunha Linhares, conforme se verifica no seguinte registro:

> "Aos quinze dias do mês de julho de mil setecentos e sessenta e dois na Capella de Nossa Senhora da Conceição desta Freguesia em São José, de licença minha o Padre Manuel da Cunha Linhares bautizou e pos os Sanctos Oleos a Anna, nascida em vinte e cinco de junho passado filha legitima de Domingos da Cunha Linhares natural do Arcebispado de Braga, Freguesia de Santa Marinha de Linhares e sua mulher Dionisia Alves Linhares natural do Rio Grande, Freg.ª de Nossa Senhora da Apresentação, **neta por parte paterna de Jacinto Gonçalves, natural de Rastelo e de sua mulher Suzana da Cunha de Araujo natural do Arcebispado de Braga, Freg.ª de Santa Marinha de Linhares** (grifo nosso): Pella parte materna de Dionisio Alves Linhares natural do Arcebispado de Braga Freg.ª de Santa Marinha do Couçourado e de sua mulher Rufina Gomes de Sá natural do Rio Grande Freg.ª de Nossa Senhora da Apresentação: Forão padrinhos Antonio Miguel Pinheiro casado fregues deste Curato e não teve madrinha do que fiz este assento em que me assignei.
>
> Ignacio Gonçalves da Silva
>
> Vice Cura do Acaracu" (Sobral – Batizados - livro de 1771 a 1774 – fl. 42).

3 - **Padre Dionísio da Cunha Araújo**, nascido em 13 de outubro de 1683 - sacerdote com larga folha de serviço no Rio Grande do Norte e na região do Acaraú.

4 - **Rosa da Cunha Araújo**.

5 - **Maria da Cunha Araújo**, casada com Pedro José da Cunha, moradores em Almofala.

6 - **Paulo da Cunha**.

7 - **Francisco** – que estamos vendo.

O menino **FRANCISCO DA CUNHA ARAUJO** cresceu na casa do irmão Félix, na fazenda São José da Mutuca. Foi

ele, de fato, o tronco do qual se origina a família de José Carneiro da Cunha Araújo - o Mapurunga, de quem, em ordem ascendente, foi trisavô.

Afeiçoou-se ao novo solo e sua gente. Amparado pelos parentes, conseguiu terras pelo sistema de sesmarias, conforme já demonstrado, mas relutou em legitimar família. Viveu maritalmente com a índia Luzia de Melo, de quem nasceram duas filhas:

a - *Maria da Cunha Araújo* - casou-se, em 24 de maio de 1742, na capela de Nossa Senhora da Conceição da fazenda São José, com Cláudio de Sá Amaral, filho de Antônio Henriques do Amaral e Joana de Abreu Quaresma, conforme pode ser confirmado pelo registro de batismo de sua filha Rita:

> "Aos oyto dias do mês de setembro de mil setecentos e sessenta e hum na Capella de São José desta Freg.ª de licença m.ª o Padre Ignacio Gonçalves da Silva baptizou, e pos os Sanctos Oleos a Ritta nascida aos vinte de julho do mesmo anno filha de Claudio de Sá Amaral natural da Freg.ª do Rio Grande e de sua mulher Maria da Cunha natural desta Freg.ª neta por parte paterna de Antonio Henriques natural de Portugal e de sua mulher Joana de Abreu Quaresma, **e pella parte paterna de Francisco da Cunha de Araujo natural de Portugal e de Luzia india natural de Parangaba** (grifo nosso) e forão padrinhos José Gomes de Farias solteiro morador na sua Fazenda da Caxueira, do qe fiz este termo e em que me assigno
>
> Manoel Fonseca Jaime
>
> Cura do Acaracu"
>
> (Sobral – livro de 1771 a 1774 – fl. 14).

O capitão Cláudio de Sá Amaral, proprietário das terras onde hoje se encontra a cidade de Santana do Acaraú - Ceará, que adquirira por compra ao padre Antônio dos Santos Silveira (e este a Sebastião de Sá), faleceu, em 19 de setembro de 1780,

deixando oito filhos: Ana Maria, Rita Maria, Antônio Henriques, Cláudio de Sá, José Henriques, Maria do Espírito Santo, João Clemente e Inácia da Cunha.

b - *Rosa da Cunha Araújo* – casou-se, em 24 de maio de 1742, com o capitão Antônio Miguel Pinheiro, filho de José Pinheiro Bolcão e Mariana Rabelo.

Foi bastante movimentada a vida amorosa de Francisco da Cunha Araújo, razão porque é difícil afirmar com segurança quantos filhos teve. É certo que teve um filho natural com a piauiense Felícia Ribeiro de Moraes, "mulher nobre", filha de José Dias Paes e Catarina Ribeiro de Moraes, antes dela contrair matrimônio com Nicácio de Albuquerque. O filho se chamou Francisco da Cunha Linhares, conforme se pode ver no seguinte registro:

> "Aos vinte e cinco dias de abril de mil setecentos e sessenta na Fazenda dos Campos bautizei e pus os Sanctos Oleos a Manoel nascido a primeiro de abril do ditto anno filho legitimo de Francisco da Cunha Linhares natural do Acaracu e Domingas Pereira natural desta Freguesia: **Neto paterno de Francisco da Cunha natural de Portugal e Felicia Ribeiro de Moraes natural do Piauhy;** (grifo nosso) e materno de Manoel Pereira Pinto natural de Portugal e Francisca Coelho desta Freguesia: Forão padrinhos Antonio dos Santos natural de Portugal e Felicia Ribeiro de Moraes moradores nesta Freguesia...
>
> José Ferreira
>
> Cura Interino" (São José de Ribamar – livro 2 – 35)

Depois desses relacionamentos amorosos avulsos, Francisco da Cunha Araújo realizou casamento com Francisca de Andrade, filha de Antônio Andrade Araújo e Ana Maria da Trindade (ou de Abreu), natural do Santo Antônio do Potengi no Rio Grande do Norte. Residia na fazenda Pedra Branca, na Ribeira do Acaraú, vizinha da Caiçara, onde se dedicou à criação de gado e de cavalos. Morreu no dia 1º de novembro de 1775,

uma quarta feira, com 86 anos de idade e foi sepultado na igreja Matriz de Sobral.

Do casamento com Francisca de Andrade Araújo, só foi possível conseguir registros comprovados de dois de seus filhos: Manoel da Cunha Andrade e Gaspar da Cunha Araújo. É pouco provável que tenha havido outros.

Manoel da Cunha Andrade casou-se na Matriz de Sobral, em 8 de setembro de 1760, com Ângela Barbosa de Jesus, filha de Faustino Correia da Costa e Engrácia Gonçalves. Engrácia Gonçalves era filha de Domingos Rodrigues Peniche e Inês Barbosa.

> "Aos vinte e sete dias do mês de junho de mil setecentos e sessenta e dous na Capella de São José de licença minha o Padre Manoel da Cunha Linhares bautizou e pos sanctos oleos a Maria, nascida aos oito do mesmo mês filha de Manoel da Cunha Linhares natural do Rio Grande e de sua mulher Angela Correa natural desta freguesia: **Neta paterna de Francisco da Cunha de Araujo natural de Portugal e de sua mulher Francisca de Andrade natural do Rio Grande**; (grifo nosso) neta materna de Faustino Correa natural do Rio Grande e de sua mulher Engracia Gonçalves natural desta freguesia: Não teve padrinhos porque tinha sido bautizada em perigo de vida e o que se fez foi já morta e pos os sanctos oleos e os exorcismos; e por engano fiz o assento dizendo bautizada, de que fiz este termo em que me assigno
>
> Manoel da Fonseca Jaime
>
> Cura do Acaracú"
>
> (livro de 1777 a 1798 – fl. 42)

GASPAR DA CUNHA ARAÚJO

casou-se, no dia 10 de outubro de 1768, com Ana Teodoro do Sacramento, filha do sargento-mor Manoel Carneiro Rios e Maria do Livramento, conforme consta no livro 01, fls. 137 e 137 v. da antiga matriz da Caiçara, fielmente copiado e aqui transcrito:

"Aos dez dias do mes de oitubro de mil sete centos e sessenta e oito de tarde nesta Matriz de Nossa Senhora da Conceisão da Caissara, feitas as denunciasoens, na forma do Sagrado Concilio Tridentino na dita Igreja, onde os nubentes são moradores, e a Nubente natural, e justificando o Nubente ser solteiro em sua naturalidade sem outro domicilio, e sem impedimento como consta do mandado de casamento e banhos que ficão em meu poder em presença do Reverendo Cura de Amontada Ignacio Gonsalves da Silva de minha licença, e das testemunhas o Sargento mor João Pinto Mesquita viuvo Francisco Lourenço Gomes, e Manoel José do Monte casados, e mais pessoas conhecidas, e moradores nesta Freguesia se receberão por palavras em face da Igreja solenemente **Gaspar da Cunha Araujo natural da Cidade do Rio Grande do Norte, filho legitimo de Francisco da Cunha Araujo natural de Santa Marinha de Linhares do Arcebispado de Braga e de sua mulher Francisca de Andrade Araujo natural desta freguesia com Ana Teodoro do Sacramento filha legitima do Sargento mor Manuel Carneiro Rios, natural de Igarassu, e de sua mulher Maria do Livramento natural da Lapa da Freguesia da Sancta Sé de Olinda** (grifo nosso) e logo lhes deo as bençoes na forma dos Ritos e Ceremonias da Santa Madre Igreja, do que para constar fiz este termo eu João Ribeiro Pessoa Cura desta Freguesia no mesmo dia e assignei.

João Ribeiro Pessoa Cura, e Vigario da Vª. Da Caiss."

Desse casamento nasceram, dentre outros filhos, Antônio da Cunha Araújo e José da Cunha Araújo. Ambos casaram-se com primas, filhas de uma irmã de sua mãe, chamada Cosma Damiana do Espírito Santo, casada com o capitão Custódio da Costa Araújo. (Antônio da Cunha casou-se com Josefa Maria).

JOSÉ DA CUNHA ARAÚJO,

filho de Gaspar, casou-se, em 1791, com sua prima Joana Maria da Conceição, ou Joana Carneiro da Cunha Araújo, como consta no inventário, filha de Custódio da Costa Araújo e Cosma Damiana

do Espírito Santo. Na época em que se casaram, Joana residia na fazenda Imbueira, instalada pelos jesuítas no Coreaú, para onde a família havia se transferido após a morte de Custódio. Depois de casados, vieram habitar na fazenda Corredeira, pertencente já ao município de Viçosa e não muito longe da Imbueira. José faleceu em 30 de janeiro de 1845, com 75 anos de idade. Tiveram 12 filhos:

1 - **José Carneiro da Cunha Araújo Júnior** - casou-se com Maria Bernabé do Espírito Santo Magalhães, conhecida como "Marica de Santa Cruz", filha do "Velho Comandante".

2 - **Antônio Carneiro Araújo** - casou-se com Mariana do Espírito Santo. Foram os pais, dentre outros, de Inês Carneiro da Cunha.

Inês casou-se, a primeira vez, com Joaquim Rodrigues Cajado e, a segunda, com Alexandre José da Silva, "o boi gordo", que por sua vez já era viúvo. Inês e Alexandre José da Silva foram os pais de Regina Maria da Silva que se casou com Francisco Pereira de Brito e foram os pais do Sr. Antônio da Silva Brito, mais conhecido no Lambedouro como Antônio Regino, nascido a 16 de dezembro de 1899.

Francisco Pereira de Brito, pai de Antônio Regino, era filho de Justino Pereira de Brito e Rosa Maria Alves.

Justino Pereira de Brito era filho de José Pereira de Brito e Ursulina Maria do Espírito Santo e neto de Joaquim Pereira de Brito, nascido em 1780 e falecido em Piracuruca em 15 de agosto de 1830.

O registro de óbito de Ursulina, ocorrido em Piracuruca em 22 de agosto de 1872, tem o seguinte teor: "*Aos vinte e dois de agosto de mil oitocentos e setenta e dois, faleceu da vida presente de Estupor Ursulina Maria do Espírito Santo mulata casada com José Pereira de Brito, da idade de quarenta e cinco anos. Foi envolta em habito de pano branco e sepultada*

no cemiterio da Confraria de Nossa Senhora do Carmo". (liv. 4 fl. 97).

Do casamento de Justino Pereira de Brito com Rosa nasceram:

- Antônio Justino de Brito.
- Juvêncio Pereira de Brito - nasceu em 12 de setembro de 1865 (Granja - livro 1 – fl.79 v).
- Francisco Pereira de Brito - pai do Sr. Antônio Regino.
- José Justino de Brito.
- Maria de Brito - nasceu a 4 de outubro de 1853 e foi batizada pelo padre Antônio Carneiro, a 1º de setembro de 1854, sendo padrinhos Basílio Magno Fontenele e Isabel Maria do Espírito Santo (Granja – liv. 1 – fl. 25).
- Manoel Pereira de Brito (Mano) - pai de Justino Plácido de Brito, mais conhecido como Justino Mano, casado com Maria Vicença de Miranda, proprietários da fazenda Timbaúba.

Antônio Regino casou-se com Francisca Ferreira de Aragão, filha de José Tibúrcio de Aragão, mais conhecido como "Zé Bitônio", e de Maria Antônia da Conceição. Desse casamento nasceram 20 filhos: Maria (1925), Júlia (1927), João (1928), Luzia (1930) Sebastião (1932), José (1933), Hilda (1934), Zilda (1936), Francisco (1937), Olavo (1939), Luísa (1940), Roldão (1941), Raimundo (1942), Aluísio (1944), Marina (1946), Regina (1950), Fátima (1952), Hélio, Apolônio e Manoel.

3 - Cosma Damiana do Espírito Santo - casou-se com Julião do Espírito Santo Magalhães, também filho do "Velho Comandante" - moradores na Lagoa Seca - Data Lambedouro - Oiticica. Dentre outros, tiveram os filhos José Leocádio e Joana do Espírito Santo Magalhães, essa mais conhecida como *Joana dos Santos:*

3.1. José Leocádio Magalhães casou-se, em 22 de junho de 1865, conforme se lê no seguinte registro:

> "Aos vinte e dois dias do mes de fevereiro de mil oitocentos e sessenta e cinco nesta Matriz de Nossa Senhora da Assunção de Villa Viçosa, feitas as denunciaçoins na forma do Sagrado Concilio Tridentino sem se descobrir impedimento algum como consta da certidão de banhos que ficam em meu poder se receberão por palavras de presente José Leocadio Magalhães filho legitimo de Julião do Espirito Santo Magalhães, já falecido, e Cosma do Espirito Santo Magalhães com Maria da Assunção filha de Bonifácio do Espirito Santo Magalhães e de Ana Simplicio da Conceição, já falecida. Logo lhes dei as bençãos nupciais..." (Livro de Casamentos nº 6 – fl. 9 - Viçosa).

Julião e Bonifácio, pais dos noivos, eram irmãos, filhos do "Velho Comandante". José Leocádio Magalhães faleceu em 1º de maio de 1916.

Maria da Assunção do Espírito Santo Magalhães faleceu em 28 de março de 1895, deixando oito filhos: Antônio Leocádio Magalhães (29 anos), Maria do Espírito Santo (25 anos), Maria Magdalena do Espírito Santo (23 anos), Grigorina Maria do Espírito Santo (22 anos), Francisca Victória do Espírito Santo (18 anos - casada com Antônio Domingos de Aragão), Rosa do Espírito Santo (16 anos), João (11 anos) e Francisco da Penha Magalhães (8 anos). A idade de cada um reporta-se à data de 28 de março de 1895.

Francisco da Penha Magalhães casou-se com Virgília de Aguiar Nogueira.

3.2. Joana do Espírito Santo Magalhães, mais conhecida como **JOANA DOS SANTOS,** foi muito combatida por seu comportamento amoroso, chocante para época tão arrogantemente machista, pois foi capaz de enfrentar e

desafiar com desassombro os arraigados costumes religiosos e familiares da época.

Foi Joana, pela crença popular, quem suportou as primeiras conseqüências da maldição do seu avô - o "Velho Comandante" - quando seu marido, também seu primo legítimo, Antônio dos Santos Barcelos, foi morto a pauladas (mão de pilão) pelo próprio irmão.

Viúva, sozinha, com dois filhos pequenos para criar, preocupada certamente com o vazio que a solidão provoca, viu-se de repente isolada pela discriminação quando decidiu tocar a vida através de união carnal não abençoada pelo código canônico, atraindo para si a pejorativa situação de "amancebada".

Amancebar-se, naqueles tempos terríveis de discriminação profunda, de maldições eternas e de perdões difíceis, era pior do que morrer. Era cair em desgraça plena no meio familiar e, fora dele, o escárnio puro e simples.

Pois Joana foi corajosamente forte para enfrentar toda a maledicência popular praticando este tipo de união não uma, senão três vezes. Disposta a arranjar um companheiro permanente com quem dividisse o tempo na velhice, uniu-se seqüencialmente a um sempre que outro a abandonava.

Em cada união dois filhos se somaram aos dois que concebera do seu finado marido. Apegada às suas crianças, enfrentou a tormentosa luta pela sobrevivência sem nunca deles se apartar. De forma heróica, soube suplantar todas as dificuldades, tornando sua descendência honrada e composta de pessoas moralmente respeitadas e socialmente invejadas. Todavia, boa parte de seus descendentes não conhece plenamente suas origens porque, seus pais e avós, propositadamente, quase sempre, omitiram os fatos que, a seu ver, desonraram a família.

No inventário de seu pai, Julião do Espírito Santo Magalhães, realizado em 1862, Joana já era viúva e tinha a idade de 24 anos.

Sua descendência ficou assim constituída:

3.2.1. Do casamento com seu primo Antônio dos Santos Barcelos, filho de José dos Santos Barcelos e de sua mulher Maria Ana de Jesus, nasceram os filhos:

3.2.1.1. Mamede dos Santos Magalhães - nasceu a 17 de agosto de 1849. Casou-se, em 19 de abril de 1869, com Salustiana Maria de Jesus, filha de Guilherme Martins da Silva e Donata Maria da Conceição, de cujo casamento não houve filhos (liv. 6 – fl. 102). Faleceu em Viçosa, no dia 8 de novembro de 1926, deixando um testamento em que reconhecia oficialmente nove filhos de seu relacionamento com a piauiense Maria do Nascimento Fontenele. Foram eles:

• Ana Magalhães Fontenele - nascida em 31 de dezembro de 1899 – casou-se com Aquiles Fontenele.

• Raquel Fontenele de Carvalho - nascida em 7 de novembro de 1903 – casou-se com Rafael Liberato de Carvalho.

• Antônio dos Santos Magalhães - nascido em 27 de março de 1906 – casou-se com Tercila Viana.

• Francisca Fontenele do Amaral - nascida em 27 de fevereiro de 1910. Casou-se com João Lopes do Amaral com quem teve os filhos Rita Maria Fontenele do Amaral e Ruth Magali Fontenele do Amaral.

• José Sérgio Magalhães - nasceu em 23 de outubro de 1911 e faleceu em 1º de junho de 1991.

• João da Paschoa Magalhães - nascido em 23 de março de 1913.

• Raimundo Boaventura Magalhães - nasceu em 14 de julho de 1914 e faleceu em 26 de julho de 1987.

• Joaquim Fontenele Magalhães - nasceu em 2 de janeiro de 1916 e faleceu em 21 de maio de 1938.

• Pedro Fontenele Magalhães - nascido em 26 de abril de 1917. Casou-se com Josefa Aguiar Magalhães

3.2.1.2. Philomena dos Santos Magalhães, nascida em 1854.

3.2.2. Da união com Antônio Gonçalves de Miranda, irmão de Maria Magalhães, filhos de Francisco Gonçalves de Miranda e netos de Antônio José de Miranda, nasceram dois filhos:

3.2.2.1. José dos Santos Magalhães - casou-se com sua prima Francisca Xavier de Miranda, filha de João José de Miranda e Maria Joana da Maternidade. Foram os pais de:

• Antônio dos Santos Barcelos - nascido em 1880 (e, ao que se sabe, também morto, tragicamente, a pancadas - com um pedaço de cana no canavial - realçando, uma vez mais, a evidência da maldição do "Velho Comandante").

• Maria Joana dos Santos - nascida em 1885.

• Pedro Alcântara Barcelos - nascido em 1882.

• Maria José dos Santos - nascida em 1889.

• Vicente dos Santos Barcelos - nascido em 1891 e casado civilmente, em 30 de agosto de 1926, com Florisbela Maria de Albuquerque, filha de João Manoel de Albuquerque e Francisca Cecília de Albuquerque.

• Maria da Penha dos Santos Barcelos - nascida em 1893 e

• José dos Santos Barcelos - nascido em 1894.

Ficando viúvo, Vicente dos Santos Barcelos casou-se com Adelina Dantas, filha de Manoel Domingos e Alcina Dantas. Era um homem interessante. Embora cego, casou-se duas vezes, criou a família trabalhando na lavoura e nunca deixou de tocar seus comboios de animais de carga pelo sertão.

Nessas viagens, com freqüência, passava pela Buíra, para visitar seu primo e compadre Pedro Miranda, oportunidade em que reviam toda a evolução conhecida da família. "*Compadre, você chegou a conhecer sua avó, Joana dos Santos? Tinha doze anos de idade quando minha avó morreu e passei a noite na sentinela.*"

Escutando aquelas conversas que se estendiam pela madrugada, o autor, ainda criança, pôde fixar alguns fatos, nomes e datas que hoje registra. Só não entendia por que Vicente dos Santos, cego como era, de madrugada, após a conversa, precisava de uma lamparina para ir para seu quarto dormir. E vai ficar sem saber porque o velhinho nunca explicou.

3.2.2.2. Vicente Gonçalves Magalhães.

3.2.3. Da terceira união conjugal de Joana dos Santos, desta vez com Manoel Nogueira, também seu primo legítimo, filho de Luiz da Costa Nogueira e de Maria da Penha de Jesus, esta filha de José da Cunha Araújo, da Corredeira, nasceram:

3.2.3.1. Ana Nogueira Magalhães - nascida em 1861 e casada com Joaquim da Costa Filgueira.

3.2.3.2. Antônio Bertholdo Nogueira - nasceu em 7 de junho de 1866 e faleceu em 31 de março de 1919. Casou-se, em primeiras núpcias, com Bárbara Maria das Mercês,

filha de Vicente do Espírito Santo Magalhães, bisneta do "Velho Comandante" e da índia Feliciana Reis da Conceição. Bárbara faleceu do parto de sua filha Tercília, em 1895, deixando, pelo seu inventário, realizado em 13 de janeiro de 1896 (pacote 214 -APC), os seguintes filhos:

• Alfredo Victoriano Nogueira - com 6 anos de idade em 13/01/1896.

• Vicente Gaudêncio Nogueira - com 3 anos.

• Júlia Nogueira Magalhães - com 1 ano (casou-se com Francisco da Cunha Magalhães).

• Tercília Nogueira Filgueira - com 1 mês e oito dias de nascida na época do inventário da mãe.

Como tantas jovens mães que morriam à mingua, pela escassez de recursos médicos naqueles terríveis tempos de medicina escassa, a jovem Bárbara, na hora da morte, temendo pelo destino dos filhinhos que deixava na orfandade, pediu a Antônio Bertholdo que casasse com sua irmã Felisbela, para que a mesma cuidasse deles.

Antônio cumpriu o pedido de Bárbara e realizou segundo casamento com sua cunhada Felisbela Magalhães Nogueira, nascida em 22 de outubro de 1881, com quem teve os filhos:

• Alderico Magalhães Nogueira - casou-se com Maria de Castro.

• Amélia Magalhães Nogueira.

• Sebastião Magalhães Nogueira - casou-se com Júlia de Castro.

• Vicentina Magalhães Nogueira - nasceu em 22 de maio de 1904 e casou-se, em 1º de junho de 1921, com Francisco da Frota Nogueira, filho de Antônio Nogueira da Costa e Maria

Raimunda da Conceição. Antônio Nogueira da Costa faleceu no dia 1º de maio de 1896, ficando dona Maria Raimunda da Conceição com os filhos todos pequenos: Francisco da Frota Nogueira – 14 anos, Luís da Frota Nogueira – 12 anos, Francisco das Chagas Nogueira – 6 anos, Francisca Xavier Nogueira – 4 anos, Maria da Frota Nogueira – 2 anos e Antônio Nogueira da Costa com dois meses de idade, apenas (cf. inventário – APC – pacote 213).

Do casamento de Vicentina Magalhães Nogueira com Francisco da Frota Nogueira nasceram 13 filhos: Francisca das Chagas, Antônio, Felisbela, Maria Helena, Raimundo, Rita Assunção, Luís Nogueira, Maria Ceci, Francisco da Frota, Vitória, José Afonso, Carmen Susana e Francisca das Chagas.

• Antônio Bertholdo Nogueira Filho - casou-se com Francisca Magalhães Ribeiro.

• Julita Magalhães Nogueira - casou-se com Clóvis Carneiro Mapurunga.

• Raimundo Magalhães Nogueira - casou-se com Raimunda de Brito Ferreira.

• Rosa Magalhães Nogueira - casou-se com Vicente Magalhães Ribeiro.

• José Magalhães Nogueira - casou-se com Filomena de Brito Ferreira e, em segundas núpcias, com Maria Leôncio.

Felisbela faleceu em 3 de abril de 1922. Ela e o marido estão sepultados no cemitério da Oiticica.

3.2.4. A quarta investida conjugal de Joana dos Santos foi com Eugênio José Ribeiro, filho de Mariano José de Almeida, falecido em 15 de dezembro de 1909. Consta no inventário de Eugênio, realizado em Vicosa, em 30 de maio de 1910 - (APC - pacote 214), que ele "*sendo solteiro deixou*

dous filhos naturais legitimados por escritura pública, filhos estes que teve em Dona Joana do Espírito Santos Magalhães, viúva já falecida...". Os filhos e herdeiros relacionados são:

3.2.4.1. Capitão Francisco Ribeiro Magalhães - 42 anos (em 1910). Casou-se com dona Maria Porfírio Magalhães, bisneta do "Velho Comandante", filha de Vicente do Espírito Santo Magalhães e Maria Madalena do Espírito Santo Magalhães. Foram os pais de Vicente Ribeiro Magalhães (nascido em 1897), Eugênio Ribeiro Magalhães (nasceu em 1899), Ernestina Ribeiro Magalhães (nasceu em 1903), José Firmino Magalhães (nasceu em 25/09/1905), Francisca Ribeiro Magalhães (nasceu em 1909), Valdemiro Ribeiro Magalhães (nasceu em 1913), Alzira Ribeiro Magalhães (nasceu em 27 de setembro de 1915 e falecida em 13 de março de 2000), Luiza Ribeiro Magalhães e Francisco Ribeiro Magalhães (nasceu em 9 de maio de 1918).

3.2.4.2. D. Delfina Maria Moreira - casou-se com Francisco Bernardo Gomes e faleceu deixando os seguintes filhos, conforme inventário realizado em Viçosa, em 20 de agosto de 1906 (Arquivo Público do Ceará- Pacote 214):

- Umbelina Maria Moreira - 17 anos (em 1906) - casou-se com Destrino Carneiro Passos, filho de Águeda Carneiro Mapurunga e Antônio Alves Passos.

- Filomena Maria Moreira - 14 anos - casou-se com Pedro José Fontenele.

- Elvira Maria Moreira - 11 anos.

- João Moreira Gomes - 10 anos.

- Maria - 8 anos.

- Antônio - 2 anos. Provavelmente, esse menino faleceu criança, uma vez que não é citado no inventário do

seu avô, Eugênio José Ribeiro, realizado em 30 de maio de 1910, em Viçosa.

Joana dos Santos, ao falecer, em 13 de janeiro de 1903 (pedindo para não lhe erguerem túmulo pois desejava ser esquecida), não era rica de bens materiais. Em seu inventário, realizado em Viçosa, em 4 de fevereiro de 1903, foram distribuídas entre oito herdeiros, como único bem, "*...cento e dezessete braças de terra na Lagoa do Barro...*", que havia recebido do seu finado marido, Antônio dos Santos Barcelos, e avaliadas em cento e dezessete mil réis. Foi sepultada no cemitério do Jenipapo.

4 - O quinto filho de José da Cunha Araújo se chamou **Maria da Penha de Jesus**. Casou-se com Luiz da Costa Nogueira.

5 - **Ângela Maria da Conceição** - casou-se, em primeiras núpcias, com José Amador da Silva e, em segundas, com Antônio Carneiro Frota.

6 - **Manoel Carneiro Rios** - casou-se com Henriqueta Maria do Carmo.

7 - **Maura Maria da Conceição**.

8 - **Maria do Livramento** - casou-se com Manoel José do Nascimento.

9 - **Ana Teodoro do Sacramento** - casou-se com Lourenço Francisco Rodrigues da Cunha.

10 - **Francisca Xavier de Araújo** - casou-se com Miguel Francisco de Sousa.

11 - **Maria Manoela**.

12 - **Joaquim Carneiro da Cunha** - filho de José da Cunha Araújo, foi o pai de José Carneiro da Cunha Mapurunga. Nasceu na Corredeira, casou-se, em 1828, com Francisca Joaquina do Nascimento (Aguiar), e ficou habitando no

Tapado, propriedade ligada às terras da Corredeira, onde nasceram seus filhos. A descrição das terras do "*Sítio Tapado da Corredeira, encravado na meia légua do João Ferreira a margem do Quatiguaba...*" constante no inventário de Joaquim, em 20 de maio de 1888, dá as seguintes confrontações: "*Limites Nascente com o sítio São José de José Leocádio Magalhães. Poente com a Lagoa Seca em cima do morro Jacarandá tirando dahi uma reta até encontrar com o Riacho Tapado seguindo até a linha divisória e encontrar com o Riacho Pirapinima. Serve este de linha até encontrar com terra da serra no Riacho Curtume...*".

Por volta do ano de 1850, Joaquim transferiu-se para o Ibuaçu, município de Granja, onde foi um próspero fazendeiro.

O Ibuaçu é um povoado no município de Granja, encravado em terreno de belíssima paisagem natural outrora pertencente ao português Pedro da Rocha Franco, primeiro proprietário por Carta de Data e Sesmaria daquela região. Fica emparedado pelos contornos do Testa de Ferro, ao sul, Morro da Santana e Serrote do Pitimbu, ao norte, projeções no extremo leste da serra da Ubatuba (que os moradores chamam de Covão), às margens do riacho do Brejo, afluente do rio Timonha. O arruamento se alinha humildemente prostrado aos pés do semicírculo imponente da serrania que o abarca e o sufoca deixando, como acesso livre, o estreito vale dos Raposa, com largura aproximada de uma légua, entre a ponta do serrote do Pitimbu e o morro dos Araçás.

Entre o morro dos Araçás e a serra da Timbaúba estende-se um vale, com largura aproximada de um quilômetro, por onde corre e se esvai o Timonha, já engrossado pelas águas do riacho do Brejo.

Com trânsito restrito a pedestres e animais com suas cargas, cavou a natureza um atalho para Chaval que serpenteia entre a forma de bumerangue do serrote do Pitimbu e o contorno arredondado do morro de Santana.

No centro do povoado fica a igreja - cujo orago é Santo Antônio - construída originalmente por Pedro da Rocha Franco, por volta do ano de 1730, para permitir ao núcleo de colonização que iniciava naquele pé de serra um ponto de desobriga da religião que professava e, certamente, pensando nela ser sepultado. No entanto, como acontece a muitos homens dinâmicos e empreendedores como era ele, foi morrer longe de casa, no Aquiraz, em 26 de julho de 1754, com 79 anos de idade e lá ficou sepultado na igreja Matriz. Na igreja que construíra foi sepultada sua esposa, Victória Rodrigues da Câmara, e muitos dos antepassados de Maria Joaquina, inclusive seus avós maternos Guilherme Fontenele e Ana Joaquina do Rosário.

Nas reformas por que passou, foram retiradas da igreja as lápides e cruzes que indicavam com precisão as datas de nascimento e óbito dos antigos defuntos ali sepultados, exceção honrosa para dona Thereza Maria de Jesus, esposa de Manoel Rodrigues Carneiro, nascida ali em 1809 e falecida em 29 de março de 1875, deixando nove filhos "*mergulhados em acerba dor*". Manoel Rodrigues foi sepultado no cemitério velho, em túmulo enegrecido e somente identificado graças ao cuidado do pedreiro que gravou no barro as iniciais M.R.C.

A história do lugar é contada com entusiasmo por "seu Totô" - Francisco Duarte de Lima - que ali vive desde 1925.

A presença de estranhos gera sempre sobressaltos quanto à possibilidade de ser alguém que venha para tomar posse do "terreno do Santo", cujos limites "seu Totô" guarda muito bem: *"ao nascente, a pedra de mesa, ao poente, a pedra do urubu, ao sul, o testa de ferro e, ao norte, o mourão do Ferreira"*.

Era sonho do padre Antônio Carneiro, filho mais velho de Joaquim Carneiro da Cunha, construir naquele local uma cidade, tendo, para tanto, envidado muitos esforços desde que para lá fora nomeado vigário, em 1865, e desde que ali habitava sua família. Estranhamente, recebeu ferrenha oposição dos antigos moradores, boa parte deles, aliás, seus parentes, fazendo com que o sacerdote transferisse seu projeto de edificação da cidade para a atual Chaval.

A crença popular, defendida como verídica por "seu Totô", afirma ter sido o início da discórdia um feixe de capim que *"o caboclo do padre tirou por engano na vazante do outro e daí começou a questão com os grandes do lugar..."*.

Para explicar o atraso que tomou conta dos rumos do povoado, recorre "seu Totô" à maldição bíblica que o padre teria lançado quando, ao partir, "*sacudiu o pó das sandálias sobre o lugar...*". A população acredita que a maldição só vigore até a quinta geração.

Do Ibuaçu, o padre Antônio Carneiro convenceu o pai a se transferir para a fazenda Bosque Velho, entre os rios Timonha e Ubatuba, a seis quilômetros da atual cidade de Chaval, onde ficaram habitando até o fim de suas vidas.

Joaquim Carneiro da Cunha e Francisca Joaquina foram os pais de:

1 - **Antônio Carneiro da Cunha Araújo** - o padre. Nasceu a 12 de maio de 1830, no Tapado. Em 7 de agosto de 1851 saiu da casa de seu pai, no Ibuaçu, para Camocim, de onde embarcou em um navio para Recife. Matriculou-se, a 29 de setembro do mesmo ano, no Seminário de Olinda. Ordenou-se padre no dia 24 de setembro de 1853 tendo celebrado sua primeira missa na igreja Matriz de sua terra natal, Viçosa, no dia 8 de outubro daquele ano. Foi nomeado

primeiro vigário do Ibuaçu, pela Lei Provincial de 29 de agosto de 1865, exercendo esse mandato no período de 21 de março de 1866 a 19 de outubro de 1871. Foi deputado provincial de 1868 a 1869, pelo Partido Liberal. Foi vigário de Acaraú e, de 7 de fevereiro de 1873 a 28 de janeiro de 1876, de Amarração, hoje Luís Correia, no Piauí.

É considerado o fundador e iniciador de Chaval, nome que ele próprio escolheu ao encontrar um velho molho de chaves perdidas no alagadiço, tempos atrás, por um galeão holandês. Construiu ali a igreja de Santo Antônio, santo de sua devoção. O próprio patrimônio do município foi comprado por ele, em 9 de julho de 1874, pela quantia de 6.850 réis, da data Salgado do Ibuaçu, pertencente, na época, ao município de Granja.

Faleceu a 12 de junho de 1885, com 55 anos de idade, vítima de tétano, doença que contraíra ao consertar a agulha enferrujada de uma bússola. Foi sepultado na capela que havia erguido em honra de Santo Antônio e onde é hoje a bela Matriz de Chaval, construída por seu sobrinho e afilhado, José, também padre.

Foi um sustentáculo para a família e conselheiro dos irmãos. Ativo e empreendedor, estava sempre buscando alternativas de vida para sua gente. José Mapurunga, seu irmão mais novo e compadre, foi um dos que mais cuidados lhe deram, como se verá adiante.

O padre Antônio cultivava o espírito alegre herdado de seu avô, não poupando nem sua cunhada e comadre, Maria Joaquina, dos apelidos - só a tratava por "Pirunga".

A ficha contendo sua biografia na Cúria de Fortaleza estampa uma dúvida cruel: "*Podia ter patrocinado os assassinos do Pe. Maximiano Valcácer, morto em 10-12-1842?*" Se é

verdade o que a ficha insinua, teria cometido essa proeza com apenas 12 anos de idade.

Acrescenta aquele documento que foi "*...preso e recolhido à cadeia de Granja, em 15.01.1858 (ofício do Vigário de Acaraú, 22.01.1858)...*", mas não diz o porquê.

2. Francisco Carneiro da Cunha Araújo - casou-se com Raimunda Leopoldina Carneiro (sepultados no cemitério de Viçosa) e tiveram três filhos:

2.1. Maria - casou-se com José Carneiro de Sales, filho de Antônio Rodrigues Carneiro e, ao que consta, não tiveram filhos.

2.2. Teresa - casou-se com José de Holanda.

2.3. José Carneiro da Cunha - Monsenhor Carneiro - nasceu na casa de seus pais, em Chaval, no dia 5 de setembro de 1880. Foi batizado na capela de Santo Antônio por seu tio Antônio Carneiro que, também, lhe serviu de padrinho.

Do tio e padrinho seguiu o exemplo, ingressando no seminário da Prainha em 1898, onde foi ordenado sacerdote a 30 de novembro de 1906. Celebrou sua primeira missa na Vila de Chaval, a 13 de dezembro de 1906.

Em 13 de março de 1907, transferiu-se para Viçosa, como coadjutor de padre José Ferreira da Ponte e foi cura de Tianguá.

De 1912 a 1939, foi vigário de Viçosa do Ceará, onde reformou a igreja Matriz e construiu a igreja de N. S. das Vitórias (igreja do Céu), benta em 14 de agosto de 1938 por D. José Tupinambá da Frota, bispo de Sobral.

Benzeu a capela de Santa Luzia da Oiticica, a 24 de junho de 1913. Reformou totalmente a capela de N. S. da Penha de General Tibúrcio e construiu a de S. Francisco, do Padre

Vieira. Faltava uma capela para N. S. da Conceição e ele a construiu no povoado de Quatiguaba. Carrapateiras assistiu à bênção de sua capela, em honra de N. S. do Perpétuo Socorro, a 6 de janeiro de 1917, graças aos esforços de Umbelina do Rosário Fontenele, filha de Gonçalo Damasceno, do Jacaraí de Baixo, uma das órfãs da fazenda Lagoa do Mato. Manhoso recebeu a capela de N. S. da Saúde a 7 de novembro de 1932.

Em 1928, benzeu a capela do Coração de Jesus, construída nas terras e pelas próprias custas de seu compadre coronel José Bitônio - José Tibúrcio de Aragão - casado com Maria Antônia da Conceição, filha de Francisca Ferreira de Miranda e de Antônio Ferreira de Sousa.

Em Viçosa, foi um incansável pastor, dedicando todo o seu tempo às lides de sua querida paróquia e aos serviços de seu povo. Não se limitou ao trabalho restrito de "*funcionário do divino*". Levantou o espírito cívico do povo, através da Legião Operária São José, sediada num belo prédio por ele construído e inaugurado a 20 de janeiro de 1934. O terreno onde foi construído o chamado "prédio da legião" fora vendido para a entidade, um ano antes, por Felizardo de Pinho Pessoa e dona Hilda Carvalho de Pinho Pessoa, pela quantia de um conto de réis, conforme recibo:

"Reis 1.000$000

Recebemos da Directoria da "União Operaria São José de Viçosa" a quantia de um conto de reis em moeda corrente, importancia por quanto lhe vendemos um terreno para a construção do predio para a sede da mesma sociedade, o qual tem vinte e cinco palmos de frente, de sul a norte, e cento e vinte e cinco palmos de fundo, de nascente a poente, e extrema da seguinte forma: ao Nascente, na rua que vem da praça da Matriz; ao poente, na rua Occidental; ao Norte, na travessa que vem da praca José Bevilaqua; e ao Sul, no terreno pertencente a nós vendedores, cuja escriptura de venda

passaremos logo que nos for procurada. Para constar passamos e assignamos o presente recibo.

Viçosa, 26 de janeiro de 1933

Felizardo de Pinho Pessôa

Hilda Carvalho de Pinho Pessôa"

Esse prédio, pouco a pouco destruído pela ação do tempo e do próprio homem, como a própria entidade que abrigava, não existe mais.

A Revista do Instituto do Ceará (vol. 100, Tomo XCIV, de 1980 jan/dez) traz, a partir da página 242, um artigo importante intitulado "BIOGRAFIA DO MONSENHOR JOSÉ CARNEIRO DA CUNHA, NO SEU CENTENÁRIO DE NASCIMENTO", onde se lê: *"Em 1931 fundou a Legião Operária de São José - entidade que chegou a congregar mais de mil associados. Edificou a sua sede social e a inaugurou no dia 20 de janeiro de 1934..."*. O artigo é assinado pelo advogado Geminiano de Pinho Pessoa.

O serviço de ampliação da igreja Matriz, construída pelos Jesuítas, visava dotar o velho templo de arcadas mais espaçosas e da segunda torre. Nessa tarefa, Monsenhor Carneiro teve a infelicidade de ver desabar parte do prédio, praticamente já pronto, transformando tanto trabalho num amontoado de ruínas. Mas não esmoreceu. Ajudado pelos amigos e parentes, recuperou o belo templo que hoje tanto orgulha os habitantes da freguesia de N. S. da Assunção de Viçosa do Ceará.

Resolveu o problema de iluminação pública de Viçosa, na época, instalando, com seu compadre, José Firmino de Siqueira, a firma Siqueira & Cunha, que montou a primeira usina de energia elétrica, inaugurada a 14 de agosto de 1927. De Recife até Amarração, atual Luís Correia, vieram os equipamentos em navio. De Amarração seguiram em carro

de boi até Viçosa, em viagem por terra de mais de 150 quilômetros. José Firmino era filho do tenente Ângelo de Siqueira Passos.

Promoveu a união e valorização dos trabalhadores, a quem chamava de Legionários de São José, e vibrava com eles entoando o HYMNO DOS OPERARIOS CATHOLICOS que orgulhosamente liderava:

CORO

Do trabalho indefesos romeiros
E da Egreja e da Patria soldados
Nos adornam três nomes sagrados
OPERÁRIOS, CRISTÃOS, BRASILEIROS

I

Abraçamos contentes a escola
Cujos mestres Trabalho e Virtude
Um - aos corpos dá vida e saúde
Outro – as penas da alma consola

II

Somos todos - que nobre incentivo
Para os nossos pesados labores -
Campeões do progresso, factores
Da riqueza e do bem colectivo

III

Nossas blusas grosseiras e pobres
Guardam peitos sinceros e honrados,
Não invejam de certo os brocados
Nem as sêdas dos ricos, dos nobres

IV

Diligentes, activos e honestos
Nos misteres dos nossos officios
A indolencia evitamos, os vicios
Sempre a todas as classes funestas

V

Nossos arduos deveres cumprindo
Na officina no lar e no templo
Servirá nossa vida de exemplo
A quem for nossos passos seguindo

VI

E nos fins destas luctas penosas
Da victória teremos as palmas
E no seio de Deus nossas almas
Viverão para sempre ditosas

Em 24 de janeiro de 1939, comovido até o pranto, despediu-se do povo de Viçosa e foi para sua terra, Chaval, onde, seguindo os passos de seu tio Antônio, realizou uma grande obra e onde faleceu às nove horas da noite do dia 4 de novembro 1966.

3 - Manoel Militão Carneiro da Cunha - casado com Maria Serafim Carneiro, deixou grande descendência em Chaval. Um de seus filhos, chamado Anatólio Thiers Carneiro, segundo certidão de casamento datada de 19 de março de 1878, do Cartório de Registro Civil de Chaval - Ceará, nº 36, do livro 02, folha 23, casou-se com Onorina Carneiro, filha do segundo casamento de Águeda Carneiro Mapurunga, com Francisco Rodrigues Fernandes, sendo, portanto, sua prima

legítima, uma vez que Águeda era filha de José Carneiro da Cunha Araújo, o Mapurunga.

4 - **Joaquim Carneiro da Cunha Araújo Filho**.

5 - **Joana Lourenço da Cunha Araújo**.

6 - **Maria Carneiro da Cunha Araújo**.

7 - **João Carneiro da Cunha Araújo**.

8 - **JOSÉ CARNEIRO DA CUNHA ARAÚJO**.

2 - Mapurunga

JOSÉ CARNEIRO DA CUNHA ARAÚJO nasceu no sítio Corredeira, no dia 12 de agosto de 1831. Seu avô, José da Cunha Araújo, apelidava todos os netos. Quando via chegar o irrequieto José, vermelho pelo esforço da subida, não podia deixar de comparar suas bochechas rosadas a uma ubaia madura. A fruta, cujo nome originado do tupi (mbae + pirãga) é **mapironga** (coisa vermelha, furúnculo), conhecida na época pelo nome de **mapirunga**, serviu como apelido para o menino. Este, lisonjeado, tempos depois resolveu oficializar o apelido, incorporando-o definitivamente a seu nome, em substituição ao Araújo. Passou a registrar-se como José Carneiro da Cunha Mapurunga, dando origem à tradicional família Mapurunga de Viçosa do Ceará.

Sem ter cursado nenhuma faculdade de Medicina, mas estudioso das ervas medicinais, aprendeu a manipular os recursos que a natureza oferecia, tornando-se conhecido em toda a região como "médico" ou "cirurgião", porque também extirpava tumores, imobilizava fraturas, realizava "sangrias", aplicava torniquetes, extraía dentes, tudo absolutamente dentro da cruel realidade da época – a frio. Seu arsenal de

"ferramentas cirúrgicas" incluía navalhas, punhais, alicates, sovelas e serras que só de olhar "dava um calafrio na espinha".

Sem dispor de recursos adequados, feridas "brabas" eram cauterizadas com ferro em brasa, tumores espremidos até sair o "carnegão", panarícios sarjados a navalha e "postemas" renitentes eram tratadas com azeite de coco fervendo. Pacientes com "morrinha de sesões" eram tibungados em tachos com "cozimentos" de ervas mornas pois não podiam tomar banho com água fria. Doentes com febre alta só deviam beber água "quebrada da frieza", providência facilmente conseguida colocando um carvão em brasa dentro do copo. Garrafadas e purgantes de azeite doce eram aplicados nos pacientes arruinados dos intestinos com a recomendação de que não fizessem arte durante três dias. Por precaução, muitas vezes se ouviam as mães aflitas gritando: "Menino, vai te aquietar que tu estás purgado". Recorriam a Mapurunga nos momentos de dificuldade, acreditando que, abaixo da "divina providência", cabia-lhe o dom sobrenatural da cura.

Para uma população desprovida dos mínimos recursos médicos que fossem, era ele quem estava presente nas dificuldades das doenças, levando o conforto das meizinhas e soluções de curas emergenciais, mesmo que dolorosas, serviços que exercia pelo sacerdócio, sem auferir rendimentos pecuniários. Buscando ensinamentos práticos em livros que seu irmão padre lhe arranjava, conseguiu resultados animadores, tornando-se afamado a ponto de desdenhar de algumas doenças que ainda hoje causam grande transtorno. Referia-se à hepatite - na época conhecida como "tiriça" e tratada à base de chás e garrafadas (cujas fórmulas se perderam com sua morte) - como "doença besta".

Não se negava a enfrentar as distâncias para levar o conforto aos necessitados, sendo compreensível, assim, que dadas as terríveis dificuldades de recursos naqueles tempos distantes, fosse pessoa respeitada e admirada na difícil arte de curar.

Foi com essa fama espalhada que chegou ao Jacaraí de Baixo, no sertão de Piracuruca, procurado que fora por José Antônio Damasceno, abastado criador naquele termo, casado com Maria da Rocha de Cerqueira, filha de Gonçalo Machado de Cerqueira e Bárbara Maria da Rocha.

José Antônio Damasceno mandou buscar José, então com 23 anos de idade, para cuidar de seu filho Gonçalo que contraíra tuberculose – o mal terrível daquele tempo, cochichado a boca pequena como "pleuris". E foi lá que José conheceu **Maria Joaquina**, filha mais velha do paciente Gonçalo José Damasceno e de sua mulher, Clara Joaquina do Rosário.

De nada adiantaram os esforços do jovem "médico" para curar Gonçalo, vindo este a falecer em abril daquele ano de 1854. A convivência prolongada na casa do doente, no entanto, levou José a apaixonar-se por Maria Joaquina, mocinha de 15 anos de idade, com quem casou-se, em Viçosa, no dia 4 de setembro de 1854.

José Carneiro da Cunha Mapurunga pertenceu ao 43º Batalhão de Infantaria, criado pelo Decreto 4.050 de 18 de dezembro de 1867, ocupando, a partir de 18 de fevereiro de 1868, o posto de Tenente Cirurgião, graças aos conhecimentos de medicina de que dispunha. Teve sorte que a guerra com o Paraguai terminou em 1870 e não houve mais necessidade de seu batalhão embarcar no porto de Camocim, como já era anunciado.

3 - Carneiro

Na casa velha do Esbarrado, toda noite, a família se reunia em volta de um oratório enfeitado de fitas e flores onde se enfileiravam, nos lugares de honra, as imagens de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do lugar, de São Gonçalo, São José Operário e um São Sebastião crivado de flechas para salvar o povo das pestes, da fome e da guerra. Somente os velhos tinham direito a sentar-se nas cadeiras, durante a sessão. Os demais, quando muito, poderiam usá-las como encosto para agüentar ajoelhados uma hora e tanto de terço, ladainhas, benditos, jaculatórias e o Ofício da Imaculada Conceição; tradições que se mantinham há muitas gerações e continuadas pelos descendentes de Maria Joaquina e José Mapurunga até que a televisão as substituiu pela telenovela.

Essa herança religiosa fora trazida de Portugal e mantida na família Cunha Araújo pelo padre Dionísio, irmão de Francisco da Cunha Araújo, trisavô de José Carneiro da Cunha Mapurunga. Além dele, exerceu grande influência religiosa na família o padre Manoel Carneiro da Ressurreição, irmão de Cosma Damiana do Espírito Santo e Ana Teodoro do Sacramento, ambas, ao mesmo tempo, bisavós do mesmo Mapurunga, filhos de Manoel Carneiro Rios.

MANOEL CARNEIRO RIOS

era filho do português Vitorino Carneiro Rios e Maria do Reino. Nasceu em Igarassu, Pernambuco, de onde se transferiu para a Caiçara (hoje Sobral) na condição de sargento-mor e onde exerceu certa influência. Casou-se, no dia 17 de abril de 1748, com Maria do Livramento do Monte e Silva, nascida em Boa Vista - Recife, filha do pernambucano Gonçalo Ferreira da Ponte

e sua segunda mulher, Maria da Conceição do Monte e Silva, pessoas igualmente possuidoras de profunda fé cristã.

No Dicionário das Famílias Brasileiras consta que o sobrenome Carneiro é de origem geográfica, tomado do lugar Carneiro, comarca de Astorga, Reino de Leão. É tão antiga essa família em Portugal que já existia no tempo de D. Henrique (1035-1114). Felgueira Gayo a principia no português Pedro Carneiro, que viveu no tempo de D. Henrique "*que lhe deu mercê de uns cruzeiros que tinha na terra de Valladares, como consta das inquirições de Dom Diniz*".

Do casamento de Manoel Carneiro com Maria do Livramento nasceram os seguintes filhos:

1 - **Manoel Carneiro da Ressurreição**, o padre - nasceu em 1749. No período de abril a julho de 1787, foi vigário na Caiçara, em substituição ao padre João Ribeiro, que falecera no dia 18 de maio daquele ano. Mais ou menos em 1789, transferiu-se para o Coreaú, ficando mais próximo de sua irmã Cosma, casada com o capitão Custódio da Costa Araújo, que morava na Imbueira, fazenda que pertencera aos Jesuítas e fora montada pelo padre Francisco Lira, no Coreaú.

Com a morte de seu cunhado, Custódio da Costa Araújo, marido de sua irmã Cosma Damiana do Espírito Santo, foi nomeado tutor dos filhos órfãos desse casal. Em princípio, tentou esquivar-se da incumbência, alegando "não ter residência fixa" e teve realmente muita dificuldade nessa tarefa, como será visto.

2 - **Francisca Caetana** - nasceu em 17 de abril de 1759.

3 - **Maria Manoela** - nasceu em 29 de setembro de 1762, conforme registro a seguir:

"Aos sete dias do mês de outubro de mil setecentos e sessenta e dous nesta matriz o Revd° Dout° Manoel Alves de Farias Pinto

de licença minha bautizou e pos os Sanctos Oleos a **Maria Manoela nascida aos vinte e nove dias do mes de setembro filha do Capitão Manoel Carneyro Rios natural da Villa de Igarassu Freguesia de S. Cosme e Damião, e de sua mulher Maria do Livramento natural de Boa Vista, Freguesia da Sé de Olinda netta por parte paterna de Victorino Carneyro Rios, e de sua mulher Maria da Assunção naturais de Igarassu da ditta Freguesia, já defunctos; e pella parte materna de Gonçalo Ferreira da Ponte natural do Recife Freg^a^ de S. Frei Pedro Gonçalves, já defuncto, e de sua mulher Maria da Conceição natural da Ilha da Madeira** (grifo nosso): Foi padrinho o Revm° Dout° Manoel da Fonseca Jaime Vigario da Vara, e cura da Freg^a^ por seu procurador o Capitão Vicente Ferreira da Ponte, casado morador na sua Fazenda da Alagoa, e fregueses deste curato, do que fiz este assento em que me assigno

Ignacio Gonçalves Silva

Vice Vigario do Acaracu" (Sobral – livro de 1771 a 1774 – fl. 48 v).

Maria Manoela casou-se com o português Guilherme José da Silva.

4 - **Ana Teodoro do Sacramento** - casou-se, em 10 de outubro de 1768, na matriz da Caiçara, com **Gaspar da Cunha Araújo**, filho de **Francisco da Cunha Araújo**, morador na fazenda Pedra Branca, como já visto anteriormente. Ana era bisavó de Mapurunga porque era mãe de seu avô, José da Cunha Araújo.

5 - **Cosma Damiana do Espírito Santo** - nasceu em 1750 e também foi bisavó de Mapurunga porque era mãe de Joana, casada com José da Cunha Araújo, dono da fazenda Corredeira. Cosma casou-se na matriz da Caiçara, no dia 6 de novembro de 1766, com o capitão **Custódio da Costa Araújo**, natural do Coreaú, filho do português Custódio da Costa Araújo, natural de São João d'El Rey, conforme consta

no registro de casamento da Matriz de N. Senhora da Conceição que se transcreve fielmente:

> "Aos seis dias do mes de Novembro de mil sete centos, e sessenta e seis de manhã nesta Matris de Nossa Senhora da Conceição da Cayçara feitas as denunciaçoens na forma do Sagrado Concilio Tridentino, na dita Igreja onde a nubente he natural, e moradora, e na Freguesia do Coreayu onde o nubente he natural, sem se descobrir impedimento como consta dos banhos que ficão em meo poder, em minha presença, e das testemunhas o Capitão Vicente Ferreira da Ponte e Silva, o Tenente Manuel José do Monte, casados, e mais pessoas, todos conhecidos, e moradores nesta Freguesia se casarão em face da Igreja solemnemente por palavras **o Capitão Custodio da Costa Araujo, filho legitimo do Capitão Custodio da Costa Araujo ja defunto natural da Freguezia de São João do Rey do Arcebispado de Braga, e de Teresa de Jesus Maria natural de Boa Vista Freguesia da Sancta Sé de Olinda, com Cosma Damiana do Espírito Santo, filha legítima do Sargento mor Manuel Carneiro Rios natural de Igarassu, e de Maria do Livramento natural da dita Boa Vista** (grifo nosso) e logo lhes dei as bençoens na forma dos Ritos e Ceremonias da Sancta Madre Igreja, de que para constar fiz este termo eu João Ribeiro Pessoa cura, e assignei.
>
> João Ribeiro Pessoa, Cura e Vigro da Va da Cayçara." (Sobral - livro 01 fl. 110).

Teresa de Jesus Maria, mãe de Custódio, era filha de Manoel Rodrigues Aguiar, natural da Ponte de Lima e de sua mulher Josefa Martins Viana, filha legitima de Francisco Martins Viana, natural de Viana, e de sua mulher Ana Martins da Costa, natural da Coira. Com a morte de seu esposo, Custódio da Costa Araújo, Teresa casou-se, na Ribeira do Acaraú, com o viúvo Francisco Correia de Azevedo, que em 1776 ainda era

vivo e com mais de 80 anos de idade (cf. A. J. V. Borges da Fonseca – Nobiliarquia Pernambucana – Vol. II – pág. 405).

A patente de "Capitão de Cavalos da Ribeira do Curuahyu", que Custódio ostentava, foi-lhe concedida pelo Governador Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca, em 12 de abril de 1765, e registrada no livro 11 - fl. 182 – APC.

Custódio faleceu a 9 de julho de 1791, deixando os seguintes filhos:

5.1. Joana Maria da Conceição (Carneiro Araújo) – quando o pai morreu estava com 11 anos de idade. Casou-se com seu primo **José da Cunha Araújo**, filho de **Ana Teodoro do Sacramento** e **Gaspar da Cunha Araújo**. Como vimos anteriormente, eram os proprietários da fazenda **Corredeira** e foram os avós paternos de José Carneiro da Cunha Mapurunga.

5.2. Josefa Maria de Jesus Carneiro Araújo – 13 anos (em 1791). Casou-se com o outro primo, Antônio da Cunha Araújo, filho de Gaspar e Ana. Uma de suas filhas, também chamada Josefa (Josefa da Cunha Araújo), casou-se com Francisco Alves Linhares, filho do capitão Diogo Alves Linhares e Ana Ferreira de Vasconcelos, sendo esta filha do capitão José de Araújo Chaves e Luzia Matos Palhano. O capitão Diogo Alves Linhares era filho de Antônio Alves Linhares e Inês Madeira de Vasconcelos (cf. Cronologia Sobralense – vol. II pág. 38).

5.3. Ângela Maria Carneiro Araújo – 3 anos (em 1791). Casou-se com Antônio Gomes da Frota, nascido em 19 de janeiro de 1779, filho do capitão Felipe Gomes da Frota e de Josefa Maria de Jesus, esta filha de Domingos da Cunha Linhares e Dionísia Alves Linhares. O capitão Felipe Gomes da Frota, nascido no Rio Grande do Norte em 1753, era filho do português Vitoriano Gomes da Frota e de dona Maria Gomes de Sá.

Antônio e Ângela moravam no Santo Ezídio, localizado entre a ponta da serra do Eufrásio e a serra de Dom Simão, na margem do riacho do Puxa, onde construíram um açude e criavam gado. Foram os pais de Felipe Carneiro da Frota que se casou com Cândida dos Anjos Fontenele, vigésima quarta filha do sargento-mor Felipe Benício Fontenele (1º filho de Jean Fontenele). Residiam na Pitinga e foram avós de Pedro Luís Fontenele, de quem conseguimos preciosas informações, inclusive, sobre a nomeação de Antônio Gomes da Frota como juiz de Viçosa - segundo ele, por influência do Imperador D. Pedro II, em virtude do apoio que deu às tropas imperiais quando passavam por sua fazenda à procura de "voluntários" para a Guerra do Paraguai.

Nos autos do inventário de Felipe Carneiro da Frota, realizado em Viçosa, no dia 21 de fevereiro de 1898 (pacote 215 - APC), consta a divisão de terras no Santo Ezídio, Pitinga, Olho d'água e "cinta da serra" entre os herdeiros:

1) **Maria da Frota Fontenele** - casada com Joaquim Procópio de Oliveira, filho de Francisco Procópio e Delfina da Glória

2) **Antônio da Frota Fontenele** - de 43 anos (na época do inventário). Casou-se duas vezes. A primeira com Isabel Frota e a segunda com Maria da Frota.

3) **Felipe da Frota Fontenele** - 41 anos (em 1898), casado com Francisca Joaquina Fontenele, filha de Umbelina Joaquina Fontenele com Francisco dos Anjos Fontenele e neta de Gonçalo José Damasceno e Clara Joaquina do Rosário, estes já falecidos e antigos moradores na fazenda Lagoa do Mato, em Piracuruca.

Francisca Joaquina faleceu em 10 de julho de 1909, deixando nove filhos (cf. inventário realizado em 03 11 1909 - pacote 215): João Fontenele da Frota, Francisco Fontenele da Frota, Maria Fontenele da Frota, José Fontenele da Frota,

Umbelina Fontenele da Frota, Raimundo Fontenele da Frota, Rosa Fontenele da Frota, Maria Fontenele dos Anjos e Raimunda Fontenele da Frota.

4) **Ângela da Frota Fontenele** - casada com Raimundo Cirilo da Frota.

5) **Ana (Sinhá) da Frota Fontenele** - casada com Lino Rodrigues de Sousa, este filho de Joaquim Rodrigues de Cajado e Inês Carneiro da Cunha. O inventário de Lino Rodrigues de Sousa e Anna da Frota Fontenelle foi feito em Piracuruca, em 11 de outubro de 1937, e registra os seguintes herdeiros do casal: Pedro Rodrigues da Frota, João Lino da Frota, Francisco da Cunha Lima, Francisco Lino da Frota, Manoel da Silva Brito e Laurentino Pereira da Silva.

6) **Josefa da Frota Fontenele** - casada com Luiz Rodrigues de Sousa, este já viúvo de sua irmã Humbelina (pais de Pedro Luiz).

7) **Humbelina da Frota Fontenele** - na época do inventário, já defunta de Luiz Rodrigues de Sousa, filho de Joaquim Rodrigues Cajado e Inês Carneiro da Cunha.

8) **José da Frota Fontenele** - casou-se com Francisca dos Anjos Fontenele, filha de João dos Anjos e Angela Gomes da Frota.

9) **Francisco da Frota Fontenele** - casou-se com Maria Paula Magalhães.

O inventário de Cândida dos Anjos Fontenele foi feito em Viçosa, em 1º de setembro de 1903, relacionando os mesmos herdeiros de seu finado esposo e mais dois de nomes: Francisca Umbelina Fontenele, casada com Pedro José Fontenele e Antônio Luiz da Frota.

5.4. Francisca da Costa Araújo - casou-se, em 29 de setembro de 1789, com o capitão Antônio Manoel da

Conceição, este já viúvo de Francisca Xavier de Mendonça, filho de Manoel José do Monte, neto de Gonçalo Ferreira da Ponte. O casamento, realizado na fazenda Jaibaras de Baixo, foi feito com o consentimento do padre Manoel Carneiro da Ressurreição, que era tutor da noiva, tendo sido, inclusive, testemunha.

5.5. *Ignes da Costa Araújo* - Com 10 anos de idade (em 1791). Essa moça criou um grande embaraço para o tio e tutor, padre Manoel Carneiro da Ressurreição. Fugiu de casa, em companhia de José Francisco de Macedo, filho de seu padrasto Mateus José de Sousa, tomando rumo ignorado. Fomos encontrar seu paradeiro na Vila de Piracuruca, onde casou-se, conforme se verifica no seguinte registro:

> "Aos vinte e um dias do mes de setembro do anno de mil setecentos e noventa e sete nesta Freguesia de Nossa Senhora do Carmo da Villa de Piracuruca depois de cumpridos os ritos formais sem encontrar impedimento na forma do Sagrado Concilio Tridentino se receberão por palavras de presente Jose Francisco de Macedo filho legitimo do Capitão Mateus Jose de Sousa e de Dona Florencia Gonçalves, ja falecida = com Ignes da Costa Araujo filha legitima do Capitão Custodio da Costa Araujo, ja falecido e de Dona Cosma Damiana do Espirito Santo naturais da Freguesia de Granja, Bispado de Pernambuco = Logo lhes foi dado as bençãos na forma do rito romano sendo por presente as testemunhas o Capitão Salvador Pereira, casado, Vicente Francisco Jose de Sousa casado desta freguesia .
>
> Vigário Domingos Dias Pinheiro". (livro 1 – fl. 178 v- Piracuruca)

5.6.- *Custódio da Costa Araújo* (ou Custódio Francisco da Costa, como consta no inventário) – casou-se, em 1806, com Bárbara Maria da Soledade, filha do capitão Domingos Rodrigues Lima, natural de Braga, Portugal e Maria da Soledade Araújo, esta nascida em 1746 e filha do capitão-mor

Domingos da Cunha Linhares. O inventário de Custódio da Costa Araújo, realizado em Sobral, em 18 de janeiro de 1842, relaciona os seguintes herdeiros: Domingos, Manoel Carneiro Rios, Custodio de Araújo Costa, Luzia da Costa Araújo (casada com Antônio Carneiro da Costa), Bernardina Maria da Soledade, "*já falecida casada que foi com José Lins Júnior*", Cosma Maria da Conceição - falecida, casada que foi com Francisco José; Maria do Espírito Santo - 26 anos e Francisca - 25 anos.

5.7. Maria Teresa do Livramento - casou-se duas vezes, sendo a primeira com João Pereira Cavalcante e a segunda com João Machado Portela.

5.8. Ana Teodoro - 18 anos em 1791.

5.9. Miguel da Costa - 16 anos em 1791.

5.10. Manoel Carneiro - 15 anos em 1791.

5.11. Joaquim - morreu logo depois do pai.

5.12. Maria Manoela - 6 anos em 1791.

Quando alegou não possuir residência fixa, para tentar escapar de ser o tutor de seus sobrinhos, padre Manoel Carneiro da Ressurreição conhecia, de certo, e muito bem, os trabalhos que teria com uma jovem viúva e tantas filhas moças. Cosma chegou a contrair núpcias com o viúvo Mateus José de Sousa, naquelas alturas, falido e malcuidado. O filho deste, como visto anteriormente, chegou a raptar a própria irmã afim, fugindo com ela para Piracuruca, gerando grande tormento. Tudo isso causava, como não poderia deixar de ser, muito desassossego ao pobre tutor.

Profundo sentimento de respeito e admiração deixaram os padres Dionísio da Cunha Araújo, Manoel Carneiro da Ressurreição e José Ferreira da Costa no meio da família. A

grande influência religiosa que deixaram foi mantida, posteriormente, pelo padre Antônio Carneiro da Cunha, irmão de José Carneiro da Cunha Mapurunga, e seu sobrinho e afilhado José – o monsenhor Carneiro.

4 - Ferreira da Ponte

JOSÉ CARNEIRO DA CUNHA MAPURUNGA era descendente dos Ferreira da Ponte por parte de Maria do Livramento do Monte e Silva, casada com Manoel Carneiro Rios e filha de Gonçalo Ferreira da Ponte.

GONÇALO FERREIRA DA PONTE, conhecido pelo apelido de "Cachaço", nasceu em Recife em 1679. Era filho de Cosme de Freitas Ferreira e de sua segunda esposa, Joana de Barros Coutinho, sendo neto do português Rodrigues da Costa Ferreira e Marusa de Freitas. Emigrou, ainda jovem, para a Ribeira do Acaraú, onde permaneceu até sua morte, em 1762, com 83 anos. É trisavô de Mapurunga e tronco das famílias Monte e Ponte que ajudaram a povoar a Caiçara. Casou-se três vezes, deixando os seguintes filhos:

1 - **Capitão Francisco Ferreira da Ponte** (filho do 1º matrimônio de seu pai com Maria de Barros Coutinho) – casou-se a 20 de setembro de 1738, na Caiçara, com Maria Magdalena de Sá e Oliveira, uma das célebres "sete irmãs", filha de Manoel Vaz Carrasco e dona Maria Magdalena de Sá e Oliveira. Faleceu em 1º de novembro de 1758 com 61 anos de idade. Dona Maria Magdalena faleceu em 16 de março de 1743, de parto.

Do segundo casamento, com Maria da Conceição do Monte e Silva, nasceram:

2 - **Padre José Ferreira da Costa** - faleceu em 1769.

3 - **Capitão-mor Manoel José do Monte** - casou-se com Ana América Uchôa.

4 - **Maria do Livramento do Monte e Silva** - casou-se com Manoel Carneiro Rios, filho de Vitorino Carneiro Rios, em 17 de abril de 1748, cuja evolução familiar acabamos de demonstrar e de onde se conclui ser ela trisavó de José Carneiro da Cunha Mapurunga.

O terceiro casamento de Gonçalo Ferreira da Ponte foi realizado com dona Rosaura de Ó Mendonça, filha de Francisco Xerez da Furna e de dona Ignes de Vasconcelos, sem resultar geração.

A seguir, será vista a evolução familiar de **Maria Joaquina**, esposa de Mapurunga.

José Monteiro de [illegible]

Aos dois dias do Mez de Fevereiro do Anno de
cento e trinta e oito na Matriz de Nossa Se-
nhora da Villa de Paracatu, baptisei solemnemente
e pus Sal, filha legitima de Ignacio José Pereira
e Maria Joaquina do Rosario, moradores na Freguezia
Vaga de Mello, na mesma Freguezia, e Madrinha
foi Nossa Senhora Padrinho José Joaquim Fontenelle
e Maria da Rocha da Silveira, esta por Procuração
que apresentou Donna Theodora Maria da Silva

José Monteiro da Silva

CAPÍTULO XVII

Maria Joaquina

Seu nome completo sempre foi controvertido. Quando perguntado às pessoas mais velhas, era comum uma crise de tosse. Na lápide de seu jazigo consta **Maria Mapurunga Fontenele** e omite a data do nascimento, demonstrando desconhecimento de quem os informou. Sendo o Mapurunga do marido, o mais correto era que fosse **Maria Fontenele Mapurunga** como, aliás, consta em seu inventário. Pedro Miranda afirmava que seu nome correto era **Maria Machado Fontenele**. E o Machado, de onde vem? "*Dos Machado do Piauí...*".

Maria nasceu na fazenda Lagoa do Mato, citada nos documentos antigos como "Allagoa do Matto", no lugar denominado Jacaraí de Baixo, município de Piracuruca, conforme consta do seu registro de batismo:

> "Aos dois dias do mes de fevereiro de mil oitocentos e trinta e oito na Matriz de Nossa Senhora do Carmo da Villa da Piracuruca, baptizei solenemente a Maria, filha de Gonçalo Jose Damasceno e de Dona Clara Joaquina do Rosario, moradores na Fazenda Allagoa do Matto na mesma freguesia; e lhe pus os sanctos oleos; foram padrinhos, Joaquim Fontanailles e Dona Maria da Roxa de Siqueira, esta por procuração que apresentou Dona Theodora Maria da Silva...
>
> José Monteiro de Sá Palácio = vigário" (Livro 4 - Batizados de 1838 a 1842 – fl. 30 v - Piracuruca)

A madrinha, Maria da Rocha de Cerqueira, casada com José Antônio Damasceno, era sua avó paterna, filha de Gonçalo Machado de Cerqueira e Bárbara Maria da Rocha.

O padrinho, Joaquim Fontenele, era seu tio, irmão de sua mãe.

A procuradora, Theodora Maria da Silva, na verdade, tinha o sobrenome Oliveira – Theodora Maria Oliveira (conforme consta no inventário) - e era casada com Félix Luís Gomes, moradores no Jacaraí de Baixo. Foi dona Theodora a idealizadora do sítio "**Veremos**", como será demonstrado adiante.

Quem era Maria?

1. Rocha Franco

MARIA era descendente do português **PEDRO DA ROCHA FRANCO**, natural do "*Concelho do Rio de Matinhos e nasci no lugar chamado o lugar da Igreja e Batizado na pia da mesma igreja e Matriz do Orago meu Senhor São Miguel Arcangelo...*", conforme ele próprio deixou registrado em seu testamento (in, Batista Fontenele, A Marcha do Tempo – Os Fontenele, 2.4.1). Pelo mesmo documento, se diz filho de Manoel de Maria e Maria Rodrigues. Foi trazido para o Brasil pelo padre Assenço Gago para casar com Victória Rodrigues da Câmara, essa, por voz corrente na região, filha do padre e neta do cacique índio Dom Felipe de Sousa, "*...da qual tenho onze filhos quatro machos e sete femeas...*".

Em vez de quatro machos, existem registros de cinco pois um certamente era falecido quando Pedro escreveu o testamento:

1.1. Antônio da Rocha Franco (batizado a 14 de novembro de 1717) - casou-se com Caetana Josefa Maria de Jesus e, em segundas núpcias, com Luiza Vieira. Dentre os filhos que teve com Caetana Josefa uma se chamou Ana Joaquina do Rosário. Casou-se esta com o sargento-mor Inácio de Amorim Barros, diretor dos índios de Viçosa. A origem de cada um fica esclarecida com o registro de batismo de Felicidade:

> "Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de mil setecentos e oitenta e nove annos nesta mattriz de Nossa Senhora da Assunpção da Villa Viçosa Real bautisey e pus os Sanctos Oleos a Felicidade, nascida a hu mês filha legitima do Sargento Mor Director Ignacio de Amorim Barros, e sua mulher Dona Anna Joaquina do Rosario, natural ele da cidade de Olinda, freguesia da Santa Sé; e ela natural da Granja desta Capitania; neta paterna de Luiz de Amorim Barros e sua mulher Dona Maria de Oliveira, e pela materna do Mestre de Campo Antonio da Rocha Franco e sua mulher Dona Caetana Josefa Maria de Jesus: forão padrinhos o Doutor Ouvidor Geral desta Capitania Manoel M Nunes Pinto Avelar de Barbedo, por procuração que apresentou o Reverendo Coadjutor José Sancho Lelou e Dona Maria de Meneses de Melo, por procuração que apresentou Dona Maria Paulina de Santa Anna; e para constar fiz este assento, que assignei.
>
> O Vig^no^ Bonifacio M^el^ Ant^o^ Lelou " (Viçosa – batizados – liv. 4 – fl. 149 v)

Felicidade casou-se com o tenente coronel Antônio de Caldas Ferreira, natural de Brejo de Anapurus.

1.2 - José Rodrigues da Rocha.

1.3 - Manoel Rodrigues da Rocha (batizado a 24 de dezembro de 1726).

1.4 - Pedro da Rocha Franco Filho (batizado a 27 de fevereiro de 1731).

1.5 - Guilherme (batizado em janeiro de 1745).

As sete fêmeas:

1.6 - Maria Rodrigues da Câmara - casou-se com o sargento-mor João Serqueira Campos "*...filho de Antônio Francisco da Hora e de Sebastiana de Serqueira Campos, a 1º de novembro de 1732, na Capela do Ibuassu...*". (Cron. Vol. 1 pág. 180).

1.7 - Inácia Rodrigues da Câmara - casou-se com Manoel Martins dos Santos, a 26 de julho de 1740. Moradores no Riacho de Dentro, próximo à Timbaúba.

1.8 - Clara Rodrigues da Câmara (batizada a 16 de agosto de 1725) - casou-se com Antônio Ribeiro de Morais.

1.9 - Ana Maria Rodrigues da Câmara (batizada a 3 de janeiro de 1729) - será vista adiante.

1.10 - Isabel Rodrigues da Câmara (batizada a 1º de novembro de 1732) - casou-se com José Antônio de Melo, a 23 de maio de 1751.

1.11 - Francisca Rodrigues da Câmara (batizada a 16 de outubro de 1734) - casou-se com Manoel Machado Coelho, a 7 de janeiro de 1754.

1.12 - Quitéria Rodrigues da Câmara - casou-se com Domingos Luiz.

Os dados entre parênteses foram colhidos na Cronologia Sobralense – vol. 1 - pág. 180 e 181.

2. Alvarenga/Vaz dos Santos

ANA MARIA RODRIGUES DA CÂMARA, filha de Pedro da Rocha Franco e Victória Rodrigues da Câmara, casou-se, em 30 de agosto de 1750, com o português Antônio

Ferreira Alvarenga, filho de Antônio Alvarenga e Domingas Ferreira Alvarenga, naturais de Lisboa. Ao casar-se, Ana Maria recebeu do pai, como dote de casamento, as terras da Timbaúba (onde residiam), trezentas cabeças de gado vacum, trinta bestas, dois cavalos e quatro escravos "*entre machos e femeas com trastes de casa e vestuarios tais quais o sertão permite...*". Dentre os filhos do casal, Clara e Genoveva são, ao mesmo tempo, bisavós de Maria Joaquina.

2.1. Clara Maria Rodrigues - casou-se com o português Antônio Vaz dos Santos, filho de Lourenço Vaz e Maria Fernandes, naturais de Bragança, grande proprietário e criador no Ibuaçu. Dos filhos desse casal encontrou-se dados de:

2.1.1. José - nascido em março de 1784 e batizado com um mês de vida, em 11 de abril de 1784 na matriz de Viçosa (liv. 2) tendo como padrinhos o avô, Antônio Ferreira Alvarenga, e sua irmã Inácia Ferreira de Jesus.

2.1.2. Maria Francisca dos Santos - "*nascida a dous meses e meio*" e batizada pelo padre José Sancho Lelou, em 12 de maio de 1788, na matriz de Viçosa (Liv. 4 fl. 75). Casou-se com Inácio Francisco Xavier, filho do padre José Sancho Lelou com Rosa Clemência e, portanto, neto de Antônio do Espírito Santo de Oliveira Barcelos e Inácia Maria do Nascimento.

Falecendo Maria Francisca dos Santos, Inácio casou-se, em segundas núpcias, com Maria dos Reis.

2.1.3. Francisca dos Santos Reis – casou-se com João Damasceno Fontenele, filho do francês Jean Fontenele e Umbelina Maria de Jesus, a ser discriminado no título de Fontenele.

2.1.4. ***Ana Joaquina do Rosário*** - casou-se com **Guilherme Fontenele**, também filho do francês Jean Fontenele

e Umbelina Maria de Jesus. Ana Joaquina faleceu no Ibuaçu, em 10 de janeiro de 1827, deixando dez filhos, conforme será discriminado no título de Fontenele. Uma filha desse casal, em homenagem à avó, também se chamava Clara. Casou-se esta com Gonçalo José Damasceno, filho de José Antônio Damasceno e Maria da Rocha de Cerqueira, cuja geração se verá adiante. Ana Joaquina do Rosário e Guilherme Fontenele foram avós maternos de **Maria Joaquina**.

2.1.5. Maria Antônia dos Santos - casou-se com Plácido Fontenele.

2.1.6. Antônio Vaz Júnior - em 29 de setembro de 1824, em depoimento na querela que seu tio João Álvares Passos (João Ruim) movia contra Antônio Ferreira Alvarenga, se dizia com 28 anos de idade e residir no Retiro, município de Granja.

2.2. Genoveva Rodrigues da Câmara - casou-se com João Álvares Passos - por alcunha "João Ruim" - filho do português João Vieira Passos. Genoveva e João Álvares foram os pais de José Antônio Damasceno, avô paterno de **Maria Joaquina**.

3. João Ruim

Para a região norte do Ceará emigraram dois portugueses que, coincidentemente, tinham o mesmo nome – **JOÃO VIEIRA PASSOS**. O primeiro, filho de João Vieira e Joana Pereira, foi pessoa influente na região da Caiçara. Casou-se, em 20 de abril de 1730, com dona Maria de Jesus Milanez, filha natural do capitão Luiz da Fonseca Milanez e Margarida Rabelo. Morava no sítio Tapera, onde faleceu, em 24 de novembro de 1745, deixando os filhos: Damaso, José, Joaquim Pereira Passos, Maria e Ana, esta batizada em

3 de agosto de 1738 e casada, a 24 de maio de 1752, com Inácio Machado Portela, filho de João Machado Portela e Francisca Rodrigues.

O segundo João Vieira Passos, também português e, certamente, parente próximo do primeiro, chegou à Ribeira do Coreaú por volta do ano de 1740. Sabe-se em família que o sobrenome Passos foi adotado por ser ele originário de Santa Eulália dos Passos, bispado do Porto. Pelos registros eclesiásticos, não levava vida matrimonial muito regular.

> "Aos vinte e dois dias do mês de julho de mil setecentos e sessenta e dois nesta Matriz bautizei e pus os Sanctos Oleos a José nascido aos vinte e oyto dias do mês de junho, filho de Antonio Vieira Passos natural desta Freguesia e de sua mulher Anna Maria Pereira natural do Ciará neta por parte paterna de João Vieira Passos natural de Portugal e de Joana da Costa **solteira** (grifo nosso) natural do Ciará e neto materno de Ruberto Pereira solteiro natural de Pernambuco e de Joana Pinheiro tambem solteira natural do Ciará: Forão padrinhos Leandro Mendes de Oliveira e sua mulher Maria Jose da Fonseca, moradores no Arrayal, e fregueses deste Curato, e fiz este assento em que me assigno
>
> Ignacio Gonsalves Sª
>
> Vice Cura do Acaracu" (Sobral – livro 1771 a 1774 – fl.43 v)

Dois filhos desse segundo João Vieira Passos geraram forte elo de parentesco entre as famílias que povoaram o sertão de Piracuruca:

1 - **Maria Antônia Vieira** - casou-se com José Machado de Siqueira, filho de Antônio Machado de Siqueira e Inácia Maria de Jesus, conforme se pode ver pelo registro a seguir:

"Aos vinte dias do mes de junho de mil setecentos e oitenta e nove nesta Matriz de Nossa Senhora da Assunpsão de Villa Viçosa Real bautizei com licença do Reverendo Pároco da Matriz da Piracuruca a Antonio nascido de corenta e dous dias filho legitimo de Jose Machado de Siqueira e Maria Antonia Vieira, **neto paterno de Antonio Machado de Siqueira e de Dona Ignacia Maria de Jesus e materno do Capitão Joam Vieira Passos e de Maria do Monte** (grifo nosso): Forão padrinhos Capitão Antonio Ribeiro de Moraes e sua mulher Dona Ignacia Maria de Jesus, e para constar fiz este assento que assignei.

o Vig. Bonifacio Manoel Antonio Lelou (Batizados – liv. 4 – fl. 175 v - Viçosa)"

Por este registro, comprovam-se os estreitos laços de parentesco entre os Vieira Passos e os Machado de Cerqueira/ Siqueira, laços esses que se prolongaram nas gerações seguintes, tanto na região do Coreaú quanto em Piracuruca.

2 - JOÃO ÁLVARES PASSOS - "João Ruim", como ficou conhecido no sertão de Granja, casou-se com **Genoveva Rodrigues da Câmara**, filha do português Antônio Ferreira Alvarenga e Ana Maria Rodrigues da Câmara. Foram os pais de José Antônio Damasceno, genro do Capitão Gonçalo Machado de Cerqueira.

João Álvares Passos e Genoveva, residentes na fazenda Jenipapo, distante na época oito léguas da Vila de Granja, foram bisavós paternos de Maria Joaquina porque eram avós de seu pai, Gonçalo José Damasceno. João e Genoveva tiveram os seguintes filhos:

2.1. Jacinto Álvares Passos.

2.2. Maria Álvares Passos de Jesus - conhecida no município de Granja como dona Maricá. Casou-se com Jacinto Alves Passos, de cujo matrimônio nasceram:

2.2.1. Jacinto Alves Passos Filho - casou-se com Genoveva Maria de Jesus, filha do primeiro matrimônio de Maria Marcela de Jesus.

2.2.2. Domingos Alves Passos - casou-se com Ângela Perpétua de Melo.

2.2.3. Maria Alves de Jesus - casou-se com Francisco Guilherme Rodrigues da Cunha.

2.2.4. Ana Alves da Mota - casou-se com o coronel João Romão da Mota.

2.2.5. Joaquina Maria de Jesus - casou-se com Belchior Fernandes Batista.

2.2.6. Genoveva Maria de Jesus - casou-se com Gonçalo Rodrigues Magalhães.

2.2.7. Angélica Maria de Jesus - casou-se com Antônio Honorato Fontenele.

2.2.8. Francisca Alves de Jesus - casou-se com Luís Fernandes Batista.

2.2.9. Inácia Maria de Jesus - casou-se com Francisco Fernandes Batista.

Dona Maricá faleceu no dia 19 de novembro de 1863 e foi sepultada no Ibuassu.

2.3. Francisco Álvares Passos - casado com Joana Francisca Thomasia, naturais de Viçosa e, também, residentes na fazenda Lagoa do Mato, em Piracuruca.

2.4. JOÃO ANTÔNIO VIEIRA PASSOS - casado com Ângela Maria de Jesus e morador na fazenda Lagoa do Mato, trabalhava com seu irmão José Antônio Damasceno, vaquejando o gado do capitão Gonçalo Machado de Cerqueira. Foram os pais, dentre outros, de:

2.4.1. Francisca Vieira - batizada em 22 de setembro de 1834, tendo como padrinhos seus primos Gonçalo José Damasceno e Cândida Maria de Jesus, que na época ainda eram solteiros, todos moradores na fazenda Lagoa do Mato. (livro 5 – fl. 25 v - Piracuruca).

2.4.2. Manoel - batizado em 27 de agosto de 1852.

2.4.3. José Antônio Vieira - casou-se com Cândida Hermelina de Siqueira. Residiam na Buíra Grande, município de Viçosa. José Antônio faleceu em 21 de julho de 1918 e Cândida em 11 de novembro de 1912. O inventário do casal foi realizado em Viçosa, pelo juiz Joaquim Alerano Bandeira Barros, em 17 de maio de 1919. Por esse documento, sabe-se que o casal teve os seguintes filhos:

2.4.3.1. Raimundo José Vieira - casou-se com Raimunda Ermelina de Siqueira, tendo nascido deste consórcio Francisco Vieira, Paulo Vieira e Tristão Vieira.

Tristão Vieira nasceu em 20 de setembro de 1880 e faleceu em Viçosa, na residência de seu genro, João Evangelista de Miranda, no dia 14 de julho de 1958. Foi casado duas vezes:

1ª - Com Raimunda dos Santos Vieira, filha de Antônio Jorge dos Santos e Joana Francelina dos Santos, nascida em 18 de julho de 1887 e falecida em Viçosa no dia 29 de agosto de 1922, com quem teve os filhos:

- *Francisco das Chagas* Vieira.
- *Francisco Tristão Vieira* (Toca).
- *Francisca do Carmo Vieira* (Carmina).
- *Francisco Jorge Vieira.*
- *Francisca dos Santos Vieira* (Santa) - casou-se com João Evangelista de Miranda, filho de Vicente Ferreira de

Miranda e Júlia Carneiro Mapurunga. A seguir, o registro de seu nascimento:

> "...ao primeiro dia do mes de novembro de 1909 nesta cidade de Viçosa, em meu cartório me foi presente Tristão Vieira e por elle me foi dito que hoje às três horas da manhã, nesta cidade, nasceu uma criança do sexo feminino, filha legítima dele Tristão Vieira e de sua esposa Dona Raimunda dos Santos Vieira, ele filho legítimo de Raimundo José Vieira e Dona Raimunda Ermilina de Siqueira, já falecida e ella filha legítima de Antônio Jorge dos Santos e do Dona Joana Francelina dos Santos, cuja criança se chamará Francisca..." (Fl. 19 - livro 2 - Registro 844).

- *Francisca Maria Vieira Carvalho* (Mira).
- *Francisca das Chagas Carvalho* (Nenem).
- *Francisco Raimundo Vieira* (Dicó).
- *Francisca das Graças Vieira.*

E nasceu mais um Francisco, que faleceu criança e chamavam Senhor.

2ª - Com Joaquina de Sousa Vieira, falecida em 18 de abril de 1941, deixou os filhos: José Tristão Vieira, Pedro Tristão Vieira, Maria Edite Vieira, Mariana de Sousa Vieira, Teresa de Sousa Vieira, Antônio Tristão Vieira, Raimundo Tristão Vieira, Manoel Tristão Vieira, Luiza de Sousa Vieira, Benedito Tristão Vieira e Benedita de Sousa Vieira

2.4.3.2. João Calixto de Siqueira – casou-se com Maria José Siqueira, filha de José Raimundo Pereira e Clarinda Siqueira Pereira. Clarinda Pereira era filha de Ana Quitéria e, ao que consta, esta filha do capitão Gonçalo Machado de Cerqueira com uma escrava.

João Calixto de Siqueira faleceu no lugar "Barreiros", extremando com o rio Ubari e o talhado do Sobradinho, no

município de Viçosa do Ceará, em 6 de novembro de 1932, deixando a viúva, dona Maria José, com 68 anos de idade e 10 filhos.

Dona Maria José, "*em vista de não poder fazer serviço nenhum e se achar sem saude*", passou procuração a Francisco Costa Barros para que tocasse o inventário do marido - realizado em Viçosa no dia 13 de abril de 1932. Por esse documento colheu-se a relação de seus filhos:

a) *José Nolasco Pereira* - com 47 anos de idade (em 13/4/1932), "*residente em lugar incerto e não sabido*".

b) *Maria Siqueira de Araújo* - com 44 anos de idade (em 13/04/1932), casada com Joaquim Theodoro de Araújo, residente no lugar "Volta Mofina", próxima ao Pontal do Anel, município de Parnaíba, no Estado do Piauí. São filhos desse casal: Raimundo Siqueira de Araújo, Francisco Siqueira de Araújo, João Siqueira de Araújo, José Siqueira de Araújo, Raimunda Siqueira de Araújo, Joaquim Siqueira de Araújo, Gaspar Siqueira de Araújo, Maria Siqueira de Araújo Passos (Liquinha), Benedito Siqueira de Araújo e Naíde Siqueira de Araújo.

c) *Joaquim Pereira de Siqueira* - 40 anos (em 13/04/1932) – residente em Parnaíba.

d) *Francisco Calixto de Siqueira* - 39 anos – residente no lugar Ipueiras, município de Granja.

e) *João Calixto de Siqueira Filho* - 37 anos, residente no lugar Buíra Grande, município de Viçosa, casou-se com Benedita Vieira de Siqueira, pais do empresário Clodoaldo Vieira de Siqueira.

f) *Conrado Calixto de Siqueira* - 36 anos, residente no lugar Barreiros.

g) *Manoel Calixto de Siqueira* - 37 anos, residente no lugar Barreiros.

h) *Francisca Vieira de Siqueira* - 33 anos, casada com José Vieira de Siqueira, residente no lugar Ipueiras.

i) *Maria do Livramento de Siqueira* - 31 anos, casada com Raimundo Pereira, residente no lugar Batelha, município de Viçosa.

j) *Raimunda Siqueira de Sousa* - 29 anos, casada com Sebastião Teles de Sousa, residente em Parnaíba, Piauí.

2.4.3.3. Conrado José Vieira - casou-se com Leonor Mapurunga, filha de **Maria Joaquina** e **José Carneiro da Cunha Mapurunga**. Eram, assim, Leonor e Conrado, primos em 3º grau. Desse casamento, nasceram:

a) *Maria Mapurunga Vieira* - casou-se com Tomaz Pereira.

b) *CÂNDIDA MAPURUNGA VIEIRA* - casou-se com Antônio Cardoso Sobrinho, filho de Domingos Ferreira Cavalcante e Maria Ferreira de Santana. Cândida e Antônio foram avós maternos do autor.

c) *Osina Vieira* - casou-se com Antônio Paz dos Santos, filho de Manoel Paz dos Santos e Maria Francisca dos Santos, neto do português Domingos Fulgêncio Paz dos Santos e Lina Clara dos Santos Castelo Branco.

d) *Francisca Mapurunga Vieira* - casou-se com Raimundo Paz dos Santos (Doca Paz), também filho de Manoel Paz dos Santos.

e) *Raimunda Vieira Mapurunga* - casou-se com João Vieira de Araújo.

f) *Maria Mapurunga Vieira* (Rica) - casou-se com Vicente Domingos, filho de Domingos Ferreira Cavalcante e Maria Ferreira de Santana.

Depois das seis mulheres, nasceram quatro homens:

g) *José Conrado Vieira* - casou-se com sua prima legítima Rosalina Firmina de Miranda, filha de Vicente Ferreira de Miranda e Júlia Carneiro Mapurunga.

h) *Antônio Conrado Vieira* - casou-se com Cândida Veras Vieira, filha de dona Francisca Vieira Pessoa e Raimundo Domingos Pessoa.

i) *Manoel Conrado Vieira* - casou-se com Vicência Helena de Araújo.

j) *Norberto Conrado Vieira* - casou-se com Durçulina Beviláqua (Ducinha) e, em segundas núpcias, com Júlia Ferreira de Sousa.

2.4.3.4. Antônio José Vieira - casou-se com Maria José Vieira, filha de Francisco Machado de Siqueira e Florinda Alves Siqueira. Francisco Machado de Siqueira faleceu na Buíra Grande, em 9 de agosto de 1884, e seu inventário foi realizado em Viçosa, em 3 de julho de 1888, onde se vê a relação de seus filhos:

a) *Maria José de Siqueira* - 12 anos em 3/7/1888.

b) *João Machado de Siqueira* - 9 anos - Casou-se com Florinda Tomásia de Siqueira. Seu inventário foi feito em Viçosa, em 16 de abril de 1942.

c) *Joaquim Machado* - 7 anos.

d) *Raimundo de Siqueira* - 5 anos.

2.4.3.5. José Antônio Vieira Filho - casou-se com Raimunda Vieira de Sousa.

2.4.3.6. Dona Maria Genoveva de Siqueira - nascida em 1866. Casou-se com Manoel Lopes de Araújo, residente no lugar Buíra Grande, município de Viçosa do Ceará. Manoel Lopes de Araújo faleceu no dia 4 de setembro de 1897

e seu inventário foi realizado em Viçosa do Ceará, no dia 27 de julho de 1926, relacionando os seguintes filhos:

a) *João Vieira de Araújo* - residente no lugar Pará, casado com sua prima Raimunda Vieira Mapurunga, filha de Conrado José Vieira e Leonor Mapurunga, esta filha de Maria Joaquina.

b) *Francisca Maria de Araújo* - "*residente no Estado do Piauí em lugar incerto e não sabido*".

c) *Antônio Vieira de Araújo* - residente no lugar Santa Rosa, município de Parnaíba.

d) *Cândida Maria de Araújo* - solteira, com 25 anos de idade (em 1926), residente no lugar Santa Rosa.

e) *Sebastião Vieira de Araújo* - também residente no lugar Santa Rosa.

2.4.3.7. Dona Jacintha Vicença Vieira.

2.4.3.8. Dona Francisca Vieira Pessoa - casou-se com Raimundo Domingos Pessoa, pais de Florinda Vieira Veras esposa de José Francisco de Miranda.

2.4.3.9. Dona Florinda Vieira Veras - casou-se com Antônio Domingues Veras.

2.4.4. João Vieira Passos - Registro de casamento, datado de 8 de julho de 1860 (liv. 4 – fl. 136 – Piracuruca), esclarece que João Antônio Vieira Passos fora casado, anteriormente, com Clara Maria Monteiro. Nessa data, um filho do casal, de nome igual, João Vieira Passos, contraiu matrimônio com Ângela Maria da Conceição, filha de Francisco Barcelos de Cerqueira e Maria Isabel da Encarnação.

No testamento público que deixou, Antônio Honório Passos, falecido em Viçosa em 15 de junho de 1951, afirma ser filho legítimo de João Vieira Passos e dona Francisca Maria Passos e ter nascido no lugar Boa Vista, conhecido por

Malhadinha, no município de Granja, em 24 de abril de 1871. Provavelmente, trata-se desse segundo João Vieira Passos de quem estamos falando.

Esse testamento foi apresentado em Viçosa, em 19 de novembro de 1951, pelo seu filho, monsenhor Olavo Passos, na época Vigário Geral da Diocese de Sobral. Por esse documento, sabe-se que Antônio Honório Passos foi casado duas vezes:

a) *Com Francisca Olgarina Passos* (falecida em 19/10/1935) - filha de dona Maria do Carmo, em Viçosa, em 6 de janeiro de 1894. Desse casamento nasceram:

- *Mário Passos* - morador no Rio de Janeiro.
- *Monsenhor Olavo Passos.*
- *Honorina Passos.*
- *Alaíde Passos de Pinho Pessoa* - casou-se com Justo de Pinho Pessoa.
- *Antônio Honório Passos Filho* - casou-se com Maria Ceci de Carvalho.
- *Diva Passos Correia* - casou-se com Dr. Jaime Correia (médico em Camocim).
- *Marieta Passos Silva* - casou-se com José Maia da Silva – moradores em Parnaíba.
- *Caio Passos* - casou-se com Edisse Fontenele, filha de Alfredo Fontenele e Raimunda Castro Fontenele.

b) *Com Maria Fontenele Aragão Passos* - filha de Manoel do Nascimento Aragão e Ana Fontenele Aragão, no Curral Grande, município de Granja, em 20 de novembro de 1937 (7 08 1941 no civil). Desse casamento ficaram dois filhos:

- *Maria Salete Aragão Passos* - nascida em 15 de novembro de 1938, casou-se com Edson Urano de Carvalho.

• *Rubens Aragão Passos* - nascido em 1º de setembro de 1940.

2.5. JOSÉ ANTÔNIO DAMASCENO - filho de João Álvares Passos (João Ruim) e Genoveva Rodrigues da Câmara, nasceu em 1788 no lugar Pedras de Fogo, município de Granja, e casou-se, a 8 de novembro de 1812, com Maria Machado de Cerqueira, filha do capitão Gonçalo Machado de Cerqueira, conforme se constata no registro de seu casamento, ocorrido em Piracuruca e transcrito fielmente do livro de casamentos dos anos de 1774 a 1814 daquela freguesia, folha 216:

> "Aos oito dias do mes de novembro de mil oitocentos e doze em uma desobriga na Fazenda da Chapada do Rosario desta freguesia de Nossa Senhora do Carmo da Villa de Piracuruca feitas as denunciasoins como determina o Concilio Tridentino sem encontrar impedimento algum estando presente por testemunha Jacinto Alvares Passos morador na freguesia de Granja, e Jose Alvares morador desta freguesia da Piracuruca em minha presença se receberam por palavras de presente Jose Antonio Damasceno natural da freguesia de Villa Viçosa Real Bispado de Pernambuco filho, digo, e morador na mesma freguesia filho do Capitão Mor João Alvares Passos e Genoveva Rodrigues da Camara com Maria da Rocha de Silqueira natural e moradora nesta freguesia da Piracuruca a mesma filha de Gonçalo Machado de Silqueira e sua mulher Barbara Maria da Rocha. Logo receberão aos bençãos solenemente como determina o rictual romano. Para constar fiz este assento por mim assinado
>
> O Coadjutor José Domingos Menezes".

O livro 1 de casamentos da freguesia de Piracuruca, abrangendo o período de 1774 a 1814, já nesse último ano encontrava-se tão maltratado que recebeu o seguinte despacho:

> "Certifico que não finalizo este livro de assentos de casamentos por axarse (sic) inutilizado para escrever por estar comido das

traças...para tanto risco as demais folhas e faço o presente Termo – Piracuruca 19 de março de 1814.

O Coadjutor José Domingues Meneses".

Estranhas coincidências aliaram-se para suprimir **José Antônio Damasceno** da história e substituí-lo por João Damasceno Fontenele, este filho do francês Jean Fontenele e Umbelina Maria de Jesus, chegando mesmo a fazer com que alguns genealogistas duvidassem de sua existência. Tais coincidências foram:

a) o Damasceno que os dois carregavam como sobrenome e que não gerava relação de parentesco.

b) João Damasceno também morou em Piracuruca, onde se projetou na sede da Vila graças ao prestígio de seu compadre Pedro de Britto-Passos. Seu filho, coronel João Martiniano Fontenele, casou-se com Zeferina, filha de Pedro de Britto e, graças a essa relação de amizade, transferiu-se com toda a família para a terra dos irmãos Dantas.

c) o sobrenome Fontenele que muitos dos netos de José Antônio Damasceno adotaram.

d) os dois nasceram no mesmo ano de 1788.

e) tanto José Antônio Damasceno como João Damasceno Fontenele faleceram em Piracuruca, coincidentemente, no mês de junho de 1874. José Antônio dia quatro e João Damasceno dia cinco daquele mês e ano. Os registros de óbito dos dois estão grafados na mesma folha (109) do livro de registro de óbitos nº 4, em Piracuruca.

O restabelecimento da origem e posição de José Antônio Damasceno foi possível a partir da localização de um documento avulso em que o mesmo fazia a venda de um escravo pertencente aos órfãos da Lagoa do Mato. Ali ficava claro ser ele avô e tutor das crianças, dentre elas **Maria Joaquina**.

JOÃO ÁLVARES PASSOS, pai de José Antônio Damasceno, em razão de seu temperamento explosivo e violento, ficou conhecido no município de Granja como **João Ruim**. Mesmo no meio da família já havia um clima de discórdia porque, em 6 de novembro de 1824, através de processo judicial - registrado no livro 1097, período de 1823 a 1828, "*Autos de Querelas do 1º Escrivão da Correição da Comarca do Ceará*"- fl. 28 e segs. - acusou formalmente a seu cunhado Antônio Ferreira Alvarenga, a seu sobrinho José Ferreira Alvarenga e a um genro de Antônio Alvarenga, todos moradores na Timbaúba, de terem lhe furtado um boi e uma vaca. Evidências e testemunhas é verdade que apresentou, mas não deixou de criar um clima de constrangimento.

Após falecer sua mulher, Genoveva Rodrigues da Câmara, casou-se com Maria Marcella de Jesus, viúva de Izaquiel Pereira Barros, de quem se separou tempos depois para viver com uma amásia em sua fazenda Jenipapo. A segunda família sentiu o drama da separação, principalmente porque João Álvares não cuidou do sustento dos filhos, como era obrigação de um homem direito.

Pelo que se pode verificar na documentação existente, "João Ruim" desorganizou-se financeiramente e ficou endividado junto a credores de peso; dentre eles, Manoel Caetano Gouveia, importante comerciante de Granja e morador em Fortaleza. Além das compras de fazendas (tecidos) que não pagou a esse comerciante, ainda apropriou-se do resultado de cobranças de títulos de crédito que assumira a incumbência de levantar junto a vários de seus clientes, razão porque foi processado.

Vendo as necessidades que sua mãe passava, o filho mais velho do segundo casamento, também chamado João Álvares Passos, homem novo mas já casado e pai de duas crianças, andou divulgando que iria ao Jenipapo para receber

do pai os recursos que ele negava ao sustento da mãe e de seus irmãos menores.

Entrincheirado como um jagunço, no dia 9 de abril de 1845, "João Ruim" viu o filho chegando ao pátio da fazenda Jenipapo mas não o deixou falar. Com um tiro certeiro de bacamarte, prostrou-o do cavalo abaixo. Vendo, no entanto, que o rapaz caído no chão ainda não estava morto, juntamente com dois sequazes, passaram a desferir-lhe pancadas por todo o corpo. Mesmo caído e agonizante, o rapaz conseguiu sacar de um punhal e, num último sopro de vida, trespassou o corpo do pai, tombando os dois - mortos - envolvidos na mesma poça do sangue que os ligava geneticamente.

Essa tragédia que abalou o sertão - e durante muito tempo movimentou as conversas na família - ficou documentada num ofício que a Câmara de Granja enviou para o Presidente da Província:

"Nº 25 Data 11 de Abril

Nº 23-10-45

Ilmo Exmo Sr.

Levamos ao conhecimento de V Exca. o acontecimento desastroso que acaba de acontecer no município desta Villa: No dia 9 do corrente mês João Alvares Passos tentou matar um filho atirando-lhe primeiramente com um bacamarte, e como logo não morresse lansando-se a elle furiozo o maltratou igualmente com dous sequazes, o filho lansando-se ao pay com uma facca o traspassou, o qual logo expirou, e o filho sipôe-se tão bem já morto.

João Alvares Passos era o 2º substituo do Juiz Municipal, e a mais de ano sendo processado estava suspenso com o que padicião as partes visto o primeiro substituto tão bem axarse processado no mesmo tempo; e os dous ultimos que morão distante da Villa

já mais sugeitar vir para ella, servindo continuadamente de juiz, quando occorre impedimento dos dous, os Vereadores da Camara, pelo que requisitamos a V Exca providencias em tal cazo.

Deos guarde V Exca p muitos annos

Passo da Camara Municipal da Villa de Granja em sessão de 11 de abril de 1845.

Ilmo e Exmo Sr

Coronel Ignacio Correa de Vasconcelos

Pres e Comte da Armas da Provincia

Thomaz Antonio Pessoa D'Andrade

Estevão Vicente da Fonseca

Inocenco Gomes Coutinho

José Damasceno Cavalcante

Porfirio de Andrade Fontanelles

José dos Anjos Vieira de Amorim"

(Cf. APC – Granja – Maço 40 – 1829 a 1870 – Ala 20 – Caixa 43)

Não obstante ser separada de João Álvares já há alguns anos antes dele falecer, ficou Maria Marcella condenada pela justiça de Granja a pagar metade da dívida junto a Caetano Gouveia e outras que apareceram; inclusive rendimentos do sítio Cujá, reclamados por Inácio da Costa Vidal.

Para tentar refazer a vida, retornara para Piracuruca, onde habitavam muitos de seus parentes e filhos do primeiro casamento, trazendo em seu encalço os credores do ex-marido, endividado e já finado João Álvares, apoiados no comprido braço da lei. Quando morreu, em 1º de fevereiro de 1852, os poucos bens de que dispunha mal deram para saudar as citadas dívidas e despesas do próprio funeral, no valor de trinta e cinco mil réis, pleiteados pelo padre Joaquim Benvenuto

Magalhães. O total das dívidas, incluindo o funeral, importou em 881$692 réis.

Maria Marcella fora casada, em primeiras núpcias, com Izaquiel Pereira Barros, filho de Mathias Pereira Barros e neto do português Antônio Pereira Barros, antigo proprietário por Carta de Data e Sesmaria das terras do Jacaraí de Baixo, termo de Piracuruca.

Dentre os filhos que Antônio Pereira Barros deixou no sertão de Piracuruca, uma se chamou Luciana Pereira Barros, mulher do capitão Manoel Ferreira Pinto Brandão, morador na fazenda da Chapada – "chapada do Brandão".

Do casamento de Maria Marcella com Izaquiel Pereira Barros ficaram os seguintes filhos:

1 - Francisco José Pereira - casou-se em 30 de setembro de 1821, na Matriz de Piracuruca, com Sotéria Maria de Jesus, filha de Felipe Luís Gomes e Violante Pereira Barros, moradores no Jacaraí de Baixo.

2 - Miguel Pereira Barros.

3 - Antônio Pereira Barros - casou-se com Vitorina Maria Lucinda e, por morte dela, com Maria Rodrigues dos Santos.

4 - Mathias Pereira Barros - casou-se, em 1º de outubro de 1827, com Zeferina Teixeira de Sampaio, filha de Antônio Rodrigues de Carvalho e Ana Teixeira de Sampaio. Faleceu em 6 de agosto de 1843.

5 - Inocência Maria da Guia.

Do casamento de Maria Marcella com João Álvares Passos nasceram:

1 - Maria Alves Ferreira - casada com José Domingues Ferreira.

2 - Genoveva Alves de Jesus - casada com Jacinto Álvares Passos Filho.

3 - João Álvares Passos Júnior - morto pelo próprio pai, em 9 de abril de 1845, deixando os filhos João e Isabel.

4. O Capitão Gonçalo Machado

A grafia do nome Cerqueira varia em muitos documentos. Nos registros eclesiásticos mais antigos, consta como Silqueira. Nas Cartas de Data e Sesmaria aparece Sirqueira. Dependendo do escrivão, para a mesma pessoa, pode aparecer como Silqueira, Sirqueira, Serqueira com S ou Cerqueira com C. É palavra de origem latina: *QUERCUS, us – carvalho (árvore consagrada a Júpiter); coroa de carvalho* (cf. H. Koehler, S.J. Pequeno Dicionário Escolar Latino – Português – Editora Globo - 14ª ed. 1960 – Porto Alegre R.G. do Sul). No norte do Piauí, Cerqueira e Carvalho são famílias cujos representantes estavam ligados por estreitos laços de parentesco.

Antiga família de Portugal, é dada por Felgueiras Gayo como tendo sido iniciada em João Nunes Cerqueira, primeira pessoa que teria utilizado este sobrenome, Senhor da Torre de Campos (Solar), na freguesia de Nossa Senhora do Vale, termo dos Arcos, Portugal. O Dicionário das Famílias Brasileiras demonstra, no entanto, que o fundador dessa família pode ter sido Gonçalo Pires de Cerqueira (Sanches Baena, II, 46). Pela mesma fonte, no dia 5 de maio de 1586, Pedro Gomes Cerqueira teria conseguido o Brasão de Armas que é um escudo em campo vermelho, um leão de ouro armado e compassado de azul com uma coleira vermelha guarnecida de ouro (Sanches Baena, II, 46).

No norte do Piauí, o mais importante representante dessa família foi o lendário capitão **GONÇALO MACHADO DE CERQUEIRA**, proprietário de imenso patrimônio composto de terras e muito gado. Foi ele bisavô de **Maria Joaquina** porque era pai de Maria da Rocha de Cerqueira, mulher de José Antônio Damasceno, filho de "João Ruim". Sua condição de homem rico é comumente confundida com a situação de seu genro, Pedro de Britto Passos, fazendeiro detentor de grande fortuna pessoal e, certamente, um dos homens mais ricos que a província do Piauí conheceu. Analisados os arrolamentos de bens de inventários no norte do Piauí, no período de 1763 a 1878, somente Domingos Dias da Silva e seu filho, coronel Simplício Dias da Silva, superaram a fortuna pessoal de Pedro de Britto Passos.

Sobre a riqueza de Gonçalo Machado de Cerqueira, até o saudoso Jureni Machado Bitencourt acreditava que "*...mandou para Oeiras, partindo de sua fazenda Valentim, em Piracuruca, uma tropa de burros carregados com surrões cheios de moedas de ouro. A vultosa quantia foi remetida debaixo de escolta militar pois se destinava ao Tesouro do Governo, na condição de empréstimo*". (Apontamentos Históricos da Piracuruca – pág. 87).

Corre a lenda que teria levado para a chapada um carregamento de moedas de ouro para ser enterrado. Escolhido o local, ordenou aos dois escravos que o acompanhavam no serviço fizessem três buracos. No primeiro, colocaram os surrões com as moedas. Nos outros dois, após matá-los, sepultou-os para que não viessem depois roubar a botija. Ele próprio, posteriormente, não mais encontraria o local, ficando o tal tesouro perdido, para sempre, em algum lugar da chapada. Foram muitos, após sua morte, que cavoucaram os supostos lugares sem encontrar nenhum vestígio.

Muita lenda e pouca consistência documental. Praticamente todo o ouro em poder das famílias, constante nos inventários, era trabalhado em jóias e nem Simplício Dias da Silva, este sim um homem riquíssimo, possuía moedas desse metal que enchessem um único surrão. Isto pode ser confirmado em seu inventário atualmente no Arquivo Público do Piauí, em Teresina.

Em tradição oral, circula a versão popular de que Gonçalo, rigoroso, autoritário e possuidor de um arraigado sentimento racista, deixou descendentes com suas escravas, embora só se possa afirmar com segurança após encontrar seu testamento.

Gonçalo era possuidor de um imenso latifúndio que se estendia pelo território dos atuais municípios de Parnaíba, Piracuruca, S. José do Divino, Batalha, Esperantina, Cocal, Caraúbas, Buriti dos Lopes e Caxingó. Somente por Carta de Data e Sesmaria, foram-lhe entregues 12 léguas quadradas de terra ou, aproximadamente, 52.000 hectares. É certo, no entanto, que possuía pelo menos o dobro disto. Não fosse pela documentação existente, na qual se apóia a afirmação, poderia parecer exagero. Contribuíram para aumentar o tamanho das propriedades a imprecisa medição em léguas e o arco de abrangência dos limites e confrontações das terras devolutas, gerando a incrível situação de serem demarcadas, posteriormente, até quatro datas dentro do território definido apenas para uma.

Do meio das terras constantes na Carta de Data e Sesmaria da Gameleira, pertencente a Gonçalo, contendo três léguas quadradas, por exemplo, foram retiradas, posteriormente, além da própria Gameleira, as datas Tabuleiro Grande, Contendas e Cadoz - todas com igual tamanho de três léguas por uma.

Foram quatro as Cartas de Data e Sesmaria conseguidas oficialmente por ele. Desses documentos, extensos em demasia, transcreve-se integral e fielmente, apenas o primeiro:

> "Registo de uma Carta de Data e Sesmaria passada a Gonçalo Machado de Sirqueira de três legoas de terra de comprido por uma de largo em o Termo da Villa da Parnahyba desta Capitania.
>
> Balthasar de Sousa Botelho de Vasconcellos fidalgo cavalleiro da Casa Real Comendador da Ordem de Christo, Coronel Governador da Capitania de São José do Piauhy, nomeado para a do Espirito Santo, tudo por sua Magestade Fidelissima, que Deos guarde, declara faço saber aos que esta Carta de Data, e Sesmaria virem: Que representando me Gonçalo Machado de Sirqueira, morador no Termo da Villa da Parnahyba desta Capitania que elle he possuidor de uma fazenda situada com gados vaccuns, e cavalares no mesmo Termo, amais digo há mais de cincoenta annos, por si e seus antepassados por compra que della fizeram com três legoas de comprido, e uma de largo, pegando da cerca de pedra do Riacho da Taboca acima para a parte do nascente a extremar com a Fazenda Santo Hilario adiante dos dous olhos dágua quatrocentas braças, e a sua largura de norte a sul; e que como precisava de hum justo titulo, para poder desfruta-la, e demarca-la na forma das Reaes Ordens, vem pedir por Data, e Sesmaria o terreno assinalado com todas as sua Matas, Campos, Veredas, Olhos Dágua, Serras Cobertas e Descobertas, podendo fazer pião onde melhor convier no tempo da demarcação, e do comprimento da largura, e desta aquelle: Attendendo ao seo requerimento, e ao que sobre elle informou o Ouvidor Interino da Comarca Juiz dos Feitos da Real Coroa, e Fazenda depois de ouvir o Procurador da mesma e mandar proceder as diligencias do estilo, em que foi igualmente ouvida a Camara do competente Districto sem occorrer oposição alguma, assim como por ser util a sobredita Real Fazenda a cultura das terras: Por todos estes respeitos: Hey por bem conceder em nome de Sua Magestade ao suplicante três legoas de terra de comprido, e uma de largo no lugar que pede e na forma requerida sem prejuizo de terceiros com as condiçoens

das Reaes Ordens, sem pensão nem tributo algum mais do que o Dizimo a Deos Nosso Senhor dos fructos que nelles tiver, ou lavrar ficando com a obrigação rigoroza de mandar confirmar esta Carta por Sua Magestade dentro de dous annos primeiros seguintes demarcando antes as ditas terras na conformidade do Regio Alvará de vinte e cinco de Janeiro de mil oitocentos e nove, sendo outrossim obrigado a cultivar sempre a dita Sesmaria e a conservar os Tapinhoans, e Perobas, não os cortando para fins diversos do da construcção das Naus Reaes, e cuidando da plantação delles nos lugares em que já florecerão ou mais proprios forem, reservando tambem os Paos Reaes, e cuidando da plantação delles nos lugares em que já florecerão, ou mais proprios forem, e fazendo e consertando com pontes, e estivas onde necessario for, os caminhos publicos e particulares que sera obrigado a dar por esta Data, a qual não compreenderá minas, ou vieiros de qualquer metal que se descobrir, e não passará a dominio de pessoa Eclesiastica, ou Religião, e caso passe será com o encargo de pagar Dizimos, ou outro qualquer que Sua Magestade lhe impuser de novo com declaração, que se nella o mesmo Augusto Senhor criar alguma villa ficará esta livre, e sem encargo algum para o Sesmeiro; assim como havendo rio caudaloso que necessite de barca para se atravessar, ficará de uma de suas margens a terra que for sufficiente para a comodidade publica, e faltando a qualquer das ditas clausulas, por serem conforme as Reaes Ordens, e ao mais que dispoem a Ley, e Foral das Sesmarias, ficará privado desta. Pelo que mando ao Curador Juiz dos feitos da Real Coroa, e Fazenda, mais Ministtros, e Pessoas, a que tocar, que na forma referida, e com as condiçoens expressadas deixem ter as tais terras ao mencionado Gonçalo Machado de Sirqueira, como cousa sua propria para si, e seos herdeiros ascendentes e descendentes, e que assim tambem cumprão, guardem, fação cumprir e guardar esta Carta de Data, e Sesmaria tão inteiramente como nella se contem, que se registrará onde tocar a qual lhe mandei passar por mim assignada e sellada com o Signete das minhas armas. Dada em a cidade de Oeiras do Piauhy aos dezessete dias do mes de março do Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus

> Christo de mil oitocentos, e dezenove. Francisco de Sousa Mendes Secretario do Governo a fez = Balthasar de Sousa Botelho de Vasconcellos = estava o Sello das Armas = Carta de Data e Sesmaria porque Vossa Senhoria há por bem conceder em nome de Sua Magestade a Gonçalo Machado de Sirqueira três legoas de terra de comprido e huma de largura em o Termo da Villa da Parnahyba desta Capitania, pegando da cerca de pedra, Riacho da Taboca acima para a parte do nascente a extremar com a Fazenda de Santo Hilario adiante dos dous olhos dágua quatrocentas braças, e a largura de norte a sul na forma que puder, e com as clausulas das Reaes Ordens, como acima se declara = Para Vossa Senhoria ver = Por despacho de Sua Senhoria de dezesseis de março de mil oitocentos e dezenove = resta vinte e dous mil reis = numero quatrocentos e oitenta e seis = pagou mil e seiscentos reis de sello. Oeiras dezessete de março de mil oitocentos e dezenove = Campos = Lima = Registrada as folhas cincoenta e sete verso do Livro Quarto de Datas e Sesmarias. Oeiras do Piauhy Secretaria do Governo dezessete de março de mil oitocentos e dezenove = Francisco de Sousa Mendes." (Arquivo Público do Piauí - Datas e Sesmarias período de 1819 a 1823 - fl. 30 e segs.).

A segunda Carta de Data e Sesmaria, também passada na cidade de Oeiras, em 17 de março de 1819, concedia a Gonçalo as terras "*pegando da Fazenda Gameleira correndo o Rio Jacarahy acima em rumo direto até as testadas da Fazenda Carnaubal na ladeira chamada Pao de Alho para a parte do nascente...*". (Arquivo Público do Piauí - Datas e Sesmaria - Livro 4 - fl. 59).

A terceira carta, como as demais, passada pela mesma autoridade, em 18 de março de 1819, outorga-lhe a posse das terras margeando o rio Jacaraí identificadas como "*uma Fazenda situada com gados vaccuns e cavalares no Termo da dita Villa, há mais de cincoenta annos, por si e seus antepassados, por compra que della fizerão com três legoas de comprido, e huma de largo principiando do marco do Jacarahy de Cima no lugar*

chamado Cerca de Pedra correndo para o nascente pelo Rio do Jacarahy rumo direito da Fazenda Gameleira...". (Arquivo Público do Piauí - Datas e Sesmaria - livro 4 fl. 64).

Era Gonçalo, portanto, o dono exclusivo das terras que margeavam o rio Jacaraí, principiando dos pés de serra onde, posteriormente, Pedro de Britto situou a fazenda Chafariz, descendo rumo sul em busca do Jacaraí de Baixo, numa extensão aproximada de dez léguas em linha reta.

A data Jacaraí de Baixo teve como primeiro proprietário Antônio Pereira Barros, que recebeu a titulação daquelas terras em 2 de janeiro de 1747, ano em que Gonçalo nem nascido era. Os limites dessa concessão estendiam-se pelo rio Jacaraí "*fazendo estremas para o Nascente com o Jacarehy de Cima e do Poente com a fazenda chamada São José. Para o norte com a do Rosário, e do Sul com o Retiro Velho de Piracuruca...*". Retalhadas nos inventários pelos sucessivos herdeiros, muitas partes de terra dessa propriedade foram parar por compra nas mãos de Gonçalo e, como visto, confirmadas através de novas Cartas de Data e Sesmaria.

A quarta concessão contém informações ainda mais importantes do que as precedentes porquanto define, com precisão, o local de morada do velho sesmeiro como sendo a fazenda "Chapada do Rosário".

> "...Faço saber aos que esta Carta de Data e Sesmaria virem que representando-me Gonçalo Machado de Sirqueira, morador do Termo da Villa da Parnahyba desta Capitania, que elle hé **possuidor de um Sitio, onde mora, intitulado Chapada do Rosario**, (grifo nosso) povoado com gados vaccuns e cavalares no Termo da dita Villa, o qual lhe veio por compra feita aos antigos possuidores, e se acha cultivado com roças de toda qualidade de legumes e algodoens; e que como precisa de um justo titulo para poder desfruta-la e demarca-la, me pedia que

> lhe concedesse por Data, e Sesmaria o terreno do dito sitio com três legoas de comprido, e huma de largo, principiando das extremas da Fazenda do Carpina de nascente a poente a extremar com a Fazenda São Francisco no comprimento e correndo de norte a sul a largura ficando incluidas todas as sua Matas, Veredas, Olhos Dágua, serra Cobertas e Descobertas que nas mesmas terras se acharem...etc...Dada e passada nesta Cidade de Oeiras do Piauhy aos dezoito dias do mes de março de mil oitocentos e dezenove ". (Arquivo Público do Piauí - Datas e Sesmaria - Livro 4° fl. 61).

Dentre os bens arrolados pelo capitão Domingos Machado de Cerqueira, filho de Gonçalo, para o inventário de sua mulher, dona Quitéria Rita de Jesus, em 10 de maio de 1855, consta ser ele o possuidor da velha *"Fazenda do Rosário situada no termo desta cidade da Parnaíba...."* onde havia *"uma morada de casa de taipa coberta de telha....que sendo vista e examinada pelos avaliadores lhe deram quarenta mil réis que sae a margem..."*.

Foi ali, naquela velha casa de taipa, que se realizou o casamento de Maria da Rocha de Cerqueira, filha de Gonçalo Machado e Bárbara Maria, com José Antônio Damasceno, bisavós paternos de Maria Joaquina, ocorrido em 8 de novembro de 1812, conforme transcrito anteriormente. Foi ali também, na dita fazenda da Chapada, que casou-se Pedro de Britto Passos com Ana Maria de Cerqueira, em 1815.

Com tanta terra, é possível que o capitão Gonçalo tenha morado em outros locais situados dentro de suas propriedades. O registro de óbito de um filho seu, chamado João, ocorrido em 15 de julho de 1800 (liv. 2 – fl. 18) afirma que era ele morador no Jacaraí de Baixo.

Informação escrita pelo coronel Luiz de Britto Melo, bisneto de Gonçalo, afirma: *Em 1815, Pedro de Britto casou*

com Ana Maria de Cerqueira, filha do abastado fazendeiro Gonçalo Machado de Cerqueira, residente na fazenda Valentim...".

O registro de batismo de sua neta Bárbara, filha de Eustáquio Machado, realizado na fazenda Chafariz, em 20 de agosto de 1829, atesta que ele, de fato, morava na fazenda do Valentim. Convém lembrar, no entanto, que todas as terras limítrofes do Rosário – Deserto, Tinguis, Santa Rosa, Carpina, Canafístula, Caraúbas, o próprio Valentim, Mucambo, e toda a extensão da chapada em direção ao rio Jacaraí – pertenciam a Gonçalo.

O mais provável é que a fazenda do Rosário fosse o local preferido de morada em razão da maior facilidade de chuvas naquele trecho de sertão. É certo, no entanto, que a fazenda Valentim era administrada separadamente. Diversas posses dela são citadas nos bens de seus herdeiros, inclusive do citado capitão Domingos Machado de Cerqueira.

Em uma carta precatória encaminhada ao Juiz de Parnaíba, constante no citado inventário de sua mulher, Domingos Machado relacionou "*uma posse de vinte e cinco mil réis que tocou ao suplicante por morte de seu pai...*" situada na fazenda Valentim.

A maior parte dessa fazenda, no entanto, por morte de Gonçalo, passou a pertencer a Manoel Machado Baldoino, conforme consta na relação de bens constantes em seu inventário, realizado em Piracuruca, em 20 de agosto de 1879.

Apesar de ter sido sede de fazenda de um dos homens mais ricos do Piauí no século XIX, curiosamente o Rosário, distante apenas 20 quilômetros da "Volta da Jurema", perdeu sua condição de crescimento para Caraúbas, hoje sede de município. Lentamente, no entanto, o progresso está vindo.

A capela está bem cuidada, a energia elétrica já chegou e o cemitério "Jardim da Paz" ostenta seus centenários túmulos muito bem conservados.

Ao longo desse vasto latifúndio, Gonçalo situou seus herdeiros. No extremo oeste da propriedade, no local posteriormente denominado Chafariz, situou Pedro de Britto Passos, casado com sua filha Ana Maria. Um pouco abaixo, na fazenda Gameleira, Alexandre. Na fazenda Tibalde, Davi. No Jacaraí de Cima, na fazenda denominada Tapera, Eustáquio. Na fazenda Poções, Raimundo. Nos Tinguis, Domingos Machado. No extremo leste, no Jacaraí de Baixo, na fazenda **Lagoa do Mato**, José Antônio Damasceno, casado com Maria, sua filha mais velha.

É compreensível que seja considerado pelo padre Sá Palácio como morador em Parnaíba porque ao falecer, em 1834, sua residência, na fazenda Chapada do Rosário, se encontrava localizada dentro da área geográfica abrangida pela freguesia da Vila de São João da Parnaíba. Mas foi em Piracuruca, onde está sepultado na Matriz, que passou seus últimos dias de vida, tentando curar-se de uma gangrena que se instalara em sua perna.

5 . Cerqueira, Sirqueira, Silqueira e Siqueira

Representantes da família **CERQUEIRA, SIRQUEIRA OU SILQUEIRA** já estavam radicados nas terras do norte do Ceará e Piauí, desde a primeira década do século XVIII, atraídos pela atividade de criação de gado. Como já visto anteriormente, Gabriel Machado de Silqueira, "*morador na sua fazenda das Juremas, que vive de criar seus gados*", nascido em Portugal no ano de

1697, foi um dos primeiros vaqueiros do padre Assenço Gago tendo, nessa atividade, trabalhado por 12 anos na fazenda Tiaia.

O mais antigo representante dessa família a se fixar dentro dos limites do território abrangido pela freguesia de Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca – comprovado na documentação que se analisou - foi Jacinto Botelho de Cerqueira, que para ali se deslocara, com vários outros familiares, na condição de criador de gado.

Jacinto faleceu em 26 de fevereiro de 1763 e seu inventário, realizado na Vila de São João da Parnaíba, em 18 de julho do mesmo ano, demonstra que foi ele o primeiro proprietário do "Sítio Brejinho de Sam Lazaro". Casou-se duas vezes, sendo a primeira com Luíza da Rocha, com quem teve duas filhas:

a) *Teresa da Rocha de Cerqueira* - com 25 anos de idade na época do inventário, casada com Lázaro Lopes, e

b) *Maria da Rocha de Cerqueira* - de 20 anos (nascida em 1743), casada com Constantino Gomes de Freitas, moradores na fazenda Poções. Desse casal foi possível encontrar registro dos seguintes filhos:

- *Apolônia Maria da Rocha de Cerqueira* - casou-se, em 24 de agosto de 1788, com Victoriano da Silva, filho legítimo de Francisco Xavier da Silva e Bernarda Maria da Silva (liv. 1 fl. 89).
- *Isabel Maria da Rocha* – casou-se, em 29 de janeiro de 1792, na capela de São Gonçalo da Batalha, com Gonçalo de Sá e Silva, filho legítimo de Francisco de Sá e Silva e de Theresa Maria de Jesus (liv. 1 fl. 122 v).
- *Aniceto*, batizado em 19 de abril de 1767, no Sítio da Baixa, tendo como padrinhos Francisco de Sousa Castro, solteiro, e dona Maria Eugênia de Mesquita, casada com

o capitão-mor Antônio Carvalho de Almeida, moradores na fazenda Vitória.

- Consideramos que **Bárbara Maria da Rocha**, esposa de **Gonçalo Machado de Cerqueira**, fosse filha desse casal. Até porque, o primeiro dos filhos de Gonçalo também se chamou **Maria da Rocha de Cerqueira,** certamente em homenagem à avó. No xerém de letras em que se transformaram muitas páginas do livro de óbitos da Matriz de Piracuruca, não foi possível descobrir o ano de sua morte. Até 20 de junho de 1820, no casamento de seu sobrinho Joaquim Machado de Cerqueira, Gonçalo assiste como testemunha na condição de casado. O registro de batizado de sua neta, também chamada Bárbara, filha de Eustáquio Machado, ocorrido em 20 de agosto de 1829, diz que naquela data a avó já era falecida. Teria, portanto, a esposa de Gonçalo Machado falecido numa data imprecisa, situada entre 1820 e 1829.

Do segundo casamento de Jacinto Botelho de Cerqueira, com Isabel Maria de Oliveira, viúva e inventariante, ficaram três filhos:

a) *Miguel Botelho de Siqueira* - com 6 anos de idade em 1763. Casou-se com Ana de Santa Ana. Uma filha do casal, chamada Francisca Rosa, casou-se, em 13 de julho de 1824, com Geraldo José do Rego, filho de José de Barros e Antônia de Melo (l 3 – fl. 73 v).

b) *Jacinta* - da idade de 5 anos (reportando-se a 26/02/1763), e

c) *Florência* - com 2 anos de idade (em 26/02/1763).

> "Aos dezoito dias do mês de julho de mil setecentos e sessenta e três annos neste Citio chamado Brejinho districto da Freguesia da Villa de São João da Paranayba, Capitania de Sam José do Piauhy, em casa de morada da Viuva Isabel Maria onde se achava o Juiz

> Ordinario, orphãos, o Capitam Francisco Freire dos Reis, e onde eu Escrivam ao diante nomeado, fui vindo e sendo ahy, pello dito Juiz de Orphãos, me foram dados estes autos, com o seu despacho rettro nelle posto...eu Manoel Henrique dos Santos".

Um irmão de Jacinto, chamado Diogo Botelho de Siqueira, casado com Bibiana Fernandes, residia na fazenda das Inhumas. São filhos do casal:

- *Agapito* - batizado em 31 de maio de 1765.
- *Clemência* - batizada em 8 de dezembro de 1766.
- *Venâncio* - batizado em 3 de junho de 1769.
- *Marciana* – batizada em 28 de junho de 1775.
- *Victoria Maria Botelha* - casou-se em 9 de janeiro de 1789, na *"Fazenda da Tapera das Inhumas"*, com Florentino Martins Nogueira, natural da freguesia de Brejo dos Anapurus (liv. 1 fl. 91 v).

Do casamento anterior de Diogo, com Joana de Passos, nasceram:

- Antônio Botelho - casou-se com Francisca Pereira dos Santos.
- Joam Botelho - casou-se, em 21 de agosto de 1776, na fazenda São Gregório, com Clemência Maria Pereira, filha de Francisco José Pereira e Ana de Sousa, conforme registro a seguir:

> "Aos vinte e um dias do mes de agosto de mil setecentos e setenta e seis anos pela manhã na Fazenda de San Gregorio nesta Freguesia de Nossa Senhr^a^. do Monte do Carmo feitas as denunciasoyns na forma do Sagrado Concilio sem descobrir impedimento em minha presença se casou solenemente em face da Igreja por palavras de presente Joam Botelho, natural desta Freguesia filho legitimo de Diogo Botelho de Siqueira e de Joana

de Passos, já defunta, com Armenia Maria Pereira, natural desta mesma freguesia, filha legitima de Francisco José Pereira e de Anna de Sousa a que assistiram por testemunha o Alferes Diogo Botelho de Siqueira e Amaro José da Costa casados desta Freguesia, e logo lhes dei as bençoins conforme os ritos da Santa Madre Igreja: de que para constar mandei fazer este assento em que me assignei

o Vigario José Lopes Pereira

Amaro José da Costa

Diogo Botelho de Siqueira" (Piracuruca – Casamentos – Livro 1 – fl. 13).

Registros posteriores atestam ter morado Diogo Botelho na fazenda Morro do Chapéu e em São João da Parnaíba.

Diogo Botelho de Siqueira realizou, comprovadamente, três casamentos. Além de Joana de Passos, de quem já era viúvo em 1776, e de Bibiana Fernandes, em novembro de 1812 aparece casado com Simoa Margarida, sendo padrinho de seu neto Ricardo, filho de Antônio Botelho e Francisca Pereira dos Santos (Liv. 1 - fl. 299).

Na fazenda dos Tinguis morava o capitão-mor João Carvalho de Cerqueira, casado com Ana Maria de Moraes. Essa fazenda pertencera, por Carta de Data e Sesmaria, desde 12 de agosto de 1743, a Bento Correia da Costa que, certamente, a vendeu ao dito capitão-mor. Dos filhos de João Carvalho se tem notícias de:

1. **Isabel** - nascida em 30 de maio de 1763 e batizada a 11 de junho do mesmo ano.
2. **José Carvalho de Cerqueira**.
3. **Francisca Maria de Jesus** - casou-se com Jerônimo Machado de Cerqueira.

4. **Rosa Maria Carvalho** - casou-se com Martinho Machado de Cerqueira *"homem branco, de quarenta e oito anos de idade pouco mais ou menos que vive dos seus gados e lavouras"*. Os 48 anos de idade de Martinho reportam-se a 1798, indicando, portanto, que teria nascido em 1750.

5. **Antônio Carvalho de Cerqueira** - Esse ativo moço teve um filho natural, chamado Manoel, batizado em 9 de julho de 1765, com Maria, escrava de João Martinho da Luz, morador no Buriti Rasteiro. Casou-se com Joana Maria da Conceição, com quem teve os filhos:

5.1. José - batizado em 25 de maio de 1770 (liv. 1 fl. 161).

5.2. Francisco - batizado em 24 de setembro de 1771 (liv.1 – fl. 181) e

5.3. Ana - batizada em 17 de outubro de 1773.

6. **Maria Carvalho de Cerqueira** - casou-se com Antônio dos Santos Fernandes e moravam na fazenda São José, atual São José do Divino. Antônio faleceu em 19 de dezembro de 1797 e ela, em 9 de dezembro de 1798. Foi procedido inventário dos bens do casal pelo Juiz Antônio da Silva Lopes, em 14 de dezembro de 1798: "... *nesta Povoação da Matriz de Nossa Senhora do Carmo da Piracuruca Termo da Vila de São João da Parnaiba – comarca da Cidade de Oeiras, Capitania de Sam José do Piauhy...*". Serviu de inventariante Martinho Machado de Cerqueira, cunhado dos falecidos. Pelo inventário se colheu a relação dos filhos desse casal:

6.1. Ana dos Santos Fernandes - casou-se com Felipe Rodrigues.

6.2. José dos Santos Fernandes - 31 anos (em 25 01 1798), batizado em 9 de outubro de 1768, na igreja Matriz de Piracuruca, tendo como padrinho seu tio Antônio Carvalho,

morador no Jacaraí de Cima. Na época do inventário, Antônio dos Santos Fernandes residia no Tabuleiro Grande.

6.3. Maria dos Santos Fernandes – "casada com Theodorio de Tal".

6.4. Antônio dos Santos Fernandes – batizado em 10 de junho de 1774.

6.5. Simplícia dos Santos – batizada, em 11 de agosto de 1776, na fazenda São José (livro 1, folha 115 v - Piracuruca).

Não havia muitos bens a dividir e o próprio inventariante, Martinho Machado de Cerqueira, era credor dos cunhados da importância de vinte e nove mil quinhentos e vinte réis proveniente da venda que lhes fizera de uma espingarda, uma arroba de cera, seis varas de pano de algodão, um boi, dois cavalos e "*hum capado de chiqueiro*".

7 – João Carvalho de Cerqueira – casado com Ana Barbosa. Um filho desse casal, chamado Antônio Carvalho de Cerqueira, casou-se, em 21 de dezembro de 1798, na presença do reverendo Luís José Gomes de Carvalho, de licença do vigário Antônio José de Sampaio, com Isabel Maria da Conceição, filha de José da Silveira e Teresa Maria, viúva de Domingos Dias.

Na fazenda Murici, pertencente ao capitão Antônio Carvalho, morava Antônio Maria de Siqueira, casado com Juliana Ferreyra de Melo, pais de:

1 - Florença – batizada em 6 de novembro de 1768, conforme registro a seguir:

> "Aos seis dias do mês de novembro de mil setecentos e sessenta e oito na Fazenda do Murici desta Freguesia de Nossa Senhora do Carmo da Villa de São João da Parnahyba baptizei a Florença

filha de Antonio Maria de Silqueira e de sua mulher Juliana Ferreyra de Melo moradores na mesma fazenda: Forão padrinhos Gaspar Luiz de Sales por seu procurador Antonio Carvalho e sua mulher Escolastica Maria do Rosario por sua procuradora Joana Maria da Conceição mulher do mencionado Antonio Carvalho, lhe pus os Sanctos Oleos, do que para constar fiz este assento que assigno.

O Vigario Joaquim Ignacio Bittencourt" (livro 1 – fl. 132 v).

Sobre os padrinhos, sabe-se que o capitão Gaspar Luís de Sales, casado com Escolástica Maria, morava em sua fazenda do Enjeitado e Antônio Carvalho, casado com Joana Maria da Conceição, era filho do capitão-mor João Carvalho de Cerqueira e sua mulher, Ana Maria de Moraes, moradores na fazenda dos Tinguis.

2 - Ana - batizada em 3 de agosto de 1766, na fazenda Murici.

3 - Maria Bernardes de Jesus - casou-se, em 27 de fevereiro de 1781, na capela de Nossa Senhora da Conceição de Barras, Freguesia de Santo Antônio de Campo Maior, com Manoel de Araújo Reimão, filho do português Antônio de Araújo Reimão e Rita Maria. Celebrou o casamento o reverendo Manoel Ribeiro Meira frente às testemunhas Gaspar de Freitas e Francisco Teixeira.

Havia um entrelaçamento muito grande entre as famílias da região norte do Piauí. No meio dele, naturalmente, os Cerqueira, Silqueira, Sirqueira ou Siqueira.

6. Machado de Cerqueira

Pela documentação existente, percebe-se que, além de **GONÇALO**, moravam na região norte do Piauí outros irmãos seus:

6.1. Antônio Machado de Silqueira - casado com Maria Antônia de Oliveira. Faleceu na vila da Parnaíba, em 1º de março de 1824, de uma "postema", conforme documentou padre Sá Palácio no registro do óbito. Essa data, no entanto, consta no inventário como sendo 22 de fevereiro. Sua mulher, Maria Antônia, faleceu a 24 de setembro do mesmo ano. O inventário dos bens do casal foi realizado em Parnaíba, em 25 de fevereiro de 1825, tendo como Juiz Manoel Antônio da Silva Henriques, como escrivão, Bernardo de Freitas Caldas e, como inventariante, o genro Agostinho Pereira de Oliveira. Deixou o casal os seguintes filhos:

6.1.1. Victorina Maria de Jesus - foi madrasta de **Maria Joaquina**. Nasceu em 1808. Casou-se aos 13 anos de idade, em 20 de maio de 1821, com Agostinho Pereira de Oliveira, filho do capitão Manoel Pereira de Oliveira e Francisca Maria Eugenia, naturais da Vila de Granja (liv. 3 fl. 35 v). Com a morte de Agostinho, Victorina realizou segundas núpcias com **Gonçalo José Damasceno**, nessa época, viúvo de Clara Joaquina do Rosário. Gonçalo e Clara foram os pais de **Maria Joaquina**. Victorina faleceu com 66 anos de idade, em 20 de dezembro de 1875.

6.1.2. Maria Antônia – casou-se, em 22 de setembro de 1824, com Joaquim Pereira de Oliveira, também filho do capitão Manoel Pereira de Oliveira e Francisca Maria Eugenia, naturais da Vila de Granja (liv. 3. Fl. 82).

6.1.3. Rosa Maria - 15 anos (na época do inventário em 1825). Casou-se, em 8 de maio de 1825, com Pedro José Brandão, filho de Seledônio José Brandão e Ignácia Rodrigues de Almeida. Pedro José Brandão foi quem processou o menino Félix Ferreira Cavalcante, seu parente, alegando que uns "cains" deste haviam matado seus bodes.

6.1.4. Sebastião Machado de Cerqueira - 8 anos, em 1825. Casou-se, em 4 de novembro de 1834, às nove horas da manhã, na fazenda Tibalde, com sua prima legítima, Francisca Vieira de Melo, filha de Seledônio José Machado (ou Seledônio Machado de Siqueira) e Eugenia Vieira de Melo (liv. 3. Fl. 197). Faleceu em 19 de outubro de 1886, deixando dois filhos vivos: Seledônio José Machado, na época com 44 anos, e Agostinho Machado de Oliveira, com 37 anos. As duas filhas mulheres que teve, Maria e Eugênia, já haviam falecido antes dele.

Da filha Eugênia Vieira de Melo, casada com Félix Luiz Gomes, nasceram:

- *Clementina Maria de Jesus*, com 17 anos de idade em 19/10/1886, casada com Domingos Cassiano de Cerqueira.
- *Filomena Maria da Conceição*, com 14 anos de idade em 19/10/1886.

Da filha Maria Antônia de Oliveira, casada com Joaquim Teles de Meneses, nasceram:

- *Jerônimo Neris de Oliveira* (21 anos em 19/10/1886).
- *Domingos Machado de Oliveira* (13 anos em 19/10/1886).
- *Luiz Félix Gomes* (30 anos).
- *Maria Eugenia de Jesus*, com 18 anos em 1886.

6.2. José Machado de Cerqueira - Realizou comprovadamente dois casamentos. O primeiro, com Maria Antônia Vieira, conforme se vê no seguinte registro:

> "Aos vinte dias do mês de junho de mil setecentos e oitenta e nove nesta matriz de N S da Assumpsão de Villa Viçosa Real bautizei com licença do reverendo parocho da Matriz de Piracuruca a Antonio nascido de corenta e dous dias filho legitimo de José Machado de Siqueira e Maria Antonia Vieira **neto paterno de Antonio Machado de Siqueira e de dona Ignacia Maria de**

> **Jesus** (grifo nosso) materno do Capitam Joam Vieira Passos e de Maria do Monte: Forão padrinhos Capitão Antonio Ribeiro de Moraes e sua mulher dona Ignacia Maria de Jesus, e para constar fiz este assento que assignei.
>
> O Vigario Bonifacio Manoel Antº Lelou" (Viçosa – Livro 4 fl. 175 v).

Esse registro, de forma inequívoca, permite identificar a filiação de José Machado de Cerqueira e, por conseguinte, de seu irmão Gonçalo Machado de Cerqueira, objeto de muitas controvérsias.

Outros registros dão conta de ter casado José Machado com Maria Joaquina Pereira (ou do Rosário), natural de Vila Viçosa. Além do filho Antônio, cujo registro de batismo foi transcrito acima e que faleceu em Piracuruca ainda moço, podem ser citados os seguintes filhos desse casal:

6.2.1. Joaquim Machado de Cerqueira - casou-se, em 25 de junho de 1820, na Matriz de Piracuruca, com Ignacia Rodrigues de Almeida, conforme registro a seguir:

> "Aos vinte e cinco dias do mês de junho de mil oitocentos e vinte nesta Matriz de Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca depois de feitas as três canonicas admoestaçoens na forma do Sagrado Concilio Tridentino e Constituição do Bispado sem encontrar impedimento algum, e na presença das testemunhas Gonçalo Machado de Silqueira da Freguesia de Nossa Senhora da Graça da Parnahyba e Anacleto Ferreira Pinto Brandão ambos casados e moradores nesta Freguesia da Piracuruca receberam-se por palavras de presente **Joaquim Machado de Silqueira filho legitimo de Jose Machado de Silqueira, já falecido e Maria Joaquina Pereira, natural da Villa Viçosa Real Bispado de Pernambuco com Raimunda Rodrigues de Almeida, filha legitima de Seledonio José Brandão e Ignacia Rodrigues de Almeida,** já falecida natural e moradora nesta Freguesia da

Piracuruca. Logo receberão as bençãos nupciais na forma do ritual romano de que para constar fiz este assento que assigno. O Coadjutor Boaventura Fernandes Meirelles" (livro 3 – fl. 22v).

Esse registro ratifica o estreito laço de parentesco existente entre José Machado e seu irmão Gonçalo Machado de Cerqueira, padrinho de casamento, porque o outro Joaquim Machado de Cerqueira, neto de Gonçalo, não por falta de razão, passou a chamar-se **Joaquim Machado de Cerqueira Primo**.

Uma filha de Joaquim Machado de Cerqueira, chamada Cândida Rodrigues de Almeida, casou-se com Antônio João de Carvalho e faleceu, em 05 de janeiro de 1846, já viúva de Antonio João, que falecera em 13 de novembro de 1844. Deixaram dois filhos:

- *Leonardo Machado de Carvalho*, nascido em 1839, casou-se na "Fazenda dos Passos", no dia 15 de outubro de 1858, com Aurora Maria de Cerqueira, filha do finado Deodato Machado de Cerqueira e dona Carolina Rodrigues de Almeida. Foram testemunhas na cerimônia Benício Carvalho de Melo e Seledônio Machado de Cerqueira. Leonardo Machado dé Carvalho faleceu em 1914. (liv. 4 – fl. 127)

- *Florinda Cândida de Cerqueira*, nascida em 1845, casou-se na Matriz de Piracuruca, no dia 2 de fevereiro de 1859, com Torquato Machado de Carvalho, também filho de Deodato Machado de Carvalho e dona Carolina Rodrigues de Almeida (liv. 4 – fl.128).

6.2.2. Seledônio Machado de Siqueira (ou Seledônio José Machado) - natural de Viçosa, Ceará, casou-se com Eugênia Vieira de Melo, em 2ª de junho de 1820, no Retiro Velho, filha de José Félix Pereira e Ana Barbosa (liv. 3 fl. 23 v) e passou a residir na fazenda Piripiri. Dona Eugênia faleceu no dia 9 de setembro de 1872, "de febres". O registro diz que

tinha 60 anos de idade mas é certo que era mais (liv. 4 fl. 97v). Seu inventário foi realizado em Piracuruca, em 1º de outubro de 1872 e já residia na fazenda Tibalde.

Faleceu Seledônio no dia 12 de outubro de 1873, sendo que o inventário foi feito em Piracuruca, em 5 de novembro do mesmo ano. Por esse documento, sabe-se que teve os filhos:

6.2.2.1. Ten. Florentino José Pereira - 49 anos em 5/11/1873.

6.2.2.2. José Félix Machado - Na época do inventário do pai, estava com 47 anos de idade e viúvo de Maria Joaquina de Cerqueira, falecida em 16 de março de 1859, com quem tivera os filhos Raimunda, Florinda e Francisca.

6.2.2.3. Tenente Onofre Machado de Cerqueira - 45 anos em 5.11.1873. Nasceu em 31 de julho de 1828 na "Fazenda do Piripiri" e foi batizado, em 24 de novembro de 1828, na fazenda Caiçara, pelo padre José Monteiro de Sá Palácio. Foram seus padrinhos Antônio Machado de Cerqueira, morador no "Sítio do Jacaré", por procuração que apresentou Alexandre Neri da Silveira, morador na fazenda dos Hiús. Casou-se, em 25 de abril de 1854, na igreja Matriz, com Matilde Rodrigues de Sampaio, filha do finado Mathias Pereira Barros e Zeferina Teixeira de Sampaio. Eram primos em 3º grau (liv. 4 – fl. 105). Esse casamento durou menos de dois meses pois Mathildes faleceu no dia 14 de junho do mesmo ano.

Não tendo deixado filhos, os bens da meação de Mathildes foram rateados entre seus irmãos germanos: Ana Teixeira de Sampaio (casada com Luís Pereira dos Santos), Maria Marcela de Jesus (casada com Tibúrcio Rodrigues de Carvalho), Cândida Teixeira de Sampaio (casada com Manoel Rodrigues de Carvalho), Antônio Pereira Barros (com 18 anos de idade), Marcela Teixeira de Sampaio e Raimundo Pereira Barros.

Ao falecer, em 4 de setembro de 1903, Onofre era casado com dona Bárbara Maria de Cerqueira, filha de Domingos Machado de Cerqueira e Quitéria Rita de Jesus, com quem teve os filhos:

a) *Raimundo Machado de Cerqueira.*

b) *Domingos de Cerqueira Machado.*

c) *Maria Joaquina de Cerqueira* (casada com Bernardo Machado de Oliveira).

d) *Mariano Pereira de Oliveira.*

e) *Ana Maria de Cerqueira* (casada com Pedro Rodrigues de Britto).

f) *Joaquim de Cerqueira Machado* – casou-se em 17 de setembro de 1898 com Ana Fortes de Almeida, filha do capitão Antônio Fortes de Almeida Portugal e Henriqueta Fortes de Sá Meneses.

g) *Francisca Maria de Cerqueira* (casada com o capitão Simplício Coelho de Britto).

h) *Florentino Machado de Cerqueira.*

i) *José Félix de Cerqueira* - casou-se em 23 de novembro de 1900, na presença das testemunhas capitão João Facundo de Resende e José Mendes da Rocha "e das Exmas. Senhoras donas Mathilde Machado de Castro e Clementina Rosa de Melo", com Corina Amélia de Souza, "filha adotiva do Reverendo Firmino Sousa e Philomena Amélia de Jesus", natural de União (liv. 3 – fl. 84). No dia 6 de novembro de 1901, através de escritura pública assinada em sua casa na cidade de Piracuruca, o padre Firmino reconheceu que Corina "era sua filha e não de outro individuo...". Esse mesmo documento deu suporte legal ao requerimento assinado por José Félix de Cerqueira, na Batalha, no dia 21 de dezembro de 1915, onde afirma "que tendo falecido a 21 de outubro do

corrente anno, seu sogro Padre Firmino Sousa, sem ter deixado testamento, vem o suplicante como representante de sua mulher Corina Amelia de Souza Cerqueira, herdeira única do fallecido, como prova com o documento junto, requerer que V. Sa se digne marcar dia, hora e lugar para que o supplicante seja submetido a dar bens a inventariar... "

j) *Quitéria Rita de Jesus* (falecida - casada que fora com Antônio Borges de Carvalho).

k) *Seledônio de Cerqueira Machado* - casou-se com Domingas Maria de Cerqueira, falecida em 1918, deixando os filhos: Maria de Cerqueira, João Machado de Cerqueira, Luzia Maria de Cerqueira, Antônia Maria de Cerqueira e Domingos Machado de Cerqueira.

l) *Carlota Machado de Cerqueira* (falecida – casada que fora com Bernardo Félix da Silva).

6.2.2.4. D. Maria Joaquina de Cerqueira (ou da Soledade, cf. consta no inventário da mãe) - 41 anos em 1873. Foi batizada no oratório da Gameleira, pelo padre Domingos de Freitas Silva, no dia 23 de abril de 1831, tendo como padrinhos Onofre José de Melo e sua mulher Cecília Maria das Virgens (livro 5 – fl.1 e 2). Casou-se com Lourenço Luís Gomes.

6.2.2.5. Zacharias Machado de Cerqueira – 37 anos em 1873 - casou-se, em 11 de novembro de 1866, no lugar São José, com sua prima legítima Inês Teixeira de Sampaio, filha caçula de José Félix de Carvalho e dona Zeferina Teixeira de Sampaio (liv. 4 fl. 171 v.).

Zeferina Teixeira de Sampaio casou-se duas vezes. A primeira com Mathias Pereira Barros, falecido em 6 de agosto de 1843, com quem teve os filhos: Maria Marcela de Jesus, Ana Teixeira de Sampaio (casou-se com Luís Pereira dos Santos),

Cândida Teixeira de Sampaio (casou-se com Manoel Rodrigues de Carvalho), Antônio Pereira Barros, Mathildes Rodrigues de Sampaio (casou-se com Onofre Machado), Marcela Teixeira de Sampaio e Raimundo.

Com o falecimento de Mathias, realizou segundo casamento com José Félix de Carvalho, com quem teve os filhos Clarindo e Inês. O inventário de Zeferina foi realizado em 12 de junho de 1854.

6.2.2.6. Francisco Machado de Cerqueira - 35 anos em 1873 - casou-se, em 20 de maio de 1872, com Florência Maria de Sousa, filha do tenente Manoel José de Sousa e Jesuína Maria Furtado, primos em 4º grau. (liv. 4 fl. 190).

6.2.2.7. Ana Francisca de Cerqueira - 33 anos em 1873 - casou-se no dia 6 de maio de 1865, na Matriz, com Francisco de Sousa Falcão, filho do falecido Francisco Sousa Falcão e dona Agostinha Machado de Cerqueira, natural de Parnaíba (liv. 4 fl. 154).

6.2.2.8. Francisca Vieira de Melo - casou-se com Sebastião Machado de Cerqueira e foram os pais de: Eugênia Vieira de Melo (casada com Félix Luiz Gomes), Antônio Machado de Cerqueira (31 anos em 1873), Seledônio José Machado Neto (23 anos), Maria Antônia de Oliveira (27 anos), casada com Joaquim Teles de Meneses, Filomena Maria de Jesus (25 anos) e Agostinho Machado de Oliveira (23 anos). As idades entre parênteses reportam-se ao ano de 1873, em 5 de novembro.

D. Eugenia Vieira de Melo, que já era falecida na data do inventário, foi representada pelos filhos Francisca Maria da Conceição, Luís Gomes, Sebastião de Oliveira Neto, Maria, Clementina e Filomena.

corrente anno, seu sogro Padre Firmino Sousa, sem ter deixado testamento, vem o suplicante como representante de sua mulher Corina Amelia de Souza Cerqueira, herdeira única do fallecido, como prova com o documento junto, requerer que V. Sa se digne marcar dia, hora e lugar para que o supplicante seja submetido a dar bens a inventariar... "

j) *Quitéria Rita de Jesus* (falecida - casada que fora com Antônio Borges de Carvalho).

k) *Seledônio de Cerqueira Machado* - casou-se com Domingas Maria de Cerqueira, falecida em 1918, deixando os filhos: Maria de Cerqueira, João Machado de Cerqueira, Luzia Maria de Cerqueira, Antônia Maria de Cerqueira e Domingos Machado de Cerqueira.

l) *Carlota Machado de Cerqueira* (falecida – casada que fora com Bernardo Félix da Silva).

6.2.2.4. D. Maria Joaquina de Cerqueira (ou da Soledade, cf. consta no inventário da mãe) - 41 anos em 1873. Foi batizada no oratório da Gameleira, pelo padre Domingos de Freitas Silva, no dia 23 de abril de 1831, tendo como padrinhos Onofre José de Melo e sua mulher Cecília Maria das Virgens (livro 5 – fl.1 e 2). Casou-se com Lourenço Luís Gomes.

6.2.2.5. Zacharias Machado de Cerqueira – 37 anos em 1873 - casou-se, em 11 de novembro de 1866, no lugar São José, com sua prima legítima Inês Teixeira de Sampaio, filha caçula de José Félix de Carvalho e dona Zeferina Teixeira de Sampaio (liv. 4 fl. 171 v.).

Zeferina Teixeira de Sampaio casou-se duas vezes. A primeira com Mathias Pereira Barros, falecido em 6 de agosto de 1843, com quem teve os filhos: Maria Marcela de Jesus, Ana Teixeira de Sampaio (casou-se com Luís Pereira dos Santos),

Cândida Teixeira de Sampaio (casou-se com Manoel Rodrigues de Carvalho), Antônio Pereira Barros, Mathildes Rodrigues de Sampaio (casou-se com Onofre Machado), Marcela Teixeira de Sampaio e Raimundo.

Com o falecimento de Mathias, realizou segundo casamento com José Félix de Carvalho, com quem teve os filhos Clarindo e Inês. O inventário de Zeferina foi realizado em 12 de junho de 1854.

6.2.2.6. Francisco Machado de Cerqueira - 35 anos em 1873 - casou-se, em 20 de maio de 1872, com Florência Maria de Sousa, filha do tenente Manoel José de Sousa e Jesuína Maria Furtado, primos em 4º grau. (liv. 4 fl. 190).

6.2.2.7. Ana Francisca de Cerqueira - 33 anos em 1873 - casou-se no dia 6 de maio de 1865, na Matriz, com Francisco de Sousa Falcão, filho do falecido Francisco Sousa Falcão e dona Agostinha Machado de Cerqueira, natural de Parnaíba (liv. 4 fl. 154).

6.2.2.8. Francisca Vieira de Melo - casou-se com Sebastião Machado de Cerqueira e foram os pais de: Eugênia Vieira de Melo (casada com Félix Luiz Gomes), Antônio Machado de Cerqueira (31 anos em 1873), Seledônio José Machado Neto (23 anos), Maria Antônia de Oliveira (27 anos), casada com Joaquim Teles de Meneses, Filomena Maria de Jesus (25 anos) e Agostinho Machado de Oliveira (23 anos). As idades entre parênteses reportam-se ao ano de 1873, em 5 de novembro.

D. Eugenia Vieira de Melo, que já era falecida na data do inventário, foi representada pelos filhos Francisca Maria da Conceição, Luís Gomes, Sebastião de Oliveira Neto, Maria, Clementina e Filomena.

6.2.2.9. Cândida Maria da Conceição (ou Cândida Machado de Cerqueira, como aparece no inventário) - casou-se, em 15 de outubro de 1858, na "Fazenda dos Passos", com Florindo Pereira Barros – que "*não sabia ler nem escrever*" - filho de Miguel Pereira Barros e Eugênia Maria do Carmo (liv. 4 fl. 127 v.). Cândida faleceu de parto, em 30 de janeiro de 1862, deixando dois filhos: Francisco, com 2 anos de idade, e "*hua pagã que se chamará Maria*", recém-nascida.

6.2.2.10. Guilherme - faleceu de "*febre de sesoens*", em 12 de agosto de 1836, com 4 anos de idade.

6.2.2.11. Miguel - nascido em 29 de setembro de 1850 – faleceu criança.

6.2.2.12. Raimunda Ferreira de Cerqueira - casou-se em 2 de julho de 1872 com seu primo José Joaquim Machado, viúvo de Perpétua Maria de Britto (liv. 4 fl. 194 v).

Todos os filhos listados acima foram originados do 1º matrimônio de Seledônio. Do segundo nasceram:

6.2.2.13. Henriqueta Pereira de Cerqueira - casou-se com Raimundo José Machado, filho de Joaquim Machado e dona Raimunda Rodrigues de Almeida, em 2 de julho de 1872 (liv. 4. Fl. 194 v).

6.2.2.14. Victoria - faleceu de "estupor" em 2 de abril de 1858 e foi sepultada na Matriz "das grades acima". Foi o último sepultamento de pessoa do povo ocorrido na Matriz de Piracuruca, conforme consta no Livro de Óbitos nº 3 – fl. 133 v.

6.2.3. Alexandre Machado de Cerqueira - morador em Vicosa. Casou-se com Maria José do Nascimento (liv. 4 – fl. 68). Um filho desse casal, de nome João Machado de Cerqueira, casou-se, em 6 de novembro de 1849, com Joaquina Lima de

Cerqueira, sua prima legítima, filha de Joaquim Machado e Raimunda Rodrigues de Almeida.

6.3. Manoel Machado de Cerqueira - casado com Ana Ferreira Cavalcante. Foram os pais de:

6.3.1. Joaquina Machado - casou-se, em 19 de junho de 1821, na fazenda Tinguis, com Manoel Antônio da Mota, filho de Antônio da Mota e Ana Isabel Fernandes, "*natural da Freguesia de Sam José de Guimarães e morador em Viçosa*". (liv. 3 fl. 36 v).

6.3.2. Deodato Machado de Carvalho - casou-se com Carolina Rodrigues de Almeida.

6.3.3. José Machado - faleceu em Piracuruca, em 20 de julho de 1833, sem sacramentos "*por não procurar*", conforme escreveu o padre Sá Palácio. (Liv. 3 – fl. 4 - Óbitos - Piracuruca).

6.3.4. Domingos Machado de Carvalho - casou-se, em 19 de janeiro de 1836, na Mata Fria, com Joaquina Alves de Veras, viúva por falecimento de José Sousa Pinto, conforme registro a seguir:

> "Aos dezenove dias do mês de janeiro de mil oitocentos e trinta e seis na Mata Fria ... na presença das testemunhas Domingos Machado de Silqueira, casado e Geraldo Machado de Carvalho, solteiro, moradores nesta Freguesia se receberam com palavras de presente Domingos Machado de Carvalho filho de Manoel Machado de Silqueira e Ana Ferreira Cavalcante com Joaquina Alves de Veras, viuva por falecimento de José Sousa Pinto, sem impedimento que constasse. Tudo na forma do ritual romano. O nubente natural desta Freguesia e ambos moradores na mesma. E para constar fiz este assento que assigno
>
> o Vig. Domingos de Freitas Silva" liv. 4 – fl. 11 v.).

Enviuvando, Domingos realizou segundo casamento com Inocência Rosa dos Santos, com quem aparece, em 15 de setembro de 1860, no batizado de sua afilhada Filomena, filha natural de Domingos Machado de Cerqueira com Caciana Maria da Conceição.

6.3.5. Manoel Machado - faleceu "*de inxação*", em 12 de outubro de 1861, com 28 anos de idade (liv. 3 fl. 167 v).

6.3.6. Félix Ferreira Cavalcante - casou-se com sua prima Sabina Maria do Carmo, filha de José Antônio Damasceno e Maria da Rocha de Cerqueira. Faleceu, em 11 de julho de 1899, em seu sítio denominado Barra, no Brejo Grande, município de Viçosa do Ceará, deixando os filhos Procópio, Florindo, Pedro, Antônio, Simplício, Maria, Raimunda, Cândida, Caetana e Domingos Ferreira Cavalcante.

6.4. Martinho Machado de Cerqueira - Morador no Jacaraí de Cima. Casado com Rosa Maria Carvalho. Dentre seus filhos, encontrou-se registro de:

6.4.1. Domiciana - batizada na fazenda da Chapada, em 19 de setembro de 1773. Foram padrinhos Antônio Ferreira Pinto Brandão e sua irmã Ana Maria do Carmo.

6.4.2. Maria Machado de Cerqueira - casada com João Pedro Barreto (liv. 3 fl. 74 v), morador na fazenda Currais Novos. João Pedro Barreto não sabia a idade que tinha mas, em 25 de janeiro de 1798, se dizia com 30 anos de idade, "*pouco mais ou menos*". Vivia de criar gados e faleceu em 1830, deixando os filhos: Raimundo Barreto, Ivo Barreto, Francisca (casada com Vicente Ferreira Brandão) e Teodora Maria, casada com Benedito de Araújo, filho de Faustino de Araújo e Teresa Maria, em 28 de agosto de 1824. O casal teve, ainda, uma filha chamada Rosa Cândida, casada com José da Silveira, filho de Manoel da Silveira e Teodora Maria do Rosário, em 12 de junho de 1832.

6.5. Jerônimo Machado de Cerqueira - nasceu em 1757 e era morador no Tabuleiro Grande. Não foi localizado registro de casamento mas, em 17 de fevereiro de 1779, o vigário José Lopes Pereira batizou uma criança de nome Joana, filha de Maria da Conceição, moradora na fazenda Gameleira "*a qual Maria dá por pay da dita sua filha ao dito Jeronimo...*" (liv. 3 fl. 154 v). Em 20 de maio de 1807, casou-se um filho seu, de nome Pedro Machado, com Lourença Maria, viúva de Vicente Ramos de Sousa. A mãe do noivo chamava-se Isabel Pereira e as testemunhas do casamento foram o tio Gonçalo Machado e João Pereira.

Jerônimo faleceu, em 25 de maio de 1817, com 60 anos de idade e foi sepultado na Matriz de Piracuruca. O registro de óbito informa que era casado com Maria Ferreira, mas não especifica filiação dela (liv. 2 fl. 63 v).

Dessa grande família de Cerqueira, uma variante que utilizou o sobrenome Siqueira era originada de Valentim Machado de Siqueira e dona Ana Joaquina da Encarnação.

Valentim vendeu suas propriedades no Piauí e transferiu-se para o município de Viçosa, por volta do ano de 1830, fixando residência no vale do rio Pirangi, na localidade Padre Vieira, onde montou fazenda de gado ainda hoje mantida por seus descendentes, liderados pelo Sr. Geny Siqueira. Até onde se sabe, uma das propriedades que vendeu para Gonçalo Machado de Cerqueira foi exatamente a fazenda que ainda hoje é conhecida como "Fazenda do Valentim".

O filho mais conhecido de Valentim Machado chamou-se Ângelo de Siqueira Passos, nascido na freguesia de Piracuruca em 1821 e falecido em Viçosa em 23 de junho de 1900 (dados constantes na lápide do túmulo). Pelo seu inventário, realizado em 4 de novembro de 1901 (APC – pacote 213), sabe-se que

foi casado duas vezes. A primeira, em Viçosa, no dia 13 de março de 1847, pelo padre José Bevilaqua, com Maria Joaquina dos Santos, filha de Jacinto José dos Santos e Teresa Maria de Jesus, com quem teve os filhos:

1) **Capitão Francisco Teodoro de Siqueira** - de 52 anos (em 1901).

2) **Raimunda Siqueira de Carvalho** - 50 anos. Casada com o coronel Joaquim Ferreira de Carvalho.

3) **Ângela Justiniana de Moraes Correia** - 48 anos. Casada com Roberto Severiano de Moraes Correia. No livro de assentos e justificações de Viçosa, à folha 69, consta o registro de batismo - justificado por Aprígio Leopoldo de Arruda Silveira – de Maria, de 16 anos de idade, "*filha legítima de José de Caldas Ferreira e Dona Angela Justiniana de Moraes Corrêa*" que nasceu em 1886. Foram seus padrinhos José Gregório de Siqueira e dona Maria Correia de Siqueira.

4) **Capitão Salustiano de Siqueira Passos** - 47 anos.

5) **José Gregório de Siqueira** - já falecido na época do inventário e casado duas vezes. Do 1º matrimônio, com Constantina Alves, falecida de febres, no lugar Frecheiras, no dia 16 de agosto de 1888, e sepultada na capela do mesmo lugar, município de Parnaíba, ficaram os filhos: Aprígio Alves de Siqueira (23 anos de idade e desaparecido na época do inventário do avô), Francisco Alves de Siqueira (22 anos), Antônio Alves de Siqueira (20 anos e "*residente na Capital da Fortaleza*"), Maria Alves de Siqueira (residente no lugar Frecheiras, Termo de Parnaíba – Piauí), Anália Alves de Siqueira (também residente nas Frecheiras). Do 2º matrimônio de José Gregório, com Maria Teodoro de Siqueira, ficaram os filhos: Raimunda Nonata de Siqueira (12 anos), Pedro Celestino de Siqueira (9 anos), Jonas de Siqueira (7 anos) e Joaquim de Siqueira (4 anos).

6) **Maria Teresa de Siqueira** - já falecida na época do inventário, casada que foi com Antônio Domingos Machado, com quem teve o filho Ângelo Domingos de Siqueira (25 anos).

7) **Tertuliana Praxedes** - 41 anos. Casada com o desembargador Francisco de Oliveira Praxedes .

8) **Maria de Siqueira Correia** - já falecida na época do inventário, casada com o capitão João José Correia, com quem teve os filhos: Raimundo Nonato Correia, Francisco Correia, Inácio José Correia, Gumercindo Correia, todos eles ausentes junto com o pai no Amazonas, em lugar "não sabido". O 5º filho de Maria chamava-se Cornélio Correia (6 anos) e morava em Camocim com sua tia Ângela Justiniana de Siqueira. O filho caçula, de nome Salomão de Siqueira Correia, morava em Viçosa na casa do tio Salustiano de Siqueira Passos.

9) **Firmina de Siqueira Silveira** - 35 anos, casada com o capitão Aprígio Leopoldo de Arruda Silveira.

Quando o tenente Ângelo de Siqueira Passos realizou o segundo casamento, ocorrido em 14 de junho de 1898, em sua própria residência, às 12 horas do dia, contava 77 anos de idade. A segunda mulher chamava-se Maria Raimunda de Siqueira, de 48 anos de idade, filha de Manoel Félix de Paiva e Maria Carlota dos Santos, com quem já vivia maritalmente. Na mesma ocasião, foram reconhecidos os filhos que o casal já tinha. Eram eles (seguindo a numeração anterior):

10) **Maria Petronilia de Siqueira** - com 20 anos de idade (em 1898), casada com Antônio da Silva Fontenele.

11) **Ângelo de Siqueira Passos Filho** - 19 anos de idade.

12) **Luiza Amélia de Siqueira** - com 18 anos. Casou-se com Ignacio Alderico Fontenele, filho de João Ignacio Fontenele e Valdetrudes Correia Fontenele (Valzinha), esta filha do major Ignacio José Correia – o Macaxeira.

13) **José Firmino de Siqueira** - 13 anos de idade. Homem arrojado e empreendedor, em sociedade com seu compadre e amigo, monsenhor José Carneiro, criou a firma Siqueira & Cunha que montou a primeira usina de energia elétrica de Viçosa, inaugurada a 14 de agosto de 1927.

14) **Francisca Catharina de Siqueira** - 11 anos de idade.

15) **Pedro Baptista de Siqueira** - 8 anos de idade.

As idades dos filhos do segundo casamento do tenente Ângelo reportam-se a 1898.

7. A Família de Gonçalo Machado e Bárbara

Considerando que o capitão **GONÇALO MACHADO DE CERQUEIRA** fosse irmão de José Machado de Cerqueira, conforme demonstrado no item 6.2, pode-se afirmar que era ele o filho mais velho do português Antônio Machado de Siqueira, natural da freguesia de Barros, concelho de Vila Verde, filho de André Ferreira e Luzia Machado. Antônio Machado casou-se na freguesia de Granja - Ceará, em 4 de outubro de 1751, com Inácia Josefa de Jesus (ou Inácia Maria de Jesus), natural do Cabo, Pernambuco, filha de João Lins de Albuquerque e Rosa Maria Fernandes. Pelo registro de óbito de Gonçalo, falecido em 1834 com 82 anos de idade, verifica-se que nascera em Granja em 1752, portanto, um ano após o casamento dos pais.

Do casamento do capitão Gonçalo Machado de Cerqueira com Bárbara Maria da Rocha houve muitos filhos, dos quais destacamos:

7.1. Francisco Machado de Cerqueira - casou-se com Francisca Viana de Oliveira – morador nos Matões (liv. 4 – fl. 74). Com o falecimento de Francisca, realizou segundo casamento em Viçosa, em 9 de janeiro de 1837, com Joaquina Maria da Conceição, filha de Francisco Pereira dos Santos e de Joana Maria. Desse casamento só se encontrou registro de um filho chamado João, nascido na fazenda Olho D'água Grande, em 6 de maio de 1847. Realizou 3º casamento, em Piracuruca, com Antônia Maria de Cerqueira (livro 4 fl. 76 v).

7.2. João Machado de Cerqueira.

7.3. Isabel - faleceu em 8 de agosto de 1814, de "sesoins".

7.4. Joaquim Machado de Cerqueira - casou-se com Raimunda Rodrigues de Almeida. Desse casal só se encontrou dados concretos dos seguintes filhos:

7.4.1. Dursulina Maria de Cerqueira - casou-se com o capitão Manoel Antônio Benvenuto Magalhães, filho de Pedro Antônio Benvenuto e Francisca Pulcheria Magalhães, natural de Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, em 9 de janeiro de 1858 (liv. 4 – fl. 124). Celebrou o casamento o padre Antônio Simões e Moura, vigário de Batalha, mas o registro foi assinado pelo padre Joaquim Antônio Benvenuto Magalhães, vigário de Piracuruca.

7.4.2. Cândida Rodrigues de Almeida - casou-se com Antônio João de Carvalho. Cândida faleceu em 5 de janeiro de 1846 e Antônio João, em 13 de novembro de 1844, deixando dois filhos: Leonardo com 5 anos de idade, e Florinda, com 4 meses. O casal tinha uma posse de terra nos Tinguis, outra no Jacaraí de Baixo e uma terceira na fazenda Caldeirão, em Barras.

Além dessas posses de terra, ficaram para os órfãos: 9 jóias de ouro e várias de prata, vários jogos de mala de pregaria, 40 cabeças de gado, 4 cavalos, 1 égua, 2 poldras e 2 poldros. Os órfãos ficaram sob a responsabilidade do avô materno, Joaquim Machado de Cerqueira.

7.4.3. Joaquim Machado - foi batizado em 10 de junho de 1832, com a idade de seis meses, tendo como padrinhos Pedro de Britto Passos e dona Ana Maria de Cerqueira. Casou-se com Perpétua Maria de Britto, filha de Agostinho de Britto Passos, na Taboca, em 30 de setembro de 1865 (liv. 4 fl. 166). Com a morte de Perpétua, casou-se com Raimunda Ferreira de Cerqueira, filha de Seledônio Machado de Cerqueira e Raimunda Rodrigues de Almeida. (liv. 4 fl. 194 v.).

7.5. Ana Maria de Cerqueira - casou-se com Pedro de Britto Passos, morador na fazenda Chafariz, de quem se tratará em trabalho específico, a ser em breve lançado.

7.6. Domingos Machado de Cerqueira - casou-se, em 3 de novembro de 1826, na igreja Matriz de Piracuruca, com Quitéria Rita de Jesus, filha de Joaquim Marques de Sousa Vilaça e Francisca Dias da Silveira. Foram testemunhas desse casamento Pedro de Britto Passos e Francisco José do Rego (liv. 3 fl. 93 v). Residiam na fazenda Tinguis, onde Quitéria faleceu, em 14 de março de 1855, de "fluxo de sangue", com 38 anos de idade. Foi sepultada na matriz "*assima das grades do lado do mito...*" (liv. 3 fl. 107 v). Domingos faleceu em 13 de setembro de 1889, pelas 11:30 da noite em sua casa nos Tinguis, com 81 anos de idade, já viúvo. O registro de seu óbito encontra-se no Cartório do 2º Ofício de Piracuruca, onde se colheu, também, a relação de seus filhos:

7.6.1. Joaquim Machado de Cerqueira Primo - com 54 anos de idade em 14 de setembro de 1889. Nasceu em 4 de fevereiro de 1836, nos Tinguis, e faleceu em 13 de agosto de

1909 (cf. dados no túmulo no cemitério do Mucambo). Casou-se com Joaquina Rosa dos Santos, tendo deste consórcio nascido sete filhos e 68 netos.

Dona Joaquina, conforme dados no túmulo ao lado do do marido, nasceu em 1837 e faleceu em 19 de dezembro de 1898.

Resiste ainda de pé, maravilhosamente bem cuidada, a velha casa de fazenda do capitão Joaquim Machado de Cerqueira Primo, no Mucambo. Graças à feliz idéia do operário que fabricou as telhas, que em uma delas rabiscou a data da fabricação, pode-se afirmar que a morada foi construída em 1862. Amplos alpendres ricamente sustentados em madeira de lei trabalhada, telhado apoiado sobre ripas de carnaúba e cedro, espaçosa cozinha e uma infinidade de aposentos, ficando no meio deles, sem saída para o exterior, o "quarto das moças".

Um pouco além, está situada a casa de Izidoro Machado Torres, filho de Joaquim, ostentando sobre o umbral da porta azulejos com a data 1894 e o nome Mucambo, atribuído como local de origem portuguesa da família Machado. Sombreada por centenárias figueiras e tamarindeiras, fica a sede da velha fazenda, protegida sob as graças de São Gonçalo, orago da bela capela existente no local.

Dentre os filhos do capitão Joaquim Machado de Cerqueira Primo encontrou-se registros de:

7.6.1.1. Izidoro Machado Torres - nasceu em 04 de abril de 1868 e faleceu em 27 de novembro de 1900. Casou-se com Cândida Teixeira de Sampaio, filha de Lúcio Antônio de Carvalho e Zeferina Teixeira de Sampaio, esta filha de Manoel Rodrigues de Carvalho e dona Cândida Teixeira de Sampaio. Cândida Teixeira de Sampaio era filha de Mathias Pereira Barros e Zeferina Teixeira de Sampaio, conforme já demonstrado na identificação de Zacharias Machado de Cerqueira (6.2.2.5).

Izidoro e Cândida foram os pais de Izidoro, Raimundo (Doca) e do empresário parnaibano, Pedro Machado de Moraes, nascido em 17 de setembro de 1895 e falecido 16 dias antes de completar 105 anos (1º/09/2000).

Pedro Machado de Moraes casou-se com dona Maria de Lourdes Martins Pinheiro, com quem teve os filhos: José Pinheiro Machado (deputado federal por três legislaturas consecutivas), Pedro Machado Filho, Zelda Machado Torres, Helena Machado Moraes Correia (viúva do empresário Almyr Moraes Correia), Humberto Pinheiro Machado (engenheiro residente no Rio de Janeiro), Francisco Pinheiro Machado e Maurício Pinheiro Machado.

Homem empreendedor, Pedro Machado sempre sobressaiu em todos os campos de atividade em que militou, garantindo que sua longevidade devia-se ao fato de que nunca bebeu, nunca fumou e não dispensava o leite de vaca preta com mel de abelha.

7.6.1.2. Pedro Machado Torres - nasceu em 1º de dezembro de 1872 e faleceu em 30 de maio de 1957. Um filho seu, de nome Pedro Machado Torres Filho, casou-se com Honorina Rodrigues de Queiroz Machado e foram os pais do Sr. Luiz Gonzaga Machado, residente na fazenda Lagoa do Barro, localidade Cantagalo.

7.6.1.3. Domingos Machado de Cerqueira Torres - nasceu em 25 de dezembro de 1856 e faleceu em 2 de abril de 1922. Casou-se, em janeiro de 1878, com Maria Victória Torres, com quem teve 13 filhos e 43 netos.

7.6.1.4. Sabina de Cerqueira Torres - Casou-se com João de Freitas, de quem ficou viúva muito jovem. O coronel Lúcio Antônio de Carvalho, que já era viúvo de Zeferina Teixeira de Sampaio, sabendo da viuvez de Sabina, mandou consultar ao pai dela, capitão Joaquim Machado de

Cerqueira Primo, da possibilidade de conceder-lhe a dita viúva em casamento, no que foi atendido. Realizado o matrimônio, Lúcio trouxe da fazenda Barra, onde residia, os filhos de seu primeiro casamento para sua nova morada no Mucambo. Foi ali que Izidoro Machado Torres, irmão de Sabina, se engraçou de Cândida, filha do primeiro matrimônio do coronel Lúcio, assumindo pelo casamento a dupla situação de cunhado e genro dele.

O coronel Lúcio Antônio de Carvalho faleceu no lugar Barra, em 21 de julho de 1927, e seu inventário, realizado em Piracuruca em 21 de outubro de 1927, relacionou os seguintes filhos:

• do casamento com Zeferina Teixeira de Sampaio (filha de Cândida Teixeira de Sampaio e Manoel Rodrigues de Carvalho):

a) *Cândida Torres de Carvalho* (ou Cândida Teixeira de Sampaio cf. consta em outros documentos) - com 52 anos (em 20/11/1928), residente no lugar Lagoa do Mucambo, município de Buriti dos Lopes e viúva de Izidoro Machado Torres desde 27 de novembro de 1900.

b) *Ana Joaquina de Carvalho* - com 49 anos, casada com Teófilo de Oliveira Carvalho, residentes no lugar Beiruth, na Boa Esperança.

c) *Raimunda de Morais Sampaio* - com 45 anos de idade em 20/11/1928, casada com Manoel Rodrigues de Moraes, residente no lugar Barra, Piracuruca.

d) *Custódio Paulo de Carvalho* - 42 anos, em 1928, casado e residente em Viçosa.

• Do casamento de Lúcio com Sabina de Cerqueira Torres, nasceram:

a) *Leonegilda de Carvalho Torres* - com 37 anos em 20/11/1928, casada com Francisco Ferreira de Carvalho, residente no lugar Onça, município de Buriti dos Lopes.

b) *Maria José Moraes Resende* - com 35 anos, casada com José de Moraes Resende, residente em Piracuruca.

c) *Pedro Paulo de Carvalho* - 33 anos, residente em Parnaíba.

d) *Jonas de Moraes Carvalho* - 29 anos, residente no lugar Barra, Piracuruca.

e) *Ida de Carvalho Melo* - com 27 anos, casada com Mariano de Brito Melo, residente em Piracuruca.

f) *Umbelina de Carvalho Machado* - com 25 anos, em 20/11/1928, casada com José Ribeiro Machado, residente no Cocal.

g) *Anísia Machado Torres*, com 22 anos, solteira e residente no lugar Barra, em Piracuruca.

7.6.2. Mariana Rita de Jesus - 56 anos na época do inventário do pai (1889). No registro de casamento, realizado em 5 de outubro de 1848, com seu primo o capitão Francisco de Britto Passos, morador no Deserto, conhecido como Chico de Britto, filho de Pedro de Britto e dona Ana Maria de Cerqueira, seu nome consta como Mariana da Rocha Cerqueira. Da mesma forma, essa grafia é encontrada no inventário de sua mãe, Quitéria Rita de Jesus, realizado em 10 de maio de 1855.

7.6.3. Catarina Maria Machado de Cerqueira - 51 anos (em 1889). Casou-se, em 20 de julho de 1854, nos Tinguis, com José Ribeiro de Miranda Torres, filho do capitão Joaquim Ribeiro Torres e dona Ana Rosa dos Santos, da Vila da Parnaíba (liv. 4 – fl. 107 v). Com a morte de Ana Rosa dos Santos, Joaquim Ribeiro Torres realizou segundo casamento com Cândida Moreira de Carvalho, esta, por sua vez, viúva de Francisco Moreira de Carvalho. Esse segundo matrimônio foi realizado, em 15 de julho de 1852, na fazenda "denominada Capitão de

Campos" pelo vigário de Barras, Miguel Fernandes Alves (Barras livro 1 – fl. 42).

7.6.4. *Bárbara Maria de Cerqueira* - 49 anos (em 1889). Casada com Onofre Machado de Cerqueira.

7.6.5. *Ana Rita de Jesus* (ou de Cerqueira) - 47 anos (em 1889). Casou-se em 10 de maio de 1857, nos Tinguis, com Eleodoro Cardoso Baptista, filho de João Cardoso Baptista e dona Joaquina Maria da Conceição (liv. 4 – fl. 125).

7.6.6. *Quitéria Rita de Meneses* - 38 anos (em 1889). Nasceu em 20 de dezembro de 1852 (liv. 2 – fl. 251). Casou-se com João Fortes de Sá Meneses.

7.6.7. *Manoel Machado de Cerqueira* - batizado, em 28 de dezembro de 1830, na igreja Matriz de Piracuruca. Foram seus padrinhos seu tio Manoel Machado de Cerqueira, na época solteiro, morador na fazenda do Valentim, e sua tia Isabel Maria, também solteira, moradora no sítio da Conceição. Casou-se com Inocência Rosa dos Santos, filha de Antônio dos Santos Fernandes e Paula Maria da Conceição. Manoel faleceu antes do pai, em 11 de outubro de 1861, deixando os seguintes filhos (as idades se reportam a 1861):

7.6.7.1. *Raimunda (Nonata) Rosa dos Santos* - com 5 anos de idade. Casou-se com Aleixo Gomes Nonato que faleceu em sua fazenda, no lugar "Passa Tempo", no dia 22 de fevereiro de 1899. Raimunda faleceu sete dias depois do marido (29/02/1899), conforme declarado no inventário do casal pelo seu genro José Gomes Fontenele, em 29 de abril de 1899, deixando os seguintes filhos:

- *Maria Ana do Carmo* - da idade de 23 anos, casada com João Batista Machado.

- *Inocência Nonata dos Santos* - com 20 anos - casada com Justino Luís Gomes.

• *Francisca Rita de Jesus* - com 17 anos de idade – casada com José Gomes Fontenele.

• *Domingos Gomes Nonato* - 19 anos.

• *Ana Maria do Carmo* - 13 anos. Casou-se com Marcelino Gomes de Britto.

• *Benedito Gomes Nonato* - 8 anos.

Além da fazenda Passa Tempo, Aleixo e Raimunda eram donos de terras nas fazendas São José, Sítio, Capibaribe, Tinguis, Valentim, São Caetano, São Francisco e Pitombeira, todas herdadas do avô Domingos Machado de Cerqueira.

7.6.7.2. D. Maria Machado de Cerqueira - com 4 anos de idade. Casou-se com Clementino de Britto Passos.

7.6.7.3. Apolônia Rosa dos Santos - com 3 anos. Casou-se com Domingos José Rodrigues, com quem teve os filhos Manoel, José, João e Maria.

7.6.7.4. Antônio Machado dos Santos - com 6 meses de idade (em 22/11/1861). Casou-se, em primeiras núpcias, com Francisca Josefina, que faleceu sem deixar geração. Casou-se pela segunda vez com Genoveva Maria da Conceição, filha de José Machado Baldoíno e Clarinda Maria do Carmo, portanto, prima legítima de Maria Joaquina. Faleceu em 31 de outubro de 1888, deixando (do segundo casamento) os filhos Manoel Antônio dos Santos, José Machado Cerqueira e Francisca dos Santos.

Diz o major Diógenes Benício de Melo, em seu despacho como Juiz no inventário de Antônio Machado dos Santos, que nomeava como tutor dos órfãos ao bisavô dos mesmos, Domingos Machado de Cerqueira, porque a viúva Genoveva "*casou-se negligentemente com um indivíduo inteiramente analphabeto e ignorante*". Manoel Antônio dos

Santos e Francisca dos Santos, que haviam ficado, desde 30 de setembro de 1889, sob a tutela dos avós José Machado Baldoino e sua mulher, Clarinda Maria do Carmo, passaram a ser tutelados pelo major Joaquim Rodrigues Magalhães, morador na fazenda Caiçara, que exerceu tal papel até o dia 14 de maio de 1901.

7.6.8. D. Isabel Rita de Jesus - faleceu antes do pai, deixando um filho chamado Bernardo Machado de Oliveira Fernandes.

7.6.9. Raimundo Machado de Cerqueira - Casou-se com Maria Cardoso de Brito. Faleceu antes do pai, em 6 de dezembro de 1874, deixando os filhos:

7.6.9.1. Florência Cardoso de Britto - com 7 anos de idade (em 1º/02/1875).

7.6.9.2. Domingos - com 6 anos de idade.

7.6.9.3. Carlota Cardoso de Britto - com 5 anos de idade. Casou-se com Joaquim de Moraes Britto.

7.6.9.4. Quitéria - com 3 anos de idade.

7.6.9.5. Raimunda – "pagan que se há de batizar com este nome – 3 meses".

No registro de óbito, consta a existência de dois filhos naturais que Domingos Machado de Cerqueira teve com Cassiana Maria da Conceição e, posteriormente, legitimados. Foram:

7.6.10. Domingos Cassiano de Cerqueira - 27 anos em 1889. Casou-se com Clementina Maria de Jesus, nascida em 1869, filha de Eugênia Machado e neta de Sebastião Machado de Oliveira. Sebastião Machado faleceu em 19 de outubro de 1885, deixando dois filhos vivos: Seledônio José Machado, na época com 44 anos, e Agostinho Machado de Oliveira, com 37

anos. As duas filhas mulheres que teve, Maria e Eugênia, já haviam falecido antes dele.

7.6.11. Filomena Maria da Conceição - 28 anos (em 1889). Nasceu em 2 de novembro de 1859 e casou-se com Miguel Ferreira de Cerqueira, morador no Tabuleiro Grande. Quando faleceu, em 1916, deixou os filhos Apolônio, Domingos, João Miguel, Manoel, Lina, José e Maria, casada com Francisco Sousa. Houve uma outra filha, que se casou com Salustiano Vieira de Pinho, morador no Chafariz.

O registro de óbito atesta que o capitão Domingos Machado de Cerqueira faleceu de "congestão cerebral" e que foi sepultado no cemitério público.

Embora não conste no inventário, encontrou-se registro de casamento, constante no livro 4 – fl. 144, com data de 19 de novembro de 1861, realizado entre Diogo Alves Fernandes, filho de Bernardo Alves da Costa e dona Maria Eugênia da Apresentação, com Isabel Maria de Cerqueira, filha de Domingos Machado de Cerqueira e dona Rita, na época já falecida. De fato, Isabel tinha doze anos de idade quando sua mãe faleceu, em 1855. O mais provável é que tenha morrido sem deixar herdeiros e, por isso, não consta no inventário do pai.

Além dos filhos listados no inventário, o casal Domingos e Quitéria teve ainda quatro filhas. Uma se chamou Antônia e faleceu de "*uma inxação*", em 24 de junho de 1829. A segunda, chamada Quitéria, nasceu em 20 de dezembro de 1853 e faleceu em 7 de janeiro de 1854, na fazenda Tinguis, de "espasmo" (liv. 3 – fl. 13 v). A terceira, de nome Domingas, nascida em 24 de fevereiro de 1852, foi batizada em 18 de abril do mesmo ano e não constando na relação dos filhos no inventário, deve ter falecido solteira. A quarta, de nome

Efigênia, faleceu "*de irregularidade interior*", com 14 anos de idade, em 8 de fevereiro de 1862 (liv. 3 fl. 174 v).

Existiu um Agostinho "*enjeitado em casa do Capitão Domingos Machado de Cerqueira...*", no dia 15 de dezembro 1848. Foi batizado a 8 de junho do ano seguinte, sendo seus padrinhos João Machado de Cerqueira e Quitéria Rita de Jesus (livro 2 – fl.65).

Domingos Machado de Cerqueira era homem rico. Quando sua mulher faleceu, em 14 de março de 1855, relacionou para o inventário 30 jóias de ouro no valor de 360 mil réis, muitos objetos de prata, móveis, 11 escravos e muita terra nas fazendas Tinguis, Jacaraí de Cima, Jacaraí de Baixo, Ipueiras, Belém, Mucambo, Rosário, Valentim, Carpina, Santa Bárbara, São Jerônimo, Capibaribe e Contendas. Somente na fazenda Tinguis havia 625 cabeças de gado vacum, 100 cabeças de cabra, 10 cavalos, 4 poldros, 13 éguas e vários outros semoventes. Além disso, havia 60 bois de carro na fazenda Tatus, 400 cabeças de gado na fazenda Ipueiras, 200 no Mucambo, 200 no Rosário, 200 no Valentim e mais de 700 cabeças de cabras e ovelhas espalhadas nas mesmas fazendas.

Quando morreu, deixou em moedas de ouro e prata mais de onze contos de réis. (11:332). O valor total de seus bens importou em 90:982$623 mil réis, sem dúvida um grande patrimônio.

7.7. MARIA DA ROCHA DE CERQUEIRA - Avó paterna de Maria Joaquina, nasceu em 1794. Casou-se com 18 anos de idade, em 8 de novembro de 1812, com José Antônio Damasceno, filho do capitão-mor João Álvares Passos e Genoveva Rodrigues da Câmara. Faleceu em 23 de janeiro de 1882. Sua descendência será detalhada adiante.

7.8. Raimundo Machado de Cerqueira - residente na fazenda Poções. Faleceu em 2 de setembro de 1828 "de febres". Era casado com Maria de Jesus Correa. (liv. 4 – fl. 33 v).

7.9. David Machado de Cerqueira - casou-se com Maria Rodrigues da Conceição (ou de Brito), moradores na fazenda Tibalde (liv. 4 – fl. 148). Desse casal encontrou-se registro dos seguintes filhos:

7.9.1. Francisco Machado de Britto - casou-se em 12 de fevereiro de 1863 com Maria Raimunda Ferreira Pontes, filha de Joaquim Ferreira Pontes e Jacintha de Sousa Resplandes, naturais de Sobral (liv. 4. Fl. 148).

7.9.2. Ladislau - batizado em 3 de abril de 1836.

7.10. João - faleceu em 15 de julho de 1800, na fazenda Jacaraí de Baixo (liv. 2 – fl. 18).

7.11. Eustáquio Machado de Cerqueira - casou-se com Ana Maria de Jesus, filha de Joaquim Marques Alcobaça e Desidéria Maria de Oliveira. De seus filhos encontrou-se registro de:

7.11.1. Joaquim Marques de Oliveira - casou-se, a 26 de agosto de 1852, no Jacaraí de Cima, com sua prima legítima Durçulina Maria de Jesus, filha de José Antônio Damasceno e dona Maria da Rocha de Cerqueira, estes avós de Maria Joaquina.

7.11.2. Íria Maria de Jesus - casou-se, na fazenda Santo Antônio, em 11 de novembro de 1844, com Antônio de Sousa Leão, filho de Zacharias de Sousa Leão e Maria Joana de Jesus.

7.11.3. Bárbara - nascida em 30 de novembro de 1828, cujo registro de batismo se transcreve para fundamentar sua origem:

"Barbara, branca filha legitima de Eustaquio Maxado de Silqueira e de Dona Anna Maria de Oliveira naturaes da Freguesia de Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca e moradores na Fazenda da Tapera, Freguesia de Nossa Sehora da Graça da Villa da Parnaiba: Neta paterna do Capitão Gonçalo Maxado de Silqueira e de Dona Barbara Maria da Rocha, já falecida e materna de Joaquim Marques Alcobaça e de Dona Desideria Maria de Oliveira tambem falecida: Nasceo aos trinta dias do mês de novembro de mil oitocentos e vinte e oito e foi por mim batizada em desobriga na Fazenda do Chafariz na mesma de Piracuruca aos vinte dias do mês de agosto de mil oitocentos e vinte e nove. Forão padrinhos o Capitão Gonçalo Maxado de Silqueira, viuvo, morador na Fazenda do Valentim, Freguesia da Parnaíba, e Dona Maria da Rocha de Silqueira casada e moradora na Fazenda Alagoa do Mato, na dita da Piracuruca, e para constar fiz este assento em que me assigno

José Monteiro de Sá Palácio = vigário" (Livro 4 – 113 – Piracuruca).

A fazenda Chafariz pertencia a Pedro de Britto Passos, casado com dona Ana Maria de Cerqueira. A madrinha, Maria da Rocha de Cerqueira, casada com José Antônio Damasceno e avós paternos de Maria Joaquina, era irmã de dona Ana, filha de Gonçalo Machado e Bárbara.

7.12. Antônio Machado de Cerqueira - casou-se duas vezes. A primeira, com Cândida Rodrigues de Almeida (liv. 3 fl. 196 e liv. 4 fl. 44) e a segunda, em 15 de janeiro de 1834, na fazenda Gameleira, com Juliana Maria dos Prazeres (ou da Conceição, como consta em outro registro), filha de Joaquim Alves de Oliveira e Maria da Trindade (liv. 3 fl. 191). Com o falecimento de Antônio, Juliana contraiu novas núpcias, em 30 de junho de 1843, na fazenda Cachoeira, com Alexandre Luiz Gomes, viúvo por falecimento de Francisca Nunes da Silva. (liv. 4 – fl. 25).

Do casamento de Antônio Machado com Cândida Rodrigues de Almeida, dentre outros filhos, nasceram:

7.12.1.Cândida Rodrigues de Almeida - Casou-se, em 27 de abril de 1844, na Matriz de Piracuruca, com José Marques Alcobaça, viúvo por falecimento de Carlota Francisca de Miranda.

7.12.2. Bárbara Rodrigues de Almeida - casou-se, em 6 de outubro de 1834, na fazenda do Tatu, com Domingos Pereira de Sousa, viúvo de Maria Francisca Peres. Celebrou o casamento o padre José Monteiro de Sá Palácio frente às testemunhas Domingos Machado de Cerqueira, morador nos Tinguis, e Francisco Alves Passos, morador na fazenda Juás, município de Granja - Ceará. (liv. 3 fl. 196 v).

7.13: Manoel Machado Baldoino de Cerqueira - Casou-se com Ana Joaquina Ribeiro Franco. Faleceu em Piracuruca, em 29 de novembro de 1877, e sua mulher, Ana Joaquina Ribeiro Franco, em 11 de maio de 1879. Foram os pais de José Machado Baldoino, Domingos André de Cerqueira, Gonçalo Machado Baldoino e Joaquim Machado Baldoino.

O inventário do casal Manoel Machado Baldoino e Ana Joaquina Ribeiro Franco, proprietários e moradores na fazenda do Valentim, foi realizado em Piracuruca, em 20 de agosto de 1879, relacionando os seguintes bens: cinco escravos, uma posse de terras na fazenda Valentim, termo da Piracuruca, e uma posse na fazenda São Francisco, termo da Parnaíba.

Gonçalo Machado de Cerqueira faleceu em Piracuruca no dia 14 de junho de 1834, conforme se verifica no registro de óbito:

"Aos quatorze dias do mes de junho do anno de mil oitocentos e trinta e quatro nesta Matriz de Nossa Senhora do Carmo da

Villa de Piracuruca faleceu da vida presente o Capitão Gonçalo Machado de Silqueira, viuvo, natural da Villa de Granja, morador da Freguesia da Villa da Parnaíba, foi sepultado na capela mor: faleceu de gangrena em sua perna, com o sacramento da penitencia, com oitenta e dois de idade; fez testamento: foi envolto em habito de Santo Antonio, encomendado pelo Reverendo Parocho Domingos de Freitas Silva; de que para constar fiz este assento em que me assigno

José Monteiro de Sá Palácio = Vigário" (liv. 3 fl. 2 v - Piracuruca)

8. A Família de José Antônio Damasceno e Maria da Rocha

Quando **JOSÉ ANTÔNIO DAMASCENO** casou com **MARIA DA ROCHA DE CERQUEIRA**, filha de Gonçalo Machado e Bárbara, em 1812, foi morar nas terras do sogro, no Jacaraí de Baixo, onde situou a fazenda Lagoa do Mato. Por morte desse, receberam, por herança, muitas outras posses de terra, gado e escravos.

José Antônio foi um próspero criador no sertão de Piracuruca. Além da fazenda Lagoa do Mato, destaca-se entre suas propriedades uma vasta posse na fazenda Gameleira, também no município de Piracuruca, sendo que, por morte dele, parte da mesma ficou para sua neta **Maria Joaquina**, casada com José Carneiro Mapurunga, conforme se vê no rol de bens de raiz constante no inventário desse casal, realizado em Viçosa em 30 de maio de 1922: *"Uma posse de terra na Fazenda Gameleira Estado do Piauhy havida a título de herança de seu falecido avô pela inventariada..."*. O valor dessa posse foi de dez mil réis.

Com José Antônio Damasceno, iniciou-se o fluxo migratório dos Fontenele para a região de Piracuruca. Dois filhos seus casaram-se com filhos de Guilherme Fontenele e Ana Joaquina do Rosário. Cândida Maria de Jesus casou-se com José Joaquim Fontenele e Gonçalo José Damasceno com Clara Joaquina do Rosário. Por Piracuruca também passou o filho mais velho de Guilherme, chamado Joaquim Fontenele, que vivia maritalmente com sua prima Ana Joaquina do Rosário.

Do casamento de José Antônio Damasceno com Maria da Rocha de Cerqueira nasceram os seguintes filhos:

8.1 - ***GONÇALO JOSÉ DAMASCENO*** - nascido em 1813, foi o mais velho dos filhos. Será visto adiante.

8.2 - *Cândida Maria de Jesus* - nasceu em 1818 e casou-se com 16 anos de idade, a 8 de novembro de 1835, com José Joaquim Fontenele (Zezinho do Cipoal), filho de Guilherme Fontenele e Ana Joaquina do Rosário, conforme registro a seguir.

> "Aos oito dias do mês de novembro de mil oitocentos e trinta e cinco pelas dez horas da manhã, nesta Matriz de Nossa Senhora do Carmo da Villa de Piracuruca, em minha presença e das testemunhas Antônio Marques de Castelo Branco e Domingos Machado de Silqueira, casados e moradores nesta referida Freguesia se receberam em matrimônio José Joaquim Fontanelles, filho legítimo de Guilherme Fontanelles; e de Ana Joaquina do Rosário, natural da Villa de Granja = e Candida Maria de Jesus, filha legitima de José Antônio Damasceno; e de Maria da Rocha, natural, batizada e moradora nesta Freguesia. E logo lhes dei as bençãos nupciais. E para constar fiz este assento que assigno.
>
> O Vigario Domingos de Freitas Silva". (livro 4 – fl. 10)

Cândida e José Joaquim moraram na fazenda Lagoa do Mato. Posteriormente, transferiram-se para a fazenda Cipoal, Data Gameleira, onde moraram numa casa "*coberta de telha*

tapada de adobes com onze portas e seis janelas...". Esse casal teve os seguintes filhos:

8.2.1. Francisco José Fontenele - nasceu em 20 de março de 1846. Foi batizado na fazenda Jacaraí, a 21 de novembro de 1847, pelo padre João do Nascimento Sá e os padrinhos foram seus tios Raimundo José do Carmo e Sabina Maria do Carmo. Casou-se com Firmina Marques de Alcobaça.

8.2.2. Guilherme José Fontenele - com 44 anos (em 1892). Sustentou questão com seu primo legítimo e cunhado, coronel José Joaquim Fontenele Sobrinho, sobre a posse da fazenda Lagoa do Mato. Casou-se com Rosa Maria Fontenele. De seus filhos, encontrou-se registro de:

8.2.2.1.Caciana Rosa Fontenele - casou-se em 30 de julho de 1902, na Lagoa do Mato, com Manoel Marques de Brito, filho de Joaquim Marques de Cerqueira e Maria Cardoso de Brito.

8.2.2.2. José Damasceno Fontenele - casou-se, em 30 de julho de 1902, na fazenda Lagoa do Mato, com Raimunda Cardoso de Brito, filha de Raimundo Francisco de Oliveira e Maria Cardoso de Brito (liv. 3 fl. 89).

8.2.3. Martiniano José Fontenele - nasceu em 16 de outubro de 1850.

8.2.4. Felismino José Fontenele - com 39 anos (em 1892). Casou-se com Maria Joaquina de Cerqueira. Do casal, só se conseguiu registro de um filho, chamado José Pereira Fontenele, casado com Maria dos Anjos Fontenele em 10 de agosto de 1900, ela filha de Domingos José Fontenele e Maria Theodora de Oliveira (liv. 3 fl. 82 v).

8.2.5. José Fontenele - com 36 anos (em 1892).

8.2.6. Antônio José Fontenele - batizado em Viçosa, em 26 de dezembro de 1839, sendo padrinhos Francisco Ferreira

Veras e Anna Joaquina do Rosário. Casou-se com Maria Theodora de Oliveira, filha de Félix Luiz Gomes e Theodora Maria de Oliveira, moradores no Jacaraí de Baixo. Félix Luís Gomes nasceu em 1791, faleceu "de febres", em 4 de julho de 1861, com 70 anos de idade e foi sepultado no cemitério público.

Foi Maria Theodora, esposa de Antônio José, quem construiu, em 1885, a capela do Jacaraí de Baixo, onde está sepultada e o local da sepultura facilmente identificado porque sempre apresentou rachaduras. Tanto consertem como o piso volta a rachar, porque "a velha é teimosa", conforme afirma José Fontenele.

Antônio José Fontenele tinha muitas posses representadas por ouro e prata, bastante gado e uma máquina de descaroçar algodão. Faleceu, em 5 de março de 1885, deixando os seguintes filhos:

8.2.6.1. Maria Fontenele - nasceu em 1870. Casou-se com Joaquim Ribeiro Torres.

8.2.6.2. Maria Thereza Fontenele - nasceu em 1875. Casou-se com Vicente Ferreira Cardoso.

8.2.6.3. Maria Raimunda - nasceu em 1877.

8.2.6.4. Maria dos Anjos - nasceu em 1880.

8.2.6.5. José Gomes Fontenele - nasceu em 25 de janeiro de 1880 e faleceu em 16 de novembro de 1934 (dados no túmulo). Casou-se, em 26 de janeiro de 1899, no lugar "Passa Tempo", no Jacaraí de Baixo, com Francisca Rita de Jesus, nascida em 5 de setembro de 1884 e falecida em 2 de fevereiro de 1964 (cf. dados no túmulo), filha de Aleixo Gomes Nonato e Raimunda Nonata dos Santos, esta filha de Manoel Machado de Cerqueira e neta do major Domingos Machado de Cerqueira (ver dados da família do capitão Gonçalo Machado).

José Gomes Fontenele e Francisca Rita de Jesus foram os pais de:

• *Josias Gomes Fontenele* (conhecido como Jorge Fontenele).

• *José Fontenele Filho* - "seu Zezinho", nascido em 7 de dezembro de 1917.

• *Raimundo Gomes Fontenele.*

• *Cristino Gomes Fontenele* - casou-se com Raimunda Océria Fontenele, filha de Manoel Marques Fontenele e Benta Jesuína Océria de Sousa, esta filha de Miguel Francisco de Sousa e Inácia. Miguel Francisco de Sousa era filho do capitão Manoel José de Sousa, morador na fazenda Sucurujú e falecido em 12 de março de 1879, deixando viúva Jesuína Joaquina Oceria e os filhos: Florência Francisca de Sousa (casada com Francisco Machado de Cerqueira), Miguel Francisco de Sousa (com 21 anos de idade em 1879), Joaquim José de Sousa (19 anos), Francisco José de Sousa (17 anos), Raimundo José de Sousa (11 anos), Manoel de Sousa (8 anos), João José de Sousa (7 anos), José Francisco de Sousa (5 anos) e "uma pagã que se chamará Maria" (com cinco meses). Todas as datas se reportam a 12/03/1879. O capitão Manoel José de Sousa era filho de Mateus José de Sousa e de dona Florência Rodrigues, esta irmã de Umbelina, casada com o francês Jean Fontenele. Dentre os filhos do casal Cristino Gomes Fontenele e Raimunda Océria Fontenele, nasceu José de Nazaré Fontenele, conhecido como "Coró", guardião da capela do Jacaraí de Baixo.

• *Francisco Gomes Fontenele.*

• *Lina Gomes Fontenele.*

• *Maria Amina Fontenele* – nasceu em 7 de abril de 1906 e faleceu em 4 de dezembro de 1937, no lugar Santa Maria. Casou-se com seu primo Cícero Francisco Fontenele,

filho de Maria Firmina e Francisco Ferreira. O inventário de Maria Amina foi realizado em Piracuruca, no dia 27 de dezembro de 1937, relacionando os filhos: Francisca Maria Fontenele, Lauro Cícero Fontenele, Francisco Cícero Fontenele Filho, Antônio Cícero Fontenele e Maria Amina Fontenele.

Dentre os bens recebidos por dona Francisca, no inventário de sua mãe, constava uma parte de terra "*no lugar* ***Estamos Vendo*** (grifo nosso) *da Data Jacaraí de Baixo, deste termo... que o inventariante adquiriu por compra a José Mendes da Rocha....*".

- *Edila Gomes Fontenele.*
- *Adelaide Gomes Fontenele.*
- *Maria Firmina Fontenele* – casou-se com Francisco Ferreira (avós maternos de Corinto Marques Fontenele).

8.2.6.6. Domingos - nasceu em 1884.

O inventário de dona Maria Theodora de Oliveira, realizado em Piracuruca, em 26 de outubro de 1897, teve como inventariante seu genro Vicente Ferreira Cardoso, que assinou requerimento do seguinte teor:

> "Diz Vicente Ferreira Cardozo que tendo falecido sua finada sogra Dona Maria Theodora de Oliveira, moradora que era no lugar **Veremos** deste Termo deixando bens superiores a quinhentos mil reis e herdeiros menores vem por isso requerer a V. SA que proceda inventário e partilha dos bens que ficaram, designando dia, hora e lugar para comparecimento das partes...
>
> Piracuruca 26 de outubro de 1897"

Questionando dona Francisca sobre o nome dos sítios "Veremos" e "Estamos Vendo", explicou tratar-se de um desafio antigo de duas das irmãs que vieram no tempo da imigração.

"Theodora" e "Sutera" queriam construir, cada uma, uma casa. A que saiu na frente no desafio batizou seu sítio de "Estamos Vendo" e a que ficou retardatária no objetivo terminou por batizar o seu de "Veremos".

Como demonstrado, o sítio "Veremos" pertenceu, de fato, a dona Maria Theodora de Oliveira, casada que foi com Antônio José Fontenele, este filho de José Joaquim Fontenele e Cândida Maria de Jesus. Conforme já discriminado anteriormente, Maria Theodora de Oliveira era filha de Félix Luiz Gomes e Theodora Maria de Oliveira, moradores no Jacaraí de Baixo.

A "Sutera", de que nos fala dona Francisca, deve ter sido Sotéria Ferreira de Oliveira, irmã de Theodora, que se casou com Antônio Marques Alcobaça, também moradores no Jacaraí de Baixo. Dona Sotéria faleceu em 1909 e seu inventário, realizado em 7 de julho do mesmo ano, relaciona os seguintes filhos:

- *Firmina Pereira de Oliveira* (ou Marques de Alcobaça) - nascida em 1854. Casou-se com Francisco José Fontenele.
- *Antônio Marques de Alcobaça* - nascido em 1856.
- *Maria Marques de Alcobaça* - nascida em 1864.
- *Theodora Marques de Oliveira* - casou-se com Rodolfo Félix da Costa.

8.2.7. Maria da Conceição Fontenele - casou-se com seu primo legítimo José Joaquim Fontenele Sobrinho, filho de Gonçalo José Damasceno e Clara Joaquina do Rosário. Faleceu de parto, no dia 16 de setembro de 1875, deixando os filhos: Cândida Fontenele (casou-se com o capitão José Correia de Vasconcelos), Brasilina Fontenele (casou-se com Francisco Pacheco), Maria Fontenele (casou-se com Manoel Benício

Fontenele), José Domingues Fontenele (Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, casou-se com Maria Cristina Moraes Vila Real), Filomena Fontenele (faleceu em Viçosa no dia 13 de agosto de 1892, de "morte natural", com 23 anos de idade, sem deixar geração), Quintino (faleceu criança) e Mariano, de cujo parto faleceu a mãe e também faleceu criança.

8.2.8. Umbelina Avelina Fontenele - batizada em 8 de novembro de 1844, tendo como padrinhos o coronel Pedro de Britto e sua mulher, Ana Maria de Cerqueira. Casou-se com José dos Santos Magalhães.

8.2.9. Justino, faleceu "de inxação", em 8 de agosto de 1863, com 6 anos de idade (liv. 3 fl. 185 v).

José Joaquim Fontenele faleceu na fazenda Cipoal, no dia 7 de maio de 1892, e sua esposa, Cândida Maria de Jesus, no dia 24 de junho do mesmo ano. Além da fazenda Cipoal, o casal era possuidor dos seguintes bens de raiz:

• Uma posse de terra na fazenda Gameleira, que recebera por herança do pai e sogro José Antônio Damasceno e dona Maria da Rocha de Cerqueira.

• Uma posse de terra na fazenda Jacaraí, recebida também por herança de José Antônio Damasceno e esposa.

• Uma posse de terra na mesma fazenda Jacaraí, recebida por herança de Ana Joaquina do Rosário, mãe de José Joaquim.

• Uma posse de terra na fazenda Tabocas, recebida por herança de José Antônio Damasceno.

• Uma posse de terra no lugar denominado Varge, adquirida por compra a Francisco Ferreira Neves e Ana Maria de Cerqueira.

8.3. Maria José - solteira - com 52 anos (em 30/06/1874, data do inventário do pai).

8.4. Sabina Maria do Carmo - 51 anos (em 30/06/1874). Casou-se com Félix Ferreira Cavalcante, filho de Manoel Machado de Cerqueira e Ana Maria Ferreira Cavalcante. Manoel Machado de Cerqueira era sobrinho de Gonçalo Machado de Cerqueira.

A primeira informação que se conseguiu sobre Félix foi no processo que lhe movia Pedro José Brandão (casado com Rosa, filha do finado Antônio Machado de Cerqueira e Maria Antônia de Oliveira), em 22 de novembro de 1840, exigindo indenização de uns bodes que haviam sido mortos por uns "cains" de Félix, na época, órfão de menor idade.

Depois de muito esforço para traduzir o manuscrito do escrivão, constatou-se que os "cains" nada tinham de bíblico. Era uma matilha liderada por um vira-latas encrenqueiro, rajado, chamado Leão. Quando os bodes, já desconfiados, atravessaram o caminho, correndo, o garoto Félix, não menos impulsivo que eles, gritou: "Pega, Leão". Foi o bastante para ir esbarrar nos tribunais onde foi defendido pelo seu tutor, Deodato Machado de Carvalho, que fincou pé e não quis indenizar Pedro José pela perda dos bodes.

Félix faleceu, em 11 de julho de 1899, em seu sítio denominado Barra, no Brejo Grande, município de Viçosa do Ceará. Uma parte desse sítio o casal doou para São Gonçalo e queira Deus o santo tenha tomado conhecimento disso. No inventário, realizado em 12 de novembro de 1902, em Viçosa, constam os seguintes filhos:

8.4.1. Procópio Ferreira Cavalcante.

8.4.2. Florindo Ferreira Cavalcante - casou-se com Generosa Cardoso de Brito, filha de Antônio de Britto Passos e

neta de Pedro de Britto Passos e dona Ana Maria de Cerqueira, com quem teve os filhos: Antônio Cardoso de Brito, Ana Ferreira de Brito, Maria Ferreira de Brito, Félix Ferreira de Brito, Joaquina Generosa de Brito, Raimundo Ferreira de Brito, Pedro Ferreira de Brito, Marçal Ferreira de Brito, Simplício Ferreira de Brito e Laurentino Ferreira de Brito.

8.4.3. Pedro Ferreira Cavalcante.

8.4.4. Antônio Ferreira Cavalcante, nascido em 28 de novembro de 1851.

> "Aos dezoito dias do mês de abril de mil oitocentos e cinquenta e dois nesta Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca baptizei e pus os Sanctos Oleos a Antonio, nascido a vinte e oito de novembro do ano passado, filho legitimo de Felis Ferreira Cavalcante e Sabina Maria de Jesus, digo do Carmo. Foram padrinhos Joaquim Fontanelles e sua mulher Candida Maria de Jesus todos desta mesma Freguesia.
>
> Vigario Joaquim Antonio Magalhães" (Piracuruca - liv. 2 fl. 208 v)

8.4.5. Simplício Ferreira Cavalcante.

8.4.6. Maria Ferreira Cavalcante.

8.4.7. Raimunda Ferreira Cavalcante - casou-se com Raimundo Cerqueira Machado.

8.4.8. Cândida Maria do Carmo - nasceu em 1848 e faleceu em 13 de fevereiro de 1930. Casou-se com seu primo legítimo Antônio Gonçalves Fontenele, filho de Gonçalo José Damasceno e Clara Joaquina do Rosário.

8.4.9. Caetana - faleceu "de febres", com 2 anos de idade, em 11 de junho de 1861.

8.4.10. Domingos Ferreira Cavalcante - casou-se com Maria Ferreira de Santana (ou Maria Ferreira de Britto),

filha de Antônio de Britto Passos e Ana Cardoso de Jesus. Foram os pais de Antônio Cardoso Sobrinho, nascido em 1886, que adotou esse nome por ser sua mãe irmã do coronel Antônio Cardoso.

> "Ao primeiro de junho de mil novecentos e onze, nesta cidade de Viçosa, em minha residência parochial compareceu Antônio Cardoso Sobrinho, acompanhado das testemunhas Florentino Ferreira da Silva, casado, morador nesta Freguesia, e Manoel Vieira de Pinho, casado, morador na Freguesia de Piracuruca, estado e diocese do Piauhy, pedindo para justificar o seu estado de solteiro, o que eu na qualidade de Juiz Comissário, tendo admitido, fiz cada um prestar juramento aos Santos Evangelhos e tomei seus depoimentos que, em substancia, são do theor seguinte: O justificante Antônio Cardoso Sobrinho é filho legítimo de Domingos Ferreira Cavalcante, já falecido, e Maria Ferreira Cavalcante, tem idade de vinte e cinco anos, nasceu e foi baptizado nesta Freguesia, e com idade de sete anos, pouco mais ou menos, foi para a Freguesia da Piracuruca, estado do Piauhy, em companhia dos seus pais, aonde tem sempre residido. O justificante não contrahiu matrimônio na Freguesia de sua residência nem na de sua naturalidade, tendo se conservado sempre no estado de solteiro. E para constar lavrei este termo que assigno com as testemunhas. O Juiz Comissário, o Vigário Monsenhor J. Ferreira da Ponte. Antônio Cardoso Sobrinho. Florentino Ferreira da Silva. Manoel Vieira de Pinho". (Viçosa - livro de Assentos e Justificassoens – 1889 – fl. 83).

Domingos Ferreira Cavalcante voltou para o Piauí, indo morar na localidade denominada Tapera, no município da atual cidade de Cocal dos Alves. Antônio Cardoso Sobrinho, mais conhecido com Antônio Domingos, era avô materno do autor. Casou-se com Cândida Vieira, filha de Leonor Mapurunga e Conrado José Vieira, neta de **Maria Joaquina**, como será visto adiante.

Além de Antônio Domingos, o casal teve ainda os filhos:

• *José* - foi embora para o Peru e dele não se teve mais notícia.

• *João Domingos* - casou-se com Lavínia Brito.

• *Teodoro* - casou-se com Raimunda Brito.

• *Saturnino* - morreu solteiro.

• *Vicente Domingos* - casou-se com Maria Madalena Vieira (Rica).

• *Maria* (Branca) - casou-se com João Alves Brito.

• *Ana* - morreu solteira.

8.5. Raimundo José do Carmo - solteiro, da idade de 45 anos (em 30/06/1874).

> "Raimundo, filho legitimo de José Antônio Damasceno e de Dona Maria da Roxa de Silqueira natural elle da Freguesia de Granja e ella desta de Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca, moradores na Fazenda Alagoa do Matto: Neto paterno de João Alves Passos e de Dona Genoveva Rodrigues da Camara, e materno do Capitão Gonçalo Maxado de Silqueira e de Dona Barbara Maria da Roxa, já falecida. Nasceo aos 8 dias...ilegível...do corrente ano de mil oitocentos e vinte e nove, por min batizado solenemente com os sanctos oleos em desobriga na Fazenda Alagoa do Matto aos vinte dias do mês de agosto do dito anno. Forão padrinhos Domingos Maxado de Silqueira, casado e morador na Fazenda do Cocal, Freguesia da Parnahiba, e por devoção Nossa Senhora do Carmo e para constar fiz este assento em que me assigno.
>
> José Monteiro de Sá Palácio = Vigário" (Batizados 1824 – 1831 – livro 4 – fl. 113 v) .

Mesmo ilegível o mês de nascimento mas considerando que em 30 de junho de 1874, data do inventário do pai, já tinha completado 45 anos e que seu batizado foi realizado aos 20 dias do mês de agosto, conclui-se que nascera a 8 de julho

de 1829. Um registro avulso dá a entender que se casou com Maria Theodora, mas não se descobriu a certeza. Por morte de José Antônio Damasceno, ficou como proprietário da casa velha da Lagoa do Mato, onde nasceu, conforme é atestado pelo procurador Luiz Soares Godinho, em documento assinado em 20 de agosto de 1892, onde afirma:

> "...Que José Antonio Damasceno, sendo dono de terra na Data Gameleira, situou com Fazenda de Gado e casa que edificou, o lugar da mesma data que denominou Lagoa do Matto, onde até residio; que por sua morte, passou aquelle lugar...para seu filho Raimundo José do Carmo, e deste passou por venda para o Coronel José Joaquim Fontenelle Sobrinho e sua mulher...".

Com efeito, a posse daquela casa consta no pagamento ao herdeiro Raimundo José do Carmo no inventário de seu pai, José Antônio Damasceno, realizado em 30 de junho de 1874, tendo, como Juiz, Leocádio Cabral Raposo da Câmara e como escrivão Laurentino Henriques da Silva:

> "Pagamento ao herdeiro Raimundo José do Carmo no Inventário de seu finado pai José Antonio Damasceno da quantia de quatrocentos oitenta e três mil novecentos e um réis que vai a margem = Derão - lhe elle Juiz e partidores para seu pagamento os bens seguintes: O Escravo Delfino cabra com treze annos de idade, solteiro, sem officio e sem achaques... pelo mesmo valor do inventario de trezentos e cinquenta mil reis que vai a margem = **A casa da Lagoa do Mato deste termo, tapada de taipa e coberta de palha, com três portas velhas e um curral** (grifo nosso), pelo mesmo valor do inventario de vinte mil reis que vai a margem = Uma posse de terras na Fazenda Taboca deste termo, pelo mesmo valor do Inventário de dez mil reis."

Coronel José Joaquim Fontenele Sobrinho, filho de Gonçalo José Damasceno, um dos órfãos da Lagoa do Mato, por razões sentimentais, certamente, tentou sob todos os meios recuperar a posse da velha fazenda onde nascera. O

desentendimento que havia entre os familiares levou seu intento a questão judicial prolongada com o cunhado e primo, Guilherme José Fontenele, em 1892.

> "Dizem o Coronel José Joaquim Fontinelle Sobrinho e sua mulher D. Ana Evarista Fontinelle, por seu procurador abaixo assignado, que sendo senhores possuidores de uma terra no lugar denominado Lagôa do Matto, data Gameleira, deste Districto, que houve por compra a Raimundo José do Carmo e este por herança de seu pai José Antonio Damasceno, documentos nºs 1,2,3 succede que, Guilherme José Fontinelle, morador no lugar Carnahubal, deste mesmo Districto, em dias de maio deste corrente anno e do corrente mês, mandou fazer roçagem de mato, a pequena distancia da casa dos Suplicantes no mencionado lugar, para edificar casa e estabelecer posse. E como ainda mesmo que compre, não pode estabelecer posse no referido lugar Lagôa do Matto, que a muito foi situado pelo mencionado José Antônio Damasceno, de quem os Suplicantes são sucessores pela compra feita a Raimundo José do Carmo... etc.". (Processo – fl. 2).

Iniciado o processo, em 26 de junho de 1892, prolongou-se a demanda até 15 de dezembro do mesmo ano. Belíssimo trabalho jurídico exercido pelos advogados Luiz Soares Godinho, pelos autores, e Pedro Melchiades de Moraes Brito, pelos réus. José Joaquim perdeu a questão que tinha como cerne não precisamente a posse da terra mas o fato de que pretendia cercar a lagoa. Guilherme, alegando tratar-se de um bebedouro natural para os animais, manifestou-se em contrário, chegando a propor que José Joaquim cercasse a metade. Este, irredutível, só aceitava cercar tudo. Tal intransigência fez com que perdesse a questão. A lagoa, hoje, 107 anos depois, está totalmente cercada.

8.6. Joaquim Prudêncio Damasceno - casado, com 42 anos de idade (em 30/06/1874). Como o capitão José Francisco de Miranda e sua esposa Carolina não puderam

comparecer à fazenda do Chafariz, residência do coronel Pedro de Britto, onde seria batizado, Joaquim teve como padrinhos seus irmãos Gonçalo José Damasceno e Cândida Maria de Jesus, conforme constata-se no seguinte registro extraído do livro de batizados nº 5 – fl. 25 - Piracuruca:

> "Aos vinte e três dias do mes de setembro do ano de mil oitocentos e trinta e quatro em uma desobriga na Fazenda do Chafariz, freguesia de Nossa Senhora do Carmo da Villa de Piracuruca baptizei solenemente a Joaquim, filho legítimo de Jose Antonio Damasceno e de Dona Maria da Roxa de Silqueira moradores na fazenda Alagoa do Matto na mesma freguesia de Piracuruca; e lhe pus os sanctos oleos: foram padrinhos o Capitão Jose Francisco de Miranda e sua mulher Dona Carolina Thomasia Dias da Silva Luiza e Miranda, moradores na Villa da Parnaiba, por procuração que apresentarão Gonçalo Jose Damasceno, e Dona Candida Maria de Jesus, solteiros, moradores na mesma fazenda Alagoa do Matto
>
> José Monteiro de Sá Palácio = Vigário"

Dona Carolina Thomazia Dias de Seixas e Miranda (como consta na lápide), esposa do capitão José Francisco de Miranda, era filha do coronel Simplício Dias da Silva e sua esposa, Maria Isabel Thomasia de Seixas e Silva, neta de Domingos Dias da Silva. Conforme lápide na Catedral de Parnaíba, nasceu naquela cidade em 17 de outubro de 1801 e faleceu em 27 de agosto de 1850, assassinada "*victima da crueldade de um execrando monstro*". O "execrando monstro" era um escravo que também sofreu morte cruel nas mãos de seus algozes.

O ano do nascimento de Joaquim Prudêncio Damasceno foi mesmo 1831. Em depoimento que prestou, como testemunha num processo de roubo de gado, em 4 de dezembro de 1879, cujo autor era seu primo Agostinho de Britto Passos, identificou-se como tendo "*quarenta e oito anos*

de idade, casado, vive de ser vaqueiro, morador nas Contendas, deste Termo...". O fato de só ter sido batizado em 3 de setembro de 1834, três anos depois de ter nascido, só se explica no compromisso de seu pai de esperar o compadre José Francisco de Miranda que vinha para a Lagoa do Mato para ser padrinho da criança.

Joaquim foi casado com dona Olímpia, durante muitos anos parteira oficial das mulheres importantes de Viçosa. Foram os pais de:

a) *Ana Maria da Glória* - nascida em 08 de maio de 1878 e falecida em 05 de junho de 1951, casada com Bento Alves de Sousa, nascido em 15 de julho de 1869 e falecido em Viçosa em 9 de abril de 1945.

b) *Rosa Machado* - casada com Antônio Martins, da Vambira.

c) *Maria Machado* - casada com José Simão.

d) *Pedro Machado.*

e) *José Machado.*

Com a libertação dos escravos, Joaquim ficou sem a mão-de-obra gratuita de que dispunha e terminou em má situação financeira no sertão de Piracuruca. Veio a seca e ele perdeu boa parte do rebanho de gado. Terminou mudando-se para Viçosa, indo morar com seu filho Pedro Machado, no Capibaribe.

Estando no Esbarrado, onde fora passear na casa da sobrinha **Maria Joaquina**, levantou-se certa noite para umas necessidades e vagando no meio da neblina espessa, não se deu conta de que estava no topo do muro de arrimo que separa o terreno da casa do cemitério. O resultado foi esparrar-se de uma grande altura, quebrar uma perna e passar um mês padecendo dos tratamentos do "médico" Zé Mapurunga.

8.7. Clarinda Maria do Carmo – com 38 anos de idade (em 30/06/1874). Casou-se com José Machado Baldoino,

filho de Manoel Machado Baldoino de Cerqueira e dona Ana Joaquina Ribeiro França, moradores na fazenda do Valentim. Neto, portanto, de Gonçalo Machado de Cerqueira. Baldoino recebeu do sogro, a título de dote de casamento, os seguintes bens: Quatro oitavas e meia de ouro em obras, duas colheres de prata, um jogo de caixas cobertas de sola, dois cavalos e a escrava Teresa; importando tudo na quantia de 358 mil réis. Moravam na fazenda Lagoa do Mato mas, em 1890, assinou recibo de venda de terra onde afirmava morar na fazenda Boiada, distrito de Piracuruca.

8.8. Liberalina -

> "Aos trinta dias do mes de novembro do ano de mil oitocentos e trinta e nove, na Matriz de Nossa Senhora do Carmo da Villa de Piracuruca, baptizou solenemente, o Reverendo Domingos de Freitas Silva, a Liberalina, filha legitima de Jose Antonio Damasceno, e de Dona Maria da Roxa, moradores na fazenda Alagoa do Matto, na mesma freguesia, lhe pos os sanctos oleos: Foram padrinhos, eu o Vigario Jose Monteiro de Sá Palacio, e Dona Anna...". (livro 1 - 1838-1847 - Piracuruca).

Dona Ana, a madrinha, era a esposa do coronel Pedro de Britto (Ana Maria de Cerqueira). Essa criança com certeza não sobreviveu pois não consta nos inventários de seus pais e em nenhum outro registro eclesiástico ou civil.

8.9. Francisca - Adolescente ainda, morreu queimada e foi sepultada na matriz de Piracuruca.

> "Aos vinte dias do mes de julho de mil oitocentos e cinquenta e dois faleceu da vida presente queimada em seu corpo Francisca, da idade de quatorze anos, solteira filha legitima de Jose Antonio Damasceno e sua mulher Maria da Roxa... sepultada por tras das grades...
>
> Vigario Joaquim Antonio Magalhães ". (Livro de Óbitos 3 – fl. 20- Piracuruca).

8.10. Durçulina Maria de Jesus (ou da Conceição, como consta no inventário) - casou-se, em 26 de agosto de 1852, na fazenda Jacaraí de Cima, com seu primo legítimo Joaquim Marques de Oliveira, filho de Eustáquio Machado de Cerqueira e Ana Maria de Jesus (liv. 4. fl. 91 v.). Em 30 de junho de 1874, data do inventário do pai, já era falecida, tendo deixado dois filhos:

8.10.1. Aristides Marques de Oliveira - solteiro com 18 anos (em 30/06/1874)

8.10.2. Ana Maria da Conceição - solteira com 16 anos (em 30/06/1874)

9. Os órfãos da Lagoa do Mato

GONÇALO JOSÉ DAMASCENO, filho mais velho de José Antônio Damasceno e Maria da Rocha de Cerqueira, nascido no Jacaraí de Baixo em 1813, casou-se com Clara Jóaquina do Rosário, filha de Guilherme Fontenele e Ana Joaquina do Rosário, em 1837, conforme já demonstrado. Moravam na mesma fazenda Lagoa do Mato, próximo ao pai, no Jacaraí de Baixo. Ele, os irmãos e cunhados são exemplos típicos da criação patriarcal daquele tempo. Eram, de fato, vaqueiros do pai, como se pode verificar pela declaração assinada por seu irmão, Joaquim Prudêncio Damasceno, em 20 de junho de 1892:

> "...Que na referida Fazenda (Lagoa do Mato) morou seu pai, e no alto conjunto a mesma um cunhado seu, José Joaquim Fontenelle, fez uma casinha em eras de 1836 a 40, quando foi **vaqueiro d'aquelle** (grifo nosso), abandonando-a, quando mudou de vaqueria para o Jacarahy de Cima...".

Gonçalo e Clara tiveram os seguintes filhos, todos nascidos na Lagoa do Mato:

9.1. ***MARIA JOAQUINA DO ROSÁRIO*** - Nasceu em janeiro de 1838 e foi batizada em 2 de fevereiro do mesmo ano na igreja Matriz de Piracuruca, conforme já demonstrado. Pelo que se vê na lousa mortuária de seu jazigo, na capela de N. S. da Conceição do Esbarrado, seus descendentes desconheciam essa data que, aliás, contraria informação veiculada em outras publicações de que teria nascido em 1835. Seu nome de solteira era **Maria Joaquina do Rosário**, conforme consta no registro de casamento. O desconhecimento dessas informações por parte das pessoas mais novas, netos principalmente, é que levava à confusão dos nomes. O Machado, que vez por outra lhe era atribuído, advém do nome de seu bisavô paterno, Gonçalo Machado de Cerqueira. O nome de sua mãe, encontrado em diversos registros - Clara Joaquina do Rosário - não tinha o Fontenele do pai, Guilherme Fontenele.

Dados do inventário de José Antônio Damasceno, seu avô, realizado em Piracuruca, em 30 de junho de 1874, confirmam que ela tinha 36 anos de idade naquela data, comprovando o ano de seu nascimento como sendo 1838. Como foi batizada em dois de fevereiro do dito ano, não resta mais dúvida de que nasceu no mês de janeiro, em um dia que não se poderá mais precisar. Certamente, logo no início.

Maria Joaquina viveu feliz na fazenda Lagoa do Mato até os 11 anos de idade, época em que sua vida, de forma brutal, sofreu o primeiro revés. Na madrugada de 11 de março de 1849, sua mãe - Clara Joaquina do Rosário - faleceu de parto. Fora dormir, na noite anterior, alegre com a chegada de um novo irmão que há muito era esperado e ao acordar, naquela manhã chuvosa, deparou-se com a mãe morta e o pai aos prantos. Quando saiu a comitiva, levando o corpo para ser sepultado na igreja Matriz, construída pelos Irmãos Dantas, na Vila, se deu conta de que nunca mais a veria. Jamais se refez totalmente da dor terrível que sentiu. Amparada

pela avó, Maria da Rocha de Cerqueira, sentiu-se na obrigação de criar os irmãos órfãos e decidiu que a mãe se orgulharia dela nessa tarefa.

Gonçalo ficou desnorteado com a morte da jovem esposa. Como vaqueiro do pai, não era exatamente uma pessoa de posses. Em 14 de fevereiro de 1850, para garantir o direito dos filhos, como obrigava a lei, foi convocado pelo Juiz de Órfãos, major Miguel Furtado de Mendonça, para realizar inventário dos bens que dispunha; aliás, único documento existente em que aparece sua tremida assinatura. Pelo rol de bens discriminados, constata-se que o casal começava a vida em razoável nível de dificuldade.

Os bens arrolados eram os seguintes:

- Um colar de ouro com o peso de 6 oitavas.....19$200
- Um par de brinco de ouro c/o peso de 2 oitavas.....8$000
- Um rosário de ouro fino c/ o peso de 3 oitavas .....9$600
- Um anel de ouro "de abraço" c/ o peso de 1 oitava..... 3$200
- Um anel de ouro rendado c/ o peso de 1 oitava.....3$200
- Meia ferragem de prata c/ o peso de sessenta oitavas.....9$600
- Um taxo de cobre usado c/ o peso de 20 libras.....12$800
- "Dous machados em bom uso".....1$280
- "Duas enxadas de ferro"..... $800
- Duas foices usadas..... $800
- "Um jogo de caxas de meia pregaria em bom uso".....10$000
- "Um jogo de caxas velhas".....4$000
- Uma cangalha..... $640
- "Um selim ingles usado com estribos e bride"..... 4$000
- Quinze vacas.....120$000

- Três novilhas..... 15$000
- Duas garrotas..... 8$000
- "Dous garrotes maxos"..... 8$000
- Três bezerras..... 6$000
- "Dous bois mansos de carro".....20$000
- "Dous cavalos novos capados".....32$000
- Um cavalo velho..... 8$000
- Três éguas.....30$000
- Uma poldrinha (tocou para Maria).....4$000
- Trinta e oito cabeças de ovelhas .....15$200
- Um escravo crioulo de nome Teodoro da idade de 52 anos.....100$000
- Uma posse de terra na Lagoa do Barro - Termo da Granja..... .....20$000

total.....473$320

O casal tinha dívidas passivas com as seguintes pessoas:

- João Fontenele, morador no lugar denominado Covas.....25$000
- Plácido Fontenele, morador no lugar denominado Retiro.....16$000
- Antônio Vaz dos Santos, morador em Granja..... ..... .5$000
- Inácio João Barcelos, morador no lugar Limão, termo de Granja.....4$000

total das dívidas.....50$000

Subtraindo as custas do inventário, que importou em 20$000, ficou um valor líquido de 403$320. Deste valor, a metade (201$660) ficou para Gonçalo e o restante foi dividido em 5 partes de 40$332,00 - uma para cada órfão.

A legítima de **Maria Joaquina**, no inventário de sua mãe, foi paga com os seguintes bens:

- Um rosário de ouro fino com o peso de 3 oitavas..... 9$600

- Um par de brincos de ouro com o peso de duas oitavas.....8$000

- Um bezerro.....2$000

- Uma poldrinha.....4$000

- Doze cabeças de ovelhas.....4$800

- Uma vaca.....8$000

- A receber do pai..... .....$260

Total.. ..... 40$660

Devolver para o órfão José (9 anos de idade na época)..... ..$328

O total líquido recebido.....40$332

Considerando que o valor de uma oitava de ouro no mesmo inventário correspondia a dois mil réis, podemos dizer que este total correspondia a 20,166 oitavas.

Considerando, também, que uma oitava (1/8 de onça) correspondia a 3,586 gramas, podemos afirmar que a parte de cada um dos órfãos correspondia a 72,315 gramas de ouro ou, aproximadamente, 870 dólares. Em dinheiro de hoje, algo como R$ 1.735,00. Era, portanto, uma pequena herança.

Viúvo, Gonçalo contraiu outro casamento, em setembro de 1849, com sua prima Victorina Maria de Jesus, ela também viúva por falecimento do esposo Agostinho Pereira de Oliveira:

> "Em dias do mes de setembro do ano de mil oitocentos e quarenta e nove nesta Igreja Matriz de Piracuruca em desobriga, depois de cumpridas as exigencias do Sag. Conc. Trid. e consentimento do Bispado assisti a celebração do sacramento do matrimonio que contrahio **Gonçalo Jozé Damasceno viuvo por falecimento de Clara Joaquina do Rosario com Vitorina Maria de Jesus viuva por falecimento de Agostinho Pereira de Oliveira** (grifo nosso). Achavão-se dispensados por sentença do Ilmo. Revmo. Sr. Governador do Bispado do impedimento que os ligava.

Sendo testimunhas presentes José Joaquim Fontanelles Joaquim Machado de Cerqueira e para constar faço este assento que assigno

Pe. Joaquim Mariano de Guimarães" (livro 4 - fl. 67v - Piracuruca).

Aos poucos a vida retomava seu ritmo na Lagoa do Mato. As crianças continuavam morando com os avós, sob a supervisão atenta de Maria Joaquina. Quando tudo parecia correr bem, vem a doença de Gonçalo, gerando um sentimento estranho de medo, frente à gravidade da moléstia que ninguém ousava pronunciar o nome em voz alta - tuberculose.

José Antônio Damasceno apressou-se em mandar buscar em Viçosa o jovem "médico", José Carneiro da Cunha, que poderia ser a salvação do filho. A notícia da decisão espalhou-se e uma esperança renasceu na Lagoa do Mato.

De nada adiantaram, no entanto, os recursos das ervas medicinais que o "médico" aplicava. Ungüentos, banhos de "cozimento", purgantes, chás, garrafadas, inalações e nem mesmo as rezas fizeram efeito. Gonçalo faleceu de "pleuris", no dia 19 de abril de 1854, com 41 anos de idade, transformando aquela numa noite terrível para Maria Joaquina. A luz pálida das velas de cera branca transformou, mais uma vez, a sala da casa do avô num ambiente de dor e angústia. Pela madrugada, o caixão com o corpo do pai foi colocado sobre o carro de bois conduzido pelo escravo Domingos e uma comitiva de homens a cavalo seguiu silenciosamente o carro que gemia pela chapada a fora, em busca da Matriz da Vila. Aos poucos, perderam-se na escuridão da noite os vultos e o som rouco da madeira rangendo. Na casa, os soluços dos irmãos e da avó eram abafados pelas vozes cadenciadas que rezavam a Ladainha de Todos os Santos.

No dia 20 de abril, enquanto os sinos da torre tocavam finados, as portas da Matriz de Nossa Senhora do Carmo se

abriam para recolher em seu solo o humilde vaqueiro que chegava do Jacaraí de Baixo para a última viagem. O registro desse óbito tem o seguinte teor:

> "Aos vinte dias do mes de abril de mil oitocentos e cinquenta e quatro annos faleceu da vida presente **de pleuris sem sacramentos por morar distante Gonçallo Jose Damasceno da idade de quarenta e um anos casado com Victorina Maria e amortalhado de branco** (grifo nosso) e por min encomendado sepultado nesta matriz ao pé das grades do que para constar mandei fazer este assento que assigno.
>
> Vigario Joaquim Antonio Magalhães". (Livro de óbitos nº 3 – fl. 101 v - Piracuruca).

Obs. Pleuris. [Do lat. pleurise, de or. grega] S.m. Patol. V. pleurisia (AURÉLIO).

Pleurisia. S. f. inflamação pleural, pleurite, pleuris (AURÉLIO).

Pleura. S.f. Anat. Dupla membrana serosa que envolve cada um dos pulmões externamente e a cavidade torácica internamente (AURÉLIO).

Quando a comitiva retornou da Vila, ao entardecer daquele dia, encontrou uma Maria Joaquina abalada e confusa. Para aliviar a saudade terrível que sentia do pai e da mãe, insegura frente ao destino que a ameaçava, refugiara-se num recanto da margem da lagoa, como sempre fazia nas horas de amargura, vendo os mergulhões aparecerem furtivamente para, logo em seguida, sumirem nas águas. A vida aplicara-lhe um novo e profundo golpe, deixando, desta vez, a ela e aos irmãos sozinhos em plena e total orfandade.

Na noite do mesmo dia 20 de abril, em plena quaresma, o "médico" José Carneiro da Cunha externou a José Antônio Damasceno seu desejo de casar-se com Maria, no que foi atendido. Para ela, no entanto, a oficialização do pedido não representava motivo de júbilo. Frente aos irmãos menores,

assemelhava-se a uma fuga, cravando-lhe no fundo da alma uma dúvida terrível. Como ir para longe dos avós e dos irmãos pequenos? E o compromisso que fizera com a mãe, de cuidar deles? Seria justo?

Foram os avós que a incentivaram na decisão, desde que assumiam a incumbência de cuidar de seus irmãos. Acertado um dote de casamento, no valor de 51.440 réis, estava definida sua partida para a Serra.

E assim, seguindo um destino que já lhe tinha sido tão cruel, numa madrugada do mês de setembro do mesmo ano de 1854, com 16 anos de idade, sufocando os soluços apertados na garganta, despediu-se dos avós e tios, entrou pela última vez no quarto onde dormiam os irmãos pequenos e partiu do Jacaraí de Baixo, para onde nunca mais pôde retornar. Enquanto o cavalo andava pelo caminho que a levava para longe de casa, imaginou que poderia maldizer o sertão onde perdera a mãe e o pai em tão pouca idade. O que sentia por aquele pedaço de chão, no entanto, era um profundo sentimento de amor e apego.

Casou-se em Viçosa, a 24 de setembro daquele ano, longe dos seus.

> "Aos vinte e quatro de setembro de mil oitocentos e cinquenta e quatro nesta Freg[a] de N. S. da Assunpção de V. Viçosa depois de corridos os banhos na forma de estillo não aparecendo impedimento algum, de minha licença, o Revdo Antonio Carneiro da Cunha assistio ao rito matrimonial por palavras de presente de **José Carneiro da Cunha filho de Joaquim Carneiro da Cunha e Dona Francisca Joaquina do Nascimento com Maria Joaquina do Rosario filha legítima de Gonçalo Jose Damasceno, e de Clara Joaquina do Rosario**, (grifo nosso) falecidos, o nubente natural e morador nesta freguesia a nubente natural e moradora em Piracuruca e lhes deu as bençãos nupciais pelo rito romano. Testemunhas Gervasio Romão da Silva e

Antonio Pontes de Aguiar, casados, e moradores nesta Freguesia, fiz este assento que assigno.

Vigario José Bevilaqua". (Livro 5 – fl. 42 - Viçosa)

O reverendo Antônio Carneiro da Cunha, que celebrou a cerimônia, era irmão do noivo.

Antes de partir do Jacaraí de Baixo, Maria Joaquina assistiu ao inventário do pai, realizado em 4 de agosto de 1854, oportunidade em que o avô assumiu oficialmente a guarda dos seus irmãos órfãos:

"Termo de Tutor

Aos nove dias do mes de agosto de mil oitocentos e ciquenta e quatro annos nesta Villa de Piracuruca Comarca da Cidade da Parnahyba Provincia do Piauhy; em casa de rezidencia do Juiz Municipal e orfaos o cidadão Manoel Antonio Benvenuto Magalhaens, onde eu escrivão vim, e sendo ahy tão bem prezente Jose Antonio Damsceno deste Termo lhe foi deferido pelo mesmo Juiz o Juramento nos Santos Evangelhos de baixo do qual lhe encarregou que na qualidade de Tutor dos orfãos, **filhos que ficarão de seu filho Gonçalo José Damasceno**, (grifo nosso) administrasse exatamente os seos bens, cuidasse de amparalos conveniente das suas educação, defendesse suas pessoas, tanto em juizo como fora delle, e desse exata conta dos seus rendimentos nos devidos tempos, entregando fielmente todo o alcance para ser arrecadado no cofre, ou empregado em bens de raiz na conformidade da Lei. Assim o que se attem fazem de baixo da responsabilidade; para constar fiz este Termo, que elle assignou com o sobredito Juiz. Eu Sancho Furtado de Mendonça Escrivão que o escrevi".

Seguem as assinaturas do Juiz e de José Antônio Damasceno.

Na condição de vaqueiro do pai, Gonçalo era homem de poucos bens materiais. Coube a Maria Joaquina, por sua morte:

"Pagamento da parte da Legitima da Herdeira **Maria no inventario de seu finado pai Gonçalo José Damasceno**, cuja legitima importou na quantia de cento e onze mil quinhentos e sete reis, que vai a margem = Haverá para seu pagamento no escravo Domingos cabra da idade de trinta e hum annos a quantia de oitenta mil reis que vai a margem = Haverá mais para seu pagamento na divida de onze mil reis de Joana Pereira moradora na Lagoa de Santiago Termo da Parnahyba a quantia de mil e cem reis qua sae a margem = Havera mais para seu pagamento na divida de sete mil e quinhentos e dez reis de Manoel Mathias, morador no Carnaubal, Termo de Villa Viçosa Provincia do Ceará, a quantia de setecentos e cinquenta reis que sae a margem = Haverá mais para seu pagamento na divida de três mil trezentos e sessenta reis de João Francisco morador no Cadoz, Termo da Parnahyba, trezentos e trinta e dois reis = Haverá mais para seu pagamento na divida de cinco mil reis de João Paulo, morador no Mumbabo a quantia de quinhentos reis que sae a margem = Haverá duas cabeças de gado de toda sorte pelo valor de inventario a seis mil reis cada uma importa na quantia de doze mil reis que sae a margem = Haverá quatro colheres de prata com cinquenta e duas oitavas pelo valor do inventario a cento e sessenta reis cada oitava importa na quantia de oito mil trezentos e vinte reis = Haverá uma **malla de tauba** (grifo nosso) sem coberta nem ferragem pelo valor do inventario da quantia de oitocentos reis que sae a margem = Haverá mais para seu pagamento hum silhão com bride pelo valor do inventario da quantia de quatro mil reis que sae a margem = Haverá mais para seu pagamento um machado velho pelo valor do inventario da quantia de seiscentos e quarenta reis que sae a margem = Haverá mais um caixão grande de madeira pelo valor do inventario da quantia de três mil e duzentos reis...".

Recebeu a mais do que lhe cabia por direito a importância de duzentos e trinta e cinco réis que devolveu à madrasta.

A "malla de tauba" fez parte do pequeno acervo que levou, no mês de setembro daquele ano, para a Serra, onde

casou-se com José Carneiro da Cunha, o "médico". Um outro baú, desse mesmo acervo, ainda hoje existe sob a guarda carinhosa de sua bisneta Teresa Cristina de Miranda, considerado relíquia de família e já contando mais de 140 anos. Veio ele da posse da **Maria Joaquina** para sua filha Júlia, mãe de Pedro Miranda. Foi na casa desse, na Buíra, que Teresa Cristina o viu certo dia:

– Tio Pedro, o senhor me dá esse baú?

– Não só vou lhe dar como também lhe contarei a história dele...

Em 22 de agosto de 1856, prestando contas ao juiz, Domingos de Britto Passos, seu sobrinho, José Antônio Damasceno deu conta de cada bem da herança dos netos. Perguntado se "*os orfãos sabião ler, escrever e contar e a Doutrina Christã, e se as orfans sabiam cozer, fazer rendas, fiar e a Doutrina Christã?* Respondeu o Tutor que "*tanto os orfãos, como as orfans sabem tudo quanto perguntou o Juiz...*".

Morto Gonçalo, seu segundo marido, e sem ter filhos de nenhum deles, Victorina continuou residindo em Piracuruca, onde faleceu a 20 de setembro de 1875, conforme registro a seguir:

> "Aos vinte dias do mês de setembro de mil oitocentos e setenta e cinco, **faleceu da vida presente, Victorina Maria de Jesus, branca, viuva, com 66 anos de idade** (grifo nosso). Seu corpo foi envolto em habito de pano preto, por mim encomendado e sepultado no cemitério da Confraria de Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca. E para constar mandei fazer este assento que assigno.
>
> O Vigario Maximo Martins Ferreira" (liv. 4 fl. 124 v)

A primeira vez que o nome de Maria Joaquina aparece grafado como Maria Mapurunga Fontenele é no "Título de

Herdeiros", no inventário de seu avô, José Antônio Damasceno, à folha 4.

Maria Joaquina do Rosário, a mais velha dos cinco órfãos da Lagoa do Mato, carinhosamente chamada pelos netos de DINDINHA, faleceu em 05 de março de 1922, com 84 anos de idade, e foi sepultada ao lado de seu esposo, na capela de Nossa Senhora da Conceição do Esbarrado.

9.2. Umbelina do Rosário Fontenele - houve duas filhas de Gonçalo e Clara com esse nome, certamente em homenagem à avó de Clara, esposa de Jean Fontenele, que se chamava Umbelina Maria de Jesus.

A primeira Umbelina nasceu em 1839 e foi levada na comitiva que Gonçalo, juntamente com os cunhados, José Joaquim e Joaquim Fontenele, e mais o padre Jerônimo, vigário de São Bernardo do Maranhão, empreenderam para Viçosa. Foram os jovens casais levando suas crianças para batizar na terra dos Fontenele, onde foram recebidos com alegria pelo tio João Damasceno. Coronel Pedro de Britto estava escalado para ir na comitiva mas, na última hora, desistiu. Na volta, padre Jerônimo teve que se explicar com seu colega José Monteiro de Sá Palácio porque demorara tanto na entrega dos dados para os competentes registros de seus paroquianos. Esse zelo apostólico de Sá Palácio, infelizmente, não foi cumprido fielmente, pois extraviou aquele sacerdote documentação preciosa de registros eclesiásticos de diversos anos que muito prejudicaram o acervo de documentos da Matriz de Piracuruca, em sua gestão. Sobre o batizado da primeira Umbelina, escreveu ele com sua bela caligrafia:

> "Aos vinte dias do mes de novembro do ano de mil oitocentos e trinta e nove, na Matriz de Nossa Senhora da Assuncão da Villa Viçosa Real, de licenca minha e do Reverendo vigario daquella freguesia, baptizou solenemente o Reverendo vigario da Freguesia

> de São Bernardo, Jeronimo Antonio de Proença Ribeiro, **a Umbelina, filha legitima de Gonçallo Jose Damasceno e de Dona Clara Joaquina do Rosario** (grifo nosso) moradores nesta freguesia de Piracuruca: e lhe pos os sanctos oleos: foram padrinhos Pedro de Britto Passos e sua mulher Dona Anna Maria de Silqueira; por procuração que apresentarão, o Tenente Coronel Francisco Lopes Freire, e sua mulher Dona Maria Felippa Fontanailles; e vai este fora de tempo por ter havido demora na remessa do assento.
>
> José Monteiro de Sá Palacio = vigário".

Seguramente essa criança não sobreviveu porque uma segunda Umbelina, nascida em 1846 (no jazigo consta erradamente 1844), foi batizada em 1847, conforme registro de batismo assinado pelo padre João do Nascimento Sá:

> **"Umbelina, filha legitima de Gonçalo Jose Damasceno e Clara Joaquina do Rosario nasceu a treze de abril de mil oitocentos e quarenta e seis** (grifo nosso) e baptizada e posto os sanctos oleos por mim em desobriga na Fazenda Jacarahy a vinte e um de novembro de mil oitocentos e quarenta e sete. Foram padrinhos Jose do Carmo, solteiro, e Duçulina Maria de Jesus solteira e para constar fiz este assento...".

Os padrinhos da menina, como se viu, foram seus tios, irmãos de seu pai.

Foi, portanto, essa segunda Umbelina - nascida em 13 de abril e 1846 - que se casou com Francisco dos Anjos Fontenele, nascido em 1833, vigésimo sétimo filho de Felipe Benício Fontenele (terceiro casamento) e que deixaram grande descendência no vale do Lambedouro. São eles ali conhecidos popularmente por "Bilinas".

Umbelina faleceu com 80 anos de idade e está sepultada na sacristia da capela das Carrapateiras, município de Viçosa, construída pelo casal em 1917, em honra de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

"JAZIGO ETERNO DE
UMBELINA JOAQUINA FONTENELE
NASCEU EM 1844 E FALECEU EM 29.11.1926
CARO **LEITOR ORAI POR ELLA...**"

A imensa casa de morada da fazenda, erguida sobre um alto em frente à capela, por volta do ano de 1862, ainda resiste de pé à passagem do tempo. Do alto daquela colina, domina uma bela vista da serrania em sua volta.

No pequeno cemitério existente ao lado da capela, no dia em que o visitamos, 16 de fevereiro de 1999, estava sendo sepultado um bisneto de Umbelina, Francisco Malaquias Fontenele, que era, até então, o último dono da propriedade.

O inventário de Umbelina foi realizado em Viçosa, em 24 de março de 1942, pelo Juiz Armando de Sousa Lousada, relacionando os seguintes filhos:

9.2.1. Francisca da Frota Fontenele - casou-se com Felipe da Frota Fontenele e tiveram os seguintes filhos:

• *José Fontenele da Frota* - casou-se com Maria Francisca de Aragão.

• *Maria dos Anjos Fontenele* - casou-se com Vicente Carneiro de Miranda e tiveram os filhos Francisco Carneiro Fontenele e Maria Fontenele de Miranda.

• *Francisco da Frota Fontenele* - casou-se com Ana da Frota de Oliveira.

• *Umbelina Fontenele da Frota* - casou-se com João Carneiro de Miranda.

• *Rosa Fontenele da Frota* - casou-se com João Chaves Carneiro.

• *Maria Fontenele Frota* - casou-se com Antônio Luís da Frota.

• *João Fontenele da Frota* - casou-se com Francisca Florência de Miranda.

• *Raimundo Fontenele Frota* - casou-se com Maria da Conceição da Silva (foram os pais de Francisca Fontenele, Antônio Fontenele da Frota, José Fontenele da Frota, Olavo Fontenele da Frota, Gentil Fontenele da Frota e Raimundo Fontenele da Frota).

9.2.2. Maria dos Anjos Fontenele - casou-se com Antônio do Espírito Santo Magalhães e tiveram os filhos:

• *Maria Madalena Magalhães* - casou-se com Antônio Rodrigues.

• *Francisco Cipriano Magalhães* - casou-se com Mariana Frota Fontenele.

• *Francisco Fontenele Magalhães.*

• *Pedro Paulo Magalhães* - morador em Parnaíba, Piauí.

• *Manoel Antônio Magalhães.*

• *Maria Francisca Fontenele* - casou-se com Gonçalo Justino.

• *Umbelina dos Anjos Fontenele* - casou-se com José Ribeiro, moradores no lugar "Unha de Gato".

9.2.3. Rosa dos Anjos Fontenele - casou-se com Francisco Bernardo Gomes.

9.2.4. Josefa Francisca Fontenele - casou-se com José Antônio Fontenele, com quem teve os filhos:

• *Antônio Gonçalves Fontenele* - casou-se com Luiza Moreira Magalhães.

- *Francisco Gonçalves Fontenele.*
- *Cândida Francisca Fontenele* - casou-se com Antônio dos Anjos Fontenele.
- *Francisca Avelina Fontenele* - casou-se com Manoel Romão de Sousa.
- *Francisco das chagas Fontenele* - casou-se com Francisca Frota de Miranda.
- *Francisca Lelca Fontenele.*

9.2.5. Maria Francisca Fontenele - casou-se com Vicente de Paula Magalhães e tiveram os seguintes filhos:

- *Euclida Gomes Fontenele* - casou-se com Vicente de Paula Magalhães.
- *Francisco Gomes Fontenele* - casou-se com Francisca Moreira Fontenele.
- *Maria Gomes Fontenele.*
- *Umbelina Gomes Fontenele.*
- *Francisco Fontenele Gomes.*
- *José Gomes Fontenele.*
- *Raimundo Gomes Fontenele.*
- *Francisco Xavier Fontenele.*

9.2.6. José dos Anjos Fontenele - casou-se com Umbelina dos Anjos Fontenele.

9.2.7. Manoel dos Anjos Fontenele - casou-se com Maria Carneiro Fontenele.

9.2.8. João dos Anjos Fontenele.

9.3 - José Joaquim Fontenele Sobrinho - coronel José Joaquim, terceiro filho de Gonçalo e Clara, nasceu na fazenda Lagoa do Mato, no Jacaraí de Baixo, município de

Piracuruca, em 29 de setembro de 1840 (cf. dados em seu túmulo, data esta conflitante com as idades que dizia ter nos inventários do pai e dos avós). O ano mais provável do seu nascimento é 1841. Faleceu em Viçosa, no dia 3 de junho de 1913. Realizou dois casamentos:

> "Ao primeiro de setembro de mil oitocentos e sessenta e um em uma desobriga na Fazenda Cipoal corridos os banhos e sem impedimento algum tendo sido antes dispensados os nubentes do segundo grau igual de consaguinidade com as testemunhas Joaquim Marques de Oliveira viúvo e Raimundo José do Carmo solteiro desta Freguesia, assisti e dei as bençãos nupciais ao sacramento do matrimonio que contrahiu **José Joaquim Fontanelles Sobrinho filho legitimo de Gonçalo José Damasceno e Clara Joaquina do Rosario, falecidos, com Maria da Conceição Fontanelles filha legitima de José Joaquim Fontanelles e Dona Candida Maria de Jesus** (grifo nosso). Ambos nubentes são naturais e parochianos desta Freguesia....
>
> Vigario Joaquim Antonio Magalhães" (Piracuruca - liv. 4 – fl. 143)

Desse casamento nasceram os filhos:

9.3.1. Cândida Fontenele - 52 anos de idade (em 5 de junho de 1915, data do inventário do pai). Casou-se com o capitão José Correia de Vasconcelos

9.3.2. Brasilina Fontenele - 49 anos (em 5/6/1915). Casou-se com Francisco Pacheco, que faleceu em 23 de outubro de 1899, deixando os filhos: Manoel Pacheco, com 18 anos de idade, e Deocleciano Pacheco, com 10 anos.

9.3.3. Maria Fontenele - casou-se com Manoel Benício Fontenele – Tinha 47 anos em 5/6/191).

9.3.4. José Domingues Fontenele - Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife. Casou-se com Maria Cristina Moraes Vila Real, com quem teve dois filhos: César de Moraes

Fontenele e José Domingues Fontenele Filho. Na data do inventário do pai (5/6/1915), José Domingues já era falecido e seus filhos tinham 20 e 13 anos de idade, respectivamente.

9.3.5. Filomena Fontenele - faleceu em Viçosa no dia 13 de agosto de 1892, de "morte natural", com 23 anos de idade, sem deixar geração.

É necessário ressaltar que no inventário de sua primeira esposa e prima, Maria da Conceição Fontenele, apareciam, além dos filhos citados aqui, Quintino, com 11 anos de idade, e Mariano, este com apenas dois meses e de cujo parto falecera a mãe. Como não constam os dois no inventário do pai, é certo que faleceram ainda crianças.

O Fontenele do sobrenome dos filhos de José Joaquim, como o dele próprio e dos cunhados, era grafado com dois eles - Fontenelle.

Falecendo Maria da Conceição, José Joaquim realizou segundo casamento, com Ana Evarista Fontenele, com quem teve seis filhos: (a ordem é a que vimos seguindo e a idade em anos, é a mesma em relação à data do inventário)

9.3.6. Raymunda Fontenele - casou-se com Chromácio Sobral – 34 anos.

9.3.7. Rosa Fontenele - casou-se com o tenente coronel José Adonias de Araújo - na época, com 32 anos de idade.

9.3.8. João Damasceno Fontenele - 30 anos.

9.3.9. Maria Fontenele - casou-se com Jayme Augusto de Vasconcelos – 28 anos.

9.3.10. José Terceiro Fontenele - 25 anos

9.3.11. Francisco Fontenele - 23 anos.

O valor total do inventário do coronel José Joaquim importou em 101:865$600 e está organizado em 5 volumes de documentos encadernados e guardados no APC.

9.4 . Antônio Gonçalves Fontenele - nasceu em 12 de junho de 1844 (no túmulo consta erradamente 1846) e faleceu em 8 de junho de 1928, sendo sepultado no cemitério de S. João Batista, em Viçosa. Casou-se com Cândida Maria do Carmo, em Viçosa, a 15 de novembro de 1865, cujo registro se encontra gravado no Livro 6 – fl. 26, daquela freguesia, com o preâmbulo de praxe e a seguinte conclusão:

> "... **filho legitimo de Gonçalo José Damasceno e de Clara Maria do Rosario, ambos falecidos, com Candida Maria do Carmo filha legitima de Felix Jose Cavalcante e de Sabina Maria do Carmo** (grifo nosso) naturais da Freguesia de Piracuruca e moradores nesta Villa de Nossa Senhora da Assunpção de Villa Viçosa dispensados do laço de consanguinidade em 2° Grau
>
> Testemunhas: Jose da Cunha Mapurunga desta freguesia e Jose Joaquim Fontenele da Freguesia de Piracuruca".

Como se vê, os noivos eram primos legítimos porque Sabina Maria do Carmo, mãe de Cândida, era irmã de Gonçalo José Damasceno, pai do noivo.

A razão, provável, de haver sido grafado o nome da mãe como Clara Maria do Rosário advém do registro de batismo de Antônio (que grafou também errado o nome de Gonçalo), realizado em Piracuruca, com o seguinte teor:

> "Aos oito dias do mes de novembro de mil oitocentos e quarenta e quatro, de minha licença, baptizou o Reverendo Jose Bevilaqua a Antonio filho legitimo de Gonçalo Jose Machado e Clara Maria de Jesus: foram padrinhos Antonio Vaz Fontanailles e Joaquina Maria
>
> O Vigario Domingos de Freitas Silva".

Padre Bevilaqua batizou Antônio na sede da fazenda Chafariz onde era hóspede do capitão Pedro de Brito Passos e de dona Ana Maria de Cerqueira, convidado que fora para celebrar o casamento de dois filhos do ilustre casal:

• dia 09 de novembro de 1844: Domingos de Britto Passos - com sua prima Merenciana.

• dia 12 de novembro de 1844: Zeferina - com João Martiniano Fontenele.

9.5. Ana Joaquina do Rosário - No inventário da mãe, realizado em Piracuruca, em 14 de fevereiro de 1850, consta que naquela data estava com um ano e meio de idade. Em 1854, com a morte do pai, ela e os irmãos menores ficaram sob a guarda dos avós paternos, José Antônio Damasceno e Maria da Rocha de Cerqueira, na fazenda Lagoa do Mato. Casou-se com João Batista Fontenele (João Quindó), mas foi com Manoel de Brito que teve dois filhos naturais chamados:

9.5.1. Idalina Ana Fontenele - Tendo a mãe morrido de parto, foi Idalina para a Serra (Viçosa), onde foi criada na casa de seu tio coronel José Joaquim Fontenele Sobrinho. Casou-se, em 20 de janeiro de 1894, com seu primo legítimo José Evaristo Mapurunga, filho de **Maria Joaquina** e **José Mapurunga.**

9.5.2. Pedro Fontenele - mais conhecido como Pedro Bilina, por ter sido criado por sua tia Umbelina, moradora nas Carrapateiras.

Sobre o local de morada de João Quindó, existe uma certidão assinada pelo Oficial de Justiça, Alexandre Vieira da Costa, que recebera ordem judicial para intimá-lo a assistir o inventário de José Antônio Damasceno, avô de sua mulher, que seria realizado na fazenda Jacaraí de Cima, em 30 de junho de 1874. Naquele documento, Alexandre afirma que *"fui ao*

lugar Estreito, distante desta Vila onze léguas e não tendo encontrado o João de Tal (sic) Fontenele, intimei a seu parente João Francisco de Oliveira".

Sobre o escravo Domingos, que por morte de Gonçalo tocou aos órfãos, é importante transcrever requerimento assinado por José Antônio Damasceno, do seguinte teor:

> "Diz José Antonio Damasceno como Tutor de seus netos Maria, José, Antonio, Umbelina, e Anna, fºs de seu finado filho Gonçallo José Damasceno, q tendo tocado no inventario aos ditos orfãos o Escravo Dominngos cabra, pelo valor de quatrocentos mil reis; acontece q José Carneiro da Cunha Araujo, casado hoje com a Orfã Maria, vendeu a João Mendes da Rocha a parte que sua mulher tinha em dito escravo como se ve pelo documento junto; offerecendo o dito João Mendes da Rocha a quantia de quatrocentos mil reis pelo quinhão do mesmo escravo, pertencentes aos outtros orfãos; **e tendo este ja feito hua fugida pª esta Vª, dizendo q não serve aos orfãos, podendo em caso de repetição, vir a ser prejudicial aos mesmos**, (grifo nosso) quer o suplicante aproveitar aquelle preço, já em se vantajoso; mas como não pode vender os ditos quinhões dos orfãos, sem preceder licença, por isso: Requer ao Ilmo Sr. Juiz Municipal e Orfaos se digne attendendo ao expendido conceder a mencionada licença, ajuntando-se esse aos autos para todo o tempo constar. Piracuruca 26 de janeiro de 1855. E R M. Joze Antonio Damasceno".

Efetuado o negócio, foi passada a escritura da venda de Domingos:

> "Saibão quantos este Publico Instrumento de Escriptura virem que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e cincoenta e cinco, aos vinte e seis dias do mês de Janeiro do dito anno nesta Villa de Piracuruca Comarca da Cidade da Parnahiba Provincia do Piauhy, em meu Escriptorio apariceráo prezentes de uma parte como vendedor José Antonio Damasceno, na qualidade de Tutor dos orfãos seus netos **José, Antonio,**

Umbelina, e Anna, filhos de seu finado filho Gonçalo José Damasceno, e de outra João Mendes da Rocha como comprador, aquele morador neste Termo, e este na cidade de Sobral Provincia do Ceará, um e outro conhecidos de mim tabelião, do que dou fé, e por elle José Antonio Damasceno foi dito que de hoje para sempre vende ao mesmo Mendes (por licença que obeteve do Juizo dos orfãos desta Villa, a qual se acha junto aos autos do inventário do mesmo finado) a parte do escravo Domingos pertencente aos ditos orfãos que lhes tocam em legitima paterna pela quantia de quatrocentos mil reis que neste mesmo acto lhe foi entregue em moeda corrente pelo comprador perante mim, e as Testemunhas e recebido o preço por elle vendedor e disse que desde já transfere ao comprador todo dominio, direito, ação e posse da parte que tocou aos sobreditos orfãos. Disse mais que por sua pessoa e bens se obriga a fazer esta venda boa, e a defender ao comprador quando o chame a authoria..." (livro de Notas nº 5 – João Martiniano Fontanailles – fl. 46).

Exemplo raro de insubordinação ao rigoroso sistema escravocrata praticado no sertão de Piracuruca, lá se foi o indefeso Domingos para Sobral, manietado como um animal perigoso e escriturado como um semovente qualquer. Dele nunca mais se soube notícia alguma.

Maria Joaquina, por morte dos avós, ainda como direitos de seu falecido pai, recebeu os seguintes bens:

a - no inventário de seu avô José Antônio Damasceno, realizado em Piracuruca, em 30 de junho de 1874 (fl. 81):

- Duas vacas novas na fazenda Jacaraí de Cima.....30:000 (trinta mil reis)

- Um bezerro "da era de mil oitocentos e setenta e quatro".....4:000

- Um garrote 4:500

- Posse de terra na fazenda Jacaraí de Baixo.....5:000

- A receber de reposição de José Joaquim F. Sobrinho..... 19:560

b - no inventário de sua avó Maria da Rocha de Cerqueira, realizado em Piracuruca em 22 de março de 1877 (fl. 49):

- O escravo Lourenço, "*cabra de vinte e três anos de idade, solteiro, natural desta Provincia*".....62:500 reis.

- Posse de terra na fazenda Lagoa do Mato.....4:768

Vendo os netos crescendo em ambiente exclusivo do campo, longe dos recursos de educação que se comprometera em Juízo e, sobretudo, tentando chegar mais próximo dos recursos da medicina, visto ter perdido um filho para a tuberculose, José Antônio Damasceno resolveu se curvar à insistência de Maria Joaquina, que desejava ver perto de si toda a família. Para felicidade dela, decidiu mudar-se para Viçosa, levando filhos e netos, lugar onde havia estudo de melhor qualidade.

Metódico, tratou de cumprir o ritual religioso, dirigindo-se ao vigário José Bevilaqua solicitando a mudança de freguesia, conforme se vê no requerimento que assinou, em 31 de março de 1862, registrado no livro 3 fl. 20; livro este cujo termo de abertura tem o seguinte teor: "*Livro de assentimento da fabrica dos mortos da Provincia de Sam Pedro filial da Matriz de Villa Viçosa.*":

> "Aos trinta e um dias do mês de março de mil oitocentos e sessenta e dois anos nesta freguesia de Nossa Senhora da Assunção de Villa Viçosa termo, municipio e comarca do mesmo nome da Provincia do Ceará; em casa de morada do Reverendissimo Senhor Vigario da Freguesia José Bevilaqua abaixo assinado ahi foram presentes Jose Antonio Damasceno e sua mulher Maria Roxa de Siqueira, pessoas que reconheço pelos proprios e dou fé e por um e outro me foi dito perante as testemunhas Joaquim Domingos de Carvalho e Antonio Dias Brasil abaixo assinados que pela petição por elles assinada.... que sendo

elles moradores da Paroquia de Piracuruca da Provincia do Piauhy Bispado do Maranhão que pretendem estabelecer e permanecerem sua residencia com toda sua familia inclusive duas neta, Humbilina e Anna, nesta freguesia onde deseja gozar como fregueses dela....pelo qual requereirão mandar por termo como consta de sua petição....pelo Reverendissimo Vigario...para o fito de serem considerados fregueses a tudo se obrigando sob juramento dos Santos Evangelhos...".

Seguem as assinaturas do padre, de José Antônio e das testemunhas.

Tiveram os órfãos destacada importância em Viçosa, onde passaram a registrar o nome Fontenele, herdado da mãe, que melhor se prestava como referencial familiar. Foi assim que sumiram o "Damasceno" e o "do Rosário".

O destino de José Antônio Damasceno, no entanto, estava definitivamente ligado ao chão de Piracuruca. Indo e voltando em longas marchas a cavalo, já idoso, decidiu, numa dessas viagens, não mais voltar para a Serra. Ficou residindo na fazenda Jacaraí de Cima, numa casa *"coberta de telha, tapada de adobos, com portas e janelas, dois curraes e um cercado..."*, onde faleceu com a idade de 86 anos, conforme se verifica no registro de óbito:

"Aos quatro dias de junho de mil oitocentos e setenta e quatro nesta freguesia de Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca, faleceu da vida presente José Antônio Damasceno, branco, casado com Maria Machado da Roxa, com idade de oitenta e seis annos. Foi seu corpo envolto em hábito de pano branco, encomendado pelo reverendo Costabille Belte e sepultado no cemitério da Confraria de Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca. E para constar encontrando um assento mandei fazer este que assigno.

O Vigário Padre Maxino Martins Ferreira". (Livro de Óbitos nº 4 - folha 109).

Maria, sua esposa, ainda viveu em Piracuruca até 1877, ano em que faleceu:

> "Aos vinte e três dias do mês de janeiro de mil oitocentos e setenta e sete faleceu da vida presente de febres, Maria da Rocha Cerqueira, branca, filha legitima de Gonçalo Machado de Cerqueira e de Barbara Maria da Rocha, viuva que foi de José Antônio Damasceno com oitenta e três anos de idade. Seu corpo foi envolto em pano branco e sepultado no Cemitério da Confraria de Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca e para constar mandei fazer este assento que assigno.
>
> O Vigário Pe. Maximo Martins Ferreira" (livro 4 – fl. 137 v)

No Jacaraí de Baixo ainda existem resíduos da antiga fazenda Lagoa do Mato. Marcando os lugares das antigas moradas, destruídas com o passar dos anos, é possível encontrar alicerces de pedra e cal encobertos pela vegetação. No cemitério velho, sepulturas anônimas se avizinham de figuras ilustres da história de Piracuruca; dentre elas, João Fortes de Sá Meneses (nascido em 2 de fevereiro de 1842 e falecido em 15 de janeiro de 1922) e o poderoso capitão Chico de Britto, morador no Deserto, falecido em 12 de fevereiro de 1905. A igrejinha de São Gonçalo, construída em 1885 por dona Maria Theodora, esposa de Antônio José Fontenele, resguarda o espírito de fé e religiosidade da família Fontenele que habita o lugar há quase dois séculos.

A lagoa, agora cercada, transborda águas fartas para o riacho São Gonçalo e este para o rio Jacaraí. Marcando o lugar da mais antiga morada, restaram um frondoso tamarindo e uma solitária carnaubeira. A velha figueira que vimos, quatro anos atrás, viva e verde, agora está morta com as raízes ao vento. Como os antepassados familiares que lá viveram, também teve seu dia de passar. Daqui a algum tempo ninguém dela mais lembrará.

Depois de quase 200 anos em que ali se estabeleceu José Antônio Damasceno, a comunidade ainda lembra as tradições e os costumes dos mais antigos. As festas de São Gonçalo, "*em que fazia promessa de dançar nove jornadas*", tinham seu ponto alto com a "dança de São Gonçalo", executada por duas filas de dançarinos que volteavam o altar onde estavam as imagens do dito santo e de Nossa Senhora da Conceição. Animados pelo som da rabeca, os dançarinos faziam reverências às imagens enquanto cantavam o hino do santo. Irreverente, a criançada arremetia: "*São Gonçalo vai, São Gonçalo vem, São Gonçalo quer, ganhar um vintém...*".

Temeroso de que as centenárias imagens dos santos sejam roubadas da capela, José Fontenele retirou-as de seus nichos e as guarda em lugar seguro, com toda a reverência, enfeitadas com as fitas multicoloridas e com suas grandes coroas douradas sobre a cabeça. A coroa de Nossa Senhora da Conceição, demasiadamente pesada para a pequenina cabeça, escorregou-lhe face a baixo e arrancou-lhe o minúsculo nariz.

Os casamentos em família mantêm inalterados os traços genéticos familiares. Olhando a menina de cabelos louros e olhos azuis, como a própria água da lagoa, que se diverte com o movimento de esconde-esconde dos mergulhões que lá continuam, é impossível não lembrar que, há muitos anos, uma criança parecida com ela ali também viveu feliz. Por razões que só o destino explica, foi embora e nunca mais voltou. Enquanto viveu, no entanto, nunca esqueceu aquele lugar belíssimo e de tudo fez para que seus descendentes o amassem como ela própria o amou. Seu nome, quase perdido no tempo, era **Maria Joaquina do Rosário**.

10 - Fontenele

A mãe de **MARIA JOAQUINA**, chamada Clara Joaquina do Rosário, era filha de Guilherme Fontenele e de Ana Joaquina do Rosário, moradores no Ibuaçu.

A origem da família de Guilherme Fontenele, na região norte do Ceará, está relacionada com os mineradores Manoel Gonçalves Rodrigues e Jean Fontenele, respectivamente, sogro e genro um do outro.

Manoel Gonçalves, natural da Ilha da Madeira, deixou a mulher Rosa Maria e as duas filhas em Jacobina, na Bahia, e veio trabalhar nos serviços de escavação das minas de prata no lugar Araticum, Arraial de Ubajara, sob a superintendência de Antônio Gonçalves de Araújo.

Sobre as minas de prata da serra da Ibiapaba, cobiçadas desde os primórdios da colonização da região por franceses, holandeses e portugueses, o que aqui se revela é fundamentado no relatório da "Devassa" ordenada pelo Comissário Geral Domingos Alves Ribeiro, realizada em outubro de 1743 "*neste citio do Araticum junto ao Arraial de Ubajara Distrito de Acaracu Termo da Villa de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunpção Capitania do Ceará Grande...*".

Com base numa cópia autêntica desse documento, que se encontra arquivada na biblioteca da Universidade do Vale do Acaraú – UVA, em Sobral – Ceará, pode-se constatar que Antônio Gonçalves de Araújo era detentor da "*mercê dos descobrimentos das minas de prata e demais metais, das já descobertas e por descobrir, com reais privilégios de 20 anos...*", conforme consta da Provisão assinada em Lisboa Ocidental, em 20 de abril de 1739, por D. Miguel Maldonado.

Tal provisão estendia os direitos de Antônio Gonçalves sobre todo o território da "*Serra dos Cocos e Ibiapaba e outros sítios vizinhos...*" e concluía, de forma inequívoca, concedendo-lhe

"*faculdade para prosseguir os seus descobrimentos nestes ditrictos referidos, a adiantar o serviço das minas ja descobertas... tem aos ditos descobrimentos direito, poderá usar delles pelos meios ordinarios sem supressão desta minha Provisão Real...*".

Munido de tais direitos, Antônio Gonçalves deu início ao projeto que o levaria à ruína e o tornaria um homem confuso e transtornado; capaz de cometer muitas arbitrariedades, não só na superintendência dos serviços em Ubajara como em outros lugares da região, razão porque foi denunciado, em 1745, ao Rei de Portugal, pelo ouvidor Manoel José de Farias.

Um dos prejudicados com suas atitudes foi o padre Antônio dos Santos Silveira, fundador de Santana do Acaraú que, ameaçado de morte, preferiu vender as terras que adquirira ao capitão Sebastião de Sá e onde construíra a capela referida na promessa de Frei Cristóvão de Lisboa. Antônio Gonçalves pressentira que ali havia prata e, portanto, tudo lhe pertencia.

Com a posse definitiva da concessão, Antônio Gonçalves começou os serviços de exploração comercial dos minerais preciosos que julgava existir na serra, atraindo para a região, como era de se esperar, mineradores e aventureiros de toda espécie, como sempre acontece nesse tipo de atividade. Montou a estrutura de escavação e cuidou de contratar equipe técnica de alto nível mandando buscar, por sua própria conta e risco, "*nos reinos estrangeiros mestres fundidores que soubessem extrair a dita prata e mais metais*", pois não considerava existir na região pessoal com tais predicados.

A equipe de estrangeiros que chegou ao Arraial de Ubajara, em 9 de abril de 1743, era composta de cinco técnicos "*e um para calibre*", destacando-se, dentre eles, Martim Fugeor (que a testemunha Domingos Carneiro Ferreira chamou de capitão Martinho), Joan Cristovam Sprongel e **Jean Fontanailles**.

Além da remuneração reforçada, Antônio Gonçalves tratou de fornecer aos técnicos a mordomia que considerava ser decente oferecer a pessoas de tão elevados predicados, não deixando faltar, além das carnes de vaca e vitela, "*galinhas, patos, farinhas, mel e aguardentes que é o melhor que estes paises permitem...*". Providenciou utensílios de mesa difíceis de serem encontrados na região, tais como guardanapos, louça de estanho, colheres, garfos, bandejas e facas de prata.

Com tantos bons tratos, esperava o superintendente conquistar a estima dos estrangeiros para que os mesmos lhe proporcionassem a garantia de um retorno seguro do investimento.

De saída, os técnicos fizeram uma exigência no mínimo inusitada: a construção de um laboratório de testes em que ninguém, além deles próprios, naturalmente, tinham acesso. Mesmo desconfiado da razão de tal exigência, compreendendo que ela lhe impunha desgaste na imagem junto ao público externo, vez que como dono do serviço estava impedido de acesso ao laboratório, não teve Antônio Gonçalves como negar a condição exigida. A insistência nessa discriminação, da desconfiança nos propósitos dos "mestres", levou-o à certeza de que "*os mesmos estavam com velhacada fazendo experiencias escondidas*".

Na verdade, os estrangeiros constatavam o que a fantasia de Antônio Gonçalves não lhe permitia enxergar e nem sua mente obcecada aceitar. Não existia prata alguma na mina, como, aliás, seria confirmado, em 1745, pelo cientista Guilherme Dugood, em Lisboa, deixando claro que as amostras que recebera dos minerais para exames não passavam de "*pedras comuns de enxofre e cobre*", sem valor comercial que justificasse o custo de exploração.

Diante da constatação da inexequibilidade do projeto, os técnicos adotaram a solução que lhes pareceu mais prudente, frente à arrogância do superintendente. A 7 de setembro do mesmo ano de 1743, sem aviso prévio, foram embora na calada da noite e, junto com eles, partiram alguns mineradores mais experimentados, deixando Antônio Gonçalves revoltado e desnorteado.

De dois deles se sabe o caminho tomado. Manoel Rodrigues e Jean Fontenele tocaram os animais com as cargas de suprimentos e equipamentos, que conseguiram retirar às escondidas, para o sovaco de serra chamado Pitinga. Dos outros, nem notícia.

Ficou Antônio Gonçalves no prejuízo.

A saída camuflada dos técnicos gerou no acampamento um clima de desconfiança e malquerença entre aqueles que acreditavam no sonho de Antônio Gonçalves e os céticos que, desenganados do projeto, semeavam a dúvida entre os mineiros. Chegaram estes a insinuar que nem a concessão de lavra ele tinha mais. Sem argumentação convincente de parte a parte, e sem resultado concreto que estimulasse um progresso nos trabalhos, aumentaram a discórdia, a violência, as arbitrariedades e ameaças entre os grupos.

Para Antônio Gonçalves, duvidar do seu projeto era um crime horroroso.

Dentre os que duvidavam, são citados nominalmente pelas testemunhas arroladas, em seus depoimentos, "*Sargento Mor Francisco Pereira de Brito, vindo de Minas Gerais, Custodio Francisco, chamado Engenheiro, João de Oliveira, oficial de pedreira, Estevão Gomes, mestre piloto*". Esses, como delito maior cometido, alegava o superintendente, "*aconluiados com ditos estrangeiros afirmaram publicamente não haver prata nas minas...*".

Tal afirmação não comportava mais na mente desvairada de Antônio Gonçalves. Para suplantar definitivamente o clima de insubordinação e punir os culpados, ocorreu-lhe solicitar a "devassa" que foi realizada no período de 21 de outubro a 16 de novembro daquele ano de 1743 e inquiriu 30 testemunhas, destacando-se dentre elas:

• Capitão-mor Belchior Correia de Carvalho "*morador no sertão do Seridó ora existindo nestas ribeiras e vivendo dos seus negócios...*", com 70 anos de idade.

• Capitão Antônio Gomes Bittencourt "*morador no Coroatá que vive a Lei da Nobreza...*", 36 anos de idade. Era filho de Antônio Gomes Bittencourt e Paula Dorneles, naturais da Ilha da Madeira. Casou-se com Albina da Cunha Linhares, filha adotiva de Félix da Cunha Linhares, com quem teve nove filhos: João Gomes Bittencourt, José Gomes Bittencourt, Manoel Gomes Bittencourt, Félix da Cunha Linhares, Francisco Xavier, Ana Maria, Teresa de Jesus, Maria e Joaquim.

• Miguel Leitão Filgueira – ourives, com 26 anos de idade. Afirmou, em seu depoimento, que os estrangeiros "*chegaram com excessivo desprezo*".

• Sargento-mor Domingos Carneiro Pereira – morador no sítio Coité – 70 anos de idade.

• Sargento-mor Manoel Dias de Carvalho, também morador no Coité – 70 anos de idade.

• Luiz da Costa – 25 anos. Esse foi bastante incisivo em suas afirmações. Citou nominalmente os estrangeiros e referiu-se ao sargento-mor Francisco Pereira de Brito como "*homem de má inclinação...*".

A devassa custou ao infortunado Antônio Gonçalves uma quantia superior a dezesseis contos de réis (16:172$000), em dinheiro da época. E para quê?

Para nada. Não foi comprovado metal algum nas minas e nem foram punidos "os estrangeiros", até porque esses já estavam "*em lugar incerto e não sabido*". Produziu o escrivão, José Paes Valente, um calhamaço de quase 200 folhas manuscritas e no final, de concreto, a 16 de outubro, foi expedido o "Auto de Prisão e Tençura" contra três pobres coitados que não tiveram o bom senso de se evadir antes da chegada do Comissário Geral. Foram presos:

1 - *Custódio Francisco de Azevedo*, da idade de 38 anos "*homem branco, casado, assistente que era neste Arraial de Ubajara, natural do Termo de Lisboa, freguesia de Santa Maria...homem de estatura comum, alvo, cabelos pretos, estava vestido com vestia azul de Baeta, a camisa, e ceroulas e calça com grilhões nos pés e algemas nas mãos e n'esta forma e habito houve por entregue* ".

2 - *Estevão Gomes Madeira*, de 37 anos de idade, branco, solteiro, natural da Ilha da Madeira "*homem de estatura ordinaria, um tanto trigueiro, cara cumprida, entradas grandes, estava vestido com camisa, ceroula e calção com vestia de riscadinho; estava em ferros, grilhões e algemas*".

3 - *João de Oliveira Carnide*, homem branco de 38 anos, solteiro "*homem seco de corpo e cara, de estatura ordinaria.....estava com camisa de linho, ceroula e calção, com grilhão nos pés, e algemado e nesta forma e habito, os houve por entregue a um dos soldados que lhes faziam sentinela*".

Os presos ficaram mais de 20 dias na casa do Superintendente, "em grilhões", antes de serem transferidos para a cadeia em Fortaleza quando, finalmente, foram soltos a mando do ouvidor Manoel José de Farias, que extinguiu a devassa por arbitrária e ilegal.

O Governador Luiz da Motta Féo e Torres, em carta de 7 de junho de 1790, ao Ministro e Secretário de Estado dos

Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Mello e Castro, informa que Antônio Gonçalves de Araújo viera como superintendente das minas "*por conta de Vasco Lourenço Velloso, homem de negócio bem conhecido na mesma Corte...*". Informa também que o ouvidor Manoel José de Farias, ao tentar cumprir a ordem de fechar a mina e afastar o Superintendente, "*encontrou repugnancia da parte do referido Super-Intendente, que não querendo obedecer, se fez forte em cima da Serra, largando as minas de sua falda, e indo no anno de 1746 dito Ouvidor acompanhado de auxilio Militar para o prender, elle se refugiou pelo interior da Serra já districto da Capitania do Piauhy...*" (in, Dr. Guilherme Studart, Notas Para a História do Ceará – Segunda Metade do Século XVIII, Lisboa, 1892, pág. 469). Informa o mesmo governador que Antônio Gonçalves morreu quando viajava do Maranhão ou Pará para Lisboa deixando em testamento as minas para uma sua filha. No dia 13 de março de 1763, no entanto, dona Francisca Xavier Borges, viúva de Antônio Gonçalves, encaminha requerimento ao Rei Dom José I solicitando a posse de "todos os bens e direitos que ao mesmo pertenciam na Serra dos Cocos da Ibiapaba para conservar a manutenção deles".

Foi, portanto, um fracasso o projeto mineralógico de Antônio Gonçalves de Araújo mas Ubajara terminou por fazer do lugar uma verdadeira mina de ouro, nos tempos atuais, através da exploração racional do turismo ecológico, encantando todos que ali vão com a beleza ímpar da região.

Quanto a Manoel Gonçalves Rodrigues e Jean Fontenele ficaram na Pitinga, bateando ouro nos riachos que desciam da Ibiapaba, até que um dia chegou Rosa Maria, acompanhada das duas filhas. Jean Fontenele - que ficara viúvo de Ana Correia, filha de André Alves e Vicencia Dias, com quem casara a 7 de janeiro de 1754, em Sobral - casou-se, em 1766, com uma delas, chamada Umbelina, tornando-se genro de seu amigo Manoel

Gonçalves. A origem de cada um fica esclarecida pelo enunciado no registro de batismo de Jacinta, filha de Jean:

> "Aos vinte e oito de setembro de mil setecentos e oitenta e um nesta matriz de Nossa Senhora da Assunpção de Villa Viçosa Real bautizei; e pus os sanctos oleos a **Jacinta** nascida de quinze dias filha legítima do Capmo João Fontanelles e Umbelina Maria de Jesus nepta paterna de Joan Pierre Fontanelles e Suzana Molinier, materno de Manoel Gonçalves de Brito e Roza Maria de Jesus, os paternos naturais de Milan, os maternos da Ilha da Madeira, e ela de Jacobina. Foram padrinhos o Sargento Mor Luiz de Amorim Barros e sua mulher Antonia Maria da Conceição todos moradores nesta Vila e para constar fiz este assento.
>
> Vigario Jose Sancho Lelou
>
> Coadjutor" (Livro 2 – fl. 103 v - Viçosa)

Chama a atenção neste registro o nome de Manoel Gonçalves, citado como Brito, em vez de Rodrigues.

A outra filha de Manoel Gonçalves, Florência, casou-se com o capitão Mateus José de Sousa, também em 1766.

Jean faleceu em Viçosa em 8 de dezembro de 1800, uma sexta-feira. Umbelina faleceu em 8 de dezembro de 1820. Ambos foram sepultados na igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção.

11 – A família de Jean e Umbelina

Do casamento de **JEAN FONTENELE** com **UMBELINA MARIA DE JESUS** nasceram dez filhos:

1. **Felipe Benício Fontenele** - nasceu em 23 de agosto de 1767 e casou-se em Viçosa, em 8 de setembro de 1788, com Thereza Maria do Espírito Santo, filha mais velha do recém-nomeado tabelião daquela vila, chamado Antônio do Espírito

Santo de Oliveira Barcelos, e de sua mulher Inácia Maria do Nascimento:

> "Aos oito dias do mês de setembro de mil setecentos e oitenta e oito, de tarde, nesta matriz de Nossa Senhora da Assumpsão de Villa Viçoza Real feitas as denunciasoens na forma do Sagrado Concilio Tridentino nesta Igreja onde e natural o nubente e moradores ambos os nubentes, a nubente natural da freguesia de Sobral, frente as testemunhas João Fontenele, Rosa Clemencia de Oliveira, Diretor Ignacio Barros Amorim e sua mulher Dona Ana Joaquina do Rosario se receberam solenemente por palavras de presente Felipe Benicio Fontenele filho legitimo de João Fontenele e Humbilina Maria de Jesus natural e morador nesta Villa Viçoza com Thereza Maria do Espirito Santo filha legitima de Antonio do Espirito Santo de Oliveira Barcelos, e Ignacia Maria do Nascimento natural da Freguesia de Sobral e moradores nesta Villa Viçosa logo lhes dei as bençãos...
>
> Vigario Bonifacio Mª Antº Lelou". (Viçosa - livro 1 fl. 228 v)

Com a morte de Theresa, Felipe casou-se com Inocência de Sousa Castro, filha do português Domingos Anselmo de Sousa Castro e de Feliciana Maria Ferreira Veras, moradores na Ubatuba. Feliciana era filha de Domingos Alvares Ferreira e dona Maria dos Reis de Veras, esta falecida (de hidropisia) no Curral Grande, município de Granja, em 1806. Falecendo a segunda esposa, Felipe realizou terceiro casamento com Ana dos Anjos Portela, filha de Bernardo Machado Portela e Ana Martins Viana. Teve 23 filhos desses três casamentos e mais uma filha natural, chamada Bernardina, filha de Joana da Costa, nascida em 27 de setembro de 1788. Conforme consta em seu registro de batismo, os avós maternos dessa criança chamavam-se Manoel da Costa e Luiza Tavares (livro 4 – fl. 112 – Viçosa).

2 - Rosa Maria Fontenele - casou-se com outro filho de Antônio do Espírito Santo de Oliveira Barcelos e Inácia Maria do

Nascimento, chamado Ignacio João Barcelos, em 20 de fevereiro de 1792:

> "Aos vinte de fevereiro de mil setecentos e noventa e dois pela manhã nesta Matriz de Nossa Senhora da Assumpsão da Villa Viçosa Real, feitas as denunciasoens na forma do Sagrado Concilio Tridentino nesta Igreja onde são naturais e moradores os contraentes, sem descobrir impedimento como consta da certidão dos banhos que ficam em meu poder, em minha presença sendo presentes por testemunhas Diretor Ignacio Amorim Barros e sua mulher Dona Ana Joaquina, Antonio do Espirito Santo de Oliveira Barcelos e Josefa Maria por mim conhecidos em face da Igreja solenemente por palavras Ignacio Joao Barcelos filho legitimo de Antonio do Espirito Santo de Oliveira Barcelos e Ignacia Maria do Nascimento, naturais da Freguesia de Sobral e moradores nesta Villa Viçosa, com Roza Maria Fontenele filha legitima de João Fontenele e Humbelina Maria de Jesus naturais e moradores nesta Villa logo lhes dei as benções conforme os ritos da Santa Madre Igreja"
>
> Vigario Bonifacio Mª Antº Lelou" (Viçosa - livro 2 – fl. 30 v)

A testemunha desse casamento e do precedente, Ignacio Amorim Barros, foi mestre de campo e diretor dos índios de Viçosa, cargo para o qual fora nomeado com a patente de capitão-mor. Era natural de Olinda, Pernambuco, e seus pais foram o sargento-mor Luiz de Amorim Barros e Maria de Oliveira (ou Maria do Ó), também naturais de Olinda. Era casado com Ana Joaquina do Rosário, filha de Antônio da Rocha Franco e de sua primeira esposa, Catarina Josefa Maria de Jesus.

Antônio da Rocha Franco nasceu no Ibuaçu em 1717 e era filho de Pedro da Rocha Franco e Vitória Rodrigues da Câmara.

Rosa Maria Fontenele e Ignacio João Barcelos foram os pais de João Fontenele, Silvestre de Oliveira Barcelos, Maria

Inácia da Conceição, Lourenço Justino de Barcelos, Antônio Honorato e Isabel do Espírito Santo.

3 - GUILHERME JOSÉ FONTENELE - será demonstrado adiante.

4. Agapita Fontenele - casou-se com o viúvo Manoel Moreira, em 4 de fevereiro de 1801, conforme se vê no registro a seguir:

> "Aos quatro dias do mês de fevereiro de mil oitocentos e hum pela manhã nesta matriz de Nossa Senhora da Assumpsão de Villa Viçosa Real feitas as denunciasoens na forma do Sagrado Concilio Tridentino nesta Igreja onde e natural e moradora a contraente e banhos feitos na Matriz de Granja onde e morador o contraente sem descobrir impedimento nas certidoes de banhos que ficão em meu poder....em presença do Reverendo Visitador Francisco...ilegível...e Testemunhas Capitão Matheos Jose Soiza, de Granja, Sargento Mor Antonio do Espirito Santo Magalhays desta Villa se receberão solenemente em face da Igreja por palavras de presente Manoel Moreira Junior viuvo que ficou de Gertrudes Francisca Maria sepultada nesta Matriz com Agapita Maria filha legitima de João Fontenele e Humbelina Maria de Jesus logo lhes dei as bençãos nupciais conforme os ritos matrimoniais da Santa Madre Igreja".
>
> Vigario Bonifacio Mª Antº Lelou" (Viçosa - Livro 2 – fl. 238)

Informação à margem do registro de casamento dá conta de que, naquela data, Manoel Moreira Simões estava com a idade de 39 anos e Agapita com 20. Esse Manoel Moreira Simões, nascido, portanto, em 1762, era filho de Manoel Moreira Simões Sênior, nascido em Lisboa, Portugal, em 1721. No registro de batismo de Tereza, filha desse casal, realizado em Viçosa, em 11 de julho de 1802, consta o seguinte: "*Tereza, filha legitima de Manoel Moreira Simões e Agapita Maria Fontenelle neta paterna de Manoel Moreira Simoes natural de Lisboa e Anna Ferreira natural da Freguezia de Sobral e*

materna de João Fontenelle, branco, natural da França e Umbelina Maria de Jesus....".

Gertrudes Francisca Maria, de quem Manoel Moreira era viúvo, era filha do capitão Mateus José de Sousa e Florência Gonçalves. Portanto, prima legítima de Agapita.

5 - Paulo Fontenele - nasceu em Viçosa no ano de 1786. Casou-se com Maria José do Espírito Santo, filha do padre José Sancho Lelou com Rosa Clemência do Espírito Santo, esta filha de Antônio do Espírito Santo de Oliveira Barcelos e Inácia Maria do Nascimento, em 8 de agosto de 1811. Esta afirmação de que Maria José era filha do padre não pode ser materialmente provada. No entanto, era fato aceito com naturalidade pelas pessoas mais antigas da família, embora intencionalmente desejosas de encobri-lo. Conforme se pode verificar no registro desse casamento, são omitidos os nomes dos pais de Maria José por um adequado "*exposta na casa*":

> "Aos oito dias do mes de agosto do ano de mil oitocentos e onze pelas nove horas da manha nesta Igreja de Nossa Senhora da Assunção de Villa Viçosa Real feitas as denunciasoins, nesta mesma Igreja onde são os contraentes naturais e moradores sem resultar impedimento algum civil, ou canonico, como consta da certidão de banhos que fica em meu poder, de minha licença em presença do Reverendo Frei Ignacio da Encarnação se receberão por palavras de presente Paulo Fontenele, filho legitimo de João Fontenele e Humbilina Maria de Jesus com Maria Jose do Espirito Santo **exposta na casa** (grifo nosso) do falecido Antonio do Espirito Santo de Oliveira Barcelos, logo lhe conferio as bençoins nupciais conforme os ritos da Santa Madre Igreja presente as testemunhas o Sargento Mor Antonio do Espirito Santo Magalhaes Sargento Mor Felipe Benicio Fontenelles ambos casados moradores nesta freguesia; e para constar mandei fazer este assento que assigno.
>
> Vigario Manoel Francisco Rodrigues da Cunha" (Viçosa - Livro 3 fl. 162).

Paulo, que assinava o nome como Fontanailles, nasceu em Viçosa em 1786 e teve os seguintes filhos:

5.1. Ana Maria Simplício Fontenele - casou-se com seu primo Bonifácio do Espírito Santo Magalhães, filho do "Velho Comandante".

5.2. José Tomaz Fontenele - casou-se com uma filha de seu tio Felipe Benício chamada Fausta Maria Fontenele.

5.3. Rosa Francisca Xavier Fontenele - casou-se com seu primo José Severino Fontenele.

5.4. Mafalda Agostinho Fontenele - casou-se duas vezes. A primeira com seu primo Manoel José Fontenele e a segunda com Alexandre José da Silva.

5.5. Maria Roberta da Anunciação - casou-se com Pedro Paulo Magalhães, filho do "Velho Comandante".

Dos filhos de Jean e Umbelina foi Paulo o mais ativo. Envolveu-se em diversos conflitos armados, dentre os quais a Confederação do Equador. Participou da força de guerra que o Ceará enviou contra o major Fidié, no Piauí e teve participação ativa na chamada "Batalha do Jenipapo", ocorrida em Campo Maior, em 13 de março de 1823.

6. JOÃO DAMASCENO FONTENELE - é dos filhos de Jean Fontenele de quem menos se fala, embora exista bastante documentação sobre ele e seus descendentes. O registro de seu casamento com Francisca dos Reis, ocorrido em 25 de março de 1808, encontra-se no livro 3 de Viçosa, fl. 60 (Arquivo do Bispado - Tianguá - Ceará), com o seguinte teor:

> "Aos vinte e cinco dias do mês de março de mil oitocentos e oito nesta Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assumpsão...etc...presente as testemunhas Capitão Paulo Fontenele, solteiro e o Tenente Ignacio Joao Barcelos, casado

moradores na Vila...se receberão por palavras de presente em face da Igreja João Damasceno Fontenele filho legitimo de Joao Fontenele e Humbilina Maria de Jesus com Francisca dos Reis filha legitima de Antonio Vaz dos Santos e Clara Maria Rodrigues logo lhes dei as bençãos....."

Vigario Albano Monteiro de Sa".

Na ordem de ascendência, foi o sexto filho de Jean e Umbelina. Nasceu em 1788 em Viçosa e faleceu em 1874, em Piracuruca - Piauí, tendo sido sepultado no cemitério da Confraria de Nossa Senhora do Carmo daquela cidade.

Seu melhor amigo foi o coronel Pedro de Britto Passos, morador na fazenda Chafariz, em Piracuruca e, sem dúvida, o homem mais rico do norte do Piauí, em seu tempo.

Quando nasceu Zeferina, filha de Pedro de Britto, o rico coronel se abalou de sua fazenda para Viçosa, levando a criança para ser batizada tendo como padrinho seu compadre João Damasceno. Quis o destino e o acordo dos compadres que ela viesse, posteriormente, a casar-se com João Martiniano, filho de João Damasceno, ampliando o grau de amizade entre as famílias e fazendo com que se mudassem todos para a terra dos Irmãos Dantas.

Graças a essa amizade e à sua boa instrução escolar, João Damasceno exerceu em Piracuruca vários cargos públicos, inclusive o de Juiz de Órfãos.

A controvérsia sobre o número de filhos que teve com sua mulher, Francisca dos Santos Reis, filha do português Antônio Vaz dos Santos e Clara Maria Rodrigues, decorre do fato de não haver sido feito inventário por ocasião de sua morte porque não havia bens a inventariar. Era ele, ao falecer, homem de poucos bens materiais.

Todos os filhos do casal nasceram em Viçosa. Foram eles:

6.1. Maria Cassiana Fontenele (Manquinha) - casou-se com Vicente do Espírito Santo Magalhães, o "Novo Comandante", filho do sargento-mor Antônio do Espírito Santo Magalhães, o "Velho Comandante".

6.2. Clara Simplício Fontenele - casou-se com seu primo legítimo Guilherme José Fontenele, filho de Guilherme Fontenele.

6.3. João Martiniano Fontenele - Casou-se três vezes. A primeira, em Viçosa, com Maria Ribeiro da Silva. A segunda, em Piracuruca, com Zeferina Josefina da Conceição de Britto Passos, filha do coronel Pedro de Britto Passos e sua mulher Ana Maria de Cerqueira. A terceira, também em Piracuruca, com Joaquina Alves de Moraes.

Foi graças à influência do sogro, coronel Pedro de Britto Passos, que João Martiniano amealhou razoável fortuna em negócios com gado e alcançou posição de destaque na vida pública da Província do Piauí, ocupando o cargo de Juiz Municipal e exercendo mandato de Deputado Provincial.

Em mandado assinado por ele, em 11 de maio de 1871, se auto denomina "*O Coronel João Martiniano Fontanailles, Comandante Superior da Guarda Nacional dos Municipios de Piracuruca, Pedro 2º e Batalha por Sua Magestade Imperial Que Deos Guarde, Juiz Municipal Residuos, e Ausentes por titulo legal...*".

Animado pelo sogro que queria ver povoado o deserto sertão de Piracuruca e a vila dotada de bons escrivães, João Martiniano trouxe dos sertões de Granja e Viçosa, por volta do ano de 1848, um significativo contingente de pessoas de sua família, inclusive seus pais e muitos irmãos.

Próximo ao túmulo de Pedro de Britto, no cemitério Campo da Saudade, da Confraria de N. S. do Carmo de Piracuruca, está a sepultura de Zefferina, onde se lê na lápide:

"AQUI DISCANSAM OS RESTOS INANIMADOS DE DONA ZEFFERINA JOSEFINA DA C. FONTANELLES ESPOZA DO CEL JOÃO MARTINIANO FONTANELLES QUE FALECEU A 19 DE OUTUBRO DE 1863. BOA FILHA EXCELENTE MAY E MELHOR CONSORTE CONSTANTEMENTE PRANTEADA .PR. SEU DESDEMOZO MARIDO E FILHOS QUE EM SIGNAL DE SUA CONSTANTE DOR E PERENE SAUDADE POR TÃO IRREPARAVEL PERDA LHE MANDARÃO ERIGIR ESTA CAMPA. SOLICITANDO DOS PIEDOSOS LEITORES POR SEU ETERNO REPOUSO".

Conferindo esses dados pelo registro constante no livro de óbitos da Matriz, verifica-se uma pequena diferença na data constante na lápide, conforme se lê:

> "Aos doze dias do mes de outubro de mil oitocentos e sessenta e três anos faleceu da vida presente de parto na idade de trinta e quatro anos Dona Zeferina Josefina Conceição Fontanailles casada com o Coronel João Martiniano Fontanailles por mim solenemente encomendada e foi sepultada no cemiterio da Confraria de Nossa Senhora do Carmo da Villa de Piracuruca. E para constar fiz este assento que assigno
>
> Vigario Joaquim Antonio Magalhães". (livro 3 - fl 186)

Com a morte de Zefferina, João Martiniano casou-se com Joaquina Alves de Moraes, moça bonita e bem mais jovem do que ele. O fim deste casal foi trágico. Às 7 horas da noite de 9 de setembro de 1878, João Martiniano atirou na esposa e, em seguida, em si próprio, gerando um clima de desassossego terrível em Piracuruca. O vigário da freguesia, na época, padre Máximo Martins Ferreira, alegando leis da Igreja, não aceitou que os corpos fossem sepultados no cemitério da Confraria de Nossa Senhora do Carmo, obrigando a inumação fora dos muros

daquele campo santo. A atitude arbitrária gerou um clima de revolta muito grande na família.

Mesmo não tendo permitido nenhum ritual religioso, o próprio padre Máximo, felizmente, deixou documentado o necrológio desse pobre casal.

> "Aos dez dias do mes de setembro de mil oitocentos e setenta e oito foram sepultados fora do cemiterio desta Villa os cadaveres do Coronel João Martiniano Fontanelles e de sua mulher Dona Joaquina Alves de Moraes Fontanelles, os quaes cadaveres foram encontrados na casa em que moravão e residião os referidos Coronel João Martiniano Fontanelles e Dona Joaquina Alves Moraes Fontanelles, tendo sido encontrados depois do estampido de dois tiros, pelas sete horas da tarde do dia anterior deste. Elle era filho legitimo de João Damasceno Fontanelles e Dona Francisca Fontanelles, já falecidos, ella filha legitima de João Alves da Costa e de Maria Alves da Costa, ja falecidos. E para constar fiz este assento que assigno
>
> o Vigario Pe Maximo Martins Ferreira" (liv. 4 – fl. 135 - Piracuruca).

Posteriormente, depois de larga questão entre a família e as autoridades eclesiásticas, foi realocado o muro do cemitério, envolvendo, com a expansão, o local das sepulturas. Tal providência, no entanto, não foi bastante para aplacar o clima de animosidade que se estabelecera entre a família e o padre Máximo.

José Sérgio Fontenele, irmão de João Martiniano, foi um dos que nunca aceitaram passivamente a atitude do vigário, estabelecendo-se entre os dois uma surda discórdia que explodiu, finalmente, na manhã de 8 de abril de 1880. Na manhã daquele dia, vendo passar em frente à sua calçada o capitão José Sérgio, que voltava do açougue público, saiu o padre de casa com um pedaço de pau que lhe servia como tranca de porta na mão e o interpela ameaçador:

– *"Então, senhor Barbaça de merda, cachorrão sem vergonha, quis hontem deitar trampa em minha roupa?*

Estava o padre injuriado com a denúncia de sua lavadeira Júlia que, no dia anterior, comunicara-lhe haver sido interpelada por José Sérgio na fonte, quando lavava a roupa. Queria ele saber se a roupa que lavava, na ocasião, era do padre ao que ela respondeu afirmativamente. Foi então que, segundo ela, o mesmo ameaçou colocar "trampa" na roupa do reverendo; chegando, inclusive, a dizer que se não encontrasse "material" disponível no local se valeria de seus próprios "recursos".

A reação de José Sérgio foi fulminante:

– "*Com quem é isto, ladrão coroado, côrno, filho de uma puta...*".

Sentindo-se ofendido, apesar de ter provocado, o padre Máximo desistiu de usar o cacete e recorreu ao caminho judicial para processar José Sérgio por crime de injúria. Este, brilhantemente defendido pelo advogado Raimundo Caetano de Moraes, conseguiu provar que apenas se defendera, sendo o verdadeiro injuriador o próprio padre de quem desdenhava a atitude afirmando que "*se isso não é cinismo, é toleima...*". Padre Máximo perdeu a questão.

O inventário de João Martiniano e da segunda esposa, Joaquina Alves de Moraes, foi realizado, em 26 de setembro de 1878, tendo como inventariante Silvino Cícero de Britto Fontenele, filho do segundo matrimônio.

Nas declarações de Silvino, constante no inventário, o casal falecera em 9 de setembro de 1878. Sabe-se por esse documento que existiram os seguintes filhos:

6.3.1. Com *Zeferina Josefina da Conceição de Britto Passos*, filha do coronel Pedro de Britto Passos e Ana Maria de Cerqueira:

6.3.1.1. João Pedro de Britto Fontenele - 29 anos (em 1878).

6.3.1.2. Julita Sérgia Benigno Fontenele – casou-se duas vezes. A primeira com Joaquim Mendes da Rocha e a segunda, em 4 de janeiro de 1877, com o capitão Justino do Espírito Santo Fontenele.

Desse segundo casamento nasceram dois filhos: Antônio Augusto Fontenele e Joaquim Claro Fontenele.

Antônio Augusto Fontenele, mais conhecido como Antônio Justino, foi o pai de Julita Fontenele Miranda, casada com Vicente Miranda Filho, tios do autor.

6.3.1.3. Carolina Maria Florência Fontenele - solteira - 25 anos (em 1878).

6.3.1.4. Libânia Felisbela da Conceição Fontenele - casada com o capitão Domingos Ramos de Carvalho.

6.3.1.5. Tenente Silvino Cícero de Britto Fontenele - casado - 22 anos (em 1878). Segundo dados em seu túmulo, no cemitério da Confraria de Nossa Senhora do Carmo, em Piracuruca, nasceu em 29 de novembro de 1855 e faleceu em 10 de novembro de 1912.

6.3.1.6. Maria Madalena da Conceição Fontenele - casada com o capitão Modesto Fernandes de Vasconcelos.

6.3.1.7. Cícero Nestor de Britto Fontenele - 18 anos (em 1878).

6.3.1.8. Zeferino Pedro de Britto Fontenele - 15 anos (em 1878). Casou-se com Maria do Espírito Santo Fontenele, filha do capitão Justino do Espírito Santo Fontenele e Maria dos Passos Pacheco.

6.3.1.9. Francisca Genuína da Conceição Fontenele - falecida e representada por seus filhos: João - 16 anos, Isabel - 14 anos, Francisca - 13 anos e José - 6 anos (em 1878).

6.3.2. Com Joaquina Alves de Moraes - filha de João Alves da Costa e de Maria Alves da Costa, houve apenas um filho, chamado João, contando 6 anos de idade na época do inventário.

Silvino Cícero declara, como inventariante dos bens deixados por seu pai, que Joaquina Alves de Moraes tinha uma filha "natural", chamada Maria do Carmo, com a idade de 10 anos (em setembro de 1878). As duas crianças filhas de Joaquina foram habilitadas como herdeiras do casal e ficaram sob a tutela do próprio Silvino Cícero.

Maria do Carmo recebeu, como herança da mãe, bens no valor de 2:875$940 (dois contos, oitocentos e setenta e cinco mil e novecentos e quarenta réis) representados por jóias de ouro e prata, arreios para animais, móveis, gado, semoventes, terras na fazenda Paraíso, casas na sede da Vila, a escrava Joana e o filho dessa, de nome Antônio, de 6 anos de idade "*doente do puxado*". Faleceu solteira sem deixar descendentes.

O órfão João recebeu herança no mesmo valor da irmã.

João Martiniano Fontenelle era possuidor de um razoável patrimônio composto de 23 jóias de ouro, bastante prata, cinco escravos, seis casas na sede da Villa (na "Rua Torta", "Rua da Matriz" e "Rua de Sam José"), uma casa no lugar Limoeiro, um engenho velho de madeira, um terreno com alicerce feito na "Rua do Quadro da Feira". Em dinheiro de ouro, havia 30 contos de réis.

Suas propriedades rurais eram compostas de partes de terras nas fazendas Sitio, Jenipapo, Melancias, Alagoinha

e a fazenda Paraíso, data Carolina, com meia légua de terra, onde estavam os animais de seu rebanho: 50 vacas novas, 14 vacas velhas, 15 novilhas, 12 garrotas, 18 bezerras e 30 bois, 4 bois de carro, 5 novilhos, 14 novilhotes, 14 garrotes, 20 bezerros. Havia ainda: 12 cavalos, 1 poldro, duas éguas, 1 égua velha, 1 poldra de égua, 1 burro, 1 burro velho, 3 burros novos e 3 jumentos.

Dentre os objetos de casa e pessoal, listados no inventário, chama a atenção a existência de uma máquina de costura, um violão, uma espada e o alto preço das redes. Duas redes brancas por dez mil réis, uma rede de lista azul por 3.000 e outra rede branca por 3.000. Para comparação, colocam-se os preços constantes no mesmo documento: um boi de carro = 5.000, um anel de ouro = 5.000, um colar de ouro = 9.000.

6.4. José Sérgio Fontenele - nasceu em Viçosa do Ceará no ano de 1835. Transferiu-se para Piracuruca, juntamente com o pai, no ano de 1848. Casou-se, em primeiras núpcias, em 9 de outubro de 1862, na Matriz de Piracuruca, com Maria Madalena Josefina Bittencourt, filha de Prudente João Pereira Bittencourt e D. Josefa Theodolinda da Glória, naturais da freguesia de Granja. Quando faleceu, no dia 16 de junho de 1895, era casado com D. Ermelina Rosa Castelo Branco. De seu inventário, realizado em 19 de agosto do citado ano, colheu-se a relação de seus filhos:

6.4.1. José Galdino Fontenele - 28 anos.

6.4.2. Teresa de Jesus Fontenele - 25 anos.

6.4.3. Laura Rosa Fontenele - 24 anos.

6.4.4. Maria do Nascimento Fontenele - 21 anos.

6.4.5. Carolina Josefina Fontenele - 18 anos.

6.4.6. Emília Madalena Fontenele - 15 anos. Casou-se, em 6 de outubro de 1900, com José Rafael Bittencourt, filho de Antônio Pereira Bittencourt e Ana Maria Bittencourt (liv. 3 fl. 98).

6.4.7. João Damasceno Fontenele - 13 anos.

6.4.8. Lívia Lídia Fontenele - 11 anos. Casou-se, em 12 de junho de 1900, com José Ferreira Passos, filho natural de Luzia Maria da Conceição (liv. 3 fl. 99).

A idade em anos de cada um reporta-se a 19 de agosto de 1895.

Um outro filho de José Sérgio e Maria Madalena, de nome João Francisco de Bittencourt Fontenele, faleceu em Piracuruca, em 21 de março de 1879, de "estupor", com 17 anos de idade.

Dentre os bens arrolados no inventário, destacam-se uma parte de casa na "Rua Generalíssimo Deodoro" e duas casas pequenas de taipa cobertas de telha na "Rua de Santo Antônio".

6.5. Francisca Alexandrina Fontenele - casou-se, em 30 de julho de 1847, em Viçosa (liv. 8 – fl. 98), com Antônio da Silveira Sampaio, filho de João da Silva Sampaio e de Bárbara Maria de Jesus.

6.6. Carlota Rosa Fontenele - casou-se em Viçosa, em 8 de janeiro de 1840, com João da Silva Sampaio (liv. 8 fl. 2).

6.7. Gertrudes - batizada em 19 de abril de 1812 em Viçosa, com vinte dias de nascida (livro 7 – fl. 108). Foram padrinhos Paulo Fontenele e sua esposa Maria Rosa do Espírito Santo.

6.8. Maria Felipa Fontenele - nasceu em agosto de 1810 e casou-se com o tenente coronel Francisco Lopes Freire.

> "Aos oito dias do mês de setembro de mil oitocentos e dez...bautizou e pois os Sanctos Oleos a Maria, nascida de um mês filha de João Damasceno Fontanailles e Francisca dos Reis,

neta paterna de João Fontanailles e sua mulher Humbelina Maria de Jesus neta materna de Antonio Vaz dos Santos e sua mulher Clara Maria Rodrigues. Forão padrinhos Inácio Francisco Xavier e Maria Francisca Rodrigues. Bautizou Frei Inácio da Encarnação.

Vigario Antonio Ferreira Rodrigues da Cunha " (Viçosa – livro 7 fl. 56 v)

6.9. Luduvica Ignes Fontenele - casou-se, em 4 de fevereiro de 1851, na Matriz de Piracuruca, com Norberto da Silva Sampaio, natural da freguesia do Ipu, filho de João da Silva Sampaio e Bárbara Maria de Jesus. Foram testemunhas desse casamento João Martiniano Fontenele e Domingos de Britto Passos. Luduvica faleceu de parto, em Piracuruca, no dia 9 de maio de 1877. O registro de óbito (liv. 4 – fl. 140) diz que contava ela, na época, 44 anos de idade.

6.10. Ana Severiana Fontenele - casou-se, em 4 de maio de 1851, também na Matriz de Piracuruca, com João Francisco de Oliveira, natural de Viçosa, viúvo por falecimento de Mariana do Patrocínio de Jesus (liv. 4. fl. 78 v).

6.11. Odorico Emiliano Fontenele - nasceu em Viçosa e casou-se em Piracuruca, no dia 4 de junho de 1852, na residência do Vigário Joaquim Antônio Benvenuto Magalhães, com dona Josefa Lourença de Meneses, esta já viuva por falecimento de Felipe José Correia. Foram testemunhas desse casamento o português Manoel Dias d'Almeida e o professor de primeiras letras Fernando Pereira Barbosa (liv. 4. fl. 90). Dona Josefa faleceu "de inxação interna", em Piracuruca, em 20 de março de 1864, com 67 anos de idade (liv. 3 fl. 189). Com seu falecimento, Odorico contraiu novo matrimônio, em 6 de maio de 1865, na Matriz de Piracuruca, com Filomena Sousa Pereira Bittencourt, filha legítima de Prudente João Pereira Bittencourt e dona Josefa Theodolinda da Glória (liv. 4 fl. 155v). Exercia em Piracuruca a profissão de alfaiate ou "artista". Josefa

Theodolinda da Glória era filha de Rufino José das Candeias e Felipa Maria da Conceição.

João Damasceno Fontenele faleceu em Piracuruca, no dia 5 de junho de 1874, tendo sido sepultado no Cemitério da Confraria de N. S. do Carmo, conforme registro a seguir:

> "Aos cinco de junho de mil oitocentos e setenta e quatro nesta Villa e Freguesia de Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca faleceu da vida presente, o Major João Damasceno Fontenelle, branco, viuvo de Dona Francisca dos Santos Reis filho legitimo de João Fontenelle e de Dona Umbelina de tal, com idade de oitenta e seis anos e oito meses. Foi seu corpo envolto em habito de pano preto tomou todos os sacramentos da Igreja antes de sua morte e foi seu corpo depois de assistir a missa de corpo presente pelo padre Costabile Belti sepultado no cemiterio da Confraria de Nossa Senhora do Carmo...
>
> o Vigario Maximo Martins Ferreira" (livro 4 – fl. 109)

Dona Francisca dos Santos Reis "*faleceu de moléstia crônica e incógnita*", em 10 de novembro de 1861, e foi sepultada no cemitério da Confraria de N. S. do Carmo, em Piracuruca (livro 3 fl. 168). No cemitério da Confraria não existe lápide que identifique sepultura dela nem do marido.

7. **Plácido Fontenele** - nasceu em Viçosa em 1789 e casou-se na igreja Matriz da mesma cidade, em 25 de março de 1808, com Maria Antônia dos Santos, natural de Granja, filha de Antônio Vaz dos Santos e de Clara Maria Rodrigues (liv. 3 – fl. 58 v). Celebrou o casamento o padre Albano Monteiro de Sá e serviram como testemunhas o capitão Paulo Fontenele, irmão do noivo, e o tenente Ignacio João Barcelos, cunhado.

Do casamento de Plácido Fontenele com Maria Antônia, nasceram 10 filhos: Francisco Elias Fontenele, Eufrázia Umbelina Fontenele, Inácia Clara Fontenele, Basílio Magno Fontenele, Bonifácio Adeodato Fontenele, Maria do Espírito Santo

Fontenele, Umbelina Maria Fontenele, Jesuína Maria Fontenele, Plácido Fontenele Filho e Germiniana Fontenele.

Plácido faleceu em 18 de julho de 1867 e Maria Antônia, em 18 de junho de 1876.

Muito interessante é o testamento do capitão Basílio Magno Fontenele, filho de Plácido e Maria Antônia, assinado em Chaval, em 23 de agosto de 1876, escrito pelo padre Antônio Carneiro da Cunha Araújo:

> "Eu Basílio Magno Fontenele, sou filho legítimo do Capitão Plácido Fontenele e dona Maria Antônia dos Santos nasci no Retiro, da Freguesia de Granja no ano de 1815 a catorze de junho.
>
> Declaro que sou católico, Apostólico, Romano que nesta Santa Religião nasci e fui educado e nela tenho vivido e quero morrer.
>
> Declaro que este é o meu testamento, disposição de última vontade. Declaro que depois de minha morte quero ser sepultado como Cristão que sou e que se faça em bem de minha alma o que é de costume e meus testamenteiros acharem conveniente. Declaro que sou solteiro e nunca fui casado e que tive os filhos seguintes:
>
> - Rosa, hoje casada com Henrique de Oliveira Franco, em Francisca mulher solteira.
>
> - Raimunda, hoje casada com Ângelo, em minha prima Maria, filha de meu tio Antônio Vaz dos Santos.
>
> - Maria, hoje casada com José, em Rosa mulher solteira e foi esta minha filha Maria criada por meu tio o Capitão Paulo Fontenele.
>
> - Felinto e Feliciana em Francisca Gomes, mulher solteira e hoje falecida, tendo sido Felinto criado por minha mana dona Ignácia, e Feliciana está em poder de Henrique de Oliveira Franco.
>
> - Ana em Francisca, na época mulher solteira e hoje viúva de José e hoje está minha filha em poder de Henrique de Oliveira Franco.
>
> - Doroteu em Joana Gomes, mulher solteira, hoje falecida e está meu filho em poder de Henrique de Oliveira Franco.

Declaro que estes meus filhos acima declarados sempre os tive como meus filhos e por este meu testamento e disposição de última vontade os habilito por meus filhos e quero que sejam meus legítimos herdeiros de todos os meus bens e direitos como se fossem tidos de legítimo matrimônio ficando assim constituídos meus herdeiros com igualdade como se fossem irmãos germanos de legítimo matrimônio, sendo esta última vontade. Declaro que nomeio meus testamenteiros em primeiro lugar Henrique de Oliveira Franco, meu genro, em segundo lugar a meu cunhado Felipe Benício Fontenele, e em terceiro lugar a meu mano Capitão Plácido Fontenele.

Declaro finalmente que só este é o meu testamento que vai escrito pelo padre Antonio Carneiro da Cunha e Araújo e é por min somente assinado depois de ter sido por min lido e achado conforme o que foi por min ditado.

Chaval 23 de agosto de 1876

Basílio Magno Fontenele" (Do original – APC).

Henrique de Oliveira Franco, genro de Basílio, era filho de João Severino de Brito e Luzia Leocádia da Conceição, mulher "*tida e considerada como solteira*", conforme consta em testamento registrado no livro 1 nº 1 fl. 1 – Viçosa, em 12 de maio de 1898. Por parte de pai, era irmão de João Nepomuceno de Brito, Joana Rosa de Lima, Thomazia Rosalina de Brito e do mestre Tomaz Vila Nova de Brito, estes filhos de Umbelina Maria da Conceição, mulher solteira.

Em 13 de maio de 1868, o comandante da Guarda Nacional na Vila de Granja, coronel João Porfírio da Mota, propôs ao presidente da Província a reforma de Basílio, que ocupava o posto de tenente da mesma Guarda Nacional, alegando que ele "*estava aleijado da mão direita*" e, certamente, com medo de ir para a guerra do Paraguai.

Somente a importância familiar de Basílio explica tantos envolvimentos amorosos com moças solteiras sem gerar

casamento ou morte pois, naqueles tempos dos sisudos coronéis do sertão, as "dívidas de honra" eram lavadas com sangue. Foi assim com o vaqueiro Cesário, martirizado impiedosamente pela simples suspeita de um envolvimento amoroso. Arrastado e pisoteado pelas patas dos cavalos de seus algozes, implorando por um gole de água para lhe mitigar a sede terrível, subiu Cesário toda a serra, até ser jogado sem vida nas profundezas da cova que hoje leva seu nome - Boqueirão do Cesário - de onde foi retirado na época do acontecido por três jovens e sepultado como cristão. (os jovens foram: finado João Pereira, vaqueiro morador na Gameleirinha, Antônio Cláudio, matador de onça e Luiz Lúcio). Pagando por crime que não cometera, segundo depoimento dos moradores da região, o mártir já obrou muitos milagres.

8. **Luduvica Fontenele** - nascida em 1794. Não foi localizado registro de casamento, mas Luiz Carlos de Carvalho (Geneagrafia da Família Fontenele – Manaus – Amazonas, fl.77) afirma que foi casada com Nicolau Lelou, com quem teve quatro filhos: Porfírio de Andrade Fontenele, Luzia do Espírito Santo Fontenele, Guilhermina Luduvica Fontenele e João Porfírio Fontenele.

9. **Amaro Fontenele** - nasceu em 1795 e casou-se em 1840, na Ubatuba, com Luzia Margarida de Castro, filha de Domingos Anselmo de Castro e Feliciana Maria Ferreira Veras. Faleceu em 1869, deixando oito filhos: Juvêncio, Josefa, Agapita, Tarcília, Ernestina, Firmina, Umbelina e Justina.

10. **Jacinta Maria Fontenele** - nascida em 13 de setembro de 1781. Casou-se com Roque de Oliveira Barcelos Magalhães, filho de Antônio do Espírito Santo de Oliveira Barcelos e Inácia Maria do Nascimento, este já viúvo de Francisca Maria do Espírito Santo.

O inter-relacionamento da família Fontenele com outras de Viçosa gerou um complexo encadeamento genealógico.

capaz de permitir que se afirme ser superior a 90% o grau de parentesco entre os habitantes não índios daquela cidade.

Os Fontenele têm, assim, a mesma origem: o casal Jean Fontenele e Umbelina Maria de Jesus. A maioria das pessoas dessa família na região de Piracuruca é originária de dois filhos desse casal: Guilherme José Fontenele e João Damasceno Fontenele.

12 - A família de Clara Joaquina

GUILHERME JOSÉ FONTENELE, terceiro filho de Jean Fontenele e Umbelina Maria de Jesus, nasceu em 1778 em Viçosa e casou-se no Ibuaçu com **Ana Joaquina do Rosário**, filha do português Antônio Vaz dos Santos e de sua mulher Clara Maria de Jesus, esta neta de Pedro da Rocha Franco.

O português Antônio Vaz dos Santos, filho de Lourenço Vaz dos Santos e de Maria Fernandes, foi também um dos grandes proprietários no lugar Ibuaçu, município de Granja. Conforme se verifica nos registros de casamentos transcritos, três filhas suas casaram-se com filhos de Jean Fontenele:

a) *Plácido Fontenele* - casou-se com Maria Antônia dos Santos.

b) *João Damasceno* - casou-se com Francisca dos Santos Reis.

c) *Guilherme José Fontenele* - casou-se com Ana Joaquina do Rosário.

Outra filha de Antônio Vaz dos Santos, chamada Maria dos Santos, casou-se com Inácio Francisco Xavier, este filho de Antônio do Espírito Santo de Oliveira Barcelos e Inácia Maria do Nascimento.

Clara Maria de Jesus, esposa de Antônio Vaz dos Santos, era neta de Pedro da Rocha Franco e Victória Rodrigues da Câmara, porque era filha de Ana Maria Rodrigues da Câmara e do português Antônio Ferreira Alvarenga.

Ana Maria Rodrigues da Câmara – nascida em 1728 e batizada em 3 de janeiro de 1729 - casou-se com o português Antônio Ferreira Alvarenga, filho de Antônio Alvarenga e Domingas Ferreira Alvarenga, em 30 de agosto de 1750. Assim, Ana Joaquina do Rosário, esposa de Guilherme Fontenele, era bisneta de Pedro da Rocha Franco e de Victória Rodrigues da Câmara.

Ana Joaquina do Rosário, esposa de Guilherme, faleceu, em 10 de janeiro de 1827, deixando dez filhos, porque um havia morrido moço:

1. **Joaquim Fontenele** - vivia maritalmente com sua prima Ana Joaquina do Rosário com quem teve, comprovadamente, os filhos:

1.1. Ana - batizada, em 30 de dezembro de 1830, em Piracuruca, conforme se pode aferir pelo seguinte registro, extraído do livro 1 de batismos daquela Freguesia de Nossa Senhora do Carmo:

> "Aos trinta dias do mes de dezembro do ano de mil oitocentos e trinta nesta matriz de Nossa Senhora do Carmo da Villa de Piracuruca baptizei solenemente a Anna **filha natural** (grifo nosso) de Joaquim Fontanailles e Anna Joaquina do Rosario, solteiros, moradores na mesma Villa...e pus os sanctos óleos: foram padrinhos Francisco José Pereira e sua mulher Dona Suteria Maria de Jesus.
>
> Jose Monteiro de Sá Palácio = vigario
>
> Joaquim Fontanailles"

A madrinha, dona Sutéria Maria de Jesus, era pessoa importante na Vila de Piracuruca onde tinha várias casas. Residia

na fazenda São José, hoje cidade de São José do Divino. Era filha de Felipe Luís Gomes e Violante Pereira Barros, naturais do município de Granja. Casou-se com Francisco José Pereira, filho de Izaquiel Pereira Barros e Maria Marcella de Jesus. Faleceu de erizipela, em 11 de outubro de 1854, e foi sepultada na matriz de Piracuruca. (fl. 103 v - livro de óbitos nº 3). Deixou os seguintes filhos, conforme dados de seu inventário realizado em Piracuruca, em 4 de março de 1855:

- *Durçulina Marcela de Jesus* - casou-se com Abel Pereira dos Santos.
- *Felipe José Pereira* - 28 anos (em 4/3/1855).
- *Onofre José Pereira* - 26 anos (nasceu em 2 de novembro de 1829).
- *Esperidião José Pereira* - 25 anos.
- *Marcello José Pereira* - 21 anos.

1.2. Delmira.

> "Aos vinte dias do mes de novembro do ano de mil oitocentos e trinta e nove, na Matriz de Nossa Senhora da Assunção de Villa Viçosa Real, de licença minha, e do Reverendo vigario daquella freguesia, pelo Reverendo parocho da Freguesia de Sao Bernardo Jeronimo Antonio de Proença Ribeiro, foi solenemente batizada Delmira, **filha natural** (grifo nosso) de Joaquim Fontanailles e de Dona Anna Joaquina do Rosario, moradores na Freguesia de Nossa Senhora do Carmo da Villa de Piracuruca: lhe pus os sanctos oleos: Foram padrinhos João Fontanailles e sua mulher Dona Maria Joaquina Fontanailles (sic); e vai este fora do tempo, pela demora do assento
>
> Jose Monteiro de Sá Palacio = vigario".

Essa criança, Delmira, não sobreviveu mais que um ano de idade pois faleceu "de febres malignas" e foi sepultada

na igreja matriz de Piracuruca, em 1º de agosto de 1840 (liv. 3 - fl. 47).

É possível que Joaquim tenha tido outros filhos dos quais, até o momento, não se conseguiu identificar documento que comprove. Do mesmo modo, não foi possível comprovar a razão pela qual não realizou casamento com Ana Joaquina, vivendo uma situação irregular.

2. **Umbelina Maria de Jesus** - casou-se com João Benício Viana - tiveram 13 filhos.

3. **Maria Joaquina Fontenele** - casou-se com seu primo João Fontenele (João das Covas).

4. **Ana Maria** (ou Ana Joaquina do Rosário) - batizada em 8 de março de 1807:

> "Aos oito dias do mês de março de mil oitocentos e sete bautizei e pus os sanctos oleos a Anna Maria filha legítima de Guilherme Fontenelle e Anna Joaquina do Rosário neta paterna do Capitão João Fontenelle natural da França e Umbelina Maria de Jesus **natural da Serra dos Cocos** (grifo nosso) materno de Antonio Vaz dos Santos natural do Porto e Clara Maria natural de Granja. Foram padrinhos João Damasceno Fontenelle solteiro e Maria Paula de Santa Anna solteira moradores nesta Freguesia.
>
> Vigario Albano Monteiro..." (livro 6 fl. 70 v - Viçosa).

Ana Maria casou-se com Francisco Ferreira Veras, morador na Ubatuba e tiveram quatro filhos: Maria Ferreira Veras, Antônio Ferreira Veras, Francisco Ferreira Veras e Guilherme Ferreira Veras.

5. **Guilherme José Fontenele Filho** - casou-se com sua prima Clara Simplício Fontenele, filha de João Damasceno Fontenele, com quem teve sete filhos: Justino do Espírito Santo, Ana, Joaquim José, João Batista, Felinto, Felismino e Doroteu.

Justino do Espírito Santo Fontenele, filho de Guilherme José Fontenele Filho, nasceu em 27 de novembro de 1832. Casou-se três vezes. A primeira com Maria Pacheco. A segunda com Julita Sérgia Benigna Fontenele, filha de João Martiniano Fontenele e Zeferina Josefina Conceição de Britto Passos. A terceira com Leopoldina da Silva Fontenele, nascida em 1867, sendo que deste último matrimônio não houve filhos.

Do 1º matrimônio nasceram:

• *Maria de Assis Fontenele* - casou-se, em Piracuruca, com Zeferino de Brito Fontenele. Foram os pais de Manoel Fontenele, João Fontenele, Justino Fontenele, Zeferina Maria Fontenele e Francisco Fontenele.

• *Francisca Pacheco* - casou-se com João Pacheco.

• Justina Fontenele Xavier - nasceu em Viçosa do Ceará, no ano de 1868, e casou-se em 1886 com Domingos do Espírito Santo Xavier, filho do capitão Lourenço Francisco Xavier e Feliciana Magalhães. Residia no lugar "Junco". Não tendo filhos de seu casamento, dona Justina, através de testamento público datado de 1º de outubro de 1927 (Livro de Notas nº 21 – fl. 139 – Viçosa), deixou seus bens para sua sobrinha e afilhada Zeferina Maria Fontenele, nascida em 1894, filha de Zeferino de Brito Fontenele e Maria de Assis Fontenele.

• *Estelita Fontenele Craveiro* - casou-se com Alfredo Fontenele Craveiro.

Do 2º matrimônio nasceram:

• *Antônio Augusto Fontenele* - nasceu em 20 de outubro de 1881 e faleceu em Viçosa, em 7 de outubro de 1960 (cf. dados no túmulo). Casou-se com Etelvina Fontenele, nascida em 3 de novembro de 1883 e falecida em 15 de dezembro de 1962.

• *Joaquim Claro Fontenele* - falecido em 25 de julho de 1911. Era casado com Francelina Rosa Fontenele, falecida em 1º de dezembro de 1909. Esse casal teve um único filho chamado José de França Fontenele. Observa-se no inventário de Joaquim Claro e Francelina, realizado em Viçosa, em 19 de abril de 1926, que todos os bens herdados por José de França eram provenientes do imenso patrimônio do coronel Pedro de Britto Passos, de Piracuruca, avô de Julita Sérgia Benigna Fontenele.

• Nasceu outro Antônio mas faleceu ainda criança, com 1 ano e quatro meses de idade, "de febres", em 10 de fevereiro de 1878. (Piracuruca – liv. 4 – fl. 148).

O capitão Justino era esperto. Precavendo-se da possibilidade de que sua terceira esposa o abandonasse, registrou testamento, em 7 de julho de 1896, (livro de Notas nº 14 – fl. 29 v - Viçosa) onde deixava a terça parte dos seus bens para dona Leopoldina "*com a condição porém de dita sua mulher nunca abandonal-o e tratal-o com todo o afago como o tem feito até hoje, e caso ella o abandone e não lhe dê o tratamento devido da mulher para com seu marido, nesse caso ficará sem effeito este testamento*".

Em 24 de setembro de 1917, registrou segundo testamento (livro de notas nº 24 – fl. 144 e 145 v) onde ratifica as condições do primeiro e inclui nos bens destinados à mulher "*uma casa onde reside, construida de taipa, com frente de tijolo, coberta de telhas, com quatro portas de frente, sita a Rua Fontenelle Sobrinho, proxima a praça da Matriz...*" .

Tomadas essas cuidadosas providências, o capitão Justino faleceu, "*de arterio-sclerose*" (cf. reg. de óbito), às dez horas da manhã do dia 21 de novembro de 1919, na casa onde morava na rua Fontenele Sobrinho, com 86 anos de idade.

6. **Antônio Vaz Fontenele** - casou-se, a primeira vez, com sua prima Rosa Francisca Xavier, filha de Inácio Francisco Xavier Lelou, com quem teve apenas um filho, também chamado Inácio Francisco. Com a morte de Rosa, casou-se com sua prima Inácia Clara Fontenele, com quem teve oito filhos: João, Antônio, José, Esmerino, Maria, Porfirio, Ana Rosa e Umbelina.

7. **José Joaquim Fontenele** (Zezinho do Cipoal) - casou-se com Cândida Maria de Jesus, filha de José Antônio Damasceno e Maria da Rocha de Cerqueira, conforme já discriminado anteriormente. Eram, portanto, dois os casamentos entre filhos de José Antônio Damasceno e Guilherme Fontenele. José Joaquim e Cândida Maria, Gonçalo José Damasceno e Clara Maria de Jesus.

8. **CLARA JOAQUINA DO ROSARIO** - Quem perguntava a Pedro Miranda se era ele um Fontenele "da gema", ouvia sempre a reposta bem humorada: "*Não, sou da Clara!*".

Clara Joaquina do Rosário, mãe de **Maria Joaquina do Rosário**, recebeu esse nome (Clara) como homenagem que seu pai, Guilherme Fontenele, queria fazer para a sogra - Clara Maria de Jesus – gerando daí uma certa confusão vista com freqüência nos escritos sobre a família Fontenele. A diferença básica é que a avó de Maria Joaquina se chamava Clara Maria de Jesus e sua mãe, Clara Joaquina do Rosário.

Clara Joaquina do Rosário casou-se em 1834, no Ibuaçu, com Gonçalo José Damasceno, filho de José Antônio Damasceno e Maria da Rocha de Cerqueira, moradores na fazenda Lagoa do Mato, no Jacaraí de Baixo, termo de Piracuruca. Ali naquela fazenda morreu de parto, em 11 de março de 1849, deixando cinco filhos órfãos, conforme já demonstrado anteriormente em "OS ÓRFAOS DA LAGOA DO MATO".

Algumas publicações dão conta de que Gonçalo era originário "*do lugar Pedra de Fogo*" o que, com segurança constatou-se, não corresponde à verdade.

9. Rosalina Fontenele Pacheco - nasceu no Ibuaçu em 1824. Recebeu o sobrenome Pacheco porque se casou com Manoel dos Passos Pacheco, falecido em 21 de novembro de 1882. Rosalina e Manoel tiveram 8 filhos, segundo consta no inventário dele, realizado em Viçosa, em 13 de dezembro de 1882:

9.1. Rosalina dos Passos Pacheco - com 35 anos (em 1882) – casou-se em Viçosa, a 28 de junho de 1866 (liv. 6 – fl. 52 v), com seu primo, o capitão Tristão Pacheco, filho de José Joaquim Pacheco, falecido em 22 de maio de 1880, e sua mulher, Antônia Tomásia de Queiroz, falecida em 7 de outubro de 1889.

O inventário de José Joaquim Pacheco, realizado em Viçosa, em 22 de abril de 1881, relaciona os seguintes herdeiros: Tristão Pacheco (com 38 anos), Lívio Ermelino Pacheco (com 25 anos), Maria Joana Pacheco (casou-se com Benedito Torres e depois com José Braúna), Cândida Pacheco Neiva e Antônio Braúna. Este último, embora não fique claro no inventário, deve ser neto, filho de Maria Joana com José Braúna.

José Joaquim Pacheco e dona Tomásia Queiroz eram os proprietários da fazenda "Brejo dos Pacheco", no vale do rio Pirangi, onde tinham bela casa de morada e "duzentos pés de coqueiro". Do velho sobrado da fazenda só existe uma pintura, feita pelo célebre "Mestre Isac", hoje guardada na casa de um herdeiro em Parnaíba. A origem da fazenda e da família está ligada ao português Miguel Gonçalves Pacheco, "*natural do Reino e morador no Brejo*" que chegara a Piracuruca em 1763.

Tristão Pacheco faleceu, com 62 anos de idade, no dia 28 de junho de 1905 e seu inventário foi feito no dia 05 de agosto do mesmo ano, em Viçosa, tendo como Juiz o

coronel Cândido do Espírito Santo Magalhães. Por esse documento, sabe-se que teve os seguintes filhos com Rosalina dos Passos Pacheco:

9.1.1. Capitão Francisco das Chagas Pindahyra Pacheco - na época com 35 anos (em 1905). Nasceu no dia 28 de agosto de 1870 e faleceu em 21 de julho de 1938. Casou-se com Maria Ermelina Fontenele Pacheco (Maricota), nascida em 12 de novembro de 1880 e falecida em 23 de julho de 1965. Dona Maricota era filha de dona Valdetrudes (Valzinha) Correia, esta filha do major Inácio José Correia, patriarca da família Macaxeira.

A família do major Inácio, juntamente com alguns trabalhadores, amigos e visitantes, foi barbaramente trucidada pelos Juritis, comandados por Francisco Gonçalves da Costa, no sítio Tabatinga, em 6 de outubro de 1878.

Das 21 pessoas que se encontravam no sítio, naquela terrível noite, somente duas escaparam do massacre com vida porque seus algozes não perceberam, no estado miserável em que se encontravam, que ainda respiravam. Dezenove foram sepultadas no cemitério público de Viçosa, incluindo a esposa do major e cinco filhos, dentre estes uma criança de nove e outra de cinco anos de idade.

O ódio impiedoso dos atacantes não poupou nem ao menos o pequeno Honorato, de dois anos de idade, filho dos criados Manoel de Freitas e Joana, também trucidados.

A causa? Mesquinharia, política rasteira impregnada nos costumes interioranos.

9.1.2. Manoel Tristão Pacheco - 32 anos (em 1905).

9.1.3. José Pacheco - 30 anos (em 1905).

9.1.4. Maria Pacheco - 29 anos (em 1905).

9.1.5. Lívio Pacheco - 22 anos (em 1905).

9.1.6. Antônio Tristão Pacheco - "ausente no Estado do Pará em lugar incerto e não sabido – 20 anos".

9.1.7. Bento Pacheco - 19 anos (em 1905).

Dos 200 pés de coqueiro que havia na fazenda "Brejo dos Pacheco", 110 pertenciam, na época do inventário, ao capitão Tristão Pacheco.

9.2. Inácio Pacheco - na época do inventário do pai, com 30 anos (em 1882), solteiro e morador em Piracuruca.

9.3. Francisco Pacheco - 25 anos - solteiro - morador em Viçosa.

9.4. Evaristo Pacheco - 23 anos - solteiro - morador em Viçosa.

9.5. América dos Passos Pacheco - 20 anos - casada com Francisco de Queiroz, moradores em Viçosa.

9.6. Francisco dos Passos Pacheco - 15 anos, solteiro - morador em Viçosa.

9.7. Zeferina dos Passos Pacheco - Falecida antes do pai. Foi casada com Estêvão José Teixeira, morador em Viçosa, com quem teve os filhos: Francisca dos Passos Pacheco (casada com Tristão dos Passos Pacheco), Maria Tomásia Teixeira, Paulo José Teixeira, Manoel José Teixeira e Inês Teixeira.

9.8. Maria dos Passos Pacheco - Foi a primeira mulher do capitão Justino do Espírito Santo Fontenele, com quem teve os filhos: Maria do Espírito Santo Fontenele (casou-se com Zeferino Pedro de Brito Fontenele – morador em Piracuruca), Francisca Fontenele Pacheco (casada com João Pacheco – morador em Viçosa), Justina Fontenele e Estelita Fontenele.

Com a trágica morte de Maria dos Passos Pacheco, acontecida em Viçosa, no dia 9 de junho de 1876, o capitão Justino mudou-se para Piracuruca, onde casou-se com a viúva Julita Benigna Fontenele, filha de João Martiniano Fontenele e Zeferina Josefina Conceição de Brito Passos.

Com a morte de Ana Joaquina do Rosário, Guilherme Fontenele casou-se, em segundas núpcias, com Tomásia Maria de Jesus e teve uma filha chamada Severa Maria Fontenele, que se casou com Inocêncio Joaquim de Aragão.

Quando morreu, em 27 de novembro de 1837, Guilherme foi sepultado na igreja do Ibuaçu, lugar onde morava e onde nasceram seus filhos.

Existe diferença de grafia do nome Fontenele encontrada em publicações e em muitos documentos, ora com um "l" ora com dois. De concreto, sobre a forma original correta de escrever esse nome, pode-se afirmar que as assinaturas dos filhos de Jean e de alguns de seus netos, João Martiniano, por exemplo, encontradas em muitos documentos, era **Fontanailles**.

13 - OS filhos do Esbarrado

Depois de casados, **JOSÉ CARNEIRO DA CUNHA ARAÚJO** e **MARIA JOAQUINA DO ROSÁRIO** ficaram habitando em Viçosa, na época, ainda estratégico polo cultural e comercial da região. Ele, vivendo de renda de suas propriedades, podia andar acima e abaixo, cuidando dos pacientes.

Para Maria Joaquina, no entanto, a vida ainda reservara surpresas que muito a atormentariam. Omitiu-se, durante muito tempo, fatos que marcaram a vida do marido e que, como uma mancha, enegrecia a imagem de sua família.

Negando a tradição de honradez e de firmeza de caráter que marcava seus parentes, José foi envolvido por um mal tremendo que destruía fortunas, envergonhava famílias e destroçava os lares - era jogador. Jogador de cartas que varava noites e perdia tudo. Certa vez, para surpresa dela, chega em casa, pela manhã, trazendo sobre os ombros a sela. O cavalo havia perdido no jogo.

Maria Joaquina padecia resignada, sem afrontar nem exigir. A formação que recebera de sua avó, Maria Machado de Cerqueira, no Jacaraí de Baixo, não permitia que tomasse atitude desequilibrada. Viu esvair-se pelos ralos da jogatina o produto da venda de alguns escassos bens que recebera de herança de seus falecidos pais. Até mesmo a parte que lhe tocara no escravo Domingos, recebida como legítima paterna, foi vendida e torrada no jogo.

De temperamento firme e decidido, nunca se alquebrou nem se deixou vencer. Aceitou, com resignação, o comportamento do marido, curvando-se à realidade da pobreza em que mergulhavam, chegando a morar numa casa de palha na Corredeira.

Essa característica no estilo de vida de José Mapurunga, naquela época e naquele meio tão austero, era uma exceção que o distinguia e o denegria, suplantada a capacidade de seus familiares em auxiliá-lo.

O alarme foi dado.

Só um homem, no meio da família, seria capaz de conseguir uma parada na escalada de desastres que o vício prenunciava. Esse homem era seu irmão, Antônio Carneiro da Cunha Araújo - o padre. Esse, antes de levar o restante da família para o Ibuaçu e Chaval, tomou a frente, impôs condição, exigiu um basta. Acertou com José para fixar sua

moradia numa propriedade que adquirira nas encostas da serra, para os lados da terra que os índios tinham chamado **IbYira**.

Selaram um compromisso.

Seria ali, isolado naquela aba de serra, o momento e o local apropriado para "esbarrar" definitivamente com o modo de vida que levava. Fiel ao compromisso com o irmão, conseguiu, de fato, José "esbarrar" com a trajetória do vício, recebendo o sítio, em regozijo pela vitória, o nome de **ESBARRADO** (posteriormente, terminou ficando conhecido como **Buirinha**, por ficar entre a Buíra e a Buíra Grande).

A casa do sítio Esbarrado seguia o estilo de construção da época. As paredes externas foram erguidas em adobe sobre alicerces de pedra e cal. As divisões internas eram feitas por paredes de taipa. As salas, grandes e espaçosas, tinham seus vãos vencidos por grandes linhas de pau d'arco, sendo o piso da sala de visitas revestido de madeira (assoalho). Na frente, um amplo alpendre com peitoris se apoiava sobre esteios de aroeira. A cobertura era feita de telhas cerâmicas produzidas artesanalmente na olaria construída na mesma propriedade. Foi erguida à margem do caminho que descia para a Buíra Grande, na cinta da serra, em um platô estratégico no centro da propriedade, em terreno de topografia acidentada. Um aclive acentuado, uma área plana, onde foi erguida a morada, um declive suave de uns 300 metros e, novamente, a subida escarpada da serra.

De certa forma, o aspecto físico do terreno em muito se assemelhava à Corredeira. A casa era rodeada de grandes árvores e pelo cafezal. Do alpendre da frente, dominava uma vista sobranceira das serras e do sertão de Granja. Fechando o horizonte, em um amplo semicírculo no sentido oeste - norte, vê-se os contornos azulados da serra da Ubatuba. Pela direita, em sentido contrário, a massa ondulada da serra de São Joaquim.

Separando as duas, inconfundível, o Testa de Ferro. Por trás desse, imponentes, a serra da Timbaúba e o morro do Arapuá.

Um pouco abaixo, na frente da casa, a exemplo de Félix da Cunha Linhares, José fez erguer uma capela em honra de Nossa Senhora da Conceição, santa padroeira dos Cunha Araújo e devoção de Maria Joaquina, a cuja fé fora encaminhada pela avó, no Jacaraí de Baixo, onde nascera. A capela foi benta solenemente no dia 8 de dezembro de 1894, dia consagrado à padroeira. As festas da Santa eram comemoradas com grande entusiasmo, abalando pessoas de longas distâncias.

Por trás da capela foi construído o cemitério onde, rigorosamente, só eram sepultadas pessoas da família.

A capela e o cemitério ainda hoje estão lá, bem conservados e limpos, à margem da estrada que desce para a Buíra Grande. No vão principal da nave, lado a lado, lápides de mármore identificam os locais exatos das sepulturas de José e Maria Joaquina.

No Esbarrado, José Mapurunga e Maria Joaquina criaram seus 11 filhos:

1- **Francisca Carneiro Mapurunga** - nasceu em 1855 e faleceu em 26 de dezembro de 1938, na Oiticica. Casou-se com José Florêncio de Miranda, filho de João José de Miranda e Maria Joana da Maternidade. Tiveram os filhos: Maria Miranda de Sousa, João Carneiro de Miranda, Francisca Florência de Miranda, Umbelina Carneiro de Miranda, Vicente Carneiro de Miranda, José Carneiro de Miranda (Cazuza) e Joaquim Carneiro de Miranda.

José Florêncio de Miranda, ao casar-se, não obstante a disposição para o trabalho, era homem de poucos recursos,

razão porque o sogro resolveu minorar-lhe os sacrifícios: "*Vá para a Corredeira e plante cana. Quando for na época da moagem, vou fazer um engenho e montar a fábrica para você*". A partir desse incentivo, tornou-se um próspero fazendeiro no vale do Lambedouro.

2 - **Águeda Carneiro Mapurunga** - casou-se com Antônio Alves Passos. O inventário de "*Antônio Alves Passos casado com D. Águida Carneiro Passos*" foi feito em 21 de setembro de 1887 e encontra-se no Arquivo Público do Ceará, em Fortaleza, relacionando os seguintes herdeiros (a idade de cada um é a que consta na data do inventário):

2.1. José Carneiro Passos (Zé Águeda) - 11 anos. Casou-se com sua tia, Nelsa Carneiro Passos, irmã de sua mãe, e tiveram os filhos:

• *Antônio Carneiro Passos* - casou-se com Francisca Vieira Passos.

• *José Carneiro Passos Filho* - casou-se com Nazaré Demétrio Passos.

• *Francisco Carneiro Passos* - casou-se com Firmina Ferreira Passos.

• *Adérson Carneiro Passos* - casou-se com Maria Siqueira de Araújo Passos.

• *Alípio Carneiro Passos* - solteiro.

• *Nélson Carneiro Passos* - casou-se com Francisca Ione Fontenele Cavalcante Passos.

• *João Carneiro Passos* - casou-se com Antônia Paulino Passos.

• *Emília Mapurunga de Araújo* - casou-se com Luís André de Araújo.

• *Maria Mapurunga Passos de Araújo* - casou-se com Raimundo André de Araújo.

• *Elvira Carneiro Passos* - inupta.

• *Júlia Mapurunga Moreira* - casou-se com Francisco Moreira Passos (Chico Destrino).

2.2. Maria Carneiro Passos - 9 anos de idade quando o pai morreu. Casou-se com Antônio Rodrigues Fernandes. De todos conhecida como "tia Sinhá" (foi mãe de Chico Passos, Antônio Passos, Alice, Mariazinha, casada com Chico Mapurunga, José Antônio e Quinquinha). Residia no sítio Cujá, distante da Buíra pouco mais de um quilômetro, ladeira a baixo.

2.3. Destrino Carneiro Passos - 7 anos em 21/09/1887. Destrino casou-se três vezes, sendo a primeira delas com Umbelina Maria Moreira, filha de Delfina Maria Moreira e Francisco Bernardo Gomes. O inventário de Delfina foi feito em 20 de agosto de 1906 pelo Juiz Joaquim Freire Barbosa. Quando a mãe morreu, Umbelina estava com 17 anos de idade.

Em 16 de setembro de 1916, foi feito o inventário da própria Umbelina, que falecera, a 3 de agosto daquele ano, deixando os seguintes filhos:

• *Francisco Moreira Passos* - 9 anos, conhecido como Chico Destrino. Nasceu em 31 de agosto de 1907 e casou-se com Júlia Mapurunga Passos, filha de José Carneiro Passos e Nelsa Carneiro Mapurunga.

• *Francisca* - 4 anos.

• *Francisca Celeste* - 3 anos.

A segunda esposa de Destrino, filha de Vicente Magalhães e Maria Magalhães, chamava-se Idalina Magalhães Passos. Pelo seu inventário, feito em Viçosa, em 22 de abril de 1919, sabe-se que faleceu de parto, em 6 de fevereiro de 1919, deixando uma filha com o nome de Maria Idalina Passos.

A terceira esposa, chamada Filadelphia de Sousa Passos, era filha de Joaquim Francisco Sousa e Inocência Alves Sousa.

Desse terceiro matrimônio nasceram: Joaquim, José, João, Inocência e Águeda Passos.

Além do grande sucesso que obteve como fazendeiro no sertão do Lambedouro, chegando a ser em seu tempo um dos poucos, no município de Viçosa, a possuir um conto de réis, Destrino sobressaiu-se em sua época como homem de visão, não medindo sacrifícios para proporcionar aos filhos educação de boa qualidade.

2.4. Antônio Alves Passos - 6 anos. Na lápide existente em seu túmulo, no cemitério do Esbarrado, consta ter nascido em 10 de agosto de 1881 e falecido em 11 de abril de 1961. Ali, também, o nome está grafado como Toinho Carneiro Passos. Não casou.

2.5. Raimundo Francisco Carneiro - 5 anos.

2.6. Joaquim Carneiro Passos - 4 anos.

2.7. Maria dos Santos Passos - 2 anos. No inventário de seus avós paternos seu nome está gravado como Maria Carneiro Passos e se diz que é *"solteira (casada apenas religiosamente) ausente e detectada* (sic) *em lugar incerto e não sabido..."*. Era, de fato, uma bela moça, conhecida como Maroca Passos, que teve a vida complicada quando seu padrasto, Francisco Rodrigues Fernandes, a engravidou. Esse casamento "apenas religioso" foi realizado com Francisco Marques de Miranda, filho de João José de Miranda e Raimunda Marques da Conceição.

O destino de Maroca foi realmente incompreensível para os padrões morais que Zé Mapurunga e Maria Joaquina tentavam imprimir à família. Abandonou o casamento de encomenda com Francisco Marques, fugiu com um policial do "destacamento" e desde então, infelizmente, dela não se encontrou mais notícias.

2.8. Antônio - 3 meses (em 1887). Na lápide do túmulo, consta com o nome de Antônio Carneiro Passos e tendo nascido em 12 de outubro de 1883. O mais provável é que haja engano nessa inscrição, considerando que o inventário é uma fonte documentada mais próxima do seu nascimento. Ficou conhecido como Totônio. Vivia com tia Sinhá e perambulava pelo sítio do Esbarrado armando mundés para pegar preás. Nesse serviço assustou muitos viajantes que passavam à noite pela velha estrada ao lado do cemitério. Morreu solteiro e foi sepultado no mesmo túmulo de seu irmão Toinho, em 11 de abril de 1965.

Casou-se Águeda, em segundas núpcias, com Francisco Rodrigues Fernandes, com quem teve quatro filhos, conforme consta no inventário dos seus pais, realizado em Viçosa em 30 de maio de 1922. Foram eles:

2.9 - Honorina Francisca Carneiro - 28 anos, casada com Anatólio Thiers Carneiro, filho de Manoel Militão Carneiro da Cunha e Maria Serafim Carneiro.

2.10 - Manoel Francisco Carneiro - 27 anos.

2.11 - Teodofredo Carneiro Mapurunga - 26 anos.

2.12 - João Francisco Carneiro - 24 anos.

As idades apresentadas, como já temos mostrado, correspondem à data em que foi feito o inventário – 1887.

Muitos dos descendentes do segundo matrimônio de Águeda moram em Chaval.

3 - Maria da Natividade Mapurunga (ou Maria da Natividade Sales, como consta no inventário) - nasceu em 8 de dezembro de 1862 e faleceu em junho de 1951. Casou-se com Francisco de Sales Santos, com quem teve os filhos:

3.1. Maria de Sales Santos – foi a mãe de:

3.1.1. Francisca Sales Santos - também em "*lugar incerto e não sabido*".

3.1.2. Zely Sales Santos - nascida em 1897.

3.1.3. Achiles Sales Santos - nascido em 1904.

3.1.4. Esther Sales Santos - nascida em 1908.

3.1.5. Francisco Sales Santos - nascido em 1910.

3.1.6. Osvaldo Sales Santos - nascido em 1912. Quase todos residentes em Chaval.

3.2. José Christiano de Sales - nascido em 1876.

3.3. Joana Sales de Albuquerque.

4 - Maria Carneiro Mapurunga (Maria dos Anjos ou Maria Fontenele Mapurunga) - casou-se com Manoel José Fontenele (ou Manoel dos Anjos Fontenele), residentes nas Carrapateiras - Lambedouro. Foram os pais de:

4.1. José dos Anjos Fontenele – casou-se com Marcolina Silva Fontenele

4.2. Umbelina Mapurunga Fontenele – casou-se com Miguel Freire da Cunha

4.3. Antônio dos Anjos Fontenele – casou-se com Cândida da Silva Fontenele.

5 - Matilde Carneiro Mapurunga - nasceu em 14 de março de 1860 e faleceu inupta, em 26 de maio de 1952.

6 - José Evaristo Mapurunga - nasceu a 9 de abril de 1868 e faleceu em 04 de dezembro de 1950. Casou-se com sua prima Idalina Ana Fontenele, filha de Ana Joaquina do Rosário e Manoel de Brito, natural do Estado do Piauí, nascida a 20 de janeiro de 1873.

"Aos vinte dias do mês de janeiro de mil oitocentos e noventa e quatro, pelas cinco horas da tarde, nesta cidade de Viçosa, Comarca do Estado do Ceará, e casa da Camara Municipal, designada pelo Doutor Juiz de Direito da Comarca João Firmino Dantas Ribeiro, e por aprasimento das partes, presente o mesmo Juiz comigo Escrivão de seu cargo servindo de Official do registro civil, e as testemunhas Antonio Carvalho e José Felippe Fontenelle, receberão-se em matrimônio José Evaristo Mapurunga, solteiro de vinte e quatro annos de idade, **filho legitimo do Tenente José Carneiro da Cunha Mapurunga, natural e morador neste Termo, e Dona Idalina Anna Fontenelle, solteira, de vinte annos de idade, filha illegitima de Anna Joaquina Fontenelle, falecida, natural do Termo de Piracuruca do Estado do Piauhy** (grifo nosso) e moradora nesta Cidade, os quais não são parentes em gráo prohibido, e nem tem outro impedimento que os inhiba de casar um com o outro. Em firmesa do que, eu João Febrônio Freire de Beserril, escrivão servindo de Official do registro civil lavrei o presente acto que vai por todos assignados. (a) João Firmino Dantas Ribeiro, - J. d-Direito - as) José Evaristo Mapurunga – Idalina Anna Fontenelle - Antonio Carvalho, com 23 annos, negociante, residente nesta Cidade. José Felippe Fontenelle 18 annos negociante residente nesta cidade". (Cartório 1° Oficio – Viçosa – livro n° B-03 – fl. 33 v – n° 104).

A mãe de Idalina, Ana Joaquina Fontenele, era a filha mais nova de Gonçalo José Damasceno e Clara Joaquina do Rosário, portanto, irmã de Maria Joaquina. Morava em Piracuruca com os avós, José Antônio Damasceno e Maria da Rocha de Cerqueira. Casou-se com João Fontenele (João Quindó), mas sabe-se que foi com Manoel de Britto que teve seus filhos Idalina e Pedro. Tendo falecido de parto deste último, foram eles criados pelos tios. Idalina foi criada, em Viçosa, na casa de seu tio José Joaquim Fontenele Sobrinho, e Pedro veio de Piracuruca para a casa de sua tia Umbelina, nas Carrapateiras, ficando, por isto, conhecido como "Pedro Bilina".

Dona Idalina faleceu em 06 de setembro de 1965 (dados constantes no túmulo do casal). Moravam no João Ferreira - Lambedouro.

São filhos do casal José Evaristo Mapurunga e Idalina:

6.1. Francisco Carneiro Mapurunga - casou-se com Maria Carneiro, filha de tia Sinhá.

6.2. José Carneiro Mapurunga - casou-se com Amélia Filgueira.

6.3. Alípio Carneiro Mapurunga - casou-se com Francisca Castro Mapurunga.

6.4. Nestor Carneiro Mapurunga - nasceu eu 31 de março de 1889 e faleceu em 30 de março de 1987. Casou-se com Rosimira Fontenele.

6.5. Clóvis Carneiro Mapurunga - nascido no João Ferreira, em 4 de setembro de 1901 (conforme registro de nascimento nº 163, folha 67, Livro1). Casou-se com Julita Magalhães Nogueira. Na habilitação de casamento que os dois assinaram, em 1º de junho de 1923, consta declaração onde Julita se diz, naquela data, solteira, com 16 anos de idade, nascida em 1906, filha do tenente coronel Antônio Bertholdo Nogueira e dona Felisbela Magalhães Nogueira e neta de Joana do Espírito Santo Magalhães (APC - Caixa 4-Processo 76-nº 1.117). Segundo dona Julita mesma narrou, relembrando seus 90 anos de vida, teve, na época, que "*acrescentar dois anos na idade para poder casar*".

6.6. Eduardo Carneiro Mapurunga - casou-se com Maria Carneiro.

6.7. Chisto Carneiro Mapurunga - casou-se com Maria José Frota.

6.8. Raimundo Carneiro Mapurunga - casou-se com Alzira Magalhães, filha de Francisco Ribeiro Magalhães e Maria Porfírio Magalhães.

6.9. João Carneiro Mapurunga - nasceu em 24 de outubro de 1910 e faleceu em 14 de abril de 1990. Casou-se com Maria Porfírio Filgueira, filha de Joana Costa e Antônio Carneiro.

6.10. Marieta Carneiro Mapurunga - casou-se com José Artur, filho de Zeca da Cruz, residentes no Acre.

6.11. João Evangelista - nasceu em 26 de dezembro de 1915 e morreu criança, em 23 de julho de 1925, vítima de hidrocefalia - doença que se caracteriza pelo aumento anormal da cabeça em virtude do acúmulo de líquido cefalorraquiano. Os familiares, por desconhecimento da patologia, na época, chegaram a pensar que o crescimento desordenado da cabeça da criança era decorrência de haver "*caído um corisco*" num dia de chuva, com trovões e relâmpagos tão comuns em Viçosa.

6.12. Antônio - faleceu criança – "*tomou potassa*".

6.13. Francisca - era a mais velha – faleceu criança.

6.14. Maria - a segunda na ordem de nascimento – também faleceu criança.

7 - **João Carneiro Mapurunga** - nasceu em 1869 e faleceu em 1910, no Amazonas, vitimado por um tiro de rifle 44, em uma caçada. Morreu solteiro mas teve um filho com Isabel Maria de Jesus, chamado José Pedro Carneiro. Casou-se este com Floripes Marques Viana, filha de Justino Marques Viana e Raimunda Maria Vilaça. Raimunda Maria Vilaça era filha de Antônio Vilaça e Bernardina Vilaça. José Pedro foi criado na casa do velho Mapurunga por sua tia Matilde, de quem foi sempre protegido e herdeiro.

8 - **LEONOR CARNEIRO MAPURUNGA** - nasceu no Esbarrado, no dia 11 de abril de 1865. Casou-se, em 1887, com Conrado José Vieira, filho de José Antônio Vieira, conforme consta no registro de seu casamento (Livro n 06 – fl. 384 – Viçosa), com o seguinte teor:

> "Aos trinta de julho de mil oitocentos e oitenta e sete nesta Matriz de Nossa Senhora da Assunpção de Viçosa o Reverendo Vigario depois de ouvido os banhos conforme o Sagrado Concilio Tridentino e livre disimpedido solenemente e banhos desta freguesia o Reverendissimo Vigario, digo, confessados examinados na Doutrina Cristã o Reverendo Vigario Administrou o Sacramento do matrimonio aos contrahentes Conrado Jozé Vieira filho legitimo de Jozé Antonio Vieira e de Candida Hermilina de Siqueira co (sic) Leonôr Carneiro Mapurunga filha legitima de Jozé Carneiro da Cunha Mapurunga e Maria Fontenele Mapurunga o nobente morador na freguesia de Granja e ambos naturais e moradores nesta freguesia de N. S. da Assunpção de Viçosa, e lhes deu as bençãos pelo Ritual Romano perante as testemunhas Raimundo José Vieira e Jozé de Caldas Ferreira casados desta freguesia fiz este assento que assigno a) ....ilegível... Linhares".

Conrado José Vieira, filho de José Antônio Vieira e Cândida Hermelina de Siqueira, era neto de João Antônio Vieira Passos e Ângela Maria de Jesus, conforme discriminado anteriormente.

Uma decisão de Leonor era imutável. Certa vez, pediu a seu filho Norberto que trouxesse o marchante para comprar um "capado de chiqueiro" que engordara e decidira vender por dois mil réis. O marchante veio, olhou, avaliou e disse que o porco valia dois mil e quinhentos réis. *"Mas o preço é dois mil réis". "A senhora não entendeu, eu estou oferecendo é dois mil e quinhentos". "Quem não está entendendo é o senhor, se quiser levar o porco, o preço é dois mil réis...".*

Quando um pau de lenha do fogão entrou pelo cabresto de sua chinela, furando-lhe o pé, decidiu que aquilo nunca

mais aconteceria. Obrigou o sapateiro a fabricar-lhe um par de chinelos de couro, fechados na frente, como o bico de um sapato, proteção que lhe permitia, até mesmo, chutar a ponta do pau de lenha.

Dessa sua bisavó, o autor ainda lembra que usava uma longuíssima saia preta que lhe era vestida de baixo dos seios e descia até o mocotó.

Leonor faleceu no sítio Tranqueira, em 30 de julho de 1960, já tendo completado 95 anos de idade e sem nunca ter deixado de fumar seu cachimbo. Deixou de seu casamento com Conrado dez filhos:

8.1. Maria Vieira - casou-se com Tomaz Pereira.

8.2. ***CÂNDIDA*** - que veremos a seguir.

8.3. Osina Vieira - casou-se com Antônio Paz dos Santos, filho de Manoel Paz dos Santos e Maria Francisca dos Santos, neto do português Domingos Fulgêncio Paz dos Santos e Lina Clara dos Santos Castelo Branco.

8.4 . Francisca Vieira - casou-se com Raimundo Paz dos Santos (Doca Paz), também filho de Manoel Paz dos Santos.

8.5. Raimunda Vieira - casou-se com João Vieira de Araújo, filho de Manoel Lopes de Araújo e Maria Genoveva de Siqueira.

8.6. Maria Vieira (Rica) - casou-se com Vicente Domingos.

Depois das seis mulheres, nasceram quatro homens:

8.7. José Conrado Vieira - casou-se com Rosalina Miranda.

8.8. Antônio Conrado Vieira - casou-se com Cândida Pacheco.

8.9 - Manoel Conrado Vieira - casou-se com Vicência Helena de Araújo.

8.10 - Norberto Conrado Vieira - casou-se com Durçulina Beviláqua (Ducinha) e, em segundas núpcias, com Júlia Ferreira de Sousa.

CÂNDIDA MAPURUNGA VIEIRA, filha de Leonor e neta de Maria Joaquina, nasceu no dia 7 de dezembro de 1890, na casa dos avós, no Esbarrado, porque lá estava seu pai trabalhando na olaria. Era véspera do dia dedicado a N. S. da Conceição e o Esbarrado estava em festa. À noite seria celebrada a última novena, com muitos cânticos, leilão, fogos, aluá e, sobretudo, muita alegria.

Cândida nasceu, portanto, num dia animado. Casou-se com Antônio Cardoso Sobrinho, filho de Domingos Ferreira Cavalcante e Maria Ferreira de Santana, nascido em 1882. Maria Ferreira de Santana, mãe de Antônio, era irmã do coronel Antônio Cardoso (razão de seu nome). Seu pai, Domingos Ferreira Cavalcante, era filho de Félix Ferreira Cavalcante e Sabina Maria do Carmo e, portanto, neto de José Antônio Damasceno e Maria da Rocha de Cerqueira, moradores na fazenda Lagoa do Mato, no Jacaraí de Baixo, Piracuruca.

Cândida e Antônio moravam no sítio Pará, onde criaram os filhos:

8.2.1. Maria Margarida Vieira - nasceu em junho de 1912. Faleceu em 22 de abril de 1945. Era casada com José Vieira dos Santos, filho de Antônio Paz dos Santos e Osina Vieira.

8.2.2. Francisca Cândida Vieira (Chichica) - nasceu em 16 de maio de 1914 e faleceu solteira, em 15 de março de 1996.

8.2.3. Conrado Antônio Vieira - nasceu em abril de 1916. Casou-se em primeiras núpcias com Maria Carmélia Carneiro, filha de José Carneiro Macário e Ana Rocha Carneiro. José Carneiro Macário nasceu em 20 de junho de 1895 e faleceu em 06 de fevereiro de 1987. Ana Rocha Carneiro nasceu em 16 de fevereiro de 1907 e faleceu em 13 de julho de 1989 (cf. lápide no túmulo). Maria Carmélia era madrinha do autor.

Com a morte de Maria Carmélia (de parto), Conrado casou-se, em segundas núpcias, com Júlia Ferreira de Sousa, viúva de Norberto Conrado Vieira.

8.2.4. Elvira Cândida Vieira - nasceu em 1º de fevereiro de 1918 - continua solteira.

8.2.5. Domingos Antônio Vieira - nasceu em 6 de fevereiro de 1920. Casou-se com Otília Pereira Vieira, filha de João José Pereira e de Jardilina Zeferino da Silva, moradores na Buíra Grande. João José Pereira era filho do capitão José Raimundo Pereira (nascido em 31/08/1835 e falecido em 6/3/1911) e de Clarinda Maria da Conceição. Clarinda Maria da Conceição (nascida em 1846 e falecida em 2/2/1908) era filha de Ana Quitéria escrava do capitão Gonçalo Machado de Cerqueira de onde se supõe ter sido ele o avô de Clarinda. Gonçalo Machado de Cerqueira era bisavô de Maria Joaquina do Rosário, esposa de José Carneiro Mapurunga.

8.2.6. João Antônio Vieira - nasceu em 6 de maio de 1922. Casou-se com Maria Rocha Carneiro (Mariinha).

8.2.7. Antônio Cardoso Filho - nasceu em 1924. Casou-se com Benedita Vieira Cardoso.

8.2.8. José Antônio Vieira - nasceu em 23 de junho de 1926. Casou-se com Raimunda Vieira dos Santos.

8.2.9. ***LEONOR CÂNDIDA VIEIRA*** - é a caçula - No casamento civil recebeu o nome de **Leonor Vieira de**

Miranda. Nasceu no dia 24 de novembro de 1928 e casou-se, na capela de N. S. da Conceição do Esbarrado, em **9 de janeiro de 1946, com PEDRO MAPURUNGA DE MIRANDA,** seu primo em segundo grau, filho de Júlia Carneiro Mapurunga e Vicente Ferreira de Miranda. Moravam no sítio Buíra, onde criaram sete filhos - inclusive o autor.

Remexendo nos baús de Antônio Domingos, foi encontrado o pedido de casamento escrito por Pedro Miranda, em 20 de outubro de 1945, cuidadosamente guardado e que se transcreve fielmente:

"Pará 20-10-45

Prezado Amigo e Snr.
Antonio Domingos Cardoso
Saudações

Desejo que esta encontre perfeita saúde em companhia de todos de sua onrada familha que é o que de coração vos desejo. Por enquanto até ao fazer esta estou com saude graças a Deus. O açunto em que eu vos trato neste momento para mim é o mais importante da vida. Solicitando de V. Sa. de me conceder em casamento sua filha Leonor que a qual eu tenho cincera amizade de onrada convicção. Sendo de bom agrado do Sr. e de toda a familha, e do contrario quera desculpar-me a aldacia ou ousadia com que vos falo neste assunto e como já estou declarado nesta poucas e mas escritas linhas quero terminar vos pedindo mil desculpas se não vos agradar a minha proposta... e no mais tenha a dispor desse servo em Nosso Senhor Jesus Cristo que sob escreve

Atenciosamente
Pedro Mapurunga de Miranda"

Encontrado o pedido, levantou-se a questão: Antônio Domingos era organizado e guardou a carta. E a resposta? Ou não foi dada por escrito ou Pedro Miranda não a guardou. Quanto à primeira assertiva, dona Leonor foi firme:

— Alto lá! Se meu pai recebeu um pedido deste por escrito, com certeza a resposta também foi dada por escrito.

Toca a procurar nos baús de Pedro Miranda até que, finalmente, foi encontrado. A resposta fora mandada no dia seguinte:

"Pará 21 de Outubro de 1945

Ilm°. Senr. Pedro Mapurunga de Miranda

Saudações

Estimarei que ao receber desta esteje gosando saude com todos da familia. Eu com os meus vamos bem graças a Deus.

Recebi sua carta a qual estou respondendo o seu pedido é aceito, por mim e de todos de nossa familia. Quando o Senhor vir aqui nós conversaremos sob o açunto mais certo. No mais receba Lembranças e Recomende-me a todos

Do Am° Atenciozo

Antonio Cardoso Sobrinho"

9 - **JÚLIA CARNEIRO MAPURUNGA** - nasceu no Esbarrado, em 26 de julho de 1875, dia de Santa Ana. Casou-se com Vicente Ferreira de Miranda, no dia 14 de maio de 1890, com 14 anos de idade. Faleceu em 19 de março de 1960, dia de São José, às cinco horas da tarde e foi sepultada no cemitério do Esbarrado, no mesmo túmulo do marido.

10 - **Ercisino Carneiro Mapurunga** - nasceu em 30 de julho de 18-- e faleceu em 26 de janeiro de 1964. Casou-se com

Ignês Magalhães Mapurunga, filha de Vicente do Espírito Santo Magalhães e Maria Magdalena Magalhães, neta do "Velho Comandante" e da índia Feliciana Reis da Conceição, pais de:

10.1. Maria – casou com Francisco Magalhães.

10.2. Júlia – casou com Manoel Bitônio

10.3. Almerinda – morreu solteira

10.4. Raimunda – casou com Raimundo Leotério

10.5. Francisco Ercisino – casou com Maria Carneiro

10.6. Eterno – casou com Maria Gabriel

10.7. Francisco de Assis – desapareceu

11 - Nelsa Carneiro Passos - casou-se com seu sobrinho José Carneiro Passos, filho de Águeda Carneiro Mapurunga.

Nasceram mais cinco filhos, que faleceram criança: Maninho, Francisco, Osina, Alfeu e Poscidônio.

José Carneiro da Cunha Mapurunga, tratado no seio da família como DINDIM, faleceu no dia 31 de julho de 1921, um dia de domingo, com 90 anos de idade. Maria Joaquina, DINDINHA, faleceu em 5 de março de 1922, com 83 anos de idade. Ambos estão sepultados na capela do Esbarrado, construída por eles mantendo a tradição de respeito e veneração a N. S. da Conceição.

A casa do Esbarrado, encravada no terreno doado pelo casal para o patrimônio da Santa, foi abandonada após a morte dos velhos. Desabitada e sem conservação adequada, desabou, ficando os restos de paredes de pedra cobertos por rasteira vegetação. Um centenário esteio de aroeira resiste ao tempo, teimoso, marcando o lugar da velha morada.

Era "assombrada" para as crianças e, até mesmo, para boa parte dos adultos, que a conheceram já em ruínas. Como muitas das taperas do interior, não ruiu de uma vez. Foi caindo lentamente, agonizando envolta pelo arvoredo, imersa em um silêncio sepulcral, fazendo velhas portas e janelas escancaradas ranger dobradiças enferrujadas ao sabor do vento. Sobre o telhado, enegrecido pela ação do tempo, corriam saguis, soltando guinchos estridentes.

Vez por outra, o vulto de Totônio deslizava, furtivamente, camuflado pelas touceiras altas do capim, inspecionando suas armadilhas para pegar preás. Ficou o velho por lá vários anos, errante, sozinho, entre as ruínas da casa de seus avós. Muitas pessoas que passavam à noite no caminho, transidas de medo pelo rangido fúnebre das ferragens das dobradiças enferrujadas, chegavam facilmente ao pavor pleno, ao ver deslizar, ao lado da capela e do cemitério, um "fantasma", portando uma luz acesa entre os túmulos. Não sabiam que ele atendia pelo nome de Totônio.

A capela e o cemitério, envoltos pela exuberância da natureza, imprimem no ar silencioso que os rodeia uma áurea pressagiosa de mistério e respeito. São, ao mesmo tempo, mausoléu e testemunhas silenciosas de parte da história dos Cunha Araújo, Carneiro, Fontenele, Passos, Machado, Magalhães, Lopes Freire, Oliveira Barcelos...

Era ali naquele sítio, visitando o cemitério e as ruínas da casa de seus avós, que Pedro Miranda estimulava seus pequenos filhos a se interessar pela história da família. Explicava que ali, apesar do silêncio e do abandono, existira, tempos atrás, muita alegria e animação. Não havia que ter medo de nada. Todos naquele cemitério nos queriam bem porque eram nossos parentes, avós, tios, padrinhos, primos... Era preciso rezar por eles junto aos túmulos. Explicava

pacientemente, um por um, de quem era, quem foi, nasceu onde, casou com quem, morreu quando... Sabia tudo decorado e nunca se cansava de repetir e explicar os fatos e citar as datas, preocupado em que não se perdesse no tempo a evolução da família que tanto amava. Sobretudo, considerava-se responsável para que a história de Maria Joaquina não fosse esquecida. Seus olhos brilhavam de satisfação quando algum se dispunha a ouvi-lo. Emocionava-se, ao relembrar as pessoas e os fatos, enaltecendo os princípios de honradez, dedicação ao trabalho, humildade e fé. Acreditava, talvez, que nenhum daqueles, travessos e irrequietos, tivesse gosto e paciência para compilar tantos dados...

Depois de rezar, uma esticada até à casa de tia Nelsa, sua madrinha, que ficou como zelosa guardiã do lugar e das tradições das novenas e dos leilões de N. S. da Conceição. Enquanto foi viva, ela sempre esteve atenta para que fosse mantida a limpeza e conservação da capela e do cemitério, tarefa que, com sua morte, foi abraçada com ardor por seu filho Nélson.

A visita à casa de tia Nelsa era motivo, para os pequenos, particularmente interessante, pois era a residência oficial de "Guri", um dos cachorrinhos peludos e branquinhos que ela criava. Mas ele vivia mesmo era na Buíra, participando de caçadas pelas matas e capoeiras, perscrutando furnas de raposa e farejando preás em balseiros que deixavam seu pêlo imundo. Aí, ele sumia por uns três dias. Ia visitar sua dona, ocasiões em que, como o filho pródigo, era recebido com toda festa. Quando reaparecia, vinha com o pelo branquinho e, alegremente, embrenhava-se novamente em outra série de caçadas, pois era um cachorro esperto. Nem parecia aquele preguiçoso do Rex da tia Florinda, que passava o dia dormindo no tapete da sala.

14 – Paz dos Santos

O passaporte do português **DOMINGOS FULGÊNCIO PAIS**, expedido em Lisboa em 11 de outubro de 1839, recebeu o número 1023, está registrado à folha 26 do livro 1º e tem o seguinte teor:

"O ADMINISTRADOR GERAL do Districto de Lisboa

Concedo Passaporte a Domingos Fulgencio Pais natural de Coimbra – solteiro – servente para o Maranhão – pelo Porto.

Abonado competentemente

E cumprindo com a obrigação de fazer sellar este Passaporte com o Sello da Causa Publica, - de o referendar pelo Representante Diplomatico, ou Consul nesta Côrte do Paiz a que se destina; - e bem assim pelas Authoridades Civis das Terras deste Reino em que pernoitar; rogo ás mesmas Authoridades, e a todos aquellas a quèm pertencer o conhecimento deste, não ponham embaraço algum ao Portador.

Valioso pelo tempo de trinta dias para sahir destes Reinos.

Dado em Lisboa aos onze de Outubro de 1839.

O Administrador Geral"

Não existindo fotografia, o mesmo documento trazia os seguintes "signaes" de Domingos:

idade: 16 anos

altura: 58 polegadas

rosto: comprido

cabelo: castanho

nariz e boca: regular

cor: natural

No passaporte consta a sua assinatura com caligrafia impecável.

Casou-se no (Bohiba ?) Piauí com Lina Clara dos Santos Castelo Branco, nascida em 1824, filha de Estêvão Teixeira Castelo Branco e Raimunda Vicência do Sacramento. Faleceu em Viçosa do Ceará, no sítio Beija Flor, no dia 14 de setembro de 1879, e seu inventário foi realizado naquela cidade no dia 12 de novembro do mesmo ano. Nesse documento - onde consta seu nome como Domingos Fulgêncio Paz dos Santos - dona Lina figura como inventariante e com 53 anos de idade. Desse casamento só nasceram dois filhos:

1. **Manoel Paz dos Santos** - com 32 anos na época do inventário do pai (14/09/1879). Casou-se com Maria Francisca dos Santos e faleceu no dia 3 de maio de 1898. Seu inventário foi realizado em Viçosa, no dia 20 de junho do mesmo ano, relacionando os seguintes filhos:

1.1. Domingos Fulgêncio Paz dos Santos - 25 anos.

1.2. Raimunda Paz dos Santos - 23 anos. Casou-se com Manoel de Sousa.

1.3. Francisca Paz dos Santos - 22 anos

1.4. José Paz dos Santos – 20 anos. Casou-se com Maria Zacarias.

1.5. Antônio Paz dos Santos - 18 anos. Casou-se com Osina Vieira, filha de Conrado José Vieira e Leonor Carneiro Mapurunga, neta de Maria Joaquina.

1.6. Lina Paz dos Santos - 14 anos. Casou-se com Firmino Carvalho.

1.7. Raimundo Paz dos Santos (Doca Paz) - 12 anos. Casou-se com Francisca Vieira Mapurunga, filha de Conrado José Vieira e Leonor Carneiro Mapurunga, também neta de Maria Joaquina.

1.8. Martiniana Paz dos Santos - 8 anos. Casou-se com Joaquim Chaves de Araújo, filho de Francisco de Araújo

Chaves e Maria Teresa de Jesus. Francisco de Araújo Chaves era filho de João de Araújo Chaves que foi abatido em uma emboscada, em janeiro de 1845, por um tiro de bacamarte. O assassino nem ao menos preocupou-se que no momento do tiro transportava ele uma criança nos braços.

A idade dos filhos de Manoel Paz dos Santos referem-se à data de seu inventário: 20 de junho de 1898.

Em 2 de setembro de 1911, dona Lina Clara dos Santos Castelo Branco, já há 32 anos na condição de viúva, registrou testamento no cartório de Viçosa (livro 5 – fl. 26 v e 27) onde externou, como última vontade, seu desejo de ser sepultada no cemitério público de Viçosa vestida em hábito branco. Mandou que fossem ditas cinco missas pela sua alma e outras tantas pela alma de seu finado marido, Domingos Fulgêncio. Da terça dos bens a que tinha direito, mandou que fossem retiradas as despesas para pagamento do funeral e das dez missas e o restante entregue ao seu neto e afilhado Domingos Fulgêncio Paz dos Santos, filho do falecido Manoel Paz dos Santos. Deixou igualmente para esse seu neto seu oratório com todas as imagens, pois não desejava vê-las separadas. Teve o cuidado de registrar o nome do falecido filho e do neto acrescidos do sobrenome Castelo Branco, diferentemente do constante nos inventários.

Embora na lápide do túmulo esteja informado que Dona Lina Clara faleceu em 26 de julho de 1922, a documentação no cartório atesta que o óbito ocorreu às 10 horas do dia 6 de agosto de 1926; data em que, frente ao corpo da defunta, foi aberto solenemente o testamento pelo juiz Dr. Antônio de Albuquerque.

2. Maria Domingas das Mercês - estava com 30 anos de idade quando o pai faleceu em 1879 (nasceu em 24 de agosto de 1849). Casou-se com Manoel Alves Passos, filho de Francisco Alves Passos e Francisca Maria de Siqueira (ou Francisca

Alves Passos), operação que rendeu ao noivo um dote de 81 mil réis pagos pelo sogro. Ficando viuva, contraiu novas núpcias com o viúvo Florêncio Alves de Sousa Uchôa, filho de Francisco Alves de Sousa e Maria Raimunda do Sacramento, não tendo tido filho de nenhum dos casamentos. Registrou testamento em 21 de agosto de 1922 (Viçosa - livro 5 – nº 15 – fl. 32) onde deixou 200 mil réis para serem aplicados em missas pelas almas dela própria, do primeiro marido e do pai. Deixou o restante dos bens a que teria direito para os enteados, filhos de seu marido Florêncio Alves de Sousa Uchôa, que eram:

• *José Florêncio de Sousa*, casado com Francisca Fontenele de Sousa.

• *João Florêncio de Sousa.*

• *Manoel Florêncio de Sousa.*

• *Joaquim Florêncio de Sousa*, casado com Clotilde Nunes Vasconcelos de Sousa.

• *Florêncio Vasconcelos de Sousa.*

• *Maria Rita de Jesus*, casada com José Carneiro de Miranda.

• *Francisca Rita de Jesus*, casada com João Evangelista de Vasconcelos.

Maria Domingas faleceu no dia 26 de janeiro de 1924.

O português Domingos Fulgêncio era dono do sítio denominado Tacaranha, *"perto desta Villa, com casa de telhas, cafeeiros e mais fructeiras"*, que foi avaliado em um conto de réis. Além desse, possuía o sítio Croatá, avaliado em quinhentos mil réis e *"o sítio de plantar denominado Serrador neste Termo, sem benfeitorias"*, avaliado em 285 mil réis. O inventário atesta que possuía *"em dinheiro de ouro e prata"* a quantia de 415$420 mil réis, além de vários bens móveis. Estranhamente, relacionada

no meio dos semoventes (2 burros, 3 bois mansos, 1 jumento novo, 1 égua velha e 1 "dita parda nova"), está a escrava Isabel, de 20 anos, avaliada em 100 mil réis.

No inventário, o sítio Serrador ficou para Manoel Paz dos Santos e o sítio Cujá ficou para Maria Domingas, que o revendeu, tempos depois, para o irmão.

*

É certamente a evocação das reminiscências familiares que ocupa o pensamento de Júlia, filha de Maria Joaquina, sentada no grande banco de madeira do alpendre da Buíra, enquanto o sol descamba para o ocaso. Seu olhar, perdido no cordão azul das serras ao longe, na quietude da tarde, não vê o que contempla. O lamento tristonho das cigarras arrebata seus pensamentos, fazendo com que reveja, em detalhes, todo o desenrolar de sua existência. Nesse transe, nada em volta parece lhe importar, até que uma voz suave a traz de volta à realidade.

- A bênção, minha mãe!

- Deus te abençoe, Maria!

É Maria, a filha mais velha, que vem chegando, como faz com freqüência, à tardinha. Sofrida, aparenta quase a mesma idade da mãe. Conversam baixinho, sem pressa, deslizando entre os dedos as contas dos rosários, enquanto os olhos se perdem novamente no horizonte azul, lá em baixo, sussurrando perguntas e respostas entre si.

Que fiquem ali quietinhas, mãe e filha, imersas em suas recordações, enquanto buscamos os dados de Vicente, marido e pai.

Capítulo XVIII

Costa Peixoto

Avançadas no tempo, as relações de parentesco ficam complexas e pouco perceptíveis para as pessoas, levando-as a pensar ser o sobrenome que carregam a única via da evolução familiar que trilharam. A limitação de dois sobrenomes (da mãe e do pai) atrelados ao nome próprio é suficiente, ao longo do tempo, para um distanciamento das raízes. Mesmo observados os preceitos antigos dos casamentos em família, a dificuldade permanece porque nem todos os parentes carregavam sobrenomes semelhantes. Detalhes que hoje são observados na nomeação dos filhos, em tempos passados não seguiam a mesma lógica e raciocínio. Em alguns casos estudados, verificou-se que o afilhado, em vez de receber o sobrenome dos pais, recebia o do padrinho. O sobrenome da mãe, que hoje pelo registro civil costuma preceder o do pai, antigamente, dependendo da linhagem dela, era, muitas vezes, o único que ficava. Em muitíssimos outros casos não apareciam por não carregarem, elas próprias, um sobrenome. Eram chamadas, por razões religiosas, de Conceição, do Rosário, de Jesus, da Encarnação, da Ressurreição etc.

No caso dos Miranda, de que aqui trataremos, é conveniente demonstrar serem eles um discreto e fino liame que se integrou, de modo muito circunstanciado, aos habitantes

da Ribeira do Acaraú, por volta do ano de 1780. Por estranho que pareça, o homem que iniciou essa família na região da Caiçara nem ao menos carregava tal sobrenome. Chamava-se **Antônio José Correa de Sá**, escrivão por profissão e andarilho por vocação - ou maldição, como ouvimos desde criança. Homem controvertido, foi de quem mais nos ocupamos ao longo desses anos todos tentando descobrir por onde andava e o que fazia. E ele andou muito.

A compreensão correta da evolução dessa família requer um entendimento mais amplo e circunstanciado das raízes portuguesas do povo da Ribeira do Acaraú, desde os primórdios de sua colonização, tornando imperativo começar por **ANTÔNIO DA COSTA PEIXOTO.**

Chegou Antônio da Costa Peixoto ao Ceará, procedente de Portugal, em 1676, dizendo-se com 18 anos de idade. Como tantos outros jovens portugueses, veio como soldado para servir no Forte de Nossa Senhora da Assunção, atual Fortaleza, Ceará.

Naquela guarnição encontrou Leonardo de Sá o homem que viabilizou a fixação dos Cunha Araújo na ribeira do Acaraú, como já demonstrado na primeira parte deste trabalho, e que ali chegara, procedente de Pernambuco, poucos anos antes.

Antônio da Costa Peixoto e Leonardo de Sá tornaram-se pioneiros na exploração e conquista do sertão do norte do Ceará e é em torno deles, sem dúvida, que se desenrola o capítulo inicial da colonização da Ribeira do Acaraú; seja do ponto de vista meramente físico da ocupação, seja do ponto de vista do inter-relacionamento familiar. Ocuparam as terras por meio de sesmarias e criaram as condições para fixação de seus descendentes.

Antônio fixou residência no lugar denominado Siupé (ou Ciupé), entre os rios Curu e Siupé, nas terras das quais em 1702 receberia posse definitiva por meio de sesmaria e onde

hoje é São Gonçalo do Amarante. São escassas as informações sobre seus familiares.

Um de seus filhos, de nome Nicolau da Costa Peixoto, foi um dos doadores das terras onde foi construída a igreja de Bela Cruz, em 1732, na época chamada Gameleira. Foi casado com dona Paula de Sá, filha de Leonardo de Sá e faleceu em 1746. Dona Paula, por sua vez, faleceu em 1788, conforme inventário realizado em 23 de maio do mesmo ano, na Vila de Sobral, deixando os filhos:

1 - *Maximiana da Costa* - casada com Sebastião Dias Madeira.

2 - *Antônio da Costa Peixoto.*

3 - *Luís de Sá Costa.*

4 - *Lucília da Costa Peixoto* - casada com Antônio Ribeiro Guimarães.

Outra filha de Antônio da Costa Peixoto chamava-se **APOLÔNIA** e casou-se com o sargento-mor Antônio Marques Leitão, nascido em 1663, em Sobral da Lagoa, Concelho de Óbidos, Portugal, filho de Simão Leitão e Maria Diniz. Antônio Marques faleceu em 5 de março de 1758, com 95 anos de idade, e foi sepultado na capela do Siupé, encomendado pelo padre Manoel Bezerra do Vale, conforme se vê no registro de óbito seguinte:

> "Aos cinco de março de mil setecentos e cincoenta e oito faleceu da vida presente o Sargento Mor Antº Marques Leitão da idade de noventa e cinco annos pouco mais ou menos. Recebeo os sacramentos da Penitencia e Unção. Foi envolto em habito de S Francisco e sepultado na Capella di Ciupé encomendado pelo Pe Mel Bezerra do Valle p cuja certidão mandei fazer este assento q assignei
>
> Vicente Correa Leal
>
> Coadjutor (Aquiraz – óbitos – livro 1 – fl. 33)."

Até 1763, Apolônia ainda era viva pois nesse ano não consta como defunta no registro de óbito de seu escravo Manoel:

> "Aos dez dias do mês de junho de mil setecentos e sessenta e três faleceu da vida presente Manoel da idade de quinze dias escravo de Apolonia da Costa foi envolto em habito branco e sepultado na Capella do Ciupé, por certidão do Capellão o Reverendo Francisco Xavier de Barros. E para constar mandei fazer este assento q assignei
>
> Vicente Correa Leal
>
> Coadjutor". (Aquiraz – óbitos – livro 1 – fl. 73)

Dentre os filhos de Antônio Marques Leitão e Apolônia, podem ser citados:

1 - **Geraldo Marques da Costa** - casou-se, em 14 de outubro de 1752, no lugar "Muritiapuá", com Jacinta de Oliveira, filha de Manoel Jacinto de Oliveira e de Maria de Sá. Uma irmã de Jacinta, chamada Micaela de Oliveira, casou-se, em 11 de fevereiro de 1744, com Amaro Correa de Sá, filho de Antônio de Siqueira Braga, natural de São Geraldo, Arcebispado de Braga, e de sua mulher, Quitéria de Jesus Pereira, natural da freguesia de Itamaracá – Pernambuco.

2 - **Antônio da Costa Leitão**.

3 - **João Marques da Costa**.

4 - **Domingas Marques de Jesus**.

5 - **José Marques da Costa**.

6 - **Mateus Marques da Costa**.

7 - **QUITÉRIA MARQUES DE JESUS** - casou-se com o capitão Antônio Rodrigues Magalhães, como se verá.

Apolônia recebeu, como herança pela morte do pai, Antônio da Costa Peixoto, a parte de terra da antiga sesmaria

que ele havia adquirido, em 1702, na margem do rio Acaraú e que recebera o nome de "Caiçara". Dadas as condições de isolamento e distância em que se encontrava, não foi essa terra capaz de ser atrativo suficiente para lhes fazer mudar de residência. Preferiram continuar habitando no Siupé.

QUITÉRIA MARQUES DE JESUS, filha de Antônio Marques Leitão e Apolônia da Costa, casou-se no Siupé, a 5 de março de 1738, com o capitão Antônio Rodrigues Magalhães, nascido em 3 de junho de 1702 em Natal dos Reis Magos, Rio Grande do Norte, filho legítimo do português Luís de Oliveira Magalhães, natural de Sergipe d'El Rei, e de Isabel Gonçalves.

Antônio Rodrigues Magalhães chegou ao Acaraú, procedente de Natal, em companhia de seu irmão Anacleto (nascido em 1701) e de sua irmã Teresa (nascida em 1709), esposa do capitão João Pinto de Mesquita.

João Pinto de Mesquita - filho de Semeão Pinto de Mesquita e Isabel Maria de Moura, nascido no Minho, em Portugal - era homem importante na Ribeira do Acaraú tendo ocupado o cargo de sargento-mor por carta de Dom José, cuja cópia se acha gravada no livro de Registros de Patentes n.º 10 – fl. 26 v.- APC

> "Don José por Graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, daquem e dalem mar em Africa e Snr de Guiné, e da Conquista, navegação, comércio de Etiopia, Arabia, Persia e da India & Faço saber aos que esta minha Carta Patente de confirmação virem que tendo respeito a João Pinto de Mesquita e se achar provido por Luiz Coresma Dourado Cappitão mor do Ceará Grande no posto de Sargento Mor de Cavallaria do Districto do Acaracú, do Regimento de que he Coronel Francisco Ferreira da Ponte e Sylva que vagou por ...ilegível...Luciano Martins Chaves que exercia o Tenente Coronel do mesmo Regimento, atendendo ao dito João Pinto de Mesquita ser pessoa com merecimento, e tratamento, e

> ja ter me servido no mesmo Regimento no posto de capitão com bom procedimento sendo bem quisto de todos os moradores do dito districto, e proposto pelo Senado da Camera, se esperar delle que em tudo que for encarregado do meu serviço se haverá com pronta satisfação e zelo. E hey por bem fazerlhe merce de o confirmar/como por esta confirmo/no dito posto de sargento mor da Cavallaria da Ribeira do Acaraú no Regimento de que he Coronel Francisco Ferreira da Ponte, e Sylva que vagou por ... ilegível...que ...me fez Luciano Martins Chaves que exercia como Tenente Coronel do mesmo regimento; o qual posto servira o houver por bem, e não mandar o contrario, e com elle não haverá soldo algum de minha Fazenda, mas gozará de todas as regalias e privilegios, liberdades e conpensasoens, e franquezas que em razão dele lhe pertencerem. Do que mando ao Cappitam mor do Ceará Grande conheça ao dito João Pinto de Mesquita por Sargento mor do dito Districto, e como tal o honre, estime, e o deixe servir, e exercitar de baixo do mesmo e sob o juramento que delle deu quando nelle entrou. E aos oficiaes e soldados seus subordinados, ordeno tambem que em tudo lhe obedeção, e cumprão, e guardem suas ordens por escrito, e de palavras como devem e são obrigados, e por firmeza de tudo lhe mandei passar a presente por duas vias por assignadas e selladas com o sello grande de minhas armas. Dada e passada na Cidade de Lisboa aos doze dias do mes de outubro do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e cincoenta e cinco// Estava a firma de El Rey// mais o sello do Ilmo e Exmo Marquez de Penalva e logo mais abayxo se achava a sua firma que dizia// Marquez de Penalva..."

Ficou Antônio Rodrigues Magalhães residindo na casa do cunhado, João Pinto de Mesquita, na fazenda Jacurutu (atual Santa Quitéria), até seu casamento. Depois de casado, ficou habitando no Siupé, até 1750, quando mudou definitivamente para a Caiçara, que já se insinuava como promissor pólo de crescimento da região.

Era o que hoje se chama de homem empreendedor. Aplicou o resultado de suas atividades na pecuária e na compra

de terras nas quais instalou mais fazendas. Dentre essas, havia uma, denominada Pindá, comprada de Zacarias Coelho de Andrade e sua mulher, Maria Paz dos Prazeres, por cento e setenta mil réis, na ribeira do Canindé.

Foi numa visita de inspeção que empreendia a essa fazenda Pindá que faleceu, em julho de 1757, em decorrência da queda de um cavalo, no que se caracterizou como um acidente fatal. D. José Tupinambá da Frota transcreve em seu livro "História de Sobral" parte do inventário de Quitéria Marques, onde se lê a razão do óbito do marido: "*vítima de uma desastrada queda, falecendo logo em lugar ermo e deserto e por isto não fez testamento*". Segundo o mesmo documento, Antônio Rodrigues "*foi homem peão e sem nobreza alguma herdada ou adquirida, pois vivia de ser vaqueiro de seus gados, beneficiando-os com suas mãos*".

O registro de óbito atesta seu sepultamento em 3 de julho de 1757 mas não precisa o dia da morte. Certamente o dia anterior, como era o costume.

> "Aos três de julho de mil setecentos e cincoenta e sete encomendou e deu sepultura eclesiastica o Padre Manoel Bezerra Valle a Ant° Roiz Magalhães da idade de cincoenta e cinco annos sem sacramentos. Foi envolto em habito de S Franci° e sepultado na Capella do Ciupé, por certidão do dito Padre mandei fazer este assento em que me assignei.
>
> Vicente Correa Leal
>
> Coadjutor" (Aquiraz – óbitos – liv. 1 fl. 30)

Quitéria faleceu em 31 de agosto de 1759. Foram eles os doadores do terreno onde se ergueu a matriz da Caiçara e onde ela foi sepultada.

Os Miranda de que aqui trataremos são descendentes de três filhas de Antônio Rodrigues Magalhães e Quitéria Marques: Ana Maria, Francisca Xavier e Inácia Maria.

José Monteiro de Sá Palaus Vigarios

Aos quatorze dias do Mez de Junho do Anno de mil e
oito centos, e trinta, e quatro, neste Mosteiro de Santa Sande
do Carmo da Villa de Pracatuba, o Coppeitão Joaquim
Morado de Seiqueira, Viuvo, natural da Villa de Jua
ja, morador na Freguezia da Villa da Parnaiba, foi
sepultado na Capella Mor: falleceu de Gangrena em
huã perna, com o Sacramento da Penitencia, e
dos Annos de idade; fez Testamento: foi mozetto
Habito de Santo Antonio, e Encommendado pelo Ve
rendo Parocho Domingos de Freitas Silva: e que pa
ra constar fiz este assento, em que me assino.

José Monteiro de Sá Palaus Vigario

CAPÍTULO XIX

Magalhães

Do casamento de Antônio Rodrigues Magalhães com Quitéria Marques de Jesus, nasceram:

1 - Teresa Maria de Jesus - nasceu no Siupé em 1739 e foi batizada, em 6 de janeiro de 1740, no mesmo Siupé, pelo padre Francisco Antunes Pereira. Seus padrinhos foram a avó Apolônia e o tio, José Marques da Costa. Casou-se, a primeira vez, com Francisco de Castro e Silva, que faleceu em Fortaleza, preso na cadeia do forte:

> "Aos vinte e nove dias do mês de junho de mil setecentos e cincoenta e cinco annos faleceu da vida presente com todos os sacramentos da Igreja Francisco de Castro e Silva prezo que estava na cadeia com crime de morte cazado com Thereza Roiz de Magalhães. Não fez testamento por não ter, digo veyo a enterrar nesta Igreja Matriz de Sam Jose de Riba Mar da Vª da Fortaleza amortalhado em habito branco e para constar fiz este assento que assignei.
>
> Jose Morª de Sousa
>
> Vice Vigario do Ceara" (Aquiraz – óbitos – livro 1 – fl. 41 v

Realizou segundo casamento com Antônio Ribeiro Lima e faleceu em 8 de junho de 1770.

2 - **ANNA MARIA DA CONCEIÇÃO** – nasceu em 1741, em dia e mês que não se poderá mais precisar. Foi batizada em junho do mesmo ano, conforme registro a seguir:

> "Aos dezassete de junho de mil setecentos e quarenta e hú de licença minha baptizou o Padre Francisco Antunes Pereira na Capella do Siupé a Anna filha legitima do Capitan Antonio Rodrigues Magalhays e de sua mulher Quiteria Marques de Jesus; e lhe pos os sanctos oleos: Forão padrinhos o mesmo baptizante e Domingas Mariana de Jesus solt[a] todos desta Freguesia do Forte.
>
> O Vigario Antonio de Aguiar Per[a]" (São José – Liv. Bat. 1738 a 1799 – fl. 19 v)

Anna Maria casou-se com o português Vicente Lopes Freire e foram os avós de outra Anna Maria da Conceição, casada com Antônio José de Miranda, conforme será demonstrado adiante.

3 - **Antônio Matias Magalhães** - nasceu em 1742 e casou-se, em 1766, com sua prima Teresa de Oliveira, filha de João Pinto de Mesquita e Teresa de Oliveira.

4 - **FRANCISCA XAVIER DE OLIVEIRA** - nasceu no ano de 1744, em dia e mês que, também, não será mais possível precisar. A seguir, o registro de batismo:

> "Aos onze de setembro de mil setecentos e corenta e coatro de licença minha baptizou o Padre Francisco Antunes Pereira na Capela do Ciupé a Francisca filha do Capitão Antonio Rodrigues Magalhays, e de sua mulher Quiteria Marques de Jesus, e lhe pos os Sanctos Oleos: Forão padrinhos Antonio da Costa Leitão casado e Apolonia da Costa mulher do Sargento Mor Antonio Marques Leitão. Todos desta Freguesia do Ciará.
>
> O Vig. Ant[o] de Ag[a]r Ferr[a] ". (São José – Liv. Bat. 1738 a 1799 – fl. 76)

Francisca Xavier casou-se com João Gonçalves Ferreira. Sua geração será vista depois.

5 - Manoel Rodrigues Magalhães:

"Aos vinte e cinco de setembro de mil setecentos e corenta e seis na Capela de Nossa Senhora da Soledade do Ciuppé de licença minha baptizou e lhe pos os Sancots Oleos o Padre Francisco Antunes Pereira a Manoel filho legitimo do Capitam Antonio Rodrigues Magalhays e de Quiteria Marques da Costa: Forão padrinhos Geraldo Marques da Costa, e Apolonia da Costa casados e moradores nesta Freguesia. E para constar fiz este acento

José Moreira de Sousa

Vice Vig. do Ceará" (São José – Liv. Bat. 1738 a 1799 – fl. 33)

Manoel casou-se, em 13 de julho de 1763, com Jacinta Tavares de Freitas. Residia na fazenda Retiro. Faleceu no dia 21 de fevereiro de 1805. Foi sepultado na capela de Santa Quitéria.

6 - INÁCIA MARIA DO NASCIMENTO - nasceu em 1748. Sua descendência será vista na descrição dos Oliveira Barcelos. Foi bisavó materna de Vicente Ferreira de Miranda.

7 - Isabel Maria de Jesus - nasceu em 1750. Casou-se, em 1765, com Antônio Rodrigues Inácio. Faleceu em 23 de maio de 1789. Seu inventário foi feito na Vila de Sobral, em 29 de maio de 1789, registrando, como herdeiros, os filhos: Alfredo, Antônio - 8 anos, Anna - 7 anos, Vicente - 4 anos e Francisco, com 2 anos de idade.

8 - Bárbara Maria de Jesus - nasceu na Caiçara em 1751 - casou-se, em 9 de setembro de 1766, com Antônio José Marinho. Faleceu em 28 de julho de 1798, já viúva. Seu esposo, Antônio José Marinho, faleceu com 38 anos, conforme se vê no registro constante no livro de óbitos de Sobral - 1774-1798 - fl. 49.:

"Aos onze dias do mes de março de mil setecentos e oitenta faleceu da vida presente Antonio Jose Marinho da idade de trinta

e oito anos casado que foi com Barbara Maria da Freguesia de Amontada. Foi sepultado nesta Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Vila de Sobral envolto em habito de São Francisco...

Bernardino... ilegível..."

A relação dos filhos desse casal está apresentada no inventário de Antônio José Marinho, realizado na "*Villa Distinta Real de Sobral, Capitania do Ceará Grande*", em 10 de abril de 1780: Rita - 8 anos, Maria - 7 anos, Gonçalo - 6 anos, Francisca - 4 anos e Ana - 2 anos.

Um registro de batismo escriturado pelo padre Ignacio Gonçalves da Silva revela uma curiosidade sobre a vida familiar de Antônio Rodrigues Magalhães:

"Ao primeiro de agosto de mil setecentos e sessenta e dois nesta Matriz...bautizei sub conditione, e pus os sanctos oleos a Antonio nascido aos quinze dias do mês de julho, filho de João Alves natural do Rio Grande, e de sua mulher Nicacia Roiz natural de Villa Viçosa, neto paterno de Luiz Alves, e de sua mulher Leonor de Moraes naturais do Rio Grande: **Neto materno de Ant° Roiz Magalhaes, e de Luzia índia** (grifo nosso) esta natural do Ceará, e aquelle do Rio Grande, e forao padrinhos Domingos Alves morador na sua Fazenda do Juazeiro e Quiteria Correa moradora na Fazenda da Conceição mulher de Manoel Ferreira Torres todos fregueses deste Curato, do que fiz este assento em que me assigno

Ignacio Gonsalves da Silva

Vice Cura do Acaracu" (Sobral – batizados 1777 a 1798 – fl. 43).

Padre Sadoc explica que Nicácia havia sido adotada por Antônio Rodrigues mas, de fato, não era sua filha. Muito trabalho teve a família para evitar que João Alves habilitasse a mulher como herdeira no inventário do capitão.

CAPÍTULO XX

Lopes Freire

ANNA MARIA DA CONCEIÇÃO, filha de Antônio Rodrigues Magalhães e Quitéria Marques de Jesus, batizada no Siupé em 17 de junho de 1741, casou-se com Vicente Lopes Freire, nascido em Vila do Conde, Portugal, no dia 1º de outubro de 1727.

> "Aos vinte e cinco dias de julho de mil setecentos e cincoenta e sete, em minha presença e das testemunhas Jeronimo Machado Freire, se casaram Vicente Lopes Freire, filho legitimo de Vicente Lopes Freire, do Bispado de Braga, e de sua mulher Francisca Lopes, com Anna Maria, filha legitima do Capitão Antonio Rodrigues Magalhães e D. Quiteria Marques de Jesus, e lhes dei as bençãos nupciais nesta Matriz, de que fiz este assento em que me assignei. Antonio Carvalho de Albuquerque, cura do Acaraú". O registro constante no livro está de tal forma ilegível que se preferiu copiar a transcrição de Padre Sadoc (Cronologia Sobralense - vol. 1).

Antigamente as famílias simplificavam a questão da denominação dos filhos atribuindo-lhes o nome do santo do dia ou o de parentes próximos que desejavam homenagear. Criança nascida em 31 de agosto geralmente não escapava da sentença do avô: "*O nome do menino é Raimundo Nonato*". Alguns soavam estranhos: Úrsula da Soledade das Onze Mil Virgens (Cron. Sob. I - 177).

Em relação aos santos, quando o filho era do sexo feminino, Nossa Senhora da Conceição levava nítida vantagem nas preferências. Das habilitações de casamentos e demais registros eclesiásticos examinados, pode-se afirmar, sem exagero, que mais de 40% das mulheres tinham um "Conceição" ou "da Conceição" no nome. A repetição muito grande de nomes próprios em filhos, netos, sobrinhos e empregados dificultava a identificação das pessoas, gerando o costume popular de criar derivativos com diversas combinações. Na casa em que o pai se chamava José, com muita freqüência encontrava-se o filho alcunhado de "Zé pequeno" ou, simplesmente "Zezinho", como ficavam conhecidos até a velhice, parecendo tratar-se de pessoa de pequena estatura. Mesmo com nomes diferentes, era costume atrelar o nome do pai ao do filho. É assim que se encontram os Francisco Pedro, João Gabriel, Pedro Guilherme...

Quando só o nome do pai, seguindo ao do filho, era pouca identificação, se acrescentava o nome do avô: "Fernando do Chico do Nilo". Na falta de identidade paterna, valia o nome da esposa: João de Maria, Vicente de Bela (Felisbela).

Nesse processo, era considerado o nível de conhecimento popular da pessoa, o que implicava, certas vezes, em usar fórmula mista de denominação como: "Suiane da Graça do Zé da Rosa do Joaquim Abreu".

São muito freqüentes, nos documentos antigos, divergências na grafia de nomes entre registros eclesiásticos de batizados e casamentos e os de inventários. Uma das razões que se atribuem para tais ocorrências era a falta de uma norma que regulamentasse de forma clara a composição dos nomes. Tal sistematização só ocorreu com o advento da legislação civil, o que dificultou, inclusive, a prática das pessoas mudarem seus sobrenomes.

No que diz respeito à tradição das famílias aqui tratadas, Vicente é um nome que se mantém, de geração em geração, comprovadamente, pelo menos, desde 1700. Mais precisamente, desde que Domingos Freire batizou um filho com esse nome, conforme se vê no registro de casamento dele:

> "Aos nove dias do mês de maio de mil setecentos e dezoito, dadas as denunciações na forma do Sagrado Concílio Tridentino e Constituição deste Arcebispado, se recebeo, com licença do Prelado em face da Igreja por palavras de presente, em presença de mim Luis da Silva, prior desta igreja de São João Batista da Villa do Conde e das testemunhas abaixo declaradas, **Vicente Lopes Freire** (grifo nosso), filho de Domingos Freire e de sua mulher Isabel Dias, Reino e Bispado do Algarve, com Francisca Lopes, filha de Antônio Alves e de sua mulher Maria Lopes, moradores que foram no lugar Azurara e de presente nesta freguesia de Villa do Conde, Arcebispado de Braga, e receberam as bençãos nupciaes e foram testemunhas o padre João Monteiro Dias, Monoel da Costa Neiva e Manoel Ribeiro de Mesquita e muito mais gente do povo, os quais assinaram comigo. O prior Luis da Silva. (Livro de Casamentos, nº 3, freguesia da Vila do Conde, anos de 1697 a 1739, fl. 132). Transcrito em "Raízes Portuguesas do Vale do Acaraú" - pág. 163. "

O registro de batismo de Vicente Lopes Freire, o segundo na tradição e do qual vimos tratando, tem a seguinte redação:

> "Vicente, filho legítimo de Vicente Lopes, já defunto, e de sua mulher Francisca Lopes, fregueses desta freguesia de São João Batista de Villa do Conde e moradores na Rua do Cais, nasceo ao primerio dia do mes de outubro de mil e setecentos e vinte e sete e aos três dias do dito mes e anno foi solemnemente baptizado, nesta igreja dita, por mim Luis da Silva, prior della, e recebeo os sanctos óleos. Foram padrinhos Bento Julião, do Cais, e Severina Afonso, de Azurara, e testemunhas o padrinho e Antonio Alves, de Azurara, que assignaram. O prior Luís da Silva. Bento Julião. Antonio Alves. (Livro de Batismo, freguesia de Vila

do Conde, anos 1711 a 1742, fl. 348) ". (Transcrito em "Raízes Portuguesas do Vale do Acaraú", pág. 164).

Vicente Lopes, o filho, como se vê, nasceu órfão e pobre, na Rua do Cais das Lavadeiras, em Vila do Conde. Filho de pescadores humildes e despossuídos de nobreza que o distinguisse ou lhe facilitasse uma colocação vantajosa, cresceu a sonhar com o outro lado do "Grande Mar Oceano". A mãe, Francisca Lopes, igualmente pobre, mas honrada e trabalhadora, como afirma Pe. Sadoc, o criou com os avós em ambiente de profunda crença cristã, sentimento que o acompanhou pelo resto da vida e que procurou transmitir a todos os seus descendentes.

Entrou no Brasil pelo Rio Grande do Norte e se encaminhou para a Ribeira do Acaraú por intermédio de conhecidos e amigos.

Ali chegando, aproximou-se do fazendeiro Antônio Rodrigues Magalhães, certamente animado com a possibilidade de crescer junto com sua família. Casar com filha de fazendeiro era ocupar uma função de vaqueiro com privilégio. Em seu caso, foi bem sucedido.

Casando com Anna Maria da Conceição, tomou posse da fazenda "*...Jaibaras de Baixo, posteriormente trocada pelo Corgo da Onça ou Tubiba, nas imediações de Sobral. O casal passou a residir em casa construída no morro do Sumaré, logo atrás do local em que foi edificada, pelo comendador José Modesto Ferreira Gomes, a atual igreja de São José do Sumaré...*" (Raízes Portuguesas do Vale do Acaraú - pág. 169).

Em 1º de julho de 1760, recebeu a patente de Tenente da Cavalaria do Regimento da Ribeira do Acaraú, conforme se acha no livro 11, com os registros de patentes do período de 1759 a 1765, às fl. 30, concedida por Joan Balthasar de Quevedo Homem de Magalhães "*fidalgo da casa de Sua Magestade*

Cappitão Mor da Capitania do Siará Grande Governador das Armas da mesma Capitania, e da Fortaleza de N. S. da Assumpsão e São José de Ribamar...".

Do casamento de Vicente Lopes Freire com Anna Maria da Conceição nasceram os seguintes filhos:

3.1. Miguel Lopes Freire - ordenou-se padre - nasceu em 1766 e faleceu de uma "postema" em 19 de janeiro de 1808, com 41 anos de idade. Três meses antes de morrer, celebrou o casamento de seus sobrinhos Antônio José de Miranda e Anna Maria da Conceição.

3.2. Quitéria Lopes dos Santos - casou-se com seu primo Antônio Marques da Costa, filho de João Marques da Costa e Ana Maria Josefa de Barros, em 17 de novembro de 1777. "*Quitéria faleceu em 30 de abril de 1836 e Antônio Marques a 4 de novembro de 1813, de um tiro de espingarda*" (Raízes Portuguesas do Vale do Acaraú - pág. 171). No inventário de Quitéria, realizado em Sobral, em 30 de abril de 1836, sendo inventariante Antônio Marques Costa, figuram como filhos:

3.2.1. José Marques Freire - casado.

3.2.2. Antônio Marques Freire -12 anos.

3.2.3. Ana Maria Marques - casada que foi com Manoel Cândido Barbosa.

3.2.4. Maria Marques Freire - c/c com Manoel Cândido Barbosa, em segundas núpcias.

3.2.5. Francisca Maria Marques - casada que foi com Ignácio Pereira Marques

3.2.6. Germana Marques dos Santos - 30 anos.

Além dos filhos vivos, figuram com direitos no inventário um filho de Ana Maria Marques, chamado Vicente

Cândido Barbosa, de 3 anos, e duas filhas de Francisca Maria Marques: Maria Pereira Marques, casada com José Ignácio de Lima, e Constância, de 18 anos.

3.3. Inocência Rita das Chagas - nasceu em 20 de maio de 1765. Casou-se com seu primo João Gonçalves Ferreira Júnior, filho de seus tios João Gonçalves Ferreira e Francisca Xavier de Oliveira, a 8 de agosto de 1778.

3.4. Maria Luíza Lopes - nasceu em 20 de fevereiro de 1770. Casou-se, em 19 de setembro de 1786, com o capitão José Vicente Alves Monteiro, filho de Alexandre José Alves Monteiro e Ana Maria. Foi proprietário da Lagoa da Fazenda onde, posteriormente, foi construída a sede da Universidade Vale do Acaraú - UVA.

3.5. ***JOSÉ LOPES FREIRE*** - *"nasceu a 23 de novembro de 1768. Casou duas vezes. A primeira com Francisca da Penha de São José, filha do Sargento - Mor Francisco da Silva Costa e Francisca Gomes, solteiros, a 16 de setembro de 1790. A segunda, com Francisca Maria de Castro, filha de Cosme de Castro e Ana Maria da Costa, na fazenda Logradouro, a 12 de julho de 1833"* (Cronologia Sobralense – Vol. 1 – pág. 192). Teve, ao todo, 17 filhos legítimos.

Do primeiro casamento, com Francisca da Penha de São José, nasceu **ANNA MARIA DA CONCEIÇÃO**. Esta casou-se com **ANTONIO JOSÉ DE MIRANDA**, como será comprovado adiante.

3.6. Antônio Lopes Freire - nasceu em 1770 e casou-se, em primeiras núpcias, com Ana Manoela de Oliveira, nascida em 1782 e falecida em 1819, deixando os seguintes filhos, conforme dados colhidos em seu inventário, realizado em Sobral em 1º de maio de 1819: Reinaldo Lopes Freire, Carlos com 19 anos, Alexandre com 12 anos, Miguel com 11 anos, João com 9 anos, Francisco com 8 anos, Antônio com 5

anos, Francisco com 20 anos, Norberto com 15 anos, Pedro (?) com 4 anos, Rita com 3 anos. Além desses, existira Vicente Lopes Magalhães, na época já falecido, casado que fora com Rita Maria de Farias, deixando os filhos Vicente (de 3 anos) e Antônio (de 2 anos).

Com a morte de Ana Manoela, o tenente Antônio Lopes Freire realizou outro casamento, com Francisca Mariana Frota Cavalcante, em 1820.

3.7. Vicente Lopes Freire - casou-se, em 1820, com Bárbara Josefa da Assunção.

3.8. João Lopes Freire - casou-se com Quitéria Marques de Oliveira, em 16 de outubro de 1790.

3.9. Ana Maria Lopes - batizada no dia 19 de abril de 1767 e falecida ainda criança.

Vicente Lopes Freire faleceu muito jovem, 45 anos de idade, conforme se lê no Livro de Óbitos de 1774-1798 - fl. 21- Sobral:

> "Aos quatro dias do mes de agosto de mil setecentos e setenta e seis faleceu da vida presente Vicente Lopes Freire casado que foi com Anna Maria da Conceição com todos os sacramentos. Da idade de quarenta e cinco anos desta freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Vila de Sobral. Foi sepultado nesta Matriz das grades pª cima envolto em abito de Nossa Senhora do Carmo. Do que mandei fazer este termo que escrevi e assinei.
>
> João Ribeiro Pessoa".

~~Mm. Sm.~~ Dr. Juiz Municipal e d'orphãos.

Nº 2 Nofalta de estyo. R$ 200
Os documentos vão de dello. Collª
em Pirª. 10 de Março de 1877.
Rbastos Cirg.

Diz Raimundo José do Carmo, mor. no lugar Jacarehy de cima, deste termo, que tendo no dia 25 de Janeiro passado, fallecido sua mãe Dona Maria da Rocha de Geografia, viuva do fallecido José Antonio Damascenos, deixando herdeiros menores, daqui o supp.e a V.S. que se digne proceder o inventario nos bens por ella deixados, marcando p.o dia e competente dia e lugar, e nomeando ao supp.e inventariante d'ditos bens, p. ser o filho da falecida que com ella vivia a longos annos, e está perfeitamente a par dos negocios d'Casa. Com isto o supp.e

Por mofaição, que volta
a esto juiz, o escrivão te-
ha o Sr. inventariante, juro
suspeita, e p. elle vai ao
mesmo legitimo substituto. Pira
aurucaia 10 de Março de
1877 Em 10 de Março de 1877
R. Campos Raimundo José do Carmo

E. R. Mc.

Jaro suspeição, p. ser parente conjunto do aff.do dos herdeiros por isso passo o meu legitimo substituto. Pira
ruca 10 de Março de 1877
Tonlanelles

Por igual motivo dou em p.e suspeito. Pira

CAPÍTULO XXI

Oliveira Barcelos

INÁCIA MARIA DO NASCIMENTO, filha do capitão Antônio Rodrigues Magalhães e Quitéria Marques de Jesus, casou-se com **ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO DE OLIVEIRA BARCELOS**, a 17 de novembro de 1763, conforme se verifica no registro seguinte:

> "Aos dezessete dias do mes de novembro de mil e setecentos e sessenta e três de manha nesta Matriz de Nossa Senhora da Conceição feitas as denunciaçoens na dita Igreja onde os nubentes são moradores e dando o nubente fiança a banhos e certidão de batismo e de ser natural da freguesia do Recife e a nubente dando tambem fiança a banhos da freguesia de Amontada seu domicilio e certidão de Batismo da freguesia da Villa de Almofala sem descobrir empedimento como tudo consta dos banhos e certidoens, digo, e mandados de casamento que ficam em meu poder em presença de mim cura da sobredita Igreja João Ribeiro Pessoa e das testemunhas Manoel Carneiros Rios e Miguel Correia de Miranda casados por mim conhecidos moradores nesta freguesia se casarão em face da Igreja solenemente por palavras **Antonio do Espirito Santo de Oliveira Barcellos, filho legitimo de João de Oliveira Barcellos natural da cidade de Ponta Delgada Bispado de Ilha Terceira, e de Rosa Maria de Barcellos natural de Recife de Pernambuco com Ignacia Maria do Nascimento filha legitima de Antonio Rodrigues Magalhães natural do Rio Grande do Norte e de Quiteria Marques de Jesus natural da Villa de Fortaleza** (grifo nosso) e logo lhes dei

as bençãos na forma dos ritos e sacramentos da Santa Madre Igreja do que fiz este termo...

Vigario João Ribeiro Pessoa" (Livro 1 – fl. 71 - Sobral)

Antônio e Inácia residiram na Caiçara até 1780, ano em que a família se transferiu para Vila Viçosa, onde exerceria ele o cargo de escrivão da Câmara, atividade que desempenhou até sua morte. Ocupou esse cargo em substituição a Antônio das Chagas Pereira, que havia sido nomeado em 02 de abril de 1778. Este, por sua vez, já havia sucedido ao nosso misterioso **ANTÔNIO JOSÉ CORREA DE SÁ**, como será demonstrado posteriormente.

Vencendo o primeiro mandato de escrivão, obteve renovação, em 6 de dezembro de 1782, conforme consta no Livro 13 – fls. 123 e 123V – Livro de Registro de Ordens, Patentes e Provisões – APC, nos seguintes termos:

"Registro da provisão do Officio de Escrivão da Camara e mais anexos da Villa Viçosa Real.

Passada a Antº do Espirito Santo de Oliveira Barcellos

João Baptista de Azevedo Coutinho de Montaury Tenente Coronel de Infantaria na Primª Plana da Corte e Capitão Mor de Infantaria na, digo, Capitão Mor Governador das Armas da Capitania do Ceara Grande e da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunpção por sua Mag. Fidelissima que Deos Guarde. Faço saber aos que esta minha provisão virem que havendo consideração, digo, respeito a Antonio do Espirito Santo de Oliveira Barcellos se achar no officio de escrivão da Camera, e mais anexos de Vª Viçosa Real por tempo de um ano, e me requeiram por se achar findo o tempo de sua Provizão lhe mandasse passar outro para poder continuar recebendo do mesmo officio por tempo mais de um anno: Visto por mim seu requerimento, não haver que oferecesse donativos algum para a Real Fazenda, e ter pago a quantia de dois mil reis de novo direito, que fica carregado a fl.

14 v do livro de Receita da Fazenda Real ao Almoxarife da mesma, Diogo Rodrigues Correa, o que constou pelo conhecimento em forma que fica na Secretaria deste Governo. Usando da faculdade que sua magestade me permite na sua real resolução pelo seu Conselho Ultramarino de 17 de dezembro de 1715 Provisões Regias pelo mesmo Conselho Ultramarino de 22 do mesmo dito mês e ano, de 17 de agosto, e de 16 de novembro de 1740, pelas quais concede sua Magestade regalia e jurisdição aos Capitães Mores que governam esta Capitania do Ceará Grande, para poderem prover os postos de Ordenança, oficios de Justiça e Fazenda e datas de sesmarias. Hei por bem prover //como pelo provo// o dito Antonio do Espirito Santo de Oliveira Barcellos na serventia do referido officio por tempo de um ano, com o qual haverá o ordenado // se o tiver// e todos os emolumentos prós e per calços, que direitamente lhe pertençam: Pelo que ordeno ao ministro competente cumpra e guarde esta provisão deixando servir de baixo da mesma posse e juramento. Em firmeza do que lhe mandei passar a presente por mim assinada e selada com o sinete das minhas armas, que se registrará na Secretaria deste Governo. Provedoria da Real Fazenda, e Camera Respectiva. Dada nesta Villa de Santa Cruz do Aracati aos 6 de dezembro de 1782. E eu José de Farias Secretario deste Governo o escrevi = João Baptista de Azevedo Coutinho de Montaury = Estava o selo = Provisão pela qual Vossa Senhoria a por bem prover Antonio do Espirito Santo de Oliveira Barcellos na serventia de um ano no Officio de Escrivão da Camera, e mais anexos da Villa Viçosa Real como nela se achava para Vossa Senhoria ver e assinar. E não se continha mais na dita provisão que bem e fielmente registrei no proprio dia e era ut supra.

José de Farias

Tal concessão foi renovada muitas vezes (16/03/1786, 30/08/1787, 31/12/1790 e 8/07/1793) o que permite afirmar ter Antônio exercido o cargo por um período superior a 12 anos.

Chegando em Vila Viçosa, naquele tempo ainda habitada por uma comunidade predominantemente indígena, o casal

passou a exercer um relevante papel social documentado nos inúmeros registros de batismo e casamento em que figuram como padrinhos e testemunhas. Residiam onde hoje está situada a Praça General Tibúrcio.

Os filhos homens crescidos, Antônio procurou encaminhá-los para a atividade mais rentável da época - criar gado. Desfazendo-se das propriedades que herdara do sogro, na Ribeira do Acaraú, adquiriu outras no fértil Vale do Lambedouro. Usando da influência de que dispunha, tratou de conseguir cargos e títulos para os filhos. Deixando a família bem estruturada, faleceu em 1799 e foi sepultado na igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção.

Inácia, viúva, continuou morando na sede da Vila zelando pelo núcleo em torno do qual cuidava de manter a estrutura familiar. Quando se sentia ameaçada pela turbulência indígena, em suas freqüentes desavenças tribais, era transportada em uma liteira para a fazenda Jenipapo, de seu filho Antônio, o "Velho Comandante". Certa vez, em que o conflito aconteceu sem aviso prévio, no alvoroço que se sucedeu, desceu as ladeiras a pé.

Extremamente preocupada com a família, Inácia chegava mesmo a interferir para que um ou outro casamento não se realizasse com quem ela não gostasse. Mesmo assim, não conseguiu evitar que o filho Antônio vivesse amancebado com a índia Feliciana e, tampouco evitar o amor proibido de sua filha Rosa com o padre José Sancho Lelou.

Faleceu em 1827, sendo sepultada na igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção de Viçosa, deixando uma velha caderneta com os dados de sua família.

Do casamento de Antônio e Inácia nasceram seis filhos, quatro homens e duas mulheres, todos na Caiçara, porque quando o casal se transferiu para Viçosa já os levava todos:

1 - **Teresa do Espírito Santo Magalhães** - nascida a 2 de janeiro de 1768. Casou-se na Vila de Sobral, em 1788, com Felipe Benício Fontenele, filho de Jean Fontenele e Umbelina Maria de Jesus, nascido a 23 de agosto de 1767, dia de São Felipe. Tiveram 14 filhos: Felipe Benício Fontenele Filho, Francisca do Espírito Santo, Domingos do Espírito Santo, Raimundo Benício Fontenele, Marcos Felipe Fontenele, Ana Joaquina de Jesus, Antônio Benício Fontenele, Francisco Benício Fontenele, Jacinto Benício Fontenele, Delfina Fontenele, Tomázia Fontenele, Anastácio Fontenele, Maria Felipa e João Silvério Fontenele. Teresa faleceu em 1814 e Felipe casou-se com Inocência de Sousa Castro, como já descrito no capítulo 11.

2 - **Antônio do Espírito Santo Magalhães**, nascido em 1769. Foi tenente, capitão (nomeado em 3 de fevereiro de 1796) e sargento-mor Comandante do Corpo de Cavalaria de Ordenança de Brancos de Vila Viçosa, através da Carta Patente assinada por Dona Maria I, Rainha de Portugal, em 27 de agosto de 1797, e juramento prestado em 24 de fevereiro do ano seguinte, que se transcreve fielmente:

> "Eu Antonio do Espirito Santo Magalhães, que em virtude das ordens de S. Maj. Fui eleito Sargento mor Comandante do Corpo de Ordenanças de Brancos estabelecido em Villa Viçosa Real, juro aos Santos Evangelhos, em que ponho as minhas mãos, perante vos Senhor Luis da Motta Feo e Torres Capitão Mor Governador desta Capitania do Ceará Grande, q quanto em mim for terei sempre prestes a dita gente para o serviço de S. Majestade e do dito lugar, como bom e fiel vassalo e favorecerei suas justiças, e ajudarei em todos os casos que se oferecerem, e por ellas me for requerido, e em que de minha ajuda tiverem necessidade, e com a dita gente defender o dito lugar farei guerra na maneira porque S. Majestade me for ordenado; e assim mesmo juro aos Santos Evangelhos q da dita gente nem de parte della usarei em caso algum particular meu de qualquer qualidade que seja, posto

> que muito toque ou cer importante a algum parente meu, ainda que seja o mais chegado, nem a algum meu amigo, nem outra pessoa alguma. E dito e sobredito faço prestar homenagem a S. Majestade hua, duas e três vezes, segundo o uso de seus reinos; lhe prometo e me obrigo a que cumpra e guarde inteiramente, como assima dito, sem arte, cautela, engano nem minguamento algum. Outrossim juro aos Santos Evangelhos que cumprirei, e guardarei em tudo o meu Regimento, e usarei inteiramente da jurisdição que por S. Majestade me he dada, sem usar de mais outra jurisdição algua. E por certeza do que dito he, assignei aqui de minha mão nesta Villa de Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpsão em vinte e quatro de fevereiro de mil setecentos e noventa e oito sendo presente por testemunhas os Capitaens Jose Roiz de Caldas e Jose Joaquim Candeias //Eu Jose de Farias que sirvo de secretario na Secretaria desta Capitania o escrevi//
>
> Joaquim Jose Roiz Luiz da Motta Feo Torres Jose Joaquim Candeia Ant. do Estº Santo Magalhaes" (APC – livro 18 – fl. 42 – Juramentos dos Governadores e Presidentes da Província do Ceará – 1767 a 1840).

Era em função desse título e dessa nomeação que passou a ser conhecido como "Velho Comandante". Homem importante, com autoridade de Viçosa até o Crateús, antigo Príncipe Imperial, morava na fazenda Jenipapo, no vale do Lambedouro, medindo meia légua de largura por uma de comprimento, que comprara de Manoel Francisco de Miranda Henriques, este, filho do nosso já conhecido Domingos da Cunha Linhares, "*estremando na parte de baixo com a fazenda Manboso e na parte de cima com terras da Alagoa do Barro. Na largura pega da parte do nascente na serra do Boqueirão até a serra do Riacho Trapiá...*", conforme consta no inventário de Inocência Francisca Xavier, sua segunda esposa. Manoel Francisco, por sua vez, já tinha comprado tal fazenda de Mateus José de Sousa.

Detinha, também, parte das terras da Lagoa do Barro (meia légua de comprido por uma de largura) que adquirira

por compra a Félix Borges de Pinho e sua mulher, Ana Benaflita de Jesus, estremando "*no Riacho Quatiguaba acima com José dos Santos de Oliveira Barcelos na lagoa que sangra no Riacho Quatiguaba e da parte de baixo com terra dele inventariante Antônio do Espírito Santo Magalhães e na largura meia légua de fundo para cada banda do Riacho Quatiguaba...*".

Essa vizinhança com seu irmão, José dos Santos de Oliveira Barcelos, terminou por ser razão de tragédia de proporções terríveis, como será visto.

Antônio vivia maritalmente com a índia Feliciana Reis da Conceição, "a corredeira", que pegara em corrida pelas lombadas da serra, conforme já citado.

Tentou se insubordinar contra a decisão episcopal que decidira pela pena de excomunhão para aqueles que vivessem amancebados com índias e que as não largassem imediatamente, afirmando que "*mulher de homem não se larga*". Uma noite, meio às escondidas, o poderoso mandachuva do sertão curvou o joelho frente ao padre Bonifácio e cumpriu o ritual do Sagrado Concílio Tridentino, como se lê no registro constante no Livro 2 – fl. 250 V - Viçosa:

> "Aos dezoito dias do mes de setembro de mil e oitocentos, digo, oitocentos e hum pelas oito horas da noite nesta Matriz de Nossa Senhora da Assumpsão de Villa Viçosa Real presente a testemunha Capitão Jose Pereira de Castro....sem impedimento na Matriz de Sobral de onde é natural o contraente conforme certidão que fica em meu poder se receberão em face da Igreja solenemente Antonio do Espirito Santo Magalhães filho legitimo de Antonio do Espirito Santo de Oliveira Barcelos e Ignacia Maria do Nascimento natural da Villa de Sobral com **Feliciana Reis da Conceição filha natural legitimada de Manoel da Conceição com Maxima de Oliveira india solteira** (grifo nosso) que recebe as benção nupciais por ja ter filhos do nubente por petição que

foi atendida na suplicação ao Rev. Visitador....e para constar fiz este assento que assigno..."

Vigario Bonifacio Mª Antº Lelou

Na lateral do registro, padre Bonifácio informa que Antônio tinha 32 anos de idade e Feliciana, 30.

Quando casou com Feliciana já haviam nascido os filhos:

2.1. Vicente do Espírito Santo Magalhães - chamado de "Novo Comandante" - casou-se com Maria Cassiana Fontenele, conhecida por Manquinha, filha de João Damasceno Fontenele e Francisca dos Santos Reis. Teve nove filhos homens (Francisco Marques, Antônio Timóteo, Florindo Gregório, Cândido, João Crisóstomo, Firmino, Domingos Braga, José dos Santos e Vicente do Espírito Santo Magalhães Filho) e cinco mulheres (Maria Jerônima, Felisbela, Paula, Feliciana e Ernestina).

Vicente do Espírito Santo Magalhães Filho casou-se com Maria Magdalena Magalhães e faleceu em 5 de janeiro de 1925. Foram os pais de:

a) *Bárbara Maria das Mercês* - casou-se com Antônio Bertholdo Nogueira, filho de Joana dos Santos. Bárbara faleceu do parto de sua filha Tercília, em 5 de dezembro de 1895, e seu inventário foi realizado no dia 13 de janeiro de 1896. Deixou, nesta última data, os seguintes filhos: Alfredo - 6 anos, Vicente – 3 anos, Júlia – 1 ano, Tercília – 1 mês e oito dias.

Foi uma dessas milhares de heroínas anônimas que contribuíram com a própria vida para povoar o deserto sertão do Brasil. Em seus instantes finais de vida, com impressionante firmeza e determinação, encontrou força e lucidez para encaminhar a família que deixava no mundo. Pediu ao marido que se casasse com sua irmã Felisbela pois, assim, teria ele

uma boa esposa e os filhinhos, que deixava na orfandade, uma boa mãe.

A caçula, Tercília, casou-se com Francisco das Chagas Figueira, morador no Jaguaribe, e, como a mãe, faleceu muito jovem, de parto, em 23 de fevereiro de 1926, sendo sepultada, na tarde do mesmo dia, no cemitério da Oiticica. Deixou 8 filhos: Antônio Nogueira da Costa, Francisca Nogueira da Costa, Joaquim da Costa Figueira, Bárbara Nogueira da Costa, Sebastião Nogueira da Costa, Edmundo Nogueira da Costa, Ana da Costa Nogueira e Maria Tercília Nogueira.

b) *Maria Porfírio Magalhães* - casou-se com Francisco Ribeiro Magalhães.

c) *Antônio Vicente Magalhães.*

d) *Felisbela da Conceição Magalhães* (ou Felisbela Magalhães Nogueira, conforme consta no inventário do pai, realizado em Viçosa em 26 de junho de 1926) - casou-se com Antônio Bertholdo Nogueira, conforme já descrito anteriormente.

e) *América do Espírito Santo Magalhães* - casou-se com José Romão Magalhães, residentes em Camocim.

f) *Pedro Gaudêncio Magalhães.*

g) *Inês Inácia Magalhães* - casou-se com Ercisino Carneiro Mapurunga, filho de José Carneiro Mapurunga e Maria Joaquina do Rosário.

h) *Vicentina Theodorica Magalhães.*

i) *Florência F. Magalhães* - casada com José Paulo Fontenele Magalhães.

j) *Francisca das Chagas Magalhães* - casou-se com Francisco Gonçalves Magalhães com quem teve os filhos: Francisco Gonçalves Magalhães Filho, Maria Júlia Magalhães, Vicente Gonçalves Magalhães Neto, José Gonçalves Magalhães, Pedro

Magalhães, Francisco das Chagas Magalhães, Hildo Magalhães, Raimundo Gonçalves Magalhães.

k) *Idalina Magalhães* - casou-se com Destrino Carneiro Passos com quem teve uma única filha, chamada Maria Idalina Passos.

Paula do Espírito Santo Magalhães, filha de Vicente do Espírito Santo Magalhães e Maria Cassiana, casou-se com Paulo Geraldo Magalhães, morador no lugar "Gado Bravo" e faleceu em 6 de outubro de 1885, deixando os filhos: Antônio do Espírito Santo Magalhães, Francisca Joana, Maria do Espírito Santo, Bonifácio, Umbelina, Raimundo, Ana, Joana e Paulo.

Feliciana dos Reis do Espírito Santo Magalhães, filha de Vicente do Espírito Santo Magalhães, casou-se com o capitão Lourenço Francisco Xavier, moradores na fazenda Imbueiras, antiga propriedade dos Jesuítas. O capitão Lourenço foi anfitrião de Antônio Bezerra, em sua viagem pelo Ceará em 1877, que o caracteriza como pessoa amável "*apesar da rusticidade de seu todo*" (Notas de Viagem, pág. 96). Feliciana - que a fala embolada do velho chamava "folociana" – faleceu, em 06 de dezembro de 1910, tendo sido a mãe de oito filhos (cf. Inv. Pacote 215-APC), a saber:

- *Maria do Espírito Santo Xavier* - 50 anos (em 1910).
- *Ernestina Xavier Magalhães* - 49 anos ".
- *Vicência Xavier de Arruda*, falecida antes da mãe, foi batizada em Viçosa, no dia 28 de outubro de 1860, tendo como padrinhos os avós Vicente do Espírito Santo Magalhães e Maria Cassiana Fontenele. Foi casada com José Pedro de Arruda, com quem teve os filhos Francisca, Lourenço, Maria e José.
- *Domingos do Espírito Santo Xavier* - 48 anos (em 1910). Casou-se em 1886 com Justina Fontenele, filha do

capitão Justino do Espírito Santo Fontenele. Faleceu sem deixar geração.

- *José Silvestre Xavier* - 45 anos (em 1910)
- *José Inácio Xavier* - 43 anos "
- *Francisca do Espirito Santo Xavier* - 41 anos "
- *José Emetério Xavier* - 39 anos ".

Localizado o inventário de Florindo Gregório Magalhães, feito em Viçosa em 1900 (APC - pacote 215), nele estão registrados seus descendentes: Pedro de Arruda Magalhães - 41 anos, José Paulo Magalhães - 39 anos, Maria Madalena Magalhães - 36 anos, Antônia de Andrade Magalhães - 34 anos, Francisca de Arruda Magalhães - 30 anos, Maria Florinda Magalhães, casada com o coronel Cândido do Espírito Santo Magalhães, e Maria da Penha Magalhães, na época já falecida, casada que fora com o alferes Firmino do Espírito Santo Magalhães.

O coronel Cândido do Espírito Santo Magalhães casou-se duas vezes. A primeira com Maria Florinda Magalhães e a segunda com Maria José Magalhães. Faleceu no dia 12 de agosto de 1920, em Viçosa, deixando a viúva Maria Magalhães com 58 anos de idade e os seguintes filhos (cf. inventário realizado em 27/09/1920):

Do 1º matrimônio:

- *Arcelino de Arruda Magalhães* - residente no amazonas "*em lugar incerto e não sabido*".

- *Maria de Arruda Magalhães* - de 39 anos, casada com José Inácio Xavier, também residente no amazonas e igualmente "*em lugar incerto e não sabido*".

- *Maria Florinda Magalhães* - de 38 anos, casada com José da Cunha.

Do 2º matrimônio:

• *João Porfírio Magalhães* - 36 anos em (27/09/1920).

• *Mariana Magalhães de Castro* - de 35 anos, casada com Hortêncio Francisco de Castro.

• *Reginaldo Magalhães* - 35 anos.

• *Álvaro Magalhães* - 33 anos.

• *Casimiro Magalhães* - 28 anos.

• *Inocência Magalhães* - de 27 anos, casada com Francisco Alves de Siqueira.

• *Cândido do Espírito Santo Magalhães Filho* - 25 anos.

• *Celeste Magalhães Vieira* - de 23 anos, casada com João Vieira.

• *Julita Magalhães* - de 18 anos, casada com Jonas Siqueira.

• *Raimundo Magalhães* - de 18 anos (em 27/09/1920).

• *Almira Magalhães* - de 16 anos de idade. Casou-se com João Inácio Fontenele, filho de Ignacio Alderico Fontenele e Luísa Siqueira Fontenele, esta filha do tenente Ângelo de Siqueira Passos.

Todas as idades têm como referência 27/09/1920.

Entre os bens constantes do inventário de Cândido do Espírito Santo Magalhães, constava uma propriedade chamada "*Careta – com duas casas de tijolos, cobertas de telhas destinadas uma a moradia e outra para a fábrica, com um açude, carnaubal, fructeiras, e outras benfeitorias...*". Essa propriedade foi avaliada em 22 contos de réis.

2.2. João Crisóstomo.

2.3. Teresa.

2.4. Mariana.

Feliciana Reis da Conceição faleceu em 1805 e Antônio do Espírito Santo Magalhães, o "Velho Comandante", casou-se com Inocência Francisca Xavier, filha do finado padre Bonifácio Manoel Antônio Lelou com D. Paula Rodrigues de Sousa. Padre Bonifácio chegou em Viçosa em 1779 e faleceu em 1805. O registro do segundo casamento tem o seguinte teor:

> "Aos dezoito dias do mes de setembro de mil oitocentos e seis de manhã nesta Matriz de Nossa Senhora da Assumpsão de Villa Viçosa Real presente as testemunhas Sargento Mor Felipe Benicio Fontenele e Tenente Ignacio Joao Barcelos casados moradores nesta freguesia se receberão por palavras de presente em face da Igreja Antonio do Espirito Santo Magalhaes, viuvo que ficou por falecimento de **Feliciana Reis da Conceição, sepultada nesta matriz**, com Inocencia Francisca Chavier natural e moradora nesta freguesia **filha natural** (grifo nosso) de D. Paula Rodrigues de Sousa Magalhaes. Logo lhes dei as bençãos nupciais segundo o ritual romano".
>
> Vigario Albano Monteiro de Sá Felipe Benicio Fontanailles Ignacio Joao Barcellos.
>
> (Viçosa - Livro 2 –fl. 332:)

Inocência tinha a idade de 23 anos e sobre seu pai não há nenhuma referência.

Desse segundo casamento do "Velho Comandante" nasceram oito filhos, conforme consta do inventario de Inocência, falecida em 18 de março de 1835. Esse inventário foi feito em 13 de julho de 1836 "*na Villa de Granja - Ribeira do Coreayu - Comarca de Sobral...*".

> "Inventário que mandou fazer o Juiz Municipal actual Tomaz Antonio Pessoa Andrade dos bens que ficarão por falecimento de

Dona Inocencia Francisca Xavier casada que foi com o Sargento Mor Antonio do Espirito Santo Magalhães ...."

Inventariante meeiro cabeça do casal o Sargento Mor Antonio do Espirito Santo Magalhães"

Tal documento demonstra com clareza a opulência de bens materiais desse homem que foi, sem dúvida, um dos mais abastados e importantes personagens da região de Viçosa e de todo o Coreaú e, de quem, atualmente, pouco ou nada se sabe na mesma região. É por demais extensiva, para ser transcrita na íntegra, a relação de bens alinhados sob os títulos OURO - PRATA - MOVEIS - ANIMAIS - ESCRAVOS - TERRAS e VIDROS.

Na relação das jóias de ouro consta "*um par de brinco de oiro com seis pedras de diamante - um colar de oiro com pedras de diamantes – um par de fivelas de oiro - um rosário de oiro com cruz de oiro e contas também de oiro - um pente de tartaruga coberto de oiro - uma volta de cordão com imagem de Nossa Senhora da Conceição tudo de oiro*". A preço da época, o total dos objetos de "oiro" importou na quantia de trezentos e trinta e dois contos de réis (332$317).

Para se ter uma melhor clareza da situação de opulência do "Velho Comandante", registre-se que até mesmo os arreios de animais, estribos de selas, esporas, além dos utensílios domésticos, era tudo de prata.

O inventário relaciona os seguintes filhos, herdeiros, sendo a numeração apresentada a continuação que vimos trazendo dos filhos do primeiro casamento:

2.5. Bonifácio do Espírito Santo Magalhães - casou-se com sua prima Ana Maria do Espirito Santo, filha de Paulo Fontenele e Maria Rosa Xavier, esta filha do padre José

Santos Xavier Lelou com Rosa Clemência do Espírito Santo Magalhães, portanto, neta de Inácia e do finado Antônio do Espírito Santo de Oliveira Barcelos. Bonifácio e Ana Maria foram os pais de Maria da Assunção do Espírito Santo Magalhães, que se casou com seu primo José Leocádio Magalhães.

2 6. Julião do Espírito Santo Magalhães - casado com Cosma Damiana do Espírito Santo, filha de José da Cunha Araújo (da Corredeira), avô de José Carneiro da Cunha Mapurunga. Moravam na Lagoa Seca, pertencente à Corredeira. Julião e Cosma foram os pais de José Leocádio Magalhães, nascido em 15 de julho de 1840, dia de São Leocádio e, também, neto do "Velho Comandante", casado com sua prima Maria da Assunção do Espírito Santo Magalhães, filha de Bonifácio Magalhães.

Do casamento de José Leocádio com Maria da Assunção, primos legítimos, nasceu, a 24 de abril de 1888, Francisco da Penha Magalhães que casou-se com Virgília de Aguiar Nogueira Magalhães, nascida em 26 de junho de 1910 e falecida em 23 de julho de 1976, pais do genealogista Alfredo Leocádio Magalhães, com quem colhemos muitas e preciosas informações.

2.7. Simão do Espírito Santo Magalhães - casado com Theodora Maria de Jesus Magalhães.

2.8. Luiz Estevão Porto Magalhães - casou-se com Maria Vicência do Nascimento. Foram os pais de Antônia Francisca do Espírito Santo, que se casou com Raimundo Florêncio de Miranda, filho de Antônio José de Miranda e Anna Maria da Conceição. Luiz Estevão foi assassinado por um escravo da fazenda de seu pai, fato que teria gerado a comentada **Maldição do Velho Comandante**.

2.9. Pedro Paulo do Espírito Santo Magalhães - solteiro na época do inventário da mãe e com 18 anos de

idade. Casou-se, depois, com Roberta Fontenele, filha de Paulo Fontenele.

2.10. Maurícia do Espírito Santo Magalhães - nascida em 1823, casou-se com João Carneiro da Silva, filho de Maria Carneiro. Na época do inventário, consta como "solteira, da idade de 13 anos".

2.11. Maria Bernabé do Espirito Santo Magalhães - conhecida como "Marica de Santa Cruz", casou-se com José Carneiro Araújo, filho de José Carneiro da Cunha da Corredeira, como já foi visto.

2.12. Felisbela do Espirito Santo Magalhães - casou-se com seu primo legítimo João Silvério Fontenele, filho de Felipe Benício Fontenele e Teresa do Espirito Santo Magalhães, esta irmã de seu pai.

CAPÍTULO XXII

A Maldição

A crença popular, sempre bem receptiva a histórias trágicas e pavorosas, foi terreno fértil para nascer e fazer crescer a versão lendária da vingança do "Velho Comandante" para com supostos mandantes do assassinato de seu filho Luiz Estêvão. Ante o absurdo do acontecido e sem encontrar um motivo lógico que explicasse o gesto do assassino, tentaram na época inimizar o "Velho Comandante" com seu irmão José dos Santos Barcelos, seu vizinho. Não querendo aceitar o fato como ato isolado do escravo, tentaram relacionar o crime com uma desavença antiga existente entre José dos Santos e seu sobrinho Luís Estêvão.

Há algum tempo um cavalo de José dos Santos, animal de estimação e de elevado valor comercial, achara uma brecha na cerca por onde invadira um cercado de Luiz Estevão pastando as plantações ali semeadas. Sem acordo no questionamento surgido, o rapaz decepou a golpes de facão a cauda do animal de estimação do tio, inutilizando-o definitivamente, do ponto de vista comercial. No entanto, no dizer de Vicente dos Santos, o que chocou não foi a perda patrimonial, "*foi o desaforo ...*".

Sem maiores conseqüências, o fato foi silenciado e caminhava para o esquecimento até que o sertão foi sacudido

pela notícia da morte de Luiz Estêvão, abatido a tiros pelo escravo. O pai, que voltava de Granja em viagem de negócios, alcançado pelo mensageiro na passagem do Itacolomy, ficou atônito, provocado pelas opiniões divergentes dos membros de sua comitiva. Na impossibilidade da vingança, por não ter a quem culpar concretamente além do escravo, teria então proferido a tal maldição:

• *Amaldiçôo os assassinos de meu filho e, mais do que o sofrimento que de min se apossa, haverá de recair sobre eles e suas famílias muita desgraça e maior mal do que me fizeram.*

Nada há de concreto que possa ser utilizado como prova dessa atitude do "Velho Comandante", razão porque se atribui lendária a versão que se ouviu muitas vezes nas conversas das pessoas mais antigas. Coincidentemente, no entanto, alguns fatos contribuíram para mistificá-la como verdadeira.

Pouco tempo depois da morte de Luís Estêvão, um filho de José dos Santos - Antônio dos Santos Barcelos, casado com Joana dos Santos - foi morto a pancadas (mão-de-pilão) pelo próprio irmão, levantando na mente dos crentes a macabra suposição de que já fosse o efeito da maldição. Quando dois netos do mesmo José dos Santos se engalfinharam em luta corporal e um matou o outro, com um pedaço de cana no canavial, tudo por causa de um costal de cana arriado do lombo do animal, passaram a ter certeza, gerando um sentimento de medo. Por fim, três filhos de Maria Joana, filha do mesmo José dos Santos, casada com João José de Miranda, faleceram tragicamente, fortalecendo os comentários: Manoel afogado numa cacimba, Antônio trespassado por uma lança e Estêvão sumido nas águas do São Gonçalo.

Três filhos de Antônio José de Miranda eram casados com filhos de seu primo José dos Santos Barcelos: Francisco

Gonçalves com Inácia, Maria Simoa com José dos Santos e João José de Miranda com Maria Joana, razão porque, caso fosse verdadeira, todos estaríamos ainda ameaçados pelos efeitos da maldição que, supostamente vigora até a sétima geração.

Como na vida tudo passa, ela própria, e muito rápido, cessou também a lenda. Hoje, se morrer alguém na família, dificilmente será relacionado à maldição do "Velho Comandante" e pouca gente na região sabe a origem da denominação do lugar "Queimada", local da cremação do escravo.

*

3 - Tenente Ignácio João Barcelos - o terceiro filho de Inácia e Antônio do Espírito Santo de Oliveira Barcelos nasceu em Sobral, em 7 de fevereiro de 1770, e faleceu em 28 de fevereiro de 1855, tendo sido sepultado no cemitério do Ibuaçu. O título de tenente foi-lhe concedido por patente, em 8 de outubro de 1785, assinada pelo Governador João Batista de Azevedo Coutinho de Montaury (Livro de Registro de patentes de 1783 a 1789 – fl. 85 v). Casou-se com Rosa Maria Fontenele, nascida na Pitinga, de 20 anos de idade, filha de Jean Fontenele e Umbelina. É do seguinte teor o registro de seu casamento, assentado no Livro 2 - fl. 30 V - de Viçosa, em 20 de fevereiro de 1792.

> "Aos vinte de fevereiro de mil setecentos e noventa e dois pela manhã nesta Matriz de Nossa Senhora da Assumpsão da Villa Viçosa Real, feitas as denunciasoens na forma do Sagrado Concilio Tridentino nesta Igreja onde são naturais e moradores os contraentes, sem descobrir impedimento como consta da certidão dos banhos que ficam em meu poder, em minha

presença sendo presentes por testemunhas Diretor Ignacio Amorim Barros e sua mulher Dona Ana Joaquina, Antonio do Espirito Santo de Oliveira Barcelos e Josefa Maria por min conhecidos em face da Igreja solenemente por palavras **Ignacio Joao Barcelos filho legitimo de Antonio do Espirito Santo de Oliveira Barcelos e Ignacia Maria do Nascimento, naturais da Freguesia de Sobral e moradores nesta Villa Viçosa, com Roza Maria Fontenele filha legitima de João Fontenele e Humbelina Maria de Jesus** (grifo nosso) naturais e moradores nesta Villa logo lhes dei as bençãos conforme os ritos da Santa Madre Igreja"

Vigario Bonifacio Mt Antº Lelou".

Rosa faleceu em 7 de dezembro de 1850. Eram donos das terras no Limão, perto da Lagoa do Barro. Tiveram os seguintes filhos:

3.1. João Fontenele (João das Covas) - casou-se com sua prima Maria Joaquina Fontenele, filha de Guilherme Fontenele.

3.2. Silvestre de Oliveira Barcelos - casou-se com Francisca Vitória do Rosário.

3.3. Maria Inácia da Conceição - inupta.

3.4. Lourenço Justino de Barcelos - casou-se com Maria Alves Passos, filha de Jacinto Alves Passos e de Maria Alves Passos de Jesus, dona das Pedras de Fogo.

3.5. Antônio Honorato Fontenele - batizado em 14 de março de 1813. Casou-se com outra filha de Maria Alves Passos de Jesus, das Pedras de Fogo, chamada Angélica Alves Passos (ou Angélica Maria de Jesus).

3.6. Ignácio João Magalhães - não casou, mas vivia maritalmente com uma maranhense chamada Mariana, em Brejo de Anapurus. Por causa da "guerra dos Balaios",

transferiu-se para Viçosa, onde foi assassinado a tiros de bacamarte por um seu escravo de nome Luiz, suposto amante de Mariana. Existe um longo processo para julgamento desse escravo e de um seu comparsa, de nome Antônio. Ambos foram enforcados, um em Granja e o outro em Viçosa. Mariana, que tudo fez para defender o escravo, tendo perdido os dois, fugiu de Viçosa para Brejo de Anapurus.

Ignácio deixou um filho natural com Delfina Francisca de Sousa, com o nome de Ignácio João Magalhães, conhecido como "Inácio do Alto", tendo este casado com Maria de Andrade Fontenele.

O inventário de Ignácio João Magalhães (Inácio do Alto) foi realizado em Viçosa, em 18 de setembro de 1890, relacionando os seguintes filhos:

3.6.1. José Ignácio Fontenelle - 27 anos (em 1890).

3.6.2. Firmina Galdino Fontenelle - 25 anos – casada com Antônio Honorato Fontenelle.

3.6.3. Adelina Maria Fontenelle - 22 anos.

3.6.4. Ignacio João Magalhães - 19 anos.

3.6.5. Porfírio - 15 anos.

3.6.6. Jovelino - 14 anos .

Dentre os bens apresentados pela viúva inventariante, dona Maria de Andrade Fontenele, constava "*um sítio denominado Alto nas imediações desta cidade comprado a Bonifácio Gonçalves e sua mulher Dona Antônia Ferreira dos Anjos...*". Tal sítio fora comprado por setecentos mil réis.

3.7. Isabel do Espírito Santo - casou-se com Vital Vaz do Espírito Santo.

3.8. Sebastiana Isabel do Espírito Santo - casou-se com Bonifácio Adeodato Fontenele.

3.9. José – faleceu criança.

4 - **Roque de Oliveira Barcelos Magalhães** - Intendente em Viçosa. Casou-se, em primeiras núpcias, com Francisca Maria do Espírito Santo. Enviuvando, casou-se com Jacinta Maria Fontenele, filha de Jean e Umbelina, nascida a 13 de setembro de 1781.

5 - **JOSÉ DOS SANTOS DE OLIVEIRA BARCELOS** - Foi avô materno de Vicente Ferreira de Miranda. Nasceu em 1775 em Sobral e casou-se com Maria Ana de Jesus, filha de Félix Borges de Pinho e Maria Benaflita de Jesus, conforme se vê no registro de seu casamento realizado em Viçosa, em 22 de março de 1813 (Livro 3 – fl. 184 v):

> "Aos vinte e dois de março de mil oitocentos e treze pelas nove horas do dia na matriz desta Villa Viçosa Real onde os contraentes são naturais sem impedimento algum como consta dos banhos que ficam em meu poder, em minha presença e das testemunhas Sargento Mor Antonio do Espirito Santo Magalhães e Ignacio João Barcelos ambos casados moradores nesta freguesia se receberão in eclezia por palavras de presente Jose dos Santos de Oliveira Barcelos filho legitimo de Antonio do Espirito Santo de Oliveira Barcelos, já falecido e de Dona Ignacia Maria do Nascimento com Maria Anna de Jesus, filha legitima de Felis Borges de Pinho e de Dona Maria Benaflita de Jesus. Logo lhes dei as bençoins nupciais conforme os ritos da Santa Madre Igreja; e para constar mandei fazer este assento que assigno".

A assinatura do vigario é ilegível.

Félix (Felis) Borges de Pinho, filho de José Joaquim Borges de Pinho e dona Antônia Maria de Jesus, nasceu no

Aracati e faleceu em Viçosa, em abril de 1824. Era primo legítimo de sua esposa Maria Benaflita de Jesus, pois esta era filha de Joaquim José Borges de Pinho, irmão gêmeo de José Joaquim, pai de Félix. O registro de batismo de Isabel, neta dos dois, ocorrido em 14 de dezembro de 1810, cujo celebrante foi o padre Francisco Borges de Pinho, demonstra esse intricado parentesco.

> "...bautizou o Padre Francisco Borges de Pinho a Isabel, nascida em vinte e oito de agosto de mil oitocentos e dez, filha legitima de Felis Borges de Pinho e Dona Maria Benaflita neta paterna de Jose Joaquim Borges de Pinho e sua mulher Dona Antonia Maria de Jesus neta materna do Capitão Mor José Joaquim Borges de Pinho e sua mulher Felipa Pereira de Sousa. Foram padrinhos o Reverendo Vigario Manoel Francisco Rodrigues da Cunha e Rosa Maria de Montoril, casada." (Viçosa – liv. 7 fl. 66 v).

Quando um pai decide botar nos filhos gêmeos os nomes de José Joaquim e Joaquim José não imagina, certamente, a confusão nos registros quando os filhos deles resolverem casar entre si. O assento de batizado de Maria, filha de Marçal, realizado em Viçosa, em 1º de novembro de 1806, reforça a confusão pois cita um Joaquim - sem o José, antes ou depois - que tanto pode ser um como o outro:

> "Maria, branco (sic), na idade de vinte e um dias filha do Alferes Marçal Borges de Pinho e Dona Maria Tereza naturaes de Aracati neta paterna de Joaquim Borges de Pinho natural da cidade do Porto e Antonia Maria de Jesus natural do Aracati; e materno do Alferes Thomaz Antonio natural da cidade do Porto e Francisca Maria. Foram padrinhos Jose Joaquim Borges de Pinho, viuvo e Dona Veneza Monteiro de Jesus, solteira...". (Viçosa, livro 6 – fl. 57 v)

Thomaz Antônio Pessoa, o avô materno nesse batizado, foi o pai de Pessoa Anta.

Clareando a confusão: José Joaquim Borges de Pinho, natural da cidade do Porto, Portugal, era casado com Antônia Maria de Jesus e foram os pais de Félix Borges de Pinho. Seu irmão gêmeo, Joaquim José Borges de Pinho, falecido em Granja no dia 31 de outubro de 1803, era casado com Felipa Pereira de Sousa, filha do sargento-mor Alexandre Pereira de Sousa e da índia Antônia Ribeiro.

José Joaquim Borges de Pinho recebeu a patente de "Capitão-Mor das Entradas da Serra da Uruburetama", em 29 de junho de 1795, e depois "Capitão-Mor das Ordenanças da Villa de Granja" (APC – livro 18 – fls. 38 e 45).

Maria Benaflita de Jesus, nascida em Granja em 1776, era, portanto, filha do capitão-mor Joaquim José Borges de Pinho, natural do Porto, Portugal, e de dona Felipa Pereira de Sousa, esta filha do português Alexandre Pereira de Sousa. Além de Maria Benaflita, o casal teve mais os seguintes filhos:

- *Francisco Borges de Pinho* - nascido em 1771 - era Padre.
- **Antônio José de Pinho**.
- *José Borges de Pinho* - nascido em 1774.

José dos Santos Barcelos e Maria Ana de Jesus tiveram os seguintes filhos:

5.1. Antônio dos Santos Barcelos - casou-se com **Joana dos Santos,** filha de Cosma Damiana do Espírito Santo e Julião Magalhães. Conforme já demonstrado na evolução dos Cunha Araújo, Antônio foi morto a pauladas (mão de pilão) por um irmão seu que não tinha o juízo certo, fazendo

parecer, na época, ser resultado da maldição do "Velho Comandante".

5.2. João dos Santos Magalhães - casou-se, em 20 de junho de 1846, com Maria Simoa do Livramento, filha de Antônio José de Miranda e Ana Maria da Conceição. Com o falecimento de Maria Simoa, casou-se, em 20 de agosto de 1856, com Ursulina Rosa do Espirito Santo, viúva de João da Mota Coelho.

5.3. José dos Santos Barcelos.

5.4. Balbino dos Santos Barcelos - casou-se com Silvana Dourado de Barcelos.

5.5. Raimundo dos Santos Barcelos - morador na Lagoa Seca, casou-se com Josefa Francisca dos Santos (Fontenele). Faleceu em 18 de julho de 1915 e foi sepultado no mesmo dia no cemitério da Oiticica. Deixou os seguintes filhos: José dos Santos Barcelos, Martiniano dos Santos Barcelos, João Estêvão dos Santos, Maria Magdalena dos Santos, Salviano José dos Santos e Antônio dos Santos Barcelos.

5.6. Ana Barcelos Freire.

5.7. Rosa Barcelos de Siqueira.

5.8. Antônia Barcelos de Pinho.

5.9. ***MARIA JOANA DA MATERNIDADE*** - nasceu em 1825 na fazenda Lagoa do Barro, Lambedouro, município de Viçosa do Ceará. Embora muitos familiares se refiram a ela como Maria Joana Barcelos de Pinho, em todos os documentos localizados, inclusive no inventário de seu marido, João José de Miranda, citado pelos seus próprios filhos, seu nome consta como sendo **Maria Joana da Maternidade**. Casou-se com João José de Miranda, filho de Antônio José de

Miranda e Anna Maria da Conceição. Faleceu em 25 de dezembro de 1877.

5.10 - Inácia dos Santos Barcelos - casou-se com Francisco Gonçalves de Miranda, filho de Antônio José de Miranda e Anna Maria da Conceição. Foram os pais de Antônio Gonçalves de Miranda que viveu maritalmente com Joana dos Santos, sendo ela sua tia afim, pois viúva de seu tio Antônio dos Santos Barcelos.

5.11 - Francisco dos Santos Barcelos - batizado a 19 de dezembro de 1824.

6 - **Rosa Clemência do Espírito Santo Magalhães** - a sexta filha de Antônio do Espirito Santo de Oliveira Barcelos com Inácia Maria do Nascimento, para desgosto da mãe, vivia maritalmente com o padre José Sancho Lelou, irmão do também padre Bonifácio Manoel Antônio Lelou, netos do capitão-mor Pedro Lelou, natural de Bruxelas, em Flandres (Bélgica), filho de Ludovicus Wolf (lobo). Wolf e Lelou teriam, assim, o mesmo significado - o lobo. Militar destemido, Pedro Lelou participou de inúmeras batalhas na Europa, inclusive na tomada de Valença de Alcântara, em 1664, "*em que recebeu uma pelourada de mosquete que lhe atravessou a garganta...*". Transferiu-se para o Brasil, tendo sido nomeado capitão-mor do Ceará em 14 de novembro de 1694. Seus filhos se assinavam como "Lobo de Albertim", conforme nos ensina o brilhante professor André Frota de Oliveira.

A notícia mais segura que se acha sobre o ano de nascimento do padre José Sancho consta em artigo extraído pelo padre Afonso Pequeno de um livro de devassas que dava conta das freguesias do Ceará visitadas pelo padre José de Almeida Machado, nos anos de 1805 e 1806 - publicado

pelo Barão de Studart na revista do Instituto do Ceará de 1902 - fl. 203. Segundo o Visitador, estava o padre José Sancho, no ano de 1806, com a idade de 52 anos, em Granja, nas funções de Cura e Vigário da Vara. Teria, assim, nascido no ano de 1744. Faleceu em 1827, no Manhoso.

No caderninho de Inácia, mãe de Rosa, ficou registrado, com um certo desprezo, que ela "*casou não sei com quem*".

São filhos de Rosa:

6.1.Maria Rosa do Espírito Santo - casou-se com Paulo Fontenele (filho de Jean Fontenelle e Umbelina). Tiveram os filhos: José Tomaz Fontenele, Ana Maria Fontenele, Rosa Francisca Xavier, Roberta Maria da Anunciação e Mafalda Agostinha do Espírito Santo.

6.2. Inácio Francisco Xavier - casou-se com Maria Francisca dos Santos, filha do português Antônio Vaz dos Santos e Clara Maria Rodrigues. Foram os pais de Antônio, (batizado em 11 de agosto de 1811), Maria Francisca do Espírito Santo (casou-se com Raimundo Benício Fontenele) e Clara (batizada em 5 de setembro de 1813, tendo como padrinhos Paulo Fontenele e Rosa Clemência). O registro de batismo de Antônio diz que ele era neto de Antônio do Espírito Santo de Oliveira Barcelos e Inácia Maria do Nascimento. Os padrinhos foram os avós maternos.

O outro filho, chamado José Sancho Xavier Lelou, "*casou com uma moça da Malhadinha*", conforme dizia o Dr. Edgar Fontenele. A "moça da malhadinha", segundo informa o professor André Frota, se chamava Raimunda Maria de Jesus (também chamada Raimunda Maria da Penha) oriunda da família Vaz dos Santos. José Sancho e Raimunda foram os pais do coronel Inácio Xavier, casado com Elisa Barreto, essa

irmã do poeta Lívio Barreto, filhos de José Soares Barreto e Mariana Delmiro da Rocha Barreto. Coronel Inácio e Elisa foram os pais de Maria Elisa Barreto Xavier de Oliveira, avó do citado professor.

Ficando viúvo, Inácio contraiu outro casamento, com Maria dos Reis, com quem teve o filho Lourenço Francisco Xavier. Este casou-se com Feliciana do Espírito Santo Magalhães, filha de Vicente Magalhães, o "Novo Comandante".

CAPÍTULO XXIII

Ferreira Magalhães

FRANCISCA XAVIER DE OLIVEIRA, filha do capitão Antônio Rodrigues Magalhães e Quitéria Marques de Jesus, casou-se, aos 13 anos de idade, com o português João Gonçalves Ferreira, em 21 de novembro de 1757, conforme se vê no registro de casamento seguinte:

> "Aos vinte e um dias do mês de novembro de mil setecentos e cinquenta e sete nesta Matriz da Caiçara corridos os banhos sem impedimento algum nesta matriz em minha presença se receberão por palavras de presente na forma do Sag. Con. Trid. Joam Gonçalves filho de Joam Gonçalves e de sua mulher Joana Roiz **natural de Ferreira freguesia de Sam Miguel Bispado de Coimbra**, (grifo nosso) e Francisca Xavier filha de Antonio Roiz Magalhaes, já defunto, e de sua mulher Quiteria Marques, sendo presente por testemunhas Joam Marques da Costa e Antonio Ribeiro".
>
> o Vigario Antonio Carvalho Albuquerque" (Sobral -- Livro de 1741 a 1769 – fl. 29).

Fica respondida aqui a origem do sobrenome Ferreira que João José de Miranda resolveu colocar no filho Vicente (Vicente Ferreira de Miranda). Quis ele ressurgir no filho o sobrenome de seu bisavô que, por aqueles tempos, já corria o risco de ser esquecido; decisão, aliás, que sinalizou o rumo que a pesquisa deveria tomar, tornando possível comprovar este importante laço familiar.

O português João Gonçalves, o pai, casado em Pernambuco com Joana Rodrigues, dali se transferiu para a Ribeira do Acaraú, vindo residir na fazenda Curimatã, onde faleceu a 12 de outubro de 1731.

Do casamento de João Gonçalves Ferreira (o filho) com Francisca Xavier de Oliveira nasceram sete filhos, conforme consta no inventário dela, realizado em Sobral em 1798.

> "Autos do inventario que mandou fazer o Juiz de Orphãos Sargento Mor João Marques Viana dos bens que ficarão por falecimento de Francisca Xavier de Oliveira casada que fora com o falecido João Gonçalves Ferreira a qual faleceu da vida presente na quarta feira vinte e oito de março do ano de mil setecentos e noventa e sete sem testamento em vida ficando filhos deste matrimonio que são:.
>
> Inventariante: João Gonçalves Ferreira"

Filhos:

1 - **João Gonçalves Ferreira** - casado com sua prima Inocência Rita das Chagas, filha de Vicente Lopes Freire e Ana Maria da Conceição.

2 - **Vicente José Gonçalves de Magalhães**.

3 - **Dona Joana Joaquina Ferreira das Flores** - nasceu em 6 de maio de 1760 e casou-se, em 6 de novembro de1777, com o capitão Manoel Pinto de Mesquita, filho de João Pinto de Mesquita e Teresa de Oliveira.

4 - **Dona Izabel Francisca Xavier** - nasceu em 22 de dezembro de 1763 e casou-se, a 26 de setembro de 1782, com **Antônio Florêncio de Miranda Henriques**, filho de Antônio José Correa de Sá e Ana de Sousa Marinho. Foram os pais de Antônio José de Miranda, trisavô do autor, conforme será visto adiante.

O registro de batismo de Isabel tem o seguinte teor:

"**Isabel filha legitima de João Gonçalves Ferreira natural da Freguesia de Ferreira do Bispado de Coimbra, e de sua mulher Francisca Xavier de Oliveira natural da Freguesia da Villa da Fortaleza do Ceará**, (grifo nosso) moradores nesta Freguesia, neta paterna de João Gonçalves Fereira, e de sua mulher Joanna Rodrigues naturaes da Villa, digo da Freguesia de Ferreira, e neta materna de Antonio Rodrigues Magalhaes natural da cidade do Rio Grande, e de sua mulher Quiteria Marques de Jesus natural do Ceará: Nasceo aos vinte e dois de dezembro de mil setecentos e sessenta e três e foi bautizada com os sanctos oleos a seis de janeiro de mil setecentos e sessenta e coatro nesta Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Caiçara por mim cura della João Ribeiro Pessoa: Foi madrinha Anna Maria mulher de Vicente Lopes moradores nesta Freguesia do que fiz este termo no mesmo dia para constar e assigno.

João Ribeiro Pessoa

Cura e Vig ° da Vill[a] da Caiçara". (Sobral - Batizados – livro de 1771 a 1774 – fl. 97 v).

5 - **Dona Helena Bernardina Magalhães** - consta no inventário, em 1798, que tinha a idade de 34 anos mas devia ser 36 pois nasceu a 15 de abril de 1762 e foi batizada, a 26 do mesmo mês e ano, na capela de São José da Mutuca, pelo padre Manoel da Fonseca Jaime, conforme registro à fl. 35 do livro 1 - Sobral. Os padrinhos foram José Moreira e Ana Maria da Costa, mulher de João Marques da Costa.

6 - **Tenente Antônio Rodrigues Magalhães** - com idade de 24 anos (casou-se com Maria José de Albuquerque).

7 - **Francisco Gonçalves Ferreira Magalhães** - com idade de 22 anos (Foi padre - nasceu em 1777 e faleceu em 1875).

Dentre os bens arrolados no inventário, constam:

a) "*Terra de criar gados na margem do Rio Acaracu da parte do nascente com meia legua para mais ou para menos*

cuja terra houve por compra ao Tenente Antonio Domingos Inácio a qual confronta pella parte do nascente com terras de Antonio Ribeiro e pella parte do Sul com terras de Antônio Domingos Inácio de Souza e pella parte do Norte com terras do Capitão Antonio Furtado dos Santos e pello poente com terras da viuva Anna Maria da Conceição".....120$000

b) Sítio chamado Estreito com uma casa de pedra e cal coberta de telha com onze partes avaliado em 180$000. Esta propriedade tocou por herança para sua filha Izabel Francisca Xavier (de Oliveira), casada com Antônio Florêncio de Miranda Henriques, pais de Antônio José de Miranda.

c) Uma parte de terras de criar gados no riacho Curimatã, chamada Estreito de Baixo, avaliada em 150$000.

d) Um sitio de Terras na serra da Meruoca adquirido por seus pais, já falecidos, por compra a Manoel de Sousa Leal, a qual confronta pelo poente com terras do sargento-mor Antônio Alves Linhares e pela parte do sul com parte de dona Antônia Maria Lopes, avaliado em 150$000. Neste sítio, posteriormente chamado Capim Frio, nasceu João José de Miranda, em 6 de fevereiro de 1822.

Esse Manoel de Sousa Leal era um "*negro natural da África, nascido na Costa da Mina casado com Vitorina de Sousa Dorneles, filha do preto Antônio, natural de Angola e escravo do Capitão Antônio Coelho de Albuquerque*", conforme informa padre Sadoc ("História da Cultura Sobralense, pág. 27). Esse homem, como se vê, era proprietário de terras em Sobral, tendo sido, pela mesma fonte, o sétimo proprietário da Caiçara, por ter adquirido a parte da herança que coube ao soldado Matias Mendes Machado, filho de José Mendes Machado.

ISABEL FRANCISCA XAVIER, filha do português João Goncalves Ferreira e Francisca Xavier

de Oliveira, conforme se disse, foi a mãe de Antônio José de Miranda. Faleceu de parto, com 39 anos de idade, em 1802, e seu inventário, realizado em Sobral, em 12 de outubro do mesmo ano, traz dados importantes dos quais transcrevemos fielmente um requerimento do padre José Sancho Lelou e a relação de bens que tocou a Antônio José de Miranda:

> "Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e dous aos doze dias do mes de outubro. Autos do Inventario de Isabel Francisca de Oliveira casada que foi com o Tenente Antonio Florencio de Miranda Henriques".
>
> "Diz o Revdo Jose Sanches Lelou que o casal e a falecida Isabel Francisca Xavier de Oliveira casada que foi com o Tenente Antonio Flco. de Miranda Henriques lhe é devedor da quantia de 60$000 que emprestara ao suplicado em vida da sua mulher, e que ve estão a repartir os seus bens inventariados requer o Revdo suplicante justificar perante V. M. a certeza destas dividas que ainda esta a ser indenizado pª que apresenta provas. Vem requerer haja por bem determinar na sua sentenção aos partidores que dos ditos bens inventariados separarem os q forem bastante para a indenização das citadas dividas do suplic. citando o meeiro, credores de maior em suas casas e os de menor na casa deles casados".

Todos foram intimados. Assinaturas de Antônio Florêncio de Miranda Henriques e Francisco Pedro de Oliveira.

Os bens destinados a Antônio José de Miranda no inventário de sua mãe, totalizando 113$172, são os seguintes:

1) Parte no valor da escrava Tereza, da idade de trinta anos.....50$000

2) Tigelas de prata e outros utensílios domésticos..... .44$172

3) "quatro vacas parideiras".....16$000

4) Um novilho..... 3$000

Esses bens, por ser o herdeiro ainda solteiro e menor de 21 anos, ficaram sob a guarda de seu pai, Antônio Florêncio de Miranda Henriques, inclusive a escrava Tereza, que fora avaliada em cem mil réis e de quem a outra metade passou a pertencer a José Joaquim de Miranda, também menor.

Ficou, portanto, Tereza na casa de Antônio Florêncio de Miranda Henriques enquanto seus filhos atingissem a maior idade. Antônio José de Miranda, no entanto, resolveu tomar conta de sua metade em Teresa e o resultado foi nascer um filho que foi batizado com o nome de Antônio, conforme se vê no registro constante no Livro 15 fl. 106, com data de 14 de setembro de 1807:

> "Antonio, filho natural de Tereza escrava do Tenente, digo, Alferes Antonio Florencio de Miranda Henriques morador no Estreito nasceo em Setembro de mil oitocentos e sete foi batizado aos quatorze dias do dito mês e ano... lhe administrei os sagrados óleos. Foram padrinhos José Joaquim de Miranda e Francisca Ferreira, ambos solteiros e para constar fiz este assento em que assigno. Jose Goncalves Medeiros – vigario confirmado em Sobral".

No final, embora sendo o padrinho do menino, José Joaquim ficou aborrecido com o uso indevido de uma propriedade que era comum aos dois e, por conta disso, chegaram a discutir por ocasião do inventário do pai, ocorrido em 1831. Neste mesmo ano de 1831, em 19 de novembro, foi expedido passaporte para que Antônio José de Miranda Filho (APC – livro 82 – fl. 63 v) pudesse viajar para o Pará (ilha de Marajó).

Servem estes registros para esclarecer informação verbal que algumas pessoas de boa fé no vale do Lambedouro não querem ver ignoradas: "*olhe, existiam uns negros dos olhos azuis que eram seus parentes, viu? ...não deixe de procurar...*".

CAPÍTULO XXIV

Miranda

A palavra Miranda vem do Latim - MIRANDUS - digno de admiração, maravilhoso (Pe. H. Koehler, S.J. – Pequeno Dicionário Escolar Latino – Ed. Globo – 14ª Ed. – 1960 – R. G. do Sul).

A principal origem desse sobrenome no norte do Ceará e Piauí, historicamente, provém de representantes dessa antiga família portuguesa que para cá se transferiram no início da colonização dessas regiões. São encontrados, no entanto, registros que comprovam sua adoção seguindo o costume luso de transformar o topônimo de sua cidade em sobrenome familiar; neste caso, a cidade de Miranda, bispado do mesmo nome, freguesia de Riba Visela.

Sabe-se que os índios e os escravos, para seguirem os costumes dos brancos colonizadores, costumavam adotar os sobrenomes das famílias importantes, razão porque o sobrenome é encontrado, também, em descendentes desses povos. Essa prática pode ser comprovada através de muitos registros eclesiásticos, como este constante no livro de casamentos nº 1 fl. 224 - Viçosa, com data de 13 de maio de 1788, cuja conclusão reza: "*...se receberão em casamento Miguel da Cunha filho legitimo de Liandro da Cunha e Eufrasia da Silva com Adriana de Miranda filha legitima de João Anchieta Miranda e Maria,* ***todos índios*** ..." (grifo nosso).

Antônio Bezerra muito se esforçou mas não conseguiu descobrir quem foi o Miranda que deu origem ao antigo nome do Crato (Missão do Miranda), concluindo, "por dedução", ser de um tuxaua ou chefe cariri. Segundo ele, também, existiu um índio com este sobrenome na serra da Ibiapaba, na região de São Benedito, que o teria transferido a seus descendentes.

Curiosamente, encontramos o sobrenome como demonstração de gratidão em um filho de Domingos da Cunha Linhares e Dionísia Alves Linhares, denominado Manoel Francisco de Miranda Henriques, nascido em 1755 na fazenda São José da Mutuca. Sendo ele um autêntico Cunha Araújo, por que o sobrenome Miranda Henriques? Porque seu pai era amigo do governador Francisco Xavier de Miranda Henriques de quem, por sinal, recebera a titulação de capitão-mor.

Para o norte do Ceará vieram muitos portugueses que usavam esse sobrenome. Alguns por pertencerem à família e outros aqui o adotaram por serem oriundos da cidade de Miranda.

O livro de batizados nº 2 de Aquiraz contém, à fl. 90 v, o registro do batismo de Inocência, filha de Manoel Francisco de Miranda *"natural do Bispado de Miranda"*. No mesmo livro, à fl. 152, encontra-se o registro de batismo de Leandro, com data de 19 de março de 1764, filho de Manoel de Miranda, natural de Miranda. Os pais desse Manoel de Miranda eram Antônio Ferreira e Catarina Pereira.

Dos representantes da família, o primeiro a pisar solo brasileiro foi Simão de Miranda, *"membro de uma das mais nobres e antigas famílias de Portugal"*. Veio ele na frota de Cabral, em 1500, comandando a nau Espírito Santo. Segundo Eduardo Bueno (A Viagem do Descobrimento, pág. 24), *"Miranda sobreviveu à viagem de Cabral e retornou à Índia em*

1512. Morreu em 1515, na feitoria de Sofala (Moçambique), para onde fora enviado como Capitão".

O Barão de Studart dá notícia de um certo Manoel de Miranda na comitiva de Pero Lopes, rumo à Ibiapaba, em 1603.

Nas regiões norte do Ceará e Piauí são encontrados com freqüência muitos registros que comprovam a existência de vários ramos da família, sobressaindo: Oliveira Miranda, Miranda Varejão, Miranda Cabral, Almeida Miranda, Machado de Miranda e Miranda Henriques.

Por volta do ano de 1780, procedente de Pernambuco, chegou à Caiçara Francisco de Oliveira Miranda, filho do sargento-mor Manoel de Oliveira Miranda e neto de outro Manoel de Oliveira Miranda, natural da freguesia de S. Domingos, Arcebispado de Lisboa. Veio para dirigir os trabalhos de construção da igreja Matriz. Casou-se com Francisca Pessoa de Vasconcelos e deixou, pelo menos, duas filhas: Francisca de Oliveira Miranda (casou-se em 4 de fevereiro de 1832 com Antônio Furtado de Albuquerque) e Maria Francisca de Oliveira Miranda.

Maria Francisca de Oliveira Miranda faleceu, em 7 de setembro de 1859, deixando quatro filhos; muito embora em seu inventário, realizado em 27 de setembro de 1860 e arquivado na Biblioteca da UVA, constasse ser ela solteira. Seus filhos naturais eram: Francisco de Oliveira Miranda, com 24 anos, Josefa de Oliveira Miranda, já falecida deixando viúvo a João Magalhães, Quitéria D'Oliveira Miranda, casada com Clemente José Benigno de Sousa, e Raimunda, com a idade de 17 anos.

Em 1734, Gonçalo de Miranda Cabral, genro de Domingos Ferreira Chaves, conseguiu sesmaria na serra da Ibiapaba. Sua esposa, Maria Ferreira de Araújo, faleceu em 1779, tendo os bens inventariados a 20 de março do mesmo

ano, só nascendo desse matrimônio uma filha, de nome Maria da Assunção, falecida antes da mãe. Maria da Assunção casou-se com Hedólio de Abreu e deixou na orfandade os filhos: Gonçalo, Maria, Antônio, Francisco, Francisca, Mariana e José, onde o mais velho só contava 16 anos de idade.

Um irmão desse Gonçalo de Miranda Cabral, o escrivão Pedro de Miranda Cabral, veio também para a Ribeira do Acaraú mas faleceu, em 1739, assassinado a mando de sua própria mulher - Sebastiana Gomes. Seu inventário, atualmente arquivado na biblioteca da UVA, em Sobral, foi realizado em 25 de outubro de 1739 registrando três filhos: Manoel – 7 anos, Inácia – 5 anos e Agostinho – 3 anos. Agostinho foi levado pela mãe, fugitiva da Justiça. Manoel foi adotado pelo padrinho Sebastião Dias Madeira e Inácia foi criada por sua madrinha Inácia de Almeida. O tio, Gonçalo de Miranda, que fora indicado como tutor das crianças, esquivou-se da tarefa, perante o Juiz Pedro Barros Valente, alegando não dispor de recursos porque as onças estavam comendo seus bodes. Além disso, informava, pretendia se ausentar daquele termo.

Em 12 de novembro de 1794, chegou ao Aracati o professor Antônio Alves de Miranda Varejão, descendente dos coronéis Antônio de Miranda Vieira e Antônio de Siqueira Varejão Castelo Branco, ambos portugueses, para ocupar o cargo de mestre de primeiras letras do Aracati, ganhando a importância de 100$000 mil réis por ano, quantia que, apesar da quantidade de zeros, valia perto disto.

Importante trabalho em prol dos índios da Meruoca foi desenvolvido pelo padre José Teixeira de Miranda, entre os anos de 1712 e 1714. Era ele irmão do, também, padre José Borges de Novaes, filhos de José de Novaes Sampaio, natural da Vila de Alfarela, arcebispado de Braga.

Mesmo após a independência, muitos descendentes da família Miranda em Portugal se transferiram para o Brasil, atraídos por parentes aqui instalados. Desidério Antônio de Miranda chegou a Fortaleza, no dia 13 de março de 1839, no navio Delmira, vindo de Pernambuco, onde chegara, procedente de Lisboa, em 18 de abril do ano anterior para morar na casa de Martinho Borges - situada na "Rua da Palma" - que vivia do comércio.

No dia 30 de outubro de 1839, João Gonçalves de Miranda, natural de Santo Estêvão, Portugal, com idade de 19 anos, apresentou-se ao Chefe de Polícia de Fortaleza, José Maria Eustáquio Vieira, dizendo-se procedente do Maranhão, onde chegara no ano anterior embarcado no navio Escrava Laura, para exercer a profissão de caixeiro no estabelecimento comercial de José Dias Macieira. Alfabetizado e possuidor de irretocável caligrafia, João tinha os seguintes sinais particulares: "*estatura baixa, cabelos e olhos castanhos, rosto redondo e sem barba, por ora, nariz e boca regulares*" (Arquivo Público do Ceará - Livro de Matrícula de Estrangeiros – fl. 18).

Em Viçosa do Ceará habitou o sargento Manoel Francisco de Miranda, nascido em Portugal no ano de 1824, filho de José Francisco de Miranda.

Os Miranda Ozório do norte do Piauí, cuja maior personalidade foi José Francisco de Miranda Ozório, genro do português Manoel Antônio da Silva Henriques, têm sua origem na cidade de Oeiras-PI, para onde havia se transferido o sargento-mor Manoel Pinheiro Ozório, por volta do ano de 1770. Naquela cidade, nasceu José Francisco, em 19 de março de 1800, dia de São José, filho de Francisco Xavier de Miranda e Maria Bárbara da Anunciação, conforme consta em seu testamento.

Embora se comente que a mudança de José Francisco, de Oeiras para Parnaíba, em 1814, tenha sido arquitetada para

pôr fim a uma suposta inimizade surgida por crime de morte entre as famílias Dias da Silva e Miranda, o mais provável é que tenha sido uma decisão baseada no fato de que ali residira seu tio, o capitão Ricardo Manoel Ozório - comerciante abastado em Parnaíba e fazendeiro em Buriti dos Lopes - que falecera em 28 de setembro de 1812. O registro de óbito do capitão Ricardo é do seguinte teor:

> "Aos vinte e oito dias do mês de setembro de mil oitocentos e doze annos sepultouse em uma catacumba o Capitão Ricardo Manoel Ozorio natural da cidade de Oeiras, filho legitimo do Sargento Mor Manoel Pinheiro Ozorio, e Dona Joana Thomasia Clara, casado com Dona Maria Joaquina da Silva Lopes. Recebeu todos os sacramentos e foi acompanhado pelas irmandades encomendado pelo Padre Henrique José da Silva e para constar mandei fazer este assento que assigno.
>
> O Vig. Antonio José Sampaio" (óbitos – livro 1).

Apesar do sobrenome Miranda ser comum a tantas pessoas, não significa, portanto, serem todos originários da mesma família.

Nas regiões norte do Piauí e Ceará, observa-se que dois portugueses predominaram como origem daqueles que carregam esse sobrenome: O capitão-mor Francisco Xavier de Miranda Henriques e o coronel José de Miranda, morador em Batalha - Piauí, genro do capitão-mor Antônio Carvalho de Almeida.

Francisco Xavier de Miranda Henriques, Governador dos Estados do Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba, no início do século XVIII, é, sem dúvida, a raiz mais significativa dessa família nos citados estados. Curiosamente, somente na Paraíba é freqüente o sobrenome completo "Miranda Henriques". Regra geral, nas demais regiões o "Henriques" foi abolido. A partir da Caiçara, parentes seus espalharam-se

pelo norte do Ceará, chegando a Viçosa, Granja e Camocim e dali alcançando o norte do Piauí; neste caso, já inter-relacionados com as famílias Veras, Brito, Fontenele, Carneiro e outras.

Dos parentes conhecidos do velho capitão-mor, dois eram padres. O primeiro, Jorge Aires de Miranda Henriques, presbítero do Hábito de São Pedro, chegou ao Brasil logo no início do século XVIII, conciliando a função religiosa com a de advogado de ofício. Carlos Studart Filho (in, Revista do Instituto do Ceará, Tomo LXXI – Ano LXXI – pág. 41) diz que levava no Ceará "*uma existência livre e aventurosa, vivida ao sabor dos instintos e de sua ganância*". Homem arrogante e belicoso, foi motivo de muita discórdia e perturbação na capitania do Ceará, culminando com sua expulsão do Brasil decretada por D. João V, em 21 de janeiro de 1736. Em 29 de maio de 1738 ainda se encontrava na cadeia em Lisboa, de onde assinou requerimento ao Conselho Ultramarino pedindo para ser solto.

O outro padre, chamado Antônio José de Miranda Henriques, foi coadjutor do Ceará no ano de 1760.

No ano de 1728, nasceu em Olinda Antônia da Conceição Veloso, filha natural do Governador de Pernambuco, na época, Antônio Borges da Fonseca, com dona Joana Cypriana de Miranda Henriques, filha de Luiz Lobo de Albertim e de dona Violante de Miranda Henriques. Essa dona Violante, ao que tudo indica, era irmã do Governador Francisco Xavier de Miranda Henriques.

Em São Bernardo, Maranhão, residiu dona Violante Clara de Miranda Henriques, casada com Vicente Rodrigues dos Santos, até 1770, quando a família se mudou para a Vila de São João da Parnaíba onde nasceram seus filhos: José, Félix, Antônio e Josefa, que adotaram o sobrenome Rodrigues de Miranda.

O coronel José de Miranda, natural da freguesia de São João Batista, Arcebispado de Braga, Portugal, filho de João de Miranda e Mariana de Almeida, é o representante dos Almeida Miranda, tronco básico que deu origem aos Miranda de Batalha, Barras, Esperantina e outros lugares vizinhos. Veio de Portugal para a casa de seu tio, o capitão-mor Antônio Carvalho de Almeida, tendo realizado casamento com uma filha deste, chamada Ana Maria de Mesquita, em 24 de julho de 1778, no Sitio da Batalha. Ana Maria e José de Miranda eram primos em terceiro grau, conforme se verifica no registro do casamento:

> "Aos vinte e quatro dias do mês de julho de mil setecentos e setenta e oito em o Sitio da Batalha distrito da Villa de São João da Parnaiba Freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo feitas as denunciasoins nesta Freguesia na forma do Sagrado Concilio Tridentino sem se descobrir impedimento algum e sendo primeiramente dispensados os contraentes **no terceiro grau de consanguinidade** (grifo nosso) misto com o quarto como me constou por Carta de Dispensa que me foi apresentada, e fica em meu poder, e satisfeitas as Penitencias nella impostas cuja certeza tenho pelo juramento que lhes desferi na forma da mesma dispensa na minha presença, digo na presença de min João Raimundo de Moraes Rego Vigario da mesma Freguesia e das testemunhas Miguel Carvalho, e Theodosio Lopes Duarte fregueses da dita Freguesia e pessoas conhecidas se receberão por palavras na face da Igreja os ditos contraentes **José de Miranda** natural da Freguesia de São João Batista do Arcebispado de Braga, filho legitimo de João de Miranda e Mariana de Almeida, e Dona Anna Maria de Mesquita natural desta Freguesia filha legitima de Antonio Carvalho, já defuncto, e sua mulher Dona Maria Eugenia de Mesquita: receberão as bensoins conforme os ritos e cerimonias da Igreja do que para constar fiz este assento que por verdade assignei.
>
> O Vig. João Raimundo de Moraes Rego" (Casamentos – liv. 1 – fl.46).

Do casamento do coronel José de Miranda com Ana Maria de Mesquita, dentre outros filhos, nasceu Maria Rosa de Miranda, que se casou com o português Francisco José Rodrigues, sendo desse casal a origem de muitos "Rodrigues de Miranda" que se somaram aos descendentes de Violante Clara de Miranda Henriques que ajudaram a povoar o norte do Piauí.

A abordagem da família de que se tratará aqui tem como origem os Miranda descendentes de Antônio Florêncio de Miranda Henriques. A família do coronel José de Miranda será analisada oportunamente em outro trabalho.

Certidão expedida pelo Museu de Ciências Naturais - Horto de Dois Irmãos - Recife - Pernambuco, atesta.

> "MIRANDA - Provém esta família de Afonso Pires da Charneca, cidadão principal de Lisboa, dos que ajudaram D. João I no começo do seu reinado e um dos cinco companheiros que D. Nuno Álvares Pereira tomou quando desafiou D. João Ansores. Foi, também, um dos quatro que os de Lisboa escolheram e o Condestável tomou para o seu conselho. Teve o senhorio das Alcáçovas e de outras terras e, também, dos lugares de El-Rei em Lisboa, os quais lhes foram dados pelos serviços que prestou." "Afonso Pires recebeu-se com Constança Esteves, de quem houve, entre outros filhos, a Martim Afonso da Charneca, o qual andou em demanda com seu irmão Afonso Rodrigues muito tempo sobre quem havia de herdar as Alcáçovas e os lugares de El-Rei, cabendo-lhe tudo por mandado de D. João I, se bem que era clérigo. Foi enviado por embaixador à França, de onde se diz que trouxe uma senhora francesa, que outros pretendem ser castelhana e chamar-se D. Mécia Gonçalves de Miranda, da qual houve filhos, que tomaram o seu apelido por a sua muito nobre linhagem. Foi arcebispo de Braga e instituiu dois vínculos, que deixou aos dois filhos mais velhos. O Rei lhe doou S. Cristóvão de Lisboa, onde fez uma capela para cabeça do vínculo principal, em cujo compromisso mandou que seus descendentes se chamassem

Mirandas. Sepultou-se na referida capela. Seus filhos foram Martim Afonso de Miranda, rico homem, senhor do morgado de Patameira, junto de Torres Vedras, instituído por seu pai, o qual se recebeu com D. Genebra Pereira, filha de Aires Gonçalves de Figueiredo, com geração; Fernão Gonçalves de Miranda, senhor do segundo morgado instituído por seu pai, rico-homem, casado com D. Branca de Sousa, filha de Afonso Vaz de Sousa, com geração; D. Margarida de Miranda, primeira mulher de D. Pedro de Meneses, segundo Conde de Viana, com geração; D. Leonor de Miranda, mulher de Aires Gomes da Silva, com geração; e D. Maria de Miranda, primeira mulher de Gonçalo Pereira de Riba de Vizela, com geração."

"O bispo de Málaca, D. João Ribeiro Gaio, escreveu os seguintes versos, dedicados a esta família:

Aspa trazem colorada
os que tiveram Miranda
e aquela nobre Aranda
sobre ouro atravessada
com flores de lis em banda.

"As armas dos Mirandas são: De ouro, com aspa de vermelho, acompanhada de quatro flores-de-lis de verde. Timbre: cinco plumas de ouro e sobre a do meio uma das flores-de-lis do escudo ou aspa de ouro, carregada das quatro flores-de-lis do escudo."

Embora a certidão expedida pelo museu não cite a fonte, observa-se que em tudo coincide com o texto básico do Armorial Ilustrado – Genealogia e Heráldica – Lisboa – 1961 – pág. 368 e 369.

D. Luiz de Lancastre e Tavora (Marquês de Abrantes) afirma:

"MIRANDA – Provém os deste nome, que tem raízes toponímicas por derivar da designação de uma das vilas e lugares

> que no nosso país assim denominam e que são vários, dos filhos que nasceram dos amores de D. Martinho Afonso Pires da Charneca, arcebispo de Lisboa e, posteriormente, de Braga, com uma senhora a quem certos genealogistas chamam D. Mécia Gonçalves de Miranda. Usam os deste nome as armas que já aquele prelado usava e que são: de ouro, uma aspa de vermelho, acompanhada de quatro flores - de - lis de verde. Timbre: um plumão formado por cinco plumas de ouro, a do meio carregada com uma das flores - de - lis do escudo". (Dicionário das Famílias Portuguesas – Quetzal Editores – Lisboa, 1989 – pág. 255).

Felgueiras Gayo demonstra a evolução familiar de Afonso Pires da Charneca e de seu filho Martinho Afonso com D. Mécia, fundamentando o inter-relacionamento com os Henriques.

Cristóvão Alão de Morais, em "Pedatura Lusitana" (Nobiliário de Famílias de Portugal – Tomo III – Vol. 1 – Porto) traz, a partir da página 140, evolução da família Miranda, desde o citado Afonso Pires da Charneca e seu filho Martim Afonso Pires da Charneca, onde afirma que este "*Morreo em Lisboa a 28 de Março de 1416 e jaz enterrado na Igrª de S. Cristóvão: seu epitáfio e vida se pode ver em D. R.º da Cunha 2. P. da hist. Ecles. De Braga cap. 53*". Confirma os mesmos filhos ilegítimos havidos com D. Mécia "*Dama q havia trazido de França quando fora lá por embaixador...*".

O mesmo autor demonstra que o filho mais velho do casal Martim Afonso e D. Mécia, chamado Martim Afonso de Miranda, casou-se com Genebra Pereira, filha de Gonçalves Alves de Figueiredo e de Leonor Pereira de Berredo. Martim Afonso teve cinco filhos com D. Genebra e mais uma filha fora do casamento. O mais velho dos filhos do casal Martim Afonso de Miranda e D. Genebra chamou-se Afonso de Miranda e casou-se com D. Violante de Sousa.

O terceiro filho de Martim Afonso de Miranda e D. Genebra, chamado Ayres de Miranda, casou-se com D. Briolanja Henriques "*a q sahio em Evora cõ o Pandeiro na mão nas ancas da mulla del Rei D. J.º o 2º a festejar o casamento do Principe D. Affonso seu filho, a qual era filha de D. Fernando Henriques e de sua mᵉʳ D. Branca de Sousa...*" (op. Cit. pág. 144).

É deste encadeamento que surgiu a família Miranda Henriques cujo principal representante no Nordeste foi **FRANCISCO XAVIER DE MIRANDA HENRIQUES**.

CAPÍTULO XXV

Miranda Henriques

FRANCISCO XAVIER DE MIRANDA HENRIQUES, "*cavalheiro professo da Ordem de Cristo, moço fidalgo da Casa Real*", veio em 1738 para o Brasil e assumiu, em 18 de dezembro de 1739, o posto de capitão-mor do Rio Grande do Norte, cargo que deixou em 30 de maio de 1751. Exerceu o governo do Ceará, de 22 de abril de 1755 a 11 de janeiro de 1759, e governou a Paraíba no triênio de 20 de abril de 1761 a 20 de abril de 1764.

Empregado nas lutas de conquista que Portugal empreendia, era o protótipo do militar zeloso e cumpridor de seus deveres, tendo se destacado nas missões da Índia e África. Desde 1720, servia na fortaleza de Mazagão, na costa Marroquina onde, por façanhas heróicas, obteve os galões de capitão de infantaria, tendo permanecido na África até 1736.

Afirma Adauto Miranda Raposo da Câmara (in "Câmaras e Miranda-Henriques") que o citado capitão-mor "*foi muito combatido, em virtude, única e exclusivamente, de sua irredutível integridade, que não vacilava em contrariar interesses prejudiciais à causa pública*". Entre aqueles que não vacilava em contrariar, "intervindo nas funções próprias dos magistrados", encontravam-se os ouvidores de quem invadia as atribuições, gerando, muitas vezes, discussões onde não faltavam as ofensas e palavreado de pouco respeito. Reconhecia

Miranda Henriques que prudência, qualidade que todos dele esperavam, devia ser entendida como uma virtude "*que deve andar anexa a quem governa*". No entanto, justificava andar às turras com os ouvidores do seu tempo porque considerava que cometiam excessos e estava convencido de que "*tudo que he excessivo faz o effeito de seu contrário*".

Em 9 de março de 1757, quando ainda governava o Ceará, escreveu a D. José condenando as atitudes do ouvidor Victorino Soares Barbosa, com quem já tinha gasto sua virtude da prudência. Considerava que aquele homem tinha mais poder na Corte que ele próprio, embora empenhasse sua honra em ter servido com maior grandeza a S. Majestade, tanto no plano militar como no político. No plano militar, citava as lutas em Mazagão, onde desembainhara a espada 83 vezes, no mar e em terra, no real serviço. No plano político, alegava a economia que tinha gerado ao governar o Rio Grande do Norte por 12 anos. Não podendo sobrepor-se ao magistrado, optava por sair do cargo, solicitando que o Rei lhe mandasse substituto - certamente sem entender que tal atitude não teria o monarca exatamente porque a prudência lhe recomendava que deixasse eles próprios resolverem suas futricas pessoais.

Oito dias antes, em 1º de março de 1757, já se queixara ao Rei de que o ouvidor mandara prender uma escolta que, sob suas ordens, conduzia um prisioneiro para a cadeia da Vila de Aracati, e usara de toda loquacidade para explicar como estavam sendo desgastadas sua prudência e paciência por aquele homem: "*Confesso a V. Mag.e que me não tremendo o braço com a Espada na Campanha, me está tremendo a mão com a pena ao asignar estas fatalidades; pois estou certo que no tablado do mundo já mais reprezentou tragedia de mayores consequencias : porque ninguem ignora que nos Soldados o sofrimento nos trabalhos he merecimento, mas a paciencia nas injurias he infamia*". Impossibilitado de

descarregar sua fúria no desafeto e desta vez *"prostrado aos reaes pés (no modo que me he possivel)"*, recorria a D. José para que lhe mandasse substituto. Não admitindo espaço e autoridade para o magistrado, assumia a posição de ofendido e pedia as contas. Vem de longe a coisa.

Embora premiado por D. João V e D. José I, seqüencialmente, com o cargo de governador de três capitanias (Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba), graças à sua condição de fidalgo da casa real, militar destemido e administrador exemplar, tinha esse nosso parente um péssimo defeito: não sabia ganhar dinheiro para manter-se condignamente. Vivendo miseravelmente do soldo de quatrocentos mil réis que era atribuído para remuneração de suas funções públicas e sem deixar-se enveredar pela tortuosidade da corrupção, que tantas vezes se vê em casos semelhantes, amargava uma situação de penúria até para garantir a própria alimentação. Era um homem totalmente falido de bens.

Apiedando-se da situação de miséria em que vivia, sendo o único governador do Brasil a morar em casa alugada por sua própria conta, o capitão general Luís José Correa de Sá, Governador de Pernambuco na época, resolveu concordar com suas queixas e suplicações, mandando que lhe fosse pago duzentos mil réis para amenizar suas desventuras:

> "Ilm° e Exm° Snr. O Cap.^{m} Mor da Capitania do Ceará Francisco Xavier de Miranda Henriques me fez hua suplica que me pareceu racionavel, não só pelo limitado soldo de quatrocentos mil rs., mas **por não haver em todo o Brazil, nos governos de que eu tenho notícia, Govern.^{or} que pague aluguer da Casa de Sua residencia** (grifo nosso); porque ainda no Ryo Grande adonde o dito Francisco X.^{er} já governou, não obstante ser a fazenda Real mais diminuta, tem os seus Capitães-mores casa que lhe dá S. Mag.^{e} para assistirem: paresse que só esta razão bastava para se fazer attendivel dita Suplica, quanto mais

aprezentandome Certidão de que aos Ouvidores da mesma Capt.na manda o dito Snr. dar Cem mil rs.por anno para pagar cazas.

O conhecimento da Real grandeza de S. Mag.e, a pobreza do dito Cap,m mor e os refferidos exemplos me puzerão na Rezolução de ordenar ao Prov.or da Fazenda Real daqu.la Cap.nia lhe desse para pagamento das cazas duzentos mil reis cada anno, enquanto se conservasse naq.le Governo, ou S. Mag.e não mandasse contr.o de cujo piedozo animo espero que assim o haverá por bem e que V. Exa o mande declarar ao dito Prov.or por avizo seu.

D.s G.e a V Exa m.os an.os – Recife de Pernambuco em 9 de agosto de 1755.

Ilm.o. e Exm.o Snr. Diogo de Mendonça Corte Real. Luiz Joseph Corra de Sá." (in, Dr. Guilherme Studart – Notas Para a História do Ceará – Lisboa – Typographia do Recreio – 1892 – pág.83)

Mesmo ínfima, essa quantia de duzentos mil réis se lhe escapou fácil das mãos pois foi necessária para pagar o empréstimo a juros que havia contraído, de forma triangular, no cofre dos órfãos, usando o nome de seu secretário, Caetano José Correa, já que o seu próprio, por falta de crédito, de pouco valia. Sentia-se pior que D. João de Castro quando governara a Índia e estivera em similar situação financeira. Alegava que para aquele uma "gadelha de cabelo" fora bastante para empenhar e conseguir um empréstimo, mas no seu caso nem ao menos disto dispunha (certamente por ser careca). Sentia-se diminuído nas atenções da Corte pois até o ouvidor seu desafeto recebia ajuda financeira para moradia e ele, desgraçadamente, para brilhar dependia da "oculta influência" de sua estrela.

Foi de pouca dura o alívio pecuniário do capitão-mor porque o Governo de Portugal, não se convencendo das justificativas de Luiz José Correa de Sá, através de ordem de 15 de novembro de 1756, intimou Miranda a devolver o dinheiro, deixando "*escaparem-se-lhe da alma as amargas queixas contidas nessa petição*:

"Senhor. O Governador de Pernambuco me avizou mandar V. Mag.de ordem ao Provedor da Fazenda real desta Capitania para me fazer restituir toda a importancia, que se me tivesse pago de apozentadoria, que o General que foi daquella Praça Luiz Jozé Correa de Sá me tinha mandado dar, em occaziaão, que poucos dias antes tinha mandado pedir sem mil reis a Juro ao Juiz de Orfaons tomandoos em meu nome o meu Secretario, para me poder alimentar; porque o limitado soldo de coatro centos mil reis, que V. Mag.de me manda dar, me não suprem os gastos que faço juntos com os que fiz na Corte, quando vim para esta Capitania (como se vê da Certidão junta do Escrivam dos orfans); com tudo na aflicção em que me vy, achey o Cap.am Domingos Francisco Braga que me emprestou dozentos mil reis, que he o que tinha recebido de apozentadoria, os quaes entreguei ao Almox.e como consta do seu recibo a f.s 3 : e **sempre he digno de reparo e de comizeração que mandando V. Mag.de dar sem mil reis de apozentadoria ao Ouvidor desta Capitania, só comigo se não pratique este procedimento: mas aqui se virá no conhecimento de qual he a oculta influencia da minha Estrela, que liberalizando V. Mag.de mercês para todos, só eu hei de ser disgraçado, como eu mesmo** (grifo nosso). Posso afirmar a V. Mag.de que me vejo nesta Capitania em mayor mizeria do que se vio o grande Dom João de Castro na Azia, quando governava a India : porque elle la teve huma gadelha de cabellos, que empenhou; porem eu tão mizeravel que nem isto tenho. Assim torno a pedir e rogar a V. Mag.de me mande sussesor na Frota porque já não tenho que gastar no seu real serviço, e não será justo que acabe nas lastimas de tanta mizeria. Deos gr.de a V. Mag.de m.s ann.s Ciará 20 de março de 1757. Fran.co X.er de Miranda H.es " (op. cit. pág.85)

Miranda Henriques devolveu em dinheiro contado os duzentos mil réis, graças ao empréstimo que seu Almoxarife, Domingos Francisco Braga, lhe concedeu em hora de tamanha aflição. Mas sempre que pôde tentou demonstrar ao soberano Rei de Portugal que o ser mais ou menos bem visto por ele na corte era "*fatalidade das estrelas*" e não defeito de seus merecimentos.

Caetano José Correa, seu secretário, era natural de Lisboa, freguesia de São Miguel de Alfama, filho de Félix Correa Leitão, natural da praça de Olivença, no Alentejo, e de Luzia Maria Caetana de Farias, natural de Santos o Velho, Lisboa. Casou-se Caetano, em 6 de junho de 1758, conforme registro a seguir:

> "Aos seis dias do mes de junho de mil setecentos e cinquenta e oito em o lugar Martiporã em casa do Sargento Mor Domingos Rodrigues Chaves em minha presença e das testemunhas o Capitão Mor Governador e o Padre Jozé Moreira de Sousa, corridos os banhos, sem impedimento de licença do Capitão Mor Governador Francisco Xavier de Miranda Henriques casarão Caetano José Correa com Dona Francisca Xavier Moreira. Logo tomaram as bençãos nupciais. Fiz este assentos que assignei.
>
> Vigario Vicente Correia". (São José – casamentos - 1759 a 1773 – fl. 123).

No registro de batismo de seu filho Felis, ocorrido em 21 de abril de 1760, na "Villa de Arronxes", consta que dona Francisca Xavier de Sousa (em vez de Moreira) era filha de Francisco Moreira de Sousa, natural do Porto, e de dona Mariana Lobo do Amparo, natural de Olinda (São José – livro 1 – fl. 54 v).

Enquanto governou o Ceará, Francisco Xavier de Miranda Henriques se deslocava com habitualidade pelos sertões do Jaguaribe, região que, na época, pertencia à freguesia das Russas. Com muita freqüência, vamos encontrá-lo em solenidades eclesiásticas na "Capela de Santana da Catinga do Goys", hoje Jaguaruana, filial da citada freguesia, onde compareceu muitas vezes na condição de viúvo.

Ao sair do Governo da Paraíba, o velho capitão-mor se refugiou na fazenda Bolandeira, na cidade de Areias onde, segundo o historiador Francisco Tancredo Torres, faleceu,

deixando viúva dona Maria Cândida de Miranda Henriques e os filhos Francisco Xavier de Miranda Henriques, Crispiniano de Miranda Henriques e Nuno Guedes de Miranda Henriques. É conveniente ressaltar, no entanto, que em 6 de julho de 1760, na igreja matriz de Russas, assiste como padrinho ao batizado de Manoel, filho de Manoel Álvares e Ana Maria da Silva, na condição de "*homem viúvo*" (liv. 4 – fl. 84).

Mas não foram somente esses os filhos que pôs no mundo. O livro 2 de casamento de São José de Ribamar, tem registrado o casamento de José de Miranda Henriques, filho natural do velho capitão-mor:

> "Aos dez dias do mes de junho de mil e setecentos e setenta e sete as onze horas da manha na Matriz da Freguesia de Nossa Senhora da Assunção da Villa de Fortaleza do Ciará feitas as denunciasoins na forma do Sagrado Concilio Tridentino na dita Matriz e dita Villa de onde os contraentes são domiciliados e a contraente é natural, dispensados da naturalidade do contraente por um despacho do Revdo Senhor Visitador desta comarca que fica em meu poder sem se descobrir impedimento canonico sendo eu Manoel Gouveia de Sousa Presbitero Secular e Cura atual da dita Freguesia da Villa de Fortaleza e as testemunhas abaixo assinadas o Capitão Mor Antonio do Carmo Viana, homem casado morador na Villa do Recife se casarão solenemente por palavras de presente Jose de Miranda Henriques, natural da Freguesia da Villa do Aquirás e morador na Villa de Fortaleza **filho natural** de Francisco Xavier de Miranda Henriques com Maria Viegas do Nascimento natural e moradora de Fortaleza filha de Manoel Custódio Ramos e de Joana da Costa...
>
> Manoel Sousa Gouveia". (Livro 2 – fl. 31 - São José de Ribamar).

Além de José, cujo registro de casamento se transcreveu, encontrou-se registro de Francisco Xavier de Miranda Júnior, casado com Maria da Conceição, conforme se verifica pelo

casamento de sua filha Joana Correa que ocorreu a 21 de janeiro de 1781, em Aquiraz, com

> "... Martinho da Rocha Maciel natural desta Freguesia filho de Antonio da Rocha Maciel e sua mulher Barbara Francisca do Amaral com Joana Correa natural desta Freguesia filha legitima do Alferes Francisco Xavier de Miranda e de sua mulher Maria da Conceição, já defunta. Logo lhes dei as bençõins nupciais sendo por testemunha o Capitão Mor Hieronimo Dantas Ribeiro viuvo que ficou de D. Luiza de Sousa Vasconcelos e o Alferes Francisco Xavier de Miranda Junior casado e todos desta Freguesia..."
>
> Vigario Joaquim Gomes". (Aquiraz - Livro 1 fl. 9)

O capitão-mor Hieronimo (Jerônimo) Dantas Ribeiro era português, natural de São Basílio, e fora casado com dona Luzia de Sousa Correa, natural da Freguesia de São Pedro de Olinda.

Diversos registros eclesiásticos comprovam que existiram estreitos laços de parentesco entre as famílias Miranda Henriques e Correa de Sá no norte do Piauí e Ceará. No dia 7 de novembro de 1776, na capela de Nossa Senhora dos Remédios do Buriti dos Lopes, foi celebrado o casamento de José Correa de Sá, filho de outro José Correa de Sá e de Josefa Maria de Jesus, naturais da cidade do Porto, conforme registro a seguir:

> "Aos sete de novembro de mil setecentos e setenta e seis na Fazenda dos Remédios desta Freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo na forma do Sagrado Concílio Tridentino sem se descobrir impedimento em presença de Frei Mauro da Conceição por licença minha se casou solenemente em face da Igreja por palavras de presente José Correya de Sá filho legitimo de José Correya de Sá e de sua mulher Josefa Maria de Jesus natural da Freguesia de Sam Joam, da cidade do Porto com Isabel Maria natural desta Freguesia filha legitima do Alferes Lourenço de Passos Pereira e de Angela dos Anjos Gonçalves Torres a que assistiram por testemunhas o Capitam Domingos Dias da Silva e o Sargento Mor Joam Lopes de Castelo Branco, e logo lhes dei as

bençoens conforme os ritos da Santa Madre Igreja de que para constar mandei fazer este assento em que me assignei.

O Vig. José Lopes Pereira" (Liv. 1 fl 45).

A origem da família Correa de Sá é portuguesa, principiada em Gonçalo Correia da Costa e Felipa de Sá, filha de Martim de Sá e oitava neta de Rodrigo Annes de Sá. Gonçalo era morador na Quinta de Penaboa, junto a Vila Nova de Famalicão. Felgueiras Gayo diz que era filho de Ruy Vasquez Correa, senhor da casa de Penaboa e nono neto de D. Payo Ramiro, patriarca da família Corrêa.

e Vossa intenção é uma e outra misericordia como
anta quatro annos solteira e de presente
te de filho e sem sacramento por mandado
Sargento mor Gonçalo José d'Amaro de Itaqua
lo adulterina com annos e cinco da cor Victoria
na e Maria, e amiga tida de branco
e por mim encommendada de segredo de que
to e Matrimonio é dos ordens de Jun
ta e contor mandei fazer este assento
em assignado Ouvidor Joaquim e Mello

Capítulo XXVI

O Porta-Bandeira

ANTONIO JOSÉ CORREA DE SÁ, embora não tenha sido ainda possível localizar registro de seu casamento, o que deixa muita dúvida sobre sua origem e filiação, sabemos que era da família Miranda Henriques e natural de Portugal porque era sobrinho do deão Miguel de Miranda Henriques. Sua mãe é que seria Miranda Henriques, irmã ou filha do capitão-mor Francisco Xavier de Miranda Henriques, razão pela qual ele decidiu denominar seus próprios filhos com esse sobrenome. Algum motivo ele tinha, quando decidiu mudar-se de Viçosa para a Vila de São João da Parnaíba, no ano de 1778. Coincidentemente, no ano de 1770 havia se mudado da Vila de São Bernardo para Parnaíba sua filha, Violante Clara de Miranda Henriques, casada com Vicente Rodrigues dos Santos. Esse nome Violante já vinha da mulher de Luiz Lobo de Albertim, dona Violante de Miranda Henriques, pais de Cypriana de Miranda Henriques, o que leva a supor-se uma estreita relação de parentesco. Outra razão, certamente, era a presença naquela vila de José Correa de Sá, presumidamente seu parente que, como demonstramos, casara em 7 de novembro de 1776 na fazenda dos Remédios (Buriti dos Lopes – Piauí) com Isabel Maria dos Passos, filha de Lourenço dos Passos Pereira e Ângela dos Anjos Gonçalves Torres. É necessário investigar com maior profundidade todas

essas hipóteses e, ainda, a razão de constar em registros eclesiásticos que era natural do Rio Grande do Norte.

A vinda dos Miranda Henriques e Correa de Sá para o Nordeste deveu-se, em parte, à influência do capitão-mor Francisco Xavier de Miranda Henriques e do general Luiz José Correa de Sá, governador de Pernambuco, capitania à qual eram subordinadas as do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

Antônio José Correa de Sá casou-se em Santa Luzia do Mossoró, no Rio Grande do Norte, com sua parente Ana de Sousa Marinho dos Reis, filha do sargento-mor Antônio de Sousa Marinho e de Antônia Correa. Transferiu-se para o Ceará acompanhando o capitão-mor Francisco Xavier de Miranda Henriques, decisão essa que não teria agradado a sua sogra, que o amaldiçoou: "*Se fores embora terás na vida o sossego que tem o rabo de um porco*" - teria sentenciado a velha. Efeito ou não da maldição, o fato é que Antônio José não parava muito tempo no mesmo lugar.

No Ceará, serviu na infantaria paga do Forte, ocupando o posto de Porta-Bandeira da guarnição, posto equivalente ao de 2º tenente.

Como fosse possuidor de bom nível de instrução e protegido do Governador Antônio José Victoriano Borges da Fonseca, foi nomeado para exercer cargos importantes, inclusive o de Escrivão da Real Fazenda, através da Provisão de 5 de junho de 1776 (livro 13 – fl. 89 v) porque possuía "os requisitos necessários".

Foi nomeado pelo mesmo Governador, em 23 de janeiro de 1777, para exercer o cargo de Tabelião de Vila Viçosa Real (livro 13 – fl. 93 e 93v), porque havia "*offerecido novos direitos para a Real Fazenda a quantia de quatorze mil reis pela serventia de um ano aos oficios de Tabelião Publico do Judicial e Notas, Escrivam do Crime e civil, Camera, Almotacaria e outros de Vila Viçoza Real...*".

Sua presença é confirmada em Viçosa, em 24 de novembro de 1777, porque assina como testemunha o registro de casamento de Felizardo Correia com Roza Maria do Espírito Santo. No dia seguinte, é citado novamente como testemunha do casamento de "*José Maria filho de Serafim Fernandes e Ana Maria com Francisca Pereira filha legitima de Albino Pereira e Barbara Fernandes...sendo por testemunha que assignarão Domingos José Francisco homem solteiro e* ***o Escrivão desta Vila Antonio José Correa de Sá, casado***..."(grifo nosso) (livro 1 – fl. 53 - Viçosa).

Foi substituído no cargo de Escrivão de Vila Viçosa por Antônio das Chagas Pereira e este por Antônio do Espírito Santo de Oliveira Barcelos. Coincidentemente, meio século depois, seus netos estão entrelaçados em parentesco com os deste último no sertão do Lambedouro.

Saindo de Viçosa, transferiu-se para a Vila de São João da Parnaíba, onde morava sua filha Violante Clara de Miranda Henriques, casada com o português Vicente Rodrigues dos Santos. De Parnaíba saiu fugido, acusado de crime de homicídio, tendo retornado a Sobral no ano de 1784, já sob a proteção do Governador Montaury.

Em 23 de agosto de 1786, foi nomeado pelo Governador Montaury para "*hua junta geral d'indios*" (registrada no livro 780 - fl. 114 - APC), que procurava atender os diretores das vilas de índios alarmados com a depopulação causada pela deserção e emigrações das famílias indígenas, resultado visível do processo de administração pós-jesuíta.

Segundo o Governador, a causa dessa situação era a "*ambição dos moradores da mesma Capitania*", que aliciavam e mantinham os índios de ambos os sexos em seus serviços sem lhes pagar remuneração justa, contrariando a legislação imposta pelo Reino.

Sem motivação para permanecerem nas vilas, por serem explorados nos serviços a que eram submetidos, tendo de aceitar que suas filhas e mulheres fossem exploradas sexualmente no interior das casas onde trabalhavam, roubados em tudo, os índios não seguiam os princípios da religião, abandonavam as famílias e saíam pelos sertões cometendo delitos e "*talvez no exercício de seu antigo gentilismo*".

Com a desagregação das famílias indígenas, ficavam reduzidas as atividades produtivas que os mantinham e pelas quais pagavam impostos, gerando prejuízo para a Real Fazenda. Como falta irremediável, alegava o Governador a impossibilidade de contar com os mesmos índios para defesa das praias, costas e marinhas.

Para solucionar esse estado de coisas, decidiu o Governador Montaury, "*por conhecer o zelo com que o Porta Bandeira de Infantaria Paga da Guarnição da Fortaleza desta mesma Capitania, Antonio Jose Correa de Sá, se emprega em tudo o que he do Real Serviço...*", fizesse uma junta dos índios de ambos os sexos nas Ribeiras do Acaraú, Granja, Camocim e seus distritos, cadastrando os que andavam dispersos ou que estavam a serviço das fazendas. Devia o porta-bandeira relacionar para serem multados, em listas separadas por vilas e povoações, os nomes dos fazendeiros que mantinham os índios arranchados ou agregados. A multa era uma rês e um alqueire de farinha, pagos imediatamente, por cada índio irregularmente encontrado nas fazendas. Todo fazendeiro que se rebelasse contra tal ordem deveria ser preso e conduzido à presença do Governador, para ser condenado nas penalidades do Bando de 8 de março de 1761.

Incumbido de tarefa tão complexa e intransigente no cumprimento do dever, em pouco tempo Antônio José Correa de Sá converteu-se no terror da população sobralense, atraindo sobre si mais inimigos do que imaginava. Sobretudo porque se

colocava no centro da guerra surda que havia entre o Governador Montaury e o Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca, Manoel de Magalhães Pinto de Avellar de Barbedo, inimigo declarado do Governador e que fora nomeado por provisão de 8 de novembro de 1785.

Em 20 de outubro de 1786 (uma sexta-feira), dois meses após iniciada a junta dos índios, em audiência concedida perlo Ouvidor na Câmara de Sobral "*o Capitão José de Xerez da Furna Ucboa informou nesta audiência que se encontrava nesta cidade o porta bandeira Antônio José Correa de Sá e Frei Miguel, esmoler Franciscano, que eram perturbadores do público sossego desta Vila...*". Finaliza pedindo providências contra a presença dos mesmos e exigindo a prisão do porta-bandeira pelo crime de morte no Piauí.

Sabendo da amizade de Antônio José com o governador Montaury, o ouvidor se fez de desentendido e não tomou providência alguma, externando para a Câmara um belíssimo exemplo de resposta que não diz absolutamente nada:

> "... se os senhores do Senado e mais republicos assistentes conspiravam a mesma opinião e sendo-lhe respondido pela maior parte que assim era, porque com efeito a quietação e a santa paz daí parecia depender", afirmou: "que ele reconhecia em si autoridade régia para poder coibir toda e qualquer causa que pudesse ofender a dita pacificação publica e proceder imediatamente contra qualquer perturbador da tranquilidade do povo na conformidade da Ordenação e das repetidas Extravagantes promulgadas pelos Senhores Reis deste Reino sobre o mesmo objeto, porem por motivos que ninguem ignora e geralmente são públicos, previa que toda e quaisquer providencias que a este respeito desse, ainda que santas, justas e saudáveis, pareceriam atentados e finalmente seriam infrutuosas e que assim consultando todos os meios de prudência e de decoro deliberava por na presença de Sua Majestade o seu requerimento com o mais que

> achar pelos meios judiciais sobre este assunto e que um combate de opiniões e vontades de tanto tempo abrigado neste país, só assim, permitindo Deus e mandando a Soberana, poderia acabar". (Transcrito em "Cronologia Sobralense" – vol. 1 – pág. 303).

Era puro medo o motivo principal da evasiva do Ouvidor, tanto de encarar o agressivo temperamento do porta-bandeira como das previsíveis represálias de seu protetor - o Governador Montaury. Em correspondência para o capitão general de Pernambuco, deixa documentado o grau do pavor de que se achava acometido:

> "Respondi-lhes nos termos os mais comedidos que eu ainda que pudesse me não deliberava a proceder contra aquele homem pelas péssimas consequencias que do meu procedimento poderiam resultar, porem que eu lhes dava a minha palavra de representar a Sua Majestade e ao Capitão General de Pernambuco sua miserável situação afim de lhes vir de alguma destas partes o remédio que eu me não atrevia a aplicar. Resultou daí o choverem do Capitão-mor sobre os infelizes, que fizeram tal requerimento, motivo por que uns fugiram e outros, para lhe aplacar a atrabilis se desdisseram que foram obrigados a passar ao dito porta-bandeira por mandado do mesmo Capitão-mor, sendo um dos fugidos por esta causa o Capitão-mor das Ordenanças desta vila (Sobral), que ainda se acha em Pernambuco. **Eu mesmo me deixei apoderar do terror e medo**, (grifo nosso) ouvindo as soberbas e tremendas ameaças com que o dito porta-bandeira me jurava na presença de toda gente, que não havia de voltar ao Reino pois que ele sabia um modo de sumir os Ouvidores donde não aparecessem mais que no outro mundo". (Transcrito em "Cronologia Sobralense" – vol. 1 – pág. 304).

Informado das estripulias do porta-bandeira, o Capitão General de Pernambuco enviou ordem para que fosse preso e remetido para a Fortaleza das Cinco Pontas, em Recife - ordem cumprida com muita presteza. Em 6 de dezembro de 1788, ainda recolhido ao cárcere da Fortaleza das Cinco

Pontas, Correa de Sá assina requerimento a Martinho de Melo e Castro – Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar – solicitando que aquela autoridade enviasse o traslado de seu processo ao conselho competente para que pudesse provar a sua inocência (cf. Arquivo Histórico Ultramarino – Bahia – cx.190 – doc. 42).

E mais notícia desse complicado porta-bandeira nosso hexavô não foi possível encontrar. Embora na família tenhamos aprendido que ele se evadiu da prisão e fugiu para Belém e depois Manaus, sempre deixando descendentes por onde passava, mesmo consternados, vamos optar por deixá-lo recluso, até que possamos localizar documentos que comprovem seu real destino.

De filhos seus, só conseguimos registro de três:

1. **Antônia Maria** - casou-se na capela de Nossa Senhora da Conceição da Povoação de Cascavel, Ceará, em 31 de agosto de 1800, com Francisco Xavier de Medeiros, filho de José Vieira da Silva.

2. **Violante Clara de Miranda Henriques** - casada com Vicente Rodrigues dos Santos, moradores na Vila de São João da Parnaíba, onde batizaram os filhos José, Félix, Antônio e Josefa.

3. ANTONIO FLORÊNCIO DE MIRANDA HENRIQUES - Nasceu em 1762 na freguesia de Russas - Ceará. Em 21 de outubro de 1784 foi nomeado 1º tenente do Regimento de Cavalaria do Acaraú por patente assinada pelo Governador Montaury. Casou-se em Sobral com Isabel Francisca Xavier de Oliveira, filha do português João Gonçalves Ferreira e Francisca Xavier de Oliveira, neta materna do capitão Antônio Rodrigues Magalhães e Quitéria Marques de Jesus, em 26 de setembro

de 1782, conforme se transcreve do Livro 1 – fl. 284 daquela freguesia:

> "Aos vinte e seis dias do mes de setembro de mil setecentos e oitenta e dois de manhã nesta matriz de Nossa Senhora da Conceição da Villa de Sobral feitas as denunciasoens na forma do Sagrado Concilio Tridentino na dita Igreja onde a nubente e natural e moradores e certificando o nubente ser de menor idade, de ser natural da freguesia das Russas, sem descobrir impedimento como consta dos banhos que ficam em meu poder em minha presença e das testemunhas Manoel Rodrigues Magalhães, Francisco Lopes Freire mais pessoas todos conhecidas e moradores nesta freguesia **casarão em face da Igreja solenemente por palavras Antonio Florencio de Miranda Enriques filho legitimo de Antonio José Correia de Sá natural do Rio Grande do Norte e de sua mulher Dona Ana de Soisa Marinho dos Reis com Isabel Francisca de Oliveira filha legitima de João Gonçalves Ferreira e de sua mulher Francisca Xavier de Oliveira** (grifo nosso) desta freguesia logo lhes dei as bençãos na forma dos Ritos e Cerimonias da Santa Madre Igreja, logo para constar fiz este termo, assinei.
>
> João Ribeiro - Cura e Vigário da Vila de Sobral.
> Manoel Rodrigues Magalhães
> Francisco Lopes Freire"

(A Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Russas pertencia ao curato do Jaguaribe e hoje se integra ao Bispado de Limoeiro do Norte).

Isabel Francisca de Oliveira faleceu em 1802 e Antônio Florêncio, em 11 de março de 1831. Desse casal, nasceram seis filhos, dos quais cinco constam em seu inventário, realizado em Sobral, em 18 de maio de 1831, e arquivado no APC (Pacote 2 - Processo 10):

> "Inventario e partilha a que se passa nos bens ficados por falecimento de Antonio Florencio de Miranda Henriques morador que foi nesta villa de Acaracu".

Inventariante: Francisco Xavier de Miranda Henriques

(Consta observação que, além de Isabel Francisca de Oliveira, Antônio Florêncio fora casado com Ursula Maria das Virgens).

"Aos dezesseis dias do mês de maio de mil oitocentos e trinta e hum nesta Villa de Sobral... em casa de residencia do Doutor Juiz de Paz Vital Raimundo da Costa Pinheiro alem de mim escrivão do cargo adiante nomeado...presentes os herdeiros do finado Antonio Florencio de Miranda Henriques, inventariante e os demais herdeiros contemplados nos autos do presente julgamento...logo por elles unanimemente foi dito que para avaliação dos bens arrolados no presente documento aceitavam como testamenteiros Custodio Jose Carneiro da Silva, Manoel Felis Chavier Macambira cuja louvação foi aprovada ".

Seguem assinaturas perfeitas dos herdeiros em caligrafia que deixa perceber um razoável nível de alfabetização:

1. **José Joaquim de Miranda** - Localizado o passaporte de número 93, emitido em seu nome, em 23 de junho de 1825, com destino ao Maranhão. Nesse documento seu nome consta como José Joaquim de Miranda Henriques (APC – livro 82 – fl.39).

2. "*como cabeiça de minha mulher e procurador do meu cunhado Antonio Pereira das Neves*" assinou José Thomé Roiz, casado com a herdeira Francisca Ferreira de Miranda.

3. **Antônia Maria de Miranda** - casada com Antônio Pereira das Neves, filho de Alexandre Pereira das Neves, moradores em São Luís do Maranhão. Como não pôde vir participar do inventário, em que sua mulher era legítima herdeira, Antônio Pereira passou procuração a esse José Thomé Roiz (abreviatura de Rodrigues), que era casado com a herdeira Francisca Ferreira de Miranda.

4. **Francisco Xavier de Miranda Henriques** - morava no Acaraú, onde exerceu o cargo de inspetor escolar nomeado pela Câmara de Sobral, em 13 de abril de 1832.

5. **ANTÔNIO JOSÉ DE MIRANDA** - será visto adiante.

6. **Senhorinha** - já falecida na época do inventário do pai e cujo registro de batismo se transcreve:

> "Senhorinha filha legitima de Antonio Florencio de Miranda Henriques natural do Jaguaribe, e de sua mulher Isabel Francisca Xavier de Oliveira, natural desta, neta paterna de Antonio Jose Correa de Sá, natural do Rio Grande e de sua mulher Anna de Sousa Marinho natural do Jaguaribe, neta materna de João Gonçalves Ferreira, natural da Villa de Ferreira, Arcebispado de Braga e de sua mulher Francisca Xavier de Oliveira, natural do Siará, nascida a dezenove de fevereiro de mil setecentos e noventa e um, foi batizada com os Sanctos Oleos nesta Matriz de Sobral por mim Cura Basilio Teixeira dos Santos aos vinte e quatro de fevereiro do ditto anno. Forão padrinhos Urbano Antonio Henriques da Gama solteiro e Rosa Clemencia de Oliveira, solteira por sua procuradora Elena Bernardina Magalhães, moradores nesta Freguesia, do que para constar fiz este Termo que assignei.
>
> Basilio Francisco dos Santos
>
> Cura e Vigº da Villa de Sobral" (Batizados – livro 1788 a 1792 – fl. 180)

Pela descrição dos bens constantes no inventário - que importou num total bruto de 2.559$268 e num líquido de 1.562$454, porque havia dívidas passivas num total de 996$814 - pode-se afirmar que era pequeno o patrimônio pessoal de Antônio Florêncio, cuja principal atividade era o comércio varejista de mercadorias. Pelo rol extensivo de devedores, gerando um montante de "contas a receber" no valor de setecentos e cinco mil e quinhentos e noventa e oito réis, verifica-se que já era antiga a prática do "fiado".

A relação dos demais bens inclui objetos de vidro - inclusive "duas janelas vidradas" - prata, cobre, latão, e equipamentos de ferreiro. De ouro, como única peça, "*uma coroa com dous resplendores e três botoens*". Dentre os objetos de prata estão relacionados castiçais, talheres, açucareiros, esporas e onze cabos de faca. No meio dos móveis e utensílios de casa, existia um "*boratório com onze imagens*". Os animais constavam de dois novilhos, três garrotes, três bezerros, duas bestas e dois cavalos.

Na relação de escravos constava "*um escravo velho doente de nome João*" que, mesmo assim, foi avaliado em vinte mil réis, "*um escravinho mulato de nome Jose de 5 anos e uma mulatinha de nome Maria de 5 anos*". Essas duas crianças são reclamadas por Reinaldo Florêncio de Miranda como tendo pertencido a Úrsula Maria das Virgens, segunda esposa de Antônio Florêncio de Miranda Henriques.

Esse Reinaldo era realmente seu filho, conforme se pode verificar no seguinte registro de casamento:

> "Aos quatro de setembro de mil oitocentos e vinte e dois, feitas as denunciasoens na forma do Sag. Concilio Tridentino, na presença do Padre Jose Gomes Teixeira, por licença do Revdo vigário Padre Antonio da Silva em presença das testemunhas Alexandre Pereira Neves e Francisco Xavier de Miranda... se receberão em matrimonio por palavras de presente Reinaldo Florencio de Miranda Henriques **filho natural de Antonio Florencio de Miranda Henriques e de Geralda Francisca Marques** (grifo nosso) com Ana Monteiro de Melo filha natural de Apolonia Maria desta freguesia todos naturais e moradores...para constar fiz este assento que assignei
>
> o Vigario Jose Gonçalves de Medeiros"

O inventário de Geralda Francisca Marques foi feito na Vila de Acaraú, em 10 de janeiro de 1852, onde aparecem

como herdeiros, além do citado Reinaldo Florêncio de Miranda, os filhos Rufino Florêncio de Miranda, Francisco Sales de Miranda e Antônio Florêncio de Miranda. Habilitam-se, ainda, como herdeiros, os netos Miguel Antônio de Miranda, Antônio Florêncio de Miranda e Genovina Carolina de Miranda, esta casada com Francisco da Costa Fernandes. Teve essa Geralda mais uma filha, chamada Ana Maria Helena da Fonseca, que se casou com Joaquim da Costa Fernandes e de quem não se descobriu quem era o verdadeiro pai.

Como se pode constatar, Antônio Florêncio de Miranda Henriques era homem de muitos filhos, cujos descendentes se espalharam pelo sertão do Acaraú e Coreaú e na serra da Meruoca onde encontramos muita gente com esse sobrenome, com especialidade no lugar São João das Almas. Foram para Granja, Camocim, Chaval, Ubatuba e para os estados do Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas. Aqui deixamos todos para nos dedicarmos especificamente a **Antônio José de Miranda**, neto do porta-bandeira Antônio José Correa de Sá, por ser parte da linha mestra que seguimos neste trabalho.

CAPÍTULO XXVII

A família de Antonio José de Miranda

ANTÔNIO JOSÉ DE MIRANDA, filho de Antônio Florêncio de Miranda Henriques e Isabel Francisca de Oliveira (trisavô do autor), nasceu na casa de seus pais no "sítio chamado Estreito", em uma "*casa de pedra e cal com onze partes*". Recebeu como herança pela morte do pai os seguintes bens:

"Pagamento de Antonio Jose de Miranda no valor de 390$613:

- trezentas braças de terra no lugar chamado Estreito pela quantia de 120$000
- valor nas terras da Rapoza 25$000
- parte no valor do escravo Vicente 63$000
- um tacho de cobre 2$400
- um frasco pequeno $240
- um frasco grande $400
- duas garrafas $300
- duas cadeiras 1$280
- um candinheiro de flandre $100
- selim, duas facas cabo de hosso, almofariz, um forno de ferreiro, uma safra de ferreiro, dois martelos 153$913
- receber em dividas dos credores" 23$980

A patente de tenente da Quinta Companhia do Regimento de Cavalaria Miliciana de Sobral lhe foi passada por D. João VI, em 11 de fevereiro de 1815, e está transcrita no livro 25 APC, contendo os registros de nomeações e patentes feitas no Ceará, no período de 1780 a 1830 (fl. 251 e 251 v).

Antônio José de Miranda casou-se com Anna Maria da Conceição, neta de Vicente Lopes Freire e bisneta do capitão Antônio Rodrigues Magalhães, em 9 de outubro de 1807, conforme já demonstrado e cujo registro de casamento se transcreve fielmente do Livro 4 – fl. 141 - Sobral. Essa folha onde se encontra o registro, bem legível por sinal, por pouco não foi destruída pela ação das traças que danificaram impiedosamente boa parte do citado livro 4. Não fora essa feliz situação, estaria irremediavelmente prejudicada a comprovação do encadeamento genealógico que se vem demonstrando.

> "Aos nove de outubro de mil oitocentos e sete feitas as denunciasoens na forma do Sagrado Concilio Tridentino e dispensados do laço de consaguinidade de que me consta pela sentença que ficam em meu poder e não constando impedimento algum de minha licença, na Serra da Beruoca, em presença do Padre Miguel Lopes Freire e das testemunhas Antonio Lopes Freire, José Marques da Costa, Antonio Pinto de Macedo e outras muitas pessoas que se acharam presentes se receberão em matrimonio por palavras de presente **Antonio José de Miranda filho legitimo de Antonio Florencio de Miranda Henriques e de Isabel Xavier de Oliveira com Anna Maria da Conceição filha legitima de José Lopes Freire e de Francisca da Penha** todos naturais e moradores desta freguesia. Logo receberam as bençãos nupciais segundo o ritual romano e para constar fiz este termo pelo assento que me foi entregue em que assignei.
>
> José Gonçalves
>
> Vigario confirmado em Sobral".

O padre Miguel Lopes Freire, que oficiou o casamento, era tio dos noivos e faleceu três meses depois, de uma "postema", conforme consta no registro de óbito.

Comprova-se, assim, que Antônio José de Miranda e Anna Maria da Conceição eram primos em segundo grau, por serem netos de duas filhas do capitão Antônio Rodrigues Magalhães e Quitéria Marques de Jesus: Francisca Xavier de Oliveira casada com João Gonçalves Ferreira e Ana Maria da Conceição casada com Vicente Lopes Freire.

Com a mudança dos tios, Antônio do Espírito Santo de Oliveira Barcelos e Inácia Maria do Nascimento, para Viçosa e estando os filhos destes radicados quase todos no vale do Lambedouro, para lá se mudou Antônio José de Miranda com a família. Trouxe consigo a experiência da agroindústria da cana tornando-se o primeiro produtor de açúcar e rapadura daquele vale, atividade da qual se manteve a família por quatro gerações.

Foi possível encontrar com segurança informações dos seguintes filhos do casal Antônio José de Miranda e Anna Maria da Conceição:

1 - **Francisca Xavier de Miranda**.

2 - **Francisco Gonçalves de Miranda** - casou-se com Inácia Barcelos, filha de José dos Santos Barcelos. Um filho do casal, chamado Antônio Gonçalves de Miranda, viveu maritalmente com Joana dos Santos, viúva de Antônio dos Santos, sua prima em segundo grau, nascendo desse relacionamento os filhos Vicente Gonçalves e Filomena Gonçalves.

3 - **Maria Simoa do Livramento** - casou-se, em 20 de junho de 1846, com João dos Santos Magalhães, conforme se lê no registro seguinte:

> "Aos vinte dias do mes de junho de 1846 dispensados do parentesco de consaguinidade em quarto grau, em minha presença

se receberão em matrimonio por palavras de presente João dos Santos Magalhães, filho legítimo de José dos Santos Barcellos e de Maria Anna de Jesus, com Maria Simoa do Livramento filha legítima de Antônio José de Miranda e de Anna Maria da Conceição, naturais de Granja e ella de Sobral, ambos moradores nesta freguesia de Villa Viçosa... Testemunhas Francisco Gonçalves Magalhães e João Antônio de Miranda

o Vigario Jose Bevilaqua". (Livro 08 - pág. 82).

4 - **Raimundo Florêncio de Miranda** - casou-se, em 28 de novembro de 1846, com Antônia Francisca do Espírito Santo, neta do "Velho Comandante", cujo registro se transcreve fielmente:

"Aos vinte e oito de novembro de mil oitocentos e quarenta e seis nesta matriz de Nossa Senhora da Assumpção de Villa Viçosa, depois de ouvidos os banhos sem impedimento algum dispensados do impedimento misto no quarto grau de consaguinidade, em minha presença se receberão em matrimônio por palavras de presente Raimundo Florencio de Miranda, filho legitimo de Antonio Jose de Miranda, e de Anna Maria da Conceição com Antonia Francisca do Espirito Santo filha legitima de Luiz Porto Magalhães, e de Maria Vicencia do Nascimento, o nubente e natural da freguesia de Sobral e morador nesta freguesia a nubente natural e moradora na Granja. Logo lhes dei as bençãos nupciais pelo ritual romano, testemunhas Vicente do Espirito Santo Magalhães, e Antonio Bevilaqua, casados e desta freguesia. Para constar fiz este termo que assigno.

Vigario Jose Bevilaqua".

A esposa de Raimundo era filha de Luiz Estêvão Porto Magalhães, que foi assassinado, gerando a comentada maldição do "Velho Comandante".

Como Viçosa ficou sem vigário de 1842 até 1845, em virtude do assassinato do padre Maximiano José Valcácer, muitos

casamentos realizados na família neste período foram celebrados em Granja, inclusive o de :

5 - **JOÃO JOSÉ DE MIRANDA** - nasceu a 06 de fevereiro de 1822 no sítio Capim Frio, na Meruoca e faleceu em 23 de julho de 1890 em Viçosa. Foi o terceiro filho de Antônio José de Miranda, casado com filha do capitão José dos Santos de Oliveira Barcelos e sua mulher, dona Maria Ana de Jesus. Esse casamento realizou-se em 1844 e sua esposa se chamava **MARIA JOANA DA MATERNIDADE**, nascida em 1824 na fazenda Lagoa do Barro, Lambedouro, município de Viçosa.

Maria Joana era neta materna de Félix Borges de Pinho e de Maria Benaflita de Jesus Pinho e paterna do capitão Antônio do Espírito Santos de Oliveira Barcelos e de dona Inácia Maria de Jesus, esta filha do capitão Antônio Rodrigues Magalhães e de Quitéria Marques de Jesus.

Por estão muitos erros dito ao Supp.e q.e o Dr. Ill.mo Dr. Sr.
Requerim.to está a Folha a C. Nag. C. como fortificava e
querer d.e o mesmo a Sentença, torá sempre por Despr.o de
Esmerado. M.e 6 C. Doutor. M.g & p.

N.o 2

Diz Antonio Joaq.m Corr.a de Lima Barad.a de Infante, praça de Sarg.to mor da Cap.ta do Sinaes gr.d, preso na Cadeia, dador das Sinas perante, q. Fernando d'Ma. como a unica Herdeira sua, p.a via documentos requerem Cit.ar A. p.a se Medar o traslado do Auto, de sua Carta de Guarda, visto não aparecer na Corte o Original, q. o Dr. Antonio Jos. da Ma. Ferreira, Ma. foi deferida, q. esteve na Secretaria da Ch.ra da Repartição da Marinha, e Dominingos Vasconcellos p.a onde havia sido remettido, p.a no Antonio Jos. da Ma. na repartição de S.o do dito dia 1817 p.a Haver Socorro. Nag. Corte, Ep. Sr., tem o Supp.e de Seguntes Procuradores, como Sejaõ o M.o Sr. Jos. Gomes da A.a Oficial da Secretaria da Cit.ra do d.o Cast.o de Brito e Mello, Of.al da Repartição, Dominingos Vasconcellos, e a Ma. Ofrta. p.a mais exactos delig.s, q. elles contra Seguntes tenhaõ feito, Somente tem de saber to ag. processo, Como Comita da Carta do d.o Cast.o de Brito Sit. B., e da pullica forma e outra do mo. Sit. C., q. bem examinados as Chas. Secretaria, naõ aparecem os processos, passando o d.o Procuradores a mandar na comp.ta Con.a a ordem Secretaria, e taõ bem Sinas sabre Como discriviam Sermistre de Memorial, Reporta do M.o Fran.co L.o de A.a Sit. D., e a em dandita Procuradores, sem o Supp.e nag. Corte, ab.a Sis o de aõ Miguel de Mel.a R., q. taõ bem p.a Zelo de por. tem em averiguado todos q. mais se descobrio o d.o processo, q. se tem havido p.a Se saber em fraudes, e deliquencias.
Bem entendido q. Se o processo do Supp.e foe dirigido ao Con.de de Lit.ra ou de Repartição dos Dominingos Vasconcellos, o mo. Procuradores, q. Of.ais nag. Chiarey, sem fadiga, e trabalho achado, e a em disto nulte Corr. anno vizinhos Cartas Consultas Confirmados, sem q. os R. cy tivessem nag. Corte Procuradores, e nem Defensores, q. p.a obrig. do Sangue Ma. fusem prosiguir, e naõ he crivel q. Se a Estrela do Supp.e tenha em fim por p.a fazer completa, tendo assim tem to deliq.te Procuradores, q. com Zelo e Carid. procurão Remedear o damno, q. injustam.te Se fez o Supp.e Sem a Ma. Se formar em bem q.

CAPÍTULO XXVIII

A família de João José de Miranda

Do casamento de João José de Miranda e Maria Joana da Maternidade nasceram os seguintes filhos, conforme consta no inventário dele realizado em Viçosa em 1890:

1 - **Antônio José de Miranda Neto** - nasceu em 1846 e morava no município de Granja. Faleceu em 1888, deixando órfãos os filhos: José - nascido em 1872, Maria - nascida em 1875, João - nascido em 1878, Florinda - nascida em 1882 e Antônio - nascido em 1885.

Nos autos do inventário de João José de Miranda, por despacho de 19 de setembro de 1890, o Juiz Antônio da Cunha Fontenele nomeou o capitão Antônio Marques Viana tutor dos órfãos, sendo José e Maria, na época com 18 e 15 anos de idade, respectivamente, citados para assistir a "louvação de avaliadores e partidores". A mãe dos meninos havia falecido antes do marido, pois em 1890 eles já residiam em Viçosa, sob a tutela do avô, João José de Miranda.

2 - **Maria Galdina de Miranda** - nasceu em 1848. Casou-se com Valentim Machado de Carvalho.

3 - **Ana Maria de Miranda** - nasceu em 1849. Casou-se com Benício Machado de Siqueira, conforme se lê no Livro 6 fl. 116 V - registro de casamento realizado em 1º de novembro de 1869:

"...em uma desobriga no Sitio São Felix no Jaguaribe por autorização do Reverendissimo vigário Jose Bevilaqua o Reverendo Coadjutor João Chrisostomo de Oliveira...feitas as denunciaçoes... presente certidão de obito de Maria Hermelina de Britto mulher que foi do nubente sepultada no cemiterio do Ibuassu, certidão de batismo da nubente e licença do pai da mesma...administrei os sacramentos do matrimonio aos nubentes Benicio Machado de Siqueira, viuvo por falecimento de Maria Hermelina de Britto com Anna Maria de Miranda filha legitima de João José de Miranda e de Maria Joana da Maternidade.."

Testemunhas Antonio Benicio Fontenele e Valentim Machado de Carvalho

4 - **Raimundo José de Miranda** - nasceu em 1850 e casou-se com Raimunda Justiniana de Siqueira, filha de Vicente Machado de Siqueira e Francisca Delfina de Siqueira. Conforme dados colhidos em seu testamento (arquivado no APC - Pacote 12), não deixaram filhos mas adotaram uma menina, chamada Feliciana, nascida em 1884, a quem reconheceram como única e universal herdeira. O testamento foi escrito pelo tabelião João Febrônio Freire de Bizerril, na casa de Raimundo José, no lugar Verdes, quarteirão Lagoa do Barro, no dia 15 de novembro de 1894. Naquela data, contava ele 43 anos de idade e dona Raimunda Justiniana, 44 anos.

Com a morte de Raimundo José de Miranda, em 12 de novembro de 1914, foi o referido testamento transformado em inventário, em 4 de fevereiro de 1915.

5 - **Francisca Ferreira de Miranda** - nasceu em 1854. Casou-se com Antônio Ferreira de Sousa, filho de Francisco Ferreira de Sousa e neto do professor Francisco Ferreira de Sousa e Margarida Ferreira do Nascimento. Francisca faleceu de parto, em 28 de julho de 1894, deixando seus filhos todos crianças, conforme consta em seu inventário feito em Viçosa naquele

mesmo ano (APC - pacote 215). As crianças tinham as seguintes idades: Maria - 12 anos, José - 11 anos, Lino - 10 anos, Vicente - 9 anos, João - 8 anos, Antônio - 7 anos, Firmina - 5 anos, Maria da Conceição - 3 anos, Francisco - 8 meses.

O inventário de Antônio Ferreira de Sousa foi feito em Viçosa, em 30 de abril de 1906 (APC - pacote 213), tendo como inventariante seu genro José Tibúrcio de Aragão e relacionando os mesmos filhos:

5.1. Maria Antônia da Conceição - com 24 anos (em 1916). Foi a primeira esposa de José Tibúrcio de Aragão (Zé Bitônio). Moravam na divisa do Campo do Meio com Lagoa do Barro, vizinho da antiga casa de João José de Miranda. Maria Antônia faleceu em 06 de agosto de 1916 em decorrência de problemas de parto, conforme consta em seu inventário, realizado em Viçosa em 9 de outubro de 1916 e mantido no APC - Pacote 11, deixando os seguintes filhos:

a) *Antônio Ferreira de Aragão* 12 anos (em 1916)

b) *João Evangelista de Aragão* 11 anos "

c) *Manoel Ferreira de Aragão* 10 anos "

d) *Francisca Maria das Virgens* - com 9 anos de idade, na época do inventário do pai, onde consta seu nome como Francisca Ferreira de Aragão. Casou-se com Antônio da Silva Brito (Antônio Regino), com quem teve 20 filhos, conforme já discriminado anteriormente.

e) *Raimunda Maria das Virgens* (ou Raimunda Aragão de Sousa, cf. consta no inventário do pai) - com 7 anos de idade. Casou-se com Gonçalo Francisco de Sousa. Faleceu em 1939, deixando os filhos: José Aragão de Sousa, Francisco Aragão de Sousa (25 06 1929), Maria Aragão de Sousa (casada com Francisco Florêncio de Sousa e nascida em 3 12 1930), João

Aragão de Sousa (11/05/1932), Manoel Aragão de Sousa (1º/10/1933), Odete Aragão de Sousa (casada com Francisco José de Sousa e nascida em 5/4/1935), Maria Diva Aragão de Sousa (casada com Deusdedith Ribeiro Magalhães e nascida em 5/10/1937), Gerardo Aragão de Sousa (5/08/1939). As datas entre parênteses correspondem ao nascimento, conforme consta no inventário de Zé Bitônio.

f) *Maria José de Jesus* - com 6 anos de idade na época do inventário da mãe. Casou-se com Lourenço de Sousa, com quem teve os filhos Maria Aragão de Sousa e Teresinha Aragão de Sousa, casada com Pedro Frota de Sousa. No inventário do pai, já falecida, seu nome aparece como Maria José Aragão.

g) *Maria dos Remédios de Aragão* (no inventário do pai consta Maria Aragão da Frota) - com 5 anos de idade.

h) *Apolônia Maria do Nascimento* - com 3 anos de idade quando a mãe morreu, não é citada no inventário do pai, em 1969.

i) *Maria Luíza de Aragão* - com dois anos de idade. Casou-se com José Patriarca Tavares, residente em Fortaleza – Ceará.

Quando Maria Antônia faleceu, José Bitônio estava com 42 anos de idade.

A casa de morada de Zé Bitônio está de pé, vazia, sem ninguém, mas bem cuidada. Quartos, salas e alpendres amplos, hoje silenciosos, não deixam transparecer o burburinho da animada atividade dos tempos passados, com a presença de padre Carneiro celebrando as festas do Coração de Jesus.

Com a morte de Maria Antônia, Zé Bitônio casou-se, ainda, quatro vezes: com Doca (Raimunda Inês de Vasconcelos), Silva, Rosa e Etelvina, mas delas não teve filhos. Todas sepultadas no pequeno cemitério ao lado da casa e da capela do Coração de

Jesus, construída por ele e benta solenemente por seu compadre padre Carneiro, em 1928. Do lado de dentro, à esquerda da porta principal, logo na entrada, está a lápide da sepultura de Zé Bitônio com os seguintes dizeres: "*nascido em 11.08.1873 e falecido em 18.03.1969*". No inventário, consta a data do falecimento dele como tendo sido em 12 de março de 1969. Faleceu viúvo.

5.2. José Antônio Ferreira.

5.3. Lino Ferreira de Sousa - casou-se com Maria Regino de Brito, filha de Francisco Pereira de Brito.

5.4. Vicente Ferreira de Sousa - nascido em 1885. Casou-se com sua prima legítima, Maria do Espírito Santo de Miranda, filha de Júlia Carneiro Mapurunga e Vicente Ferreira de Miranda.

5.5. João Firmino de Sousa - nasceu em 25 de julho de 1886 e faleceu em 17 de fevereiro de 1972. "Seu Sousa", como era mais conhecido, casou-se com Raimunda Silveira Sousa, nascida em 03 de abril de 1894 e falecida em 21 de fevereiro de 1994, filha de Aprígio Leopoldo de Arruda Silveira e Firmina Siqueira Silveira.

5.6. Antônio Ferreira de Sousa Filho - casou-se com Justina de Brito, irmã de Maria Regino e filhas de Francisco Pereira de Brito.

5.7. Firmina Maria da Conceição - csou-se com Justino Plácido de Brito. Com o seu falecimento, Justino casou-se com Maria Vicença de Miranda, filha de Júlia Carneiro Mapurunga e de Vicente Ferreira de Miranda, portanto, prima legítima da finada Firmina.

5.8. Maria Francisca da Conceição.

5.9. Francisco Ferreira de Sousa - casou-se com Joana Viriato de Castro, filha de Manoel Viriato e Maria Viriato de Castro.

O inventariante dos bens da finada Francisca Ferreira de Miranda foi seu marido, Antônio Ferreira de Sousa, e o dele foi seu genro Zé Bitônio, que era casado com a filha mais velha do casal e também foi nomeado tutor dos filhos menores. O valor dos bens inventariados pela morte de Francisca importava em 1.899:000 mil réis e era composto por terras, animais, equipamentos de trabalho e até uma mesa de jantar. No inventário de Antônio Ferreira de Sousa cada quinhão importou em 210:000 réis, representados por terras no Jaguaribe, que haviam sido adquiridas pelo inventariado a Reginaldo Justiniano Machado, terras na Lagoa do Barro, gado, cavalos e utensílios diversos. "Dinheiro e ouro - nada" (sic).

6 - **Joana Justiniana de Miranda** - nasceu em 1856 e faleceu em 01 de junho de 1940. Casou-se com Reginaldo Justiniano Machado.

7 - **Francisca Xavier de Miranda** - nasceu em 1858. Casou-se com seu primo José dos Santos Barcelos, filho de Joana dos Santos e Antônio Gonçalves de Miranda, de cujo casamento nasceram 7 filhos: Antônio dos Santos Barcelos, Maria Joana dos Santos, Pedro Alcântara Barcelos, Maria José dos Santos, Maria da Penha dos Santos Barcelos, José dos Santos Barcelos e nosso querido Vicente dos Santos Barcelos - nascido em 1891 e casado civilmente, em 30 de agosto de 1926, com Florisbela Maria de Albuquerque, filha de João Manoel de Albuquerque e Francisca Cecília de Albuquerque e, em segundas núpcias, no ano de 1932, com Adelina Dantas Barcelos, filha de Manoel Domingos Dantas e Alcina Dantas, originários de Senador Pompeu, antiga Maria Pereira. Era deficiente visual e um excelente contador de estórias.

8 - **José Florêncio de Miranda** - nasceu no Campo do Meio, Lambedouro, Viçosa, em 06 de fevereiro de 1861. Faleceu em 15 de novembro de 1934, conforme registro de óbito

465 (liv. 2 – fl. 16) apresentado nessa data por seu cunhado, José Evaristo Mapurunga, onde declarou que *"hoje havia falecido no lugar João Ferreira, deste Termo José Florêncio de Miranda, casado, agricultor, residente no mesmo lugar João Ferreira, deste Termo, filho de João José de Miranda e de Fulana de Tal* (sic)*, com 74 anos de idade...".*

Vemos que José Evaristo não sabia com exatidão o nome da mãe de seu próprio cunhado, Maria Joana da Maternidade, atribuindo-lhe o "Fulana de Tal". Ignorava igualmente a causa da morte mas, as testemunhas afirmaram que estivera prostrado por um período de três meses. Foi sepultado no cemitério do João Ferreira.

José Florêncio era casado com Francisca Carneiro Mapurunga, filha de José Carneiro da Cunha Mapurunga e Maria Joaquina do Rosário, de cujo matrimônio nasceram os filhos:

8.1. Maria Miranda de Sousa - casou-se com Salustiano Coriolano de Sousa, moradores no João Ferreira. Foram os pais de:

8.1.1. Francisca Miranda de Sousa - nasceu em 16 de maio de 1906 e casou-se com Domingos Marques de Sousa.

8.1.2. Maria Marques de Sousa - nasceu em 25 de março de 1908 e casou-se com Ercisino José de Carvalho.

8.1.3. Floripes Miranda de Sousa - nasceu em 5 de abril de 1910 e casou-se com Raimundo Ribeiro de Sousa.

8.1.4. Antônio Coriolano de Sousa - nasceu em 8 de janeiro de 1915.

8.1.5. Alzira Miranda de Sousa - nasceu em 9 de fevereiro de 1922. Residia no lugar Jurema, município de Tianguá.

8.2. João Carneiro de Miranda - nasceu em 2 de setembro de 1885.

8.3. Francisca Florência de Miranda - nasceu em 5 de abril de 1887. Casou-se duas vezes. A primeira, com seu primo José Antônio Ferreira de Sousa, filho de Antônio Ferreira de Sousa e Francisca Ferreira de Miranda, com quem teve os filhos: Maria, Antônio, Francisca, Umbelina e José. Tendo falecido José Antônio, em 28 de fevereiro de 1917, realizou outro casamento, em 14 de janeiro de 1920, com João Fontenele da Frota, filho de Felipe da Frota Fontenele e Francisca Joaquina Fontenele, moradores na Pitinga.

8.4. Umbelina Carneiro de Miranda - casou-se com Francisco Gabriel das Chagas e residiam no lugar Lagoinha, município de Granja – Ceará. Foram os pais de:

8.4.1. Florinda Carneiro de Miranda - nasceu em 4 de novembro de 1917 e casou-se com Antônio Miranda de Sousa.

8.4.2. Francisca Carneiro de Miranda - nasceu em 30 de julho de 1920.

8.4.3. Domingos Carneiro de Miranda - nasceu em 1º de outubro de 1922.

8.4.4. Maria Carneiro de Miranda - nasceu em 24 de abril de 1923.

8.4.5. Antônio Carneiro de Miranda - nasceu em 21 de dezembro de 1924.

8.5. José Carneiro de Miranda - nasceu em 11 de junho de 1891 – residia no lugar Vereda, município de Granja – Ceará.

8.6. Joaquim Carneiro de Miranda - nasceu no dia 3 de junho de 1893. Casou-se com sua prima legítima Francisca Firmina de Miranda, filha de Vicente Ferreira de Miranda e Júlia Carneiro Mapurunga. Francisca faleceu em 23

de março de 1936. Moravam no Boqueirão do São Gonçalo. Desse casamento nasceram cinco filhas: Júlia. Francisca, Teresa, Francisca Emiliana e Maria.

Com a morte de Francisca, Joaquim Miranda realizou casamento com Honorata Linhares Magalhães e, por morte desta, com Luzia Carneiro da Silva, filha de Manoel Joaquim da Silva e Francisca Martins Chaves, esta filha de Raimundo Chaves e Maria Carneiro.

Do casamento com Honorata nasceram:

• *Francisca Linhares de Miranda* - viúva de Joaquim Frota de Miranda, filho de João Carneiro de Miranda e Umbelina Frota de Miranda. Reside na Corredeira, no lugar exato da antiga fazenda.

• *João Miranda.*

• *Vicente Miranda.*

8.7. Vicente Carneiro de Miranda - nasceu em 12 de setembro de 1897. Casou-se, em 31 de outubro de 1922, com Maria dos Anjos Fontenele, nascida em 1899, filha de Felipe da Frota Fontenele e de Francisca Joaquina Fontenele, domiciliados no lugar Pitinga.

Francisca Carneiro de Miranda, esposa de José Florêncio, faleceu em 26 de dezembro de 1938.

Dentre os bens constantes no inventário de José Florêncio de Miranda, realizado em Viçosa, em 13 de fevereiro de 1939, constava "*um sítio de terras denominado Corredeira, deste Termo, situado no lado oriental do Riacho Quatiguaba, na tromba da serra do mesmo nome (Corredeira) tendo meia légua de comprido e meia légua de largura...*"

9. **VICENTE FERREIRA DE MIRANDA** - nasceu no dia 13 de dezembro de 1862, na casa de seus pais na divisa da Lagoa

do Barro com Campo do Meio, hoje um campo de milho e cana ao lado do pátio da casa de Antônio Regino, no Lambedouro. Ainda pode ser identificado o lugar da antiga morada porque uma forquilha de aroeira do alpendre resiste ao tempo, fincada no meio do milharal. Casou-se com Júlia Carneiro Mapurunga, filha de José Carneiro da Cunha Mapurunga e de Maria Joaquina do Rosário. Foi homem de grande firmeza de caráter que viveu dedicado à agricultura, da qual, com obstinação, manteve uma mesa farta. Sua porta sempre esteve aberta aos irmãos, parentes e amigos. Criou sua família com o lema: **TRABALHO, HONESTIDADE E RESPEITO**.

Certo dia, no canavial, ao saltar uma leira de cana, "desmentiu um quarto", ficando com dificuldade de locomoção. A enfermidade agravou-se quando sofreu uma queda de cavalo descendo a ladeira da Oiticica, vindo a falecer em 24 de setembro de 1940. Foi sepultado no cemitério do Esbarrado.

O sobrenome Ferreira que carregava foi a forma que seu pai encontrou para manter na família o sobrenome do bisavô, João Gonçalves Ferreira, conforme já demonstrado.

10 - Estêvão - nas palavras de Raimunda Marques da Conceição, segunda esposa de João José de Miranda, era "*idiota ou desarranjado mentalmente*". Desapareceu de casa no inverno de 1874, deixando os chinelos largados nas margens do rio São Gonçalo que transbordava em grande cheia, levando seu pai e irmãos a dar-lhe como morto por afogamento. Tempos depois, quando as águas do rio baixaram, foi encontrada uma ossada humana que atribuíram fosse a dele, fazendo com que João José, aliviado por localizar seu filho insepulto, mandasse celebrar missa de sétimo dia. Maria Joana, no entanto,

nunca perdeu a esperança de encontrar o filho que lhe povoava o sono de pesadelos pela angústia da ausência. Durante muito tempo, apavorada com o pensamento de que o filho estivesse faminto ou maltratado, andou pelos caminhos, levantou-se chorando nas madrugadas e chegou mesmo a gritar pelo nome dele nas margens do traiçoeiro rio. Enquanto viva, manteve a sofrida mãe a oferta de uma grande vaca para quem desse pelo menos uma notícia do filho ausente. Nenhuma notícia jamais foi dada. Antes de morrer, exigiu que em seu inventário, de sua terça, reservassem o quinhão do filho ausente que um dia poderia voltar necessitado, e assim foi feito.

Por morte de Maria Joana, em 1877, foi feito inventário dos bens do casal, em fevereiro do referido ano, sendo destacado quinhão para o desaparecido Estêvão, na importância de setenta e cinco mil e novecentos e trinta e seis réis. Era um pequeno rol de bens que os adultos, cépticos, aceitavam separar apenas para não contrariar a última vontade da mãe: um aviamento de fazer farinha, uma posse de terra na Lagoa Seca, 45 braças de terra na Lagoa do Barro e parte de um crédito nas mãos de Simplício Rogério dos Santos. Esses bens ficaram na guarda de João José gerando, em relação a eles, bastante controvérsia na partilha dos bens no inventário do próprio João José, em 1890.

11 - Manoel - morreu criança, afogado numa cacimba enquanto os pais estavam em Viçosa para batizar outro filho.

12 - Norberta - morreu criança.

13 - José - morreu criança.

14 - Madalena Miranda - morreu criança.

15 - Antônio - morreu com 8 anos de idade, acidentalmente, trespassado por uma lança quando caçavam.

Eram essas mortes todas que amedrontavam a família enquanto pairava no ar, sob um manto espesso de superstição, a maldição do "Velho Comandante".

O patrimônio de João José de Miranda, dividido entre os herdeiros no inventário procedido em Viçosa, em 1892 (Pacote 32 -Proc.05 - APC), importou no valor de 730.560 réis, sendo que a metade ficou para sua segunda esposa, Raimunda Marques da Conceição, na época com 35 anos de idade. Era um pequeno espólio, composto de utensílios da fábrica de cachaça e rapadura, utensílios e arreios de animais, 11 reses e semoventes, 11 cabritos, quatro ovelhas, plantios de cana e os seguintes imóveis:

a) uma casa de taipa coberta de telha na Rua Grande, em Viçosa, comprada a Joaquim Ferreira de Carvalho e sua mulher Raimunda Siqueira de Carvalho.

b) uma parte de terras no sítio Bananeiras comprada a Domingos Antônio Vieira e sua mulher Maria Marques Viana.

c) uma outra posse no sítio Bananeiras havida por herança de seu sogro João Marques Viana.

d) uma casa velha de taipa coberta de telha no lugar Alagoa do Barro.

e) uma posse de terra no lugar denominado Oficinas, quarteirão Alagoa do Barro, "*cujo papel não foi encontrado*", comprada a Francisco Praxedes.

f) uma posse de terra no Campo do Meio cujo documento, também, não foi encontrado.

Vicente Ferreira de Miranda ficou com seu quinhão, no valor de 27.520 réis, composto de uma parte de terra no Campo do Meio, no lugar onde nascera, um caixão de cedro e créditos a receber em dívidas ativas.

Do casamento de João José de Miranda com Raimunda Marques da Conceição, filha de Antônio Marques Viana, pessoa importante em Viçosa no último quartel do século XIX, nasceram os seguintes filhos:

1 - **Francisco Marques de Miranda** - nasceu em 1885 e exercia a atividade de pedreiro. Foi-lhe arranjado um casamento com a bela Maroca Passos, filha de Águeda Mapurunga, neste tempo já grávida de seu padrasto e carecendo, efetivamente, de um "pedreiro" que funcionasse como marido para encobrir as vergonhas da família. "Ti Chiquin" não resistiu aos encantos de Maroca. Apaixonou-se perdidamente, tendo que afogar no álcool a amargura sentida quando ela o abandonou e fugiu com um soldado do destacamento de polícia. Nunca conseguiu sufocar de todo o fogo da paixão que queimava nas entranhas de seu coração, exigindo, cada vez mais, uma quantidade maior de álcool. Numa bebedeira mais esticada na Oiticica, em 1941, quando trabalhava numa construção de Joaquim Miranda, resolveu "tirar o gosto" com água de cal. O fígado, já muito maltratado de tanta bebedeira, não resistiu e Francisco morreu, literalmente, bebendo.

2 - **João Marques de Miranda** - nasceu em 1885 e faleceu em fevereiro de 1957. Casou-se com Francisca Maria de Miranda (Francisca Vilácia). Foram os pais de: Maria, José, Beatriz, Raimunda, Raimundo, Luiz, João, Neuza, Idelfonso, Adelaide, Francisco, Francisca, Odete e dos gêmeos Antônio e Manuel. Francisca Vilácia era filha de Justino Marques Viana e irmã de Floripes Marques. Floripes casou-se com José Pedro Carneiro, filho de João Carneiro, criado por tia Matilde.

3 - **Antônio Marques de Miranda** - nasceu em 1887. Casou-se com Cândida Maria de Jesus e foram os pais de Maria Ceci de Miranda (casou-se com José Amâncio e moram no

Serra Azul), João Damasceno de Miranda, Francisco Sebastião de Miranda, Maria Miranda, Carmelita Marques Miranda, Raimunda Marques Miranda, Laídia Marques Miranda, Elvira Marques Miranda e Letícia Marques Miranda.

Antônio Marques faleceu em março de 1944, depois de tomar uma injeção e sua mulher, Cândida, faleceu em 5 de novembro de 1955.

4 - **Justina Marques de Miranda** - nasceu em 1882. Casou-se com Júlio Alves Feitosa, filho natural de Alexandrina Maria da Conceição. Este, para casar em Viçosa, em 9 de fevereiro de 1903, teve que justificar sua condição de solteiro em processo que teve o seguinte despacho:

> "Julgo por sentença esta justificação em que se prova que o justificante Júlio Alves Feitosa, filho natural da mãe que declara, com 20 anos de idade, natural de Sobral, e ora residente nesta Freguesia, é solteiro, livre e desimpedido para poder contrair matrimônio e para que produza todos os seus efeitos, dê-se-lhe o documento do esty-lo...
>
> O Vigário José Bevilaqua" (Livro de Assentos e Justificações – Viçosa – fl. 72).

Depois de casados em Viçosa, Justina e Júlio foram pegar o navio em Camocim, em viagem que os levaria para Fortaleza, onde se estabeleceram e deixaram descendência.

5 - **Joaquina Marques de Miranda** - nasceu em 1883. Era cega porque "*aplicaram avitrilho em seus olhos para curar tracoma*". Casou-se com Justiniano José Vieira, natural do Barro Vermelho, distrito de Ubatuba, filho de Félix José Vieira e de Ana Alves da Silva. Joaquina e Justiniano fixaram residência no distrito de Padre Vieira, município de Viçosa do Ceará, onde deixaram grande descendência.

João José de Miranda faleceu em 23 de julho de 1890, tendo sido sepultado no dia seguinte no pequeno cemitério que ficava no fim da Rua Lamartine Nogueira, em Viçosa. Tal cemitério foi o mesmo que recebeu os 19 mortos da chacina da Tabatinga, saldo trágico da disputa entre Juritis e Macaxeiras, em 1878, e já não existe. Foi destruído e em seu lugar construído um hospital. Sobre esse cemitério, assim se expressou Antônio Bezerra: "*Achando-se a pouca distância o cemitério, para lá nos dirigimos. Este edifício foi levantado a esforços do Revdº José Tomás de Albuquerque, quando em 1873 missionava nesta região. É pequeno, situado a nordeste da cidade, e tem uma capelinha, que não é mais bem tratada que a igreja paroquial. Tudo o mais em completo abandono!*". (Notas de Viagem, pág. 101).

O casamento de João José de Miranda com Raimunda Marques não foi aceito de bom grado pelos filhos do primeiro matrimônio - com especialidade por Vicente e Raimundo José - que tudo fizeram para que não ocorresse. Mas o velho era teimoso e casou.

Por causa desse segundo casamento do pai, Vicente Miranda, desgostoso, decidiu ir para o Amazonas, em 1888, trabalhar como seringueiro. Raimundo José, morador, à época em Camocim, cidade onde Vicente pegaria o navio, temeroso pela sorte do irmão, ponderou para que não fosse embora. Este, no entanto, irredutível, rebatendo o pedido do irmão, comunicou: "*Mesmo que eu soubesse que o navio afundava na saída da barra, mesmo assim eu embarcava...*".

Teimoso, porém precavido, teve o cuidado de garantir o retorno, guardando a duras penas um pequeno tesouro - sete moedas de prata - que lhe permitiriam, se quisesse, um dia voltar para casa.

Nessa sua aventura, passou grandes necessidades e privações na mata, levando vida de bicho, sem ter nem com quem falar. Mas nunca se desfez de suas preciosas moedas. Por sorte, na ilha de Marajó, encontrou parentes que o acolheram como filho. Teve ali momentos de grande felicidade, como contava para os filhos, livre, caçando e pescando.

Lá não queriam mais que voltasse, mas a saudade de casa, no entanto, falou mais alto e já era tempo de perdoar seu velho pai. Pegou um navio e veio até o porto de Amarração, hoje Luís Correia, no Piauí. Ali desembarcando, comprou um jumento, colocou sobre o lombo do animal sua pequena bagagem e foi caminhando até a Serra, numa distância aproximada de 150 km.

Chegou em Viçosa com sessenta mil réis (60$000) no bolso e, intactas, as sete moedas de prata. Comprou um terno e um par de sapatos novos, encheu-se de coragem, e foi pedir a mão de Júlia Mapurunga em casamento, ela com a idade de 14 anos.

Muito tempo depois, já prostrado em seu leito de morte, ouvindo seu filho Pedro fazer-lhe as leituras diárias da Bíblia, entregou-lhe o pequeno cofre de madeira onde estavam guardadas as moedas de prata.

"Guarde-as para você, como lembrança de seu pai. Na viagem que farei agora, já não me farão garantia alguma...".

Pedro nunca se desfez das moedas. Ao ver chegar o dia de sua viagem final, e como eram sete, deixou-as para que Leonor entregasse aos seus filhos. O autor, por ser o último a receber a sua, ficou também com o cofrinho.

Capítulo XXIX

Buíra

Maio de 1890.

Mudanças na natureza anunciam uma nova fase do ano. Não se ouvem mais, nas madrugadas, os ribombos soturnos dos trovões que acompanharam os aguaceiros pesados no auge do inverno. O sol nasce límpido, amenizando a intensidade do frio e alegrando o despertar. Sobre o verde das várzeas, estende-se a rama da salsa cobrindo-as com um vasto manto de flores. Ninhos vazios aguardam seus donos, que solfejam sortidos trinados nos ramos, prenunciando os rituais do acasalamento.

Com os humanos, sobreviver e procriar era rotina semelhante. No Esbarrado, os sons e movimentos denotam alegria e indicam ritmo novo na luta contínua da vida. Reduzida a fase invernosa, iniciam-se as providências para a moagem e prosseguem acelerados os preparativos para o casamento de Júlia. Enquanto os homens limpam o engenho, fazem os "pés das cubas", reerguem as fornalhas e montam os alambiques, as mulheres dão os últimos pontos no enxoval da noiva. Guarnições de cama e mesa são guardadas numa grande mala de cedro. Rendas e demais vestimentas de uso pessoal, em baús de pregaria (um dos quais trazido do Jacaraí de Baixo por sua mãe, em 1854). A casa está preparada para receber os convidados e servir-lhes banquete à altura da importância de José Carneiro Mapurunga e Maria Joaquina.

Casaram-se, Vicente e Júlia, a 14 de maio de 1890, na igreja matriz, em Viçosa. Na manhã daquele dia, uma comitiva de homens e mulheres a cavalo percorreu, ida e volta, os seis quilômetros de trilhas na encosta da serra que separavam o Esbarrado da cidade. Desse evento ficou o seguinte registro:

> "Aos quatorze dias do mes de maio do ano de mil oitocentos e noventa as oito horas da manhã nesta Igreja Parochial de Nossa Senhora da Assunção nesta Villa Viçosa neste Estado do Ceará, comparecerão em minha presença os contrahentes **Vicente Ferreira de Miranda, e Julia Carneiro Mapurunga**, em tudo habilitações segundo o Direito e sem empedimento algum, ele com idade de vinte e oito anos, solteiro natural e morador nesta freguesia ela da idade de quinze anos solteira natural e moradora nesta freguesia, os quais contrahentes se receberão por marido e mulher, com palavras de presente, e logo lhes dei as bençãos nupciais segundo o Direito da Santa Igreja Catholica, sendo testemunhas presentes Mamede dos Santos Magalhães, Antonio Dantas e Jose de Caldas Ferreira, que reconheço, e para constar lavrei este termo, que depois de lido assigno juntamente com as testemunhas.
>
> Vigario P. J. Bevilaqua Mamede dos Santos Magalhaes Jose de Caldas Ferreira. (Livro 6 fl. 432).

(A testemunha José de Caldas Ferreira, casado com Ângela Justiniana de Siqueira, faleceu em 25 de agosto de 1892, deixando os filhos: Raimunda, Maria, Elísia, Izaías e Josefa).

O dia de festa para os convidados não disfarçava a realidade que os dois teriam dali para a frente. Júlia, menina ainda, em seus 15 anos incompletos, deixaria a guarida paterna e o conforto dos dias alegres do sítio para, longe, criar sua própria prole. Vicente, recém-chegado do Amazonas, onde enfrentara a selva na aventura da borracha - e voltara tão pobre como antes fora - somente uma coisa tinha de sobra: coragem.

Fincaria raízes no sertão do Lambedouro, plantaria cana, como seu avô e seu pai haviam feito.

Atarefada em servir os convidados, Maria Joaquina não deixava de pensar na filha em quem via um renascer de sua própria história. Saíra, também ela, um dia da casa dos avós com suas malas e baús de pregaria e nunca mais retornara ao Jacaraí de Baixo na, sua longínqua Piracuruca. A vida era sempre muito dura para todo mundo, especialmente para a dona de casa. Não podia deixar de compreender que, mesmo com todo o ensinamento que tivera, a filha não passava de uma criança. Morando na Corredeira, perto de Francisca, teria, pelo menos, o apoio e orientação da irmã.

Na madrugada seguinte os recém-casados tocaram um pequeno comboio de animais, carregados de malas e utensílios, rumo à Corredeira, numa distância aproximada de cinco léguas. Descem a serra em busca da Oiticica, atravessam o boqueirão de São Gonçalo e sobem o talhado pelo lado oposto. Lá em cima mora, já há algum tempo, José Florêncio, na casa velha dos Cunha Araújo. Vicente assentara sua casinha de palha um pouco mais abaixo, mais perto do rio. Ali nasceu Maria, primeira filha do casal.

A proximidade das casas e das famílias, embora oferecendo o conforto da ajuda mútua das irmãs, como pensara Maria Joaquina, criava sempre algum embaraço para os dois irmãos, fosse pelo local onde deviam plantar suas roças, fosse pelo estrago que os animais soltos de um infligisse aos plantios do outro. Era bom morar perto, mas não tão perto.

Desceram a serra e mudaram, em janeiro de 1893, para o boqueirão do Tapado. Antônio, o segundo filho, nasceu lá na casinha construída no sopé da montanha, ao lado do riacho.

Certo dia de chuva, à tarde, com grande estrondo, uma tromba d'água despejou-se na encosta acima transformando

o preguiçoso riacho numa caudal furiosa e ameaçadora. Como uma serpente enraivecida, desceu silvando montanha abaixo, rasgando um sulco profundo no seio da terra. A casinha só escapou por milagre. A família, estarrecida e impotente, frente a demonstração de poder da natureza, assistia do alpendre a descida impetuosa da torrente furiosa, arrancando árvores e palmeiras e arrastando com força descomunal, serra abaixo, tudo o que se lhe metia pela frente. Grandes árvores e palmeiras, arrancadas pela raízes, entre cruzaram-se providencialmente por trás da pequena casa formando um balseiro que serviu de anteparo para anular a trajetória dos enormes blocos de pedra deslocados das lombadas pela erosão que a enxurrada causava.

Passado o susto, restava uma certeza: não era seguro morar ali.

Mudou Vicente, mais uma vez, a família para outro lugar dentro da propriedade de seu sogro, chamada Curtume, para onde se transferiram em 1895 e onde nasceu João Miranda, o terceiro filho.

Em cada partida a pequena infra-estrutura construída ficava para trás, perdida.

Júlia, sentindo muito a distância da casa dos pais e carecendo do apoio materno no manejo de suas crianças, vez por outra, fazia ver ao marido a vantagem de buscar morada mais perto do Esbarrado. Lá tinha muita terra onde podiam plantar café e cana. Mas ele, homem do sertão, relutava em deixar o vale fértil do São Gonçalo onde nascera e conhecia como a palma da mão.

Arrumou-se um jeito. Numa visita ao Esbarrado, sem menos esperar, Maria Joaquina propôs: "*Por que vocês não vão morar no Escondido, perto da Leonor?*".

Para não desagradar a esposa, Vicente virou sitiante. Aceitou mudar para o tal "Escondido", o que foi feito em junho de 1898. A família crescendo. Lá nasceram Francisca e José, respectivamente, quarto e quinto filhos do casal.

Como o próprio nome sugere, "Escondido" era um local isolado e sem benfeitoria de espécie alguma. Tudo teria que ser recomeçado. Arma-se a casa de palha com portas de esteira. Embora a nova morada oferecesse o benefício da proximidade reclamada por Júlia, como as demais onde estiveram, não lhes pertencia e, portanto, estavam à mercê de nova mudança e de nova perda de infra estrutura, sempre tão duramente construída.

Sete anos, cinco filhos, quatro casas. Para Vicente impunha-se uma amarga decisão: vender as pequenas partes de terra que recebera por herança de seus pais, extremamente valiosas, tanto do ponto de vista da produtividade que permitiam quanto pela forte carga sentimental que representavam. Vendê-las significava romper, de vez, o laço estreito que os unia ao vale do Lambedouro. Só se justificava se o produto da venda fosse aplicado na compra de uma propriedade que atendesse à proximidade do Esbarrado, suprindo o apelo da esposa, e onde fosse possível construir um bom lugar para morar. Na opinião de Júlia, não necessariamente rico mas "*...nosso, de onde não nos convidassem a sair de uma hora para outra, onde pudesse dar segurança à família...*".

Quem solucionou o problema foi José Evaristo Mapurunga, irmão de Júlia. Concordou em revender-lhes uma parte de terras de sua propriedade extremando com o Esbarrado e que era conhecida como Pará.

Não era exatamente um bonito local. Pouco mais de 20 hectares de mata fechada à margem de estreito caminho que subia a serra do Tubarão para o Pará e Delgada, conforme já descrito na primeira parte deste trabalho.

Fechado o negócio, em janeiro de 1901, iniciou-se uma nova fase na vida da família.

Foice, machado e fogo abriram uma clareira na mata. Tombaram o pau d'arco, a aroeira, o frejó e o cedro fornecendo a madeira para a edificação e cedendo lugar para a cana, o café, a mandioca e os legumes. A casa foi construída de taipa e coberta de palhas de babaçu. Caminhos foram abertos, desafogando a solidão do lugar e tornando-o mais amigável e acolhedor ao visitante. Em breve espaço de tempo, as regiões vizinhas davam notícia de uma paragem nova conhecida, pouco a pouco, pelo nome de **BUÍRA**, onde nasceram mais dez filhos, completando os 15 da primeira geração dos Mapurunga de Miranda.

Dos fundos da casa, pelo lado do poente, foi aberto o "caminho de dentro", que ia para o Esbarrado, cerca de um quilômetro serra abaixo, concretizando, finalmente, o sonho de Júlia de voltar para perto da mãe.

Para Vicente, a posse definitiva daquele pedaço de chão significava, sobretudo, a oportunidade da organização produtiva das atividades de lavoura. Avançou sobre parte da mata, brocando-a para sunungas. Abriu trilhas e picadas, semeando o cafezal. Disciplinou, através de leiras e taludes, o alagadiço das baixas, facilitando o plantio e a colheita da cana. Montou a fábrica de rapadura e cachaça com um engenho de madeira puxado a boi. Um ano depois, o ruído de um "caititu" anunciou a primeira produção de farinha.

Integrados na luta árdua da agricultura manual, os meninos forneciam a mão-de-obra disciplinada e produtiva. Com muita força de vontade conseguiram mesa farta, pouso alegre, um lar feliz.

Da frente da casa, pelo lado do nascente, desce a íngreme ladeira do Cujá, o olho d'água que garantiu a fixação da família naquele lugar. Nunca secou. Nem nas maiores secas. Sempre

ali, dia e noite, saciando mansamente a sede a quem chegasse. A água para o consumo das casas e das fábricas era transportada, serra cima, em ancoretas de madeira, sobre o lombo de possantes animais. As grandes lajes de pedra eram utilizadas pelas mulheres para lavar roupas.

Depois de muita procura localizou-se o registro antigo da terra onde se situava o velho olho d'água no tumultuado processo de inventário dos bens de dona Maria Marcela de Jesus, viúva de João Alves Passos ("João Ruim"), realizado em Piracuruca, em 28 de junho de 1853. Naquele documento, às folhas 41 e seguintes, encontra-se Auto de Libelo cível em que Inácio da Costa Vidal e sua mulher, Ana Francisca do Carmo, como autores, e João Alves Passos e sua mulher, Maria Marcela de Jesus, como réus, têm questionada a posse de "*um Sítio denominado Cujá*". Segundo os autores, Pedro Francisco Pereira, pai de Ana Francisca do Carmo, proprietário anterior da citada propriedade, não poderia tê-la vendido aos réus, antes de morrer, e que a mesma entrara no rol de bens da viúva Ignez Pereira de Sena que, posteriormente, lhes havia vendido a mesma propriedade. Foram os herdeiros de Maria Marcela condenados a indenizar os autores pela posse do sítio e do olho d'água.

Na verdade, aquele manancial se encontrava em terras que antes haviam sido demarcadas para a população indígena e, posteriormente, se tornaram de domínio público.

Um pouquinho abaixo do olho d'água, sempre descendo a serra, ficava a casa de "Tia Sinhá", filha de Águeda e sobrinha de Júlia, apenas três anos mais nova que esta. À semelhança dos outros sítios, um casarão rodeado de alpendres e cercado pelo cafezal, assentado ali na borda da cinta da serra, a pouca distância dos talhados. No alpendre do lado do norte, tempos depois, foi instalada a escolinha onde se aprendia, com a

paciência de dona Alice, as primeiras letras. Na frente da casa estava a capela de São Joaquim e o pequeno cemitério.

Ainda hoje existe o caminho que ligava a casa de Sinhá ao Esbarrado e à Buíra. Por serem próximas, as três moradas formavam uma comunidade movimentada e bastante produtiva. De uma para outro, subiam-se ou desciam-se ladeiras, característica do contraforte norte da Ibiapaba.

CAPÍTULO XXX

Os Quinze

Os filhos da Buíra são netos do Esbarrado. Nasceram e se criaram em função de um sítio de serra, na agroindústria da cana. Foram 15 os da primeira geração, filhos de Vicente Ferreira de Miranda e da menina Júlia Carneiro Mapurunga. Exemplos de humildade, honestidade, firmeza de caráter, dedicação à família e ao trabalho, souberam pelejar cada dia da vida, arrancando com firmeza, da pobreza em que foram originados, as condições para a sobrevivência e educação dos filhos. Nunca se ouviu uma lamentação. Receberam um ensinamento duro para enfrentar a realidade da vida, mas nem por isso ficaram traumatizados ou revoltados. Pessoas alegres como poucas, sabiam manter sempre em grupo um sorriso e sozinhos um assobio nos lábios.

Somente três estão vivos, uma nem tanto. Alfredo e Vicente, com mais de 80 anos de idade cada um, fazendo aquilo que sempre gostaram – trabalhar. Maria Nébia, embora não lembre mais nada, mantém o sorriso franco.

1 - Maria do Espírito Santo de Miranda - nasceu na Corredeira em 18 de fevereiro de 1892 e casou-se, em junho de 1915, com Vicente Ferreira de Sousa. Eram primos pois Vicente era filho de Antônio Ferreira de Sousa e Francisca Ferreira de Miranda. Era neto de Francisco Ferreira de Sousa, este

irmão de Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa - o General Tibúrcio. Moravam no lugar Lagoa Seca, no distrito de Lambedouro.

Vicente faleceu em 9 de agosto de 1958 e Maria, em 25 de dezembro de 1979. O Espírito Santo de seu nome foi o modo encontrado pelo pai para homenagear na filha seu bisavô, Antônio do Espírito Santo de Oliveira Barcelos.

O casamento desses primos passou por muitas turbulências e Maria, contrariando as leis de obediência reinantes na época, decidiu separar-se do marido. Não foi uma operação fácil, mas ela contou com o irrestrito apoio da mãe, que a protegeu e exigiu o comprometimento dos irmãos – que a retiraram de casa num dia em que o marido estava em viagem para Granja. Separada, ficou morando em companhia dos filhos, pertinho da Buíra para onde, à tardinha, costumava ir rezar com a mãe, sentadas no grande banco do alpendre. Seus irmãos, Júlio e Antônio, morando vizinhos, ficaram responsabilizados por sua segurança; vez que o marido abandonado prometera vingar-se e arrancar-lhe os filhos à força.

Os filhos crescidos foram casando e só ficou Vicentina, fiel companheira da mãe.

Certa noite de inverno, conversando com ela no Serra Azul, enquanto a chuva miúda caía lentamente lá fora na natureza gelada, saiu a pergunta:

- Posso contar esta estória?

A saudade e o sentimento filial, reprimidos por tantos anos de distância e sofrimentos, encheram-lhe os olhos de lágrimas. Ela, na condição de filha mais velha, foi a companheira e apoio da mãe até seus últimos dias, mantendo, com muita dificuldade, o lugarzinho que a avó lhes deixara.

- Escreva, toda as feridas já sararam. Faz tanto tempo...!

Desculpe, prima, se contamos essas particularidades para o mundo. Mas ele precisa saber que você e sua mãe existiram e não se intimidaram face à adversidade. Precisa saber que lutaram bravamente para sobreviver, sem demonstração de comiseração nem auto-piedade. E muito obrigado por ter sido nossa primeira professora.

Maria e Vicente tiveram os seguintes filhos:

1.1. Vicentina Miranda de Sousa - nasceu em 22 de janeiro de 1917. Em sua casa funcionou, durante vários anos, uma escolinha para alfabetização das crianças da redondeza. Dentre as técnicas pedagógicas adotadas existia o "argumento" - técnica de inquirição do aluno - e a palmatória, aplicada como corretivo em cada resposta errada. O número de "bolos" dependia da gravidade do erro. Foi a primeira professora do autor. Faleceu no dia 30 de outubro de 1996, às 6:00 horas da manhã, em sua casa.

1.2. Antônio Ferreira de Miranda Sobrinho - nasceu em 19 de março de 1918. Casou-se, em 29 de dezembro de 1951, com sua prima Francisca Fontenele de Miranda, nascida em 01 de novembro de 1934, filha de Vicente Carneiro de Miranda e Maria Fontenele da Frota. Neta, pelo lado paterno, de José Florêncio de Miranda e, pelo materno, de Felipe Gomes da Frota.

1.3. Francisca das Chagas de Sousa - nasceu em 2 de abril de 1919. Morreu com 12 anos de idade, "de sezão", na seca de 1932.

1.4. Vicente Ferreira de Sousa - nasceu em 30 de julho de 1920. Morreu com cinco anos de idade.

1.5. José Ferreira de Sousa - nasceu a 13 de dezembro de 1921, casou-se com Rosa dos Anjos. Ficou aleijado de uma perna porque "tomou banho com febre". Foi embora para o Pará e nunca mais deu notícias.

1.6. Manoel Miranda de Sousa - nasceu em 1º de novembro de 1924 - é surdo-mudo. Mora no Tapado.

1.7. João Miranda de Sousa - nasceu em 1925 - morreu com dois anos de idade.

1.8. Maria da Trindade de Sousa - nasceu no dia 8 de fevereiro de 1928 e casou-se com Raimundo José de Brito. Moram na fazenda Riacho de Dentro, município de Granja - Ce, onde nasceram seus oito filhos: Maria da Conceição de Brito, José Maria de Brito, João Evangelista de Brito (que é afilhado do autor), Luzia Miranda de Brito, Raimundo Nonato de Brito, Fátima Miranda de Brito, Teresa Miranda de Brito e Margarida Maria de Brito

1.9. Sebastiana Miranda de Sousa - nasceu em 15 de outubro de 1929. Morreu com dois anos.

1.10. Francisca Ana de Sousa - nasceu em 4 de janeiro de 1933. Casou-se com Francisco Augusto de Sousa. Tiveram seis filhos: Clara Maria de Sousa, Maria Inês de Sousa, Ana Maria de Sousa, Antônio Miranda de Sousa, Luzia Miranda de Sousa, João Paulo de Sousa

1.11. Luiz Gonzaga de Sousa - nasceu em 7 de junho de 1935, casou-se com Francisca Miranda, filha de João Miranda e neta de José Florêncio de Miranda.

2. Antônio Ferreira de Miranda - nasceu no "*lugar Lagoa do Barro* (Tapado)" a 9 de Junho de 1893 e casou-se, em 18 de novembro de 1925, com Maria Ferreira de Miranda, "*nascida em 1909 (16 anos) no lugar João Ferreira, filha de José Antônio Ferreira de Sousa e Francisca Florência de Miranda. Declararam que eram parentes em quinto grau*" (Habilitação de casamento - APC n 1538 – cx. 7 - Proc. 100).

Antônio foi homem que muito sofreu. De temperamento calmo e cordato, suportou com resignação as duras privações que o destino lhe reservou.

Logo que se casou, ficou morando na Buíra numa casa ao lado de seus pais. Ali nasceram seus filhos. Com a morte de José Florêncio de Miranda, seu tio e avô de sua esposa, foi convidado a morar no Lambedouro, na casa onde havia morado o velho, perto da sogra - dona Chiquinha. Cuidava da família no sertão quando a morte da esposa o deixou com seis filhos na orfandade. Triste e doloroso dia. Por complicações de parto, Maria passa mal. Sua mãe pede que a levem para perto de si, onde melhor poderia ajudá-la. Seguem os homens com a moribunda numa rede, acompanhados por um cortejo de crianças onde a mais velha contava apenas dez anos de idade. Ao atravessar o rio não conseguem evitar que a rede, armada em um bambu sobre os ombros de dois homens, mergulhe na água. Gritavam as crianças para que não molhassem a mãe pois, no tempo em que se tratavam doentes em quartos escuros, acreditavam os pequeninos ser a água fria um perigo fatal. Rezas, defumadores, cozimentos não foram capazes de salvá-la. Faleceu, no dia 6 de maio de 1941, com os olhos fixos nos filhos que a rodeavam aos prantos, certamente atemorizada com o destino que teriam nas mãos de uma madrasta.

Não se atreveram a lhe fechar as pálpebras pois acreditavam que só quem poderia fazê-lo era a madrinha de vela – tia Maria – que veio conversar com ela: "...*feche os olhos, minha filha, você já morreu*...". Quando as crianças se voltaram novamente para a mãe ela já estava com os olhos fechados.

Viúvo, voltou Antônio com os filhos para a Buíra onde foram criados com a ajuda da avó e dos tios. Não bastassem

tantos sacrifícios, veio a doença e ele ficou paralítico. Mesmo assim, não deixou de trabalhar dedicando-se ao artesanato em palha, produzindo com habilidade abanos, esteiras, urus e sacas de razoável nível de procura. Já no fim da vida, perdeu parcialmente o domínio da razão e passou a considerar-se uma espécie de enviado de D. Pedro II e de Jesus Cristo, com a incumbência de alertar o povo a não perder o caminho do céu. Com a barba crescida - que de fato lhe emprestava certa semelhança com o imperador – postava-se na margem da estrada, advertindo os caminhantes para a iminente chegada do fim do mundo e passando descomposturas num ou noutro que julgava estar trilhando pelo mau caminho.

Faleceu esse bondoso tio no dia 8 de abril de 1966 - sexta-feira santa, ano de inverno pesado, e foi sepultado no cemitério do Esbarrado.

Do casamento de Antônio com Maria nasceram:

2.1. Júlia Maria Miranda dos Santos - casou-se com José Vieira dos Santos.

2.2. José Antônio de Miranda - casou-se com Benedita Vieira dos Santos. Tiveram os filhos José Maria Miranda, Francisco das Chagas Miranda, João Evangelista Miranda (já falecido), Maria Assunção de Miranda, Vicente Vieira de Miranda e Ozina Maria Vieira de Miranda.

2.3. Vicente Miranda Neto - foi morar no Maranhão e não consta que tenha se casado.

2.4. Antônio Ferreira de Miranda Filho - casou-se com sua prima Neusa Marques de Miranda, nascida em 26 de agosto de 1938. Não tiveram filhos.

2.5. Pedro Mapurunga de Miranda - solteiro

2.6. Francisco das Chagas de Miranda (Tico) - continua solteiro.

3. João Evangelista de Miranda - nasceu no Curtume no dia 15 de junho de 1896 e casou-se, a 6 de novembro de 1926, com Francisca dos Santos Vieira (Santa), filha de Tristão Vieira e Raimunda dos Santos Vieira, nascida em Viçosa no dia 1º de novembro de 1909.

João Miranda foi o timoneiro da nova geração. Embora descobrisse logo cedo que na roça não havia futuro, não afrontou nem contrariou o pai. Ajudou e submeteu-se a todas as decisões familiares, mas a seca de 19 (1919) lhe foi demais. Propôs, como alternativa para superar o fenômeno, uma nova estratégia de luta – o comércio. Montou o comboio, provando que tão importante quando produzir era distribuir os produtos de forma eficiente. Como tática para chegar na frente da concorrência, viajava à noite porque os animais se cansavam menos. Humilde, na volta de uma viagem às Almas, hoje Bitupitá, viu numa manhã de domingo o último botão da camisa saltar quando chegavam aos pés da ladeira do Tubarão. Era hora de mudar de estratégia.

Estabeleceu seu comércio em Viçosa, botou os filhos para estudar no Rio de Janeiro e foi chefe político de sua comunidade, tendo a satisfação de receber em sua casa o homem que, como candidato, propunha mudar a face do Nordeste – Juscelino Kubitschek. Foi a única vez que um candidato a presidente da República foi a Viçosa do Ceará.

João Miranda faleceu em 16 de agosto de 1959, em Viçosa, e Santa, a 7 de outubro de 1997.

Desse casal nasceram os seguintes filhos:

3.1. Maria das Dores Miranda Pacheco - nasceu em 18 de agosto de 192[illegible]. Casou-se em 16 de dezembro de 1944 com Gerardo Pindaíra Pacheco, filho de Francisco das Chagas Pindaíra Pacheco e Maria Ermelina Fontenele Pacheco,

esta, filha de dona Valzinha. Gerardo nasceu em 5 de outubro de 1924 e faleceu em 22 de novembro de 1990. Desse casamento nasceram: Ana Maria Miranda Pacheco e Maria do Socorro Miranda Pacheco Monteiro.

3.2. Francisco Félix de Miranda - nasceu em 23 de março de 1929 e casou-se com sua prima legítima Júlia Vieira Miranda, nascida em 14 de fevereiro de 1947 e falecida em Recife a 19 de junho de 1995. Seus filhos são: João Leonardo, Francisco José e Juliana

3.3. Raimunda Maria Miranda de Carvalho (Didita) - nasceu em 19 de fevereiro de 1932 e casou-se, em 26 de janeiro 1955, com Francisco das Chagas de Carvalho, filho de João Felipe da Mota e Maria Rosa da Mota Carvalho, naturais de Chaval. São filhos do casal: Francisco das Chagas Carvalho Filho, Maria do Perpétuo Socorro Miranda de Carvalho, Ana Maria Miranda de Carvalho, Caetano Miranda de Carvalho, Elda Maria Miranda de Carvalho, João Evangelista de Miranda Neto, Raimundo Nonato Miranda de Carvalho, Conceição de Maria Miranda de Carvalho, Idalma Maria de Jesus Miranda de Carvalho e Claudete Maria Miranda de Carvalho.

3.4. José Carneiro de Miranda - nasceu em 23 de março de 1933 – Casou-se com Maria das Graças Passos de Miranda, filha de Antônio Rodrigues Fernandes Filho e Maria Carmélia Fontenele. Desse casamento nasceram duas filhas: Adriana Passos de Miranda Arruda, em 14 de abril 1969 e Carla Patrícia Passos de Miranda Fontenele, em 11 de março de 1973.

4. Francisca Firmina de Miranda - conforme consta na Habilitação de Casamento que assinou, em 20 de setembro de 1920, declarou chamar-se "*Francisca Firmina de Miranda, solteira, nasceu em 1899 natural do lugar João Ferreira, domiciliada e residente no lugar Pará, filha de Vicente Ferreira de Miranda e de Júlia Carneiro de Miranda*". Esse

documento contradiz informação prestada pelos seus irmãos que a davam como nascida no Escondido, a 23 de setembro de 1898. No mesmo documento constam os dados de seu esposo "*Joaquim Carneiro de Miranda, solteiro, nasceu em 1893, agricultor, natural do lugar Corredeira, domiciliado e residente no lugar João Ferreira deste município, filho de José Florêncio de Miranda e de Francisca Carneiro de Miranda...*".

Em termos de parentesco, Francisca e Joaquim são primos legítimos. Os pais são irmãos e as mães, também. O casamento se realizou às 9 horas do dia 23 de setembro de 1920, no sitio Buíra, sendo o contrato civil oficializado pelo Juiz Alerano de Barros.

Francisca faleceu em 23 de março de 1936, no lugar Boqueirão do São Gonçalo, onde moravam e criaram cinco filhas, como consta no inventário de seu pai realizado em Viçosa, a 16 de março de 1942:

4.1.*Júlia Carneiro de Miranda* 20 anos (em 1942)

4.2.*Francisca Carneiro de Miranda* 19 anos ".

4.3. *Teresa Carneiro de Miranda* 17 anos ".

4.4. *Francisca Emiliana Carneiro* de Miranda11anos "

4.5. *Maria Carneiro de Miranda* 8 anos ".

todas domiciliadas no João Ferreira.

Com a morte de Francisca, Joaquim Miranda realizou casamento com Honorata Linhares Magalhães e, por morte desta, com Luzia Carneiro da Silva.

5. José Francisco de Miranda - nasceu na "*terra do lugar Buyrinha*" (Escondido) a 4 de novembro de 1900 e morreu em 29 de agosto de 1989. Casou-se no religioso em 23 de

junho de 1928 e civilmente na mesma data, às 16:00 horas, pelo juiz Alerano de Barros, na residência de Raimundo José Vieira, situada à Rua Clóvis Beviláqua, com Florinda Vieira Veras, nascida em 1909 "no lugar Buhira Grande", filha de Raimundo Domingues Veras e Francisca Vieira Veras, residentes no lugar Ipueiras, distrito de Ubatuba, termo de Granja. Dona Francisca Vieira Veras era filha de José Antônio Vieira e Cândida Ermelinda de Siqueira.

José Miranda era o gênio da família. Motivado pelo permanente clima festivo que monsenhor Carneiro dava à comunidade, dedicou-se à pirotecnia. Fabricava fogos para animar as festas, até que um dia uma bomba lhe arrancou a mão esquerda e quase lhe destroçou o tórax. Prostrou-se? Nadinha. Aprendeu a dirigir. Montou um parque de diversões e seguia com rigor o calendário litúrgico das cidades e povoados. Tinha festa de padroeira? Pois lá estaria o parque de diversões. Não se sabe como, entendia profundamente de eletricidade e eletrônica. A cidade não tinha luz elétrica, mas sua casa tinha. Quem a freqüentasse viria uma grande radiola tocar ininterruptamente vários discos de cera sem parar. Era, na época, o milagre da eletrônica.

Do casamento de José Francisco de Miranda com Florinda Vieira Veras de Miranda, nasceram:

5.1. Maria das Graças de Miranda.

5.2. Francisca Veras de Miranda.

5.3. Júlia Vieira de Miranda.

5.4. José Francisco de Miranda Filho.

5.5. Maria de Lourdes de Miranda Pacheco - casou-se com Francisco Vieira Pacheco e têm os filhos Leônia, Roberto e Mônica.

5.6. Antônio Evaristo de Miranda.

6. Rosalina Firmina de Miranda - certidão do Cartório do 1º Ofício de Viçosa atesta:

> "... n 2.327 - Aos nove de julho de 1934, nesta cidade de Viçosa, em meu Cartório me foram presentes os irmãos Rosalina Firmina de Miranda, Maria Vicença de Miranda e Pedro Mapurunga de Miranda e perante as testemunhas infra assinadas, me declararam que de acordo com o novo Decreto que permite o registro sem multa, vinham fazer o registro de seu nascimento e, autorizados por seu pai Vicente Ferreira de Miranda, o de seus irmãos menores Vicente Miranda Filho, Alfredo Carneiro de Miranda e Maria Nébia de Miranda, ocorridos no lugar Pará, deste termo: o de Rosalina Firmina de Miranda, no dia 06 de julho de 1902, às 8 horas da noite, sendo esta a primeira deste nome e a sexta na ordem de filiação; o de Maria Vicença de Miranda, no dia 4 de Maio de 1904, às 11 horas do dia; e de Pedro Mapurunga de Miranda no dia 17 de Fevereiro de 1912, às 14 horas; o de Vicente Miranda Filho, no dia 3 de Fevereiro de 1914, às 22 horas; o de Alfredo Carneiro de Miranda, no dia 4 de Janeiro de 1916, às 20 horas e o de Maria Nébia de Miranda, no dia 2 de Março de 1918, às 13 horas. Que Rosalina é a 6ª Maria Vicença a 7ª, Pedro o 9º, Vicente Miranda Filho o 10º, Alfredo o 12º e Maria Nebia a 14ª, na ordem de filiação; que são filhos legítimos de Vicente Ferreira de Miranda e Dona Júlia Carneiro Mapurunga, residentes no dito lugar Pará e são seus avós pelo lado paterno João José de Miranda e Maria Joana, já falecidos e pelo lado materno José Carneiro da Cunha Mapurunga e Maria Fontenele Mapurunga, já falecidos. Para constar fiz este termo, que assinam com as testemunhas Sebastião Magalhães Nogueira e Francisco Costa Barros. Eu, Raimundo Evangelista da Silva, official interino o escrevi."

Rosalina casou-se com seu primo José Conrado Vieira, filho de Leonor Mapurunga e Conrado José Vieira, a 24 de janeiro de 1935. Faleceu no dia 17 de outubro de 1989. Residiam no sítio Delgada e tiveram os seguintes filhos:

6.1. Francisca Vieira da Silva - nasceu em 13 de julho de 1936 e casou-se, em 2 de janeiro de 1953, com Francisco Isidoro da Silva. Têm os filhos Francisco das Chagas, Francisco Paulo e Cesarina, todos residentes em Brasília - DF.

6.2. Antônio Vieira de Miranda - nasceu a 15 de maio de 1938. Casou-se, no dia 4 de julho de 1962, com Maria de Lourdes Alves e tiveram os filhos Maria Risonete, Francisco Antônio, Francisco Célio, José Kleber e Aurismar.

6.3. Vicente Vieira de Miranda - nasceu a 21 de agosto de 1940 e casou-se, em 18 de outubro de 1970, com Claudemira Francisca Rodrigues, com quem teve os filhos: Rosa Cláudia, Francisca Auricélia, Maria José e José Edson.

6.4. Maria Vieira de Araújo - nasceu em 18 de julho de 1942 e casou-se com Benedito Raimundo de Araújo a 10 de setembro de 1972. Maria e Benedito têm os filhos Juscélia, Cremilda e Clemilson.

6.5. Conrado Vieira Miranda - nasceu no dia 31 de agosto de 1945. Casou-se, em 26 de setembro de 1970, com Adelaide Silva Vieira. Deste casamento nasceram: José Océlio, Francisco e Ana Célia.

7. **Maria Vicença de Miranda** - nasceu no dia 4 de maio de 1904 e casou-se na própria Buíra, a 22 de outubro de 1946, com Justino Plácido de Brito, conhecido por Justino Mano. Justino era um "testa de ferro", apelido que seu pai recebera, segundo se ouvia contar, por ser teimoso e zangado. Corre uma história no sertão de que seu pai, o velho Manoel Pereira de Brito (Mano), foi saindo de casa e bateu, sem querer, com a testa na linha da terça de um alpendre. Teimoso como era, e agora já enfezado, voltou e aplicou terrível cabeçada na mesma madeira que as telhas tremeram. Como não houve fratura, as pessoas que presenciaram a cena acharam que

sua testa era de ferro. Até o morro que ficava dentro de suas terras ficou conhecido como "testa de ferro", inclusive nas cartas oficiais, parecendo, a quem não conhece, tratar-se de minério.

Os avós paternos de Justino Mano se chamavam Justino Pereira de Brito e Rosa Maria Alves e seu bisavô era o português José Pereira de Brito, casado em Piracuruca com a mulata Ursulina Maria do Espírito Santo.

Justino Mano casara, em primeiras núpcias, com Firmina Maria da Conceição, nascida em 1889, filha de José Tibúrcio de Aragão (Zé Bitônio) e Maria Antônia da Conceição, neta de Antônio Ferreira de Sousa e Francisca Ferreira de Miranda. Maria Vicença era, pois, prima em segundo grau da falecida Firmina.

Justino e Maria Vicença moravam na fazenda Timbaúba em terras que pertenceram, antigamente, a Pedro da Rocha Franco e a seu genro Antônio Ferreira Alvarenga. Típica fazenda do sertão: casarão, dois alpendres (o de baixo e o de cima), vaqueiros em suas roupas de couro atarefados nas lides do pastoreio e a peãozada cuidando dos plantios. Animais de carga transportando madeira para cerca, palha de carnaúba para ser batida na "toca", legumes das roças, mandioca para farinhada. Tanta atividade lhes rendeu um significativo patrimônio representado por vastas posses de terras onde criavam os rebanhos de gado bovino, caprino e ovino. Para sustento de tanta gente, mantinham, com o produto de sua própria lavra, armazéns abarrotados de arroz, feijão e milho. Maria Vicença, sempre alegre e ativa, comandava a movimentada e farta cozinha funcionando desde o café da manhã até à noite, na quarta e última refeição - servida, após a reza do terço, com café, queijo e coalhada toda noite ao sabor das estórias contadas em volta da grande mesa de jantar.

A casa fora construída no alto de uma colina de onde se via, embaixo, o vale do Timonha estendendo-se até os pés da serra da Timbaúba, que se ergue majestosa com sua misteriosa mancha branca no centro. O encanto daquela paisagem, mistificada nas noites de lua cheia, era ocasião preferida por Pedro Miranda para visitar sua irmã e seu cunhado, conforme é evocada na carta que Justino lhe escreveu, em 8 de julho de 1952:

> "Sítio Floresta 9 – 7 – 52
>
> Comp^re^ Pedro Miranda, adeus.
>
> São meus votos que esta lhe encontre gozando saúde em companhia de todos que nos são caros. Nós por aqui vamos passando com alguma saúde graças a Deus. Com^dre^ Pedro, nós lhe esperamos até ontem, dia da lua cheia, e você não apareceu e eu tinha tratado de lhe mandar um cevado mais não deu certo para agora fica para a próxima semana. Sigo agora mesmo para a Granja deixar dinheiro para que os trabalhadores comecem o trabalho...
>
> Lembranças para todos que nos são caros
>
> Justino Plácido de Britto".

A casa e tudo o mais desapareceu. Mortos os proprietários, os herdeiros não quiseram tocar em frente a velha propriedade. A barragem arrombou, os cercados foram destruídos, a casa desmanchada, os tamarindeiros cortados. Nada mais resta por lá, a não ser a serra, ao longe, testemunha silenciosa dos dias felizes daquela bela fazenda. Só existe na memória de quem a conheceu e a recorda com profunda saudade.

Em tempos de medicina escassa se sobressai a doença. Maria Vicença, vendo Justino perder a vista para a catarata, tentou ficar mais perto dos recursos médicos. Decidiu a mudança para o sítio do Rebentão, na Serra, onde permaneceram até o fim de suas vidas.

Nas férias do convento, quando passava ali na frente de sua casa tangendo o carro de bois carregado de cana, Maria Vicença estava atenta na janela, alertada pelo gemido rouco da madeira besuntada de sebo com carvão. Tinha que parar e ir tomar café com bolo.

- A bênção, madrinha!

- Deus lhe faça feliz!

Lá dentro ela não perdoava: "*Seu pai é um desalmado! Onde já se viu? Você e seu irmão passam o ano todo nestes confins de mundo e, quando chegam em casa, não podem sossegar. Ele mata vocês de trabalhar....*".

É impossível, passando hoje no mesmo caminho, olhando para a janela de onde ela espreitava a passagem do carro, não vislumbrar de relance sua fisionomia alegre. Nunca adiantou explicar que aquele trabalho era uma grande diversão. "*Vou ralhar com o compadre Pedro!...*".

Maria Vicença não teve filhos. Adotou Duçulino Beviláqua Vieira, filho de seu primo Norberto Conrado e Duçulina Beviláqua. Faleceu na manhã ensolarada de 22 de junho de 1983, em sua casa no sítio do Rebentão, rezando para os seus santos de devoção: São José Operário e Nossa Senhora da Conceição. Foi sepultada ao lado de Justino no cemitério de São João Batista, em Viçosa. A velha casa também segue para o abandono, ali depois da encruzilhada dos caminhos.

8. Júlio Ferreira de Miranda - nasceu a 4 de junho de 1906. Casou-se, em 28 de outubro de 1944, com Maria dos Santos Vieira, nascida em 29 de julho de 1919. Morreu em 18 de setembro de 198¯ e foi sepultado no cemitério de Viçosa do Ceará. Seus descendentes estão morando em Recife, Pernambuco.

Júlio - altão, forte e alegre - era homem de uma força física descomunal. Mas, apesar do seu aspecto de gigante, dedicava muita atenção aos sobrinhos, a quem vivia contando estórias de "trancoso", caçadas e lobisomens. Falava com orgulho da valentia dos cachorros de seu tempo, "*que hoje em dia não tem mais cachorros como aqueles*", com nomes interessantes – Japi, Rompe Ferro, Bradamante - e dos trabalhos pesados por que passaram para sobreviver na seca. Nunca negava uma resposta às perguntas complicadas dos pequenos.

- Mas tio, como é que seu pai, um homem experimentado na vida, foi se meter nessa enrascada da seca de 19?

- Foi aquele joão-de-barro que enganou meu pai!...

Do casamento de Júlio com Maria nasceram oito filhos:

8.1. Maria de Lourdes de Miranda - nasceu em 16 de dezembro de 1945 e faleceu em 25 de janeiro de 1948.

8.2. Júlia Vieira de Miranda - nasceu em 14 de fevereiro de 1947 e faleceu em Recife, a 19 de junho de 1995. Era casada com Francisco Félix de Miranda, seu primo legítimo e tiveram três filhos:

- *João Leonardo Vieira de Mirada* - n. 16.11.1973.
- *Francisco José Vieira de Miranda* - n. 03.05.1975.
- *Juliana Vieira de Miranda* - n.03.05.1978.

8.3. Maria da Salete de Miranda - nascida em 26 de dezembro de 1948, faleceu com 15 meses de idade.

8.4. Ozina Maria de Miranda - nasceu a 01 de setembro de 1950 e faleceu em Recife, em 02 de abril de 1987, deixando dois filhos:

- João Gentil de Miranda - n. 18.03.1980.
- Karoline de Miranda Hoblat - n. 02.05.85.

8.5. Ana Lúcia de Miranda - nasceu em 27 de março de 1953 e casou-se com João Jurema de Assis, com quem teve dois filhos:

- Luciana de Miranda Assis - n. 20.12.80.
- Luana de Miranda Assis - n.16.03.85.

8.6. Maria de Fátima Miranda Souza - nasceu em 24 de julho de 1955 e casou-se, em 09 de junho de 1984, com Pedro Ferreira de Souza Filho, nascido em 15 de setembro de 1956. Têm dois filhos:

- Thiara Maria de Miranda Souza - n.06.03.86.
- Synara Maria de Miranda Souza - n.25.09.1987.

8.7. Margarida Maria de Miranda - nasceu em 22 de outubro de 1957 e faleceu com um ano e seis meses.

8.8. José Maria de Miranda - nasceu em 03 de fevereiro de 1959. Casou-se em primeiras núpcias com Leonice Xavier da Silva, nascida em 20 de julho de 1956, com quem teve dois filhos:

- *Cheila Kelly Xavier de Miranda* - n. 16.01.83.
- *Charlyton José de Miranda* - n. 26.09.85.

Do segundo casamento, com Irailde Sales da Silva, nascida em 01 de maio de 1967, nasceram:

- *Júlio José de Miranda* - n. 30.04.92.
- *Lindomar José de Miranda* - n. 04.06.93.

José Maria faleceu em Recife, vítima de um acidente de trabalho.

9. **Vicentina Carneiro de Miranda** - nasceu no dia 14 de agosto de 1908 e morreu a 23 de novembro de 1916. Está sepultada no cemitério do Esbarrado.

10. **Domingos Carneiro de Miranda** - ele próprio fez o seu registro de nascimento, em 4 de julho de 1934 (livro 4 – fl. 4 - Reg. 1690 - Cart. Lívio Pacheco). Naquele dia "...*declarou que vinha fazer o Registro de seu nascimento ocorrido no lugar Buíra às oito horas da manhã do dia 26 de março de 1910...*". Casou-se, em 18 de agosto de 1935, com Raimunda Fontenele Pacheco, nascida na cidade de Granja, em 25 de janeiro de 1916, filha de Antônio Pacheco Fontenele e Maria Batista da Silva, ele filho de João Pacheco Fontenele e Francisca Pacheco Fontenele e ela filha de Francisco Bernardino da Silva e Francisca Fernandes Batista (Reg. Nasc. 1851 liv. 5 – fl. 22). Raimunda Pacheco faleceu em 1º de novembro de 1995.

Alguns meses antes de sua morte, Raimunda Pacheco visitou a velha casa da Buíra onde matou as saudades de seus familiares. Ao se despedir, do terreiro, olhando o velho casarão, emocionou-se: "*Adeus, Buíra, talvez nunca mais volte aqui*". Domingos faleceu no dia 13 de março de 1957 e foi sepultado no cemitério de São João Batista, em Fortaleza - Ce.

Do casamento de Domingos com Raimunda Pacheco, nasceram:

10.1. José Raimundo de Miranda - nasceu em 06 de julho de 1936. Morreu solteiro em um acidente no Exército, em 30 de junho de 1956.

10.2. Plínio Pacheco de Miranda - nasceu em 17 de julho de 1937. Casou-se com Maria Laurita Matos Miranda, nascida em 15 de julho de 1938. Tiveram os seguintes filhos:

José Raimundo Matos Miranda - n. em 19.02.1962.
Lídia Maria Matos Miranda - n. em 27.03.1963.
Liana Mayre Matos Miranda - n. em 19.02.1964.
Lireuda Magda Matos Miranda - n. em 12.04.1965.
Luciana Mara Matos Miranda - n. em 17.11.1973.

10.3. Domingos Carneiro Miranda Filho - nasceu em 12 de agosto de 1938 e casou-se com Nair César Miranda, nascida em 10 de julho de 1935. Tiveram os seguintes filhos:

Francisco das Chagas César Miranda - n. 21.03.1966.
Leila César Miranda - n. em 13.06.1971.
Ana Maria César Miranda - n. em 28.03.1975.
Márcia César Miranda - n. em 05.04.1978.

10.4. Vicente de Paulo de Miranda - nasceu em 01 de fevereiro de 1942 e casou-se, em 25 de março de 1977, com Francisca do Socorro Aragão Miranda, nascida em 27 de novembro de 1953. Seus filhos são:

Domingos de Paulo de Miranda - n. em 08.01.1978.
Daniel Carlos Aragão Miranda - n. em 01.12.1981.
Débora Maria Aragão Miranda - n. em 06.05.1983.

10.5. Maria do Socorro Miranda Barros - nasceu em 22 de novembro de 1944 e casou-se com Geraldo Estêvão de Barros, nascido em 29 de julho de 1937. Deste casamento nasceram:

Marcus Vinicius Miranda Barros - n. em 30.01.1967.
Sílvio César Miranda Barros - n. em 31.03.1969.
Cláudio Régis Miranda Barros - n. em 15.09.1973.

10.6. Maria Elizabethe Miranda da Costa - nasceu em 26 de julho de 1948 e casou-se com José Ivo da Costa, nascido em 19 de maio de 1943. Tiveram os seguintes filhos:

Ana Cristina Miranda Costa Sales - n. em 17.02.1967.

Sandra Lúcia Miranda Costa Castro - n. em 29.05.1969.

Daniela Miranda da Costa - n. em 26.12. 1975.

10.7. Gilberta Miranda Camelo - nasceu em 17 de maio de 1950 e casou-se com Joaquim Pereira Camelo, nascido em 13 de setembro de 1943. Deste casamento nasceram:

Joaquim Gilberto Miranda Camelo - n. em 05.08.1977.

Augusto César Miranda Camelo - n. em 09.12.1979.

Francisca Angélica Miranda Camelo - n. em 09.03.1982.

10.8. Mário Pacheco Miranda - nasceu em 17 de maio de 1952 e casou-se com Maria Alice Gurgel Miranda, nascida em 25 de julho de 1954. Seus filhos são:

Liliana Gurgel Miranda - n. em 23.10.1974.

Mário Pacheco Miranda Filho - n. em 19.06.1979.

11. Pedro Mapurunga de Miranda - nasceu em 17 de fevereiro de 1912, um dia de sábado, às 14:00 horas, na casa da Buíra. Foi batizado no dia 26 de fevereiro de 1912 pelo seu primo padre Carneiro, conforme certidão a seguir:

> "Certifico que no dia 26 de fevereiro de mil novecentos e doze, na Capella de N. S. da Conceição do Esbarrado, na freguesia de Nossa Senhora da Assunção de Viçosa, do Bispado do Ceará, baptizei solenemente o inocente Pedro, nasceu em 17 de fevereiro do mesmo anno acima mencionado, filho legitimo de Vicente Ferreira de Miranda e Julia Carneiro Mapurunga. Foram padrinhos José Carneiro Passos e Nelsa Carneiro Mapurunga. Por ser verdade lavrei este certificado que assigno

In fide Parochi

Esbarrado (Viçosa), 26 de Fevereiro de 1912

Pe Jose Carneiro da Cunha – Encarregado da Freguesia"
(transcrito do original)

Casou-se, também na capela do Esbarrado, no dia 09 de janeiro de 1946, com Leonor Vieira de Miranda, filha de sua prima Cândida Mapurunga Vieira e Antônio Cardoso Sobrinho.

Apesar de só ter tido 12 dias de escola - com João Sacristão - era culto porque lia muito e estava sintonizado ao resto do mundo através de seu velho rádio Philips; ouvindo com regularidade a BBC de Londres, Voz do Vaticano, Central de Moscou e Rádio Jornal do Comércio. Passou toda sua vida trabalhando na Buíra, de onde só saía em viagens muito curtas e rápidas. Seu apego ao lugar era tanto que pediu à esposa para, após sua morte, continuar ali morando. Os filhos, igualmente, não deveriam dali se afastar, razão porque sempre se empenhou em adquirir terras onde pudessem se estabelecer.

Algumas vezes meditava no conselho de seu amigo Chico Caldas: *Compadre, bote esses meninos no estudo porque na roça não vão ter futuro...*". Mas foi Leonor quem impôs a decisão: "*Vão ter que ir para o estudo...não vão morrer no cabo da enxada...deixe de ser teimoso, homem...*". Pois se têm que ir, então tem que ser num seminário, para serem padres, como tantos na família. E foi assim que foi feito, seguiram os dois filhos mais velhos para o seminário franciscano (Ipuarana) onde permaneceram por mais de seis anos e de onde o autor foi expulso, deixando o pai muito consternado, conforme registrou em carta datada de 4 1 66:

"Rev^mo^ Frei Felipe de Almeida OFM,

Paz e Bem

Peço vossas bençãos, e desejo-lhe um feliz ano novo, assim como a todos daí. Somente hoje é que venho responder sua cartinha datada de 13-11-65, que muito custou chegar, para min foi surpresa desagradável a chegada inesperada dos meus filhos, que só esperava em dezembro, e mais desgosto nos causou quando soube da expulsão do Vicente desse Seminário...

O expulso Vicente (por crime de namoro com uma jovem paraibana), do alto de seus 16 anos de idade, tinha agora que enfrentar a vida com suas próprias armas e, para tanto, os documentos eram importantes, como deixou claro ao mesmo Frei Felipe em carta de 3-1-66: "*...outra coisa foi a ausência, no envelope branco, de minha transferência e de meu boletim final. Peço, por favor, que sejam enviados para o endereço de papai, muito conhecido seu. Nada realizei ainda por falta dessas duas importantes peças ... acho uma grande falta ser-se mandado embora sem seus documentos...*". O bondoso Frei Felipe - hoje também ex-frade - em visita à Buira, posteriormente, trouxe as cartas que foram trancadas no bauzinho preto de Pedro Miranda e, revistas, estão a nos lembrar que também fomos jovens rebeldes. É tempo, pois, de reconhecer o imenso sacrifício que nossos pais tiveram para nos proporcionar ensino de boa qualidade - nem sempre adequadamente aproveitado – e de afirmar que tudo que aprendemos na vida não valeria nada se não tivéssemos recebido deles os ensinamentos de honradez, honestidade, perseverança e fé, razão porque se escreve com humildade, neste pedacinho de página, um atrasado MUITO OBRIGADO.

Quis o destino que Pedro Miranda morresse em Fortaleza - para onde fora removido em tratamento de saúde - a 12 de novembro de 1980, longe de sua velha e adorada casa da Buíra, para onde não mais retornou. Foi sepultado no cemitério de

São João Batista, em Viçosa do Ceará, onde descansou na fé e na esperança da ressurreição.

Do casamento de Pedro Miranda com Leonor nasceram sete filhos, todos na Buíra.

11.1. José Simplício de Miranda - nasceu às 17 horas do dia 2 de março de 1947, um dia de domingo. Foi batizado no dia 19 do mesmo mês, sendo padrinhos seus avós maternos Cândida e Antônio Cardoso. Foi registrado no dia 17 de março e crismado no dia 17 de novembro de 1947. Seu padrinho de crisma foi seu tio Alfredo Carneiro de Miranda. Casou-se em 20 de fevereiro de 1977, com Maria Aldaci de Lima Miranda, e têm os filhos Simplício Filho, Ana Leonor e Herson Fernando.

11.2. Maria Margarida de Miranda - nasceu no dia 8 de junho de 1948. Foi registrada no dia 12 de junho e batizada no dia 18 de julho do mesmo ano. Seus padrinhos de batismo foram seus tios João Evangelista de Miranda e Francisca dos Santos Vieira de Miranda. Foi crismada em novembro de 1952 e sua madrinha foi sua bisavó materna Leonor Vieira Mapurunga. Casou-se em 16 de julho de 1977 com Pedro Veras Vieira e têm os filhos Cristiana e Pedro.

11.3. Vicente Miranda - nasceu no dia 29 de maio de 1949, um dia de domingo, às 13 horas. Foi registrado em 7 de junho e batizado no dia 21 do mesmo mês e ano. Foram seus padrinhos seus tios Justino Plácido de Brito e Maria Vicença de Miranda. Foi crismado em novembro de 1952, sendo seu padrinho Felizardo de Pinho Pessoa Filho. Casou-se em Parnaíba, no dia 06 de setembro de 1975, com Carmen Lúcia Parentes Vieira. Desse casal nasceram três filhos: Sarah, Vicente e Robsom Tomé.

11.4. Ana Júlia de Miranda - nasceu aos 10 minutos da primeira hora do dia 26 de julho de 1951, uma quinta-feira.

Foi registrada e batizada em 7 de agosto de 1951, sendo padrinhos José Conrado Vieira e Rosalina Miranda Vieira, seus tios. Foi crismada em novembro de 1952, tendo como madrinha Maria Caldas da Silveira. Casou-se, em 13 de abril de 1974, com José Osmar Fontenele e têm os filhos Osmar e David.

11.5. Antônio Pedro de Miranda - nasceu às 18h30 horas do dia 22 de julho de 1953, uma quarta-feira. Foi registrado no dia 27 do mesmo mês e batizado em 4 de agosto de 1953, sendo padrinhos seus tios Vicente Miranda Filho e Julita Fontenele Miranda. Foi crismado em novembro de 1957 tendo como padrinho Francisco Rodrigues Passos. Casou-se em 9 de dezembro de 1983 com Sandra Brito Aragão de Miranda e têm os filhos Germana, Lídia e Francisco Ígor.

11.6. Clara Auta de Miranda - nasceu numa quarta-feira, dia 29 de maio de 1957, às 18h30. Foi registrada no dia 1º de junho de 1957 e batizada no dia 7 do mesmo mês e ano. Seus padrinhos de batismo foram Gerardo Pindaíra Pacheco e Maria das Dores. Foi crismada em novembro de 1957, sendo madrinha sua tia Maria do Espírito Santo de Miranda. Casou-se em 06 de março de 1980 com Inácio Alderico Fontenele Neto e têm os filhos Clara Virgínia, Carla Cristina e Pedro Henrique.

11.7. Cândida Assunção de Miranda - nasceu às 9 horas do dia 11 de maio de 1961, uma quinta-feira, dia da Ascensão do Senhor. Foi registrada e batizada no dia 15 de maio do mesmo ano, sendo padrinhos seus tios José Francisco de Miranda e Florinda Veras de Miranda. Casou-se em 14 de dezembro de 1983 com Ubirajara Sousa Fontenele e têm os filhos Natália, Ubirajara, Larissa e Vitória.

12. Vicente Miranda Filho - nasceu a três de fevereiro de

1914, um dia de sábado, às 22 horas. Casou-se, no dia 29 de março de 1949, com Julita Fontenele Miranda, filha de Antônio Augusto Fontenele, neta do capitão Justino do Espírito Santo Fontenele, bisneta de João Martiniano Fontenele e trineta de Pedro de Brito Passos e Ana Maria de Cerqueira, naturais de Piracuruca - Piauí.

Homem de profunda convicção religiosa, Vicente nunca falta à missa, onde se encontra, todo dia, pontualmente às seis horas, com seu irmão Alfredo e cumprimentam-se como se há muito não se vissem. São os últimos remanescentes de uma geração que finda, fortalecidos no labor constante e praticantes da alegria e do sorriso franco, herdados do bisavô Antônio José de Miranda.

A casa de comércio, depósitos e residência da família de Vicente incendiaram-se a 6 de janeiro de 1950 e ele, resignadamente, recomeçou tudo literalmente das cinzas - sem uma praga nem maldição.

Deste casal nasceram os seguintes filhos:

12.1. José Maria Fontenele Miranda - nasceu em 15 de janeiro de 1950 (nove dias depois do incêndio), casou-se com Antônia Gonçalves Fontenele Miranda. Têm os filhos Juliana Gonçalves Fontenele Miranda e Yuri Gonçalves Fontenele Miranda.

12.2. Maria da Assunção de Miranda Fontenele - nasceu em 9 de agosto de 1951. Casou-se, em 9 de junho de 1974, com Adail de Carvalho Fontenele e têm os filhos Daniela, Marcelo e Francisco Adail.

12.3. Maria de Fátima Miranda de Vasconcelos - nasceu em 11 de maio de 1955. Casou-se com Francisco Tarcísio de Vasconçelos e têm os filhos Danilo, Raquel e Kelly.

12.4. Antônio Augusto Fontenele Miranda - nasceu no dia 29 de novembro de 1956. Casou-se com Maria das Dores Figueira Miranda e têm os filhos Raul e Rafael.

12.5. Vicente Ferreira de Miranda Neto - nasceu em 18 de agosto de 1961. Casou-se, em 07 de maio de 1984, com Maria da Paz Moreira Miranda e têm o filho Francisco Felipe Moreira Miranda.

13. Alfredo Carneiro de Miranda - nasceu no dia 4 de janeiro de 1916, no sítio Buíra. Casou-se, no dia 18 de maio de 1952, com Teresa Nogueira Mapurunga, filha de Clóvis Carneiro Mapurunga e Julita Nogueira Mapurunga, ele filho de José Evaristo Mapurunga e Idalina Fontenele, nascido no João Ferreira em 4 de setembro de 1901 e ela nascida no lugar Lagoa do Barro, a 16 de agosto de 1908, filha de Antônio Bertholdo Nogueira e Felisbela Magalhães Nogueira.

Alfredo é possuidor de um conjunto de virtudes onde sobressaem a bondade, a inteligência, a paciência, a alegria e a determinação. Lutador incansável, nunca se abateu frente à adversidade. Conhecendo de perto sua luta pela sobrevivência, desde menino, e o tremendo esforço para vencer a doença que, por várias vezes, tentou dobrá-lo, é incrível vê-lo sempre sorridente. Nunca mediu sacrifícios para ajudar aos irmãos e demais necessitados que lhe batessem à porta. Como cidadão, tem sido um incansável batalhador por sua terra, sem receber nenhuma remuneração pecuniária. Ajudou voluntariamente seu primo, padre Carneiro, na construção das obras da Igreja, com especialidade a "igreja do Céu", em Viçosa do Ceará. Foi um esforçado Legionário de São José que se dedicou de corpo e alma à construção da sede própria da entidade, denominada de "Legião Operária". Para estas obras trabalhou mesmo como operário, cortando madeira nos talhados da serra e transformando-a em pranchas com o uso rudimentar

de serrotes manuais. É outro que "combateu o bom combate e preservou a fé" mas ainda não terminou a sua luta. Continua trabalhando alegre, risonho e tocando seu "pife", com a naturalidade e a calma dos vencedores, marca registrada de sua personalidade. Só teve três meses de aula com João Sacristão porque *"o inverno chegou e era preciso se dedicar aos plantios de cana"*. Soube aproveitar cada minuto da sabedoria do velho mestre e teve a felicidade de ouvir o padre Antônio Tomaz, príncipe dos poetas cearenses, de quem aprendeu o lema "prudência - sensatez - parcimônia".

Do casamento de Alfredo com Teresinha nasceram:

13.1. Teresa Cristina Mapurunga Miranda Magalhães - nasceu em 22 de novembro de 1954. Casou-se com Plínio Belchior Fernandes Magalhães, filho de José Firmino Magalhães e Emília Belchior Fernandes Magalhães. Têm os filhos Alfredo José, Plínio e Teresa Emília.

13.2. Verônica Maria Mapurunga de Miranda - nasceu em 29 de junho de 1956. Casou-se com Sebastião Rogério de Barros da Ponte e, a partir de 1984, vive com Raul Patrício Castelo Acunà.

13.3. Alfredo Carneiro de Miranda Filho - nasceu em 19 de janeiro de 1959 e casou-se com Matilde Pontes Santana, pais de: Gabriela, Henrique e Alfredo Carneiro de Miranda Neto.

13.4. Maria Inês Mapurunga de Miranda - nasceu em 12 de novembro de 1962. Casou-se com Marcos Aurélio Ferreira Lopes, pais de Marina Mapurunga de Miranda Ferreira.

13.5. Heloísa Helena Mapurunga de Miranda - nasceu em 06 de janeiro de 1965. Casou-se com Aderbal Vitorino. Seu filho se chama Araçari.

13.6. Carlos Henrique Mapurunga de Miranda - nasceu em 03 de janeiro de 1968. Casou-se com Janaína Magalhães Mapurunga Bezerra e são os pais de Maria Luisa Bezerra de Miranda, nascida em 16 de setembro de 1996 e afilhada do autor.

13.7. Sérgio Roberto Mapurunga de Miranda - nasceu em 29 de novembro de 1970.

14. Maria Nébia de Miranda - nasceu no dia 2 de março de 1918. Casou-se com Domingos Vieira dos Santos, na Buíra, em 22 de outubro de 1946. Na mesma solenidade, casou-se sua irmã Maria Vicença com Justino Plácido de Brito.

A filha caçula de Júlia já não reconhece ninguém mas está sempre sorridente, aguardando o dia de seu descanso.

De seu casamento com Domingos, nasceram os seguintes filhos:

14.1. Antônio Gerardo dos Santos - nascido em 05 de março de 1947.

14.2. José Maria dos Santos - nascido em 15 de março de 1949.

14.3. Vicente Domingos do Santos - nascido em 08 de fevereiro de 1951.

14.4. Maria Socorro Miranda dos Santos - nascida em 10 de outubro de 1953.

14.5. Maria da Assunção Miranda dos Santos, nascida em 02 de agosto de 1956.

14.6. João Miranda dos Santos, nascido em 29 de outubro de 1961.

15. Bento Carneiro de Miranda - nasceu no dia 14 de março de 1927 e morreu no dia 18 de junho do mesmo ano.

CAPÍTULO XXXI

Júlia conta histórias

Júlia, filha de Maria Joaquina do Rosário, sentada no grande banco de madeira, no alpendre da casa da Buíra, escuta o canto monótono das cigarras, na agonia da tarde que finda. Há vários anos sem ir a lugar algum, vê daquele alpendre a vida se arrastando lentamente como as contas do rosário que esfrega entre os dedos da mão quebrada, enquanto os olhos se perdem pelo azul das serras. Além de rezar, nada mais pode fazer; a não ser revisar, ponto a ponto, sua vida e contar as estórias que ouviu e fatos que viu para que não sejam esquecidos.

Casaram os filhos todos já maduros. Lembrava que quando fizera o inventário do marido, em 16 de março de 1942, ainda estavam quase todos em casa, avançados na idade, sem querer se desligar da velha morada, como ela mesma desejara:

- *Maria* - com 51 anos, separada do marido, morava com os filhos ali pertinho.

- *Antônio* - viúvo, 49 anos, praticamente paralítico, também morava vizinho.

- *João* - 46 anos, era comerciante na cidade e vinha visitá-la todas as terças e quintas-feiras.

- *Francisca* - já falecida. Vez por outra aparecia uma das netas que moravam na Oiticica.

• *José* - 41 anos, morava na Delgada, onde era comerciante.

• *Rosalina* - 40 anos, casada, morava na Delgada.

• *Maria Vicença* - 38 anos, solteira, morava em casa.

• *Júlio*, 36 anos - solteiro, morava em casa.

• *Domingos* - 32 anos, casado, era alfaiate (ou artista), morava em Viçosa.

• *Pedro* - 30 anos, solteiro, morava em casa.

• *Vicente* - 28 anos, solteiro, era comerciante na cidade.

• *Alfredo* - 26 anos, solteiro, morava em casa.

• *Maria Nébia* - 24 anos, solteira, morava em casa.

Depois, todos os solteiros casaram e foram para suas casas. Só ficara Pedro ali, naquele momento, deitado em sua rede de corda.

- Pedro, quem é aquela criatura que vai passando no caminho? Não sei, minha mãe. Será que ele já almoçou? Com certeza, minha mãe, já são quase cinco horas da tarde. Chame ele para casa, pode ser que não tenha almoçado ainda. Mas minha mãe, eu nem conheço a pessoa...

Não tinha sido fácil criar aqueles filhos todos, vivendo da agricultura. A produção de cachaça e rapadura foi a atividade que gerou a maior fonte de sustentação da família, desde que Antônio José de Miranda instalou sua fábrica no sertão do Lambedouro. De pai para filho, ocupando toda a força de trabalho da família, mesmo das crianças, essa atividade artesanal manteve um nível de sustentação humilde, mas digno para todos.

Somente uma vez Vicente quis se mudar dali. Foi em 1918, dezessete anos após a compra da terra, quando a Buíra já não era apenas uma simples clareira aberta no meio da mata.

Razoavelmente produtiva e movimentada, concentrava um bom número de trabalhadores nas atividades do café, da cana, dos legumes e do fumo. Muitos animais de trabalho e de montaria imprimiam às atividades um ritmo acelerado e firme. Os meninos crescendo, haveria necessidade de expandir os domínios.

Vicente considerava que a terra ali não era produtiva o suficiente nem tão ampla para garantir o crescimento da família. Além disso, pensava, um homem não pode se contentar com a vidinha simples do dia-a-dia. Era preciso ousar. Criar condições para uma expansão mais arrojada, garantindo o futuro dos filhos. E o futuro era a agricultura. Somente o sertão produz em abundância pois na serra a agricultura é de pouco retorno.

Decidiu.

Iriam para o sertão. Não para o Lambedouro, como gostaria. Lá não tinha mais terra. Seria no Trapiá, no vale do Timonha, onde conhecia terra boa que poderia ser arrendada. Para ganhar tempo, compraria roças já brocadas, queimaria, encoivararia, faria as cercas e as deixaria prontas antes do inverno que, aliás, prometia ser bom. Enfim, tinha a seu dispor mão-de-obra disciplinada e muita força de vontade.

Corroborando com seu otimismo, um joão-de-barro também cuidava em preparar o futuro de sua família. Num galho da laranjeira "da Pérsia", perto do engenho, se apressava em construir sua casinha tendo o cuidado de deixar a porta para o lado do poente, evitando que a água da chuva, que sempre vinha do nascente, molhasse seu interior.

Metendo cana no engenho, Vicente acompanhava, pelo vão aberto do portão, o ritmo acelerado da "construção" e se entusiasmava com a animação do pequeno passarinho. No fim da tarde, encerrando as tarefas do dia, soltava o joão-de-barro um estridente trinado, que tanto podia significar vitória como um desafio.

Uma animação febril tomou conta de todo mundo. Providências eram tomadas. Viagens ao sertão. Negócios fechados. Tantas braças de terra para brocar e queimar. Madeira para botar nos aceiros. Cercados para levantar. Preço para isso, preço para aquilo. Casa para se arranchar. Casa para farinhada. Armazém para guardar mantimentos.

Antônio, moço solteiro de 25 anos, assistia pensativo aos preparativos. Fora escalado para ficar tomando conta da "matriz". Não precisaria se preocupar. Garantia lhe era dada: tudo de que precisasse lhe seria mandado, com fartura, do sertão. Mas, o quê? Então era um homem morto? Sabia trabalhar e não aceitava ficar apenas de vigia. Livres dos animais de trabalho, propunha que os cercados fossem utilizados para a lavoura. As capoeiras poderiam ser arrendadas para plantio de mandioca, milho e feijão. Está certo, faça.

No Natal, uma comitiva alegre e esperançosa madrugou na ladeira, serra a baixo, em busca do novo eldorado. Quando o sol subiu, virando-se nas celas, os viajantes viam para os lados do poente, ao longe, o vulto azul da serra recortado pelos talhados. À medida que avançavam na pradaria arenosa, a visão azulada da montanha ia se tornando difusa e, pouco a pouco, desaparecia.

Arranchados nas improvisadas instalações no Trapiá, iniciou-se o trabalho duro que começava no cantar do pardal e terminava com o pio da coruja. Tarefas não faltavam, mas o ânimo era maior. Mais roças foram compradas pois a notícia da aventura se espalhara rápida no sertão.

Para os pequeninos, uma coisa com a qual não estavam acostumados os atormentava - o calor. Sufocava e gerava desânimo. Era sempre assim? Nem tanto. Estava daquele jeito porque era janeiro e ainda não tinha chovido. Chovesse que iam ver.

Mas não choveu. Nem em janeiro, nem em fevereiro. Uma pontinha de desânimo se insinuava nas conversas. Olhos compridos perscrutavam os céus em busca de sinais no tempo. À noite - sempre muito estreladas - monitorava-se a posição dos astros. Não veio ainda mas vem. Até dia de São José ninguém pode perder a esperança.

A água, que não vinha do céu, começava a rarear no chão. O rio, por si mesmo já muito estreito, agora só tinha alguns poços de água turva para atender pessoas e animais. Pois se cavem cacimbas. Mas estas foram ficando profundas. E o calor aumentando. Não tinha mais comida para os animais e a dieta para os humanos também ficava diminuída. Carne tinha porque os fazendeiros começavam a vender gado de qualquer jeito para não ver morrer de fome. E os cereais? E a farinha?

Em abril o céu azul com um sol de rachar contemplava a desolação. Animais magérrimos e sedentos. Homens confusos. Uma decisão urgente carecia ser tomada: bater em retirada para a velha morada, para a Serra, coisa que outros que nem eram de lá, para escapar do tormento, já tinham feito.

Morria ali e seria sepultado definitivamente o sonho de crescer no sertão.

Quatro meses depois de descer a Serra em animada euforia a mesma comitiva, dessa vez cabisbaixa e sofrida, fez lentamente o caminho inverso. Não que faltasse pressa em chegar. O problema eram os pobres animais, sem força para transportar as pessoas e seus pertences.

Mas o quê, moço? As roças que Antônio plantara eram uma visão do paraíso. Milharal como nunca se vira, coberto até à ponta dos pés por feijão de corda maduro, em grandes vagens avermelhadas. Avisado do retorno, já estavam no fogão as grandes panelas de ferro sobre as chapas cozinhando

os legumes e carne em abundância. Sacas de farinha e rapadura eram vistas na despensa. As crianças voltaram a sorrir, estampando no rosto o sentimento que carregariam para sempre sobre aquele lugar. Era o melhor lugar do mundo. A pouca chuva, que não chegara no sertão, tinha sido suficiente para gerar fartura na Serra, graças ao esforço de um homem previdente.

Não se enganara, assim, o joão-de-barro que nunca acalentara sonhos de se mudar de sua velha laranjeira.

A seca de 19 (1919), como ficou conhecida, marcou a vida daquela geração. Não pela frustração do sonho desfeito mas pela garra e obstinação com que se lançaram, nos meses seguintes, em busca da sobrevivência.

Uma parte da família, liderada por Vicente, se dedicou a moer cana de terceiros para ganhar uma parte da produção. As mulheres redobraram os esforços na quebra do coco e no preparo do palmito. A experiência adquirida nas secas anteriores, principalmente em 15, servia como nunca para enfrentar novamente o flagelo.

João Miranda montou os comboios. Levava a rapadura e a cachaça, que recebiam de renda nas moagens, em lombo de animais para as praias, de onde trazia peixe e sal para o consumo e para revenda. Viajava a pé. Todo animal era reservado para transportar carga. O comboio andava de noite porque era mais frio e poupava os animais, permitindo-lhes um maior rendimento e a garantia de chegar na frente da concorrência. O perigo maior eram as onças que, também, costumam andar à noite.

Houve realmente grande prosperidade naquele ano de seca. Não exatamente por causa da agricultura, mas pela aprendizagem e exercício da atividade mercantil. Aliada ao

estudo, seria essa atividade o novo interesse da geração seguinte.

A casa também mudou muito, a velha era de taipa. Fora feita em 1901. Quando mudara para ela já levara Maria, Antônio, João, Francisca e José. Os outros todos nasceram ali. E nesta, reformada em 1949, cada cômodo tem um nome: sala azul, sala do rádio, alcova, quarto dos santos.

Esse "quarto dos santos" é uma pequena capela que bem traduzia o espírito de religiosidade de Pedro. Em vez de construir a capela perto da residência, como seus antepassados, preferiu botar os santos dentro de casa. No nicho central do altar, mantendo a tradição, está a imagem de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da família. Nos nichos laterais, as imagens de São José Operário, São Pedro e São Paulo. Todos santos de devoção.

Naquela pequena capela, todas as noites, era rezado o terço e, nos dias de graça, o Ofício da Imaculada Conceição. Depois do terço, todos beijavam o altar e tomavam a bênção aos mais velhos, pois era o costume.

Em 1956, por solicitação do vigário, a imagem da Conceição foi cedida para uma procissão na cidade, oportunidade em que foi quebrada. Os padres trouxeram outra imagem que, na verdade, é de N. S. da Assunção, padroeira de Viçosa, mas Pedro nunca aceitou que se falasse nessa diferenciação. Morreu acreditando que se tratava de N. S. da Conceição e ela continua lá.

Pegados à casa ficavam os armazéns, o secador de café, a fábrica de farinha de mandioca e a fábrica de cachaça, instalada desde 1901 com seu velho engenho de pau. O engenho de ferro só chegou muito depois.

A casa tinha que ser grande porque muitas eram as pessoas que a habitavam. Durante o dia era a cozinha que gerava o maior movimento. Mulheres atarefadas preparavam café, almoço e jantar para uma média de 25 pessoas, todos os dias. O fogão era uma verdadeira fornalha de lenha com duas grandes chapas onde se enfileiravam as panelas de ferro e a chaleira nunca saía do fogo, sempre com água fervendo para o café dos visitantes.

A água para a cozinha era armazenada em dois grandes potes de cimento reabastecidos, várias vezes durante o dia, por ancoretas de madeira transportadas em lombos de burros, do olho d'água do Cujá. Nos beiços destes potes as mulheres afiavam suas facas de cozinha.

Na frente da casa ficavam os currais para os bois de engenho e animais de trabalho. Os cavalos de sela ficavam em um curral atrás da casa.

A comercialização dos produtos do sítio era feita através dos comboieiros que vinham dos sertões do Ceará, do Piauí e do Maranhão. A chegada dos comboios de animais de carga - transportando em suas cangalhas as ancoretas, sacas e garajaus e tangidos por arrieiros aos gritos e estalos de chicotes - era motivo de grande animação. Vendiam-se os produtos da lavra e adquiriam-se mantimentos escassos na Serra, principalmente queijos, carne seca e peixe.

À noite, os viajantes contavam as estórias dos lugares por onde andavam e mantinham Pedro atualizado dos assuntos. Muitos, pela amizade que se formava no convívio comercial, convidavam-no para padrinho de seus filhos e, por isto, eram compadres.

Quem andar por ali, não deixe de visitar o velho olho d'água do Cujá. Está lá, cercado das mesmas grandes árvores,

saindo de baixo dos rochedos, manso como sempre foi, derramando do ventre da serra a água cristalina que permitiu aos nossos antepassados fincarem raízes naquele lugar.

Descendo mais um pouco, vá até à casa de Sinhá. Surpresa...! Lá não está mais. Acabou. Manteve-se a tradição das velhas moradas: mortos seus donos e fundadores, ficam abandonadas e desaparecem. Só se reconhece o lugar procurando com cuidado. Abandonada no meio do mato, a capela de São Joaquim está desmoronando. Também está abandonado o velho cemitério, ao lado da capelinha. A escolinha de dona Alice não existe mais, passou, como tudo mais naquele lugar.

Olhando as ruínas, voltará à lembrança que dali, à noitinha, "seu" Chico Passos subia as ladeiras a cavalo e ia para a casa de seu compadre Pedro, rezar, jogar baralho e conversar. Contava estórias aterradoras de onças e de almas do outro mundo que deixavam as crianças quietinhas em volta da mesa, amedrontadas, com olhos esbugalhados, vendo sua figura alta, vestida num capote preto, gesticulando com os braços por trás da luz mortiça da lamparina que reproduzia sua figura como sombras bamboleantes nas paredes opostas. Ficava até madrugada, quando voltava pelas ladeiras escuras na noite gelada. Eita homem corajoso!

*

Júlia também passou. Faleceu a 19 de março de 1960, dia de São José, às cinco horas da tarde, e logo em seguida saíram os mensageiros a cavalo para avisar os parentes e amigos. Um para a cidade e outro para o Pará, Serrador e Delgada. O melhor cavalo foi destinado ao mensageiro que

ia até a Timbaúba, distante cinco léguas, avisar Maria Vicença, passando pelo Tope, General Tibúrcio e Passagem da Onça. Pela noite escura, seguiam eles apressados, de porta em porta, dando a triste notícia.

- Ô de casa!

- Ô de fora!

- Sou o mensageiro. Vim avisar que dona Júlia morreu na Buíra, hoje à tardinha.

- Deus se lembre da alma dela.

Na Timbaúba não foi preciso falar. De longe, o mensageiro viu o clarão das lamparinas acesas no alpendre da fazenda, no alto do morro. Maria Vicença e Justino, prontos para sair na madrugada em busca da Serra, viram aflitos o cavaleiro que subia. Foi ela, chorando, quem se antecipou:

- Que hora foi?.

- À tardinha, pelas cinco horas.

- Pois agora vá descansar que nós já vamos.

- Não, senhora, quero voltar na comitiva....

O inverno pesado fez daquela triste noite para a Buíra uma das mais frias que jamais conheceu. Mas a escuridão se tornava bela, pela imensa quantidade de vaga-lumes que a desafiavam com seus fachos de luz fosforescentes.

——— * ———

Júlia morreu e sua velha casa da Buíra também agoniza abandonada no meio do cafezal. No verão, desamparada no silêncio que agora envolve o alpendre, ouvindo o canto triste

das cigarras, se apurar mais o ouvido e fechar os olhos, dá para ouvir:

- A bênção, minha mãe!

- Deus te abençoe, Maria.

Olhos perdidos no horizonte, conversam baixinho, rezando os três terços dos rosários. Daqui a pouco o frio aumenta e irão lá para dentro agasalhadas em seus xales pretos de viúvas. Tem sido assim durante os últimos anos, envelhecendo na saudade e morrendo na esperança do renascer. O banco do alpendre ainda resiste, no mesmo lugar de sempre, vazio...

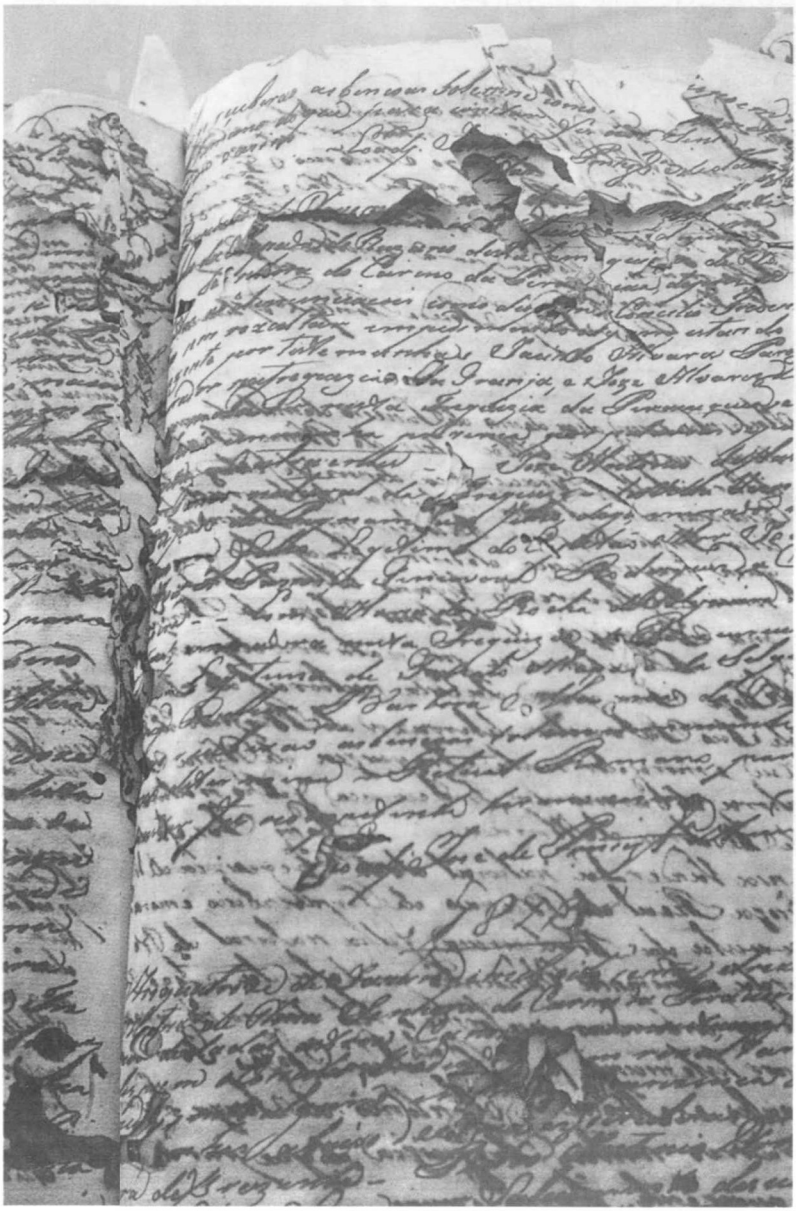
ANEXO I

EVOLUÇÃO DA MOEDA BRASILEIRA DESDE 1500

DENOMINAÇÃO	PERÍODO	SÍMBOLO	CARACTERÍSTICAS
REAL	**1500 a 1808**	**$**	Moeda portuguesa criada pelo rei D. João I no ano de 1398. Foi usada no Brasil desde a época do descobrimento até o ano de 1808. *Plural - réis*
REAIS	**1808 a 1942**	**$**	Foi adotada no Brasil com a chegada de D. João VI ficando mais conhecida pelo apelido de réis. Um conto de réis eqüivalia a 1.000.000,00 de reais
CRUZEIRO	**1º/11/1942 a 12/02/1967**	**Cr$**	Substituiu o réis na paridade de 1 para 1.000. Assim, 1.000 réis eqüivaliam a 1,00 cruzeiro e 1 conto de réis ficou valendo 1.000,00 cruzeiros.
CRUZEIRO NOVO	**13/02/1967 a 14/05/1970**	**NCr$**	1.000,00 cruzeiros = 1,00 cruzeiro novo
CRUZEIRO	**15/05/1970 a 27/02/1986**	**Cr$**	A moeda voltou a ser denominada Cruzeiro na paridade de 1 para 1. Não houve corte de zeros
CRUZADO	**22/02/1986 a 15/01/1989**	**Cz$**	Com a nova denominação, sofreu a moeda um corte de três zeros, ficando1.000,00 cruzeiros eqüivalendo a 1,00 cruzado
CRUZADO NOVO	**16/01/1989 a 15/03/1990**	**NCz$**	Os elevados índices de inflação obrigam o Governo a fazer Novo corte de três zeros e mudança de denominação na moeda, ficando 1.000,00 cruzados eqüivalendo a 1,00 cruzado novo
CRUZEIRO	**16/03/1990 a 31/07/1993**	**Cr$**	Volta a denominação de Cruzeiro, com três zeros a menos. 1.000,00 cruzados novos = 1,00 cruzeiro
CRUZEIRO REAL	**10/08/1993 a 30/06/1994**	**CR$**	Com a nova denominação, pela quinta vez, sofre a moeda corte de três zeros. Assim, 1.000,00 cruzeiros ficaram valendo 1,00 cruzeiro real
REAL	**A partir de 01/07/1994**	**R$**	Nessa mudança, 1 real ficou valendo 2.750,00 cruzeiros reais

Livro
Dama

contendo registro de casamento de José Antônio
sceno e Maria da Rocha de Cerqueira - 8/11/1812



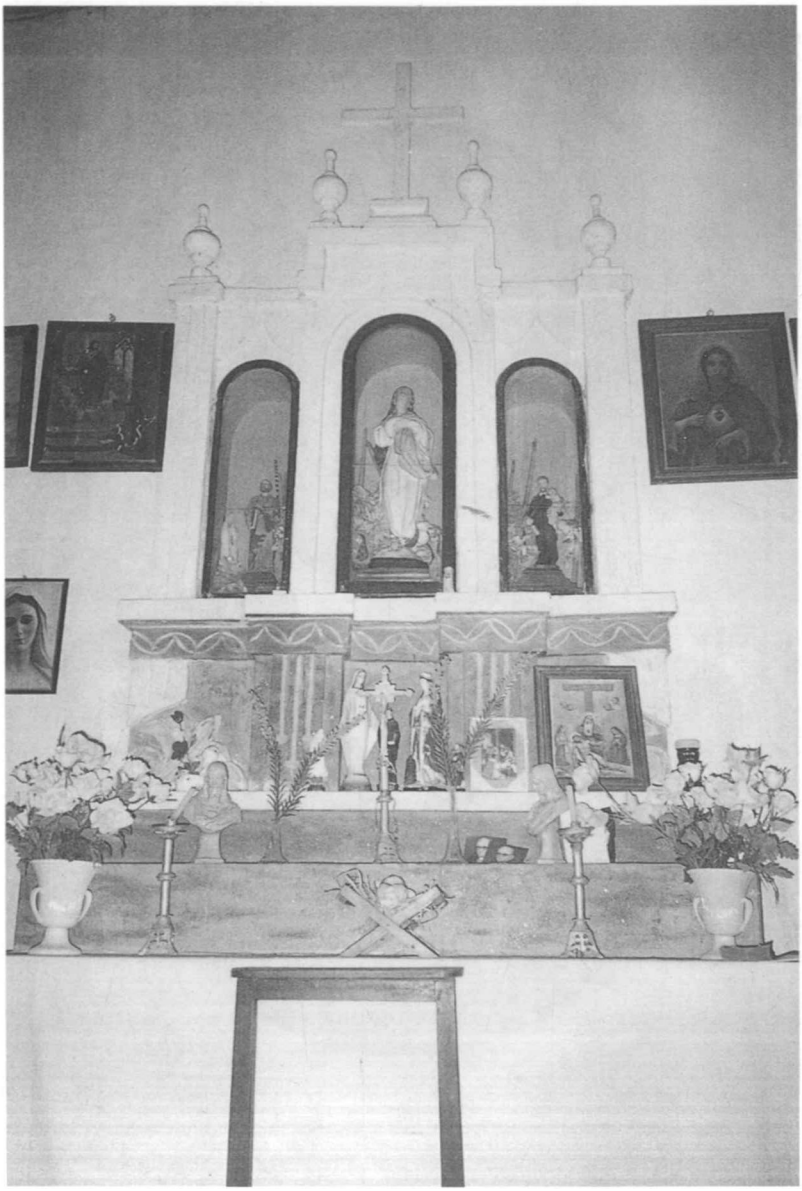
Lagoas da Fazenda Lagoa do Mato
Jacaraí de Baixo - Piracuruca

Capela de Nossa Senhora da Conceição do Esbarrado e Capela e Cemitério do Jacaraí de Baixo - Piracuruca - Piauí

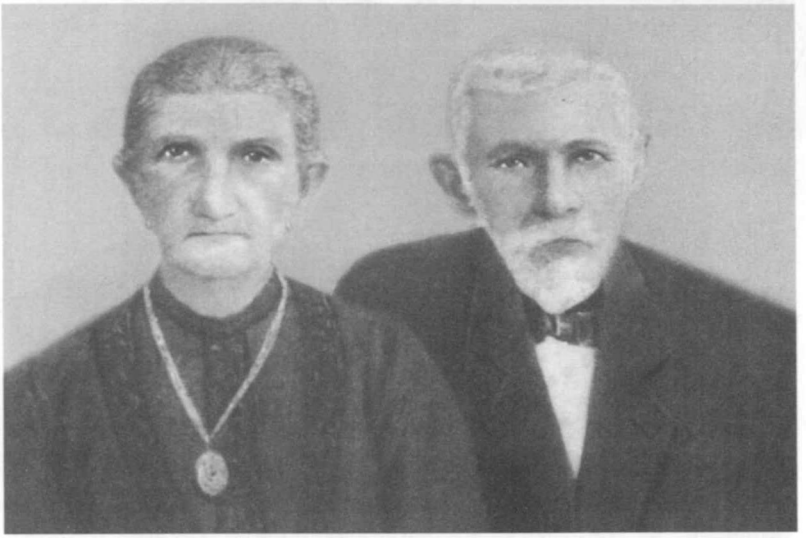
Igreja Matriz de Piracuruca, construída pelos irmãos Dantas
Término da construção em 1743

Pedro Mapurunga de Miranda
em 1947

Capela do "Quarto dos Santos"
Buíra

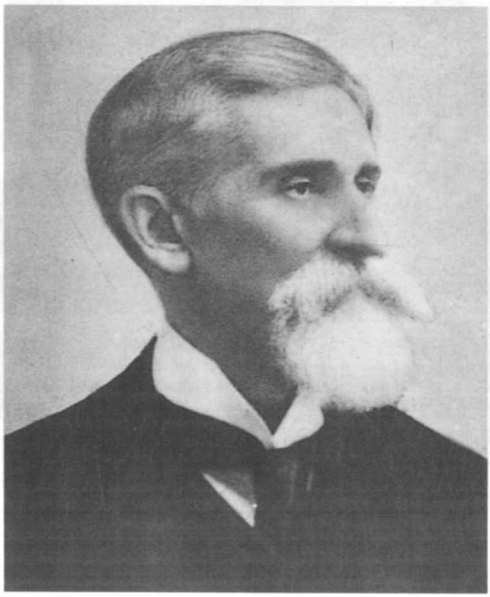


Maria Joaquina do Rosário e
José Carneiro da Cunha Araújo



Casa da Buíra - 29/02/1949

Coronel José Bitônio

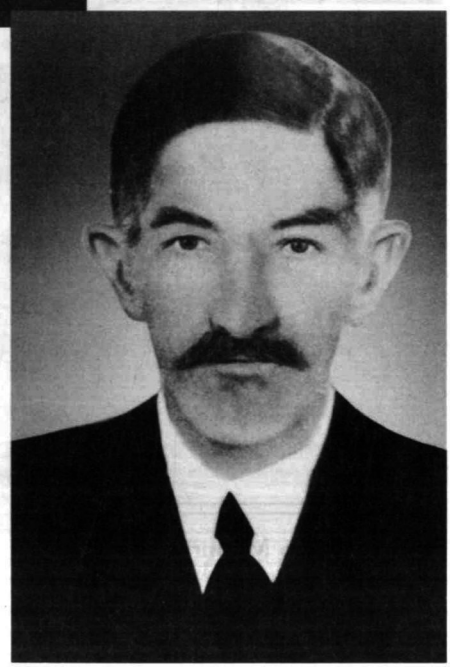


Coronel José Joaquim Fontenele
Irmão de Maria Joaquina

Vicente Ferreira de Miranda

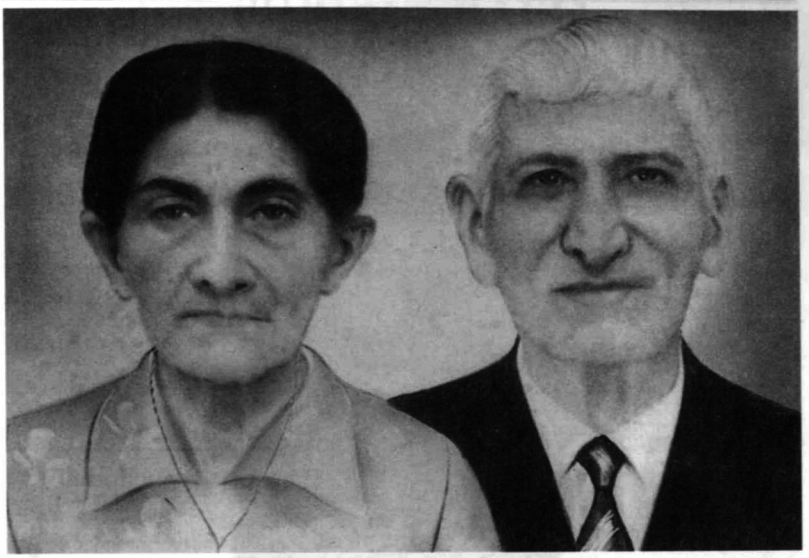
Júlia Carneiro Mapurunga

Leonor Carneiro Mapurunga
(filha de Maria Joaquina)



Conrado José Vieira

Cândida Mapurunga Vieira e
Antônio Cardoso Sobrinho - 50 anos de casados - 1961



Vicente Miranda Filho e Alfredo Miranda com o autor
Viçosa do Ceará - 1999

Coronel João Martiniano Fontenelle
1870

BIBLIOGRAFIA

ARAGÃO, R. Batista. Cronologia dos Municípios Cearenses. Fortaleza, Ce. 1996.

_____. Saco de Memórias. Fortaleza, 1992.

ARAÚJO, Pe. Francisco Sadoc de. Cronologia Sobralense – Volumes I, II, III, IV, V – INGRAPEL – Sobral – CE.

_____. Ceará Homens e Livros. Gráfica Editorial Cearense Ltda, Fortaleza – Ce. 1981.

_____. História da Cultura Sobralense. Imprensa Universitária – UVA – Sobral – Ce. 1978.

_____. História do Ceará. Imprensa Oficial do Ceará, 5° Volume, Fortaleza-Ce. – 1987.

_____. Raízes Portuguesas do Vale do Acaraú. Gráfica Editorial Cearense Ltda, Fortaleza – Ceará, 1991.

ARRUDA, Francisco de Assis Vasconcelos. Genealogia Sobralense – Os Gomes Parentes, Volume II – Tomo I, Sobral – Ce. 1993.

BARÃO DE STUDART. Geographia do Ceará. Typografia Minerva – Fortaleza – Ce., 1924.

BARROS, Luiz. História de Viçosa do Ceará – Fortaleza – 1980.

BEZERRA, Antônio. Notas de Viagem - Imprensa Universitária – Fortaleza – Ceará – 1965.

BITENCOURT, Jureni Machado. Apontamentos Históricos da Piracuruca, Editora COMEPI, Teresina, Piauí, 1989.

BUENO, Eduardo. A Viagem do Descobrimento. Coleção Terra Brasilis, Volume I, Editora Objetiva Ltda, Rio de Janeiro – RJ – 1998.

CALDEIRA, Jorge. A Nação Mercantilista. Editora 34 Ltda, São Paulo – SP, 1999.

CÂMARA, Adauto Miranda Raposo da. Câmaras e Miranda-Henriques. Gráfica Cruzeiro do Sul.

CARVALHO, Luiz Carlos de. Geneagrafia da Família Fontenelle. Manaus – Amazonas.

CASCUDO, Luís da Câmara. A Família do Padre Miguelinho. Coleção Mossoroense, Nº 55. – Mossoró – Rio Grande do Norte – 1965.

CASTELO, Plácido Aderaldo - História do Ensino no Ceará, Departamento de Imprensa Oficial, Coleção Instituto do Ceará, Monografia Nº 22, Fortaleza – Ce, 1970.

CASTELO BRANCO, Renato. Os Castelo Branco D'aquém e D'além Mar. L. Reditores – São Paulo – 1980.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANNO DE 1916. 25º VOLUME – Estabelecimento Graphico ª C. Mendes – Fortaleza – Ce, 1916.

COSTA, F. A. Pereira da. CRONOLOGIA HISTÓRICA DO ESTADO DO PIAUÍ. Editora Arte Nova S/A – S. Cristóvão – R. de Janeiro.

CUNHA BUENO, Antônio Henrique da, et ALMEIDA BARATA, Carlos Eduardo de. Dicionário das Famílias Brasileiras – Vol. 1 e 2 – Ibero América – São Paulo – SP. .

FERREIRA, Edgard Pires. A Mística do Parentesco. 4 Volumes, Livraria Corrêa do Lago, São Paulo – SP, 1990.

FIGUEIREDO FILHO, J. de. História do Cariri – Vol. I – Faculdade de Filosofia do Crato – 1964.

FILHO, Moysés Castello Branco. O Povoamento do Piauí. 2ª Edição – Companhia Btrasileira de Artes Gráficas. FONTENELE, Antônio Batista – A Marcha do Tempo; Os Fontenele – Fortaleza – IOCE – 1981.

FONSECA, Antônio José Victoriano Borges da. Nobiliarchia Pernambucana – Vol. I, II, III e IV – Coleção Mossoroense – Série "C" – Gráfica Tércio Rosado – ESAM – Mossoró/RN – 1993.

FONTENELE, Antônio Batista. A Marcha do Tempo; Os Fontenele – Fortaleza – IOCE – 1981.

FONTENELLE, Batista. Genealogia da Família Fontenele. Parnaíba – Piauí.

FROTA, D. José Tupinambá da. História de Sobral.2ª Ediçao, Editora Henriqueta Galeno, Fortaleza-Ce, 1974.

GAYO, Felgueiras. Nobiliário de Famílias de Portugal. Tomo Décimo Nono.

GIRÃO, Glória Giovana S. Mont'alverne e Maria Norma Maia Soares. Sobral História e Vida. Edições UVA – Editora Gráfica LCR, 1997.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. Grande Dicionário Histórico-Biográfico Piauiense 1549-1997 – Teresina – 1997.

GUERRA, Flávio. História Colonial do Nordeste Distribuidora Record. Rio de Janeiro – 1963.

Instituto do Ceará – História e Cultura – Três Documentos do Ceará Colonial – Departamento de Imprensa Oficial – Fortaleza – Ceará – 1967.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Boletim Geográfico – JULHO-AGOSTO DE 1955 – Anexo XIII.

LINHARES, Mário. Os Linhares (Retrospecto Genealógico) 1690-1954. 2ª Edição – Irmãos PONGETTI Editores, Rio de Janeiro – RJ, 1954.

MEIRA, Sílvio. Clóvis Bevilaqua. Sua Vida. Sua Obra, UFC – 1990.

MELLO, Cléa Rezende Neves. Memórias de Piripiri.

MENESES, Maria Luiza Motta de. José Francisco de Miranda Osório e Seus Descendentes – 1800 – 1977.

NAPOLEÃO, Aluízio. Meu Avô José de Freitas. Projeto Petrônio Portela, 2ª Edição – 1986 – Teresina – Pi.

NOBRE, Geraldo da Silva. A Capital do Ceará, UFC. 2ª Edição, Fortaleza – Ce. 1997.

OLIVEIRA, André Frota. Quadros da História de Granja. Expressãao Gráfica e Editora Ltda – Fortaleza – Ceará – 1996.

OLIVEIRA, André Frota de. A Estrada de Ferro de Sobral. Fortaleza – Ceará, 1994.

PAES LEME, Pedro Taques de Almeida. Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica – Tomos I, II e III. Livraria Itatiaia Editora Ltda, São Paulo – SP, 1980.

PASSOS, Caio. Mons. Carneiro, Sua Vida – Sua Obra. Parnaíba – Pi.

PIRES, Heliodoro. Padre Mestre Inácio Rolim. 2ª Edição, Gráfica Estado do Piauí, Teresina – Pi. – 1991.

STUDART, Dr. Guilherme. Notas Para a História do Ceará (Segunda Metade do Século XVIII). Lisboa – Typographia do "Recreio" - 1892).

TÁVORA, D. Luiz de Lancastre e. Dicionário das Famílias Portuguesas – Quetzal Editores – Lisboa – 1989.

REVISTAS

REVISTA GENEALÓGICA BRASILEIRA – ANO VI – 1° E 2° SEMESTRES DE 1945 – N°s 11 e 12 – São Pualo – SP. 1945.

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ – Fortaleza – Ce, Vol. 91. JAN/DEZ/1972.

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ – Fortaleza – Ce, Vol. 100 – JAN/DEZ/1980.

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ – Fortaleza – Ce, Vol. 83. JAN/DEZ/1965.

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ – Fortaleza – Ce, Tomo LXXI – 1957.

filhos deste filho do Vicente, filhos deste neto de Pedro Miranda.

Como o perseguidor de Feliciana, a índia corredeira, Vicente correu ao longo de dezoito anos entre as obrigações de cidadão de bem e a busca incessante pela paixão herdada do pai: as origens.

Destaca um dos personagens mais influentes na formação da sociedade viçosense: o Padre Assenço Gago, sempre esquecido em trabalhos sobre nossas origens. Nome de rua em Fortaleza há bastante tempo, somente após três séculos é homenageado em Viçosa. Sensibilizado por uma queixa do Prof. Juca Fontenele, proferida à época da comemoração dos 300 anos de Viçosa, a Prefeitura o homenageou com um auditório recém-construído na área da Igreja do Céu, local de onde se descortina uma das mais belas paisagens do Ceará.

Penetra, de portas a dentro, na formação de latifúndios, nas terras da Santa, nos amancebos, nas amásias dos padres, na miscigenação geral, nas constituições familiares, desmistificando a pseudo-aristocracia de alguns.

Mostra, com clareza, a atração que Viçosa sempre exerceu em pessoas cultas e, em conseqüência, o porquê do brilhantismo intelectual de viçosenses.

Mostra os valores ao longo do tempo: um machado, um escravo, um anel...

Mostra o lado triste de nossa evolução: onde estão os cipoatás e as sericoras?

Mostra... é hora de parar, pois a leitura do livro é extremamente interessante.

Agradeço ao Vicente o prazer inusitado de ser um dos primeiros a ver o fruto deste trabalho de tanto brilho.

Ronald Fontenele

A colonização das terras do norte do Piauí e Ceará, como em outras regiões do Brasil, foi iniciada pela ocupação dos vales úmidos dos rios; boa parte deles, neste caso, nascidos no conjunto de serras que compõem o maciço da Ibiapaba.

A foz do Parnaíba, a oeste; a do Coreaú, a leste; e Viçosa, posta no eixo longitudinal da serra, do litoral para o sul, compõem os vértices de triângulo onde se instalaram, já vão trezentos anos, homens e seus cachorros de matar onças.

Aí, em fazendas de seis léguas de largo e outras ao comprido, viveram padres de grande prole, homens de imensa força, outros de pouca fé. E menor número de mulheres que, ditas frágeis, ajudaram a domar a natureza onde não faltaram índios e outros perigos.

São Fonteneles, Araújos, Mapurungas, Damascenos e Machados. Magalhães e Mirandas. Ouvidores, Porta Bandeiras de Infantaria Paga, Mestres e Reverendos Coadjutores.

Vêm do Maranhão ou para lá fogem. Alguns, por desgosto, exilam-se no Amazonas, já em 1888, tendo por companhia apenas sete moedas de prata. As mesmas que o viram pedir em casamento Júlia Mapurunga. Nascem no Siupé ou são sepultados na matriz da Caiçara. Plantam cana no Lambedouro, antes divisa de Lagoa do Barro com Campo do Meio.

Ajuntam-se ou casam-se.

Pacheco substitui Queiroz. Miranda mascara Fontenele seja "da gema" ou "da clara", como repetia o velho Pedro Miranda. Têm filhos ou adotam Feliciana, nascida em 1884.

No fazenda Buíra, terra neta do Esbarrado, conta-se a história dessa gente. E descobre-se porque somos quem somos, temos os nomes porque nos chamam, ou porque moramos aqui. Pelos caminhos de outrora, revisitam-se casas de que resiste apenas a forquilha central.

Na teimosia de Leonor Carneiro Mapurunga descobre-se a obstinação de seu bisneto Vicente Miranda. Não o do Amazonas. Esse, hoje dono de uma das sete moedas de prata e do cofrinho onde eram guardadas. O mesmo que nos conta sobre o nascimento de todo um povo: nós, do norte ocidental do Ceará, transpondo a serra e até o Parnaíba.

Poucas vezes se terá visto pesquisa tão minudente, teimosia tão obstinada e tributo tão ardorosamente pago à memória de um pai.

Aí estão: Vicente Miranda e seus Três Séculos de Caminhada.

Um e outro merecem ser conhecidos. Pode crer...

Filadelfo C. Barreto